UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

DANIEL SOUZA BARROSO

*O cativo à sombra:
estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888)*

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

*O cativo à sombra:
estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888)*

Daniel Souza Barroso

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), para obtenção do título de Doutor em História Econômica.

ORIENTADOR: Prof. Dr. José Flávio Motta

VERSÃO CORRIGIDA

De acordo,

Prof. Dr. José Flávio Motta
(Orientador/FEA-USP)
São Paulo, 28 de agosto de 2017.

São Paulo
2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

B277c

Barroso, Daniel Souza.

O cativo à sombra: estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888) / Daniel Souza Barroso; orientador José Flávio Motta. - São Paulo, 2017. 342 f.

Tese (Doutorado)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Econômica.

1. Economia e demografia da escravidão. 2. Estrutura da posse de cativos. 3. Família escrava. 4. Grão-Pará. 5. Século XIX. I. Motta, José Flávio, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

*O cativo à sombra:
estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888)*

Daniel Souza Barroso

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), para obtenção do título de Doutor em História Econômica.

ORIENTADOR: Prof. Dr. José Flávio Motta

DATA DA APROVAÇÃO: 29 de junho de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Flávio Motta
(Presidente/FEA-USP)

Prof. Dr. Antonio Otaviano Vieira Junior
(Examinador externo/IFCH-UFPA)

Prof. Dr. Carlos de A. P. Bacellar
(Examinador interno/FFLCH-USP)

Profª. Dra. Máisa Faleiros da Cunha
(Examinadora externa/NEPO-UNICAMP)

Profª. Dra. Luciana Suarez Lopes
(Examinadora interna/FEA-USP)

São Paulo
2017

*Para Zoé, amor intransitivo, mesmo que talvez
não consiga mais entender essas palavras.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, professor José Flávio Motta, por ter aceitado orientar alguém de tão distante paragem. A despeito das minhas dificuldades em manter um ritmo acelerado de escrita e, por conseguinte, com os prazos de entrega de relatórios e do produto final da pesquisa, a seriedade, o comprometimento e a franqueza que sempre destinou à minha pesquisa serviram, servem e continuarão a servir para mim enquanto um parâmetro profissional a ser seguido. Se as falhas que porventura restaram na versão final deste estudo são de minha mais absoluta responsabilidade, todos os méritos nele identificados devem ser divididos não apenas pela orientação criteriosa com a qual me brindou nos últimos quatro anos, como também pelo compromisso e a relevância que dedicou a este trabalho. Para mim, pessoal e academicamente falando, foi uma honra e motivo de orgulho ter sido seu orientando. Muito obrigado!

Institucionalmente, registro os meus agradecimentos ao corpo técnico do Departamento de História da FFLCH-USP, ao Setor de Pós-Graduação da FFLCH-USP e ao Setor de Pós-Graduação da FEA-USP, por todo o suporte burocrático que me foi concedido durante o curso de doutoramento. Os meus agradecimentos institucionais se estendem, como seguramente não poderia deixar de sê-lo, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP / Processo n. 2012/21188-5), pelo financiamento concedido à pesquisa entre abril de 2013 e setembro de 2016. Os recursos recebidos da FAPESP permitiram que eu me dedicasse integralmente às atividades do doutorado. Ademais, me franquearam a possibilidade de participar, assiduamente, de congressos científicos no Brasil e no exterior, experiências que decerto implicaram ganho qualitativo ao estudo que apresento e na minha formação acadêmica. Os agradecimentos se desdobram ao assessor *ad hoc* da Fundação, que com critério e acuidade acompanhou o desenvolvimento do estudo desde o projeto de pesquisa inicial.

Nas disciplinas cursadas no doutoramento, tive a oportunidade de ser aluno de pesquisadores de referência nas minhas áreas de atuação e pesquisa. Sou grato aos professores Robin Blackburn, Rafael Marquese, Ricardo Cicerchia, Carlos Bacellar e, igualmente, ao meu orientador, José Flávio Motta, pelos cursos oferecidos no Programa de Pós-Graduação em História Econômica da FFLCH-USP. Agradeço também aos professores Carlos Bacellar e Nelson Hideiki Nozoe pelas críticas e sugestões com as quais me agraciaram no Exame de Qualificação, que foram determinantes para o amadurecimento da pesquisa e da tese. A Nelson Nozoe agradeço, outrossim, por ter aceitado supervisionar o meu estágio docente na FEA-USP no âmbito

do Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE/USP), e pelas sempre agradáveis conversas que tivemos acerca do desenvolvimento de minha pesquisa e da História Econômica em geral.

Aos membros de minha banca examinadora, professores Otaviano Vieira, Luciana Lopes, Maísa Cunha e Carlos Bacellar, agradeço pela leitura criteriosa destinada a este trabalho. Nesta versão corrigida, busquei incorporar grande parte das críticas e sugestões feitas por ocasião da Defesa – que contribuíram sobremaneira para aparar diversas arestas existentes no texto original. Ao professor Otaviano Vieira, agradeço mais do que especialmente pelo seu papel decisivo na minha formação acadêmica desde 2008, ao supervisionar meu primeiro estágio no Centro de Memória da Amazônia e me orientar tanto na iniciação científica, como no mestrado. Todo o empenho que devotou para a minha formação, a total confiança em mim depositada e a amizade que compartilhamos nesta última década são e sempre serão motivos de estima e gratidão de minha parte.

A elaboração deste estudo se fez um pouco menos solitária pelas constantes conversas que mantive com: Cacilda Machado; Márcia Mello; Antonia Mota; Nazaré Sarges; Maísa Cunha; Sérgio Nadalin; Luciana Lopes; Eliana Ramos; Antônia Briosso; Cristina Cancela; Magda Ricci; Patrícia Sampaio; Rafael I. Chambouleyron; Roseane Pinto; Keith Barbosa; Oscar de la Torre, Francivaldo Nunes e Aldrin Figueiredo (que sempre me forneceu títulos para quase tudo o que produzi nesses anos; aliás, o título e a metáfora com a qual inicio a tese foram sugestões suas). Esses professores contribuíram decisivamente para a elaboração do estudo, lendo e comentando excertos do texto, e compartilhando materiais de pesquisa. A Naná, Márcia e Antonia, registro agradecimentos especiais não só pela amizade, como também por termos publicado artigos e capítulos de livro em coautoria. Registro agradecimentos especiais também para a Cuca, pelo cuidado com o qual leu praticamente todas as versões preliminares dos capítulos da tese, e por sempre me lembrar que a narrativa deve ser a mais objetiva possível.

Agradeço, nesse mesmo sentido, aos colegas com os quais convivi durante as disciplinas do doutoramento, os congressos científicos e as reuniões de grupos de pesquisa, sobretudo do GP RUMA: População, Família e Migração na Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA). A lista é decerto extensa: Marília Imbiriba, Neto Imbiriba, Helder Ângelo, Luiz Laurindo, Luiz Valente, André Cavazzani, João Antônio Lima, Anndrea Tavares, Laura Fraccaro, Mábia Sales, Letícia Freitas, Déborah Gonçalves, André Payar, Cristiane Veiga, Jéssyka Costa, Bárbara Palha e Rafa Carvalho. A convivência com todos vocês tornou a sempre estressante rotina da vida acadêmica algo mais prazeroso. Sobre tudo a Marília, Luiz, Luizinho, Helder,

Mábia e Anndrea, agradeço pela cessão de material de pesquisa e pela inexorável disponibilidade. Para Rafa, igualmente agradeço pela imprescindível ajuda com o depósito da tese.

Não poderia deixar de agradecer aos bolsistas e funcionários do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFGA), do arquivo da Cúria Metropolitana de Belém e, outrossim, da Paróquia do Divino Espírito Santo de Moju, pelo suporte dado durante as pesquisas que desenvolvi. Os agradecimentos se estendem ao *Center for Research Libraries* da Universidade de Chicago, que disponibilizou online os relatórios da administração provincial do Pará; à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BN/RJ), que disponibilizou online periódicos do Pará oitocentista e os documentos referentes ao Projeto Resgate; e ao Fórum Landi (UFGA), que disponibilizou online diversas obras basilares (raras ou há muito já esgotadas) para a compreensão da formação econômica e social da Amazônia. A conclusão do levantamento documental não teria sido possível sem os preciosos auxílios de Paula Gandara e Rebeca Magalhães que me forneceram, respectivamente, registros paroquiais e inventários *post-mortem* digitalizados ao longo de minha estadia em São Paulo.

Por fim, mas não menos importante, agradeço aos meus amigos e à minha família pela compreensão das minhas constantes ausências nos últimos anos mesmo em datas importantes, como aniversários e Natais. Para, de um lado, aumentar o peso de minha ausência e, de outro, me encher de felicidade, os anos “da tese” também marcaram as chegadas de Ingra e Victória, primeira prima e primeira sobrinha, com suas alegrias de viver e os seus sorrisos contagiantes. Obrigado pai, mãe, avó, Rafa, Lucas, Marcela e toda a família da Alessandra! Nada disso teria sido possível sem o apoio e o companheirismo incomensuráveis que vocês me dedicaram, nos últimos anos. Os agradecimentos da tese terminam, agora, como também terminaram os agradecimentos da dissertação: totalmente direcionados a você Alessandra, minha companheira de vida, com todo o amor que há neste mundo.

RESUMO

A relevância econômica e social da escravidão negra na Amazônia é um fator que tem permeado as mais diversas leituras empreendidas sobre a formação histórica da região – dos estudos clássicos elaborados na segunda metade do Oitocentos à historiografia contemporânea. Desde a sua completa desconsideração a uma noção de uma perda de importância prematura, a participação dos escravos na economia do Pará oitocentista permanece numa zona de opacidade na historiografia. A partir da análise serial de inventários *post-mortem* e outras fontes, o presente estudo tem como objetivo revisitar a compreensão do escravismo paraense entre 1810 e 1888, através do exame de dois dos elementos basilares da economia e da demografia da escravidão: a estrutura da posse de cativos e a família escrava. Haja vista a existência de um mútuo condicionamento entre a economia e a demografia da escravidão, o estudo apresenta a tese de que a reprodução endógena dos escravos representou um elemento primordial para a manutenção da importância econômica da escravidão no Grão-Pará, ao longo de todo o século 19, pelo menos nos casos das três regiões paraenses ora privilegiadas: Belém, capital e principal núcleo urbano, e Baixo Tocantins e Zona Guajarina, que constituíam um dos principais cinturões agroextrativistas da capitania e depois província do Grão-Pará.

PALAVRAS-CHAVE: Economia e demografia da escravidão; Estrutura da posse de cativos; Família escrava; Grão-Pará; Século 19.

ABSTRACT

The socioeconomic relevance of African slavery in the Amazon was an issue in the many interpretations of the region's historical formation. From its complete disregard to a notion of premature loss of importance, the role of slaves in the nineteenth-century Pará economy remains in an opaque zone in historiography. This dissertation aims to examine slavery in Grão-Pará throughout the 19th century through a serial analysis based on probate inventories of two core economic and demographic elements of slavery: the slaveholding patterns and the slave family. Given the existence of a mutual conditioning between the economics and the demography of slavery, this study presents the thesis that the endogenous reproduction of slaves represented a primordial element for maintaining the economic importance of slavery in Grão-Pará throughout the 1800s, at least in the cases of the three regions of Pará privileged in this dissertation: the capital Belém and the leading agricultural spaces of Lower Tocantins and the Guajarina Zone.

KEYWORDS: Economics and demography of slavery; Slaveholding patterns; Slave family; Grão-Pará; 19th Century.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE SIGLAS

INTRODUÇÃO 19

CAPÍTULO 01: LEITURAS SOBRE A EFETIVIDADE DA ESCRAVIDÃO NEGRA NA FORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DAS ANTIGAS CAPITANIA E PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ 30

1.1. Dilettantes, confrades e acadêmicos: de Antônio Baena à Geração de 1950 32

1.2. Dos estudos revisionistas à historiografia de nossos dias – um estado da arte..... 44

1.3. Delimitando uma proposta de releitura..... 62

CAPÍTULO 02: REVISITANDO A ECONOMIA E A DEMOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO NA AMAZÔNIA OITOCENTISTA: UMA PRIMEIRA CARACTERIZAÇÃO..... 72

2.1. Considerações sobre a economia do Grão-Pará oitocentista 73

2.2. Considerações sobre a população do Grão-Pará oitocentista 94

CAPÍTULO 03: ESTRUTURA DA POSSE DE CATIVOS NO NÚCLEO URBANO CENTRAL DE BELÉM . 124

3.1. Características demográficas e econômicas dos proprietários de escravos 125

3.2. Estrutura da posse de cativos 135

3.3. Características demográficas e econômicas dos escravos 151

CAPÍTULO 04: FAMÍLIA ESCRAVA E SEUS MECANISMOS DE REPRODUÇÃO DEMOGRÁFICA NO NÚCLEO URBANO CENTRAL DE BELÉM 176

4.1. Família escrava: incidência, estrutura e nupcialidade 177

4.2. Mecanismos de reprodução demográfica e fecundidade escrava 193

4.3. Estabilidade possível das famílias escravas..... 205

CAPÍTULO 05: ESTRUTURA DA POSSE DE CATIVOS NO BAIXO TOCANTINS E NA ZONA GUAJARINA	216
5.1. Características demográficas e econômicas dos proprietários de escravos	217
5.2. Estrutura da posse de cativos	224
5.3. Características demográficas e econômicas dos escravos	239
CAPÍTULO 06: FAMÍLIA ESCRAVA E SEUS MECANISMOS DE REPRODUÇÃO DEMOGRÁFICA NO BAIXO TOCANTINS E NA ZONA GUAJARINA.....	264
6.1. Família escrava: incidência, estrutura e nupcialidade	265
6.2. Mecanismos de reprodução demográfica e fecundidade escrava	278
6.3. Estabilidade possível das famílias escravas.....	291
CONCLUSÃO	307
LISTA DE FONTES	312
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	314
APÊNDICE METODOLÓGICO	333

LISTA DE FIGURAS

FIGURA I.1: Mapa do atual estado do Pará (incluindo o Amapá) no limiar do Oitocentos	24
FIGURA 2.1: Regiões produtoras e tipos de cultivo na Amazônia (décadas de 1850 e 1860) ..	90
FIGURA A.1: Quadro comparativo da população do Grão-Pará por freguesias (1848, 1849, 1854 e 1862)	338

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 2.1: Exportações do Grão-Pará (1800-1840)	84
GRÁFICO 2.2: População escrava da capitania e depois província do Grão-Pará (1774-1885) – exclusive a capitania e depois comarca do Rio Negro	105
GRÁFICO 3.1: Curvas de Lorenz para a distribuição da posse de escravos (Núcleo urbano cen- tral de Belém, 1810-1850).....	140
GRÁFICO 3.2: Pirâmide sexo-etária dos escravos do núcleo urbano central de Belém (Grão- Pará, 1810-1850)	163
GRÁFICO 3.3: Pirâmide sexo-etária dos escravos crioulos (Núcleo urbano central de Belém, Grão-Pará, 1810-1850)	164
GRÁFICO 3.4: Pirâmide sexo-etária dos escravos africanos (Núcleo urbano central de Belém, Grão-Pará, 1810-1850)	164
GRÁFICO 3.5: Pirâmide sexo-etária dos escravos do núcleo urbano central de Belém (Grão- Pará, 1851-1871)	166
GRÁFICO 3.6: Pirâmide sexo-etária dos escravos do núcleo urbano central de Belém (Grão- Pará, 1872-1888)	167
GRÁFICO 5.1: Curvas de Lorenz para a distribuição da posse de escravos (Baixo Tocantins e Zona Guajarina, 1810-1888).....	228
GRÁFICO 5.2: Pirâmide sexo-etária dos escravos do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina (Grão-Pará, 1810-1850).....	249
GRÁFICO 5.3: Pirâmide sexo-etária dos escravos crioulos (Baixo Tocantins e Zona Guajarina, Grão-Pará, 1810-1850)	250
GRÁFICO 5.4: Pirâmide sexo-etária dos escravos africanos (Núcleo urbano central de Belém, Grão-Pará, 1810-1850)	251
GRÁFICO 5.5: Pirâmide sexo-etária dos escravos do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina (Grão-Pará, 1851-1871).....	252
GRÁFICO 5.6: Pirâmide sexo-etária dos escravos do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina (Grão-Pará, 1872-1888).....	253
GRÁFICO 6.1: Estrutura da família extensa da escrava Caetana Isabel (1823)	300

LISTA DE TABELAS

TABELA 2.1: Peso relativo do cacau no total de exportações do Grão-Pará (1756-1867) – valores em réis (Rs.) para os anos com dados disponíveis.....	74
TABELA 2.2: Gêneros agroextrativistas exportados pelo Grão-Pará (1773-1818/1847-1867) – gêneros selecionados pelo autor para os anos com dados disponíveis.....	75
TABELA 2.3: Exportações do Grão-Pará (1800-1840)	80
TABELA 2.4: Gêneros agroextrativistas exportados pelo Grão-Pará (1836-1867) – gêneros selecionados pelo autor para os anos com dados disponíveis)	86
TABELA 2.5: Exportações de borracha da Amazônia (1855-1885).....	88
TABELA 2.6: Estimativas do tráfico de escravos para o Grão-Pará e o Maranhão (1751-1842)	96
TABELA 2.7: População livre e escrava das capitanias do Grão-Pará, do Rio Negro e do Maranhão (1774-1823), e suas respectivas taxas médias geométricas de crescimento anual (TCA)	99
TABELA 2.8: População livre e escrava da província do Grão-Pará por regiões (1823-1872).....	101
TABELA 2.9: Estimativas do tráfico interprovincial de escravos (províncias do norte e do nordeste, 1873-1885)	103
TABELA 2.10: Taxas médias geométricas de crescimento anual da população (%) por regiões (Grão-Pará, 1823-1848, 1848-1872 e 1823-1872)	108
TABELA 2.11: População livre e escrava de Belém, do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina em 1823	114
TABELA 2.12: População livre e escrava de Belém, do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina em 1848	116
TABELA 2.13: População livre e escrava de Belém, do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina em 1872	118
TABELA 2.14: Taxas médias geométricas de crescimento anual da população (%) por localidades/freguesias (Belém, Baixo Tocantins e Zona Guajarina, 1823-1848, 1848-1872 e 1823-1872).....	117
TABELA 3.1: Distribuição dos escravistas segundo o sexo (Núcleo urbano central de Belém, 1810-1888)	126
TABELA 3.2: Distribuição dos escravistas segundo o sexo e o estado conjugal (Núcleo urbano central de Belém, 1810-1888)	129
TABELA 3.3: Distribuição dos escravistas segundo as ocupações e as atividades características dos inventários (Núcleo urbano central de Belém, 1810-1888)	132
TABELA 3.4: Estrutura da posse de cativos (Núcleo urbano central de Belém, 1810-1888) ..	136
TABELA 3.5: Índices de Gini relacionados à posse de escravos em diferentes localidades brasileiras com características relativamente mais urbanas	141

TABELA 3.6: Distribuição dos plantéis segundo as faixas de tamanho e as atividades características dos inventários (Núcleo urbano central de Belém, 1810-1850).....	144
TABELA 3.7: Distribuição dos plantéis segundo as faixas de tamanho e as atividades características dos inventários (Núcleo urbano central de Belém, 1851-1871).....	146
TABELA 3.8: Distribuição dos plantéis segundo as faixas de tamanho e as atividades características dos inventários (Núcleo urbano central de Belém, 1872-1888).....	149
TABELA 3.9: Distribuição dos escravos segundo a origem africana ou crioula (Núcleo urbano central de Belém, 1810-1888)	152
TABELA 3.10: Distribuição dos escravos segundo o sexo (Núcleo urbano central de Belém, 1810-1888)	157
TABELA 3.11: Distribuição dos escravos segundo os grupos etários (Núcleo urbano central de Belém, 1810-1888)	160
TABELA 3.12: Indicadores demográficos e econômicos dos escravos segundo as atividades características dos inventários <i>post-mortem</i> (Núcleo urbano central de Belém, 1810-1850)....	169
TABELA 3.13: Indicadores demográficos e econômicos dos escravos segundo as atividades características dos inventários <i>post-mortem</i> (Núcleo urbano central de Belém, 1851-1871)....	170
TABELA 3.14: Indicadores demográficos e econômicos dos escravos segundo as atividades características dos inventários <i>post-mortem</i> (Núcleo urbano central de Belém, 1872-1888)....	171
TABELA 4.1: Escravos e ingênuos inseridos em famílias segundo o sexo e os grupos etários (Núcleo urbano central de Belém, 1810-1888)	178
TABELA 4.2: Escravos e ingênuos inseridos em famílias segundo o sexo e os grupos etários – por segmento (Núcleo urbano central de Belém, 1810-1888).....	179
TABELA 4.3: Distribuição dos escravos e dos ingênuos inseridos em famílias segundo as faixas de tamanho de plantel (núcleo urbano central de Belém, 1810-1888).....	180
TABELA 4.4: Distribuição percentual dos escravos e dos ingênuos inseridos em famílias segundo as faixas de tamanho de plantel (Núcleo urbano central de Belém, 1810-1888)	182
TABELA 4.5: Distribuição das famílias escravas segundo as suas estruturas e as faixas de tamanho de plantel (Núcleo urbano central de Belém, 1810-1888).....	185
TABELA 4.6: Distribuição dos escravos com 15 ou mais anos de idade segundo o sexo e o estado conjugal (Núcleo urbano central de Belém, 1810-1888).....	187
TABELA 4.7: Frequência dos arranjos matrimoniais nos casamentos envolvendo pelo menos um(a) cônjuge escravo(a) (Núcleo urbano central de Belém, 1827-1870).....	189
TABELA 4.8: Preferências matrimoniais dos escravos segundo o sexo e a condição sociojurídica dos(as) cônjuges (Núcleo urbano central de Belém, 1827-1870)	190
TABELA 4.9: Distribuição das crianças escravas ou ingênuas e das escravas adultas segundo as faixas de tamanho de plantel (Núcleo urbano central de Belém, 1810-1888).....	195
TABELA 4.10: Distribuição das crianças escravas ou ingênuas e das escravas adultas segundo as atividades econômicas (Núcleo urbano central de Belém, 1810-1888).....	198
TABELA 4.11: Distribuição dos filhos escravos ou ingênuos segundo as faixas etárias das mães cativas (Núcleo urbano central de Belém, 1810-1888)	203
TABELA 4.12: Distribuição dos intervalos de duração dos vínculos familiares segundo as faixas etárias das mães (Núcleo urbano central de Belém, 1810-1888).....	207

TABELA 4.13: Distribuição dos intervalos de duração dos vínculos familiares segundo as estruturas familiares (Núcleo urbano central de Belém, 1810-1888)	209
TABELA 5.1: Distribuição dos escravistas segundo o sexo (Baixo Tocantins e Zona Guajarina, 1810-1888)	218
TABELA 5.2: Distribuição dos escravistas segundo o sexo e do estado conjugal (Baixo Tocantins e Zona Guajarina, 1810-1888)	220
TABELA 5.3: Distribuição dos escravistas segundo as atividades características dos inventários (Baixo Tocantins e Zona Guajarina, 1810-1888)	221
TABELA 5.4: Estrutura da posse de cativos (Baixo Tocantins e na Zona Guajarina, 1810-1888)	225
TABELA 5.5: Índices de Gini relacionados à posse de escravos em diferentes localidades e regiões brasileiras na primeira metade do Século 19	229
TABELA 5.6: Índices de Gini relacionados à posse de escravos em diferentes localidades e regiões brasileiras na segunda metade do Século 19	230
TABELA 5.7: Distribuição dos plantéis segundo as faixas de tamanho e as atividades características dos inventários <i>post-mortem</i> (Baixo Tocantins e Zona Guajarina, 1810-1850)	231
TABELA 5.8: Distribuição dos plantéis segundo as faixas de tamanho e as atividades características dos inventários <i>post-mortem</i> (Baixo Tocantins e Zona Guajarina, 1851-1871)	234
TABELA 5.9: Distribuição dos plantéis segundo as faixas de tamanho e as atividades características dos inventários <i>post-mortem</i> (Baixo Tocantins e Zona Guajarina, 1872-1888)	235
TABELA 5.10: Distribuição dos escravos segundo o sexo (Baixo Tocantins e Zona Guajarina, 1810-1888)	240
TABELA 5.11: Distribuição dos escravos segundo a origem africana ou crioula (Baixo Tocantins e Zona Guajarina, 1810-1888)	244
Tabela 5.12: Distribuição dos escravos segundo os grupos etários (Baixo Tocantins e Zona Guajarina, 1810-1888)	247
TABELA 5.13: Indicadores demográficos e econômicos dos escravos segundo as atividades características dos inventários <i>post-mortem</i> (Baixo Tocantins e Zona Guajarina, 1810-1850)	255
TABELA 5.14: Indicadores demográficos e econômicos dos escravos segundo as atividades características dos inventários <i>post-mortem</i> (Baixo Tocantins e Zona Guajarina, 1851-1871)	258
TABELA 5.15: Indicadores demográficos e econômicos dos escravos segundo as atividades características dos inventários <i>post-mortem</i> (Baixo Tocantins e Zona Guajarina, 1872-1888)	259
TABELA 6.1: Escravos e Ingênuos inseridos em famílias segundo o sexo e os grupos etários (Baixo Tocantins e Zona Guajarina, 1810-1888)	266
TABELA 6.2: Escravos e Ingênuos inseridos em famílias segundo o sexo e os grupos etários – por segmento (Baixo Tocantins e Zona Guajarina, 1810-1888)	267
TABELA 6.3: Distribuição dos escravos e dos ingênuos inseridos em famílias segundo as faixas de tamanho de plantel (Baixo Tocantins e Zona Guajarina, 1810-1888)	268
TABELA 6.4: Distribuição percentual dos escravos e dos ingênuos inseridos em famílias segundo as faixas de tamanho de plantel (Baixo Tocantins e Zona Guajarina, 1810-1888)	269
TABELA 6.5: Distribuição das famílias escravas segundo as suas estruturas e as faixas de tamanho de plantel (Baixo Tocantins e Zona Guajarina, 1810-1888)	270

TABELA 6.6: Distribuição dos escravos com 15 ou mais anos de idade segundo o sexo e o estado conjugal (Baixo Tocantins e Zona Guajarina, 1810-1888)	275
TABELA 6.7: Distribuição das crianças escravas ou ingênuas e das escravas adultas segundo as faixas de tamanho de plantel (Baixo Tocantins e Zona Guajarina, 1810-1888)	279
TABELA 6.8: Distribuição das crianças escravas ou ingênuas e das escravas adultas segundo as atividades econômicas (Baixo Tocantins e Zona Guajarina, 1810-1888)	283
TABELA 6.9: Distribuição dos filhos escravos ou ingênuos segundo o estado conjugal das mães cativas (Baixo Tocantins e Zona Guajarina, 1810-1888)	286
TABELA 6.10: Distribuição dos filhos escravos ou ingênuos segundo as faixas etárias das mães cativas (Baixo Tocantins e Zona Guajarina, 1810-1888)	289
TABELA 6.11: Distribuição dos intervalos de duração dos vínculos familiares segundo as faixas etárias das mães (Baixo Tocantins e Zona Guajarina, 1810-1888)	292
TABELA 6.12: Distribuição dos intervalos de duração dos vínculos familiares segundo as estruturas familiares (Baixo Tocantins e Zona Guajarina, 1810-1888)	296

LISTA DE SIGLAS

APEP	Arquivo Público do Estado do Pará
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
BN/RJ	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
CMA/UFPA	Centro de Memória da Amazônia da Universidade Federal do Pará
CMB	Cúria Metropolitana de Belém
FEA-USP	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo
FFLCH-USP	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISCTE	Instituto Universitário de Lisboa
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGP	Instituto Histórico e Geográfico do Pará
PPHIST/UFPA	Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Pará
TJE/PA	Tribunal de Justiça do Estado do Pará
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPA	Universidade Federal do Pará
USP	Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

Luzes e Sombras. O paradigma da arte renascentista¹ serviu para Theodoro Braga, um dos mais proeminentes artistas e intelectuais do Pará da virada do século 19 ao século 20, como metáfora para as profundas transformações sociais, econômicas e culturais levadas a efeito nesse contexto na Amazônia e, também, no Brasil. Os primeiros historiadores da cultura e da arte no Pará projetavam 1888, não fortuitamente o ano da Abolição sob a Lei Áurea, como um marco. Nas palavras de Aldrin Figueiredo e Moema Bacelar: “estavam em jogo os valores da liberdade e da abolição assim como os significados da crença republicana, cultivados, em larga medida, a partir da década de 1890”.² Para artistas e intelectuais como Braga, no quadro da formação histórica da Amazônia e, por conseguinte, na do Brasil, o Império e a escravidão estariam nas sombras, ao passo que a República e seus valores de liberdade estariam nas luzes.³

Em certo sentido, não figuraria de todo irrazoável lançarmos mão da metáfora de Braga enquanto um recurso explicativo para o lugar, o mais das vezes, secundário, relegado à escravidão e a suas múltiplas dimensões nos termos da formação econômica e social da Amazônia. Por bastante tempo foi lugar-comum na historiografia brasileira – e, vale dizer, igualmente nas primeiras linhas interpretativas produzidas, na própria Amazônia, sobre o evoluir histórico da região –, circunscrever a sua formação econômica e social a uma ideia de “área periférica” em que a mão de obra escrava de origem africana restou pretensamente incipiente e uma economia de base agrícola não se efetivara, conservando um caráter basicamente extrativista.⁴ Se, por um lado, tal leitura enviesada lançou luz sobre a inquestionável importância da mão de obra indígena e de retirantes nordestinos, em momentos distintos do evoluir histórico da região, por outro lado, reputou a escravidão e a própria presença africana na Amazônia como algo de menor relevância, conduzindo o cativo negro, por décadas, às sombras da historiografia.

O presente estudo tem como objetivo revisitar a compreensão do escravismo paraense, entre 1810 e 1888, através do exame de dois dos elementos basilares da economia e da demo-

¹ Sobre o embate entre luzes e sombras como um elemento central da arte renascentista, ver principalmente: BAXANDALL, Michael. **Sombras e Luzes**. São Paulo: EDUSP, 1997 [1995].

² FIGUEIREDO, Aldrin Moura de; ALVES, Moema de Bacelar. Arte, poesia e abolição no Grão-Pará. **Política Democrática - Revista de Política e Cultura**, Brasília, n. 24, ago. 2009, p. 171.

³ cf.: RODRIGUES, Sílvia Ferreira. **Todos os caminhos partem de Roma: arte italiana e romanização entre o Império e a República em Belém do Pará (1867-1892)**. Tese de Doutorado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2015.

⁴ cf.: BARROSO, Daniel Souza. Por uma História da Família e da População na Amazônia: percursos historiográficos. In: CICERCHIA, Ricardo; BACELLAR, Carlos; IRIGOYEN, Antônio (Org.). **Estruturas, Conjunturas e Representações: perspectivas de estudos das formas familiares**. Múrcia: EDIT.UM, 2014, p. 51-66.

grafia da escravidão: a estrutura da posse de cativos e a família escrava. Tendo em vista o mútuo condicionamento existente entre a economia e a demografia da escravidão,⁵ apresentamos a tese de que a reprodução endógena dos escravos representou um elemento fundamental para a manutenção da importância econômica da escravidão no Grão-Pará ao longo de todo o século 19, pelo menos, nos casos das três regiões paraenses aqui analisadas: Belém, capital e principal núcleo urbano, e Baixo Tocantins e Zona Guajarina, que constituíam o principal cinturão agroextrativista da capitania e, depois, província do Grão-Pará. A elaboração desse estudo, assim como a formatação da tese apresentada são ao mesmo tempo decorrência de nossa trajetória de pesquisa nas áreas de Demografia Histórica e História Econômica, e acima de tudo, dos avanços da historiografia acerca da escravidão negra na Amazônia nas últimas décadas.

O nosso percurso de pesquisa nas áreas de Demografia Histórica e de História Econômica teve início em 2008, quando, ainda aluno de graduação em História da Universidade Federal do Pará (UFPA), ingressamos como bolsista no projeto de pesquisa “Centro de Memória da Amazônia: Demografia & História”. No âmbito do projeto, coordenado pelo Prof. Dr. Antonio Otaviano Vieira Junior (UFPA), desenvolvemos um plano de trabalho de iniciação científica através da Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará (FAPESPA), que tinha como escopo proceder ao levantamento de todos os registros de casamento civil produzidos no Cartório Privativo de Casamentos da Comarca da Capital do Pará (Belém) entre 1908 e 1925. Na execução de tal plano, valemo-nos de nossa experiência anterior de trabalho em um estágio no Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA), que nos possibilitou conhecer e tratar da documentação de natureza cível do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE/PA), também utilizada no presente estudo.

As experiências no CMA/UFPA e na iniciação científica nos ensinaram definir o nosso primeiro objeto de pesquisa (o casamento e as relações familiares em Belém, no limiar do século 20), as fontes privilegiadas para seu estudo (os registros de casamento civil) e uma perspectiva serial de análise, que permeia a nossa produção até hoje – na qual, os métodos de análise da Demografia Histórica ajudam a responder problemas da História Econômica. No nosso trabalho de conclusão de curso de graduação⁶ e em nossas primeiras apresentações de trabalho buscamos investigar o impacto da crise da Economia da Borracha nas relações familiares e na configuração do mercado de trabalho em Belém, nos anos de 1910 e 1920. Ainda que esse ob-

⁵ Sobre tal mútuo condicionamento, ver especialmente: MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)**. São Paulo: Annablume, 1999.

⁶ BARROSO, Daniel Souza. **O casamento, em Belém, no início do século XX**. Monografia de Conclusão de Curso de Graduação (História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2009.

jeto de pesquisa e seu recorte cronológico tenham modificado do mestrado em diante, a perspectiva de análise serial, demográfica e econômica permanece norteando as nossas pesquisas.

No final de 2009, ao elaborarmos o projeto de mestrado que submetemos ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPA (PPHIST/UFPA), decidimos trilhar um caminho em parte distinto daquele que trilhávamos na iniciação científica. Conquanto nos parecesse oportuno permanecer estudando o eventual impacto do contexto de crise da Economia da Borracha no casamento e nas relações familiares em Belém, julgamos ser ainda mais interessante elaborarmos um projeto sobre o casamento e as relações familiares no período de gestação (décadas de 1840, 1850 e 1860) da Economia da Borracha. Tal recuo cronológico, em última instância, tinha em vista também explorar as possibilidades de interlocução entre o estudo que postulávamos produzir e um trabalho elaborado, em meados da década de 2000, que redimensionou o lugar da família na historiografia paraense: a tese de doutorado de Cristina Cancela, de 2006.⁷

Por mais que com um objeto de pesquisa (o casamento e as múltiplas relações familiares) e uma abordagem (análise serial) bastante semelhantes, o deslocamento do recorte temporal de nossa pesquisa de mestrado em comparação ao período que havíamos analisado na iniciação científica nos forçou a proceder a uma alteração no corpo documental a ser pesquisado. Em vez dos registros de casamento civil (que começaram a ser produzidos no Brasil em 1890, logo no início da República), lançamos mão dos registros paroquiais de batismo e casamento, fontes clássicas da Demografia Histórica.⁸ O trabalho com os registros de batismo nos permitiu não somente identificar toda uma série de relações conjugais à margem do casamento legítimo, como também ampliar o horizonte de reflexão das relações familiares para o compadrio, um laço de parentesco espiritual, sacramentado pela Igreja, de grande importância na configuração da tessitura social do Brasil colonial e imperial.⁹ Ademais, tal deslocamento nos ensejou incluir os escravos como um dos segmentos sociais contemplados na dissertação.¹⁰

⁷ CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e relações familiares na Economia da Borracha (Belém, 1870-1920)**. Tese de Doutorado (História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.

⁸ cf.: HENRY, Louis. **Técnicas de análise em demografia histórica**. Lisboa: Gradiva, 1988; WRIGLEY, E. A.; DAVIES, R. S.; OEPPEN, J. E.; SCHOFIELD, R. S. (Ed.). **English population history from family reconstitution, 1580-1837**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

⁹ Ver principalmente: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. A política do compadrio nas senzalas: um debate em aberto. CICERCHIA, Ricardo; BACELLAR, Carlos; IRIGOYEN, António (Org.). **Estruturas, Conjunturas e Representações: perspectivas de estudos das formas familiares**. Múrcia: EDIT.UM, 2014, p. 213-24.

¹⁰ BARROSO, Daniel Souza. **Casamento e compadrio em Belém nos meados do Oitocentos**. Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2012.

De maneira a matizarmos o quadro geral sobre o casamento e o compadrio de escravos na Belém oitocentista, procedemos, na dissertação, a um estudo de caso de um plantel escravo específico – o Engenho Bom Intento, uma importante propriedade rural localizada em Bujaru, distrito da comarca de Belém. A proposta era cotejar as práticas de casamento e de compadrio dos 142 escravos dessa propriedade, com as tendências que encontramos para o núcleo urbano central de Belém acerca dos mesmos fatores. A elaboração desse estudo de caso, realizada no momento em que ainda dávamos os primeiros passos de pesquisa sobre a escravidão negra no Pará, nos evidenciou uma grande lacuna existente na historiografia paraense em relação às características demográficas dos cativos,¹¹ ao observarmos que não seria possível situar adequadamente o perfil dos cativos dessa propriedade aos perfis das escravarias de Bujaru, Belém ou ainda da província do Pará como um todo, por falta de parâmetros na historiografia.

A despeito dos importantes esforços empreendidos por Vicente Salles,¹² Patrícia Sampaio¹³ e José Maia Bezerra Neto,¹⁴ dentre outros, acerca da formação de uma economia escravista no Pará e de suas principais características, o conhecimento em torno do perfil demográfico dos cativos do Grão-Pará permanece um aspecto pouco explorado na historiografia paraense.¹⁵ Foi, a priori, justamente tal lacuna que nos levou a formatar a proposta de pesquisa que resultou no presente estudo. Sem pretendermos adentrar agora numa discussão historiográfica, a proposta que desaguou neste estudo também se conformou a partir da constatação de que as explicações conferidas por uma historiografia tradicional acerca da dinâmica e da reestruturação da economia paraense, no decorrer do Oitocentos, não apresentavam evidências concretas do grau de importância da mão de obra cativa. Desde a sua completa desconsideração à noção de uma perda de importância prematura, a participação dos cativos na economia do Pará oitocentista permanecia turva.

DELIMITANDO O OBJETO DE PESQUISA, AS FONTES E OS MÉTODOS DE ANÁLISE

Como argumentamos anteriormente, o presente estudo tem como finalidade analisar o escravismo no Grão-Pará, ao longo do século 19, através da análise serial de dois dos elementos basilares da economia e da demografia da escravidão negra: a estrutura da posse de cativos

¹¹ BEZERRA NETO, José Maia. Do vazio africano à presença negra. Historiografia, fontes e referências sobre a escravidão africana na Amazônia. **Artigo não publicado**, 2010.

¹² SALLES, Vicente. **O Negro no Pará sob o regime da escravidão**. Belém: IAP, 2005 [1971].

¹³ SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia**. Manaus: Editora da UFAM, 2011.

¹⁴ BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão negra no Grão-Pará (séculos XVII-XIX)**. Belém: Paka-Tatu, 2012 [2001].

¹⁵ BEZERRA NETO, José Maia. **Do vazio africano à presença negra**, op. cit.

e a família escrava. O foco da pesquisa incide na dinâmica populacional e na estrutura de posse de cativos assim como nos mecanismos de reprodução e na estabilidade possível da família escrava em três regiões paraenses que experimentaram, de diferentes maneiras, o evoluir demográfico e econômico do Pará oitocentista. De um lado, a cidade de Belém, capital e principal núcleo urbano do Grão-Pará e, do outro lado, o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina, regiões que constituíam, no entorno de Belém, o mais sobressaído cinturão agroextrativista do Pará, desde pelo menos os meados do século 18.

Tratavam-se, em última instância, dos mais antigos espaços da colonização portuguesa na Amazônia, sendo à exceção das regiões do Marajó, do Salgado (litoral Atlântico) e do Baixo Amazonas (proximidades de Santarém), praticamente os únicos que vivenciaram ocupação mais efetiva até o começo do século 19.¹⁶ Cada uma dessas regiões consagrava-se a atividades econômicas diferentes e apresentava maior ou menor incidência de cativos. No núcleo central de Belém havia uma escravidão com traços marcadamente urbanos e a segunda maior concentração de escravos do Grão-Pará. O Baixo Tocantins e a Zona Guajarina, por sua vez, dedicavam-se, sobretudo, ao agroextrativismo, notadamente às culturas da cana-de-açúcar, do cacau, do arroz e da mandioca, apresentando a maior concentração de cativos do Pará. Para dimensionarmos a importância dessas regiões no contexto do escravismo paraense, basta observarmos que nos anos de 1823, 1848 e 1872, as três regiões concentraram, conjunta e respectivamente, 59,0%, 58,0% e 64,1% de todos os escravos da província.¹⁷

¹⁶ ANDERSON, Robin L. **Colonization as Exploitation in the Amazon Rain Forest (1758-1911)**. Gainesville: University Press of Florida, 1999, p. 147.

¹⁷ cf.: **1823**: BAENA, Antônio. **Ensaio corográfico sobre a Província do Pará**. Brasília: Senado Federal, 2004 [1839], p. 260-348; **1848**: PARÁ. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará na primeira sessão da XIII Legislatura pelo Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1º de setembro de 1862. Pará: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862, p. 96; **1872**: BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento Geral do Império de 1872*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger/Tip. Commercial, 1876, v. 1, p. 211-2.

FIGURA I.1
MAPA DO ATUAL ESTADO DO PARÁ (INCLUINDO O AMAPÁ) NO LIMIAR DO OITOCENTOS

OBS: Land effectively settled – Espaços efetivamente colonizados; Unsettled land – Espaços não colonizados;
 Towns established before 1800 – Povoados estabelecidos antes de 1800.

FONTE: ANDERSON, Robin L. *Colonization as Exploitation in the Amazon Rain Forest (1758-1911)*. Gainesville: University Press of Florida, 1999, p. 147 (com alterações do autor).

A investigação dessas diferentes regiões, dedicadas a distintas atividades econômicas e que, com efeito, vivenciaram de formas diferenciadas o evoluir demográfico e econômico pelo qual passou o Grão-Pará no século 19, possibilita a construção de um quadro analítico mais amplo que pode evidenciar, inclusive, heterogeneidades internas na província no que concerne à importância econômica dos escravos e à sua demografia. As diferentes maneiras pelas quais essas regiões experimentaram esse evoluir – que, como veremos, tornaram-se particularmente ainda mais distintas a partir de 1850, com a proibição definitiva do tráfico atlântico e a consolidação de um complexo econômico dedicado à exportação da borracha – demandam da análise uma visão mais dinâmica, no que toca às evidentes relações entre o processo demográfico e o desenvolvimento econômico específico de cada uma das regiões investigadas.

O recorte cronológico adotado no presente estudo abarca praticamente todo o Oitocentos escravista iniciando em 1810 – ano do primeiro inventário encontrado para ambas as regiões, e um contexto marcado pela intensificação das exportações do cacau e o enfraquecimento do tráfico atlântico destinado à Amazônia – e se estendendo até 1888, o ano da Abolição sob a Lei Áurea. O recorte temporal da pesquisa percorre o avanço de toda a legislação emancipacionista baixada no Oitocentos e que subdivide todo esse intervalo em três períodos de observação privilegiados: 1810-1850, 1851-1871 e 1872-1888 – assim divididos por conta da Lei Eusébio de Queirós, que interditou definitivamente o trato em 1850, e da Lei Rio Branco, que libertou o ventre das mulheres escravas em 1871. Não obstante, aquele recorte temporal percorre igualmente momentos importantes do Grão-Pará oitocentista como a sua adesão à Independência, em 1823; a Cabanagem – revolta regencial ocorrida na região –, na segunda metade da década de 1830, e a consolidação da chamada Economia da Borracha, a partir de 1850.

As discussões desenvolvidas no decurso do presente estudo são suportadas por um tipo de fonte principal (os inventários *post-mortem*), em diálogo com um conjunto diversificado de fontes auxiliares (mapas de população do fim do século 18, estatísticas demográficas do século 19, Recenseamento Geral de 1872, relatórios, *mensagens* e *falas* de diferentes instâncias da administração pública, registros paroquiais de casamento, jornais, etc.). O quadro analítico geral constituído através da apropriação serial dos inventários é qualificado pelas fontes auxiliares. Se, por um lado, os inventários fornecem os indicadores mais gerais da análise da estrutura da posse de cativos e da família escrava, por outro lado tais indicadores são ainda cotejados com casos particulares e situações bastante específicas, estreitando as fronteiras existentes entre os indivíduos e a sociedade e possibilitando compreender tanto os comportamentos coleti-

vos (o nosso mote de análise), como as demandas mais particulares de indivíduos e grupos diversos diante do evoluir demográfico e econômico do Pará oitocentista.

Ao todo foram consultados cerca de 1.000 inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFGA), que representam a totalidade de inventários desse arquivo, entre 1810 e 1888, além de outros quatro inventários provenientes do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).¹⁸ Desse quantitativo, encontramos 338 processos com a presença de cativos, sendo 202 deles referentes ao núcleo urbano central de Belém, e os demais referentes ao Baixo Tocantins e à Zona Guajarina. Tal conjunto de documentos nos forneceu uma amostragem composta por 3.937 escravos e 161 ingênuos atinentes a diferentes freguesias de Belém e localidades das regiões tocantina e guajarina. Para dimensionarmos a representatividade dessa amostra, o contingente total de cativos das três regiões examinadas oscilou na casa dos 17 mil cativos, em distintos pontos do século 19.

Sem maiores delongas (o corpo documental utilizado na tese bem como os métodos de análise empregados são comentados ao longo do texto e, especialmente, no APÊNDICE METODOLÓGICO), gostaríamos de destacar ainda que foram consultados todos os relatórios da administração provincial do Pará (e conseqüentemente, todas as estatísticas demográficas produzidas nessa esfera administrativa) no decorrer do século 19, o Recenseamento de 1872, recenseamentos antigos do século 18, jornais de grande circulação na cidade de Belém e registros paroquiais de casamento. No caso específico desses, que são utilizados para nuançar a análise da nupcialidade dos escravos e das escravas do núcleo central de Belém, do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, foram pesquisados cerca de 2.300 assentos de diferentes freguesias do núcleo urbano central de Belém, e outros 253 assentos de casamento da paróquia de N. S. da Soledade de Cairari, localizada em Moju, localidade situada na fronteira entre o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina.

Assim sendo, este estudo propõe revisitar o escravismo paraense em sintonia com dois movimentos de “retorno” na historiografia. De um lado, no que diz respeito à delimitação espacial adotada, em um esforço de estabelecer comparações entre paisagens urbanas e rurais de acordo não somente com as suas marcantes diferenças econômicas, mas também – e acima de tudo – com as suas características demográficas fundamentalmente distintas – da composição

¹⁸ Durante grande parte de nosso doutoramento, o APEP esteve fechado às pesquisas. Os quatro inventários *post-mortem* do APEP que usamos na pesquisa nos foram gentilmente cedidos por Marília Imbiriba – a quem agradecemos novamente.

e estrutura da população à densidade demográfica.¹⁹ Do outro lado, em um esforço de trazer a análise serial de média e de longa duração – ancorada em um extenso levantamento documental – de volta ao protagonismo na História Social – e no caso específico deste estudo – na História Econômica, como um caminho novamente privilegiado para a explicação da sociedade e da economia, a partir das suas estruturas mais gerais.²⁰

ESTRUTURA E CAPITULAÇÃO DA TESE

A presente tese encontra-se estruturada em três partes, divididas, ao todo, em seis capítulos. Na primeira parte apresentamos dois capítulos (01 e 02) voltados a situar o leitor na historiografia acerca da formação econômica a Amazônia, enfatizando o papel atribuído à escravidão negra nesse processo e no panorama demográfico e econômico do Grão-Pará oitocentista, e avaliando o evoluir econômico da província e seu comportamento demográfico (com natural foco no segmento cativo da população), no decorrer do século 19. As duas partes seguintes são voltados a examinar a estrutura da posse de cativos, a família escrava e os mecanismos de reprodução dos cativos, em um primeiro momento no núcleo central de Belém (CAPÍTULOS 03 e 04) e, posteriormente, no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina (CAPÍTULOS 05 e 06). Ao final da tese é apresentado, ainda, um APÊNDICE METODOLÓGICO, que reúne considerações gerais sobre os métodos adotados na coleta e análise dos dados. Exploramos agora as discussões a serem desenvolvidas em cada capítulo da tese.

O primeiro capítulo tem como objetivo fornecer um panorama geral das diversas leituras a respeito da escravidão negra levadas a efeito nos grandes quadros explicativos da formação econômica e social da Amazônia de modo a contextualizarmos o presente produto de pesquisa, no âmbito dessa historiografia. Para tal, buscamos construir a genealogia daqueles quadros explicativos, enfocando as suas duas principais “fases”: 1) das interpretações precursoras de Antônio Baena e Manoel Barata – datadas, respectivamente, dos meados do século 19 e do limiar do século 20 –, às interpretações produzidas pela chamada “Geração de 1950” da historiografia paraense, composta por intelectuais como Arthur César Ferreira Reis, Ernesto Cruz e Manuel Nunes Pereira; 2) as releituras realizadas a partir dos anos de 1970 por Vicente Salles, Manuel Nunes Dias, Colin MacLachlan, Robin L. Anderson, dentre outros.

¹⁹ GELMAN, Jorge; SANTILLI, Daniel. Crecimiento económico, divergencia regional y distribución de la riqueza – Córdoba y Buenos Aires después de la independencia. **Latin America Research Review**, Austin, v. 45, n. 1, p. 121-47, 2010.

²⁰ ARMITAGE, David; GULDI, Jo. Le retour de la longue durée: une perspective anglo-américaine. **Annales. Histoire, Sciences Sociales**, Paris, v.70, n. 2, p. 289-318, apr.-jun. 2015.

O segundo capítulo tem como objetivo fornecer uma caracterização geral dos aspectos demográficos e econômicos da escravidão negra na Amazônia oitocentista, construída a partir do diálogo com a historiografia concernente ao tema e de uma apropriação de fontes primárias e secundárias. Essa caracterização servirá como pano de fundo às análises encadeadas nos capítulos subsequentes. Para tal o capítulo encontra-se dividido em duas seções. Na primeira delas, traçamos um panorama do evoluir econômico do Grão-Pará ao longo do Oitocentos tendo como balizas a passagem do século 18 ao século 19 (contexto marcado pelo reposicionamento da agricultura nas pautas de exportação do Grão-Pará) e a segunda metade do século 19 (contexto caracterizado pela formação de um sólido complexo econômico, capitaneado pela exploração da borracha). Na segunda seção, a nossa atenção está voltada para a dinâmica populacional dos cativos no Grão-Pará oitocentista, focando nas variações no contingente e na estrutura demográfica dos cativos.

A segunda e a terceira parte da tese apresentam estrutura análoga: ambas são compostas por um capítulo dedicado à estrutura da posse de escravos, seguido de outro capítulo dedicado à família cativa. Cada um desses capítulos é, por sua vez, subdividido em três seções. Os capítulos votados à análise da estrutura da posse de cativos apresentam as seguintes seções: 1) características dos proprietários de escravos, 2) características a posse de cativos, e 3) características dos escravos. Os capítulos votados ao exame da família cativa, por seu turno, apresentam as seguintes seções: 1) incidência, estrutura e nupcialidade da família cativa, 2) mecanismos de reprodução demográfica e fecundidade escrava, e 3) estabilidade possível das famílias cativas. O corpo documental a ser privilegiado, na segunda e na terceira parte, é composto pela série de inventários *post-mortem* compilada. Cumpre-nos agora comentar sobre cada seção, de modo a vislumbrarmos os objetivos gerais de cada capítulo.

Nas seções dedicadas aos proprietários de escravos, interessa-nos proceder à caracterização dos escravistas, conforme o sexo, o estado conjugal e as atividades por eles desenvolvidas. Nas seções votadas à estrutura da posse de escravos, importa-nos examinar o seu grau de concentração e a sua relação com as diferentes atividades econômicas. Nas seções voltadas às características dos escravos, interessa-nos, de resto, delinear o perfil dos cativos em relação ao sexo, à idade e à origem, verificando possíveis alterações nessas distribuições ao longo do século 19, não apenas em função de conjunturas econômicas específicas, mas também como decorrência do avançar da legislação emancipacionista. Para o delineamento desse perfil, consideramos as diferentes faixas de tamanho de plantel, assim como as atividades econômicas características nas propriedades.

Nas seções votadas à incidência e à estrutura das famílias escravas, procuramos verificar o peso relativo dos cativos inseridos em relações familiares, a ocorrência de estruturas familiares mais recorrentes e, além disso, o peso relativo dos escravos uma vez casados. Nas seções dedicadas à fecundidade cativa e aos mecanismos de reprodução demográfica dos escravos, examinamos a reprodução endógena dos cativos de acordo com as distintas faixas de tamanho de plantel e as atividades características das propriedades, atentando de forma especial para as variações na fecundidade potencialmente decorrentes do avanço da legislação emancipacionista. Nas seções dedicadas à estabilidade possível das famílias escravas, investigamos o tempo de duração dos vínculos estabelecidos, assim como a relação entre essa duração média, as diferentes faixas de tamanho de plantel e o grau de complexidade das famílias cativas.

CAPÍTULO I

LEITURAS SOBRE A EFETIVIDADE DA ESCRAVIDÃO NEGRA NA FORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DAS ANTIGAS CAPITANIA E PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ

Por longo tempo, foi lugar-comum na historiografia brasileira relacionar o processo de formação econômica e social da Amazônia à noção de “área periférica”, constituída à margem dos diversos modelos explicativos da economia colonial na América Portuguesa elaborados, a partir da década de 1940, por intelectuais como: Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré, Celso Furtado, Fernando A. Novais, Jacob Gorender e Ciro Flamarion Cardoso.²¹ Grosso modo, essa noção foi inoculada através de uma leitura calcada na experiência de colonização portuguesa no Atlântico Sul. Dito em outras palavras, o não enquadramento do antigo Estado do Grão-Pará e Maranhão em um modelo explicativo da economia colonial que privilegiava as chamadas “áreas dinâmicas” (a exemplo do Nordeste açucareiro), levou a Amazônia a ser classificada como “área periférica”. Em vez de ser entendida como um horizonte de comparação, aquela experiência foi apropriada como um modelo que se esperava reverberar no processo de colonização da região amazônica.²²

Em certo sentido, a população serviu de alicerce para o argumento de que a Amazônia consubstanciaria uma “área periférica”, onde, supostamente, a mão de obra escrava de origem africana fora incipiente e uma economia de base agrícola não chegara a se estabelecer. A ideia fortemente arraigada de que a economia da Amazônia colonial e imperial, fundamentalmente extrativista, havia sido suportada pela mão de obra indígena e, mais a frente, pela mão de obra de retirantes nordestinos, acabou relegando outras atividades econômicas e formas de trabalho a uma “zona de opacidade” na historiografia, não conferindo o devido protagonismo à mão de obra cativa de origem africana, no funcionamento e na dinâmica da economia da Amazônia.²³ Entretanto, como estudos há algum tempo vêm evidenciando, os escravos não somente figura-

²¹ Para uma abordagem mais geral dos diversos modelos explicativos da economia colonial da América Portuguesa, ver: MAGALHÃES, Diogo Franco. **O Reinventar da Colônia: um balanço das interpretações sobre a economia colonial brasileira**. Dissertação de Mestrado (Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2008; FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FLORENTINO, Manolo Garcia. **O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia – Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 25-39.

²² CHAMBOULEYRON, Rafael Ivan. Cacao, Bark-Clove, and Agriculture in the Portuguese Amazon Region in the Seventeenth and Early Eighteenth Century. **Luso-Brazilian Review**, Madison, v. 51, n. 1, 2014, p. 2-3.

²³ BARROSO, Daniel Souza. Por uma História da Família e da População na Amazônia brasileira: percursos historiográficos. In: CICERCHIA, Ricardo; BACELLAR, Carlos; IRIGOYEN, António (Org.). **Estruturas, Conjunturas e Representações: perspectivas de estudos das formas familiares**. Múrcia: EDIT.UM, 2014, p. 52-3.

ram, em determinadas conjunturas, enquanto uma parte decerto expressiva da população paraense, como também constituíram, até pelo menos os meados do século 19, uma força produtiva de grande importância, notadamente para a agricultura e a pecuária da região.²⁴

Este capítulo tem como objetivo fornecer o panorama geral das leituras sobre a formação econômica e social da Amazônia, sublinhando as diferentes interpretações levadas a efeito por essa historiografia, sobretudo nas últimas décadas, no que respeita à efetividade demográfica e econômica da escravidão negra na região. Para tanto, propomos uma digressão historiográfica que considere dois momentos, a nosso ver, basilares, para o entendimento geral daquelas interpretações: um primeiro momento, que parte da publicação do clássico *Compêndio das Eras da Província do Pará* de Antônio Baena – a obra que consagrou a primeira grande linha de revelação da formação histórica da Amazônia²⁵ – e vai até os estudos produzidos pela “Geração de 1950” – responsáveis por academicizar o conhecimento historiográfico acerca daquela formação; e, um segundo momento, que tem início com os estudos revisionistas publicados a partir do fim dos anos de 1960 – que ajudaram a matizar a compreensão da realidade demográfica e econômica da escravidão negra nessa região – aportando na produção de nossos dias.

A apresentação da trajetória dessa historiografia atende principalmente a duas necessidades: se, por um lado, permite a um interlocutor não necessariamente habituado com a história da Amazônia conhecer, já de início e mais amiúde, os termos nos quais se deu e as particularidades que balizaram a formação econômica e social da região; por outro lado, nos prescinde de, no restante do texto, proceder a recorrentes referências, mais aprofundadas, ao processo de formação histórica da região; tornando, assim, nossa narrativa mais limpa e potencialmente menos suscetível a repetições, o mais das vezes, dispensáveis – optamos por a partir do CAPÍTULO 02 incluímos apenas referências pontuais e estritamente necessárias à formação econômica e social da Amazônia. Além do mais, a exposição de tais percursos também facultará, ao leitor, a possibilidade de situar nosso estudo no âmbito do conhecimento já produzido sobre a formação histórica da região amazônica, reflexão à qual votamos a última seção deste capítulo – as duas primeiras seções são dedicadas aos dois momentos explicitados no parágrafo acima.

Cumpre-nos esclarecer, de antemão, que o nosso objetivo neste capítulo não é analisar, com delongas, todos os estudos que se devotaram, em maior ou menor medida, a demonstrar a efetividade demográfica e econômica da escravidão na região. Não é o caso, também, de sim-

²⁴ Dentre outros, destacamos o pioneiro estudo de Vicente Salles: SALLES, Vicente. **O Negro no Pará sob o regime da escravidão**. Belém: IAP, 2005 [1971].

²⁵ cf.: COELHO, Geraldo Mártires. **Nos passos de Clío: peregrinando pela Amazônia colonial**. Belém: Estudos Amazônicos, 2012.

plesmente reproduzirmos alguns esforços de síntese anteriores, que se dedicaram a examinar a historiografia sobre a escravidão na Amazônia sob um prisma mais geral, sem necessariamente focar as leituras feitas em relação a elementos específicos, a exemplo dos próprios aspectos sociais, demográficos e econômicos da escravidão na região amazônica.²⁶ Trata-se sim de procedermos a uma caracterização mais particularizada dessa historiografia, que focalize, justamente, as – a nosso ver – principais leituras empreendidas em torno da efetividade demográfica e econômica da escravidão negra na Amazônia.

1.1. DILETANTES, CONFRADES E ACADÊMICOS: DE ANTÔNIO BAENA À GERAÇÃO DE 1950

Com a publicação, em 1838, de o *Compêndio das Eras da Província do Pará*, Antônio Baena inaugurou – no entendimento de Geraldo Mártires Coelho que, aqui, compartilhamos – a “primeira grande linha de revelação” da história da Amazônia.²⁷ Pensado inicialmente como parte introdutória de uma obra de maior envergadura (o *Ensaio corográfico sobre a Província do Pará*, que viria a ser publicado um ano mais tarde), o *Compêndio* representou um marco na compreensão da formação histórica da região amazônica, ao apresentar uma recapitulação, até então inovadora, das “principais” personagens e dos “principais” acontecimentos políticos que conformaram a história da Amazônia, desde o início de sua colonização, no limiar do Seiscentos.²⁸ Tal recapitulação complementar, segundo o projeto original de Baena de publicar apenas uma obra de maior envergadura, a descrição dos aspectos físicos e geográficos da região – empreendida no âmbito do que veio a ser o seu então desmembrado *Ensaio corográfico*.²⁹

O *Compêndio* foi a primeira obra enviada por Baena para o então recém-criado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) – do qual se tornou sócio correspondente e com o qual manteve uma profícua interação intelectual até 1850, ano de seu falecimento. A recepção do livro no IHGB foi marcada por críticas ao estilo de escrita de Antônio Baena – considerado extemporâneo – e, sobretudo, ao seu posicionamento político supostamente avesso à Indepen-

²⁶ Dentre outros: SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia**. Manaus: EDUA, 2011, p. 79-101; BEZERRA NETO, José Maia. Do vazio africano à presença negra. Historiografia, fontes e referências sobre a escravidão africana na Amazônia. **Artigo não publicado**, 2010; TORRE, Oscar de la. **Freedom in Amazonia: The Black Peasantry of Pará, Brazil, 1850-1950**. PhD. Dissertation (History) – School of Arts and Sciences, University of Pittsburgh, 2011, p. 17-53.

²⁷ COELHO, Geraldo Mártires. **Nos passos de Clio**, op. cit., p. 12.

²⁸ BAENA, Antônio. **Compêndio das eras da província do Pará**. Belém: EDUFPA, 1969 [1838]; BAENA, Antônio. **Ensaio corográfico sobre a Província do Pará**. Brasília: Senado Federal, 2004 [1839].

²⁹ Sobre a trajetória e a historiografia do engenheiro militar Antônio Baena, ver: BARROS, Michelle Rose Menezes de. **“Germes de Grandeza”: Antônio Ladislau Monteiro Baena e a descrição de uma província do Norte durante a formação do Império Brasileiro (1823-1850)**. Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2006.

dência.³⁰ Mesmo que Baena contestasse essa “pecha”³¹ – tendo, inclusive, dedicado a publicação do *Compêndio* ao Império – a própria periodização do livro (1815-1823), que não abarcava os anos subsequentes à Adesão do Grão-Pará à Independência do Brasil, já ensejava na leitura de José Joaquim Machado de Oliveira, também sócio do Instituto e um dos principais críticos da obra de Antônio Baena, o questionamento do seu posicionamento sobre tal questão.³² A despeito disso, não restam dúvidas de que o *Compêndio* foi se não a primeira, uma das primeiras obras a tratar da formação histórica da Amazônia a atingir uma projeção mais ampla.³³

Sem desconsiderarmos a importância do *Compêndio* em ajudar a enformar uma tradição historiográfica genuinamente amazônica, a maior contribuição da leitura de Antônio Baena acerca da efetividade demográfica e econômica da escravidão negra na Amazônia repousa, a nosso ver, em seu *Ensaio corográfico*. Não obstante as limitações técnicas e os juízos de valor inerentes às narrativas corográficas daquela época, o *Ensaio corográfico sobre a Província do Pará* oferece, provavelmente, as melhores informações que dispomos sobre as características mais gerais da população do Grão-Pará no limiar do Oitocentos.³⁴ Na obra, são apresentados os números de habitantes livres e cativos de cada freguesia, vila, “lugar” e missão das três comarcas que faziam parte da província (Belém, Marajó e São José do Rio Negro), tendo como referência o ano de 1823. Esses dados adquirem relevância especial ao levarmos em conta que a primeira metade do século 19 foi um contexto marcado pela desestruturação das estatísticas demográficas brasileiras.³⁵

Em que pese a importância de tais dados, um exame panorâmico do *Ensaio corográfico* revela terem sido esses dados uma das únicas referências diretas feitas por Baena à efetividade demográfica e econômica da escravidão negra no Grão-Pará. Nas demais passagens des-

³⁰ BARROS, Michelle Rose Menezes de. “**Germes de Grandeza**”, op. cit., p. 69-114.

³¹ A Independência do Brasil é um tema bastante sensível para o IHGB. Nas palavras de Manoel Salgado Guimarães: “[...] é no bojo do processo de consolidação do Estado Nacional que se viabiliza um projeto de pensar a história brasileira de forma sistematizada. A criação em 1838 do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) vem apontar em direção à materialização deste empreendimento, que mantém profundas relações com a proposta ideológica em curso”. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

³² BARROS, Michelle Rose Menezes de. “**Germes de Grandeza**”, op. cit., p. 18.

³³ O *Compêndio* foi em alguma medida influenciado pelos *Anais Históricos do Estado do Maranhão*, de Bernardo Pereira de Berredo, publicado em 1749. Sobre esta obra em particular, e a historiografia de Berredo, em geral, ver: GUZMÁN, Décio de Alencar. Bernardo Pereira de Berredo: historiador da Amazônia. In: FONTES, Edilza Joana Oliveira; BEZERRA NETO, José Maia (Org.). **Diálogos entre História, Literatura e Memória**. Belém: Paka-Tatu, 2007, p. 185-96.

³⁴ MOTA, Antonia da Silva; BARROSO, Daniel Souza. Economia e demografia da escravidão no Maranhão e no Grão-Pará: uma análise comparativa da estrutura da posse de cativos (1785-1850). **Revista de História**, São Paulo, n. 176, p. 1-41, 2017.

³⁵ MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836**. São Paulo: EDUSP/HUCITEC, 2000, p. 40.

sa obra, como bem observou Michelle Barros, as poucas referências feitas aos escravos negros foram distinguidas por “ferrenhas críticas acerca [da utilização] desta ‘mão de obra’ e das técnicas empregadas pelos agricultores paraenses em suas terras”.³⁶ Era na mão de obra indígena, e não na mão de obra escrava de origem africana, que Antônio Baena entrevia o meio para assegurar o desenvolvimento econômico do Grão-Pará. Levar a “civilização” à numerosa parcela indígena da população paraense, na visão desse intelectual oitocentista, seria a maneira ideal para contornar a julgada insuficiência de “braços” (leia-se: de escravos africanos) do Pará.³⁷

Como um observador contemporâneo, Antônio Baena estava ciente do expressivo contingente escravo existente na província, o que é evidente, vale dizer, pelos próprios dados demográficos apresentados pelo autor em relação a cada localidade do Pará. Essa leitura particular de Baena sobre qual mão de obra deveria ser “priorizada” na província não se deve ao acaso, e deve ser lida à luz do contexto de produção do *Ensaio corográfico*. A elaboração da obra se deu não somente em uma conjuntura intelectual demarcada pelos debates em torno da ideia de “nação” no Brasil, que adjudicavam grande importância à figura do indígena, enquanto um elemento essencial – mas nem por isso isento de críticas – à construção de uma identidade nacional,³⁸ como também em um período marcado regionalmente pela Cabanagem – revolta popular ocorrida no Grão-Pará durante o Período Regencial, e associada, em grande medida, aos segmentos mestiço, indígena e negro da população, o que criou uma demanda pela arregimentação de sua mão de obra como uma maneira de promover maiores níveis de controle social.³⁹

A mesma ênfase na mão de obra indígena viria a ser encontrada, nos anos de 1860, nos escritos de Aureliano Cândido Tavares Bastos, jornalista paraense natural de Óbidos, com forte viés abolicionista e considerado um dos principais expoentes do pensamento liberal no Brasil, na segunda metade do século 19.⁴⁰ Em meio a sua vasta produção intelectual, é no clássico *O Vale do Amazonas*⁴¹ que Tavares Bastos ajuda a estabelecer a noção de inexpressividade da

³⁶ BARROS, Michelle Rose Menezes de. “**Germes de Grandeza**”, op. cit., p. 11.

³⁷ Ibidem, p. 46.

³⁸ cf.: KODAMA, Kaori. **Os Índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.

³⁹ FULLER, Cláudia Maria. Os Corpos de Trabalhadores: política de controle social no Grão-Pará. **Revista Estudos Amazônicos**, Belém, v. III, n. 1, jan.-jun./2008, p. 94. Sobre a Cabanagem, ver dentre outros estudos: RICCI, Magda Maria de Oliveira. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Tempo**, Niterói, v.11, n.22, p. 5-30, jul.-dez. 2008; HARRIS, Mark. **Rebellion on the Amazon: The Cabanagem, Race, and Popular Culture in the North of Brazil (1798-1840)**. New York: Cambridge University Press, 2010.

⁴⁰ SILVA, Lígia Maria Osório. Tavares Bastos e a questão agrária no Império. **História Econômica & História das Empresas**, São Paulo, v. 1, n. 1, jan.-jun. 1999, p. 3.

⁴¹ BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. **O Vale do Amazonas - Estudo sobre a livre navegação do Amazonas, estatística, produções, comércio, questões fiscais do Vale do Amazonas**. São Paulo: Editora Nacional, 1937 [1866].

mão de obra escrava de origem africana na Amazônia. O argumento central de Tavares Bastos para justificá-la era o fato de a produção da borracha e da quase totalidade dos demais gêneros exportados pelo Grão-Pará ser realizada por indígenas, restando aos cativos a produção de gêneros alimentícios variados e de derivados da cana-de-açúcar.⁴² Trocando em miúdos, a inexpressividade da escravidão negra na Amazônia, para o autor, resultava não apenas do pequeno contingente de escravos existente, mas também do fato de eles estarem empregados na produção de gêneros com uma importância secundária na pauta de exportações do Pará oitocentista.

Na pertinente leitura de Vicente Salles: “Tavares Bastos advogava a introdução de trabalhadores livres e achava mesmo que a raridade de escravos, no Alto Amazonas, era a ‘maior vantagem econômica daquelas regiões’, em relação ao Pará, onde havia uma população escrava mais abundante”.⁴³ Por trás desse raciocínio, além de uma evidente rompante abolicionista, restava a percepção de que a natureza nomeadamente extrativista da economia amazônica havia inviabilizado a introdução de um maior contingente de escravos africanos na região, impedindo a utilização em larga escala da mão de obra livre, seja ela indígena ou não. Para Tavares Bastos, “a existência no Pará de uma região de economia agrária [no Baixo Tocantins] justificou e possibilitou a introdução de escravos africanos [no Pará], mas, como não evoluiu suficientemente, a importação dessa mão-de-obra não pôde ser incrementada [a partir do tráfico]”.⁴⁴

Não é o nosso propósito criticar a leitura de Tavares Bastos acerca da inexpressividade demográfica e econômica da escravidão na Amazônia, nem mesmo aprofundar a análise sobre a extensa obra desse autor. De toda maneira, não podemos deixar de ressaltar a circulação, pelo menos desde os meados do século 19, de uma ideia de inexpressividade da mão de obra escrava de origem africana no Grão-Pará, assentada na noção de que os mais destacados gêneros de exportação da região amazônica eram de natureza extrativista e produzidos com suporte de mão de obra indígena – relegando, a um segundo plano, outras atividades econômicas e outras formas de trabalho. Trata-se de uma ideia que viria a influenciar sobremaneira as leituras posteriores em torno da economia da Amazônia, a exemplo das empreendidas por importantes intelectuais com pensamento abolicionista ou não do Pará da segunda metade do século 19, como Tito Franco de Almeida, Domingos Antônio Raiol e José Veríssimo, que não deixaram de se manifestar em relação à suposta inexpressividade demográfica e econômica da escravidão.

⁴² BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. **O Vale do Amazonas**, op. cit., p. 198.

⁴³ SALLES, Vicente. **O Negro no Pará**, op. cit., p. 83.

⁴⁴ Idem.

Dos três intelectuais citados, o advogado e político Tito Franco foi o que menos se dedicou a analisar a escravidão na Amazônia, especificamente. Autor de uma clássica obra acerca da interdição definitiva do tráfico de escravos para o Brasil, em que, apesar de reconhecer a importância das pressões inglesas, enfatizava o protagonismo brasileiro no bojo desse processo,⁴⁵ a atuação de Tito Franco se deu muito mais como um artífice pela abolição da escravidão na Amazônia do que como um intérprete das suas características; apresentadas principalmente nos diversos discursos que proferiu a frente da agremiação abolicionista Club Amazônia (Tito foi um de seus fundadores em 1884)⁴⁶ e em uma obra de menor expressão, na qual comentava em caráter ainda bastante propedêutico a utilização da mão de obra cativa na economia criatória desenvolvida na Ilha do Marajó.⁴⁷

A leitura de Antônio Raiol sobre a escravidão na Amazônia traçava um caminho completamente diferente da interpretação de Tito Franco. Nos cinco volumes da obra *Motins Políticos* – dedicada à análise da Cabanagem, em particular, e à história política do Grão-Pará, em geral –, as preocupações de Raiol a propósito da escravidão diziam respeito, em grande medida, aos eventuais embates que poderiam existir entre a população afrodescendente e a população livre, em virtude da participação daquela em movimentos insurrecionais e na luta pela sua própria liberdade.⁴⁸ Essa postura, condizente com a de um homem que integrou a elite política do Império (além de deputado geral pelo Pará e presidente das províncias de Alagoas, Ceará e São Paulo, Raiol foi agraciado com o título de Barão de Guajará, em 1883), não o impediu de, sobretudo nos últimos volumes de *Motins Políticos*, tratar da participação dos negros (tanto os escravos, como os egressos do cativeiro) na Cabanagem; dessa vez, sem o viés negativado dos primeiros volumes.⁴⁹

A maior importância de *Motins Políticos* dentro do escopo deste capítulo reside, a nosso ver, no fato de a obra ter convencionado uma leitura bastante marcada dos impactos demográficos e econômicos da Cabanagem. Domingos Antônio Raiol inferiu que tal movimento vi-

⁴⁵ ALMEIDA, Tito Franco de. **O Brasil e a Inglaterra ou o trafico de africanos**. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1868.

⁴⁶ Sobre o Clube Amazônia, em particular, e o abolicionismo no Pará, em geral, ver: BEZERRA NETO, José Maia. **Por todos os meios legítimos e legais: as lutas contra a escravidão e os limites da Abolição (Brasil, Grão-Pará, 1850-1888)**. Tese de Doutorado (História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

⁴⁷ ALMEIDA, Tito Franco de. **Ordem do dia: a questão das carnes verdes ou apontamentos sobre a criação do gado na Ilha do Marajó**. Belém: Tipografia de Santos e Filhos, 1856.

⁴⁸ RAIOL, Domingos Antônio. **Motins Políticos**. Belém: EDUFPA, 1970 [1865-1890].

⁴⁹ Sobre a presença do negro e da escravidão nos escritos de Domingos Antônio Raiol, ver especialmente: LIMA, Luciano Demetrius Barbosa. O negro nos escritos de um Barão: escravidão e abolição no livro “Motins Políticos”. **Diálogos**, Maringá, v. 16, n. 2, p. 739-66, mai.-ago. 2012.

timou 30.000 pessoas, causando grande impacto na estrutura produtiva da província do Pará.⁵⁰ Esse número de vítimas e o seu impacto na organização econômica da Amazônia têm sido sistematicamente reproduzidos em estudos devotados não apenas à Cabanagem, como também a diversos outros objetos de pesquisa, no contexto do Grão-Pará oitocentista. O número inferido por Raiol, como bem sublinha Eliana Ramos Ferreira, constitui um “exercício de aproximação quantitativa”, que já há algum tempo carece de revisão.⁵¹ Se, por um lado, nada nos leva a pôr em xeque a existência de um determinado impacto populacional e econômico associado à Cabanagem, por outro lado, entendemos que a leitura de Raiol não pode ser naturalizada em nossa historiografia ao ponto de prescindir do acompanhamento de uma apreciação mais acurada.

Ao contrário de Tito Franco de Almeida e Domingos Antônio Raiol, o pensamento social de José Veríssimo esteve, em grande medida, fundamentado na problematização do negro e da miscigenação na Amazônia. Não obstante ser tido como um dos mais importantes críticos literários do país e um dos principais historiadores da literatura brasileira, entre as últimas décadas do século 19 e as primeiras décadas do século 20, o pensamento social e a etnografia de José Veríssimo permanecem pouco explorados.⁵² Na obra *Cenas da Vida Amazônica, com um estudo sobre as populações da Amazônia*, publicada no ano de 1886, o autor reforçava a ideia de inexpressividade da escravidão negra na Amazônia, ao afirmar que: “esta região, com efeito, foi das menos povoadas por negros e hoje é raríssimo encontrar africanos nas duas províncias [Grão-Pará e Amazonas], principalmente fora das capitais [Belém e Manaus, respectivamente]”.⁵³ *Cenas* reunia um conjugado de contos e ensaios de Veríssimo que misturavam narrativas de viagem, pesquisa documental e registros etnográficos das populações amazônicas.⁵⁴

Em um contexto intelectual caracterizado pela recuperação de aspectos históricos e etnográficos das sociedades indígenas, como forma de construir, no imaginário social brasileiro, uma nova ideia de identidade nacional,⁵⁵ José Veríssimo vislumbrava na “miscigenação racial a originalidade do Brasil enquanto nação, percebendo as possíveis vantagens advindas do cru-

⁵⁰ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*, op. cit., p. 806.

⁵¹ FERREIRA, Eliana Ramos. *Guerra sem fim: mulheres na trilha do direito à terra e ao destino dos filhos (Pará, 1835-1860)*. Tese de Doutorado (História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010, p. 39-40.

⁵² BEZERRA NETO, José Maia. José Veríssimo: pensamento social e etnografia da Amazônia (1877/1915). *Dados*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, jul.-set. 1999, p. 539.

⁵³ VERÍSSIMO, José. *Cenas na vida amazônica*. Belém: EDUEPA, 2013 [1886], s/n.

⁵⁴ FERREIRA, Lúcio Menezes. *Território Primitivo: a institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870-1917)*. Porto Alegre: ediPUCRS, 2010, p. 85.

⁵⁵ MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores. Estudo de história indígena e do indigenismo*. Tese de Livre-Docência (Etnologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2001, p. 171.

zamento das raças, ou seja, a constituição de uma homogeneidade étnica a longo prazo”.⁵⁶ Era a miscigenação entre brancos e indígenas, que Veríssimo defendia. Na leitura do crítico literário, historiador da literatura e etnógrafo paraense, a imaginada inexpressividade da escravidão negra era um benefício étnico para a população amazônica, pois “concebia os negros como inferiores aos índios, os quais por sua vez se encontravam mais próximos da raça branca”.⁵⁷ Essa percepção marcadamente pejorativa da população afrodescendente amazônica, presente em *Cenas*, viria a ser repensada, e parcialmente revista, nas obras posteriores de José Veríssimo.⁵⁸

No entresséculos, a noção de inexpressividade da escravidão negra na Amazônia prosseguiu sendo reiteradamente apresentada em diversos estudos acerca da formação histórica da região, ainda ancorada na ideia de que a economia de caráter, mormente, extrativista da Amazônia, assentada no uso ostensivo da mão de obra indígena, não criou condições favoráveis ao estabelecimento de uma economia agrária, esteada na utilização de mão de obra cativa de origem africana. Tal noção viria a influenciar profundamente os estudos sobre a formação histórica da Amazônia, produzidos na primeira metade do Novecentos. Como observou José Maia Bezerra Neto: “autores como, por exemplo, Arthur Vianna, Jorge Hurley, Ernesto Cruz, quase nada escreveram sobre a escravidão negra na Amazônia, limitando-se descrever [...] sociedades abolicionistas e relatar os mais importantes momentos do abolicionismo paraense”.⁵⁹

É no entresséculos que se funda, contudo, a segunda grande linha de revelação da formação histórica da Amazônia, edificada nas obras de João Lúcio de Azevedo, Manoel de Melo Cardoso Barata e João de Palma Muniz.⁶⁰ *Lato sensu*, essa segunda linha de revelação também estava relacionada à fundação, em 1900, do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Pará que, a bem da verdade, permaneceu pouco ativo nos seus anos iniciais de atuação. Refundado em 1917, desta vez como Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), o Instituto tinha, como finalidade, promover os “estudos dos aspectos peculiares da história do Estado do Pará e da Amazônia”, estimulando o estudo corográfico do Vale Amazônico, a organização de biografias dos “maiores homens” do Pará e a publicação de uma revista mensal – o veículo de divulgação de trabalhos inéditos dos membros do IHGP.⁶¹

⁵⁶ BEZERRA NETO, José Maia. José Veríssimo, op. cit., p. 546.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ Ibidem.

⁵⁹ BEZERRA NETO, José Maia. Do vazio africano à presença negra, op. cit., p. 2-3.

⁶⁰ COELHO, Geraldo Mártires. *Nos passos de Clío*, op. cit., p. 13.

⁶¹ GUIMARÃES, Iza Vanesa Pedroso de Freitas. Amazônia no domínio das águas: Hurley e a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (1917-1938). *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 17, n. 1, jan.-jun. 2012, p. 67.

Foi na obra *Estudos de História Paraense* que João Lúcio de Azevedo, português radicado no Pará e autor do clássico *Os Jesuítas no Grão-Pará*,⁶² analisou aspectos da escravidão negra na Amazônia. Comungando da ideia largamente alastrada de inexpressividade da escravidão na região, Azevedo foi um crítico tenaz da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Em diversas passagens de *Estudos de História Paraense*, ao examinar a abolição da escravidão indígena (1755) e suas consequências para a economia da região, o autor argumentou que a nova Companhia de Comércio não atendera, de maneira satisfatória, a ânsia dos moradores do Grão-Pará por “braços cativos”, afirmando categoricamente que: “no Pará, nem a menor recordação subsiste desta empresa, que cercada de tantos privilégios [o monopólio do comércio do Estado do Grão-Pará e Maranhão], devia opulentar esta região”.⁶³ Para Azevedo, a abolição da escravidão indígena e a colocada ineficácia da Companhia de Comércio reforçaram uma carência aguda de mão de obra na região que existia desde o limiar da colonização.⁶⁴

Diferentemente de João Lúcio de Azevedo, Manoel Barata enfatizava a “fama que gozava” a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Em uma concisa passagem de sua obra *Apointamentos para as Efemérides Paraenses*, publicada *in memoriam* pela Revista do IHGB, em 1921, Barata apontava que durante sua existência a “Companhia [...] introduziu no Pará, 12.587 escravos pretos da África, passando muitos deles para a capitania do Mato Grosso”.⁶⁵ Como teremos oportunidade de observar, mais adiante, a estimativa de Manoel Barata sobre o número de cativos importados pela Companhia de Comércio, largamente utilizada nos estudos que imediatamente o sobrevieram, viria a ser reconsiderada para cima nos estudos revisionistas da década de 1970. Por sua vez, essa ideia de remanejamento de expressiva parte dos escravos importados pela Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão para o Mato Grosso também viria a se apresentar em estudos posteriores – sem, porém, apresentarem evidências documentais desse remanejamento.⁶⁶

⁶² AZEVEDO, João Lúcio de. *Os Jesuítas no Grão-Pará*. Belém: SECULT, 1999 [1901].

⁶³ AZEVEDO, João Lúcio de. *Estudos de História Paraense*. Belém: SECULT, 1994 [1893], p. 102-3.

⁶⁴ CHAMBOULEYRON, Rafael Ivan. Escravos do Atlântico Equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 52, jul.-dez. 2006, p. 83.

⁶⁵ BARATA, Manoel. *Apointamentos para as efemérides paraenses*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 90, v. 144, 1921, p. 111.

⁶⁶ No clássico *O negro no Pará sob o regime da escravidão*, Vicente Salles revisita a ideia de remanejamento, ao Mato Grosso, de cativos introduzidos no Pará pela Companhia Geral de Comércio. Vicente Salles, fundamentado nas impressões registradas por Alexandre Rodrigues Ferreira em seu diário, argumentou que: “do total de escravos importados [para o Pará pela Companhia de Comércio], nunca menos que 1.500 peças por ano, um terço deveria ser remetido para as Minas de Mato Grosso”. A assertiva do autor, calcada em um diário de viagens e construída em tempo verbal condicional, serviu de base para diversos trabalhos posteriores sobre o tráfico destinado à região amazônica. Sem o complemento de qualquer outra fonte documental que corrobore não o remanejamento de cativos para o Mato Grosso em si – por certo existente –, mas essa proporção específica (1/3) de escravos des-

Nas obras de Manoel Barata não foram constantes, todavia, comentários acerca da expressividade da escravidão negra na Amazônia. Em seu talvez principal escrito, *A antiga produção e exportação do Pará: estudo histórico e econômico*, embora Barata examinasse diversos gêneros produzidos na região com a utilização da mão de obra cativa de origem africana – como as produções de cacau e, sobretudo, de açúcar e derivados da cana – o autor não explicitou o uso dessa mão de obra. A respeito da produção de açúcar, apesar de elencar uma plêiade de engenhos “prósperos e opulentos” que existiram no Grão-Pará, Manoel Barata argumentava que sua produção mais notável era a aguardente – e não o açúcar propriamente dito – e que parte expressiva do açúcar produzido no Pará se destinava ao mercado interno, tendo em vista sua notória incapacidade em concorrer com o açúcar produzido na Bahia e em Pernambuco.⁶⁷ Não obstante a acentuada ausência de alusões à escravidão negra no Pará, o ensaio de Barata é uma referência fundamental à compreensão da formação econômica da região amazônica.

O terceiro intelectual que ajudou a consubstanciar a segunda grande linha de revelação da formação histórica da Amazônia, o engenheiro paraense João de Palma Muniz não deixaria de se imiscuir no debate acerca da escravidão na região. Qualificado como um “escritor técnico”⁶⁸ e autor de dois clássicos ensaios em torno dos limites territoriais dos municípios paraenses⁶⁹ e da (i)migração para o Pará,⁷⁰ em *Adesão do Grão-Pará à Independência*,⁷¹ Palma Muniz situava a participação dos escravos nesse evento⁷² “à reboque das lutas político-partidárias entre as elites, destituindo os cativos de quaisquer fórum de decisão própria”.⁷³ Nesse aspecto, Palma Muniz se aproximava das leituras realizadas pelos já mencionados Domingos Antônio

locados, consubstanciou-se um paradigma na historiografia amazônica acerca do tráfico de escravos – que carece ainda de revisão e confirmação empírica. SALLES, Vicente. *O Negro no Pará*, op. cit., p. 86. Sobre a exportação de alguns cativos do Pará para o Mato Grosso ver especialmente: RODRIGUES, Bruno Pinheiro. **“Homens de ferro, mulheres de pedra”: resistências e adaptações identitárias de africanos escravizados. Do hinterland de Benguela aos vales dos rios Guaporé-Paraguai e América Espanhola – fugas, quilombos e conspirações urbanas (1720-1809)**. Tese de Doutorado (História) – Instituto de Geografia, História e Documentação, Universidade Federal do Mato Grosso, 2015.

⁶⁷ BARATA, Manoel. *A antiga produção e exportação do Pará: estudo histórico e econômico*. In: _____. **Formação Histórica do Pará**. Belém: EDUFPA, 1973, p. 300-330. [Este ensaio foi originalmente publicado em 1915].

⁶⁸ FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Memórias cartaginesas: modernismo, Antiguidade clássica e a historiografia da Independência do Brasil na Amazônia, 1823-1923. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, jan.-jun./2009, p. 179.

⁶⁹ MUNIZ, João de Palma. Limites municipais do Estado do Pará. **Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará**, Belém, n. 8, p. 247-319, 1913.

⁷⁰ MUNIZ, João de Palma. **Estado do Grão-Pará. Imigração e colonização. História e estatística, 1616-1916**. Belém: IOEPA, 1916.

⁷¹ MUNIZ, João de Palma. **Adesão do Grão-Pará à Independência e outros ensaios**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973 [Este ensaio foi originalmente publicado em 1922, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*].

⁷² O Grão-Pará foi a última região a aderir à Independência do Brasil, em 15 de agosto de 1823.

⁷³ BEZERRA NETO, José Maia. Ousados e insubordinados: protesto e fugas de escravos na província do Grão-Pará, 1840-1860. **TOPOI - Revista de História**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, jan.-jun. 2001, p. 108.

Raiol e Manoel de Melo Cardoso Barata sobre a participação dos escravos nas lutas pela Aderção do Pará à Independência.⁷⁴

Além disso, em *Imigração e Colonização*, estudo voltado à análise dos fluxos migratórios destinados ao Pará desde os primórdios da colonização, sustentava que a “falta de braços” foi um elemento determinante para que seguidas administrações provinciais e estaduais do Pará se empenhassem em promover a migração estrangeira e nacional para a Amazônia. Implicitamente, ao se referir à “falta de braços”, Palma Muniz deixava latente a pouca expressividade da escravidão na região amazônica, incorporando em sua análise a ideia de que tal inexpressividade embaraçou o estabelecimento de sistemas agrícolas consistentes no Grão-Pará. Portanto, as ideias de inexpressividade da mão de obra escrava e de incipiência da agricultura emergiam mais uma vez abraçadas, na interpretação de um importante autor sobre a formação econômica e social da Amazônia.⁷⁵

No contexto historiográfico paraense do entresséculos – que em certa medida se estendeu até os meados do Novecentos – vigorava, fortemente, a noção de inexpressividade demográfica e econômica da escravidão na Amazônia – inclusive, nas obras dos mais proeminentes historiadores amazônidas desse período, como acompanhamos nas últimas páginas. No âmago dessa historiografia particular, o que estava mais suscetível à variação de autor para autor e de obra para obra, não era a noção de inexpressividade da escravidão na região em si, nem mesmo o espaço dedicado, em cada obra, a problematizá-la. O que estava mais suscetível à variação era, sim, o enfoque que cada autor atribuía a diferentes aspectos relacionados aos escravos e à escravidão na Amazônia, ora mais preocupados com as consequências daquela inexpressividade na constituição étnica da população paraense, ora mais preocupados com os seus corolários na economia amazônica. Esse panorama historiográfico específico bem como a dita noção de inexpressividade da escravidão se transformariam gradualmente nas décadas seguintes.

Os estudos empreendidos por Manuel Nunes Pereira e Arthur César Ferreira Reis ajudaram a revisitar, embora não de modo perene, a noção de inexpressividade da escravidão negra na região amazônica. A geração de Nunes Pereira e Ferreira Reis se diferenciava dos primeiros intérpretes da formação econômica e social da Amazônia do século 19 e das primeiras décadas do século 20, por ter experimentado trajetórias acadêmicas mais sólidas; por mais que

⁷⁴ BEZERRA NETO, José Maia. *Ousados e insubordinados*, op. cit.

⁷⁵ Sobre Palma Muniz e a historiografia acerca da migração para a Amazônia ver, dentre outros, o importante estudo de Franciane Lacerda: LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)**. Tese de Doutorado (História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.

Nunes Pereira, formado em veterinária, fosse antropólogo apenas por “vocação”.⁷⁶ Não se tratava mais de produções levadas a cabo por intelectuais diletantes e autodidatas, o mais das vezes, vinculados a órgãos da administração pública paraense. Tais quais seus contemporâneos e os historiadores que o sucederam, Ferreira Reis possuía formação em História, tendo, inclusive, atuado como professor da Universidade Federal Fluminense (UFF). O meado do Novecentos abrangeu, a nosso ver, um primeiro movimento de inflexão à velha noção de inexpressividade demográfica e econômica da escravidão na região amazônica.⁷⁷

De antemão, é forçoso reconhecermos que Manuel Nunes Pereira não foi, necessariamente, um entusiasta da expressividade da escravidão na Amazônia. Logo nas páginas iniciais de *A introdução do negro na Amazônia*, ensaio que reunia os três primeiros de uma série artigos de sua autoria que saíram publicados na *Folha do Norte*, um dos jornais de maior circulação de Belém, no final da década de 1940, Nunes Pereira sinalizava que: “[os escravos africanos] não chegavam em massa para inundar as plantações do Norte”.⁷⁸ Não obstante essa leitura pouco aficionada sobre a efetividade da escravidão na região, Nunes Pereira foi um historiador pioneiro, sobretudo pela centralidade que conferiu, em sua obra, aos aspectos demográficos e econômicos da escravidão na Amazônia – distanciando-se, assim, dos estudiosos anteriores que tão-somente tangenciaram a questão da presença africana na região em suas análises.

Muito embora Nunes Pereira insistisse “na ideia de que a inexpressividade do africano se explica[va] pela própria inconsistência dos empreendimentos agrários na região”⁷⁹ – argumento que estava em consonância com as explicações proporcionadas por Ferreira Reis quanto à pouca expressividade da escravidão africana na região amazônica –, no seu ensaio *Negros escravos na Amazônia*, apresentado, em 1944, no X Congresso Brasileiro de Geografia,⁸⁰ Nunes Pereira analisava a importância dos escravos africanos na organização da economia regional, destacando, principalmente, a sua importância na criação de gado realizada na Ilha Grande de Joanes, como era então conhecida, a Ilha do Marajó. Uma década mais tarde, Nunes Pe-

⁷⁶ Sobre a etnografia de Manuel Nunes Pereira, ver: COSTA, Selda Vale da. **Labirintos do Saber: Nunes Pereira e as Culturas Amazônicas**. Tese de Doutorado (Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.

⁷⁷ BARROSO, Daniel Souza. Por uma História da Família e da População na Amazônia Brasileira, op. cit., p. 55.

⁷⁸ PEREIRA, Manuel Nunes. A introdução do negro na Amazônia. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 77, ago. 1949, p. 510.

⁷⁹ CHAMBOULEYRON, Rafael Ivan. Escravos do Atlântico Equatorial, op. cit., p. 80.

⁸⁰ PEREIRA, Manuel Nunes. Negros escravos na Amazônia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, X, 1952. Rio de Janeiro. **Anais...** (v. 3). Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952, p. 153-85.

reira ampliaria o seu exame sobre a economia – em parte – escravista do Marajó, em *A Ilha de Marajó: estudo econômico-social*.⁸¹

Autor de uma clássica obra em torno da formação econômica e social da Amazônia, na qual apreendia o “Estado [Português] como o principal promotor das inflexões políticas, sociais e econômicas havidas na região”,⁸² Arthur Cézar Ferreira Reis igualmente tomava parte da noção de que a inconsistência dos empreendimentos agrícolas na Amazônia havia inviabilizado o estabelecimento pleno da mão de obra escrava de origem africana na região. Tal interpretação norteia, inclusive, os talvez dois principais ensaios de Ferreira Reis sobre a presença dos escravos africanos na Amazônia: *O negro na Amazônia* (1959) e *O negro na empresa colonial dos portugueses na Amazônia* (1961).⁸³ Um excerto daquele primeiro ensaio resume bem, a nosso ver, o reconhecimento de uma importância econômica, porém de uma importância econômica secundária da escravidão negra na região amazônica:

[...] para começar, será necessário registrar que o negro na Amazônia, se não constituiu a multidão que vamos encontrar em outras áreas do complexo social e econômico brasileiro, nem por isso deixou de compor alguma coisa interessante, que merece ser investigado pelo que significou e pelo que apresenta do deve-e-haver regional. Será interessante e necessário recordar igualmente que, pelo vulto da mão-de-obra indígena, que era mobilizada a todo instante e para tudo pelo colono e pelas autoridades quando careciam estas da realização de qualquer tarefa estatal, a mão-de-obra africana não foi solicitada com a mesma sofreguidão por que se fazia, para exemplificar, no Nordeste açucareiro ou nos distritos da mineração intensiva.⁸⁴

Como pertinentemente sugere Rafael Chambouleyron, a interpretação de Arthur Cézar Ferreira Reis acerca da expressão aparentemente secundária da mão de obra africana na Amazônia “se adaptaria perfeitamente ao contexto do século XVII”,⁸⁵ em parte, devido ao insucesso da primeira Companhia de Comércio do Maranhão (1682-1684). Ferreira Reis adjudicava à Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará (1755-1778), a introdução dos “primeiros escravos negros” na região. Lançando mão da estimativa de 12.587 escravos assinalada por Manoel

⁸¹ PEREIRA, Manuel Nunes. *A Ilha de Marajó: estudo econômico-social*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1956.

⁸² SAMPAIO, Patrícia Melo; COELHO, Mauro Cezar. O Atlântico Equatorial: sociabilidade e poder nas fronteiras da América Portuguesa. *Revista de História*, São Paulo, n. 168, jan.-jun. 2013, p. 20.

⁸³ FERREIRA REIS, Arthur Cézar. O negro na Amazônia. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 149, p. 125-6, mar.-abr. 1959; FERREIRA REIS, Arthur Cézar. O negro na empresa colonial dos portugueses na Amazônia. *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, v. 5 (Parte 2). Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações da Morte do Infante Dom Henrique, 1961, p. 347-53.

⁸⁴ FERREIRA REIS, Arthur Cézar. O Negro na Amazônia, op. cit., p. 125.

⁸⁵ CHAMBOULEYRON, Rafael Ivan. Escravos do Atlântico Equatorial, op. cit., p. 80.

Barata e Nunes Pereira, Ferreira Reis enxergava na nova Companhia de Comércio um sucesso relativo: se, por um lado, a nova Companhia fez ingressar na Amazônia um número de africanos nunca antes visto, por outro lado tal cifra estava muito distante do número de cativos africanos encontrados nas regiões economicamente mais dinâmicas do Brasil.⁸⁶

Nesse sentido, ainda que os estudos da Geração de 1950, aqui representada por Manuel Nunes Pereira e Arthur César Ferreira Reis, tenham implicado um importante contraponto à noção de inexpressividade, quase que absoluta, da escravidão negra na Amazônia, tais estudos não romperam, definitivamente, com tal noção, insistindo em atribuir ao extrativismo e à mão de obra indígena a condição força-motriz da economia colonial na região amazônica. Somente a partir do final da década de 1960, toda uma série de estudos de caráter revisionista irrompeu de maneira definitiva com tal noção, seja evidenciando os mais diferentes aspectos da presença africana na Amazônia, seja patenteando a efetividade da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em ajudar a estabelecer uma economia agroextrativista na região, estada em grande medida na mão de obra escrava de origem africana. É sobre esses estudos revisionistas, e suas decorrências na historiografia sobre a escravidão na Amazônia, que nos dedicaremos a analisar na próxima seção deste capítulo.

1.2. DOS ESTUDOS REVISIONISTAS À HISTORIOGRAFIA DE NOSSOS DIAS – UM ESTADO DA ARTE

Durante os anos de 1960, Manuel Nunes Dias, Antônio Carreira, Vicente Salles, Anaíza Vergolino e Napoleão Figueiredo desenvolveram um conjunto de pesquisas que, somadas a outros esforços de investigação contemporâneos, viriam a contrapor, frontalmente, a noção de inexpressividade demográfica e econômica da escravidão na Amazônia. Esse grupo de estudiosos, vinculado a diferentes centros de pesquisa no Brasil e no exterior, confrontou aquela antiga noção a partir de dois vieses: de um lado, ao evidenciarem a eficácia da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em aprovisionar um contingente expressivo de cativos para a região e, do outro lado, ao evidenciarem, também, a inserção desses africanos na sociedade e na economia amazônica. A grande ênfase destinada por tais autores à atuação da Companhia de Comércio revela, tacitamente, uma percepção presente, em maior ou menor medida, em suas obras: a inexpressividade demográfica e econômica da escravidão na região havia sido superada somente a partir dos meados do Setecentos, sob a égide das Políticas Pombalinas.

⁸⁶ FERREIRA REIS, Arthur César. **História do Amazonas**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989 [1931], p. 233.

Em 23 de agosto de 1960, Manuel Nunes Dias defendeu, perante a então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), a sua tese de livre-docência: *Fomento e Mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. Esse estudo, de caráter sem dúvida precursor, viria a ser publicado, anos mais tarde, nas páginas da *Revista de História* da USP, entre os anos de 1966 e 1967,⁸⁷ e como um livro de dois volumes editado pela Universidade Federal do Pará (UFPA) em 1971.⁸⁸ Nunes Dias também publicaria excertos desse seu estudo na *Stvdia*, revista do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, do Instituto de Investigação Científica Tropical de Lisboa, em 1966 – em um artigo no qual examinava, especificamente, a política econômica portuguesa no Maranhão entre os anos de 1755 e 1778.⁸⁹

Em *Fomento e Mercantilismo*, Manuel Nunes Dias apresentou uma análise abrangente da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, preocupando-se em analisar não apenas a estrutura organizacional e a dinâmica de funcionamento da Companhia, mas também os desdobramentos sociais, econômicos e políticos de sua atividade, no Grão-Pará e no Maranhão.⁹⁰ Diferentemente de seus predecessores (Manoel Barata, Nunes Pereira e Ferreira Reis), que haviam fundamentado as suas reflexões sobre a nova Companhia de Comércio em documentação procedente do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Nunes Dias explorou os fundos do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) de Portugal, até então praticamente inéditos no contexto da historiografia amazônica. No AHU, Nunes Dias compulsou alvarás diversos, além de quadros e mapas com os volumes de escravos e gêneros movimentados no período de atuação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

Nunes Dias entendia a criação a Companhia de Comércio como uma estratégia da Coroa Portuguesa para assegurar o seu domínio sobre a região amazônica. Para o autor: “a atividade do arriscado e dispendioso empreendimento, constitui[ia] a primeira experiência séria de colonização da Amazônia. [...] a Companhia mudou, realmente, a roupagem e a fisionomia da terra que há muito aguardavam lavragem e sangue novo”.⁹¹ A leitura de Nunes Dias lastreava-se em duas premissas: 1) que a consistência da colonização da Amazônia condicionava-se não

⁸⁷ A Tese de Livre-Docência de Manuel Nunes Dias saiu publicada (em cinco partes) nos números 66, 67, 68, 69 e 71 da *Revista de História*, todos eles editados, entre o segundo trimestre de 1966 e o terceiro trimestre de 1967.

⁸⁸ DIAS, Manuel Nunes. *Fomento e Mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. Belém: EDUFPA, 1971.

⁸⁹ DIAS, Manuel Nunes. *Fomento e Mercantilismo: política econômica portuguesa na Baixada Maranhense (1755-1778)*. *Stvdia*, Lisboa, v. 16, p. 7-110, nov. 1965.

⁹⁰ CARREIRA, Antônio. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, t. 01: o comércio monopolista Portugal-África-Brasil na segunda metade do século XVIII*. São Paulo: Editora Nacional, 1988, p. 15.

⁹¹ DIAS, Manuel Nunes. *Fomento e Mercantilismo*, op. cit., p. 55-6. Grifos nossos.

apenas à sua ocupação, mas sobretudo a seu desenvolvimento econômico; 2) que o seu desenvolvimento condicionava-se, por sua vez, ao estabelecimento de sistemas agrários, assentados no uso da mão de obra cativa de origem africana. Portanto, ao confrontar a noção de inexpressividade demográfica e econômica da escravidão na Amazônia, Nunes Dias também confrontava os primeiros intérpretes da sua formação histórica – que restringiam o evoluir econômico da região amazônica a sua natureza extrativista e ao uso de mão de obra livre indígena ou não.

Como dificilmente deixaria de ser, Manuel Nunes Dias apresentou uma nova estimativa sobre o número de africanos importados pela Companhia: 25.365 cativos, dos quais 14.749 (58,1%) foram destinados ao Grão-Pará e 10.616 (41,9%) para o Maranhão.⁹² A estimativa de Nunes Dias para o número de africanos importados para o Grão-Pará supera, em praticamente 1/5 (17,2%), a estimativa anteriormente proporcionada por Manoel Barata (12.587 escravos) e de resto também adotada nos estudos de Nunes Pereira e Ferreira Reis. Não é o nosso propósito neste capítulo, tecer quaisquer críticas às diversas estimativas produzidas acerca do volume de escravos africanos importados para a Amazônia. De todo modo, gostaríamos de sublinhar o fato de os dados de Nunes Dias serem sugestivos de que o número de escravos ingressados no Pará foi superior (em 38,9%) ao número de cativos ingressados no Maranhão, região tida pela mesma historiografia que imputou ao Pará a condição de “área periférica”, como uma das responsáveis pelo chamado renascimento agrícola no mesmo período.⁹³

Concomitantemente à elaboração do clássico estudo de Manuel Nunes Dias, o investigador português Antônio Carreira, por sua vez, vinculado ao Centro de Estudos da Guiné Portuguesa e ao Centro de Estudos de Antropologia Cultural, do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), desenvolvia uma pesquisa, que viria resultar na obra: *As companhias pombalinas de navegação, comércio e tráfico de escravos entre a costa africana e o nordeste brasileiro*. Publicada inicialmente nas páginas do *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* entre 1968 e 1969, e também no formato de livro com título homônimo,⁹⁴ focalizava as atuações das Companhias Gerais de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e de Pernambuco e Paraíba. Diferentemente do enfoque globalizante presente no estudo de Nunes Dias, o estudo de Carreira enfocava o tráfico de escravos, apresentando maior detalhamento em relação a este aspecto. Ademais, Carrei-

⁹² DIAS, Manuel Nunes. **Fomento e Mercantilismo**, op. cit., p. 465. [Os percentuais foram por nós calculados].

⁹³ Referimo-nos, especialmente, ao clássico: PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Companhia das Letras, 2011 [1942].

⁹⁴ A obra de Antônio Carreira foi publicada (em quatro partes) nos números 89-90, 91-92 e 93 do **Boletim Cultural da Guiné Portuguesa** – todos esses editados entre janeiro de 1968 e janeiro de 1969. A obra também saiu publicada como livro: CARREIRA, Antônio. **As companhias pombalinas de navegação, comércio e tráfico de escravos entre a costa africana e o nordeste brasileiro**. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1969.

ra ajuntou a documentação produzida pela própria Companhia de Comércio e avançou na análise sobre as atividades da Companhia, nos anos subsequentes ao seu monopólio (1778-1788).

Nas palavras de Antônio Carreira: “a Companhia [do Grão-Pará e Maranhão] adquiriu, durante o período de atividade (de 1756 a janeiro de 1778 em regime de monopólio; e de 1778 a 1788, em regime de comércio livre), 28.083 escravos adultos e adolescentes e 94 crias de pé e de peito”.⁹⁵ Complementando mais a frente: “do total embarcado, chegaram vivos ao destino 25.193. Portanto, faleceram durante a viagem 2.890 [africanos]”.⁹⁶ Excetuando-se os escravos que foram destinados ao Rio de Janeiro, à Bahia, a Cabo Verde e à Guiné, os dados de Carreira dão conta de que 24.649 cativos africanos ingressaram vivos, no Grão-Pará e no Maranhão, entre 1756 e 1778 – frente a 27.497 africanos embarcados. A despeito de uma diferença de cifras, os dados de Carreira, a exemplo dos dados de Nunes Dias, também evidenciam uma predominância do Pará, em relação ao Maranhão, como região receptora de africanos importados pela Companhia. Dos 24.649 escravos vivos que ingressaram nessas regiões no intervalo considerado (1756-1778) 13.834 (56,1%) destinaram-se ao Pará e 10.815 (43,9%) ao Maranhão.⁹⁷

A Companhia de Comércio, que para Nunes Dias representava “a primeira experiência séria de colonização da Amazônia”, foi tida por Carreira como a força-motriz do desenvolvimento econômico do Pará, na segunda metade do século 18. Segundo o historiador português: “parece supérfluo repetir que o desenvolvimento econômico e populacional do Maranhão e do Pará na segunda metade do século XVIII, se ficou dever em escala apreciável à ação da Companhia monopolista”.⁹⁸ Essa visão deveras otimista acerca da efetividade da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em fomentar o desenvolvimento econômico da região, por meio do estabelecimento de empreendimentos agrários suportados por mão de obra cativa de origem africana, está longe de constituir um ponto pacífico na historiografia voltada à formação econômica e social da Amazônia.

Autor de vasta obra acerca da História da América Latina e de dois importantes artigos sobre a mão de obra indígena⁹⁹ e o Diretório dos Índios,¹⁰⁰ no Pará setecentista, Colin M. MacLachlan publicou, em 1974, um ensaio em que analisava a relação entre o tráfico de cativos e

⁹⁵CARREIRA, Antônio. As companhias pombalinas de navegação, comércio e tráfico de escravos entre a costa africana e o nordeste brasileiro. **Boletim Cultural da Guiné Portuguesa**, Lisboa, v. XXIII, n. 91-92, mai.-ago. 1968, p. 301.

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ Ibidem, p. 303 [Os percentuais foram por nós calculados].

⁹⁸ Idem.

⁹⁹ MACLACHLAN, Colin M. The Indian Labor Structure in the Portuguese Amazon, 1700-1800. In: ALDEN, Dauril (Ed.). **Colonial Roots of Modern Brazil**. Berkeley: University of California Press, 1973, p. 199-230.

¹⁰⁰ MACLACHLAN, Colin M. The Indian Directorate: forced acculturation in Portuguese America, 1757-1799. **The Americas**, Berkeley, v. 28, n. 4, p. 357-87, April 1972.

o desenvolvimento econômico na região amazônica, entre os anos de 1700 e 1800. Nesse artigo, MacLachlan defendeu duas questões centrais: 1) que o número de escravos ingressados no Maranhão foi mais representativo que o número de escravos ingressados no Pará, inclusive no período de atividade monopolista da Companhia de Comércio; 2) que a Companhia falhou em propiciar o desenvolvimento econômico do Pará a longo prazo – contrapondo-se, em relação a tal aspecto, às leituras de Nunes Dias e de Carreira. A despeito disso, MacLachlan concordava com Antônio Carreira no que respeita à permanência das atividades da Companhia no período posterior ao encerramento do seu monopólio.¹⁰¹ Tratemos, a princípio, daquela primeira questão.

De acordo com a estimativa de Colin M. MacLachlan, 42.446 escravos ingressaram no Maranhão e no Pará entre 1757 e 1788; desses, 24.750 (58,3%) foram remetidos para o Maranhão e 17.696 (41,7%) para o Pará. Comparando os dados de MacLachlan com os dados anteriormente apresentados de Nunes Dias e Carreira, podemos observar que havia não só uma diferença expressiva no volume total de cativos (a estimativa de MacLachlan superava a de Nunes Dias em 67,3%, e a de Carreira, para a quantidade líquida de cativos ingressados no Grão-Pará e no Maranhão, em 72,2%), como também uma espécie de “inversão” nos pesos relativos dos escravos remetidos para o Grão-Pará e o Maranhão. Consoante MacLachlan, nos anos sucedâneos à Companhia de Comércio, tal diferença apenas se acentuou, devido ao maior dinamismo experimentado pela economia algodoeira maranhense perante a economia cacaueteira do Grão-Pará.¹⁰²

Não obstante ter apresentado uma cifra superior a de historiadores contemporâneos para o número de escravos importados pela Companhia de Comércio, MacLachlan compreendia que, a longo prazo, a mesma não fora efetiva em suscitar um nível satisfatório de desenvolvimento econômico no Grão-Pará. Segundo o autor, a ineficácia da Companhia de Comércio em promover o desenvolvimento econômico no Pará concernia a questões de ordem demográfica e econômica. Do ponto de vista demográfico, Colin MacLachlan argumentava que duas décadas após a dissolução do monopólio da Companhia, os escravos correspondiam a tão-somente 23% da população do Pará – *vis-à-vis* um peso relativo sem dúvida mais expressivo (46%), no Maranhão. Do ponto de vista econômico, no caso particular do Grão-Pará, esse autor entendia que mesmo diante de todos os benefícios concedidos pela Coroa à Companhia de Comércio, a

¹⁰¹ MACLACHLAN, Colin M. African Slave Trade and Economic Development in Amazonia. In: TOPLIN, Robert (Ed.). **Slavery and Race Relations in Latin America**. Westport: Greenwood Press, 1974, p. 112-45.

¹⁰² Ibidem, p. 117/137-9.

mesma não havia sido capaz de contornar uma manifesta inaptidão agrícola da capitania, quadro corroborado pelas reduzidas possibilidades de acesso a crédito dos colonos paraenses.¹⁰³

A noção de inaptidão agrícola do Pará se faria presente, de igual modo, nos escritos de Ciro Flamarion Cardoso e Maria Regina Celestino de Almeida. Cardoso, ao comentar a prevalência da mão de obra indígena na Amazônia, argumentava que: “tudo confirma[va] a impressão de pobreza, marasmo e abandono numa colônia [o Grão-Pará] onde a atividade principal – a extração silvestre de ‘drogas do sertão’ [...] era puramente predatória”.¹⁰⁴ Aquela autora, por sua vez, argumentava que a inaptidão agrícola do Grão-Pará se justificava, em grande medida, pela tão propalada carência de “braços cativos”. Segundo Maria Regina Celestino de Almeida no Pará: “a terra era abundante, mas a preparação do terreno para a agricultura exigia uma farta escravatura que o escasso capital dos colonos paraenses não permitia adquirir”.¹⁰⁵ Some-se a isso, outrossim, uma explicação de ordem natural: o solo e o clima da Amazônia não seriam adequados para muitas lavouras (exceto as do cacau e da mandioca) como chegaram a sugerir, além de MacLachlan e Celestino de Almeida, autores como Sue Gross e Vicente Salles.¹⁰⁶

Por trás das leituras de Colin M. MacLachlan, Ciro Flamarion Cardoso e Maria Regina Celestino de Almeida estavam, a nosso ver, os diversos modelos explicativos da economia colonial na América Portuguesa que apreendiam, enquanto áreas dinâmicas, aquelas dedicadas à economia de *plantation*. A inadequação do Grão-Pará a esse modelo econômico levou tais autores a classificarem-no como uma área periférica, inapta para a agricultura e carente de “braços escravos”, por conta da impossibilidade da maior parte dos colonos paraenses em adquiri-los. Entendemos tratar-se de um duplo equívoco: em primeiro lugar, por desconsiderar os empreendimentos agrícolas desenvolvidos na Amazônia, antes mesmo da Companhia de Comércio, e robustecidos por ela a partir da introdução de um expressivo contingente de africanos; e, em segundo lugar, pela tentativa de aplicação de modelos explicativos que não dizem respeito à realidade regional, ao invés de tomá-los enquanto um importante horizonte de comparação à realidade amazônica.¹⁰⁷

¹⁰³ MACLACHLAN, Colin M. African Slave Trade and Economic Development in Amazonia, op. cit., p. 117-9.

¹⁰⁴ CARDOSO, Ciro Flamarion. **Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas – Guiana Francesa e Grão-Pará, 1750-1817**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1984, p. 98.

¹⁰⁵ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Trabalho compulsório na Amazônia: séculos XVII e XVIII. **Arrabaldes**, Petrópolis, n. 2, set.-dez./1988, p. 103.

¹⁰⁶ MACLACHLAN, Colin M. African Slave Trade and Economic Development in Amazonia, op. cit., p. 115-8; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Trabalho compulsório na Amazônia: séculos XVII e XVIII, op.cit., p. 103-5; GROSS, Sue A. Agricultural Promotion in the Amazon Basin, 1700-1750. **Agricultural History**, Starkville, n. XLIII, v. 2, Spring 1969, p. 270; SALLES, Vicente. **O Negro no Pará**, op. cit., p. 27.

¹⁰⁷ CHAMBOULEYRON, Rafael Ivan. Cacao, Bark-Clove, and Agriculture in the Portuguese Amazon Region in the Seventeenth and Early Eighteenth Century, op. cit., p. 2. Sobre o reordenamento dos sistemas agrários (extrati-

Como muito bem observou José Maia Bezerra Neto, esses diversos modelos explicativos da economia colonial na América Lusa “associava[m] mecanicamente *plantation* e escravidão africana, bem como extrativismo com base no trabalho indígena, em oposição à agricultura”.¹⁰⁸ Estabeleciam modelos interpretativos “excludente[s] porque não considera[vam] evidências contidas nas fontes primárias acerca da importância da presença cativa africana na região amazônica que alguns trabalhos à época já haviam demonstrado ou estavam demonstrando como resultados de suas pesquisas”.¹⁰⁹ Tal posicionamento implicou a valorização, na historiografia paraense, dos modelos interpretativos elaborados em seu próprio seio, que procuraram relativizar, no âmbito da própria formação histórica da Amazônia, uma noção de dicotomia imediata entre, de um lado, extrativismo e mão de obra indígena – seja esta livre ou não – e, do outro lado, agricultura e mão de obra escrava de origem africana. Tomemos, como ponto de partida, as pesquisas de Napoleão Figueiredo, Anaíza Vergolino-Henry e Vicente J. Salles.

A década de 1960 também marcou, no panorama intelectual paraense, um contexto em que se problematizou a presença do negro na Amazônia com vistas a contrapor a ideia de “vazio africano” na região. Na vanguarda desse movimento, estavam três importantes intelectuais paraenses (Napoleão Figueiredo, Anaíza Vergolino e Vicente Salles) que, naquela conjuntura, produziram uma série de estudos que tencionavam evidenciar a presença do elemento africano tanto nos termos da formação histórica da região, quanto a sua importância na cultura amazônica – mais precisamente, na organização de religiões de matriz africana.¹¹⁰ Os primeiros passos desse esforço foram comentados por Arthur Napoleão Figueiredo em um artigo publicado, em 1974, na *Afro-Ásia*, no qual o antropólogo paraense traçava o cenário das pesquisas acerca da presença africana na Amazônia.¹¹¹

Nos anos de 1960, Anaíza Vergolino e Arthur Napoleão Figueiredo realizaram nos arquivos paraenses uma extensa pesquisa a respeito da presença africana na Amazônia que considerava sobretudo três eixos: o tráfico de escravos para a região, a inserção desses cativos na economia e os seus mecanismos de resistência à escravidão – representados pelas fugas escravas e pela formação de quilombos e mocambos. O centro do esforço de pesquisa de Vergolino e Figueiredo não era “inverter as cifras do tráfico negreiro ou o de comprovar que a Amazônia

vistas, agrícolas e agroextrativistas) na Amazônia, no contexto das chamadas Políticas Pombalinas, ver: ÂNGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. **Histoire Sociale des Systèmes Agraires de la Vallée du Tocantins-Etat du Pará-Brésil: colonosation européenne dans la deuxième moitié du XVIII Siècle et la première moitié du XIX Siècle.** Thèse de Doctorat (Histoire et Civilisations) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1998.

¹⁰⁸ BEZERRA NETO, José Maia. Do vazio africano à presença negra, op. cit., p. 13.

¹⁰⁹ Idem.

¹¹⁰ BEZERRA NETO, José Maia. Do vazio africano à presença negra, op. cit., p. 7-8.

¹¹¹ FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. Presença africana na Amazônia. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 12, p. 145-60, 1974.

enquanto região cultural, é tão ou ‘mais africana’ do que o Nordeste Agrário do Litoral [brasileiro]. [...] Trata[va]-se, isto sim, de se duvidar do ‘vazio humano’ (no caso a presença africana) com que sempre se caracterizou a região”.¹¹² A presença do negro na Amazônia, segundo Vergolino e Figueiredo, não havia então recebido a necessária atenção nos estudos históricos, sociológicos e antropológicos dedicados a examinar a presença africana no Brasil. Para Rafael Chambouleyron, na leitura de Anaíza Vergolino e Arthur Napoleão Figueiredo:

[...] foram três os pressupostos desse “abandono”. Em primeiro lugar, não se repensar a ideia de que a mão-de-obra africana teria sido inexpressiva porque o “ciclo das drogas-do-sertão” teria se valido exclusivamente da mão-de-obra indígena. Em segundo lugar, não se aprofundar a reflexão sobre os “diferentes empreendimentos agrários” na região, que dependiam da mão-de-obra escrava. E, finalmente, o fato de se tentar explicar a Amazônia não teria se enquadrado nesse modelo, o negro se “tornou um elemento ausente na construção da sociedade amazônica”.¹¹³

Originalmente pensada como uma introdução histórica a um projeto de pesquisa de caráter antropológico em torno dos cultos africanos em Belém, a obra de Vergolino e Figueiredo alcançou enorme repercussão no meio intelectual paraense ecoando, igualmente bem, entre os estudiosos da história da Amazônia colonial de fora do estado e do país. Praticamente sem exceção, as versões preliminares da obra vêm sendo referenciadas nos estudos produzidos a partir da década de 1970¹¹⁴ sobre diferentes dimensões da presença africana na região amazônica, com o mérito de ter compilado e comentado um significativo volume – em sua maioria inédito – de documentação histórica sobre a escravidão e a africanidade na Amazônia. A riqueza desse material é tamanha que o mesmo já serviu, inclusive, como base para a elaboração de estudos monográficos sobre a escravidão na região.¹¹⁵

Simultaneamente à preparação de *Presença africana na Amazônia*, outro destacado intelectual paraense produzia um estudo que viria a resultar na principal obra sobre a escravidão na Amazônia: *O negro no Pará sob o regime da escravidão*. Autor desta obra e de muitos ou-

¹¹² VERGOLINO-HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. **A presença africana na Amazônia colonial: uma notícia histórica**. Belém: Arquivo Público do Estado do Pará, 1990, p. 31.

¹¹³ CHAMBOULEYRON, Rafael Ivan. *Escravos do Atlântico Equatorial*, op. cit., p. 80.

¹¹⁴ A versão final da obra foi publicada apenas em 1990, como indicamos anteriormente, em nota de rodapé. Versões anteriores da mesma já circulavam, entretanto, desde a década de 1960. São elas: VERGOLINO e SILVA, Anaíza. Alguns elementos para o estudo do negro na Amazônia. **Publicações avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 8, p. 3-22, 1968; VERGOLINO e SILVA, Anaíza. O negro no Pará – A notícia histórica. In: ROCQUE, Carlos (Org.). **Antologia da Cultura Amazônica**, v. 6. Belém: Amazônia - Edições Culturais, 1970, p. 17-33.

¹¹⁵ Como no caso de: SILVA, Marley Antônia Silva da. **A extinção da Companhia de Comércio e o tráfico de africanos para o Estado do Grão-Pará e Rio Negro (1777-1815)**. Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2012.

tros estudos sobre a escravidão e a presença do elemento africano na região, Vicente Juarimbu Salles finalizou *O negro no Pará* nos idos da década de 1960, período em que trabalhava com o etnólogo africanista baiano Edison Carneiro na *Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro* e no qual finalizava o seu curso de especialização em Antropologia, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atualmente a Universidade Federal do Rio de Janeiro).¹¹⁶ Essa obra, publicada em 1971, é considerada um marco na historiografia paraense e o mais influente estudo sobre a escravidão na região amazônica produzido até hoje.¹¹⁷

Ancorado por vasta documentação, Salles examinou, em *O negro no Pará*, o tráfico de escravos antes, durante e depois do período de atividade da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão – inclusive tecendo comentários acerca do tráfico interprovincial; as características gerais da população e da economia escravas do Grão-Pará enfatizando não somente os perímetros rurais, mas também os urbanos (Belém, especialmente); o lazer dos escravos e, outrossim, os seus mecanismos de resistência, focalizando a formação de mocambos e o seu engajamento social no processo de Adesão do Pará à Independência, na Cabanagem e na própria Abolição. Ainda que *O negro do Pará*, tal qual *Presença africana na Amazônia*, tenha partido de uma preocupação antropológica, trata-se igualmente de uma obra que apresenta uma leitura bastante panorâmica da escravidão no Pará.

No que respeita ao escopo deste capítulo (as leituras acerca dos aspectos demográficos e econômicos da escravidão em diversas interpretações sobre a formação histórica da Amazônia), não obstante as incursões pioneiras de Vicente Salles, em relação a muitas facetas demográficas e econômicas da escravidão na Amazônia (a exemplo da inserção dos cativos na economia urbana de Belém), faz-se necessário observarmos que algumas percepções de Salles em torno de aspectos demográficos e, mormente, econômicos da escravidão espelham, em grande medida, as concepções daquela historiografia mais tradicional acerca da formação histórica da Amazônia. Como podemos perceber, a título de ilustração, na leitura de Vicente Salles sobre a Cabanagem, em muito influenciada por Antônio Raiol, como um movimento com consequências sérias para a demografia e a economia do Grão-Pará.¹¹⁸

Apesar disso, Vicente Salles evidenciou, em geral, uma leitura precisa sobre a inserção da mão de obra cativa de origem africana na economia paraense. Uma de suas maiores contri-

¹¹⁶ MAFRA, Alessandra Regina e Souza. Construindo um acervo: história, intelectualidade e colecionismo em Vicente Salles. In: MENEZES, Lená Medeiros de; TRONCOSO, Hugo Cancino; MORA, Rogelio de la (Org.). **Intelectuais na América Latina: pensamento, contexto e instituições**. Rio de Janeiro: LABIMI/UERJ, 2014, p. 64.

¹¹⁷ BEZERRA NETO, José Maia. A presença negra no Pará: resenha de um trabalho pioneiro. **Revista Estudos Amazônicos**, Belém, v. III, n. 1, p. 167-172, jan.-jun./2008.

¹¹⁸ SALLES, Vicente. **O Negro no Pará**, op. cit., p. 295.

buições diz respeito não somente ao fato de ter demonstrado, cabalmente, a importância dessa mão de obra, mas sim ao fato de, ao demonstrá-la, não ter em momento algum ignorado as interconexões entre aquela mão de obra e a mão de obra indígena, no âmbito da economia amazônica; embora o seu escopo analítico incidisse tão-somente na compreensão dos meandros da presença africana na região. Com bastante tenacidade, Salles não deixou de reconhecer que os mundos do trabalho na Amazônia articulavam de modo bastante particular, inclusive no avançado do século 19, as mãos de obra de origem indígena e africana, como o autor mostrou, com acuidade, nas suas análises sobre a mão de obra existente nos engenhos de açúcar do Pará.¹¹⁹

Em que pese a formação de Salles em Ciências Sociais, a sua interpretação sobre a escravidão no Pará não foi fortemente influenciada pela marcante matriz sociológica que distinguia a produção sobre a escravidão brasileira nos anos de 1960.¹²⁰ Ao contrário disso, como já observou José Maia Bezerra Neto: “Salles buscou na Antropologia e no Folclore elementos do universo cultural afro-brasileiro para entender a escravidão. [...] [Vicente Salles entendia o escravo] como sujeito que interagindo socialmente era produtor de cultura ou sujeito de práticas culturais, não havendo para Salles dicotomia entre os mundos do trabalho e da cultura”.¹²¹ Essa formação diferenciada de Vicente Salles contribuiu, decerto, para a sua leitura bastante particular sobre a escravidão na Amazônia que, em certo sentido, é marcada por um evidente viés etnográfico sobre os parâmetros de interação social dos cativos e sua inserção na economia.¹²²

Nos anos de 1980, diversos outros estudos foram produzidos sobre a escravidão na região amazônica. Excetuando-se o estudo já referido de Ciro Flamarion Cardoso e um novo estudo de Antônio Carreira voltado, especificamente, à Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão,¹²³ as pesquisas dessa década abriram mão de explicações mais totalizantes a respeito da demografia e da economia da escravidão na Amazônia e partiram para a investigação de aspectos particulares da escravidão na região, como a transição do trabalho escravo pa-

¹¹⁹ SALLES, Vicente. **O Negro no Pará**, p. 144-51.

¹²⁰ Sobre a historiografia da escravidão brasileira nos anos de 1960, ver: MARQUESE, Rafael de Bivar. Estrutura e agência na historiografia da escravidão: a obra de Emília Viotti da Costa. FERREIRA, Antônio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tânia Regina de (Org.). **O historiador e seu tempo**. São Paulo: Editora UNESP, 2008, p. 67-81.

¹²¹ BEZERRA NETO, José Maia. Do vazio africano à presença negra, op. cit., p. 16.

¹²² Sobre as influências teóricas e a trajetória intelectual de Vicente Salles ver: MAFRA, Alessandra Regina e Souza. **O arauto da cultura paraense: uma história intelectual de Vicente Salles**. Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2012. Sobre o folclore na obra de Salles, ver especialmente: RICCI, Magda Maria de Oliveira; MAFRA, Alessandra Regina e Souza. Do folclorismo à História da Cultura na Amazônia: o percurso construído por Vicente Salles. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 12, n. 1, p. 221-40, jan.-abr. 2017.

¹²³ CARREIRA, Antônio. **A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, 2 v.** São Paulo: Editora Nacional, 1988.

ra o trabalho livre, a exemplo do estudo de Rosa Elizabeth Acevedo Martin¹²⁴ e, em certa medida, do trabalho de Ruth Burlamaqui de Moraes,¹²⁵ e também como as características da posse de escravos no Baixo Tocantins – a mais importante região produtora de gêneros agroextrativistas do Pará sete-oitocentista – a exemplo do estudo pioneiro de Arlene Kelly-Normand.¹²⁶

Foi a partir da década de 1990, todavia, que “o [maior] volume de trabalhos acadêmicos sobre a escravidão na Amazônia, [...] [veio] à tona, em termos quantitativos e qualitativos, abordando diversos aspectos sobre a escravidão africana na Amazônia, enquanto outras possibilidades de investigação, ainda aguardavam novas pesquisas”.¹²⁷ Não seria de todo irrazoável considerarmos que os estudos produzidos da década de 1990 em diante, que hoje constituem o maior volume de pesquisas disponíveis sobre a escravidão no Pará, tenham privilegiado, basicamente, três eixos: 1) os mecanismos de resistência à escravidão (fugas escravas e formação de quilombos e mocambos); 2) o abolicionismo; 3) o tráfico de escravos (com novos olhares a respeito das atividades Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, no período anterior às atividades daquela Companhia e, em proporção muito menor, ao tráfico interprovincial). Procuramos, agora, traçar um panorama dos estudos produzidos dentro desses três eixos, dando maior evidência, naturalmente, àqueles que se dedicaram a investigar o tráfico de escravos.

Os estudos relativamente mais recentes em torno da resistência escrava na historiografia paraense vão do livro organizado por Rosa Acevedo e Edna Castro, em 1993, sobre as populações afrodescendentes no vale do rio Trombetas¹²⁸ à recente tese de doutoramento de Oscar de la Torre Cueva sobre a formação de um campesinato negro, na Zona Guajarina,¹²⁹ região próxima à Belém). Inserem-se nesse eixo, também, a dissertação de mestrado de José Maia Bezerra Neto acerca das fugas escravas, na Belém oitocentista;¹³⁰ as teses de doutoramento de Eurípedes Antônio Funes sobre a constituição de mocambos no Baixo Amazonas,¹³¹ e de Flá-

¹²⁴ ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. **Du travail esclave au travail libre: le Para (Brésil) sous le régime colonial et sous l'Empire (XVII-XIX siècles)**. Thèse de Doctorat (Histoire et Civilisations) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1985.

¹²⁵ MORAES, Ruth Burlamaqui de. **Transformações demográficas em uma economia extrativa: Pará (1872-1920)**. Dissertação de Mestrado (História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, 1984.

¹²⁶ KELLY-NORMAND, Arlene. Africanos na Amazônia: cem anos antes da abolição. **Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas**, Belém, n. 18, p. 1-21, out.-dez. 1988.

¹²⁷ BEZERRA NETO, José Maia. Do vazio africano à presença negra, op. cit., p. 20.

¹²⁸ ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth; CASTRO, Edna Ramos de. **Negros do Trombetas. Guardiões de matas e rios**. Belém: EDUFPA, 1993.

¹²⁹ TORRE, Oscar de la. **Freedom in Amazonia**, op. cit.

¹³⁰ BEZERRA NETO, José Maia. **Fugindo, sempre fugindo: escravidão, fugas escravas e fugitivos no Grão-Pará (1840-1888)**. Dissertação de Mestrado (História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2000.

¹³¹ FUNES, Eurípedes Antônio. **Nasci nas matas, nunca tive senhor: história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas**. Tese de Doutorado (História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1995.

vio Gomes, acerca da formação de mocambos na Amazônia colonial;¹³² e a obra de José Luíz Peinado-Alonso, igualmente dedicada à formação dos mocambos no vale do rio Trombetas.¹³³ É digno de nota, também, o livro organizado por Rosa Acevedo, Eliana Ramos Ferreira e Fernando Marques sobre as comunidades quilombolas na região do Capim, que envolve aspectos históricos e contemporâneos.¹³⁴

Por sua vez, os estudos relativamente mais recentes em torno do abolicionismo, na historiografia paraense, dizem respeito, em grande medida, à produção de José Maia Bezerra Neto e dos pesquisadores ligados ao *Grupo de Estudo e Pesquisa da Escravidão e Abolicionismo na Amazônia*, liderado por esse autor na UFPA. As expressões maiores desse eixo são as teses de doutoramento de Rosa Acevedo (já referida) e de José Maia Bezerra Neto.¹³⁵ Destacam-se, igualmente, as dissertações de mestrado de Pedro Monteiro Neves, sobre o Fundo de Emancipação de escravos do Grão-Pará,¹³⁶ e de Luiz Carlos Laurindo Júnior.¹³⁷ Em comum esses estudos têm o fato de focalizarem a segunda metade do século 19 – o que guarda relação, é lógico, com o próprio tema do abolicionismo –, mas, principalmente, o período intercalado entre a Lei Rio Branco e a Lei Áurea (1871-1888).

Já em relação aos estudos mais recentes, no contexto da historiografia paraense, acerca do tráfico de escravos para a Amazônia, destacamos os estudos de Rafael Chambouleyron¹³⁸ e de Benedito Barbosa,¹³⁹ sobre o tráfico no contexto anterior à Companhia de Comércio; os estudos de Marley Silva¹⁴⁰ e de Diego Santos,¹⁴¹ sobre o tráfico no contexto posterior à Companhia de Comércio, e, especialmente, o importante estudo de Walter Hawthorne, sobre o tráfico

¹³² GOMES, Flávio dos Santos. **A Hidra e os Pântanos: mocambos, quilombos e comunidade de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)**. Tese de Doutorado (História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Estadual de Campinas, 1997.

¹³³ RUIZ-PEINADO ALONSO, José Luíz. **Cimarronaje en Brasil: mocambos del Trombetas**. Barcelona: El Cip I La Nansa Ediciones, 2002.

¹³⁴ ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth; FERREIRA, Eliana Ramos; MARQUES, Fernando Luiz Tavares (Org.). **Patrimônio, cultura e territorialidade dos quilombolas do Rio Capim**. Belém: IPHAN, 2014.

¹³⁵ BEZERRA NETO, José Maia. **Por todos os meios legítimos e legais**, op. cit.

¹³⁶ NEVES, Pedro Monteiro. **Liberdades sem sustos, nem inquietações: significados e sentidos do Fundo de Emancipação no Grão-Pará (1871-1888)**. Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2014.

¹³⁷ LAURINDO JÚNIOR, Luiz Carlos. **A cidade de Camilo: escravidão urbana em Belém do Pará (1871-1888)**. Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2012.

¹³⁸ CHAMBOULEYRON, Rafael Ivan. **Escravos do Atlântico Equatorial**, op. cit.

¹³⁹ BARBOSA, Benedito Costa. **Em outras margens do Atlântico: o tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Grão-Pará (1707-1750)**. Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2009.

¹⁴⁰ SILVA, Marley Antônia Silva da. **A extinção da Companhia de Comércio e o tráfico de africanos para o Estado do Grão-Pará e Rio Negro (1777-1815)**, op. cit.

¹⁴¹ SANTOS, Diego Pereira. **Entre costas brasileiras: o tráfico interno de escravos em direitura à Amazônia, c. 1778-c. 1830**. Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2013.

de escravos para o Grão-Pará e o Maranhão em perspectiva comparativa, entre c.1655 e 1842, utilizando informações provenientes da *Trans-Atlantic Slave Trade Database*, organizada pela Emory University.¹⁴² Embora não tratem especificamente do Pará, são dignos de nota também os estudos de Daniel Domingues,¹⁴³ Reinaldo Barroso¹⁴⁴ e Diego Martins¹⁴⁵ sobre o tráfico de cativos para o Maranhão ou no contexto do Atlântico Equatorial – conceito elaborado por Rafael Chambouleyron, no estudo acima referido, para evidenciar as articulações existentes entre as praças de São Luís, no Maranhão e de Cacheu, hoje em Guiné-Bissau, no trato de escravos.

A nosso ver, uma das maiores contribuições desses novos estudos foi, justamente, lançar outros olhares para aquém e além – cronologicamente falando – da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Em primeiro lugar, esses estudos evidenciaram que o tráfico no contexto anterior à segunda Companhia de Comércio foi menos incipiente do que se imaginava, sendo, inclusive, incentivado pela Coroa Portuguesa como forma de desenvolver as praças de São Luís e de Cacheu no contexto do já mencionado Atlântico Equatorial. Em segundo lugar, esses estudos também demonstraram que o tráfico de escravos permaneceu ativo no período posterior às atividades da Companhia de Comércio intensificando-se no Maranhão e mantendo-se constante no Pará, dado o maior dinamismo econômico alcançado pela cotonicultura e a rizicultura maranhenses, em comparação com a produção paraense de cacau.

Se, por um lado, o tráfico atlântico de escravos tem merecido grande atenção, na historiografia amazônica, o mesmo não podemos afirmar acerca dos tráficos intra e interprovincial. Praticamente nada foi produzido a respeito, seja para evidenciar o impacto desse tráfico na escravaria paraense (eventuais remanejamentos de cativos entre as diferentes regiões da província, o afluxo ou o refluxo de escravos na província como um todo), seja para evidenciar as suas características mais gerais (volume, perfil dos cativos transacionados e aspectos das transações). O estudo que há de mais próximo dessa discussão é um artigo recente de José Maia Bezerra Neto, no qual o autor lança mão de listas de passageiros dos vapores paraenses, disponíveis nos periódicos locais, para estimar os deslocamentos de escravos dentro e fora da provín-

¹⁴² HAWTHORNE, Walter. **From Africa to Brazil: Culture, Identity, and an Atlantic Slave Trade, 1600-1830**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

¹⁴³ DOMINGUES, Daniel S. The Atlantic Slave Trade to Maranhão, 1860-1846: volume, routes, and organization. **Slavery and Abolition**, London, v. 29, n. 4, p. 477-501, oct.-dec. 2008.

¹⁴⁴ BARROSO JÚNIOR, Reinaldo dos Santos. **Nas rotas do Atlântico Equatorial: tráfico de escravos rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770-1800)**. Dissertação de Mestrado (História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2009.

¹⁴⁵ MARTINS, Diego de Cambráia. **O tráfico de escravos nos rios da Guiné e a dinâmica da economia atlântica portuguesa (1756-1807)**. Dissertação de Mestrado (História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.

cia, tomando-os como indicativos dos tráficos intra e interprovincial.¹⁴⁶ Embora seja uma contribuição ao tema, parte-se, tacitamente, da questionável premissa de que esses deslocamentos implicariam transações comerciais – condição impreterível para configurá-los como tráfico.¹⁴⁷

À margem dos três eixos (resistência escrava, abolicionismo e tráfico de cativos) privilegiados na produção recente sobre a história da escravidão na região amazônica situa-se o estudo que, em nosso entendimento, representa uma das mais inovadoras contribuições ao papel da escravidão negra no quadro da formação econômica e social da Amazônia: *Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*, de autoria de Patrícia Sampaio. Fruto da tese de doutoramento em História defendida pela autora em 2001, na UFF, essa obra proporciona uma interpretação inovadora sobre a escravidão africana na região, levando a um novo patamar analítico as interconexões entre os variados segmentos que conformavam os mundos do trabalho na Amazônia setecentista.¹⁴⁸ O estudo de Sampaio ajudou a restabelecer, na historiografia, as conexões existentes, mas, via de regra, pouco lembradas entre a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e o reordenamento, naquele contexto, das políticas de acesso à mão de obra indígena bem evidenciadas pela criação do Diretório dos Índios.

Não obstante o aspecto inovador da explicação estrutural apresentada no estudo de Patrícia Sampaio para restabelecer as conexões existentes entre a criação da Companhia de Comércio e a reestruturação das políticas de acesso ao trabalho indígena na Amazônia setecentista, o seu estudo não deixou de representar, de certa forma, um esforço de síntese. Sampaio di-

¹⁴⁶ BEZERRA NETO, José Maia. Cenas da escravidão: senhores e trabalhadores escravos em Belém (1860-1880). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, Belém, v. 1, n. 2, p. 1-26, jun.-dez. 2014.

¹⁴⁷ Nossa crítica se refere aos dados gerais apresentados pelo autor e não aos casos em que podem ter sido identificadas as naturezas comerciais desses movimentos populacionais. A mesma lógica que se aplica ao tráfico atlântico de cativos não pode ser incorporada, sem o devido cuidado, na análise dos tráficos intra e interprovincial não apenas por uma questão de escala (i. e., a distância deslocada), mas pelo próprio caráter multifacetado dos deslocamentos internos. Não seria irrazoável supormos, por exemplo, os movimentos de cativos entre distintas propriedades dos seus senhores ou o acompanhamento destes à capital, Belém. Observaremos no CAPÍTULO 03 que nos inventários *post-mortem* por nós compulsados, apresentaram-se casos em que os escravos provenientes de outras províncias (informação esta especificada, o mais das vezes, nas listas de matrícula de escravos anexas aos inventários) haviam “migrado” para o Pará com os seus respectivos senhores (naturais, como sinalizam os autos de inventário, das mesmas províncias de suas escravarias), no contexto do que ficou conhecido na historiografia tradicional, como “transumância amazônica”. Como destacamos no corpo do texto, a importância do tráfico intraprovincial e a inserção do Pará nas rotas do tráfico interprovincial são temas poucos explorados. De qualquer forma, cabe-nos destacar que, embora alguns estudos acerca da formação econômica e social da Amazônia tenham situado o Pará no papel de fornecedor de escravos, alguns autores clássicos da historiografia da escravidão no Brasil, como Robert Slenes e Robert Conrad, têm sustentado que apesar de o Grão-Pará ter perdido cativos, por meio do tráfico interprovincial, esse ainda representava um mercado interessante para a aquisição de novos escravos. Ver: SLENES, Robert W. *The Demography and Economics of Brazilian Slavery, 1850-1888*. PhD. Dissertation (History) – Department of History, Stanford University, 1976, p. 595-686; CONRAD, Robert E. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978 [1972], p. 220. Sobre a historiografia voltada ao do tráfico interno de escravos no Brasil, ver: MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista*. São Paulo: Alameda, 2012, p. 61-101.

¹⁴⁸ SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Espelhos Partidos*, op. cit.

alogou não apenas com os primeiros intérpretes da formação econômica e social da Amazônia – muito dos quais, vale dizer, apresentados na primeira das seções deste capítulo – como também com a historiografia revisionista do fim da década de 1960 e dos anos de 1970 – apresentada nesta seção. Não se tratava, porém, de um balanço historiográfico propriamente dito, mas de um empenho em situar tal estudo no panorama historiográfico paraense. O extenso conjunto da historiografia sobre a escravidão produzida, na Amazônia, levou Patrícia Sampaio e José Maia Bezerra Neto a elaborarem aquelas que seriam algumas das primeiras sínteses da produção historiográfica sobre a escravidão na Amazônia.

No esforço de oferecer uma síntese do conjunto da produção sobre a escravidão no Pará, José Maia Bezerra Neto e Patrícia Melo Sampaio publicaram, nos anos de 2010, dois estudos em que procuravam compreender as linhas gerais do escravismo na Amazônia. Trata-se, a rigor, de estudos que partiam de perspectivas basicamente distintas: enquanto o estudo de Bezerra Neto apresentava uma recapitulação geral das análises desenvolvidas em outros estudos, preocupando-se mais em problematizar os dados neles contidos, do que em problematizar historiograficamente tal produção,¹⁴⁹ a coletânea organizada por Sampaio reunia textos de diversos pesquisadores, em sua maioria associados à Universidade Federal do Amazonas (UFAM), sobre vários aspectos da escravidão na Amazônia como as fugas cativas, as alforrias, a formação de quilombos etc.

Mais do que simples sínteses, esses estudos, junto aos demais comentados nesta seção, são representativos das linhas de orientação teórico-historiográficas que balizaram a produção sobre a história da escravidão na Amazônia desde, especialmente, a década de 1990. São indicativos, além disso e por exclusão, das lacunas que ainda permeiam esta produção. Em termos gerais, ao considerarmos o conjunto da produção – sobretudo, da produção mais recente – sobre a escravidão na historiografia paraense, observamos uma forte prevalência da História Social como linha de orientação teórico-historiográfica, e das cidades como um espaço privilegiado de observação. Não obstante os estudos da década de 1970, poucos foram os trabalhos, no contexto dessa historiografia, orientados pela História Econômica e que se devotaram a analisar a escravidão nas zonas rurais do Grão-Pará. Ademais, a despeito dos estudos acerca do tráfico e do pioneiro texto de Kelly-Normand,¹⁵⁰ pouco se pesquisou a demografia da escravidão no Grão-Pará.

¹⁴⁹ BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão negra no Grão-Pará (séculos XVII-XIX)**. Belém: Paka-Tatu, 2012 [2001].

¹⁵⁰ KELLY-NORMAND, Arlene. *Africanos na Amazônia: cem anos antes da abolição*, op. cit.

A nosso ver, na historiografia paraense acerca da escravidão, tanto a carência de trabalhos pautados pela História Econômica quanto a pouca representatividade de estudos em torno da escravidão nos perímetros rurais e das suas características demográficas, têm relação com a forma pela qual o evoluir da economia amazônica tem sido compreendido desde os primeiros intérpretes da formação econômica e social da região. Referimo-nos não àquela ideia por longo tempo enraizada de uma natureza nomeadamente extrativista da economia amazônica, mas precisamente ao fato de o seu evoluir econômico ter sido explicado quase que exclusivamente em função do fator mercado, desconsiderando, na pertinente leitura de Patrícia Melo Sampaio, “as condições fundamentais de produção e reprodução da vida material” em seu âmago.¹⁵¹ Em outras palavras, a formação econômica da Amazônia foi interpretada muito mais em razão dos seus nexos externos – em primeiro plano, com o mercado internacional – do que em razão dos seus próprios fundamentos internos.¹⁵²

Ainda que essa observação não seja elucidativa, por si só, da grande predominância da História Social como linha de orientação teórico-historiográfica,¹⁵³ e tampouco da primazia da cidade como o lócus privilegiado de análise nos estudos sobre a escravidão no Pará,¹⁵⁴ a quase nenhuma ênfase dada à dinâmica de funcionamento interno da economia amazônica de alguma forma contribuiu para a escassez de estudos acerca da participação dos escravos negros na

¹⁵¹ SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. Nas teias da fortuna: acumulação mercantil e escravidão em Manaus, século XIX. **Mneme**, Caicó, v. 3, n. 6, jul.-dez. 2002, p. 53.

¹⁵² Tal perspectiva se faz presente mesmo nos trabalhos pautados pela História Econômica. Dois exemplos claros de tal perspectiva são os estudos de Dauril Alden e Francisco de Assis Costa, que associam boa parte da não efetividade das Políticas Pombalinas em estabelecer sistemas agrários consistentes no Grão-Pará, à pequena participação relativa dos gêneros agrícolas na pauta de exportações da então capitania, além o limiar do século 19. Ver: ALDEN, Dauril. The Significance of Cacao Production in the Amazon Region during the Late Colonial Period: an essay in comparative economic history. **Proceedings of the American Philosophical Society**, Philadelphia, v. 120, n. 2, p. 103-35, April 1976; COSTA, Francisco de Assis da. **Ecologismo e a questão agrária na Amazônia**. Belém: NAEA, 1992.

¹⁵³ O ensino universitário de História no Pará teve início, ainda na década de 1950, com a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – anos mais tarde incorporada pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Lecionavam na antiga Faculdade de Filosofia, bacharéis em Direito com realçada formação humanística e membros do clero estadual. Apesar das diversas reformas universitárias empreendidas, nos anos seguintes (grande parte delas, vale dizer, sob a égide da política educacional levada a efeito pela Ditadura Militar instituída no Brasil em 1964), este quadro permaneceria pelo menos até o final da década de 1980, passando por profundas transformações com o adentrar da década de 1990. No âmbito deste processo de renovação do quadro docente do então Departamento (hoje, Faculdade) de História da UFPA, a História Social assumiu um papel de destaque na formação dos professores universitários de História, no Pará. Sobre essa questão, ver: BARROSO, Daniel Souza. Por uma História da Família e da População na Amazônia Brasileira, op. cit., p. 54-5.

¹⁵⁴ A cidade surgiu, no contexto de renovação da historiografia paraense entre o final dos anos de 1980 e o início da década de 1990, como um espaço de observação privilegiado. Em grande medida, isso se deve, a nosso ver, à influência do clássico estudo de Maria de Nazaré Sarges sobre a modernização de Belém no período da chamada “Belle-Époque”, fruto de sua dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 1990. Anos mais tarde, este estudo foi publicado, em formato de livro. cf.: SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)**. Belém: Paka-Tatu, 2010. Sobre a trajetória dos estudos em História Rural e História Agrária no Pará, ver: NUNES, Francivaldo Alves. **Historiografia da agricultura na Amazônia**. In: FELDMAN, Ariel; BERLESI, Josué; NUNES, Francivaldo Alves (Org). **Historiografia: nove debates, novas perspectivas**. Cametá: Campus Universitário do Tocantins - UFPA, 2015, p. 121-40.

economia rural da região. À exceção do já referido artigo de Arlene Kelly-Normand¹⁵⁵ acerca das características da posse de cativos no Baixo Tocantins, dos comentários de Eurípedes Funes¹⁵⁶ sobre a posse de cativos no Baixo Amazonas e da também já referida tese de doutorado de Oscar de la Torre,¹⁵⁷ sobre a formação de um campesinato negro na Zona Guajarina, praticamente nada de específico se produziu sobre os meandros da escravidão rural na Amazônia.

Por sua vez, a ausência de estudos em torno da demografia da escravidão na Amazônia deriva da própria carência de estudos na área Demografia Histórica para além do eixo Centro-Sul do Brasil.¹⁵⁸ Notadamente no que respeita à família escrava e à estrutura da posse de cativos (os elementos básicos da demografia da escravidão ao lado do tráfico de escravos), observamos que grande parte das pesquisas realizadas sobre esses temas, focalizou regiões de *plantation*, marcadas pela existência de grandes plantéis, por uma acentuada associação com o tráfico (atlântico, intraprovincial e interprovincial) e pela elevada prevalência de escravos do sexo masculino. Embora haja esforços recentes de pesquisa no sentido de ajudar a suprir esta lacuna,¹⁵⁹ pouco sabemos sobre o comportamento demográfico e o grau de importância econômica da mão de obra escrava em regiões com razões de sexo mais equilibradas, menos ligadas ao tráfico e de cujas produções nas quais o trabalho cativo estava empregado não estavam necessariamente direcionadas ao mercado externo, a exemplo do próprio Grão-Pará oitocentista.

No que diz respeito à família cativa, excetuando-se alguns apontamentos feitos nos estudos de Luciana Marinho,¹⁶⁰ Andréa Pastana,¹⁶¹ Walter Hawthorne¹⁶² e, principalmente (haja

¹⁵⁵ KELLY-NORMAND, Arlene. *Africanos na Amazônia: cem anos antes da abolição*, op. cit.

¹⁵⁶ FUNES, Eurípedes Antônio. *Nasci nas matas, nunca tive senhor*, op. cit.

¹⁵⁷ TORRE, Oscar de la. *Freedom in Amazonia*, op. cit.

¹⁵⁸ cf.: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; SCOTT, Ana Sílvia Volpi; BASSANEZI, Maria Sílvia Beozzo. Quarenta anos de demografia histórica. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 339-350, jul.-dez. 2005.

¹⁵⁹ Ver dentre muitos outros: GUTIÉRREZ, Horácio. Demografia escrava em economias não-exportadoras: Paraná, 1800-1830. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 297-314, jul.-set. 1987; PAIVA, Clotilde de Andrade. **População e Economia: Minas Gerais no século XIX**. Tese de Doutorado (História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1995; BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. **Famílias e Escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX**. Dissertação de Mestrado (História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1995; BARICKMAN, Bert J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1998]; VALENTIN, Agnaldo. **Uma civilização do arroz: agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira (1800-1880)**. Tese de Doutorado (História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006; GARAVAZO, Juliana. **Riqueza e escravidão no Nordeste Paulista: Batatais, 1851-1887**. Dissertação de Mestrado (História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006; MARCONDES, Renato Leite. **Diverso e desigual: o Brasil escravista na década de 1870**. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2009; LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010 [2009].

¹⁶⁰ BATISTA, Luciana Marinho. Demografia, família e resistência escrava no Grão-Pará (1850-1855). In: BEZERRA NETO, José Maia; GUZMÁN, Décio de Alencar (Org.). **Terra Matura: historiografia e história social na Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2002, p. 207-30.

vista a ênfase dada especificamente à família cativa), em estudos de nossa autoria,¹⁶³ praticamente nada foi produzido acerca dessa temática. Já no que diz respeito à estrutura da posse de escravos, o quadro é ainda mais rarefeito limitando-se ao diversas vezes referido artigo de Arlene Kelly-Normand,¹⁶⁴ aos comentários exibidos na tese de Eurípedes Funes¹⁶⁵ e na dissertação de Alanna Cardoso,¹⁶⁶ e, novamente, a comunicações que, durante o doutoramento, vimos apresentando em congressos científicos de História e Demografia.¹⁶⁷ Dos três elementos basilares da demografia da escravidão, apenas o tráfico de cativos (o tráfico atlântico de escravos, para sermos mais precisos) recebeu a atenção devida.

No que tange, especificamente, à estrutura da posse de cativos, gostaríamos de pontuar já de antemão que os estudos de Kelly-Normand e de Funes analisam apenas aspectos particulares da estrutura da posse não avançando na caracterização dos escravos, dos escravistas e da posse conjuntamente, como se convencionou fazer nos estudos acerca da estrutura da posse de cativos no Brasil.¹⁶⁸ Ao passo que Kelly-Normand¹⁶⁹ se limitou a caracterizar os proprietários de cativos e a distribuição desses e dos seus escravos segundo diferentes faixas de tamanho de plantel sem apresentar, necessariamente, um esforço de propor uma explicação estrutural para os resultados obtidos para o Baixo Tocantins, em 1778, Funes¹⁷⁰ se limitou a contextualizar os escravos nos quadros da economia cacauera do Baixo Amazonas, entre 1800 e 1886, e a exibir a distribuição dos plantéis conforme diferentes faixas de tamanho, sem apresentar a distri-

¹⁶¹ PASTANA, Andréa da Silva. **Em nome de Deus, Amém! Mulheres, escravos, famílias e heranças através dos testamentos em Belém do Grão-Pará na primeira metade do século XIX**. Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2008.

¹⁶² HAWTHORNE, Walter. **From Africa to Brazil**, op. cit., p. 173-207.

¹⁶³ VIEIRA Júnior, Antonio Otaviano; BARROSO, Daniel Souza. Histórias de “movimentos”: embarcações e população portuguesas na Amazônia joanina. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 193-210, jan.-jun. 2010; BARROSO, Daniel Souza. **Casamento e compadrio em Belém nos meados do Oitocentos**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2012; BARROSO, Daniel Souza. Múltiplos do Cativo: casamento, compadrio e experiência comunitária numa propriedade escrava no Grão-Pará (1840-1870). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 50, p. 93-128, jul.-dez. 2014.

¹⁶⁴ KELLY-NORMAND, Arlene. Africanos na Amazônia: cem anos antes da abolição, op. cit.

¹⁶⁵ FUNES, Eurípedes Antônio. **Nasci nas matas, nunca tive senhor**, op. cit.

¹⁶⁶ CARDOSO, Alanna Souto. **Apontamentos para história da família e demografia histórica na Capitania do Pará (1750-1790)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2008.

¹⁶⁷ BARROSO, Daniel Souza. Coletando o cacau “bravo”, plantando o cacau “manso” e outros gêneros: um estudo sobre a estrutura da posse de cativos no Baixo Tocantins (Grão-Pará, 1810-1850). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XIX, 2014. São Pedro. **Anais...** Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2014. 21p.; BARROSO, Daniel Souza. Senzalas na Floresta? Notas sobre a estrutura da posse de escravos no Grão-Pará oitocentista. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO & LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, VII, 2015. Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2015. 21p; MOTA, Antonia da Silva; BARROSO, Daniel Souza. Economia e demografia da escravidão no Maranhão e no Grão-Pará, op. cit.

¹⁶⁸ MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)**. São Paulo: Annablume, 1999, p. 68.

¹⁶⁹ KELLY-NORMAND, Arlene. Africanos na Amazônia: cem anos antes da abolição, op. cit.

¹⁷⁰ FUNES, Eurípedes Antônio. **Nasci nas matas, nunca tive senhor**, op. cit.

buição dos próprios escravos segundo essas diferentes faixas e as suas características segundo o sexo e a idade.

À guisa de conclusão, apesar de esforços de pesquisa mais recentes em explorar outros contextos, parece-nos haver uma concentração do grosso da produção historiográfica paraense sobre a escravidão negra em dois contextos: de um lado, a segunda metade do Setecentos (período em que se assistiu a uma inflexão na demografia e na economia da escravidão negra sob os auspícios da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão) e, do outro lado, as décadas de 1870 e 1880 (período intercalado, como comentamos anteriormente, entre a Lei de 1871 e a Lei Áurea). Também não podemos deixar de considerar ser a primeira metade do século 19 um contexto pouco explorado pela historiografia paraense, como um todo – exceto no que concerne à historiografia produzida a respeito da Adesão do Grão-Pará à Independência e da Cabanagem.

Nesse sentido, ainda que nas últimas páginas, tenhamos demonstrado a consistência da historiografia paraense dedicada à escravidão, demonstramos também tratar-se de uma produção caracterizada por uma série de lacunas. Lacunas que, em grande medida, são atinentes aos aspectos demográficos e econômicos da escravidão na Amazônia, principalmente nos seus perímetros rurais. A nossa proposta de pesquisa, como explicitado na INTRODUÇÃO, propõe uma análise da família escrava e da estrutura da posse de cativos levando em consideração o mútuo condicionamento existente entre a demografia e a economia da escravidão. Na próxima seção, o nosso objetivo será inserir essa proposta de pesquisa no contexto da historiografia amazônica acerca da escravidão, evidenciando seus aspectos inovadores – sejam eles temáticos ou metodológicos.

1.3. DELIMITANDO UMA PROPOSTA DE RELEITURA

Em linhas gerais, nosso estudo tem como objetivo analisar o escravismo no Grão-Pará, ao longo do século 19, a partir da análise serial de dois dos elementos basilares da economia e da demografia da escravidão: a estrutura da posse de cativos e a família escrava. Interessa-nos examinar variações e permanências nas características dos proprietários de escravos, dos cativos e da própria posse de escravos em si, assim como os mecanismos de reprodução demográfica da escravaria paraense entre 1810 e 1888, com enfoque nos dois principais redutos escravistas, do Pará oitocentista: a capital da província, Belém – espaço urbano, cujo núcleo central apresentava uma economia dedicada fundamentalmente ao comércio e à prestação de serviços

– e o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina – espaços agrários que conformavam algo como um cinturão agroextrativista no entorno de Belém.

Para tal, a investigação – de natureza essencialmente serial – lança mão de um conjunto de 338 inventários *post-mortem* que arrolavam a posse de cativos nos espaços (Belém, Baixo Tocantins e Zona Guajarina) e nos anos (1810-1888) contemplados, como corpo documental principal da pesquisa. A análise serial desse conjunto de inventários *post-mortem* é qualificada pelo diálogo com fontes auxiliares de caráter diverso que vão desde estudos corográficos produzidos no próprio contexto do Oitocentos (referimo-nos aqui à corografia de Antônio Barena, comentada no início deste capítulo) até os registros paroquiais de batismo e de casamento de freguesias de Belém e do interior do Grão-Pará, passando pelos relatórios da administração provincial, pelos periódicos locais e por relatos de viajantes. Como já havíamos explicitado na INTRODUÇÃO, o corpo documental que sustenta a pesquisa assim como os aspectos metodológicos de nosso estudo serão apresentados com maior detalhamento, no APÊNDICE METODOLÓGICO.

A priori, ao cotejarmos a proposta geral de nosso estudo com a historiografia acerca da escravidão apresentada nas últimas páginas, observamos que a nossa proposta contempla pelo menos três elementos e contextos ainda pouco explorados em tal historiografia: 1) a análise de aspectos demográficos e econômicos da escravidão; 2) a análise do escravismo em perímetros rurais; 3) a análise de um contexto posterior ao de atuação (dentro e fora dos anos do monopólio) da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e anterior aos anos de 1870 (embora o nosso estudo compreenda também esta década e a de 1880). Paralelamente, ainda que não se trate de uma lacuna propriamente dita, a análise de caráter serial que propomos é igualmente um termo, se não ausente, pouco presente na historiografia paraense em torno da escravidão – senão em relação a alguns dos estudos dedicados ao tráfico que seguem perspectiva análoga.

O nosso estudo constitui um dos primeiros esforços de pesquisa a contemplar estes aspectos no contexto da historiografia paraense, não obstante uma produção anterior já indicada. Trata-se, neste sentido, de um dos primeiros esforços de compreensão do escravismo paraense a partir de seus fundamentos internos, analisando como diferentes conjunturas econômicas regionais e as rearticulações no escravismo brasileiro levadas a efeito na segunda metade do século 19, na esteira da legislação de caráter emancipacionista, condicionaram mudanças e permanências na estrutura da posse de cativos e na família escrava nas regiões investigadas. Muito embora as diferentes conjunturas econômicas do Pará oitocentista sejam objeto do CAPÍTULO

LO 02, gostaríamos de discutir, nesta seção, como a historiografia paraense interpretou a efetividade demográfica e econômica do escravismo regional, dentro do contexto aqui examinado.

Como demonstramos, na última seção, sem embargo às leituras dissonantes apresentadas nos trabalhos de Colin MacLachlan, Ciro Flamarion Cardoso e Maria Regina Celestino de Almeida, o conjunto da produção historiográfica paraense produzida a partir dos anos de 1970 evidenciou como a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão promoveu o estabelecimento de empreendimentos agrários (não apenas agrícolas como também extrativistas) na Amazônia, na segunda metade do século 18. Vimos, igualmente, que autores como Arthur Napoleão Figueiredo e Anaíza Vergolino-Henry argumentaram que, em verdade, a Companhia não somente promoveu o estabelecimento de novos sistemas agrários, como contribuiu sobremaneira para robustecer os sistemas agrários já existentes à altura de atuação da Companhia, com a incorporação de um contingente expressivo de mão de obra cativa de origem africana. Interessa-nos, agora, problematizar novamente esta questão a partir de novos autores assim como a persistência dos empreendimentos agrários na região com o avançar do século 19.

Grosso modo, como apresentamos sucintamente na INTRODUÇÃO, existem na historiografia amazônica ao menos quatro linhas explicativas sobre a continuação dos empreendimentos agrários baseados na mão de obra cativa da segunda metade do século 18 à primeira metade do século 19. A primeira linha advoga que o complexo extrativista do cacau “manso” e outros gêneros, deu lugar a outro complexo igualmente extrativista: o da borracha. A segunda linha, mesmo sem desconsiderar a importância do extrativismo, defende que tal complexo agrário foi concretizado, sendo apenas desarticulado pela Cabanagem. A terceira corrente explicativa compreende que os sistemas agrários perderam importância com a consolidação da borracha como o principal produto de exportação do Pará nos meados do Oitocentos. Já a quarta linha entende que tanto a agricultura, quanto a pecuária mantiveram a sua importância ao longo de todo o século 19, não perdendo a sua importância enquanto atividades produtivas perante a expansão da borracha.

A primeira linha explicativa foi construída nos trabalhos já mencionados de Colin MacLachlan, Ciro Cardoso e Regina Almeida. Tais estudos apontaram que, desde o limiar da colonização portuguesa na região amazônica, as expedições coletoras das drogas-do-sertão, “em oposição à agricultura organizada ou à mineração, foi [foram] o traço que mais marcadamente distinguiu a vida amazônica de outras áreas de colonização no Brasil colonial”.¹⁷¹ Fica patente

¹⁷¹ WEINSTEIN, Barbara. **A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1993 [1983]. p. 24-5.

tratar-se da já comentada perspectiva analítica que priorizava a explicação da economia amazônica em razão dos seus nexos externos (produção de gêneros extrativistas dedicada à exportação) em detrimento dos seus próprios fundamentos internos (produção gêneros agrícolas variados dedicada principalmente à subsistência e ao abastecimento, de menor participação relativa nas pautas de exportação da Amazônia colonial e imperial).

A segunda linha explicativa foi estabelecida, sobretudo, pelos estudos de Roberto Santos¹⁷² e Bárbara Weinstein¹⁷³ sobre a história econômica da Amazônia oitocentista, e pelos estudos aos mesmos filiados. Embora tais trabalhos vislumbrem, nas primeiras décadas do século 19, um contexto de florescimento da agricultura paraense em consequência da crise nas exportações de cacau a partir do final da década de 1820 – o que teria permitido alocar o pequeno capital disponível na Amazônia no incentivo às culturas da cana-de-açúcar, arroz e algodão –, eles entendem que a Cabanagem “desintegrou a vida econômica e social da Amazônia entre 1835 e 1839”,¹⁷⁴ desarticulando a estrutura produtiva da agricultura na região. A despeito dessa aparente desarticulação, estudos posteriores viriam a demonstrar uma tendência de recuperação econômica da província na década de 1840, logo após a Cabanagem (1835-1840).¹⁷⁵

A terceira linha de interpretação foi edificada, em grande medida, na obra do jornalista e ensaísta gaúcho Clodomir Vianna Moog. Em um ensaio publicado sobre a economia da borracha na Amazônia, em 1936, Vianna Moog argumentava que conquanto a produção de gêneros agrícolas (açúcar, cacau, mandioca etc.) atendesse adequadamente à demanda interna (não tendo se furtado, inclusive, de exportar alguns dos seus excedentes), tal produção havia se desestruturado a partir da década de 1850, quando – na leitura do autor – o complexo econômico paraense passou se dedicar cada vez mais à extração da borracha, impondo um fim à presença efetiva da policultura, das “oficinas” e da pecuária na economia regional. Na visão do ensaísta gaúcho, a valorização e a demanda crescente da borracha no mercado internacional, contribuíram para reordenar os fundamentos produtivos internos da Amazônia.¹⁷⁶

¹⁷² SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

¹⁷³ WEINSTEIN, Barbara. **A Borracha na Amazônia**, op. cit.

¹⁷⁴ Ibidem, p. 58.

¹⁷⁵ LOPES, Siméia de Nazaré. **O comércio interno no Pará oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840 e 1855**. Dissertação de Mestrado (Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2002.

¹⁷⁶ MOOG, Clodomir Vianna. **O ciclo do ouro negro: impressões da Amazônia**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1975 [1936].

A quarta linha de interpretação, constituída por meio do estudo de Luciana Marinho,¹⁷⁷ é a que hoje possui maior eco na historiografia paraense.¹⁷⁸ Genericamente essa linha explicativa considera que, a despeito do impacto negativo da Cabanagem na demografia da província e do fato de a borracha ter representado, desde os meados do século 19, o principal produto de exportação do Pará, a agricultura manteve grande importância ao longo do Oitocentos. Porém, tal linha não é clara a respeito da importância econômica da escravidão negra. Entende-se que a maior importância dos cativos seria como fonte de riqueza, e não como mão de obra. Se, por um lado, observou-se que até o fim dos anos de 1870 os cativos representavam uma expressiva parcela dos espólios da elite regional, por outro lado, creditou-se, em grande medida, à diminuição do peso relativo dos escravos na população paraense, à sua estrutura sexo-etária e ao fato de os produtores rurais não estarem adquirindo novos cativos, a supostamente menor importância econômica do escravismo na agricultura e na pecuária do Grão-Pará oitocentista.

Trata-se, a nosso ver, de uma explicação questionável acerca da aparente perda de importância do escravismo regional. Em primeiro lugar, o fato de os proprietários de cativos não estarem se lançando ao mercado com vistas à aquisição de novos escravos, não significa que a importância econômica como mão de obra havia se subtraído ou, então, que a sua importância havia se limitado a um bem com elevado capital simbólico – cuja posse marcaria uma posição social diferenciada. Em segundo lugar, a diminuição (existente) do peso relativo da população escrava do Grão-Pará com o avançar do século 19, também não serve de parâmetro para assegurar a perda de importância do escravismo na região, na medida em que o contingente cativo do Pará não apresentou variação significativa (seja de acréscimo, seja de decréscimo) até pelo menos a década de 1870. E em terceiro lugar, os pesos relativos de mulheres e de escravos jovens e velhos na escravaria provincial não diferia, frontalmente, do padrão brasileiro.

Em relação à primeira questão, cabe-nos esclarecer que alguns proprietários de cativos do Pará oitocentista investiam sim na compra de novos cativos, embora esse não fosse o único modo pelo qual os proprietários procuravam renovar e ampliar as suas escravarias, como mostraremos nos CAPÍTULOS 03 e 04, no caso de Belém e nos CAPÍTULOS 05 e 06, no caso do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina. Ainda que não se furtassem de adquirir novos cativos atra-

¹⁷⁷ BATISTA, Luciana Marinho. **Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c.1850-c.1870**. Dissertação de Mestrado (História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

¹⁷⁸ São exemplos deste eco: CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e relações familiares na Economia da Borracha (Belém, 1870-1920)**. Tese de Doutorado (História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006; NUNES, Francivaldo Alves. **Sob o Signo do Moderno Cultivo: Estado Imperial e agricultura na Amazônia**. Tese de Doutorado (História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2011.

vés dos tráficos intra e interprovincial (apresentaremos referências neste sentido, relativas justamente ao período – entre 1847 e 1867 – indicado pela autora como sendo de incremento nas exportações de gêneros agrícolas do Pará), a reprodução endógena dos escravos se evidenciou como um elemento central para a manutenção do escravismo paraense. O incentivo dado a essa reprodução é uma evidência a mais da relevância do escravismo no Grão-Pará oitocentista.

Em relação à segunda questão, cabe-nos apontar que a perda de representatividade dos cativos em meio à população paraense decorreu mais do crescimento exponencial do segmento livre por migração do que da redução no contingente cativo propriamente dito, que se manteve constante do início do século 19 até o início dos anos de 1870, quando o caráter de transitoriedade da escravidão no Brasil – evidenciado tanto pelo avanço da legislação emancipacionista (Leis Eusébio de Queirós e do Ventre Livre) como pela emancipação dos cativos nos Estados Unidos e em grande parte das Antilhas – era claro, em praticamente todo o país.¹⁷⁹ Uma vez mantido pouco alterado tal contingente (que oscilou entre 25 e 30 mil cativos do limiar do século 19 até o final dos anos de 1870), não fica claro por que motivo os cativos teriam perdido importância como mão de obra na agricultura e na pecuária, setores para os quais os escravos tradicionalmente representavam uma importante força de trabalho desde pelo menos a segunda metade do século 18.

Em relação à terceira questão, a afirmação de que a escravidão teria impacto econômico atenuado no Pará oitocentista, e não se configurado como um investimento econômico pleno, por conta dos elevados pesos relativos de mulheres, jovens e velhos na escravaria regional parece desconsiderar parâmetros existentes na historiografia para além do caso do Sudeste cafeeiro. Ainda que as proporções de mulheres, jovens (ambos os sexos) e velhos (ambos os sexos) na escravaria paraense superem suas respectivas médias nacionais nos anos de 1870 – em grande medida, subestimadas pela realidade do Sudeste –, elas eram por certo semelhantes, no caso das mulheres, às proporções correlatas do Maranhão e da Corte (Município Neutro) e, no caso os jovens e velhos, às das importantes províncias de Pernambuco e da Bahia. Ademais, é digno de nota que a proporção de cativos jovens esteve acima e, a de cativos velhos, abaixo da média nacional, sugerindo uma tendência de renovação maior da escravaria paraense, que a da escravaria brasileira como um todo.¹⁸⁰

¹⁷⁹ COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República – momentos decisivos**. São Paulo: Editora UNESP, 2007 [1977], p. 328.

¹⁸⁰ Para uma caracterização geral da população escrava do Brasil no limiar da década de 1870, ver: MARCONDES, Renato Leite. **Diverso e desigual**, op. cit. (especialmente, p. 58-65).

Se a configuração de um complexo econômico devotado à exportação da borracha não transcorreu numa crise generalizada na agricultura do Grão-Pará até, pelo menos, a década de 1870 e, por conseguinte, se tal atividade era esteada pelo escravismo, a noção de perda da importância econômica da escravidão no Grão-Pará, ao longo da segunda metade do Oitocentos, precisa ser relativizada. Os cativos não teriam sua importância econômica somente como bens ou signos de distinção, mas também, na medida em que participavam ativa e importantemente de determinados setores da economia regional, mesmo que em coexistência com uma crescente (em volume e importância econômica) mão de obra livre.¹⁸¹ Nesse sentido, os cativos constituiriam, ao mesmo tempo, uma fonte de riqueza e prestígio simbólico, e um fator econômico de produção que não podem ser desconsiderados pelo menos até o limiar da década de 1870 – quando o contingente escravo da província passou a diminuir afetando, assim, o mútuo condicionamento existente entre a sua efetividade demográfica e a sua importância econômica.

A nossa tese vai, portanto, de encontro às explicações oferecidas por toda uma historiografia à reestruturação econômica da Amazônia oitocentista no que diz respeito ao escravismo. As visões tradicionais de que a agricultura não era tão representativa em termos econômicos ou que a escravidão perdeu a sua importância econômica, pelo fato da dinâmica produtiva da borracha ter sido baseada especialmente no trabalho de retirantes nordestinos, precisam ser matizadas. Como mostraremos em nosso estudo, por mais que o escravismo não tenha servido de esteio produtivo ao item mais rentável da economia da província do Grão-Pará (a borracha) ao longo de boa parte do Oitocentos, a mão de obra cativa constituiu, até praticamente às vésperas da Abolição, um dos principais alicerces da economia paraense, seja na economia urbana de Belém, seja na economia agrária do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina.

Nas últimas páginas, traçamos o panorama das leituras acerca da efetividade demográfica e econômica da escravidão negra na Amazônia, cobrindo desde as leituras clássicas sobre a formação econômica da região produzidas entre as primeiras décadas do século 19 e as pri-

¹⁸¹ Após um período de intensas conturbações sociais e de ordem pública marcado pela reestruturação da província no pós-Cabanagem, as décadas de 1850 e de 1860 propiciaram resultados bastante significativos nas perspectivas econômica e demográfica. Em paralelo ao aumento na demanda, no preço e na produção da borracha, a população do Pará apresentou um crescimento bastante elevado; entre 1850 e 1872, com uma taxa média de 3,65% ao ano. Este movimento de recrudescimento demográfico viria a se intensificar nas décadas seguintes com o aumento no fluxo migratório destinado à região amazônica. Entre os anos de 1872 e 1920, a população de Belém, o mais um importante polo social, político, econômico e cultural da região, praticamente quadruplicou. Esta cidade possuía 61.997 habitantes em 1872, 96.560 em 1900, e 236.402 em 1920. Sobre o evoluir demográfico do Grão-Pará oitocentista, ver: MORAES, Ruth Burlamaqui de. **Transformações demográficas em uma economia extrativa**, op. cit.; ANDERSON, Robin L. **Colonization as Exploitation in the Amazon Rain Forest (1758-1911)**. Gainesville: University Press of Florida, 1999.

meiras décadas do século 20 até uma produção mais contemporânea. Como especificado anteriormente, a construção desse panorama objetivou: 1) introduzir um leitor não necessariamente afeito à história da Amazônia nas discussões em torno da efetividade da escravidão na região; 2) compilar, em uma seção específica da Tese, este longo evoluer historiográfico, de modo a dedicarmos as demais seções do estudo à exploração sumária dos dados primários coligidos; 3) situar o nosso trabalho no contexto específico da historiografia amazônica consagrada à escravidão negra.

Conquanto a escravidão negra ou, em última instância, a presença africana na Amazônia não tenha sido uma temática largamente difundida nos estudos sobre a formação econômica e social da região elaborados entre as primeiras décadas do Oitocentos e as primeiras décadas do Novecentos, percebemos, nesse contexto, o surgimento gradual de uma noção de inexpressividade da escravidão negra na Amazônia, cujo pano de fundo explicativo variava de autor para autor e de obra para obra. Em linhas gerais, tal noção estava assentada na ideia de que a predominância da mão de obra indígena e, outrossim, a prevalência de uma economia de caráter extrativista, haviam – por assim dizermos – inibido o estabelecimento de empreendimentos agrários (agrícolas ou, ainda, agroextrativistas) na região amazônica, embasados no uso da mão de obra escrava africana.

Apesar da persistência dessa noção até mais ou menos os meados do século 19, observamos que, nos anos de 1940 e 1950, intelectuais como Manuel Nunes Pereira e Arthur César Ferreira Reis elaboraram alguns dos primeiros estudos que vieram ajudar a nuançar, embora ainda não de maneira definitiva, a noção de inexpressividade da escravidão, na região amazônica. Ainda que tais autores comungassem da ideia de que o não estabelecimento de empreendimentos agrários consolidados no Grão-Pará havia embaraçado a organização de um mundo do trabalho onde predominasse a mão de obra cativa de origem africana, em vez da indígena. Essa ideia, como argumentamos, só viria a ser frontalmente contraposta nos anos de 1970, quando uma série de estudos de natureza revisionista questionou a noção de pouca expressividade da escravidão na Amazônia.

Em comum, os estudos revisionistas da década de 1970 tinham a ênfase nas atividades da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Não obstante os estudos como o de Colin M. MacLachlan, que puseram em xeque a eficácia da Companhia em promover o desenvolvimento econômico da região através da consolidação de empreendimentos agrários assentados no uso da mão de obra africana, a maioria dos trabalhos desse contexto evidenciou o sucesso da Companhia de Comércio a consolidação desses empreendimentos, não somente ao

avigorar esforços anteriores de constituição de sistemas agrários na Amazônia, como também de estabelecer novos sistemas agrários na região. Parte dos estudos desenvolvidos no contexto em tela se notabilizou, ademais, por relativizar a aplicação de modelos clássicos de funcionamento da economia colonial na Amazônia.

Mesmo que os anos de 1980 tenham assistido à publicação de importantes estudos sobre a escravidão na região amazônica, como os de Ciro Cardoso, Rosa Acevedo e Arlene Kelly, foi a partir da década de 1990 que os estudos sobre a temática se multiplicaram no contexto da historiografia paraense. Os estudos escritos dos anos de 1990 em diante, priorizaram três eixos: 1) os mecanismos de resistência à escravidão (fugas cativas e formação de quilombos e mocambos); 2) o abolicionismo; 3) o tráfico de cativos. Dentro desses três eixos desenvolveu-se uma extensa produção que, sem embargo aos seus volume e qualidade, evidenciou-se bastante lacunar. Tratou-se, a rigor, de uma produção pautada pela História Social e que tinha nos núcleos urbanos – notadamente, no núcleo urbano de Belém – espaços privilegiados de observação.

Após a apresentação do panorama historiográfico paraense em torno da escravidão negra, procedemos à contextualização de nosso estudo em tal historiografia. Observamos, inicialmente, que a nossa pesquisa repercute em três das principais lacunas dessa historiografia, na medida em que compreendemos a análise de aspectos demográficos e econômicos da escravidão (a primeira e talvez a principal lacuna, daquela historiografia), a análise da escravidão nos perímetros rurais da Amazônia e da análise de um contexto intercalado entre o período de atuação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e a Lei do Vente Livre – por mais que a nossa pesquisa também abarque os anos de 1870 e 1880. Destacamos, igualmente, que o caráter serial de nossa investigação se distancia de grande parte dos trabalhos sobre a escravidão na Amazônia – exceção feita àqueles consagrados à análise do tráfico atlântico de cativos.

No âmbito do esforço de situarmos o nosso estudo na historiografia paraense acerca da escravidão, mostramos também como a tese que defendemos vai de encontro às quatro principais linhas explicativas sobre a passagem de sistemas agrários consolidados/instituídos na segunda metade do século 18 com o adentrar e o avançar do século 19. Rompendo com as ideias de que tais sistemas não chegaram a se estabelecer ou, então, que os mesmos haviam se desestruturado frente à Cabanagem ou à consolidação da borracha como o principal produto de exportação do Grão-Pará, entendemos, a exemplo da quarta linha de explicação, que a agricultura se manteve como uma atividade econômica sem dúvida importante ao longo do Oitocentos, mas diferenciamos-nos desta quando apreendemos que a mão de obra escrava continuou sendo

uma importante base produtiva para alguns setores da economia paraense até o fim do próprio escravismo brasileiro na década de 1880. Tese que começará a ser explorada, a partir de dados primários, no CAPÍTULO 02.

CAPÍTULO II

REVISITANDO A ECONOMIA E A DEMOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO NA AMAZÔNIA OITOCENTISTA: UMA PRIMEIRA CARACTERIZAÇÃO

Este capítulo tem como objetivo fornecer o panorama demográfico e econômico da escravidão no Grão-Pará oitocentista – privilegiando, naturalmente, as três macrorregiões examinadas neste estudo: o contexto urbano de Belém e o contexto rural do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina. Trata-se, a rigor, de um esforço bastante geral de caracterização de elementos demográficos e econômicos da escravidão negra na Amazônia do século 19, enformado a partir do diálogo com a historiografia concernente ao tema e de uma apropriação de fontes primárias e secundárias, que tem como propósito tanto evidenciar o nosso posicionamento acerca de questões tratadas no último capítulo, sobre a efetividade demográfica e econômica da escravidão na região, quanto subsidiar as análises desenvolvidas nos capítulos subsequentes. Para tal, o presente capítulo encontra-se estruturado em duas seções.

Na primeira seção, procedemos a uma caracterização geral da economia paraense entre o final do século 18 e o final do século 19. Interessa-nos não apenas evidenciar a gradual transição de uma economia, grosso modo, dedicada à exportação do cacau (seja o cacau “manso”, fruto da agricultura, seja o cacau “bravo”, fruto do extrativismo) a uma economia, grosso modo, dedicada à exportação da borracha, mas também evidenciar a variedade de gêneros produzidos no Pará, sobretudo aqueles cuja produção estava diretamente relacionada – em maior ou menor medida – à mão de obra cativa. Com isso, procuramos contrapor a noção de um caráter essencialmente extrativista da economia amazônica na longa duração, demonstrando a importância da agricultura e, por conseguinte, dos gêneros agrícolas na composição da pauta de exportações paraense e na dinâmica de abastecimento da capital do Grão-Pará, Belém. Tal reflexão parte do pressuposto de que produção, distribuição, troca e consumo devem ser problematizados, na medida do possível, dentro de um campo conceitual unificado.¹⁸²

Na segunda seção do capítulo, dedicamo-nos a analisar a dinâmica demográfica do Pará oitocentista, com foco no tráfico de escravos direcionado à região e nas variações na distribuição geográfica, no contingente e na estrutura da população cativa da província. Em primeiro lugar, buscamos mostrar a efetividade do tráfico de escravos destinado ao Grão-Pará, entre

¹⁸² TOMICH, Dale W. **Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundo**. São Paulo: EDUSP, 2011 [2004], p. 48-9.

os meados do século 18 e as primeiras décadas do Oitocentos. Em segundo lugar, procuramos evidenciar que, apesar do elevado crescimento da população livre e do decréscimo da população cativa de várias regiões do Pará no decorrer do século 19, os contingentes escravos de Belém, do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina se mantiveram pouco alterados até início da década de 1870. Esse quadro é ainda matizado ao indicarmos a existência de variações por vezes expressivas nas escravarias das diversas freguesias e localidades que compunham tais regiões.

Assim como no capítulo anterior, o nosso objetivo neste capítulo é apresentar as características gerais da economia e da demografia do Pará oitocentista, de maneira a nos possibilitar evitar seguidas referências a tais questões nos capítulos remanescentes, tornando a narrativa menos sujeita a repetições, em grande parte das vezes, dispensáveis. Nesse sentido, ao longo dos próximos quatro capítulos, optamos por incluir somente referências pontuais e imprescindíveis a características e aos comportamentos econômicos e demográficos do Pará oitocentista. Se, por um lado, esse esforço de síntese parece-nos ser fundamental para a compreensão dos leitores não necessariamente conhecedores da história da Amazônia, por outro lado, parece-nos ser, igualmente, uma oportunidade para os próprios historiadores amazônicos revisitarem tópicos da história demográfica e econômica do Pará do século 19. Uma história que, pelo que se poderá observar nas próximas páginas, procura ir além de uma caracterização da sociedade paraense centrada fundamentalmente nos termos da Economia da Borracha.

2.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE A ECONOMIA DO GRÃO-PARÁ OITOCENTISTA

Das últimas décadas do século 17 aos meados do século 19, o cacau figurou como um dos principais produtos de exportação do Pará.¹⁸³ A produção do gênero, realizada inicialmente através da extração de sua forma nativa (o chamado cacau “bravo”) e, mais a frente, a partir do cultivo do chamado cacau “manso”, foi incentivada pela Coroa Portuguesa desde pelo menos os anos de 1670, quando seu potencial de comercialização já restava comprovado. Tratava-se, na leitura de diversos agentes da administração colonial, de um produto com baixo custo de produção e elevado preço de venda.¹⁸⁴ A produção do cacau na Amazônia recebeu grande incremento da década 1750 em diante, com a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que promoveu a introdução de um grande contingente de cativos africanos na região.

¹⁸³ ALDEN, Dauril. The Significance of Cacao Production in the Amazon Region during the Late Colonial Period: an essay in comparative economic history. *Proceedings of the American Philosophical Society*, Philadelphia, v. 120, n. 2, p. 103-35, Apr. 1976.

¹⁸⁴ CHAMBOULEYRON, Rafael Ivan. Cacao, Bark-Clove, and Agriculture in the Portuguese Amazon Region in the Seventeenth and Early Eighteenth Century. *Luso-Brazilian Review*, Madison, v. 51, n. 1, 2014, p. 07.

Os dados coligidos na TABELA 2.1 evidenciam a importância do cacau na pauta de exportações do Grão-Pará dos séculos 18 e 19. Entre 1756 e 1777, contexto de atuação monopolista da Companhia Geral de Comércio, o cacau representou 61,0% do valor total das exportações paraenses. Entre os anos de 1796 e 1822, a representatividade do cacau, no conjunto total de exportações do Grão-Pará, foi de 50,3%. No intervalo compreendido entre 1756 a 1822, os anos de 1762 e de 1796 foram aqueles em que o cacau alcançou, respectivamente, o seu maior (82,3%) e o seu menor (30,4%) peso relativo da pauta de exportações paraense. Sem embargo as variações de ano a ano, e a redução da representatividade do cacau nas exportações paraenses no período ulterior ao de atuação monopolista da Companhia de Comércio, o gênero constituiu até as primeiras décadas do Oitocentos, o principal produto de exportação do Grão-Pará.

TABELA 2.1
PESO RELATIVO DO CACAU NO TOTAL DE EXPORTAÇÕES DO GRÃO-PARÁ (1756-1867) –
VALORES EM RÉIS (Rs.) PARA OS ANOS COM DADOS DISPONÍVEIS

ANO	TOTAL	CACAU	% (CACAU)	ANO	TOTAL	CACAU	% (CACAU)
1756	88:767\$238	35:701\$087	40,2	1775	168:366\$504	109:362\$000	65,0
1757	71:484\$583	33:835\$870	47,3	1776	156:244\$734	87:611\$734	56,1
1758	15:115\$867	7:642\$110	50,6	1777	170:508\$251	103.510\$499	60,7
1759	90:229\$551	52:255\$928	57,9	1756-1777	2.192:919\$481	1.337:868\$609	61,0
1760	140:200\$288	93:846\$062	66,9	1796	330:464\$055	100:563\$485	30,4
1761	130:953\$764	72:118\$000	55,1	1797	255:506\$350	155:996\$400	61,1
1762	147:908\$589	121:710\$187	82,3	1798	381:320\$280	207:607\$400	54,4
1763	77:476\$613	58:564\$930	75,6	1799	565:110\$863	269:766\$400	47,7
1764	91:888\$662	49:023\$234	53,4	1800	598:505\$930	305:234\$400	51,0
1765	93:007\$029	47:417\$109	51,0	1801	279:057\$983	122:503\$500	43,9
1766	90:704\$472	47:917\$218	52,8	1802	417:128\$689	167:520\$637	40,2
1767	89:196\$787	43:811\$243	49,1	1804	478:378\$124	188:574\$875	39,4
1768	90:707\$716	61:461\$140	67,8	1805	623:312\$420	299:214\$550	48,0
1769	4:073\$508	1:506\$625	37,0	1806	752:709\$741	508:980\$000	67,6
1770	114:669\$083	76:874\$921	67,0	1822	560:499\$070	310:586\$160	55,4
1771	103:527\$773	57:815\$921	55,8	1796-1822	5.241:993\$505	2.636:547\$807	50,3
1772	120:799\$861	81:543\$421	67,5	1861-1862	4.604:851\$282	1.503:025\$387	32,6
1773	121:172\$452	88:177\$218	72,8	1866-1867	7.387:107\$009	1.418:497\$997	19,2
1774	15:930\$555	6:168\$152	38,7	1861-1867	11.991:958\$291	2.921:523\$384	24,4

OBS: os valores consideram as exportações através do porto de Belém, entre 1756 e 1822, com destino a Lisboa, e de 1861 a 1867 (“1861-1862” e “1866-1867” não são biênios, mas anos fiscais), com destino às outras províncias e a diversos países.

FONTE: 1756-1777: DIAS, Manuel Nunes. As frotas do cacau da Amazônia (1756-1777). *Revista de História*, São Paulo, n. 50, mar.-jun. 1962, p. 373; **1796-1822:** ALDEN, Dauril. The Significance of Cacao Production in the Amazon Region, op. cit., p. 127; **1861-1862:** PARÁ. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará na primeira sessão da 13ª Legislatura pelo Exmo. Sr. Presidente da Província Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque, em 1º de setembro de 1862. Belém: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862, p. 34-56; **1866-1867:** PARÁ. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial por S. Ex.^a o Sr. Vice-Almirante e Conselheiro de Guerra, Joaquim Raymundo de Lamare, Presidente da Província, em 15 de Agosto de 1867. Belém: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1867, p. 10-33.

No limiar do século 19, com o declínio das exportações venezuelanas – até então, responsáveis por atender grande parte da demanda internacional do gênero –, houve um aumento substancial na demanda pelo cacau amazônico. Como podemos observar a partir dos dados da TABELA 2.2, o volume de cacau exportado pelo porto de Belém entre 1810 e 1818 foi, em média anual, 68,8% superior ao exportado entre 1773 e 1808. Em termos absolutos e considerando somente os anos para os quais dispomos dos dados de exportação para ambos os intervalos observados, o volume de cacau exportado entre 1810 e 1818 (1.028.174,5 arrobas) corresponde a 72,3% do volume exportado entre 1773 e 1808 (1.421.111 arrobas), e a 42,0% do volume total exportado do gênero entre 1773 e 1822 (2.449.285,5 arrobas). Além disso, é possível notarmos igualmente que a produção do cacau tendeu a ampliar-se com o avançar do Oitocentos.

TABELA 2.2
GÊNEROS AGROEXTRATIVISTAS EXPORTADOS PELO GRÃO-PARÁ (1773-1818/1847-1867) –
GÊNEROS SELECIONADOS PELO AUTOR PARA OS ANOS COM DADOS DISPONÍVEIS

ANO(S)	GÊNERO EXPORTADO (EM ARROBAS) – CONTINUA					
	CACAU	ARROZ	CAFÉ	ALGODÃO	AÇÚCAR	BORRACHA
1773	58.784	935	4.273	-		-
1774	4.112	7.163	141	60		-
1775	72.908	19.480	4.468	60		-
1776	58.407	27.872	5.792	879		-
1777	6.907	40.346	3.542	2.053		-
1778	60.152	29.473	6.579	3.386		-
1779	57.884	89.236	4.513	5.155		-
1780	60.395	107.252	3.122	4.912		-
1781	40.490	96.791	2.838	8.572		-
1782	-	114.895	-	7.315		-
1783	-	73.116	-	7.188		-
1784	100.776	118.604	1.796	6.608	2.055	-
1785	34.877	84.681	1.683	4.908		-
1786	84.128	83.849	1.282	3.795		-
1787	-	136.022	-	4.212		-
1788	-	85.521	-	5.718		-
1789	-	96.140	-	4.743		-
1794	79.721	103.503	2.811	7.832		-
1796	48.116	46.880	4.042	12.666		-
1797	120.995	90.171	3.576	7.974		-
1798	94.367	59.618	5.019	8.341		-
1799	84.302	46.417	3.224	11.569		-
1800	127.181	90.836	4.903	15.930		-
1801	64.475	39.172	2.562	10.931	-	-
1802	145.669	65.467	4.793	14.040	-	-
1808	16.465	8.248	-	443	-	-

ANO(S)	GÊNERO EXPORTADO (EM ARROBAS) – CONCLUSÃO					
	CACAU	ARROZ	CAFÉ	ALGODÃO	AÇÚCAR	BORRACHA
1810	105.213,5	83.994	2.498	4.449	-	-
1811	65.266	98.968	4.174	3.426,5	-	-
1812	97.834	146.216	1.544	6.531	-	-
1813	85.533	107.766,5	-	3.978	-	-
1814	177.643	162.486 (a)	-	5.141	-	-
1815	145.275	162.486 (a)	-	8.509	-	-
1816	123.827	128.351,5	1.074	12.205	-	-
1817	125.956	219.819	4.531	221.758	-	-
1818	101.627	161.642	4.267	11.827	-	-
1836-1852 (MÉDIA ANUAL)	164.664	105.586 (b)	-	5.123	13.753	-
1852-1857 (MÉDIA ANUAL)	185.027	38.652	-	2.937	6.931	136.304
1857-1862 (MÉDIA ANUAL)	242.613	31.733	-	2.273	19.763	141.459
1862-1867 (MÉDIA ANUAL)	221.623	82.370	-	7.256	17.415	274.986

(a) Os volumes de arroz exportados em 1814 e 1815 se repetem na fonte original – indicada abaixo. Não se trata, portanto, de um erro de tabulação de nossa parte.

(b) Entre 1836 e 1852 foram exportados, para além de 105.586 arrobas de arroz pilado, 23.716 de arroz com casca, em média, por ano.

OBS: os valores consideram o volume de gêneros exportados através do porto de Belém, entre 1773 e 1818, com destino a Lisboa, e de 1836 a 1867, com destino a diversos países. Os valores de 1836 até 1867 foram calculados enquanto médias aritméticas simples, tendo, como numerador, o volume total exportado de cada gênero, e, como denominador, o número de anos de cada um dos quatro intervalos examinados – na própria fonte original. Os valores de 1773 a 1818 consideram somente o volume exportado em arrobas, desconsiderando as frações em libras.

FONTE: 1773-1818: BARATA, Manoel. A antiga produção e exportação do Pará: estudo histórico e econômico.

In: _____. **Formação Histórica do Pará.** Belém: EDUFPA, 1973, p. 293-330; **1836-1852:** PARÁ. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará na primeira sessão da 13ª Legislatura pelo Exmo. Sr. Presidente da Província Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque, em 1º de setembro de 1862. Belém: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862, p. 34-56; **1852-1867:** PARÁ. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial por S. Ex.^a o Sr. Vice-Almirante e Conselheiro de Guerra, Joaquim Raymundo de Lamare, Presidente da Província, em 15 de Agosto de 1867. Belém: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1867, p. 10-33.

As informações reunidas nas TABELAS 2.1 e 2.2 são importantes na medida em que nos permitem vislumbrar não apenas o volume de cacau exportado e o peso relativo desse gênero no conjunto de exportações do Grão-Pará entre o final do século 18 e os meados do século 19, como também a participação relativa de demais gêneros agroextrativistas nos volumes de exportação do Pará. Se, por um lado, não há como questionarmos todo o protagonismo do cacau no conjunto de exportações paraense entre os meados do Setecentos e os meados do Oitocentos, por outro lado, também não há como limitarmos a economia amazônica a um único gênero (cacau), nem muito menos a uma atividade econômica preponderante (extrativismo), tendo em vista os volumes de exportação de outros gêneros (café, algodão e, especialmente, arroz) e o fato de parte do cacau exportado nesse período ter sido cultivado, e não somente coletado.¹⁸⁵

¹⁸⁵ De acordo com Rafael Chambouleyron, as informações disponíveis não nos permitem medir, com precisão, as quantidades de cacau cultivada e coletada. A despeito disso, os esforços empreendidos pela Coroa Portuguesa no

Em que pese o protagonismo do cacau na pauta de exportações paraense, é inequívoco o papel de destaque dos gêneros agrícolas no conjunto de exportações do Pará, na longa duração. Não obstante uma incipiente exportação de açúcar (o grosso da cana-de-açúcar produzida no Pará era processado na forma de aguardente), o café, o algodão e, sobretudo, o arroz passaram a ocupar um lugar cada vez maior nas exportações do Grão-Pará, no último quartel do século 18, na esteira não apenas de melhorias técnicas, da reorganização da mão de obra indígena sob o Diretório¹⁸⁶ e da introdução de mão de obra cativa africana, como também através do plantio de novas espécies de gêneros agrícolas. Segundo Manoel Barata, em 1772, foi iniciada a cultura do arroz branco da Carolina (Estados Unidos), em substituição ao arroz silvestre (arroz vermelho) que não era um gênero de exportação e, em 1797,¹⁸⁷ deu-se início ao plantio da chamada cana-caiana, variedade da cana-de-açúcar originária de Caiena de grande qualidade e alto teor de açúcar.¹⁸⁸

Uma leitura tradicional, com ecos na historiografia amazônica, relaciona o estabelecimento de empreendimentos agrícolas no Grão-Pará assentados na mão de obra cativa às chamadas Políticas Pombalinas, seja para argumentar o sucesso, seja para argumentar o insucesso dessas políticas no estabelecimento daqueles empreendimentos, como vimos no capítulo anterior. Embora tal leitura acabe por desconsiderar por completo a relevância dos empreendimentos agrícolas existentes na Amazônia desde o Seiscentos, parece-nos claro que o século 18 assistiu ao reposicionamento da agricultura na economia amazônica. Examinando os valores dos

sentido de promover o cultivo do gênero a partir do fim do século 17 com a concessão de diversas *sesmarias* que se propunham a cultivá-lo, nos levam a crer que a produção do cacau “manso” possa ter deslançado no Setecentos, sobretudo a partir da criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. ver: CHAMBOULEYRON, Rafael Ivan. *Cacao, Bark-Clove, and Agriculture in the Portuguese Amazon Region*, op. cit.

¹⁸⁶ O Diretório dos Índios foi um novo sistema de administração da população indígena estabelecido, na América Portuguesa, em 1757 – como um desdobramento de leis de 1755. Nesse mesmo contexto, foi criada a “Intendência de Comércio, da Agricultura e das Manufaturas”, em 1756. Em recente artigo, Márcia Mello observou que tal Intendência tinha, como escopo, gerenciar as atividades agrícolas e mercantis de povoações indígenas que viriam a ser formadas. De acordo com a autora, “a Intendência do Comércio surgia dentro de uma conjuntura idealizada pelo Governo Central na qual as populações indígenas, uma vez livres da tutela dos religiosos, seriam capazes de desenvolver a agricultura e o comércio, no âmbito das novas povoações civis, bastando [...] designar um ministro específico que fosse capaz de promover essas atividades”. MELLO, Márcia Eliane de Souza e. A nova dinâmica da Justiça na Amazônia pombalina. In: BICALHO, Maria Fernanda; ASSIS, Virgínia Maria Almoêdo de; MELLO, Isabele de Matos Pereira de (Org). **Justiça no Brasil colonial**. São Paulo: Alameda, 2017, p. 51-77. Sobre o Diretório dos Índios, ver ainda: COELHO, Mauro Cezar. **Do Sertão para o Mar – um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1758-1798)**. Tese de Doutorado (História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006; SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia**. Manaus: EDUA, 2011; SOUZA JÚNIOR, José Alves de. **Tramas do cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do Setecentos – um estudo sobre o Diretório dos Índios e a Política Pombalina** Belém: EDUFPA, 2012.

¹⁸⁷ BARATA, Manoel. A antiga produção e exportação do Pará: estudo histórico e econômico. In: _____. **Formação Histórica do Pará**. Belém: EDUFPA, 1973, p. 309.

¹⁸⁸ Ibidem, p. 316. Sobre a importância de espécies estrangeiras para o Pará, ver especialmente: SANJAD, Nelson Rodrigues. **Nos Jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Grão-Pará (1796-1873)**. Dissertação de Mestrado (Geociências) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

gêneros extrativistas e agrícolas exportados pelo Pará, entre 1720 e 1820, Francisco Costa observou que o valor exportado agrícola cresceu, em média, à 5,2% a.a., enquanto o valor exportado da produção extrativista cresceu, em média, à 2.3% a.a. Advertimos, entretanto, que Costa parece considerar toda a produção de cacau como extrativista, o que pode ter subestimado o crescimento do valor exportado agrícola e superestimado o extrativista, na análise do autor.¹⁸⁹

Na virada do século 19, os gêneros agrícolas ocupavam um lugar de destaque na pauta de exportações da região amazônica, além de garantirem a subsistência de uma população que crescia em ritmo acelerado. Segundo a estimativa de Costa, no fim do período colonial a agricultura representava quase 40% do valor de exportações do Grão-Pará.¹⁹⁰ Tendo em vista que naquela altura o cacau respondia por mais da metade das exportações do Pará e que parte longe de ser inexpressiva desse gênero era cultivada – e não apenas coletada –, não seria irrazoável conjecturarmos que, na realidade, os gêneros agrícolas satisfizessem, nesse período, a algo como a metade do valor total dos gêneros exportados pela Amazônia, a partir de Belém.

Não obstante o novo lugar assumido pela agricultura na economia paraense no decurso do século 18 e das primeiras décadas do século 19, alguns autores entendem que, com o adentrar do século 19, a produção agrícola do Pará teria se desestabilizado seja pelo fato de a agricultura não ter se firmado de modo pleno, como na leitura de Roberto Santos,¹⁹¹ seja pelo impacto da Cabanagem, como na leitura de Barbara Weinstein.¹⁹² Tanto Santos como Weinstein, fortemente influenciados pelos discursos presentes nos vários relatórios da administração provincial do Pará compartilham igualmente da ideia de que a borracha “drenara” mão de obra da agricultura. Esse argumento já nos parece ter sido suficientemente rebatido por Luciana Marinho.¹⁹³ De qualquer modo, a ideia de incipiência da agricultura e o aparente impacto da Cabanagem ainda necessitam, a nosso ver, de alguns comentários adicionais.

¹⁸⁹ Segundo Francisco de Assis Costa, o período de 1778 a 1798, entre fim das atividades monopolistas da Companhia de Comércio e o ocaso do Diretório dos Índios, foi o que apresentou a maior diferença entre as taxas anuais de crescimento da agricultura (7,1%) e do extrativismo (1,3%) durante todo o intervalo examinado pelo autor. ver: COSTA, Francisco de Assis. *A economia colonial do Grão-Pará: uma avaliação crítica (1720-1822)*. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 44, p. 197-219, abr. 2012. A respeito do reordenamento dos sistemas agrários (extrativistas, agrícolas e agroextrativistas) no Grão-Pará no âmbito das chamadas Políticas Pombalinas, ver: ÂNGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. *Histoire Sociale des Systèmes Agraires de la Vallée du Tocantins-Etat du Pará-Brésil: colonisation européenne dans la deuxième moitié du XVIII Siècle et la première moitié du XIX Siècle*. Thèse de Doctorat (Histoire et Civilisations) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1998.

¹⁹⁰ COSTA, Francisco de Assis. *A Economia Colonial do Grão-Pará*, p. 206.

¹⁹¹ SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

¹⁹² WEINSTEIN, Barbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1993 [1983].

¹⁹³ Analisando o período de gestação da economia da borracha (1850-1870), Luciana Marinho constatou um aumento da exportação de gêneros agrícolas pelo Grão-Pará, justamente no contexto em que os relatórios da administração provincial mais se queixavam da evasão de mão de obra da agricultura para o extrativismo da borracha.

Consoante Roberto Santos, a economia amazônica, no início do Oitocentos, era essencialmente extrativista, dependente do mercado internacional (sobretudo do mercado internacional de cacau) e apresentava “alguma produção agrícola de exportação (algodão) e de gêneros de subsistência (arroz) [que] não chegava a ter maior expressão”.¹⁹⁴ Esse quadro nada favorável ainda apresentaria uma tendência declinante durante a primeira metade do século 19, derivada de uma combinação de fatores como: “a inversão na marcha dos preços do cacau; o quadro mundial geralmente adverso para produtos tropicais; o esforço de guerra do Pará na campanha da Guiana [...] e os movimentos políticos locais, especialmente a Cabanagem”.¹⁹⁵ Grosso modo, o curso declinante da economia amazônica que levaria o autor a caracterizá-la como decadente entre 1810 e 1840 estava associado a dois aspectos principais: a diminuição da renda *per capita* e a queda nos valores de exportação da Amazônia – essa que levaria a uma crise na agricultura do Pará, intensificada com uma aparente perda de mão de obra para a borracha.

A explicação de Roberto Santos para a decadência da economia amazônica, conquanto não deixe de levar em conta fatores internos, prioriza basicamente um fator externo (o mercado internacional para os produtos tropicais, em geral, e o mercado para o cacau, em particular) como o principal argumento para justificar o cenário de crise econômica vislumbrado pelo autor no Grão-Pará da primeira metade do século 19. Com efeito, observando os dados trabalhados por Santos, aqui talqualmente reproduzidos na TABELA 2.3, parece-nos evidente que houve um arrefecimento nos valores de exportação do Pará entre as décadas de 1810 e 1840. Sem entrarmos no mérito das diferenças existentes entre os valores elencados por Roberto Santos e os que apresentamos na última parte da TABELA 2.1, coligidos a partir de diferentes fontes secundárias, não há como pormos em xeque uma diminuição dos valores de exportação do Pará.

Ainda que Santos não despreze completamente os fatores internos que contribuíram ao quadro declinante da economia paraense na primeira metade do século 19, ao relegá-los a um segundo plano, o autor construiu uma explicação pouco subsidiária “das condições fundamentais de produção e reprodução da vida material” existentes naqueles anos, para usarmos a expressão de Patrícia Sampaio.¹⁹⁶ O desfavorecimento a esses fundamentos internos engendrou, a nosso ver, uma inconformidade analítica na explicação de Roberto Santos: ao mesmo tempo em que correlaciona as variações nos valores de exportação do Pará primeiramente à demanda

Retomamos a análise de Marinho mais adiante. cf.: BATISTA, Luciana Marinho. **Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c.1850-c.1870**. Dissertação de Mestrado (História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

¹⁹⁴ SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia**, op. cit., p. 23.

¹⁹⁵ Ibidem, p. 28.

¹⁹⁶ SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. Nas teias da fortuna: acumulação mercantil e escravidão em Manaus, século XIX. **Mneme**, Caicó, v. 3, n. 6, jul.-dez. 2002, p. 53.

externa e a variações de preço dos gêneros exportados no mercado internacional, Santos lança mão dos valores (e não dos volumes) de exportação para inocular uma noção de crise produtiva na agricultura paraense que, segundo ele, viria a se consolidar com a expansão da borracha.

TABELA 2.3
EXPORTAÇÕES DO GRÃO-PARÁ (1800-1840)

ANO	EXPORTAÇÕES	
	MIL-RÉIS (RS.)	LIBRAS-OURO (£)
1800	628:495	176.792
1805	646:907	181.971
1810	338:676	95.268
1815	442:031	124.341
1820	452:716	127.346
1825	471:000	101.728
1830	636:000	60.606
1835	550:000	88.824
1838	718:225	88.484
1840	1.066:073	140.402

OBS: No original não são apresentados os valores divisionários (réis e *pence*), mas somente as unidades monetárias (mil-réis e libra), aqui igualmente reproduzidas.

FONTE: SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia*, op. cit., p. 30.

As variações – especialmente, as decrescentes – nos valores de exportação dos gêneros agrícolas do Grão-Pará, ao longo do século 19, não são suficientes, por si só, para consubstanciar o cenário de crise e decadência na produção agrícola da Amazônia, apontado por Roberto Santos. Do ponto de vista das condições internas de produção esse raciocínio não somente parece desconsiderar o efeito de uma ascendente demanda interna decorrente do crescimento natural e por imigração da população paraense no decorrer do século (tratamos disso na próxima seção), como também leva a crer que aquelas oscilações teriam sido acompanhadas de flutuações na oferta de gêneros agrícolas, que, efetivamente, podem sequer ter existido. Adicionalmente, o fato de determinados gêneros agrícolas – sobretudo dos gêneros agrícolas associados à subsistência e ao abastecimento – terem sido exportados em pequeno ou em decrescente volume não nos autoriza, apenas por isso, a pressupor que os mesmos estariam sendo produzidos em quantidade reduzida, originando, por conseguinte, uma crise na produção agrícola.

Não dispomos de dados seriais sobre o consumo e o comércio interno de gêneros agrícolas no Grão-Pará oitocentista, que nos permitam acompanhar o crescimento da demanda interna indicado no último parágrafo. De qualquer modo, um documento enviado em 1805 pelo então governador do Estado do Pará e Rio Negro Marcos de Noronha e Brito, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, João Rodrigues de Sá e Melo, pode nos ajudar a problematizar

tal questão. No ofício citado, Noronha e Brito remetia a Portugal mapas representativos do estado civil, econômico, eclesiástico e político do Grão-Pará. Os mapas se encontram incompletos e parcialmente ilegíveis, contudo nos possibilitam conhecer o volume de determinados gêneros agroextrativistas produzidos em algumas localidades situadas nos perímetros rurais analisados neste estudo. Mais ainda, tais mapas também nos possibilitam conhecer, do volume total de gêneros produzidos nessas localidades, a quantidade do que era consumido localmente e do que era comercializado.¹⁹⁷

Tomemos como exemplo as paróquias de Moju e do Acará, ambas localizadas no Baixo Tocantins, e que produziam certa quantidade de dois importantes gêneros agrícolas da pauta de exportações do Pará: algodão e arroz. De acordo com os mapas remetidos pelo governador Noronha e Brito, em 1803, as freguesias de Moju e do Acará consumiram, respectivamente, 21,8% e 18,3% do algodão que produziram. Os percentuais correlativos para o arroz foram de, respectivamente, 5,6% e 17,6% do volume total produzido. Os excedentes de algodão e arroz foram parte comercializados com localidades confinantes e parte exportados pelo porto de Belém. No caso dos gêneros mais básicos de subsistência ou abastecimento, os percentuais de consumo interno são ainda mais representativos. Embora esses produtos não constem nos mapas de Moju, sabemos que 57,8% da farinha e 86,2% do milho produzidos no Acará em 1803, foram consumidos na própria freguesia, sendo os seus excedentes igualmente comercializados nas localidades confinantes ou, ainda, transportados para o abastecimento da capital Belém.¹⁹⁸

Por mais que se trate de um estrato apenas parcial da produção de gêneros agroextrativistas no Pará, circunscrito a um ano específico (1803), os mapas enviados pela administração colonial paraense ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, trazem à luz um excerto dos fundamentos internos de produção do Grão-Pará no alvorecer do século 19, ilustrando de maneira bastante clarividente a importância de levarmos em consideração o consumo e a demanda interna como aspectos importantes, se não centrais, da dinâmica produtiva agrícola da região, em um contexto de consolidação de um novo lugar da agricultura na economia amazônica. Elementos que, vale dizer, assumiriam cada vez mais importância na dinâmica econômica paraense com o avançar do Oitocentos, quando a população livre do Pará, especialmente nas três regiões examinadas neste estudo (Belém, Baixo Tocantins e Zona Guajarina), apresentou ele-

¹⁹⁷ AHU. Pará (avulsos), cx. 133, doc. 10131. Registramos um agradecimento especial à professora Márcia Mello, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), pela indicação dessa fonte.

¹⁹⁸ AHU. Pará (avulsos), cx. 133, doc. 10131.

vadas taxas anuais de crescimento, mesmo considerando o impacto demográfico causado pela Cabanagem.¹⁹⁹

Adicionalmente, um provável movimento de interiorização da economia amazônica na primeira metade do século 19 relativizaria a queda da renda *per capita* enquanto um argumento para sustentar o cenário de crise econômica no Pará pré-1850, construído por Santos. A utilização desse indicador – que, no caso em questão, associaria queda de produção (medida pela diminuição dos valores de exportação) à queda de consumo – somente se mostraria plenamente relevante se a economia amazônica fosse uma economia umbilicalmente ligada ao mercado externo e fundamentalmente dependente de suas exportações. Se, como os dados podem sugerir, um número crescente de pessoas passou a depender dos fundamentos internos de produção da economia amazônica, isso não necessariamente implica a existência de um impacto negativo nas condições materiais de existência de sua população, sobretudo, ao considerarmos que a queda da renda *per capita* foi um movimento nacional nesse contexto.²⁰⁰ Condições materiais, cuja manutenção foi posta em xeque por alguns autores como desdobramento da Cabanagem.

A Cabanagem foi, para Barbara Weinstein, a causa-mor da desestruturação da agricultura paraense na primeira metade do século 19. Em alguma medida, a autora não vislumbra na agricultura uma atividade basilar nos quadros da formação econômica da Amazônia. Segundo Barbara Weinstein: “desde as primeiras décadas da colonização europeia, as expedições coletoras constituíram a base da produção na Amazônia. [...] Esta ênfase nas expedições coletoras, em oposição à agricultura organizada ou mineração, foi o traço que, mais marcadamente, distinguiu a vida amazônica de outras importantes áreas de colonização do Brasil”.²⁰¹ Apesar disso, Weinstein enxerga nas primeiras décadas do Oitocentos, um contexto em que a agricultura assumiu certo nível de protagonismo na economia paraense em detrimento do extrativismo: um prognóstico sem dúvida favorável, mas que logo encontraria seu termo. Para a autora:

A decadência do comércio do cacau na década de 1820 deixou o setor extrativo sem um produto e importância para exportação, e todo o pequeno capital disponível na região se voltou cada vez mais para as cul-

¹⁹⁹ A dinâmica demográfica do Pará é objeto de análise da próxima seção deste capítulo. Adiantamos, entretanto, que a população livre de Belém apresentou taxas médias de crescimento anual de 2,26%, entre 1823 e 1848, e de 3,82% de 1848 a 1872. A população livre do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina apresentaram taxas médias de crescimento anual de 1,67% e de 3,33%, respectivamente, nos mesmos intervalos. Por sua vez, as populações escravas de ambas as regiões se mantiveram praticamente “estáveis”, entre 1823 e 1872.

²⁰⁰ Sobre a queda da renda *per capita* no Brasil, na primeira metade do século 19, ver, principalmente: FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 [1959]; BUESCU, Mircea. **Histórias econômicas do Brasil. Pesquisas e análises**. Rio de Janeiro: APEC, 1970; LEFF, Nathaniel H. *Economic Development in Brazil, 1822-1913*. In: HABER, Stephen (Ed.). **How Latin America fell behind. Essays on the Economic Histories of Brazil and Mexico, 1800-1914**. Stanford: Stanford University Press, 1997, p. 34-64.

²⁰¹ WEINSTEIN, Barbara. **A Borracha na Amazônia**, op. cit., p. 24-5.

turas de açúcar, arroz e algodão. [...] Os sinais de progresso na economia agrária podem ter sido estimulantes para a elite dos proprietários de terra da Amazônia, mas em breve as esperanças de um crescimento continuado se ruíram devido a uma rebelião regional de proporções nunca vistas. A Cabanagem, que desintegrou a vida econômica e social da Amazônia, entre 1835 e 1839.²⁰²

A leitura de Barbara Weinstein em torno da Cabanagem, como um evento com consequências catastróficas para a economia e a demografia amazônica, é compartilhada por outros autores e praticamente hegemônica na historiografia sobre o Pará oitocentista,²⁰³ não obstante alguns esforços recentes em matizar, embora parcialmente, a ortodoxia de tal interpretação.²⁰⁴ Não é o nosso propósito questionar a existência de determinado impacto econômico da Cabanagem na estrutura produtiva do Pará – esse, a nosso ver, inequívoco. O nosso propósito aqui é demonstrar que sem embargo ao rastro de destruição deixado pela revolta em Belém, durante a ocupação da cidade, entre janeiro de 1835 e maio de 1836, e nas outras regiões da província, no restante dos anos de 1830, parte difícil de se mensurar – mas, ao que tudo indica, longe de ser inexpressiva – da estrutura produtiva da província não chegou a ser cabalmente afetada.

Uma nova leitura da TABELA 2.3 não sugere a existência de um grande impacto decorrente da Cabanagem nos valores totais de gêneros exportados pelo Grão-Pará. Tendo em vista as intensas variações nas taxas de câmbio implícitas do mil-réis em relação à libra nas primeiras décadas do Oitocentos, acreditamos ser recomendável analisar os valores de exportação do Pará em ambas as moedas.²⁰⁵ De maneira a deixarmos mais manifestas as oscilações nos valo-

²⁰² WEINSTEIN, Barbara. **A Borracha na Amazônia**, op. cit, p.58.

²⁰³ Ver, dentre outros, para além dos citados no corpo do texto: SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Os fios de Ariadne: tipologia de fortunas e hierarquias sociais em Manaus**. São Paulo: Livraria da Física, 2014 [1997]; PANTOJA, Ana Renata do Rosário de Lima. **Revoltas camponesas no vale do Acará - Grão-Pará (1822-1840)**. Dissertação de Mestrado (Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2002; RICCI, Magda Maria de Oliveira. **Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840**. **Tempo**, Niterói, v.11, n. 22, p. 5-30, jul.-dez. 2008; HARRIS, Mark. **Rebellion on the Amazon: The Cabanagem, Race, and Popular Culture in the North of Brazil (1798-1840)**. New York: Cambridge University Press, 2010.

²⁰⁴ Ver dentre outros: LOPES, Siméia de Nazaré. **O comércio interno no Pará oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840 e 1855**. Dissertação de Mestrado (Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2002; GUIMARÃES, Luiz Antônio Valente. **As casas & as coisas: um estudo sobre a vida material e domesticidade nas moradias de Belém (1800-1850)**. Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2006; FERREIRA, Eliana Ramos. **Guerra sem fim: mulheres na trilha do direito à terra e ao destino dos filhos (Pará, 1835-1860)**. Tese de Doutorado (História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010; SALES, Mábila Aline Freitas. **Viagem das Coisas e das Ideias: o movimento das embarcações e produtos estrangeiros nos meados da Belém oitocentista**. Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2012.

²⁰⁵ Segundo Mircea Buescu, a respeito das taxas de câmbio implícitas do mil-réis em relação à libra, a “paridade mantida desde o ciclo da mineração até o início do século XIX, de 67 1/2 pence/mil-réis, após ligeira melhora até 1814, cai verticalmente até a média anual de 22 13/16 pence em 1830. Nova ligeira melhora surge até 1835 – período deflacionário, no Brasil, para depois fixar-se o câmbio entre 25 e 28 pence/mil-réis, até 1865. A paridade

res de exportação regionais no contexto examinado, compilamos esses dados no GRÁFICO 2.1. A despeito da já comentada tendência declinante dos valores de exportação entre 1810 e 1840, os valores em mil-réis e em libra indicam trajetórias distintas dos valores exportados pelo Pará, na segunda metade dos anos de 1830, contexto da Cabanagem: enquanto aqueles sinalizam que houve uma diminuição dos valores de exportação de 1830 para 1835 (ano de ocupação de Belém) e um aumento de 1835 para 1838 chegando, inclusive, a um patamar superior ao indicado em 1830, estes (valores em libras) apontam que houve um aumento nos valores exportados de 1830 para 1835, alguma estabilidade de 1835 para 1838 e um aumento mais substancial de 1838 para 1840. Seja no ano fiscal de 1838 ou no de 1840, os valores de exportação evidenciam o início de uma tendência ascendente das exportações ainda ao longo da Cabanagem.

GRÁFICO 2.1
EXPORTAÇÕES DO GRÃO-PARÁ (1800-1840)

FONTE: SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia**, op. cit., p. 30.

Na crítica que procedemos à noção de crise agrícola defendida por Roberto Santos, argumentamos o problema que reside em tomarmos os valores de exportação como locus de observação das condições de produção. De todo modo, mesmo tendo em mente o conjunto de fatores intervenientes que condicionam os valores de exportação – condições de produção, oferta, demandas interna e externa, taxas de câmbio implícitas etc. –, seria irrazoável considerarmos um incremento dos valores de exportação do Grão-Pará no fim da década de 1830, diante de um quadro de “desintegração” da economia da região, promovida naquele contexto específico pela Cabanagem, como quer nos levar a assentir Barbara Weinstein. Mesmo perante uma crescente demanda interna e numa condição desfavorável de produção, derivada dos conflitos ligados a essa revolta, os valores de exportação do Pará cresceram no final da década de 1830.

Como bem demonstrou Eliana Ramos Ferreira, não obstante a um contexto de conturbação social e de instabilidade econômica decorrentes da Cabanagem, tanto os menores quanto os maiores produtores de gêneros agroextrativistas do Grão-Pará “estavam inseridos numa dinâmica de conflito social que exigia outras estratégias de organização de vida [material]”,²⁰⁶ que passavam na medida do possível pela compra de ferramentas e equipamentos, a aquisição de novos escravos, e a modernização das unidades produtivas.²⁰⁷ Casos como o de Júlia Martinha de Vilhena, proprietária de um engenho no rio Capim, na Zona Guajarina, que em 1837 contraiu um empréstimo com Vicente Antônio de Miranda, de 700 mil-réis, para comprar moendas de ferro, frasqueiras e frascos, com a finalidade de revigorar a produção de sua propriedade,²⁰⁸ são elucidativos das estratégias adotadas pelos lavradores para resistir àquela conjuntura de desventura socioeconômica e que, ao lado da ação do Estado Imperial, foram decisivas para a manutenção de um estrato significativo da estrutura produtiva agrária do Grão-Pará.²⁰⁹

A TABELA 2.4, que reproduz parcialmente dados já apresentados, mas não comentados da TABELA 2.2, demonstra que o volume de gêneros agrícolas exportados pelo Pará se manteve expressivo até pelo menos o fim da década de 1860 – não dispomos de dados seriais para o período posterior. Apesar de uma análise baseada em médias anuais poder acabar sendo enviesada por não reportar eventuais variações nos volumes de exportação existentes de ano a ano, em cada um dos quatro intervalos examinados – sobretudo no primeiro intervalo (1836-1852), mais longo e que cobre a Cabanagem –, fica claro não ter havido impacto substancial, na longa duração, nos volumes exportados. Mesmo levando em conta uma crescente demanda inter-

²⁰⁶ FERREIRA, Eliana Ramos. **Guerra sem fim**, op. cit., p. 63.

²⁰⁷ Idem.

²⁰⁸ Ibidem, p. 61-2.

²⁰⁹ Ibidem.

na podemos observar, inclusive, o aumento dos volumes exportados de alguns gêneros agrícolas (cacau, açúcar e algodão), entre o primeiro e o último período examinado. Gêneros como o arroz, por sua vez, apresentaram uma recuperação dos volumes exportados, embora sem superar a média anual de exportação do primeiro período vislumbrado.

TABELA 2.4
GÊNEROS AGROEXTRATIVISTAS EXPORTADOS PELO GRÃO-PARÁ (1836-1867) –
GÊNEROS SELECIONADOS PELO AUTOR PARA OS ANOS COM DADOS DISPONÍVEIS

ANO(S)	GÊNERO EXPORTADO (EM ARROBAS)				
	CACAU	ARROZ	ALGODÃO	AÇÚCAR	BORRACHA
1836-1852 (MÉDIA ANUAL)	164.664	105.586 (a)	5.123	13.753	-
1852-1857 (MÉDIA ANUAL)	185.027	38.652	2.937	6.931	136.304
1857-1862 (MÉDIA ANUAL)	242.613	31.733	2.273	19.763	141.459
1862-1867 (MÉDIA ANUAL)	221.623	82.370	7.256	17.415	274.986

(a) Entre 1836 e 1852 foram exportados, para além de 105.586 arrobas de arroz pilado, 23.716 de arroz com casca, em média, por ano.

OBS: os valores foram calculados, enquanto médias aritméticas simples, tendo, como numerador, o volume total exportado de cada gênero e, como denominador, o número de anos de cada um dos quatro intervalos examinados – na própria fonte original.

FONTE: 1836-1852: PARÁ. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará na primeira sessão da 13ª Legislatura pelo Exmo. Sr. Presidente da Província Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque, em 1º de setembro de 1862. Belém: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862, p. 34-56; **1852-1867:** PARÁ. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial por S. Ex.^a o Sr. Vice-Almirante e Conselheiro de Guerra, Joaquim Raymundo de Lamare, Presidente da Província, em 13 de Agosto de 1867. Belém: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1867, p. 10-33.

Entretanto, caso cotejemos, especificamente, o primeiro e o segundo período de observação, notaremos um decréscimo nas médias anuais dos volumes exportados do arroz, da casa de 63,4%; do algodão em 42,7%, e do açúcar – gênero que nunca chegou a ocupar um de destaque nas pautas de exportação do Grão-Pará sete-oitocentista –, em 49,6%. Em tal interstício, apenas o cacau apresentou algum crescimento nos volumes de exportação (da casa de 12,4%). Mais do que indicar uma suposta recuperação após a Cabanagem (como vimos, os valores exportados paraenses já apresentavam tendência de crescimento desde a década de 1830), os dados parecem-nos demonstrar um crescimento especialmente acelerado na demanda interna por gêneros de subsistência ou abastecimento em um contexto – décadas de 1850 e 1860 – em que a população livre do Pará passou a crescer a uma taxa média de 2,82% a.a.,²¹⁰ seguido de uma

²¹⁰ Entre 1848 e 1872, período em que a população livre do Grão-Pará, cresceu a 2,82% a.a., as populações livres de Belém e do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina cresceram a taxas maiores que a média da província (3,82% a.a. e 3,33% a.a., respectivamente). Houve, portanto, um aumento nas taxas médias de crescimento anual da população livre paraense. No intervalo anterior (1823-1848) a taxa de crescimento da população livre do Grão-Pará foi de 0,88% a.a.

recuperação dos volumes de exportação que viria a se manifestar mais claramente no final dos anos de 1860, quando, aliás, a navegação a vapor já havia se estabelecido na Amazônia.²¹¹

O aparente aumento dos volumes exportados de gêneros agrícolas do Pará nos meados do século 19 foi um dos principais argumentos utilizados por Luciana Marinho para contrapor a noção fortemente presente nos relatórios da administração provincial, e comungada por Roberto Santos e Barbara Weinstein, de que a atividade gomífera havia retirado força de trabalho da agricultura; o principal argumento usado pelos administradores do Pará e por esses autores, para sustentar a ideia de uma crise da produção agrícola regional.²¹² Tal crítica, a nosso ver, é muito bem colocada, apesar de conferir muita ênfase ao crescimento dos volumes de exportação nas décadas de 1850 e 1860 e pouca ênfase ao fato de que houve, efetivamente, uma queda dos volumes médios de exportação anual dos anos de 1830 e 1840 em relação aos volumes exportados do quinquênio 1852-1857.

Em certo sentido, o discurso das autoridades provinciais sobre a suposta decadência da agricultura paraense incorporado nas explicações de Roberto Santos e de Barbara Weinstein, e contraposto por Luciana Marinho, é semelhante ao discurso das autoridades maranhenses nesse mesmo período. Como observou Matthias Röhrig Assunção, o crescimento demográfico da população maranhense na primeira metade do século 19 – mais do que a crise na cotonicultura resultante da diminuição do peso relativo do algodão nas pautas de exportação do Maranhão e da queda do preço desse gênero no mercado externo –, foi o principal fator promotor da reorientação da economia maranhense para o mercado interno a partir de 1820. Esse movimento de interiorização, de igual maneira descrito pelas elites maranhenses como “decadência da lavoura”, teria amainado o impacto da renda *per capita* da população maranhense nas primeiras décadas do Oitocentos,²¹³ a exemplo do que sugerimos numa crítica anterior a Santos. No entanto, diferentemente do Maranhão, o Pará voltaria ter um produto dinamizador de sua economia.

Se, por um lado, os dados da TABELA 2.4 evidenciam a manutenção da agricultura como um importante setor da economia paraense contrapondo a noção de crise de produção, por outro lado, não há como desconsiderarmos a expansão da produção da borracha e a consolidação do gênero como o principal da pauta de exportações do Grão-Pará já nos meados do sécu-

²¹¹ Sobre as profundas inovações de transporte adotadas na Amazônia segunda metade do século 19, ver sobretudo o artigo: ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Civilização do rio, civilização da estrada: transportes na ocupação da Amazônia no século XIX e XX. **Papers do NAEA**, n. 170, p. 1-23, mai. 2004.

²¹² BATISTA, Luciana Marinho. **Muito além dos seringais**, op. cit., p. 63-5.

²¹³ cf.: ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Exportação, mercado interno e crise de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão, 1800-1860. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 32-71, abril 2000.

lo 19. Segundo Barbara Weinstein: “em fins da década de 1880, o valor anual das exportações de borracha havia subido 800% acima da cifra correspondente de 1860, e a borracha representava 10% do comércio exterior do Brasil, [...] na virada do século [20], a borracha se tornara o segundo produto brasileiro constituindo 24% da exportação total do país”.²¹⁴ Como é possível observarmos a partir da TABELA 2.5, no intervalo de 1855 a 1885, o volume exportado de borracha pela Amazônia (Grão-Pará e Amazonas) cresceu à elevada taxa média de 5,92% a.a.

TABELA 2.5
EXPORTAÇÕES DE BORRACHA DA AMAZÔNIA (1855-1885)

ANO	VOLUME (EM TONS.)	TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL	ANO	VOLUME (EM TONS.)	TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL
1855	2.197	-	1871	6.765	+20,76%
1856	1.906	-13,25%	1872	8.218	+21,48%
1857	1.809	-5,09%	1873	8.291	+0,89%
1858	2.242	+23,94%	1874	7.716	-6,94%
1859	2.674	+19,27%	1875	7.730	+0,18%
1860	2.672	-0,07%	1876	7.909	+2,32%
1861	2.515	-5,88%	1877	9.215	+16,51%
1862	3.555	+41,35%	1878	9.229	+0,15%
1863	4.034	+13,47%	1879	10.136	+9,83%
1864	3.466	-14,08%	1880	9.808	-3,24%
1865	3.546	+2,31%	1881	9.124	-6,97%
1866	5.434	+53,24%	1882	10.493	+15,00%
1867	5.827	+7,23%	1883	11.000	+4,83%
1868	5.651	-3,02%	1884	11.158	+1,44%
1869	5.876	+3,98%	1885	12.322	+10,43%
1870	5.602	-4,66%	TOTAL (1855-1885)	198.120	+5,92%

OBS: as taxas de crescimento anual dos volumes exportados de borracha não constam na fonte abaixo referenciada, tendo sido as mesmas, por nós incluídas. Entre 1855 e 1885, foram calculadas taxas de crescimento simples. Para todo o intervalo abrangido (“TOTAL”), foi calculada a taxa média geométrica de crescimento anual, tomando como referência os anos de 1855 e 1885.

FONTE: WEINSTEIN, Barbara. *A Borracha na Amazônia*, op. cit., p. 72.

O incremento dos volumes de exportação da borracha, indicado na TABELA 2.5, decorreu especialmente do aumento da demanda deste gênero no mercado internacional e foi suportado pela expansão das áreas produtoras de borracha para regiões ainda não exploradas do Pará e das províncias contíguas. Como elucida Weinstein: “enquanto, durante os primeiros anos, apenas uns poucos municípios paraenses (Breves, Anajás, Melgaço e Gurupá) haviam respondido pela maior parte da borracha produzida, na década de 1870 a extração havia se espalhado

²¹⁴ WEINSTEIN, Barbara. *A Borracha na Amazônia*, op. cit., p. 90.

para o Oeste [...] de maneira ainda mais impressionante, no Amazonas”.²¹⁵ Sem embargo a essa expansão rumo à recém-criada província do Amazonas, Barbara Weinstein esclarece que “a importância de Belém, como centro comercial, em nada diminuiu com a expansão para o Oeste”.²¹⁶

No Pará, as principais áreas produtoras de borracha eram a chamada “região das ilhas” (no Marajó, onde estavam situados os municípios de Breves, Anajás, Melgaço e Gurupá, citados no último parágrafo) e os vales dos rios Xingu e Tapajós. Por mais que nas bacias dos rios Tocantins e Guamá – que abrangem as regiões envolvidas neste estudo (Belém, Baixo Tocantins e Zona Guajarina) – também fossem áreas com alguma presença de seringueiras, a produção de borracha nessas regiões, consoante Weinstein, era menor em quantidade e de qualidade inferior à produção daquelas demais regiões.²¹⁷ A observação da autora é importante no sentido de assinalar que as principais áreas produtoras de borracha, no Pará, não se localizavam em regiões que desde o início da colonização portuguesa concentraram o principal núcleo urbano (Belém) e os principais núcleos de produção agroextrativista do Grão-Pará (Baixo Tocantins e Zona Guajarina), e que aglutinaram a maior parte da população escrava de origem africana da Amazônia sete-oitocentista.

Em que pese o fato de a borracha ter impulsionado um contexto de notável dinamismo econômico no Pará, sobretudo a partir do fim da década de 1870, a agricultura e outras importantes atividades econômicas desenvolvidas na província, assentadas ou não no uso de mão de obra, mantiveram a sua importância, embora perdendo, gradualmente, participação relativa na pauta de exportações do Grão-Pará. Estudos como o já referido de Luciana Marinho²¹⁸ e, mais recentemente, o de Francivaldo Nunes²¹⁹ têm evidenciado tal perspectiva. O estudo de Nunes, em particular, apresenta as ações adotadas pela administração provincial para incentivar a expansão e a modernização da agricultura paraense como a criação de bancos de créditos específicos, a construção de estradas e ferrovias, a organização de escolas e sociedades agrícolas e o projeto de implantação de engenhos centrais.²²⁰ A partir desses suportes, a administração provincial buscava potencializar a produção de gêneros agrícolas no Pará. Na FIGURA 2.1, podemos observar os principais gêneros agroextrativistas produzidos, em cada região da província:

²¹⁵ WEINSTEIN, Barbara. **A Borracha na Amazônia**, op. cit., p. 71.

²¹⁶ Ibidem, p. 73.

²¹⁷ Ibidem, p. 57.

²¹⁸ BATISTA, Luciana Marinho. **Muito além dos seringais**, op. cit.

²¹⁹ NUNES, Francivaldo Alves. **Sob o Signo do Moderno Cultivo: Estado Imperial e agricultura na Amazônia**. Tese de Doutorado (História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2011.

²²⁰ Ibidem, p. 31.

FIGURA 2.1
REGIÕES PRODUTORAS E TIPOS DE CULTIVO NA AMAZÔNIA (DÉCADAS DE 1850 E 1860)

OBS: a figura foi elaborada pelo autor referenciado a partir de informações constantes nos relatórios da administração provincial paraense das décadas de 1850 e 1860. Por tratar-se de um mapa posterior ao contexto examinado, cumpre-nos observar que a região correspondente ao atual estado do Acre ainda não fazia parte do Brasil.

FONTE: NUNES, Francivaldo Alves. *Sob o Signo do Moderno Cultivo*, op. cit., p. 98.

A Comarca da Capital que, além de Belém, abrangia também localidades que neste estudo compreendemos como pertencentes ao Baixo Tocantins e à Zona Guajarina, era a principal região produtora de cana-de-açúcar, arroz e algodão do Grão-Pará. A região do rio Tocantins, que compreendia as localidades (conforme o nosso critério) remanescentes do Baixo Tocantins, destacava-se como uma das principais regiões produtoras de cacau,²²¹ arroz e gêneros de subsistência e abastecimento, tendo na produção da borracha uma atividade não tão avultada, nos termos em que salientamos anteriormente. Por sua vez, as demais regiões da província produziam gêneros diversos voltados tanto à exportação (cacau, borracha e castanha) quanto à subsistência e ao abastecimento interno – esses nem sempre citados nos relatórios da administração provincial, que embasaram a elaboração da FIGURA 2.1 por Nunes.

²²¹ No relatório apresentado à assembleia provincial do Pará em 15 de agosto de 1867, o então presidente da província Joaquim Raymundo de Lamare, sugeria que Cametá era responsável pela produção de praticamente metade de todo o cacau exportado pela província. Segundo Lamare, o cacau era “o primeiro e mais importante produto da agricultura no Pará, [...] sendo dois terços [...] proveniente de cultura do gênero e o resto quase todo proveniente de produção espontânea [extrativismo]”. PARÁ. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial por S. Ex.^a o Sr. Vice-Almirante e Conselheiro de Guerra, Joaquim Raymundo de Lamare, Presidente da Província, em 15 de Agosto de 1867. Belém: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1867, p. 11.

Ao confrontarmos o panorama de gêneros produzidos por regiões do Pará oitocentista, apresentado por Francivaldo Nunes, com um panorama análogo para o Grão-Pará setecentista, apresentado por Robin Anderson,²²² é possível observarmos, grosso modo, um quadro bastante semelhante, não obstante a expansão das áreas efetivamente povoadas, uma eventual diminuição do peso relativo da mão de obra indígena, a maior representatividade econômica do extrativismo no século 18 e a ascensão da borracha na pauta de exportações paraense, com o avançar do Oitocentos. Essa permanência, no entanto, diz muito mais respeito aos espaços de economia agrária do Pará, como os aqui estudados Baixo Tocantins e Zona Guajarina, do que aos espaços com níveis de urbanização mais sólidos, a exemplo da região central da cidade de Belém, sobretudo quando da firmação da borracha como o principal gênero exportado pelo Pará.

O Baixo Tocantins e a Zona Guajarina eram as mais importantes regiões produtoras de derivados da cana no Grão-Pará oitocentista. Tratava-se de uma atividade amplamente disseminada nessas regiões e que se destacava, especialmente, pela produção de aguardente. Grande parte da aguardente e, também, da rapadura, do melaço de cana e do açúcar produzidos nas regiões tocantina e guajarina era consumida internamente no Grão-Pará, embora não se furtasse de exportar os seus excedentes.²²³ A lavoura canavieira foi incentivada no Grão-Pará desde o início do século 18, recebendo um incentivo adicional, a partir dos meados desse século, sob as Políticas Pombalinas.²²⁴ Ao que tudo indica, tal atividade manteve sua importância no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina ao menos até o final do século 19, quando chegou a ser cogitada, inclusive, a construção de um engenho central em Igarapé-Miri, no decênio de 1880.²²⁵

Outros importantes gêneros agrícolas produzidos nessas regiões eram o cacau – voltado, especialmente, para o mercado externo –, o arroz e o algodão – voltados tanto para o mer-

²²² ANDERSON, Robin L. **Colonization as Exploitation in the Amazon Rain Forest (1758-1911)**. Gainesville: University Press of Florida, 1999, p. 40-64.

²²³ Em clássico e já referido ensaio sobre as exportações do Grão-Pará, Manoel Barata, numa menção à produção de derivados da cana-de-açúcar no período colonial, afirma que “todo o açúcar que se fabricava era somente para o consumo da terra. [...] convém notar que desde a fundação dos primeiros engenhos, foi sempre em maior quantidade a fabricação da aguardente [igualmente voltada para o consumo interno]”. BARATA, Manoel de Melo Cardoso. A antiga produção e exportação do Pará, op. cit., p. 316. Essa tendência à fabricação de aguardente e alguma quantidade de açúcar, voltada para o consumo interno, se manteve com o avançar do século 19. Em seu relatório de 1867 o presidente da província, Joaquim Raymundo de Lamare, asseverava que: “a cultura da cana vai se tornando importante pela considerável produção e extração de aguardente, que deixa bom interesse aos produtores; e quanto ao açúcar, bem que o Pará importe grande quantidade, de outras províncias [demonstrando a existência de uma demanda interna forte e de uma produção regional além do necessário, para atender a tal demanda], a exportação que faz deste último não é insignificante”. PARÁ. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial por S. Ex.^a o Sr. Vice-Almirante e Conselheiro de Guerra, Joaquim Raymundo de Lamare, Presidente da Província, em 15 de Agosto de 1867. Belém: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1867, p. 12.

²²⁴ BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão negra no Grão-Pará (séculos XVII-XIX)**. Belém: Paka-Tatu, 2012 [2001], p. 140.

²²⁵ NUNES, Francivaldo Alves. **Sob o Signo do Moderno Cultivo**, op. cit., p. 240-52.

cado externo, quanto para o mercado interno. Destacava-se, outrossim, a produção de gêneros alimentícios diversos (mandioca, milho, farinha, frutos variados, etc.), dedicada à subsistência de tais regiões e ao abastecimento da capital da província, Belém. Assim como a produção de derivados da cana-de-açúcar a produção dos gêneros mencionados nesse parágrafo se realizava no contexto da policultura – que caracterizava a produção agroextrativista amazônica desde o período colonial²²⁶ – e tinha na mão de obra escrava uma força de trabalho de fundamental importância. Como evidenciamos na próxima seção, ambas as regiões concentraram em diferentes pontos do Oitocentos, algo entre 40 e 45% de toda a população escrava do Grão-Pará.

O abastecimento de Belém pelos interiores da província foi, na segunda metade do século 19, um dos principais fatores dinamizadores da economia paraense, responsável por estear o destacado desenvolvimento urbano, econômico e demográfico experimentado pela capital naqueles anos.²²⁷ A partir dos meados do século – mas, nomeadamente, da década de 1870 em diante –, a cidade de Belém assistiu a uma franca expansão dos seus perímetro e traçado urbano,²²⁸ a um expressivo crescimento populacional²²⁹ e à consolidação de uma economia alicerçada no setor terciário, tendo no comércio, a sua atividade de excelência.²³⁰ Belém começou a consolidar-se como uma urbe cada vez mais cosmopolita. A sua população adquiria contornos mais multiformes. Consulados e representações de vários países se instalavam. E a cidade tornava-se um dos grandes centros políticos, econômicos e culturais da Amazônia oitocentista.²³¹

O perfil marcadamente urbano de Belém não representou um empecilho para o desenvolvimento de atividades agrícolas na cidade. Para além de alguns importantes engenhos e fazendas situados nas cercanias de seu núcleo urbano central – dentre os quais se sobressaíam, a

²²⁶ cf.: CHAMBOULEYRON, Rafael Ivan. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)**. Belém: Editora Açai, 2010; ÂNGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. **Histoire sociale des systèmes agraires de la Vallée du Tocantins-Etat du Pará-Brésil**, op. cit.

²²⁷ MACÊDO, Sidiana Ferreira de. **Daquilo que se Come: uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850-1900)**. Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2009, p. 33.

²²⁸ Ver dentre outros: PENTEADO, Antônio Rocha. **Belém - Estudo de geografia urbana, v. 1**. Belém: EDUFPA, 1968; SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)**. Belém: Paka-Tatu, 2010 [2000].

²²⁹ Ver dentre outros: MORAES, Ruth Burlamaqui de. **Transformações demográficas em uma economia extrativa: Pará (1872-1920)**. Dissertação de Mestrado (História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, 1984; CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e relações familiares na Economia da Borracha (Belém, 1870-1920)**. Tese de Doutorado (História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006; BARROSO, Daniel Souza. **Casamento e compadrio em Belém nos meados do Oitocentos**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2012.

²³⁰ cf.: TAVARES, Anndrea da Costa. **Em busca das patacas: patrimônio de portugueses na Economia da Borracha (Belém, 1840-1930)**. Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2016.

²³¹ PENTEADO, Antônio Rocha. **Belém – Estudo de geografia urbana**, op. cit. p. 120.

título de ilustração, o Engenho do Murucutu e a Fazenda Val-de-Cans –, destacavam-se as rocinhas – pequenas chácaras localizadas nos arrabaldes da cidade, via de regra constituídas por vivendas cercadas por pomares e estratos de vegetação nativa.²³² Tais paisagens rurais conviviam com as características cada vez mais urbanas adquiridas por Belém com o andamento do Oitocentos. Com a franca expansão do perímetro de Belém em direção aos espaços que viriam a ser ocupados pelas freguesias da Santíssima Trindade e de Nazaré do Desterro, aquelas reminiscências passaram a ficar mais próximas do dilatado núcleo central da cidade.

Seja no núcleo urbano central de Belém ou nas cercanias rurais imediatas da cidade, os cativos representaram uma importante força de trabalho no decurso do século 19. O mais proeminente espaço urbano do Pará – formado inicialmente pelas freguesias da Sé e de Santana e mais adiante de igual maneira pelas freguesias aludidas no último parágrafo (Santíssima Trindade e Nazaré do Desterro) –, concentrou, ao longo do Oitocentos, pouco menos de um quinto de toda a escravaria paraense. Tratava-se de escravos e escravas ligados aos afazeres domésticos, aos comércios formal e informal, que desenvolviam atividades diversas como escravos de “ganho”, mas que nem por isso não deixavam de cuidar das pequenas produções agrícolas das rocinhas ou ainda das produções em larga escala de açúcar, aguardente e outros gêneros levadas a cabo nos engenhos e nas fazendas situados nos entornos da cidade.

Em linhas gerais, as questões analisadas na presente seção evidenciaram a manutenção da importância relativa da agricultura na economia paraense da longa duração e, especialmente nas últimas páginas, as culturas que se sobressaíam em diferentes regiões do Pará. Nos termos do que foi apresentado, uma questão permeou grande parte das reflexões desenvolvidas – a demanda interna como um elemento central para uma leitura crítica da pauta de exportações paraense, no que diz respeito tanto aos volumes exportados de cada gênero quanto aos valores totais de exportação. Sob o espectro desta – segundo o que argumentamos crescente – demanda interna, uma variável-chave permaneceu pouco explorada: a população e, mais especificamente, os matizes da dinâmica populacional do Grão-Pará oitocentista. É justamente sobre isso que tratamos na próxima seção.

²³² “A rocinha era o todo que formava a propriedade rural: campo, floresta, pomar e casa. [...] na linguagem usual significava vivenda, cercada de árvores silvestres, de fruteiras, de jardins místicos, na paz dos subúrbios”. TOCANTINS, Leandro. **Santa Maria de Belém do Grão-Pará**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, p. 106.

2.2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A POPULAÇÃO DO GRÃO-PARÁ OITOCENTISTA

A exemplo da última seção, nesta traçamos a dinâmica demográfica do Grão-Pará adotando, como baliza inicial, os meados do século 18. Como argumentamos no CAPÍTULO 01, foi a partir desse contexto – e, mais especificamente, a partir da fundação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em regime de monopólio, em 1755 –, que o Pará assistiu à introdução de um expressivo contingente de escravos de procedência africana. Não há como dissociarmos o grande reordenamento econômico e demográfico promovido no Pará e no Maranhão naquele contexto particular, da criação do já referido Diretório dos Índios e, sobretudo, de tal Companhia. Políticas que, se por um lado, estavam atreladas ao iluminismo “paradoxal” do Marquês de Pombal no contexto do amplo Império Português,²³³ por outro lado, visavam a atender também demandas regionais do Pará e do Maranhão por incremento de mão de obra – acentuadas nos anos de 1740 e 1750, quando várias epidemias vitimaram parte da sua população indígena, naquela altura a base da força de trabalho e da estrutura produtiva amazônica.²³⁴

Muito embora não disponhamos de dados que nos permitam estimar o peso dos africanos na população paraense antes de 1750, estudos relativamente recentes têm sinalizado que o número de africanos na região amazônica entre a década de 1670 e os primeiros anos do século 18 não deve ter superado a cifra dos 1.500 cativos.²³⁵ Um número pequeno em comparação ao contingente de escravos africanos de regiões economicamente mais destacadas da América Portuguesa – como as capitanias da Bahia ou de Pernambuco –, mas que ombreava com a população livre não-indígena existente na Amazônia, constituída por algo em torno de 1.300 habitantes em 1693.²³⁶ Trocando em miúdos, se ambas as estimativas forem minimamente perti-

²³³ cf.: MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996 [1995].

²³⁴ Sobre a relação entre essa epidemia de sarampo e a introdução de escravos africanos na Amazônia, cf. especialmente: VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano; MARTINS, Roberta Sauaia. Epidemia de sarampo e trabalho escravo no Grão-Pará (1748-1778). **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 293-311, mai.-ago. 2015. Em torno dos problemas relacionados à mão de obra indígena e a introdução de escravos africanos na região amazônica, ver especialmente: SOUZA JÚNIOR, José Alves de. Negros da terra e/ou negros da Guiné: trabalho, resistência e repressão no Grão-Pará no período do Diretório. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 48, p. 173-211, jul.-dez. 2013.

²³⁵ CHAMBOULEYRON, Rafael Ivan. Escravos do Atlântico Equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 52, jul.-dez. 2006, p. 102.

²³⁶ Idem. Como mostramos mais adiante, não existem estimativas confiáveis da população paraense concernentes ao período anterior à década de 1770, quando se inicia a produção de mapas populacionais em série, na região. A estimativa de Chambouleyron, quanto à população livre não-indígena do Pará, foi baseada em relatos diversos de moradores e missionários coloniais. Acerca dos mapas populacionais produzidos da década de 1770 em diante, e de suas principais características e informações, ver sobretudo: MELLO, Márcia Eliane de Souza e. Contribuição para uma demografia do Estado do Grão-Pará e Maranhão. 1774-1821. **Anais de História de Além-Mar**, Lisboa, v. 16, p. 227-53, 2015. KELLY-NORMAND, Arlene. Fontes primárias para a história de índios destribalizados na região amazônica. **Boletim de Pesquisa do CEDEAM**, Manaus, v. 5, n. 8, p. 92-119, jan.-jun. 1986; VIEIRA

nentes, os números de livres não-indígenas e de cativos africanos existentes na Amazônia, antes de 1750, não apresentariam grande dessemelhança entre si. Contudo, a partir da criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, a presença africana, na região, mudaria decisiva e diametralmente de patamar.

TABELA 2.6
ESTIMATIVAS DO TRÁFICO DE ESCRAVOS PARA O GRÃO-PARÁ E O MARANHÃO (1751-1842)²³⁷

PERÍODO		REGIÕES DE PROCEDÊNCIA										TOTAL
		Mina		Alta Guiné e Cabo Verde		África Centro-Occidental e São Tomé		Moçambique		Outras partes do Brasil		
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Grão-Pará (PA)	1751-1787	-	-	13.133	58,4	7.859	35,0	-	-	1.489	6,6	22.481 (100,0%)
	1788-1800	328	3,9	1.097	13,1	4.979	59,3	-	-	1.998	23,7	8.402 (100,0%)
	1801-1815	424	4,9	2.282	26,3	5.953	68,7	-	-	11	0,1	8.670 (100,0%)
	1816-1841	-	-	658	15,3	3.652	84,7	-	-	-	-	4.310 (100,0%)
	TOTAL	752	1,7	17.170	39,1	22.443	51,2	-	-	3.498	8,0	43.863 (100,0%)
Maranhão (MA)	1751-1787	-	-	16.432	73,4	4.178	18,6	-	-	1.804	8,0	22.414 (100,0%)
	1788-1800	368	1,6	13.597	58,6	2.707	11,7	371	1,6	6.144	26,5	23.187 (100,0%)
	1801-1815	599	1,8	21.770	65,7	6.571	19,8	531	1,6	3.664	11,1	33.135 (100,0%)
	1816-1842	831	4,0	4.874	23,5	14.388	69,3	668	3,2	-	-	20.761 (100,0%)
	TOTAL	1.798	1,8	56.673	57,0	27.844	28,0	1.570	1,6	11.612	11,6	99.497 (100,0%)
TOTAL (PA+MA)		2.550	1,8	73.843	51,5	50.287	35,1	1.570	1,1	15.110	10,5	143.360 (100,0%)

FONTE: HAWTHORNE, Walter. **From Africa to Brazil: Culture, Identity, and an Atlantic Slave Trade, 1600-1830.** Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 52-3.

²³⁷ Os dados compilados na TABELA 2.6 foram extraídos da obra referenciada de Walter Hawthorne, com duas adaptações: as regiões de procedência foram traduzidas literalmente do original em inglês e os percentuais foram recalculados levando em conta a participação relativa dos escravos oriundos de cada região de procedência, em função dos quatro períodos de observação considerados pelo autor. Cumpre-nos informar, no que concerne ao último período de observação, que a baliza final adotada por Hawthorne para o Pará é 1841, enquanto para o Maranhão é 1842— ou seja, tal diferença não advém de eventual erro de tabulação de nossa parte.

Como podemos observar a partir dos dados de Walter Hawthorne coligidos na TABELA 2.6, entre 1751 e 1787 – contexto que abarca o monopólio da Companhia de Comércio (1755-1778), além de anos anteriores e posteriores –, 41.602 escravos de diferentes regiões da África e 3.293 escravos de outras partes do Brasil ingressaram no Grão-Pará e no Maranhão. Do total de 44.895 escravos que aportaram em tais regiões entre 1751 e 1787, 22.481 (50,1%), destinaram-se ao Pará e 22.414 (49,9%) ao Maranhão. Números que desvelam que, nas primeiras décadas de introdução de um contingente mais expressivo de cativos na região amazônica, o Pará e o Maranhão receberam praticamente o mesmo contingente de escravos.²³⁸ Tal comportamento viria a se infletir profundamente nas décadas seguintes à dissolução definitiva da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, já atuando no regime de livre comércio, no final da década de 1780. Entre 1788 e 1841, o Pará recebeu 21.382 cativos, menos que um terço do número de escravos que aportaram no Maranhão (77.083), entre 1788 e 1742.

Além de uma diferença no volume de cativos importados, os dados disponíveis na TABELA 2.6 demonstram outra diferença marcante entre os tráficos de escravos destinados para o Pará e o Maranhão no contexto posterior à Companhia Geral de Comércio. Se atentarmos para as regiões de proveniência dos cativos na África, entreveremos que a maioria absoluta dos escravos importados para o Maranhão, até 1815, era procedente da Alta Guiné e de Cabo Verde. O peso relativo dos cativos importados dessas regiões só veio a diminuir após 1816, quando o tráfico de africanos oriundos de regiões acima do Equador já havia sido definitivamente proibido pelo Congresso de Viena (1815). Diferentemente do Maranhão, no Grão-Pará, o peso relativo dos cativos procedentes da Alta Guiné e de Cabo Verde alcançou maioria absoluta apenas no primeiro período de observação.²³⁹ Também é digno de nota o fato de o Pará e o Mara-

²³⁸ Em recente estudo, Diego Santos argumentou que as diversas estimativas feitas sobre o tráfico de cativos para o Pará e o Maranhão devem ser lidas, sobretudo, enquanto tendências. Segundo o autor, ainda que a utilização de diferentes corpos documentais e questões de método tenham sido determinantes no sentido de criar discrepâncias entre as várias estimativas existentes na historiografia, a maior parte delas sugere que, durante a vigência do monopólio da Companhia de Comércio, o número de escravos transportados para o Pará superou o número de cativos transportados para o Maranhão. SANTOS, Diego Pereira. **Entre costas brasileiras: o tráfico interno de escravos em direitura à Amazônia, c. 1778-c. 1830**. Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2013, p. 34-9. Ainda sobre essas estimativas, ver: SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Espelhos Partidos**, op. cit., p. 79-101; BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão negra no Grão-Pará**, op. cit., p. 25-69; SILVA, Marley Antônia Silva da. **A extinção da Companhia de Comércio e o tráfico de africanos para o Estado do Grão-Pará e Rio Negro (1777-1815)**. Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2012, p. 82-111.

²³⁹ Na década de 1750, quando foi criada a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, a maioria dos cativos trazidos para o Brasil já era proveniente da África Central-Atlântica. Segundo as estimativas Philip D. Curtin, foi nos anos de 1730 que tal região africana superou a Costa da Mina como a principal fornecedora de escravos, ao Brasil. CURTIN, Philip. **The Atlantic Slave Trade: A Census**. Madison: Wisconsin University Press, 1969, p. 27. Esse movimento foi decorrente, contudo, da consolidação do Rio de Janeiro como o mais importante porto receptor de africanos no Brasil, em substituição à Salvador, que a exemplo do Maranhão continuou tendo a

nhão terem adquirido quantidade razoável de escravos de outras partes do Brasil até o final do século 18 e o início do século 19.

Com efeito, a inflexão nos volumes de cativos traficados para o Pará e o Maranhão, no contexto posterior ao de atuação da Companhia de Comércio, esteve condicionada muito mais por uma notável intensificação do fluxo de africanos direcionado ao Maranhão, no período do chamado “renascimento agrícola”, do que de um ocasional arrefecimento no volume de escravos traficados para o Pará.²⁴⁰ Mesmo que o fato de não dispormos dos dados originais sobre o tráfico e a existência de um desvio-padrão muito provavelmente elevado imponham sérios limites à análise em questão, a partir do recurso das médias, é possível notarmos que não houve alteração significativa no volume de escravos ingressados no Pará, nos três primeiros períodos de observação: entre 1751 e 1787 entraram, em média, 607,6 escravos/ano, entre 1788 e 1800, 646,3 escravos/ano e, entre 1801 e 1815, 578,0 escravos/ano. Foi apenas no quarto período de observação (1816-1841), que tal média diminuiu, significativamente, para 165,8 escravos/ano.

Grosso modo, ainda que as médias indicadas no último parágrafo devam ser examinadas dentro de parâmetros bastante restritos pelos motivos acima especificados, parece-nos claro ter havido uma manutenção do fluxo de cativos aportados no Pará entre os meados do século 18 e as primeiras décadas do século 19. Se, por um lado, o tráfico direcionado ao Grão-Pará não acompanhou o grande crescimento experimentado pelo tráfico de escravos direcionado ao Maranhão naquele contexto, por outro lado, também resta evidenciado que o encerramento do monopólio ou das próprias atividades mercantis dessa Companhia de Comércio passou ao largo de implicar intermitências ou, mesmo, uma descontinuidade mais profunda na dinâmica do tráfico de escravos destinado ao Pará – manutenção, essa, a nosso ver associada ao dinamismo econômico vivenciado pela Amazônia no entresséculos, que analisamos na seção antecedente.

Os dados apresentados na TABELA 2.7, elaborados a partir de diferentes mapas e levantamentos populacionais organizados no Grão-Pará (inclusive na capitania e depois comarca do

África Ocidental como a principal fonte de escravos. Entre 1776 e 1810, 70,6% dos navios negreiros desembarcados, em Salvador, eram procedentes da África Ocidental. FLORENTINO, Manolo Garcia; RIBEIRO, Alexandre Vieira; SILVA, Daniel Domingues da. Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 31, p. 92-6, jan.-jun. 2004.

²⁴⁰ Em estudo anterior, no qual analisamos a estrutura da posse de cativos nas três principais regiões de economia agrária do Pará (Baixo Tocantins e Zona Guajarina) e do Maranhão (Ribeira do Itapecuru), entre os anos de 1785 e 1850, observamos que o maior dinamismo econômico experimentado pelo Maranhão em tal contexto, em relação ao Pará, não apenas foi um fator determinante para conceber as diferenças nos contingentes de africanos destinados a cada região, como também produziu marcantes distinções entre as características da posse e dos cativos paraenses e maranhenses (os plantéis maranhenses eram em geral maiores e concentravam mais cativos africanos e do sexo masculino que os plantéis paraenses). cf.: MOTA, Antonia da Silva; BARROSO, Daniel Souza. Economia e demografia da escravidão no Maranhão e no Grão-Pará: uma análise comparativa da estrutura da posse de cativos (1785-1824). *Revista de História*, São Paulo, n. 176, p. 1-41, 2017.

Rio Negro) e no Maranhão entre 1774 e 1823 (1821, no caso do Maranhão), sinalizam os elevados ritmos de crescimento das populações dessas regiões, no contexto examinado. Ao privilegiarmos as suas respectivas populações escravas – elidindo apenas o Rio Negro por conta de sua menor representatividade nesses termos –, observaremos que os ritmos de crescimento das escravarias do Pará e do Maranhão reproduziram, em grande medida, a dinâmica diferenciada dos tráficos de cativos destinados a essas regiões. Enquanto a população escrava do Pará cresceu a taxas médias de 2,20% a.a., entre 1774 e 1797, e de 1,52% a.a. entre 1797 e 1823, a população cativa do Maranhão cresceu a taxas médias de 3,29% a.a. de 1774 a 1798, e de 3,67% a.a. de 1798 a 1821. Se, em 1774, o número de escravos do Maranhão superava o do Pará (inclusive o Rio Negro) em 42,7%, no início da década de 1820, já o superava em 182,0%.

TABELA 2.7

POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA DAS CAPITANIAS DO GRÃO-PARÁ, DO RIO NEGRO E DO MARANHÃO (1774-1823), E SUAS RESPECTIVAS TAXAS MÉDIAS GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO ANUAL (TCA)

	ANO	LIVRES			ESCRAVOS			TOTAL	TCA GERAL
		N	%	TCA	N	%	TCA		
GRÃO-PARÁ	1774	42.578	78,2	-	11.886	21,8	-	54.464 (100,0%)	-
	1797	51.018	72,3	+0,79	19.586	27,7	+2,20	70.604 (100,0%)	+1,13
	1823	101.996	77,9	+2,70	29.015	22,1	+1,52	131.011 (100,0%)	+2,41
RIO NEGRO	1774	10.604	97,9	-	222	2,1	-	10.826 (100,0%)	-
	1797	13.790	95,6	+1,15	636	4,4	+4,68	14.426 (100,0%)	+1,26
	1823	18.219	95,0	+1,08	962	5,0	+1,60	19.181 (100,0%)	+1,10
MARANHÃO	1774	28.702	62,9	-	16.958	37,1	-	45.660 (100,0%)	-
	1798	41.987	53,2	+1,60	36.873	46,8	+3,29	78.860 (100,0%)	+2,30
	1821	68.100	44,6	+2,12	84.534	55,4	+3,67	152.634 (100,0%)	+2,91

FONTE: 1774-1821: MELLO, Márcia Eliane de Souza e. Contribuição para uma demografia do Estado do Grão-Pará e Maranhão. 1774-1821, op. cit., p. 238; **1823:** BAENA, Antônio. *Ensaio corográfico sobre a Província do Pará*. Brasília: Senado Federal, 2004 [1839], p. 260-348.

Se considerarmos o intervalo de 1774 a 1823, no caso do Grão-Pará, e de 1774 a 1821, no caso do Maranhão, verificaremos que as taxas médias anuais de crescimento de suas populações escravas foram de, respectivamente, 1,84% e 3,48%. Confrontando tais taxas a sua correlata para 25 localidades de diferentes regiões paulistas, entre 1777 e 1829, aferida por Francisco Vidal Luna em 2,19% a.a.,²⁴¹ entrevemos que o ritmo de crescimento da população cativa de São Paulo (1777-1829), mesmo que superasse o da escravaria paraense (1774-1823), era bastante inferior ao ritmo de crescimento da escravaria maranhense (1774-1821). Consideran-

²⁴¹ LUNA, Francisco Vidal. São Paulo: população, atividades e posse de escravos em vinte e cinco localidades (1777-1829). In: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da; KLEIN, Herbert S. (Org.). *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 339.

do as diferentes regiões de São Paulo observadas por Luna, apenas a escravaria do Oeste Paulista apresentou uma taxa média de crescimento anual superior (3,86%) à da escravaria maranhense. Nem a escravaria do Vale do Paraíba alcançou esse patamar crescendo à 2,88% a.a.²⁴²

Mesmo que os ritmos de crescimento das populações escravas do Pará e do Maranhão estivessem fortemente alinhados às dinâmicas específicas dos tráficos de escravos para ambas as regiões, entre as últimas décadas do século 18 e as primeiras décadas do século 19, não podemos desconsiderar a reprodução endógena como um elemento que, já naquele período, contribuía para o crescimento das populações escravas do Pará e do Maranhão. Analisando, comparativamente, as características da estrutura da posse de cativos, nessas regiões, entre os anos de 1785 e 1850, observamos que os crioulos perfaziam 47,3% da escravaria da Ribeira do Itapeturu (Maranhão), entre 1785 e 1824, e expressivos 72,6% da escravaria do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina (Pará) entre 1810 e 1850.²⁴³ Números que nos levam a crer que a capacidade de reprodução endógena das escravarias do Pará e do Maranhão esteve longe de ser residual ou restrita, como já se chegou a sugerir anteriormente em relação à população escrava do Grão-Pará.

Em 1823, a população escrava do Grão-Pará (inclusive o Rio Negro) atingiu um patamar (cerca de 30.000 escravos) que viria a se manter pouco alterado até, pelo menos, a década de 1870 – a despeito da Cabanagem, entre 1835 e 1840; do desmembramento da então comarca do Rio Negro na província do Amazonas, em 1850; da proibição definitiva do tráfico atlântico de cativos, no mesmo ano; do desmembramento da região compreendida entre os rios Gurupi e Turiaçu, que passou a fazer parte do Maranhão, em 1852,²⁴⁴ e de outros fatores intervenientes, como o impacto das manumissões e dos surtos epidêmicos que acometeram o Pará oitocentista, e que podem ter sobrelevado a já elevada mortalidade dos cativos.²⁴⁵ O patamar alcançado no início dos anos de 1820 pela escravaria paraense somente viria a decrescer, depois da década de 1870, com o avanço da legislação emancipacionista; mormente da Lei Rio Bran-

²⁴² LUNA, Francisco Vidal. São Paulo: população, atividades e posse de escravos em vinte e cinco localidades (1777-1829), op. cit., p. 339.

²⁴³ MOTA, Antonia da Silva; BARROSO, Daniel Souza. Economia e demografia da escravidão no Maranhão e no Grão-Pará, op. cit., p. 26 e ss.

²⁴⁴ SOUZA, Sueny Diana Oliveira de. **Um rio e suas gentes: ocupação e conflitos nas margens do rio Turiaçu na fronteira entre Pará e Maranhão (1790-1824)**. Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2012, p. 62.

²⁴⁵ Sobre as epidemias que atingiram o Grão-Pará oitocentista ver especialmente: VIANNA, Arthur. **Epidemias no Pará**. Belém: EDUFPA, 1975 [1906]; BELTRÃO, Jane Felipe. **Cólera: o flagelo da Belém do Grão-Pará**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004; HENRIQUE, Márcio Couto. Os escravos da Misericórdia. **Amazônica: Revista de Antropologia**, Belém, v. 5, n. 2, p. 386-410, jul.-dez. 2013.

co, que inviabilizou a manutenção da reprodução endógena como fonte de novos escravos para o Grão-Pará.

TABELA 2.8
POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA DA PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ POR REGIÕES (1823-1872)

	REGIÕES	LIVRES		ESCRAVOS		TOTAL
		N	%	N	%	
1823	Belém (núcleo urbano central)	6.772	54,2	5.715	45,8	12.487 (100,0%)
	Baixo Tocantins e Zona Guajarina	22.668	65,4	11.979	34,6	34.647 (100,0%)
	Nordeste Paraense (inclusive Salgado)	21.570	88,5	2.794	11,5	24.364 (100,0%)
	Xingu	6.012	93,7	403	6,3	6.415 (100,0%)
	Baixo Amazonas	20.499	84,9	3.657	15,1	24.156 (100,0%)
	Rio Negro/Amazonas	18.219	95,0	962	5,0	19.181 (100,0%)
	Cabo do Norte (Amapá)	3.153	77,4	920	22,6	4.073 (100,0%)
	Marajó	21.322	85,7	3.547	14,3	24.869 (100,0%)
	TOTAL	120.215	80,0	29.977	20,0	150.192(100,0%)
1848	Belém (núcleo urbano central)	11.850	70,0	5.085	30,0	16.935 (100,0%)
	Baixo Tocantins e Zona Guajarina	34.262	73,8	12.161	26,2	46.423 (100,0%)
	Nordeste Paraense (inclusive Salgado)	25.832	89,3	3.101	10,7	28.933 (100,0%)
	Xingu	5.966	92,7	469	7,3	6.435 (100,0%)
	Baixo Amazonas	24.772	86,1	3.983	13,9	28.755 (100,0%)
	Rio Negro/Amazonas	-	-	-	-	-
	Cabo do Norte (Amapá)	3.756	67,2	1.836	32,8	5.592 (100,0%)
	Marajó	20.631	87,0	3.071	13,0	23.702 (100,0%)
	TOTAL (EXCLUSIVE RIO NEGRO/AMAZONAS)	127.069	81,1	29.706	18,9	156.775 (100,0%)
1872	Belém (núcleo urbano central)	29.121	84,5	5.343	15,5	34.464 (100,0%)
	Baixo Tocantins e Zona Guajarina	75.165	86,0	12.257	14,0	87.422 (100,0%)
	Nordeste Paraense (inclusive Salgado)	45.926	94,4	2.744	5,6	48.670 (100,0%)
	Xingu	9.773	95,9	422	4,1	10.195 (100,0%)
	Baixo Amazonas	38.907	93,7	2.596	6,3	41.503 (100,0%)
	Rio Negro/Amazonas	56.631	98,3	979	1,7	57.610 (100,0%)
	Cabo do Norte (Amapá)	2.929	93,0	219	7,0	3.148 (100,0%)
	Marajó	45.958	92,2	3.877	7,8	49.835 (100,0%)
	TOTAL (EXCLUSIVE RIO NEGRO/AMAZONAS)	247.779	90,0	27.458	10,0	275.237 (100,0%)

FONTE: 1823: BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Ensaio corográfico sobre a Província do Pará*, op. cit., p. 260-348; **1848:** PARÁ. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará na primeira sessão da XIII Legislatura pelo Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1º de setembro de 1862. Pará: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862, p. 96; **1872:** BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Império de 1872. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger/Tip. Commercial, 1876, v. 1, p. 211-2.

Sem embargo a pouca alteração do contingente escravo do Grão-Pará entre o limiar da década de 1820 e o começo da década de 1870, as informações da TABELA 2.8 trazem ao lume duas importantes questões: em primeiro lugar, as variações do peso relativo dos cativos em relação à população geral da província nesse período e, em segundo lugar, a distribuição dos es-

cravos de acordo com as diferentes regiões do Pará – e as suas variações ao longo do Oitocentos. Aquela questão se relaciona, em grande medida, à própria dinâmica demográfica da população livre, entre os anos de 1823 e 1872, ao passo que esta questão leva em consideração não somente os variados graus de dinamismo econômico experimentados pelas diversas regiões da província, como também – e, quiçá, fundamentalmente – as atividades econômicas privilegiadas em cada uma das regiões do Grão-Pará.

Como sinalizam os dados da TABELA 2.7, entre os últimos anos do século 18 e os primeiros anos do século 19, a população livre do Pará, que à altura já era substancialmente maior que a população escrava da capitania, passou a apresentar taxas de crescimento mais elevadas que a desta. Enquanto entre 1774 e 1797 a população livre e a população escrava do Grão-Pará cresceram, respectivamente, a taxas médias de 0,79% a.a. e 2,20% a.a., as suas correlatas para o intervalo de 1797 a 1823 foram de 2,70% a.a. e 1,52% a.a. Essa aceleração do ritmo de crescimento da mais numerosa população livre, acompanhada da desaceleração relativa e longe de ser drástica, do ritmo de crescimento da menos numerosa população cativa, levou ao incremento geral das taxas médias de crescimento anual da população paraense: de 1,13%, entre os anos de 1774 e 1797, para 2,41% entre os anos de 1797 e 1823. O mesmo não se materializou, por exemplo, no que tange à população maranhense, cujo ritmo de crescimento permaneceu, em grande medida, ao compasso do seu segmento escravo, até pelo menos o ano de 1821.

A observação precedente dos ritmos diferenciados de crescimento das populações livre e cativa do Pará, entre o final do século 18 e o limiar do século 19, é importante na medida em que revela a configuração de uma tendência que viria a se consolidar com o avançar do Oitocentos, quando o ritmo de crescimento da população do Pará passou a depender cada vez mais da dinâmica demográfica do seu segmento livre. Fatores como a intensificação dos fluxos migratórios – primeiramente na década de 1850 e mais adiante nos anos de 1870 – e o enfraquecimento e posterior estagnação do tráfico de escravos destinado ao Grão-Pará foram determinantes para atenuar o peso relativo dos cativos na população geral da província, no decurso do Oitocentos. Em 1823, os escravos (inclusive os do Rio Negro) perfaziam 20,0% da população da província. Ainda que o contingente escravo do Pará não tenha se alterado significativamente até o limiar do decênio de 1870, seu peso relativo caiu para 18,9% em 1848 (sem o Rio Negro) e para 10,0%, em 1872 (com a província do Amazonas já definitivamente desmembrada).

Em que pese a gradual diminuição do peso relativo do segmento escravo da população do Grão-Pará ao longo do século 19, seria apenas nas décadas de 1870 e de 1880 que se apresentaria uma redução efetiva no contingente cativo da província. Em 1885, poucos anos antes

da Abolição, havia 20.218 escravos no Pará;²⁴⁶ uma redução de praticamente um terço (31,9% ou, em números absolutos, de 9.488 cativos) em comparação ao contingente escravo existente em 1872, segundo indicam os dados da TABELA 2.8. Em dezembro de 1887, quase às vésperas da Abolição, a população cativa do Pará era estimada pelo então vice-presidente da província, Francisco José Cardoso Júnior, em pelo menos 9.902 escravos.²⁴⁷ Trata-se, porém, de uma estimativa subestimada, por não contemplar os escravos pertencentes a algumas localidades que agrupavam um grande número de cativos, a exemplo do Acará, situado no Baixo Tocantins.²⁴⁸

TABELA 2.9
ESTIMATIVAS DO TRÁFICO INTERPROVINCIAL DE ESCRAVOS
(PROVÍNCIAS DO NORTE E DO NORDESTE, 1873-1885)

PROVÍNCIA	ESCRAVOS QUE ENTRARAM	ESCRAVOS QUE SAÍRAM	SALDO TOTAL	SALDO MÉDIO ANUAL
Amazonas	-	-	-	-
Grão-Pará	5.502	5.027	+475	+36,5
Maranhão	6.638	10.565	-3.927	-302,1
Piauí	2.477	5.925	-3.448	-265,2
Ceará	-	7.775	-7.775	-
Rio Grande do Norte	2.520	6.563	-4.043	-311,0
Paraíba	509	4.324	-3.815	-293,5
Pernambuco	21.132	19.360	+1.772	+136,3
Alagoas	7.284	11.406	-4.122	-317,1
Sergipe	8.654	12.759	-4.105	-315,8
Bahia	14.766	23.170	-8.404	-646,5
TOTAL	69.482	106.874	-21.842	-2.876,3

OBS: Os dados referentes às saídas dos escravos foram ajustados pelo autor abaixo referido por existir uma diferença de 9,44% entre os números de entradas e os de saídas, em desfavor destas. De maneira a corrigir tal distorção, o autor multiplicou os números de saídas de todas as províncias abarcadas, pelo fator 1,0944.

FONTE: SLENES, Robert W. **The Demography and Economics of Brazilian Slavery, 1850-1888**. PhD. Dissertation (History) – Department of History, Stanford University, 1976, p. 610.

Diferentemente do que poderíamos imaginar à primeira vista, a referida diminuição do contingente escravo do Grão-Pará, durante os anos de 1870 e 1880, não decorreu de um eventual impacto negativo do tráfico interno. Como mostra a TABELA 2.9, em antagonismo à grande parte das províncias situadas nos (atuais) Norte e Nordeste do Brasil, o Pará, tal como Per-

²⁴⁶ ARARIPE, Tristão de Alencar. **Dados estatísticos e informações para os imigrantes**. Belém: Typ. do Diário de Notícias, 1886, p. 10.

²⁴⁷ PARÁ. Fala com que o Exmo. Sr. Conselheiro Francisco José Cardoso Júnior, Primeiro Vice-Presidente da Província do Pará, abriu a primeira sessão da XXVI Legislatura da Assembleia Provincial, no dia 4 de março de 1888. Belém: Typ. do Diário de Notícias, 1888, p. 17.

²⁴⁸ Idem. Além da já aludida ausência dos dados referentes ao Acará e de outras localidades não especificadas no relatório, não foram computados os números de escravos, das seguintes localidades: Salinas (Nordeste Paraense); Prainha (Baixo Amazonas); Juruti (idem); Itaituba (idem); Portel (Marajó); Monsarás (idem), Colares (Nordeste Paraense) Melgaço (Marajó) e Cachoeira (idem).

nambuco, não perdeu escravos através do tráfico interprovincial. Entre 1873 e 1885, a província do Grão-Pará apresentou inclusive um acréscimo de 475 novos cativos. Embora parte desse número possa não ter entrado do Pará a partir do comércio interprovincial propriamente dito – o que, convencionalmente, não nos autorizaria a computá-los como escravos traficados²⁴⁹ –, os indicadores da TABELA 2.9, por mais que parciais, mostram claramente que o Grão-Pará, nas décadas de 1870 e 1880, mais recebeu do que perdeu cativos através do tráfico interno.²⁵⁰

A constantemente elevada mortalidade entre os escravos, as manumissões e, especialmente, a Lei Rio Branco parecem-nos ter sido os elementos determinantes a acarretar na redução do contingente cativo do Pará nas décadas de 1870 e 1880; os dois primeiros, por implicarem a perda de escravos por óbito ou alforria e, o terceiro, por obstaculizar a reposição dos cativos falecidos ou libertados, no cômputo geral da população escrava. Não dispomos de dados acerca da mortalidade escrava e dispomos de dados tão-somente parciais acerca das manumissões, que dão conta de que 7.945 cativos foram alforriados na província, entre 1871 e 1885,²⁵¹ um número próximo ao quantitativo de escravos reduzidos da província (9.488), entre os anos de 1872 e 1885, que apontamos anteriormente. Por sua vez, os dados sobre o volume de ingênuos (filhos de mulheres cativas, nascidos em condição livre após a Lei Rio Branco), corroboram um aspecto central da demografia da escravidão do Pará oitocentista: a elevada capacidade de reprodução endógena dos seus cativos.

O GRÁFICO 2.2 permite-nos observar que o número de ingênuos nascidos (10.865), entre 1872 e 1885, foi superior ao de cativos subtraídos da escravaria paraense (9.488), no mes-

²⁴⁹ Como mostramos no CAPÍTULO 03, votado à análise da estrutura da posse de cativos no núcleo urbano central de Belém, em alguns dos inventários *post-mortem* por nós examinados, atinentes aos três períodos de observação considerados (1810-1850, 1851-1871 e 1872-1888), apresentaram-se casos em que os cativos procedentes de outras províncias (informação esta, via de regra especificada nas listas de matrícula de escravos anexas aos inventários) haviam “migrado” para o Grão-Pará juntamente aos seus respectivos senhores (também provenientes, como sinalizam ainda os inventários, das mesmas províncias que suas escravarias). Este fato se tornou menos incomum no terceiro período analisado (1872-1888), contexto caracterizado pela intensificação dos fluxos migratórios destinados à região amazônica.

²⁵⁰ Na percepção de José Maia Bezerra Neto, durante os anos de 1870 e 1880, “à medida que diversas províncias, particularmente as cafeicultoras, adotavam medidas restritivas ao tráfico interno, taxando pesadamente os escravos ingressos nas mesmas, o Grão-Pará tornava-se cada vez mais um mercado bastante promissor aos traficantes de escravos, tanto em face da ausência de leis provinciais restritivas à entrada de escravos na província paraense, somente aprovadas em 1883, quanto em razão dos bons preços obtidos pelos cativos no mercado de Belém”. BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão negra no Grão-Pará**, op. cit., p. 85. Quanto às legislações imperial e provincial, baixadas em torno do tráfico interprovincial de escravos, ver: MOTTA, José Flávio. A Lei, ora a Lei! Driblando a legislação do tráfico interno. **História e Economia**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 15-28, jan.-jun. 2012. Para uma historiografia mais atual sobre o tráfico interno de cativos no Brasil, cf.: GRAHAM, Richard. Another Middle Passage? The Internal Slave Trade in Brazil. In: JOHNSON, Walter (Ed.). **The Chattel Principle: Internal Slave Trade in the Americas**. New Haven/London: Yale University Press, 2004, p. 291-324; SLENES, Robert W. The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888. Regional Economies, Slave Experience, and the Politics of a Peculiar Market. In: JOHNSON, Walter (Ed.). **The Chattel Principle: Internal Slave Trade in the Americas**. New Haven/London: Yale University Press, 2004, p. 325-70.

²⁵¹ BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão negra no Grão-Pará**, op. cit., p. 221.

mo intervalo, por morte, alforria ou venda. Não nos cumpre proceder a qualquer tipo de exercício de futurologia, no sentido de ponderar o que poderia ter acontecido com a população escrava paraense, caso a Lei Rio Branco não tivesse sido baixada, em 1871. Cabe-nos, sim, salientar a importância da reprodução endógena como um elemento fundamental para a manutenção do contingente escravo do Grão-Pará. Após o enfraquecimento do tráfico atlântico no início do Oitocentos e sua interdição definitiva em 1850, e tendo em vista a ineficácia dos escravistas paraenses em promover uma renovação concreta da escravaria regional a partir do tráfico interprovincial (conquanto seja digna de nota, a sua capacidade em reter cativos na província), a reprodução endógena emerge como, provavelmente, a força-motriz da dinâmica demográfica dos cativos do Pará oitocentista.

GRÁFICO 2.2
POPULAÇÃO ESCRAVA DA CAPITANIA E DEPOIS PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ (1774-1885) – EXCLUSIVE RIO NEGRO/AMAZONAS

FONTE: 1774/1797: MELLO, Márcia Eliane de Souza e. Contribuição para uma demografia do Estado do Grão-Pará e Maranhão. 1774-1821, op. cit., p. 238; 1823: BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio corográfico sobre a Província do Pará**, op. cit., p. 260-84; 1848: PARÁ. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará na primeira sessão da XIII Legislatura pelo Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1º de setembro de 1862. Pará: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862, p. 96; 1872: BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Império de 1872. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger/Tip. Commercial, 1876, v. 1, p. 211-2; 1885 (TANTO PARA OS ESCRAVOS COMO PARA OS INGÊNUOS): ARARIPE, Tristão de Alencar. **Dados estatísticos e informações para os imigrantes**. Belém: Typ. do Diário de Notícias, 1886, p. 9-12.

Embora o contingente escravo total da província tenha se mantido pouco alterado entre o início da década de 1820 e o início da década de 1870 – dentre outros fatores intervenientes, devido à aparentemente elevada capacidade de reprodução endógena dos cativos paraenses e à manutenção da escravaria provincial, no contexto desfavorável, para as províncias dos (atuais) Norte e do Nordeste do Brasil, do recrudescimento do tráfico interno em direção às províncias

cafeicultoras do (atual) Sudeste do país –, a distribuição da população escrava e os seus ritmos de crescimento foram, por assim dizermos, regionalmente heterogêneos. É justamente em torno dessa segunda questão suscitada ainda pelos dados da TABELA 2.8, que passamos a analisar agora. Ainda que o nosso interesse de análise tangencie, neste caso particular, a província como um todo, buscamos realçar, especialmente, as três regiões aqui privilegiadas.

Ao longo de todo o Oitocentos, o núcleo urbano central de Belém, o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina concentraram mais da metade da escravaria do Grão-Pará. Em 1823, 1848 e 1872 essas três regiões aglutinaram, respectivamente, 59,0%, 58,0% e 64,1% de todos os cativos da província do Pará. A maioria deles estava empregada no cinturão agroextrativista estabelecido no Baixo Tocantins e da Zona Guajarina. Enquanto a escravaria desse cinturão concentrava 40,0%, 40,9% e 44,6% da população escrava do Pará, a escravaria do núcleo urbano central de Belém concentrava 19,0%, 17,1% e 19,5% dessa população, em 1823, 1848 e 1872, respectivamente. O restante dos escravos do Pará encontrava-se dividido pelas diversas outras regiões da província, com destaque para o Baixo Amazonas – conhecido pela sua tradicional e notável lavoura cacaueteira –, o Marajó – com a sua característica pecuária – e o Nordeste Paraense – conhecido pela sua importante produção de algodão e de gêneros alimentícios diversos, que supriam à subsistência dessa região e parte do abastecimento de Belém.

A manutenção parcial do peso relativo dos cativos do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina em meio à escravaria paraense, entre 1823 e 1848 e a sua ampliação, entre 1848 e 1872, a nosso ver, corroboram tanto a conservação da importância da agricultura como uma atividade econômica de relevo na província no contexto de gestação da chamada economia da borracha, quanto a manutenção do escravismo como esteio produtivo da agricultura, no contexto de concretização dos primeiros núcleos coloniais agrícolas no Grão-Pará.²⁵² Adicionalmente, patenteiam também o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina como os mais relevados núcleos agrícolas do Pará oitocentista. Tais regiões foram, ao lado do núcleo urbano central de Belém e do Marajó, os únicos redutos escravistas paraenses realmente importantes a não perderem cativos entre 1848 e de 1872. Os outros importantes núcleos escravistas paraenses, a exemplo do Baixo Amazonas – inicialmente, para onde se expandiu a produção de borracha do Pará –, assistiram à diminuição das suas escravarias.

²⁵² cf.: LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)** – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006; NUNES, Francivaldo Alves. **Benevides – uma experiência de colonização na Amazônia do século XIX**. Rio de Janeiro: Corifeu, 2009; BARROSO, Daniel Souza. **Casamento e compadrio em Belém nos meados do Oitocentos**, op. cit., p. 67-71; NUNES, Francivaldo Alves. **Sob o Signo do Moderno Cultivo**, op. cit.

Assim sendo, a despeito do Marajó, Belém – o principal polo social, político e econômico da Amazônia –, o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina – estas que conformavam o tradicional e principal cinturão agroextrativista da província – foram as regiões que apresentaram a maior capacidade de manutenção e de retenção de escravarias do Grão-Pará oitocentista. Tratava-se, entretanto, de regiões cujas escravarias alcançaram um notável nível de equilíbrio. Se, por um lado, parece-nos claro que Belém perdeu poucos escravos e que o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina sequer chegaram a exibir saldo negativo em sua escravaria ao longo do século 19, por outro lado também é verdade que as escravarias dessas regiões não apresentaram crescimento substancial – seja entre 1823 e 1848, seja entre 1848 e 1872, ou mesmo em todo o intervalo considerado (1823 a 1872) nos termos desta análise.

As observações feitas nos últimos parágrafos revelam que para além de uma distribuição disforme da população escrava do Grão-Pará pelas diferentes regiões da província, os ritmos de crescimento das escravarias de cada uma dessas regiões atenderam, no decorrer do século 19, a dinâmicas demográficas específicas, que ao mesmo tempo em que pautaram o equilíbrio parcial dos contingentes escravizados do núcleo urbano central de Belém, do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina pautaram, outrossim, os termos de (de)crescimento das escravarias das demais regiões paraenses. De modo a vislumbrarmos mais amiúde os ritmos de crescimento das populações escravas das diferentes regiões do Pará, apresentamos, na TABELA 2.10, as taxas médias geométricas de crescimento anual das populações cativas das diversas regiões que compunham a província.

Os dados da TABELA 2.10 convalidam uma série de questões que vimos apontando nas últimas páginas. Em primeiro lugar, tais dados evidenciam que o ritmo de crescimento da população do Pará no século 19 esteve condicionado muito mais ao ritmo de crescimento da população livre do que ao ritmo de crescimento da população escrava. Em segundo lugar, os dados evidenciam, igualmente, as variações indicadas nos pesos relativos das escravarias das diferentes regiões do Grão-Pará, em relação à população cativa total da província, ao mostrar os ritmos diferenciados de (de)crescimento experimentados pelas suas respectivas escravarias assim como a manutenção das populações cativas do núcleo urbano central de Belém, do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina no Oitocentos. Por tratar-se de taxas de crescimento anual calculadas por médias geométricas, tais indicadores são, a nosso ver, mais adequados para a análise das variações das escravarias de cada região do Pará do que os números absolutos de cativos das mesmas, além de nos possibilitarem comparar os ritmos de crescimento da escravaria paraense com as escravarias de outras localidades, regiões e países com a devida consistência.

TABELA 2.10
TAXAS MÉDIAS GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO (%) POR REGIÕES
(GRÃO-PARÁ, 1823-1848, 1848-1872 E 1823-1872)

REGIÕES	INTERVALOS DE ANOS								
	1823-1848			1848-1872			1823-1872		
	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL
Belém (núcleo urbano central)	+2,26	-0,47	+1,23	+3,82	+0,21	+3,00	+3,02	-0,14	+2,09
Baixo Tocantins e Zona Guajarina	+1,67	+0,06	+1,18	+3,33	+0,03	+2,67	+2,48	+0,05	+1,91
Nordeste Paraense (inclusive Salgado)	+0,72	+0,42	+0,69	+2,43	-0,51	+2,19	+1,55	-0,04	+1,42
Xingu	-0,03	+0,61	+0,01	+2,08	-0,44	+1,94	+1,00	+0,09	+0,95
Baixo Amazonas	+0,76	+0,34	+0,70	+1,90	-1,77	+1,54	+1,32	-0,70	+1,11
Rio Negro/Amazonas	-	-	-	-	-	-	+2,34	+0,04	+2,27
Cabo do Norte (Amapá)	+0,70	+2,80	+1,28	-1,03	-8,48	-2,37	-0,15	-2,89	-0,52
Marajó	-0,13	-0,57	-0,19	+3,39	+0,98	+3,14	+1,58	+0,18	+1,43
TOTAL (EXCLUSIVE RIO NEGRO/AMAZONAS)	+0,88	+0,09	+0,72	+2,82	-0,33	+2,37	+1,83	-0,11	+1,53

FONTE: 1823: BAENA, Antônio. *Ensaio corográfico sobre a Província do Pará*, op. cit., p. 260-348; **1848:** PARÁ. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará na primeira sessão da XIII Legislatura pelo Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1º de setembro de 1862. Pará: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862, p. 96; **1872:** BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Império de 1872. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger/Tip. Commercial, 1876, v. 1, p. 211-2.

Em comparação ao período de 1774 a 1823, em que a população escrava do Pará cresceu a uma taxa média de 1,84% a.a., a escravaria paraense apresentou, nos intervalos de 1823-1848, 1848-1872 e 1823-1872 taxas médias de crescimento anual de, respectivamente, 0,09%, -0,33% e -0,11%. Não obstante a tendência ligeiramente declinante traçada pela população cativa do Pará ao longo da segunda metade do século 19, as taxas médias de crescimento de sua escravaria podem ser consideradas equilibradas – no sentido de não terem variado significativamente nem para cima, nem para baixo em um espaço temporal relativamente amplo.²⁵³ Essa característica, já perceptível pela própria manutenção do contingente cativo da província entre 1823 e 1872, destoou do ritmo de crescimento das escravarias de diferentes regiões brasileiras e do país como um todo, essencialmente dependentes do tráfico, em distintos pontos do século 19, e igualmente do ritmo de crescimento da população cativa do Sul dos Estados Unidos, por sua vez essencialmente dependente do seu crescimento natural, na primeira metade do século.

A população escrava de São Paulo, por exemplo, cresceu à taxa média anual de 1,75% entre 1836 e 1872, período que engloba alguma atividade do tráfico atlântico e a consolidação do tráfico interno.²⁵⁴ Diferentemente do crescimento positivo exibido pela escravaria paulista, a brasileira apresentou crescimento negativo após a Lei Eusébio de Queirós, a uma taxa média de -1,37% a.a. entre 1850 e 1872.²⁵⁵ Tanto o exemplo paulista como o brasileiro são reveladores de uma dinâmica demográfica da escravidão, fundamentalmente relacionada ao fator tráfico – elemento que foi responsável pela ampliação da escravaria de São Paulo entre os anos de 1836 e 1872, mas que, no Brasil, uma vez desarticulado e de modo geral, levou ao declínio da população cativa, após a Lei Eusébio de Queirós. No caso do Pará, o fator tráfico, embora importante fornecedor de novos cativos até as primeiras décadas do século 19, não parece ter sido determinante para a manutenção da escravaria paraense, ao longo de grande parte do Oitocentos, complementando apenas a própria reprodução endógena dessa população.

Uma vez demonstrada a aparente não adequação da dinâmica demográfica da população escrava paraense ao modelo geral do Brasil oitocentista quanto ao fator tráfico, faz-se importante compararmos-a a outras realidades, menos dependentes do abastecimento de escravos,

²⁵³ Conceitualmente, para uma população poder ser considerada estável, faz-se necessário que a mesma apresente distribuição etária proporcional, além de taxas de mortalidade, de natalidade e de crescimento constantes. Por isso, utilizamos a expressão “equilibrada” e suas respectivas variações para caracterizar a escravaria paraense. Sobre a aplicação do conceito de população estável para uma população escrava, ver sobretudo: FARLEY, Reynolds. *The Demographic Rates and Social Institutions of the Nineteenth-Century Negro Population: a Stable Population Analysis*. **Demography**, New York, v. 2, p. 386-98, 1965.

²⁵⁴ CUNHA, Máisa Faleiros da. **Demografia e família escrava: Franca-SP, Século XIX**. Tese de Doutorado (Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2009, p. 78.

²⁵⁵ SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: TopBooks, 1996, p. 146.

a partir do trato. Muito embora a realidade marcadamente heterogênea do escravismo brasileira tenha engendrado situações, em que a reprodução endógena assumiu certo protagonismo na reprodução das escravarias regionais – como apurado, por exemplo, por Roberto Borges Martins,²⁵⁶ Clotilde Andrade Paiva e Douglas Cole Libby,²⁵⁷ acerca da população escrava mineira do século 19 –, essas situações ainda eram sobejamente articuladas, de diferentes modos, à dinâmica do tráfico (seja o mesmo atlântico, interprovincial e intraprovincial), o que não permitiu às análises a elas dedicadas depurar o efeito do crescimento natural.²⁵⁸

Uma realidade talvez mais interessante, conquanto extrema de um ritmo de crescimento condicionado, essencialmente, à reprodução endógena da escravaria é o caso do Sul dos Estados Unidos. A ampla historiografia voltada à reprodução endógena da população escrava do Sul dos Estados Unidos, na primeira metade do século 19, toma-la como o exemplo mais concreto de uma população cativa a atingir taxas realmente expressivas de crescimento a partir da sua própria reprodução.²⁵⁹ Após a interdição definitiva do tráfico atlântico destinado aos Estados Unidos, em 1807, a manutenção de sua escravaria passou a depender, basicamente, de sua capacidade de reprodução. Segundo Jack E. Eblen, a população negra (livre e escrava) americana cresceu a taxas médias de 2,40% a.a. entre 1820 e 1840, de 2,10% a.a. entre 1840 e 1850 e de 1,75% a.a. entre 1850 e 1860.²⁶⁰

Não desconsiderando as diferenças estruturais existentes entre o escravismo americano e o escravismo brasileiro,²⁶¹ emoldado à realidade específica do Pará, é possível notarmos que o ritmo de crescimento da população negra dos Estados Unidos, entre os anos de 1820 e 1840, foi substancialmente superior ao ritmo de crescimento da escravaria paraense entre os anos de 1823 e 1872. Com efeito, a população negra americana cresceu entre 1820 e 1840, a um ritmo superior (2,40% a.a.) ao da escravaria paraense, mesmo entre os anos 1774 e 1797, período do apogeu do tráfico de escravos destinado ao Grão-Pará e do maior ritmo de crescimento verificado de sua população cativa (2,20% a.a.), da série histórica de mapas populacionais disponí-

²⁵⁶ MARTINS, Roberto Borges. **Growing in Silence: the Slave Economy of Nineteenth-Century Minas Gerais, Brazil**. PhD. Dissertation (History) – College of Arts and Science, Vanderbilt University, 1982.

²⁵⁷ PAIVA, Clotilde Andrade; LIBBY, Douglas Cole. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 203-33, mai.-ago. 1995.

²⁵⁸ MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, Século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 13, n. 1, jan.-abr. 1983, p. 187.

²⁵⁹ cf.: MOTTA, José Flávio. **Corpos Escravos, Vontades Livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)**. São Paulo: Annablume, 1999, p. 193-209.

²⁶⁰ EBLEN, Jack E. Growth of the Black Population in Antebellum America, 1820-1860. **Population Studies**, London, v. 26, n. 2, July 1972, p. 279.

²⁶¹ Sobre tais diferenças ver especialmente: MARQUESE, Rafael de Bivar; SALLES, Ricardo. **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil, Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

veis.²⁶² Dessa feita, mesmo que sejamos levados a crer que a reprodução endógena propiciou a manutenção de boa parte do contingente escravo da província até o limiar dos anos de 1870, a mesma não foi alentada ao ponto de promover uma efetiva ampliação da escravaria regional, embora as taxas de fecundidade das escravas paraenses fossem próximas às das americanas.²⁶³

Não podemos perder de vista que, para além das manumissões – sem dúvida, mais frequentes no caso brasileiro, do que no caso norte-americano²⁶⁴ –, a população escrava do Grão-Pará sofreu baixas em decorrência do desmembramento de partes do seu território ao longo do século (a então comarca do Rio Negro, desmembrada na província do Amazonas em 1850, e a região situada entre os rios Gurupi e Turiaçu, que passou a integrar o Maranhão, em 1854); da Cabanagem, das epidemias que grassaram a província do Pará no decurso do Oitocentos e, em parte, da interdição definitiva do tráfico atlântico de escravos para o Brasil em 1850, sob a Lei Eusébio de Queirós. Todos esses fatores que, em diferentes medidas, devem ter eventualmente contribuído como fatores de abrandamento das taxas de crescimento da escravaria paraense, sem com isso necessariamente afetar a natureza equilibrada de seu ritmo de crescimento.

Outra questão fundamental a ser considerada são as diferentes expectativas de vida dos escravos brasileiros e dos norte-americanos. Enquanto a expectativa de vida dos escravos latino-americanos era de pouco mais de 20 anos, sua correlativa para os cativos norte-americanos era de cerca de 35 anos.²⁶⁵ Essa dessemelhança, que reflete diferentes expectativas de vida nas sociedades latino e norte-americanas como um todo, seguramente contribuiu para a diferenciação nos ritmos de crescimento das populações escravas brasileiras – mesmo pensadas em um contexto de reprodução “ideal”, com razão de sexo proporcional e uma estrutura etária equilibrada – e americanas.²⁶⁶ Ainda que as expectativas de sobrevida de suas escravarias pudessem

²⁶² Acerca da série histórica de mapas populacionais produzidos no Grão-Pará, nas últimas décadas do século 19, ver: MELLO, Márcia Eliane de Souza e. Contribuição para uma demografia do Estado do Grão-Pará e Maranhão. 1774-1821, op. cit.; KELLY-NORMAND, Arlene. Fontes primárias para a história de índios destribalizados na região amazônica, op. cit.; VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano; RAMOS, Ana Rita Oliveira. **Guia de fontes para a História da População na Amazônia (1750-1800)**, op. cit.

²⁶³ Os níveis de fecundidade das escravas paraenses são oportunamente analisadas nos CAPÍTULOS 04 (núcleo urbano central de Belém) e 06 (Baixo Tocantins e Zona Guajarina).

²⁶⁴ Sobre as especificidades das manumissões no contexto da escravidão norte-americana, e sua comparação com a realidade da escravidão latino-americana, cf. o clássico: TANNENBAUM, Frank. **Slave and Citizen: The Negro in the Americas**. New York: Vintage Books, 2012 [1947]. As conclusões de Tannenbaum foram revisitadas em: GRINBERG, Keila. Alforria, direito e direitos no Brasil e nos Estados Unidos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 63-83, 2001.

²⁶⁵ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010 [2009], p. 185.

²⁶⁶ Sobre a mortalidade cativa e a expectativa de sobrevida da população cativa dos Estados Unidos, cf.: HAINES, Michael R. The Population of the United States, 1790-1920. In: ENGERMAN, Stanley L.; GALLMAN, Robert E. (Ed.). **The Cambridge Economic History of the United States, v. II – The Long Nineteenth Century**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 143-205.

tender a um contrabalanceamento com o avançar da idade dos cativos, dificilmente, o impacto de expectativas de vida tão distintas seria contornado.

Apesar do ritmo de crescimento equilibrado da população escrava geral do Grão-Pará, no século 19, as escravarias de diferentes regiões da província apresentaram ritmos de crescimento distintos. Entre os anos de 1823 e 1848, todas as regiões da província, à exceção de Belém e do Marajó, ostentaram taxas de crescimento positivas, conquanto indicativas de um ritmo de crescimento pouco acelerado. Entre 1848 e 1872, houve uma inflexão nesse quadro. As escravarias de Belém e do Marajó passaram a apresentar taxas de crescimento positivas (também em ritmo não acelerado) juntamente ao Baixo Tocantins e à Zona Guajarina, enquanto as escravarias das demais regiões paraenses assumiram taxas de crescimento negativas. Considerando os dois intervalos de observação (1823-1848 e 1848-1872) aqui privilegiados, apenas a escravaria do Baixo Tocantins e a Zona Guajarina deixou de apresentar crescimento negativo. Tratou-se, porém, da escravaria com ritmo de crescimento mais equilibrado da província crescendo a taxas médias de 0,06% a.a., entre 1823 e 1848, e de 0,03% a.a., entre esse ano e 1872.

Ao tomarmos como parâmetro as taxas médias de crescimento para todo o intervalo de observação (1823-1872), das sete regiões paraenses vislumbradas (não consideramos, para esta análise a comarca do Rio Negro e mais tarde província do Amazonas), cinco delas mantiveram taxas médias de crescimento equilibradas em termos, de -0,14% a.a. (núcleo urbano central de Belém) a 0,18% a.a. (Marajó). Concretamente, só o Baixo Amazonas e o Cabo do Norte manifestaram taxas de crescimento mais efetivas, em ambos os casos de declínio de -0,70% a.a. e -2,89% a.a., respectivamente. Em outras palavras, posto que a população escrava do Pará como um todo, e a de grande parte de suas regiões, apresentassem um comportamento relativamente equilibrado no que respeita aos seus ritmos de crescimento demográfico, as heterogeneidades regionais não podem ser relegadas a um segundo plano, sobretudo por iluminarem as diferentes nuances existentes nos meandros da manutenção geral do contingente escravo do Grão-Pará no decorrer do século 19.

Em oposição à análise do ritmo de crescimento da população cativa geral da província, a análise dos ritmos de crescimento das escravarias de suas diversas regiões acaba, em alguma medida, encontrando o mesmo limite imposto ao exame da reprodução da escravaria de Minas Gerais no século 19, que assinalamos anteriormente: não nos é possível discernir, nas taxas de crescimento anual da população escrava das várias regiões paraenses, a participação da reprodução endógena e de outros fatores intervenientes como os tráficos intra e interprovincial, e as fugas de escravos, enquanto condicionantes intrínsecas à sua dinâmica de crescimento demo-

gráfico. O que, a priori, pode ser visto como um empecilho para a aplicação de nossa tese geral (a reprodução endógena como um elemento determinante para a manutenção da escravidão paraense no Oitocentos) na análise da dinâmica demográfica de diferentes regiões do Pará, em verdade, põe em evidência a necessidade de adensarmos as reflexões desenvolvidas a respeito da manutenção do contingente escravo do Grão-Pará oitocentista.

A nosso ver, as variações nos ritmos de crescimento das escravarias das variadas regiões do Grão-Pará indicadas na TABELA 2.10, são sugestivas, ao mesmo tempo, de um rearranjo da distribuição da escravidão paraense entre essas regiões via tráficos intra e interprovincial, isso em relação a praticamente todas as regiões da província, e de uma evasão mais expressiva de escravos de uma das regiões específicas do Grão-Pará (o Baixo Amazonas). Não dispomos de quantitativos sobre os tráficos intra e interprovincial, nem mesmo sobre as fugas de cativos envolvendo as diferentes regiões do Pará. Porém, as variações regionais nos ritmos de crescimento sugerem que, sem embargo a atuação da reprodução endógena como um elemento central da dinâmica demográfica da escravidão paraense no século 19 – sobretudo, no que concerne à manutenção do contingente cativo total da província –, os tráficos intraprovincial e interprovincial, assim como as fugas escravas, podem ter potencializado um reordenamento parcial da população cativa paraense entre as várias regiões da província.

Em relação ao impacto dos tráficos intra e interprovincial, ao passo que o primeiro pode ter operado diretamente a redistribuição de um estrato da população escrava do Pará, o segundo pode ter atuado indiretamente em tal remanejamento ao retirar cativos de determinadas regiões e inserir novos escravos em outras regiões. Por meio desses deslocamentos, é possível que entre a primeira e a segunda metade do século 19, as regiões economicamente mais dinâmicas da província (Belém, Baixo Tocantins, Zona Guajarina e, em menor medida, o Marajó), tenham recebido algum número de cativos provenientes de outras regiões do Grão-Pará, especialmente do Cabo do Norte e do Baixo Amazonas, cujas escravarias apresentaram as maiores taxas de crescimento negativo da província. O acentuado decréscimo da população escrava do Baixo Amazonas, por seu turno, pode ter estado associado, igualmente, à saída de cativos para a província do Amazonas e às suas fugas. O Baixo Amazonas concentrava se não o maior, um dos maiores números de quilombos e mocambos do Grão-Pará oitocentista.²⁶⁷

Ao reduzirmos a escala de observação e analisarmos apenas as escravarias das três regiões privilegiadas em nosso estudo (o núcleo urbano central de Belém, o Baixo Tocantins e a

²⁶⁷ Sobre as fugas de cativos no Pará, em geral, e no Baixo Tocantins, em particular, ver as referências citadas no CAPÍTULO 01.

Zona Guajarina), é possível entrevermos que as diversas localidades que as compõem também apresentaram variações – ora mais tímidas, ora mais avolumadas – em seus contingentes cativos entre 1823 e 1872, principalmente no que diz respeito às localidades do Baixo Tocantins e à Zona Guajarina. Variações que como podemos verificar nas próximas páginas, foram decorrentes da divisão de algumas dessas localidades (inclusive, das paróquias que compõem o núcleo urbano central de Belém) em novas unidades político-administrativas, dos distintos evolúes econômicos experimentados por cada localidade e, outrossim, de outros fatores intervenientes.

TABELA 2.11
POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA DE BELÉM, DO BAIXO TOCANTINS E DA ZONA GUAJARINA EM 1823

	LOCALIDADE/FREGUESIA	LIVRES		ESCRAVOS		TOTAL
		N	%	N	%	
BELÉM	Sé	3.024	50,7	2.942	49,3	5.966 (100,0%)
	Santana	3.748	57,5	2.773	42,5	6.521 (100,0%)
	SUBTOTAL	6.772	54,2	5.715	45,8	12.487 (100,0%)
BAIXO TOCANTINS E ZONA GUAJARINA	Abaeté	3.711	69,4	1.639	30,6	5.350 (100,0%)
	Acará	1.539	51,7	1.437	48,3	2.976 (100,0%)
	Baião	1.500	76,9	450	23,1	1.950 (100,0%)
	Barcarena	472	56,4	365	43,6	837 (100,0%)
	Benfica	913	92,7	72	7,3	985 (100,0%)
	Bujaru	799	46,6	915	53,4	1.714 (100,0%)
	Cametá	8.068	85,4	1.382	14,6	9.450 (100,0%)
	Capim	1.874	52,3	1.710	47,7	3.584 (100,0%)
	Igarapé-Miri	1.734	48,5	1.839	51,5	3.573 (100,0%)
	Moju	1.429	45,3	1.728	54,7	3.157 (100,0%)
	São Miguel do Guamá	629	58,7	442	41,3	1.071 (100,0%)
	SUBTOTAL	22.668	65,4	11.979	34,6	34.647(100,0%)
TOTAL		29.440	62,5	17.694	37,5	47.134 (100,0%)

OBS: Em relação a todas as localidades elencadas, foram utilizados somente os dados concernentes às freguesias homônimas, salvo nos casos das localidades de Abaeté, em que também foram consideradas as vilas de Beja e do Conde, e do Capim, em que também foi considerada a paróquia de São Domingos da Boa Vista.

FONTE: BAENA, Antônio. **Ensaio corográfico sobre a Província do Pará**, op. cit., p. 260-68.

Como podemos observar a partir da TABELA 2.11, em 1823, o núcleo central de Belém era composto por duas freguesias, com marcantes traços de urbanização: Sé e Santana. O Baixo Tocantins e a Zona Guajarina, por sua vez, eram compostos por 11 localidades que, apesar de Cametá, que na altura já apresentava certo nível de urbanização, constituíam uma paisagem essencialmente rural. Se, por um lado, a escravaria do núcleo urbano central de Belém encontrava-se bem distribuída entre as suas freguesias que o enformavam (os pesos relativos dos ca-

tivos da Sé e de Santana eram de, respectivamente, 51,5% e 48,5%, do contingente escravo de tal núcleo), a escravaria do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, apresentava um grande contraste intrarregional: enquanto Abaeté, Acará, Cametá, Capim, Igarapé-Miri e Moju perfaziam 81,3% dos cativos dessas regiões, as outras cinco localidades que integravam o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina concentravam apenas os 18,7% dos escravos remanescentes das regiões tocantina e guajarina.

Abaeté, Acará, Cametá, Capim, Igarapé-Miri e Moju eram, naquele contexto, as localidades com o maior grau de dinamismo econômico do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina. Cametá, além de constituir o principal núcleo urbano das macrorregiões tocantina e guajarina, era um dos principais núcleos produtores de cacau do Pará. Já Abaeté, Acará, Capim, Igarapé-Miri e Moju eram os cinco dos principais núcleos da tradicional lavoura canavieira dessas regiões e onde estavam estabelecidas algumas das mais proeminentes famílias detentoras de engenhos de açúcar, do Grão-Pará sete-oitocentista, a exemplo das famílias Corrêa de Miranda e Oliveira Pantoja, cujas trajetórias já foram oportunamente analisadas em estudos anteriores.²⁶⁸ As demais cinco localidades que faziam parte do Baixo Tocantins e a Zona Guajarina (Baião, Barcarena, Benfica, Bujaru e São Miguel do Guamá) também se dedicavam à produção de derivados da cana-de-açúcar e do cacau, conquanto que se notabilizassem pela produção de gêneros alimentícios.

Aquelas seis localidades (Abaeté, Acará, Cametá, Capim, Igarapé-Miri e Moju) constituíam não somente os principais núcleos de economia escravista das regiões tocantina e guajarina, mas também alguns dos mais importantes redutos escravistas da província do Grão-Pará. A título de ilustração, as escravarias de Igarapé-Miri e Moju, totalizavam somadas 3.567 cativos. Por si só, esse contingente era maior que as escravarias do Nordeste Paraense, do Xingu, do Rio Negro (atual Amazonas), do Cabo do Norte (atual Amapá) e do Marajó (neste caso por somente 20 cativos), em 1823. De todas as regiões paraenses, as escravarias de Igarapé-Miri e Moju somadas não superavam, apenas, as populações cativas do núcleo urbano central de Belém, das próprias regiões tocantina e guajarina, e também do Baixo Amazonas (esta que superava as escravarias de Igarapé-Miri e Moju por, tão-somente, 90 cativos).

²⁶⁸ cf.: ÂNGELO, Helder Bruno Palheta. **O longo caminho dos Corrêa de Miranda no século XIX: um estudo sobre família, poder e economia**. Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2012; SANTOS, Marília Cunha Imbiriba dos. **Família, Trajetória e Poder no Grão-Pará Setecentista: os Oliveira Pantoja**. Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2015.

Em 1848, enquanto o núcleo urbano central de Belém, que havia assistido à criação de mais uma paróquia (Trindade, derivada da expansão da cidade em direção o que viria a ser, no fim da década de 1860, a freguesia de Nazaré), teve um decréscimo de 11,0%, de sua escravaria em relação aos dados de 1823, o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina viram sua escravaria manter um número de cativos praticamente inalterado, que cresceu apenas 1,5%, em relação a 1823. Contudo, apesar da manutenção geral da escravaria tocantina e guajarina, as escravarias de algumas das localidades que as integravam apresentaram variações decerto expressivas. Ao passo que as escravarias de Igarapé-Miri e de Moju manifestaram reduções de, supostamente, de 54,9% e 36,0%, em respectivo, a escravaria de Cametá cresceu 163,1% em relação número de cativos existente na localidade em 1823.

TABELA 2.12
POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA DE BELÉM, DO BAIXO TOCANTINS E DA ZONA GUAJARINA EM 1848

	LOCALIDADE/FREGUESIA	LIVRES		ESCRAVOS		TOTAL
		N	%	N	%	
BELÉM	Sé	6.426	66,5	3.244	33,5	9.670 (100,0%)
	Santana	3.642	71,2	1.472	28,8	5.114 (100,0%)
	Trindade	1.782	82,8	369	17,2	2.151 (100,0%)
	SUBTOTAL	11.850	70,0	5.085	30,0	16.935 (100,0%)
BAIXO TOCANTINS E ZONA GUAJARINA	Abaeté	4.333	77,4	1.268	22,6	5.601 (100,0%)
	Acará	2.023	58,6	1.428	41,4	3.451 (100,0%)
	Baião	2.288	95,0	120	5,0	2.408 (100,0%)
	Barcarena	1.431	68,5	659	31,5	2.090 (100,0%)
	Benfica	1.266	81,3	291	18,7	1.557 (100,0%)
	Bujaru	1.078	68,0	507	32,0	1.585 (100,0%)
	Cametá	13.841	79,2	3.638	20,8	17.479 (100,0%)
	Capim	2.655	60,0	1.770	40,0	4.425 (100,0%)
	Igarapé-Miri	984	54,3	829	45,7	1.813 (100,0%)
	Inhangapi	682	63,3	395	36,7	1.077 (100,0%)
	Moju	3.297	74,9	1.105	25,1	4.402 (100,0%)
	São Miguel do Guamá	384	71,8	151	28,2	535 (100,0%)
	SUBTOTAL	34.262	73,8	12.161	26,2	46.423 (100,0%)
TOTAL		46.112	72,8	17.246	27,2	63.358 (100,0%)

OBS: Em relação a todas as localidades elencadas, foram utilizados somente os dados concernentes às freguesias homônimas, salvo nos casos das localidades do Capim, em que também foi considerada a paróquia de São Domingos da Boa Vista, e de Moju, em que também foi considerada a paróquia de Nossa Senhora da Soledade do Cairari.

FONTE: PARÁ. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará na primeira sessão da XIII Legislatura pelo Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1º de setembro de 1862. Pará: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862, p. 96.

Comparando os dados do mapa de 1848 ao mapa de 1849 – incompleto, por não ter arrolado todas as paróquias da província nesse ano²⁶⁹ – somos levados a crer que houve um subregistro da população de Igarapé-Miri em 1848. O mapa de população de 1849 sinaliza a existência de ligeiro aumento do contingente livre e decréscimo do contingente escravo dessa localidade; segundo tal mapa, de 2.072 e 1.682 indivíduos, respectivamente. A comparação com o mapa de 1849 permite-nos observar, outrossim, a tendência declinante da população escrava de Moju (com a inclusão da freguesia de paróquia de Nossa Senhora da Soledade do Cairari), que perfazia 1.255 cativos, em 1849, e a tendência ascendente da população escrava de Cametá, que totalizava 3.231 cativos no mesmo ano. Como o mapa de 1849 não apresentou a população cativa de todas as freguesias que na altura constituíam o núcleo urbano central de Belém (apenas a Sé teve os seus 3.309 escravos coligidos) a possibilidade de criticarmos os dados do mapa de 1848, no que concerne a essa região específica da província, acaba comprometida.²⁷⁰

Apesar da eventual sub-representação de Igarapé-Miri no mapa de população do Grão-Pará de 1848, podemos observar que as mesmas seis localidades (Abaeté, Acará, Cametá, Capim, Igarapé-Miri e Moju) que, em 1823, concentravam 81,3% da escravaria do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, assistiram ao seu peso relativo correspondente diminuir para 67,2%, em 1848. Ao mesmo tempo em que a população cativa desse conjunto de seis localidades decresceu em relação a 1823 – em alguma medida, devido ao subregistro da escravaria de Igarapé-Miri –, as escravarias das demais localidades do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina exibiram certa expansão – como nos casos de Barcarena (crescimento de 80,5% desde 1823) e de Benfica (crescimento de 304% desde 1823, não obstante sua reduzida escravaria). Adicionalmente, a criação da nova localidade de Inhangapi contribuiu para tal rearranjo.²⁷¹

²⁶⁹ PARÁ. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará na primeira sessão da XIII Legislatura pelo Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1º de setembro de 1862. Pará: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862, p. 96.

²⁷⁰ De forma a verificarmos se o decréscimo da população de Igarapé-Miri seria resultado de um eventual subregistro ou de um fortuito impacto da Cabanagem na população – em especial na população escrava – de tal localidade, consultamos, além do sobredito mapa de população de 1849, os mapas parciais de 1839 e 1842, confeccionados, sob a presidência de Bernardo de Souza Franco. Tais mapas estão disponíveis, respectivamente, nos acervos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB, Coleção Manoel Barata, DA 2, 4, 4, doc. 02, c. 1839) e da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BN/RJ, Coleção Pará, Mapa com resultado do recenseamento feito na província do Pará, semelhante ao de 1842, c. 1842, II-32,13,010). Ainda que se trate de mapas bastante incompletos que não nos informam sobre a maioria das localidades localizadas, no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina (inclusive de Igarapé-Miri), podemos verificar, por exemplo, o crescimento da escravaria de Cametá, uma das poucas localidades contempladas, em ambos os mapas. A população escrava de Cametá, que totalizava 1.382 cativos, em 1823, cresceu para 1.779 escravos, em 1842, até chegar à cifra de 3.638 cativos, em 1849. A escravaria dessa localidade em 1839, provavelmente sub-representada, perfazia 815 cativos. Registramos um agradecimento especial à professora Márcia Mello, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), pela indicação e concessão dessas fontes digitalizadas.

²⁷¹ A freguesia de São Vicente de Inhangapi foi criada pela Lei n. 14 de 09 de setembro de 1839. BENJAMIN, André Curcino. **Índice ou repertório geral das leis da Assembleia Legislativa Provincial do Grão-Pará (1838-**

TABELA 2.13
POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA DE BELÉM, DO BAIXO TOCANTINS E DA ZONA GUAJARINA
EM 1872

	LOCALIDADE/FREGUESIA	LIVRES		ESCRAVOS		TOTAL
		N	%	N	%	
BELÉM	Sé	13.401	85,2	2.325	14,8	15.726 (100,0%)
	Santana	6.942	90,6	717	9,4	7.659 (100,0%)
	Trindade	5.908	88,6	759	11,4	6.667 (100,0%)
	Nazaré	2.870	65,0	1.542	35,0	4.412 (100,0%)
	SUBTOTAL	29.121	84,5	5.343	15,5	34.464 (100,0%)
BAIXO TOCANTINS E ZONA GUAJARINA	Abaeté	7.424	79,2	1.954	20,8	9.378 (100,0%)
	Acará	5.125	86,6	792	13,4	5.917 (100,0%)
	Baião	4.242	95,5	199	4,5	4.441 (100,0%)
	Barcarena	3.764	85,4	645	14,6	4.409 (100,0%)
	Benfica	3.260	90,6	337	9,4	3.597 (100,0%)
	Bujaru	3.890	91,4	364	8,6	4.254 (100,0%)
	Cametá	18.713	88,5	2.436	11,5	21.149 (100,0%)
	Capim	6.763	83,5	1.333	16,5	8.096 (100,0%)
	Igarapé-Miri	6.383	75,3	2.099	24,7	8.482 (100,0%)
	Inhangapi	1.545	83,4	307	16,6	1.852 (100,0%)
	Mocajuba	2.847	88,0	387	12,0	3.234 (100,0%)
	Moju	5.362	90,1	589	9,9	5.951 (100,0%)
	Mosqueiro	3.443	88,9	429	11,1	3.872 (100,0%)
	São Miguel do Guamá	2.404	86,2	386	13,8	2.790 (100,0%)
	SUBTOTAL	75.165	86,0	12.257	14,0	87.422 (100,0%)
TOTAL		104.286	85,8	17.600	14,4	121.886 (100,0%)

OBS: Em relação a todas as localidades elencadas, foram utilizados somente os dados concernentes às freguesias homônimas, salvo no caso das localidades de Abaeté, em que também foi considerada a paróquia de São Miguel de Beja; de Cametá, em que também foi considerada a paróquia de Nossa Senhora do Carmo do Tocantins; do Capim, em que também foi considerada a paróquia de São Domingos da Boa Vista, e de Moju, em que também foi considerada a paróquia de Nossa Senhora da Soledade do Cairari.

FONTE: BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Império de 1872. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger/Tip. Commercial, 1876, v. 1, p. 211-2.

Entre 1848 e 1872, a população cativa do núcleo urbano central de Belém e a do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina cresceram, respectivamente, 5,1% e 0,8% – diante de um quadro de decréscimo geral da escravaria paraense, de 7,6%. Nesse intervalo, foi criada uma nova paróquia no núcleo urbano central de Belém (Nazaré), que em 1872 já reunia 28,9% da escravaria da cidade.²⁷² Nesse mesmo intervalo o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina, por sua vez,

1853). Belém: Tip. Comercial de Antônio José Rabelo Guimarães, 1854, p. 12. Tratava-se de uma localidade vizinha à Bujaru, que ao ser ereta pode ter incorporado parte da população de Bujaru, contribuindo para a diminuição assinalada da população de Bujaru, de 915 cativos em 1823 para 507 cativos em 1848. Nesse ano, Inhangapi surgiu com 395 escravos, número próximo à diminuição da escravaria de Bujaru.

²⁷² Em estudo anterior, analisando a demografia de Belém nos meados do século 19, argumentamos que o fato de Nazaré ter surgido, já no início da década de 1870, com um número expressivo de escravos, pode ser “indicativa

presenciaram a criação de duas novas localidades (Mocajuba, advinda de Cametá, e Mosqueiro, uma das ilhas que circundam Belém). A criação da nova freguesia urbana de Belém (Nazaré), tal como a criação das novas localidades no Baixo Tocantins na Zona Guajarina (Mocajuba e Mosqueiro), muito provavelmente foram decorrentes, vale dizer, de uma expansão da regiões efetivamente povoadas do Pará, cujo desenvolvimento esteve atrelado, em grande medida, ao crescimento acentuado da população livre do Pará – encorpado pela migração destinada à província –, a uma taxa média de 2,82% a.a., entre 1848 e 1872.

Os dados (TABELA 2.13) revelam uma concentração especialmente acentuada da população escrava do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, não mais em seis, porém em três localidades: Abaeté, Cametá e Igarapé-Miri. Tais localidades, que empregavam 40,6% e 47,2% da escravaria das regiões tocantina e guajarina, respectivamente, nos anos de 1823 e 1848, passaram a concentrar mais da metade (52,9%) da escravaria dessas regiões em 1872. Essa concentração ilustra, a nosso ver, a ascensão e consolidação de Abaeté, Cametá e Igarapé-Miri, como as localidades economicamente mais dinâmicas do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina – no caso de Abaeté e Igarapé-Miri, com um dinamismo econômico relacionado à produção de derivados da cana-de-açúcar e, no caso particular de Cametá, com um dinamismo econômico associado à produção de cacau. Por outro lado, algumas localidades outrora destacadas por suas grandes escravarias como Acará e Moju, assistiram a uma patente redução de suas populações escravas de, respectivamente, 44,5% e 46,7%, em relação a 1848.

Abaixo (TABELA 2.14), encontram-se as taxas médias de crescimento anual da população das localidades vislumbradas do núcleo urbano central de Belém, do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, tendo, como referência, os intervalos de 1823-1848, 1848-1872 e 1823-1872. As variações indicadas nas taxas de crescimento das freguesias centrais belenenses e das localidades tocantinas e guajarinas corroboram grande parte das tendências apontadas nos últimos parágrafos, especialmente a tendência ao incremento do peso relativo das escravarias de Abaeté, Cametá e Igarapé-Miri, entre 1848 e 1872. Das localidades do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina com populações escravas maiores que 500 cativos, apenas Abaeté, Cametá e Igarapé-Miri manifestaram taxas de crescimento positivo, se considerarmos todo o intervalo de observação (1823-1872). As escravarias dessas localidades cresceram a taxas médias, de respectivamente, 0,36% a.a., 1,16% a.a. e 0,27% a.a., nesse interstício. Ritmos de crescimento maiores que o praticamente constante encontrado para as regiões tocantina e guajarina em um todo.

do próprio processo de expansão da cidade de Belém, onde os cativos podem ter acompanhado a mudança de seus senhores às áreas de colonização mais recente”. BARROSO, Daniel Souza. **Casamento e compadrio em Belém nos meados do Oitocentos**, op. cit., p. 42-3.

TABELA 2.14
TAXAS MÉDIAS GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO (%) POR LOCALIDADES/FREGUESIAS
(BELÉM, BAIXO TOCANTINS E ZONA GUAJARINA, 1823-1848, 1848-1872 E 1823-1872)

LOCALIDADE/FREGUESIA		INTERVALOS DE ANOS								
		1823-1848			1848-1872			1823-1872		
		LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL
BELÉM	Sé	+3,06	+0,39	+1,95	+3,11	-1,38	+2,05	+3,08	-0,48	+2,00
	Santana	-0,11	-2,50	-0,97	+2,72	-2,95	+1,70	+1,27	-2,72	+0,33
	Trindade	-	-	-	+5,12	+3,05	+4,83	-	-	-
	Nazaré	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	TOTAL (BELÉM - NÚCLEO URBANO CENTRAL)	+2,26	-0,47	+1,23	+3,82	+0,21	+3,00	+3,02	-0,14	+2,09
BAIXO TOCANTINS E ZONA GUAJARINA	Abaeté	+0,62	-1,02	+0,18	+2,27	+1,82	+2,17	+1,43	+0,36	+1,15
	Acará	+1,10	-0,03	+0,59	+3,95	-2,43	+2,27	+2,49	-1,21	+1,41
	Baião	+1,70	-5,15	+0,85	+2,61	+2,13	+2,58	+2,14	-1,65	+1,69
	Barcarena	+4,54	+2,39	+3,73	+4,11	-0,09	+3,16	+4,33	+1,17	+3,45
	Benfica	+1,32	+5,75	+1,85	+4,02	+0,61	+3,55	+2,63	+3,20	+2,68
	Bujaru	+1,21	-2,33	-0,31	+5,49	-1,37	+4,20	+3,28	-1,86	+1,87
	Cametá	+2,18	+3,95	+2,49	+1,26	-1,66	+0,80	+1,73	+1,16	+1,66
	Capim	+1,40	+0,14	+0,85	+3,97	-1,17	+2,55	+2,65	-0,51	+1,68
	Igarapé-Miri	-2,24	-3,14	-2,68	+8,10	+3,95	+6,64	+2,70	+0,27	+1,78
	Inhangapi	-	-	-	+3,47	-1,04	+2,28	-	-	-
	Mocajuba	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Moju	+3,40	-1,77	+1,34	+2,05	-2,59	+1,26	+2,74	-2,17	+1,30
	Mosqueiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	São Miguel do Guamá	-1,95	-0,10	-2,74	+7,94	+3,99	+7,12	+2,77	-0,28	+1,97
	TOTAL (BAIXO TOCANTINS E ZONA GUAJARINA)	+1,67	+0,06	+1,18	+3,33	+0,03	+2,67	+2,48	+0,05	+1,91
TOTAL (BELÉM, BAIXO TOCANTINS E ZONA GUAJARINA)		+1,81	-0,10	+1,19	+3,46	+0,08	+2,76	+2,61	-0,01	+1,96

FONTE: 1823: BAENA, Antônio. *Ensaio corográfico sobre a Província do Pará*, op. cit., p. 260-348; **1848:** PARÁ. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará na primeira sessão da XIII Legislatura pelo Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1º de setembro de 1862. Pará: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862, p. 96; **1872:** BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento Geral do Império de 1872*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger/Tip. Commercial, 1876, v. 1, p. 211-2.

As variações são sugestivas de que, a despeito do fato de a reprodução endógena ter se afigurado como um elemento-chave para a manutenção do contingente cativo do núcleo urbano central de Belém, do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina em particular, e da província do Pará em geral, é possível que tenha havido algum nível de deslocamento de cativos, sobretudo entre as diversas localidades que compõem as regiões tocantina e guajarina e, de maneira ainda mais especial, em direção à Abaeté, Cametá e Igarapé-Miri. Trata-se, porém, de indicações da existência de um rearranjo espacial da escravaria do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, operado a partir dos tráficos intra e interprovincial, assim como a partir de deslocamentos que não necessariamente podem ser classificados enquanto tráfico, que por certo ainda carecem de atenção por parte da historiografia regional.

Neste capítulo, caracterizamos, em plano geral, a economia e a demografia da escravidão no Pará oitocentista. Divididas em duas seções temáticas, as últimas páginas versaram sobre o evoluir econômico e demográfico do Grão-Pará desde a década de 1770 até a década de 1880 – por mais que com ênfase, bem demarcada, na caracterização econômica e demográfica do Pará do século 19. Tal como no caso do capítulo precedente, neste, propusemos tecer o panorama geral das questões propostas com o objetivo de “limparmos” os próximos capítulos da tese de referências, o mais das vezes, reiterativas sobre a economia e a demografia da escravidão no Grão-Pará oitocentista – referências essas, a nosso ver, fundamentais para a compreensão dos aspectos da estrutura da posse de cativos e da família escrava analisados nos próximos quatro capítulos.

Na primeira seção do capítulo, dedicada à caracterização econômica do Pará do século 19, evidenciamos a transição de uma economia a priori dedicada à exportação do cacau a uma economia a priori dedicada à exportação da borracha. No bojo dessa transição, demonstramos a variedade de gêneros produzidos no Grão-Pará, especialmente daqueles cuja produção estava relacionada, em maior ou menor nível, à mão de obra cativa. A partir dessa discussão, buscamos contrapor a noção de um caráter fundamentalmente extrativista da economia amazônica, na longa duração, demonstrando a importância da agricultura e, por conseguinte, dos gêneros agrícolas na composição da pauta de exportações paraense e na dinâmica de abastecimento da capital da província, Belém. Em paralelo, relativizamos também algumas leituras quanto ao impacto da Cabanagem na economia amazônica da primeira metade do Oitocentos.

Na segunda parte do capítulo, dedicada à caracterização demográfica do Pará, do século 19, evidenciamos a dinâmica populacional dos escravos estabelecidos no Pará, entre o final do século 18 e a década de 1880. Primeiramente, demonstramos a efetividade do tráfico de cativos direcionado à região entre os meados do século 18 e os primeiros anos do século 19. Em segundo lugar, procuramos evidenciar que sem embargo ao elevado crescimento da população livre e ao decréscimo da população cativa de várias regiões do Pará no decorrer do Oitocentos os contingentes cativos de Belém, do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina restaram pouco alterados até pelo menos o fim da década de 1870. Tal quadro foi ainda matizado ao indicarmos a existência de variações por vezes expressivas nas escravarias das diversas freguesias (no caso de Belém) e localidades (estas, no caso Baixo Tocantins e da Zona Guajarina) que integraram tais regiões ao longo do século 19.

A caracterização feita nas últimas páginas nos coloca diante de duas questões centrais: 1) a agricultura, atividade em grande medida baseada no uso de mão de obra escrava, manteve a sua importância econômica ao longo de todo o século 19, não obstante a ascensão e a consolidação da borracha como o principal produto de exportação da província; 2) o núcleo urbano central de Belém, o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina, que constituíam as regiões economicamente mais dinâmicas do Grão-Pará oitocentista (Belém, com suas características urbanas e o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina, com suas características rurais) assistiram, grosso modo, à manutenção dos seus contingentes cativos. Essas observações são fundamentais para que nos capítulos próximos possamos, então, problematizar os fundamentos internos de produção e os mecanismos de reprodução demográfica dos escravos dessas regiões .

No que se refere à questão econômica, a sugerida interiorização da economia paraense, bem como, em menor medida, o elevado dinamismo econômico promovido pela consolidação de expansão da Economia da Borracha contribuíram, sobremaneira, para a retenção de cativos na província. Se, por um lado, parece-nos nítido que a manutenção de um contingente escravo que oscilou entre 25 e 30 mil cativos entre o limiar do Oitocentos e o limiar dos anos de 1870, esteve a cargo da evidente potencialidade de reprodução endógena dessa escravaria, por outro lado, tanto o aumento da demanda interna por alimentos e outros gêneros (derivados da cana-de-açúcar, arroz, mandioca, milho, algodão etc.), quanto o surgimento de um novo produto de

destaque (borracha) na pauta de exportações, foram, muito provavelmente, determinantes para a retenção de escravos no Pará na conjuntura desfavorável da segunda metade do século 19.²⁷³

No que tange à questão demográfica, a tese de que a reprodução endógena constituiu a força-motriz da dinâmica demográfica da escravidão do Grão-Pará oitocentista, ainda necessita de complemento. Mesmo que nos pareça que as variações nos contingentes escravos do núcleo urbano central de Belém, do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, vislumbradas em conjunto com os demais indicadores apresentados, assinalem nessa direção, a comprovação dessa tese carece de uma análise conjugada com as características dessa escravaria, de acordo com o sexo, a idade e a origem, assim como com os níveis de fecundidade apresentados pelas mulheres escravas das regiões examinadas. Essa análise conjugada, levada a cabo nos termos de seu mútuo condicionamento e não como mera relação de causa e consequência, será desenvolvida de agora em diante.

²⁷³ Essa hipótese é mais bem explorada em: BARROSO, Daniel Souza; LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos. À margem da segunda escravidão? A dinâmica da escravidão no vale amazônico nos quadros da economia-mundo capitalista. **Tempo**, Niterói, v. 23, n. 3, set.-dez. 2017. No prelo.

CAPÍTULO III

ESTRUTURA DA POSSE DE CATIVOS NO NÚCLEO URBANO CENTRAL DE BELÉM

Em 1813, foi aberto em Belém o auto de inventário *post-mortem* de José Infante, casado e pai de uma única filha, Serafina, então com quatro meses de idade. O documento não nos permite precisar a origem tampouco a idade de José Infante, conquanto o fato de Serafina ainda estar nos primeiros meses de vida, possa ser sugestivo de que seu pai não falecera em idade já bastante avançada. Além de diversos bens móveis, José Infante legou à esposa e à filha uma oficina de caldeiraria com sete cativos – desses quatro eram homens, cinco de origem africana (todos os africanos provinham da África Central-Atlântica) e seis possuíam idades entre os 17 e os 22 anos. Tratava-se ao que tudo indica de um plantel jovem, muito provavelmente recém-adquirido a partir do tráfico e que tinha em João, cativo de nação angola com 20 anos de idade e já aprendiz de caldeireiro, um dos seus escravos mais bem avaliados.²⁷⁴

Apesar de bastante sucinto, o inventário *post-mortem* nos fornece indícios dos tipos de serviços oferecidos pela oficina. Um deles era a manutenção de alambiques. Na seção de descrição e avaliação dos bens, foi arrolada indevidamente a existência de um alambique que, em vez de pertencer a José Infante, encontrava-se em sua oficina para conserto. Não encontramos outras menções a itens semelhantes no documento, nem referências ao verdadeiro proprietário do objeto, ou mesmo notas e recibos que pudessem apontar uma eventual rede de clientes preferenciais da oficina. Parece-nos factível, no entanto, que José Infante e seus escravos prestassem serviços para a população belenense em geral e, a tirar pelo alambique, para os proprietários de engenhos e engenhocas situados nos arrabaldes do núcleo urbano central de Belém, no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina.

Em 1867, mais de meio século após a morte de José Infante, foi aberto na capital o inventário *post-mortem* do pequeno comerciante João Antônio de Madureira, falecido ainda solteiro e sem filhos. Madureira era proprietário de uma taberna situada na Rua dos Mártires (hoje, Rua 28 de Setembro), em frente à Doca do Reduto, espaço de comércio e sociabilidade das camadas menos abastadas da Belém oitocentista.²⁷⁵ Esse local servia também de moradia para

²⁷⁴ CMA/UFPA. Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível), Inventários *post-mortem*, cx. 02 (1813-1816). Inventário *post-mortem* de José Infante, 1813.

²⁷⁵ Sobre os movimentos de entrada e saída de cargas e o comércio na Doca do Reduto nos meados do século 19, ver especialmente: ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. **As águas e a cidade de Belém do Pará: história, na-**

João Antônio de Madureira, para sua afilhada e universal herdeira Maria Carolina e para o cativo Olímpio, crioulo e na altura com 17 anos de idade, que assistia Madureira na taberna, onde interagia com os frequentadores do estabelecimento. Para além do espaço da taberna em si, Olímpio seguramente interagiu também com os indivíduos que circulavam e comercializavam gêneros diversos na Doca do Reduto e em suas proximidades.²⁷⁶

Os casos acima trazem à luz traços reveladores de uma economia escravista marcadamente urbana, em que a lide diária dos cativos e, conseqüentemente, os seus parâmetros de interação social – mais próximos de seus senhores e da população livre em geral – se conformavam de maneira distinta em comparação a uma economia escravista marcadamente rural, como a que tinha lugar no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina. Os traços essencialmente urbanos da economia escravista da região central de Belém não se cingiam tão-somente aos parâmetros de interação social dos cativos com seus respectivos senhores e, outrossim, com os diversos outros segmentos sociais que enformavam a população belenense; mais que isso, aqueles traços ajudavam a delimitar perfis específicos para os escravistas e os cativos, além de padrões de posse particulares.

Este capítulo tem como finalidade examinar a estrutura da posse de escravos no núcleo urbano central de Belém, entre os anos de 1810 e 1888. Para tanto, encontra-se estruturado em três seções. Na primeira seção, procedemos à caracterização dos escravistas em relação ao sexo, ao estado conjugal e à ocupação. Na parte seguinte, delineamos as características da posse de escravos, focalizando o grau de concentração da propriedade cativa e as principais atividades econômicas – i. e., as atividades econômicas discerníveis a partir da apreciação dos inventários *post-mortem* – nas quais a mão de obra dos cativos da região estava empregada. Na terceira e última seção do capítulo, dedicamo-nos a analisar as características dos cativos segundo o sexo, a idade e a origem africana ou crioula, considerando tanto as distintas faixas de tamanho de plantel quanto as diferentes atividades econômicas características ora vislumbradas.

3.1. CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E ECONÔMICAS DOS PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS

Na presente seção, procedemos à caracterização dos proprietários de cativos do núcleo urbano central de Belém, entre 1810 e 1888. Como indicamos anteriormente, a nossa amostra para essa região é composta por 202 inventários *post-mortem* compilados nos acervos do Cen-

tureza e cultura material no século XIX. Tese de Doutorado (História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010, p. 83 e ss.

²⁷⁶ CMA/UFGA. Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível), Inventários *post-mortem*, cx. 21 (1867). Inventário *post-mortem* de João Antônio de Madureira, 1867.

tro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP). Muito embora a documentação compulsada não nos possibilite avaliar a representatividade de nossa amostra de proprietários de cativos em relação ao universo de escravistas do núcleo urbano central da Belém oitocentista – o que não nos autoriza, a priori, a projetar os indicadores apresentados para o conjunto de proprietários de cativos da cidade como um todo –, acreditamos ser possível delinear um perfil mais geral dos escravistas de Belém entre os anos de 1810 a 1888, segundo o sexo, o estado conjugal e a ocupação ou o ramo de atividade que desempenhavam. O primeiro aspecto a ser examinado é a distribuição dos escravistas de nossa amostra em função do sexo.

A TABELA 3.1 apresenta a distribuição dos 195 proprietários de escravos inventariados individualmente em nossa amostra (além deles, sete casais tiveram seus bens arrolados)²⁷⁷ segundo o sexo. Os dados sinalizam que, em todos os três períodos de observação considerados, a maioria dos escravistas examinados eram homens. Em que pese essa prevalência masculina, o peso relativo das mulheres nunca foi inferior a um terço dos escravistas em tela. Além disso, é possível notarmos uma tendência linear de crescimento da participação relativa das escravistas no conjunto de proprietários de cativos do núcleo urbano central de Belém, com o avançar dos anos. Se, entre 1810 e 1850, as mulheres perfaziam 36,0% dos escravistas de nossa amostra, no último período examinado (1872-1888) a sua participação relativa já atingia 41,4% dos proprietários de escravos.

TABELA 3.1
DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVISTAS SEGUNDO O SEXO
(NÚCLEO URBANO CENTRAL DE BELÉM, 1810-1888)

PERÍODO	SEXO				TOTAL
	HOMENS		MULHERES		
	N	%	N	%	
1810-1850	32	64,0	18	36,0	50 (100,0%)
1851-1871	47	62,7	28	37,3	75 (100,0%)
1871-1888	41	58,6	29	41,4	70 (100,0%)
TOTAL (1810-1888)	120	61,5	75	38,5	195 (100,0%)

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

Tal tendência ao incremento do peso relativo das mulheres em meio aos escravistas do núcleo urbano central de Belém foi acompanhada, simultaneamente, do crescimento da parti-

²⁷⁷ Trata-se de casos em que os inventários *post-mortem* arrolavam os bens do casal, ou seja, os bens do marido e da esposa conjuntamente. Em nossa amostra, encontramos quatro casos de inventários de casal no primeiro período de observação, três no segundo período e nenhum no terceiro.

cipação relativa dos escravos sob a posse das proprietárias. Se, nos dois primeiros períodos de observação, a participação dos cativos sob a posse de escravistas mulheres (21,9%, entre 1810 e 1850, e 23,1%, entre 1851 e 1871) havia sido inferior ao peso relativo destas no conjunto de proprietários de escravos (36,0% e 37,3%, respectivamente), no último período de observação a participação dos cativos sob a posse de escravistas mulheres (40,6%) foi bastante semelhante ao peso relativo dessas no conjunto de proprietários de escravos em tela (41,4%). É oportuno frisarmos que a dupla tendência indicada não decorreu de variações gerais na proporção de mulheres na população livre de Belém ao longo de boa parte do intervalo aqui examinado. Em verdade, enquanto a participação relativa das escravistas e de seus escravos cresceu, a participação relativa das mulheres na população livre de Belém apresentou uma tendência inversa.²⁷⁸

Não dispomos de elementos que nos ensejem explicar, com precisão, o crescimento do peso relativo das mulheres no conjunto dos escravistas do núcleo urbano central de Belém que compõem a nossa amostra. Entretanto, o concomitante incremento da participação relativa dos escravos sob a posse de mulheres se deu não apenas em decorrência daquele primeiro crescimento (o de mulheres escravistas em nossa amostragem para os proprietários de cativos), mas também em virtude de uma tendência a um maior equilíbrio no número médio de escravos sob a propriedade de homens e mulheres escravistas. No primeiro período de observação, o número médio de cativos sob posse de escravistas homens (12,7) foi quase o dobro do número médio de escravos sob a posse de escravistas mulheres (6,4).²⁷⁹ No segundo período, os números médios correlatos foram de 8,0 e 4,9²⁸⁰ e, no terceiro período, de 3,4 e 3,3, respectivamente.²⁸¹

²⁷⁸ O peso relativo das mulheres na população livre do núcleo urbano central de Belém decaiu de 43,8% em 1823 para 40,3% em 1872. Esses percentuais foram calculados a partir dos dados fornecidos no *Ensaio corográfico* de Antônio Baena, que arrolava 5.643 habitantes livres nas paróquias urbanas da Sé e de Santana em 1823, e no Recenseamento do Império que arrolava 29.121 habitantes livres nas freguesias urbanas da Sé, de Santana, da Trindade e de Nazaré, em 1872. BAENA, Antônio. **Ensaio corográfico sobre a Província do Pará**. Brasília: Senado Federal, 2004 [1839], p. 217-8; BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Império de 1872. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger/Tip. Commercial, 1876, v. 01, p. 211. Cumpre-nos ressaltar que, apesar do decréscimo da participação relativa das mulheres na população livre de Belém, entre 1823 e 1872 a quantidade de mulheres cresceu numericamente. Ainda que não haja estudos mais detidos sobre a dinâmica demográfica das populações belenense e paraense daquele contexto, que apresentem explicações para esse quadro, não seria irrazoável considerarmos a existência de afluxos migratórios majoritariamente masculinos na sua configuração, inclusive sobrepondo uma eventual sobremortalidade masculina na Cabanagem. Infelizmente, a corografia de Antônio Baena fornece apenas os números de homens e mulheres para as então duas freguesias urbanas de Belém (Sé e Santana), passando ao largo das demais freguesias existentes no Pará. Contudo, a partir do Recenseamento de 1872 sabemos que a participação relativa das mulheres na população livre de toda a província (48,1%) foi mais expressiva que a participação destas nas freguesias da Sé, de Santana, da Trindade e de Nazaré (40,3%), que à altura compunham o núcleo urbano central de Belém. Trata-se de uma diferença expressiva, que pode estar relacionada não somente ao destino final daqueles fluxos como também à presença de tropas militares. BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Império de 1872. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger/Tip. Commercial, 1876, v. 01, p. 211.

²⁷⁹ Resultado do teste *t-Student*: $t(48) = 0,98$, $p = 0,34$ – não significativo.

²⁸⁰ Resultado do teste *t-Student*: $t(73) = 0,86$, $p = 0,39$ – não significativo.

Mesmo que o pequeno número de casos que compõem a nossa amostra tenha contribuído para que as diferenças médias acima indicadas não tenham sido estatisticamente significativas no que diz respeito a todos os três períodos de observação, parece-nos claro que a diminuição das mesmas entre os três períodos foi determinante para a expansão da participação relativa do contingente de cativos sob a posse das escravistas mulheres no conjunto de escravos de nossa amostra. Um maior equilíbrio que se deu não como resultado do crescimento do número médio de cativos sob a posse de escravistas mulheres, mas como resultado do decréscimo do número médio de cativos sob a posse de escravistas homens a partir de 1851. Esse movimento foi favorecido por uma inflexão na estrutura da posse de cativos e também nos níveis de concentração da propriedade escrava que teve vez entre o segundo e o terceiro período analisado, caracterizada pela consolidação da preponderância dos pequenos e médios plantéis entre as escravarias analisadas.

Muito embora a estrutura da posse de escravos e os níveis de concentração da propriedade escrava sejam questões atinentes à próxima seção do capítulo, uma breve nota acerca dos maiores escravistas homens e mulheres de cada período de observação pode ajudar a elucidar o impacto daquela inflexão na distribuição dos escravos, entre escravistas homens e mulheres. No primeiro período, o maior escravista encontrado foi produtor de cacau José Duarte Rodrigues, detentor de 153 escravos – 140 deles empregados na sua Fazenda Val-de-Cans, nas cercanias de Belém, e os outros 13 na sua residência situada no centro da cidade.²⁸² A maior proprietária desse período foi Maria Gomes de Azevedo Guerra, com 29 escravos.²⁸³ No segundo período examinado, o maior escravista foi Vicente Antônio de Miranda, com 129 cativos empregados na produção de derivados da cana no seu Engenho do Murucutu,²⁸⁴ enquanto a maior escravista foi Leocádia da Cunha e Lima, proprietária de 11 escravos.²⁸⁵ No último período em tela, o maior proprietário possuía somente 14 cativos²⁸⁶ e a maior escravista, 11 cativos.²⁸⁷

²⁸¹ Resultado do teste *t-Student*: $t(68) = 0,07$, $p = 0,95$ – não significativo.

²⁸² CMA/UFPA. Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível), Inventários *post-mortem*, cx. 13 (1845-1849). Inventário *post-mortem* de José Duarte Rodrigues, 1846.

²⁸³ CMA/UFPA. Cartório Sarmento (14ª Vara Cível), Inventários *post-mortem*, cx. 03 (1846-1849). Inventário *post-mortem* de Maria Gomes de Azevedo Guerra, 1846.

²⁸⁴ CMA/UFPA. Cartório Sarmento (14ª Vara Cível), Inventários *post-mortem*, cx. 04 (1852-1863A). Inventário *post-mortem* de Vicente Antônio de Miranda, 1853.

²⁸⁵ CMA/UFPA. Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível), Inventários *post-mortem*, cx. 19 (1863-1864). Inventário *post-mortem* de Leocádia Josefa da Conceição Alves da Cunha e Lima, 1864.

²⁸⁶ CMA/UFPA. Cartório Sarmento (14ª Vara Cível), Inventários *post-mortem*, cx. 08 (1890-1889). Inventário *post-mortem* de Antônio Teodorico da Silva Penna, 1884.

²⁸⁷ CMA/UFPA. Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível), Inventários *post-mortem*, cx. 39 (1882). Inventário *post-mortem* de Ana de Assunção Corrêa Salgado, 1882.

O espectro apresentado dos maiores proprietários de escravos do núcleo urbano central de Belém, além de mostrar indícios da já mencionada inflexão da estrutura da posse de escravos e dos níveis de concentração da propriedade cativa a partir de 1872, evidencia que ao longo de todo o intervalo compreendido (1810-1888), as mulheres escravistas possuíam não mais que plantéis de média dimensão – i. e., aqueles entre 10 e 19 escravos, de acordo com a classificação adotada no presente estudo, a ser apresentada na próxima seção. A única ressalva a essa regra foi o acima elencado plantel de Maria Gomes de Azevedo Guerra, do primeiro período analisado. Em compensação, a segunda maior escravista de tal período (1810-1850), Inácia Micaela Aires, não transpunha o limite dos plantéis de média dimensão com os seus 14 escravos.²⁸⁸ Examinemos, agora, o perfil dos escravistas, de acordo com os seus estados conjugais:

TABELA 3.2
DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVISTAS SEGUNDO O SEXO E O ESTADO CONJUGAL
(NÚCLEO URBANO CENTRAL DE BELÉM, 1810-1888)

SEXO		ESTADO CONJUGAL						TOTAL
		SOLTEIRO(A)		CASADO(A)		VIÚVO(A)		
		N	%	N	%	N	%	
1810-1850	Homens	03	9,4	24	75,0	05	15,6	32 (100,0%)
	Mulheres	08	44,4	07	38,9	03	16,7	18 (100,0%)
	TOTAL	11	22,0	31	62,0	08	16,0	50 (100,0%)
1851-1871	Homens	11	23,4	30	63,8	06	12,8	47 (100,0%)
	Mulheres	02	7,1	17	60,7	09	32,2	28 (100,0%)
	TOTAL	13	17,3	47	62,7	15	20,0	75 (100,0%)
1872-1888	Homens	05	12,2	32	78,0	04	9,8	41 (100,0%)
	Mulheres	03	10,3	19	65,5	07	24,2	29 (100,0%)
	TOTAL	08	11,4	51	72,9	11	15,7	70 (100,0%)
1810-1888	Homens	19	15,8	86	71,7	15	12,5	120 (100,0%)
	Mulheres	13	17,3	43	57,4	19	25,3	75 (100,0%)
	TOTAL	32	16,4	129	66,2	34	17,4	195 (100,0%)

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

Os dados acima (TABELA 3.2) demonstram que a maioria dos proprietários de escravos que integram a nossa amostra, sejam homens ou mulheres, e em todos os três períodos examinados, era ou havia sido casada. Em todo o intervalo considerado, somente 15,8% dos proprietários homens e 17,3% das proprietárias eram solteiros. Se, por um lado, ser ou ter sido casado era um padrão – sendo o peso relativo dos celibatários equilibrado entre os escravistas homens e mulheres, senão no primeiro período em tela, quando o número de escravistas solteiras

²⁸⁸ CMA/UFPA. Cartório Leão (4ª Vara Cível), Inventários *post-mortem*, cx. 01 (1815-1817). Inventário *post-mortem* de Inácia Micaela Aires, 1815.

superou em apenas um caso o de escravistas casadas – por outro lado, a condição de viuvez se revelou potencialmente mais incidente entre as escravistas do que entre os escravistas do sexo masculino. Por fim, a condição de casado(a) se mostrou decerto mais incidente entre os escravistas homens do que entre as escravistas mulheres.

Esse padrão apresentou variações mais substanciais somente no primeiro período estudado, em que os números de escravistas solteiras e casadas foram praticamente equivalentes e corresponderam a quase o dobro do número de escravistas viúvas, e também no segundo período de observação em que os escravistas solteiros constituíram cerca de um quarto do conjunto de homens proprietários de cativos. Cumpre-nos advertir, contudo, que a pequena amostragem contemplada – o que se reflete, de maneira especial, no diminuto número de casos de escravistas (18) coligidas no primeiro período – faz com que variações não necessariamente expressivas em termos absolutos produzam oscilações “significativas” nos pesos percentuais das variáveis analisadas, vide as participações relativas das escravistas solteiras e casadas no primeiro período de observação, distantes em 5,5,% para apenas um caso de diferença.

Conquanto o perfil dos escravistas do núcleo urbano central de Belém, segundo o sexo e o estado conjugal, guarde inquestionável relação com as especificidades sociais, demográficas e econômicas da região na qual os mesmos estavam inseridos, características como a prevalência dos homens entre os proprietários de escravos, a maior concentração de escravos sob a posse de escravistas do sexo masculino, a maioria de casados e viúvos entre os proprietários de escravos de ambos os sexos e a maior incidência de viuvez entre as escravistas, que encontramos em nossa amostra, são características que também foram encontradas em vários outros estudos dedicados à estrutura da posse de cativos em demais regiões brasileiras. Trata-se, aparentemente, de um perfil geral que, sem embargo as especificidades regionais, fez-se valer em grande parte das localidades já estudadas no Brasil.²⁸⁹

A título de exemplo, ao analisarem a estrutura da posse de escravos em São Cristóvão, paróquia urbana da cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1870, José Flávio Motta, Iraci Costa e Nelson Nozoe mostraram que a maioria dos proprietários de cativos da localidade era do sexo masculino (72,5%) e já havia conhecido o casamento (de todos os escravistas, 52,6% eram casados e 24,9% eram viúvos). Os autores demonstraram, igualmente, que a condição de viuvez

²⁸⁹ Para um balanço crítico da já extensa historiografia dedicada à estrutura da posse de escravos no Brasil, ver em especial: MOTTA, José Flávio; COSTA, Iraci del Nero da; NOZOE, Nelson Hideiki. *Às vésperas da Abolição: um estudo sobre a estrutura da posse de escravos em São Cristóvão, 1870. Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 157-213, jan.-mar. 2004; MARCONDES, Renato Leite. **Diverso e desigual: o Brasil escravista na década de 1870**. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2009; LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010 [2009].

era mais corriqueira entre as escravistas mulheres (61,1%) do que entre os escravistas homens (11,5%) e que o número médio de escravos sob a propriedade de escravistas homens (4,0) era levemente maior que o número médio de cativos sob a posse das escravistas mulheres (3,5).²⁹⁰ Além disso, Motta, Costa e Nozoe evidenciaram que grande parte dos escravistas de São Cristóvão exercia atividades associadas ao meio urbano, com relevo para o artesanato, o rentismo, o serviço público, as profissões liberais e o comércio – deles, eram os comerciantes (36,1%) e os rentistas (16,2%) que concentravam os maiores números absolutos de escravos.²⁹¹

Como no caso de São Cristóvão, a associação com o meio urbano foi uma característica marcante das ocupações exercidas e das atividades desenvolvidas pelos proprietários de cativos do núcleo central de Belém – o que tornou o seu perfil sócio-ocupacional diametralmente distinto daquele que encontramos para os proprietários de escravos do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, em que a quase totalidade deles desenvolvia atividades ligadas ao meio agrário (ver: CAPÍTULO 05). A multiplicidade de ocupações exercidas e das atividades desenvolvidas pelos proprietários de cativos do núcleo urbano central de Belém fez com que os inventários *post-mortem* não fossem, por si só, suficientes para abarcar essa variedade – como o foi o arrolamento de fogos de São Cristóvão utilizado por Motta, Costa e Nozoe, no artigo referido. De maneira que a caracterização socioprofissional dos proprietários de escravos do núcleo urbano central de Belém não restasse comprometida, confrontamos os dados dos inventários aos de outras fontes de natureza qualitativa.

Dentre as fontes de natureza qualitativa analisadas, destacam-se a documentação avulsa do Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal, os relatórios da administração provincial do Pará, os jornais que circulavam na Belém oitocentista e os diversos almanaques com dados de produção econômica da província paraense – os dois últimos conjuntos de fontes do acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Como os escravistas aqui estudados podem ter exercido variadas ocupações e desenvolvido distintas atividades ao longo da vida, optamos por classificá-los com a ocupação ou a atividade com a data mais próxima dos seus respectivos inventários e, ademais, por privilegiar as ocupações ou as atividades dos maridos, nos casos dos inventários de casais. Com vistas à melhor caracterização dos proprietários do núcleo central de Belém de acordo com as ocupações ou as atividades desempenhadas (TABELA 3.3), lançamos

²⁹⁰ MOTTA, José Flávio; COSTA, Iraci del Nero da; NOZOE, Nelson Hideiki. Às vésperas da Abolição, op. cit., p. 163 e ss.

²⁹¹ Ibidem, p. 173.

mão com algumas necessárias adaptações, de uma codificação socioprofissional elaborada por Maria Luiza Marcílio.²⁹²

TABELA 3.3
DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVISTAS SEGUNDO AS OCUPAÇÕES E AS ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DOS INVENTÁRIOS (NÚCLEO URBANO CENTRAL DE BELÉM, 1810-1888)

OCUPAÇÃO(ÕES), RAMO(S) OU ATIVIDADE(S) CARACTERÍSTICA(S) - CONTINUA		N	%
1810-1850	Produtor(a) de gêneros de subsistência e/ou abastecimento	01	1,9
	Produtor(a) de cacau e cerâmica	01	1,9
	Metais	02	3,7
	Pecuária	01	1,9
	Profissão Liberal	01	1,9
	Empregado Público	01	1,9
	Militar	10	18,3
	Igreja	01	1,9
	Comércio	02	3,7
	Rentista	02	3,7
	Jornaleiro	01	1,9
	Prendas domésticas	18	33,2
	Indeterminado	13	24,1
	TOTAL	54	100,0
1851-1871	Produtor(a) de gêneros de subsistência e/ou abastecimento	02	2,6
	Produtor(a) de derivados da cana-de-açúcar	01	1,3
	Produtor(a) de arroz	01	1,3
	Têxtil, vestuário e alimentação	01	1,3
	Ourives	01	1,3
	Profissão Liberal	05	6,4
	Empregado Público	07	9,0
	Militar	09	11,5
	Igreja	01	1,3
	Comércio	07	9,0
	Rentista	02	2,6
	Prendas domésticas	28	35,9
	Indeterminado	13	16,5
	TOTAL	78	100,0

²⁹² cf.: MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836**. São Paulo: EDUSP/HUCITEC, 2000, p. 60-61. A codificação socioprofissional proposta por Maria Luiza Marcílio foi construída com base nos dados das listas nominativas de habitantes de São Paulo dos meados do século 18 às primeiras décadas do século 19. A autora classificou as diferentes ocupações encontradas nas listas nominativas de habitantes em dois níveis: ramos de atividade (semelhantes aos que apresentamos na TABELA 3.3) e setores econômicos (primário, secundário e terciário). Ao adaptarmos a codificação socioprofissional de Maria Luiza Marcílio à realidade analisada no presente estudo, procedemos à exclusão dos três grandes setores econômicos e à reorganização de alguns dos ramos de atividade. A exclusão dos setores primário, secundário e terciário se justifica pelo fato de parte dos escravistas de nossa amostra ter exercido e desempenhado, ao longo de suas vidas, atividades e ocupações atinentes aos três diferentes setores econômicos, inviabilizando a sua classificação nessas categorias estanques. A reorganização dos ramos de atividades, por sua vez, visa a dar conta da maior multiplicidade de atividades e ocupações dos escravistas belenenses, especialmente daquelas ligadas ao meio urbano.

OCUPAÇÃO(ÕES), RAMO(S) OU ATIVIDADE(S) CARACTERÍSTICA(S) - CONCLUSÃO		N	%
1872-1888	Pecuária	01	1,4
	Cerâmica	02	2,9
	Tipógrafo	01	1,4
	Educação	01	1,4
	Profissão Liberal	03	4,3
	Empregado Público	07	10,1
	Militar	04	5,7
	Igreja	02	2,9
	Comércio	12	17,1
	Prendas domésticas	29	41,4
	Indeterminado	08	11,4
	TOTAL	70	100,0
1810-1888	Produtor(a) de gêneros de subsistência e/ou abastecimento	03	1,5
	Produtor(a) de cacau e cerâmica	01	0,5
	Produtor(a) de derivados da cana-de-açúcar	01	0,5
	Produtor(a) de arroz	01	0,5
	Metais	02	1,0
	Pecuária	02	1,0
	Têxtil, vestuário e alimentação	01	0,5
	Ourives	01	0,5
	Cerâmica	02	1,0
	Tipógrafo	01	0,5
	Educação	01	0,5
	Profissão Liberal	09	4,5
	Empregado Público	15	7,5
	Militar	23	11,4
	Igreja	04	2,0
	Comércio	21	10,4
	Rentista	04	2,0
	Jornaleiro	01	0,5
	Prendas domésticas	75	36,8
	Indeterminado	34	16,9
	TOTAL	202	100,0

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

O conjunto das ocupações exercidas e das atividades desenvolvidas pelos proprietários de escravos do núcleo central de Belém traduz a economia urbana que havia na região. Considerando todo o intervalo analisado, observamos que grande parte dos escravistas estava ligada às prendas domésticas (categoria em que se inseriam todas as proprietárias do sexo feminino), ao serviço militar (exclusive a Guarda Nacional), ao comércio, ao serviço público e ao exercício de profissões liberais. Os escravistas com essas ocupações e atividades totalizavam 70,8% dos proprietários analisados entre 1810 e 1888. Em um segundo plano, ganham relevo os pro-

prietários ligados à vida eclesiástica, ao rentismo, à produção de gêneros alimentícios, à pecuária e a atividades relativas ao trabalho com metais (ferraria e caldeiraria) e com cerâmica (artesanato e olaria). Em conjunto, os últimos perfaziam 8,4% dos escravistas no mesmo intervalo. Os produtores de gêneros agrícolas específicos (como o cacau, o arroz e a cana-de-açúcar), por sua vez, não representavam mais que 1,5% dos escravistas, em todo o período examinado.

Além do surgimento de novas ocupações e atividades com o avançar do tempo, podemos notar uma leve variação no perfil socioprofissional dos escravistas do núcleo urbano central de Belém. Se, no primeiro período em tela, os militares perfizeram expressivos 18,3% dos escravistas de Belém, seu peso relativo entre os escravistas do núcleo urbano central da cidade decaiu para 11,5% e 5,7%, respectivamente, no segundo e no terceiro período analisados. Em sentido inverso, o peso relativo conjunto dos profissionais liberais e dos funcionários públicos saltou de 3,8%, no primeiro período examinado, para 15,4% e 14,4%, respectivamente, no segundo e no terceiro período analisado. No mesmo sentido dos profissionais liberais e dos funcionários públicos, podemos observar o crescimento das proprietárias em prendas domésticas, reproduzindo o já comentado incremento do peso relativo das mulheres entre os proprietários.

Embora os escravistas de nossa amostra correspondam a apenas uma fração dos escravistas do núcleo urbano central de Belém, que por sua vez correspondem a apenas uma fração – possivelmente mais abastada – da população livre da cidade, a variação do perfil dos proprietários segundo as ocupações exercidas e as atividades desenvolvidas pode refletir, em verdade, a própria transformação do perfil sócio-ocupacional da elite paraense, cujos membros, durante o século 19, passaram a se envolver cada vez mais com o exercício de profissões liberais e a atuação no corpo administrativo e burocrático da província do Pará, em seus mais diversos níveis.²⁹³ Transformação, tal, que fez parte de um processo ainda mais abrangente de mutação

²⁹³ Dentre os diversos estudos que examinaram as questões referidas, sobressaem-se: BATISTA, Luciana Marinho. **Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c.1850-c.1870**. Dissertação de Mestrado (História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004; CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e relações familiares na Economia da Borracha (Belém, 1870-1920)**. Tese de Doutorado (História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006; BARROSO, Daniel Souza. **Casamento e compadrio em Belém nos meados do Oitocentos**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2012; ÂNGELO, Helder Bruno Palheta. **O longo caminho dos Corrêa de Miranda no século XIX: um estudo sobre família, poder e economia**. Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2012; CANCELA, Cristina Donza; ÂNGELO, Helder Bruno Palheta. Médicos em Belém: trajetórias, prestígio e patrimônio documental para uma história da população e da família. **Amazônica - Revista de Antropologia**, Belém, v. 5, n. 2, p. 412-30, jul.-dez. 2013. Para o aprofundamento daquelas questões em um âmbito nacional, ver especialmente: NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001 [1991].

dos signos de riqueza da elite paraense, que pode ter colaborado para as variações na estrutura da posse e no grau de concentração da propriedade cativa que analisaremos na próxima seção.

3.2. ESTRUTURA DA POSSE DE CATIVOS

Nesta seção, examinamos a estrutura da posse de escravos no núcleo urbano central de Belém, entre os anos de 1810 e 1888. O nosso objetivo é estudar a distribuição dos escravistas e dos cativos dessa região, de acordo com as diferentes faixas de tamanho de plantel e as diferentes atividades exercidas pelos escravos (e não pelos proprietários, como na seção precedente). Além disso, analisamos o grau de concentração da propriedade cativa entre os escravistas de nossa amostra, observando eventuais variações em tais aspectos ao longo de todo o intervalo abarcado. Para tanto, fora os 202 escravistas examinados na última seção, a nossa amostra é constituída pelos 1.357 cativos arrolados sob a sua propriedade, distribuídos da seguinte forma: 529 escravos no primeiro período em tela (1810-1850), 594 escravos no segundo período (1851-1871) e 234 escravos no terceiro (1872-1888).

Para a melhor caracterização das propriedades escravas analisadas, classificamo-las de início em cinco faixas de tamanho, a saber: pequenos (de um a nove cativos); médios (de 10 a 19); grandes (de 20 a 49), muito grandes (de 50 a 99) e megaplantéis (com 100 ou mais escravos). Tal classificação levou em consideração não apenas alguns dos parâmetros existentes na historiografia,²⁹⁴ de estudos que examinaram a estrutura da posse de cativos a partir de inven-

²⁹⁴ As faixas de tamanho de plantel consideradas foram classificadas de forma a atenderem não apenas às especificidades do meio urbano de Belém como também às particularidades do meio rural do Baixo Tocantins e da Zona da Guajarina. Nesse sentido, os parâmetros que utilizamos para classificar as faixas de tamanho de plantel dizem respeito a localidades e regiões com panos de fundo demográficos, econômicos e sociais diversos. Dentre os trabalhos nos quais nos baseamos e que lançaram de inventários *post-mortem*, destacam-se: SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550/1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988 [1985]; SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Os fios de Ariadne: fortunas e hierarquias sociais na Amazônia, século XIX**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014 [1997]; MARCONDES, Renato Leite. **A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba (Século XIX)**. Lorena: Stiliano, 1998; BARICKMAN, Bert J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1998]; TEIXEIRA, Heloísa Maria. **Reprodução e famílias escravas em Mariana (1850-1888)**. Dissertação de Mestrado (História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001; FRANK, Zephyr L. **Entre ricos e pobres: o mundo de Antônio José Dutra no Rio de Janeiro oitocentista**. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/UFMG, 2012 [2004]; LOPES, Luciana Suarez. **Sob os olhos de São Sebastião. A cafeicultura e as mutações da riqueza em Ribeirão Preto, 1849-1900**. Tese de Doutorado (História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005; GARAVAZO, Juliana. **Riqueza e escravidão no Nordeste Paulista: Batatais, 1851-1887**. Dissertação de Mestrado (História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006; VALENTIN, Agnaldo. **Uma civilização do arroz: agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira (1800-1880)**. Tese de Doutorado (História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007; SALLES, Ricardo. **E o Vale era escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; PESSI, Bruno Stelmach. **Entre o fim do tráfico e a abolição: a manutenção da escravidão em Pelotas, RS, na segunda metade do século XIX (1850 a 1884)**. Dissertação de Mestrado (História Social) – Faculdade

tários *post-mortem*, mas também e talvez principalmente as especificidades da realidade estudada. Cabe-nos advertir, de antemão, que tal classificação é atinente apenas aos 1.357 cativos antes mencionados. Os 35 ingênuos – filhos e filhas de mulheres escravas nascidos após a Lei Rio Branco (1871) – identificados no terceiro período serão considerados, para fins de análise, somente no próximo capítulo, dedicado aos mecanismos de reprodução dos cativos de Belém.

TABELA 3.4
ESTRUTURA DA POSSE DE CATIVOS (NÚCLEO URBANO CENTRAL DE BELÉM, 1810-1888)

	FTP	PROPRIETÁRIOS			ESCRAVOS		
		N	%	% AC.	N	%	% AC.
1810-1850	01-09	40	74,1	74,1	146	27,6	27,6
	10-19	08	14,8	88,9	113	21,3	48,9
	20-49	05	9,2	98,1	130	24,6	73,5
	50-99	-	-	-	-	-	-
	100/+	01	1,9	100,0	140	26,5	100,0
	TOTAL	54	100,0	100,0	529	100,0	100,0
1851-1871	01-09	66	84,7	84,7	257	43,3	43,3
	10-19	09	11,4	96,1	92	15,5	58,8
	20-49	01	1,3	97,4	51	8,6	67,4
	50-99	01	1,3	98,7	65	10,9	78,3
	100/+	01	1,3	100,0	129	21,7	100,0
	TOTAL	78	100,0	100,0	594	100,0	100,0
1872-1888	01-09	67	95,7	95,7	201	85,9	85,9
	10-19	03	4,3	100,0	33	14,1	100,0
	20-49	-	-	-	-	-	-
	50-99	-	-	-	-	-	-
	100/+	-	-	-	-	-	-
	TOTAL	70	100,0	100,0	234	100,0	100,0
1810-1888	01-09	173	85,6	85,6	604	44,5	44,5
	10-19	20	9,8	95,4	238	17,5	62,0
	20-49	06	3,0	98,4	181	13,4	75,4
	50-99	01	0,5	98,9	65	4,8	80,2
	100/+	02	1,0	100,0	269	19,8	100,0
	TOTAL	202	100,0	100,0	1.357	100,0	100,0

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012; MORENO, Breno Aparecido Servidore. **Demografia e trabalho escravo nas propriedades rurais cafezeiras de Bananal, 1830-1860**. Dissertação de Mestrado (História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013; FONTELLA, Leandro Goya; MATHEUS, Marcelo Santos. Estrutura de posse escrava na província do Rio Grande de São Pedro: um apanhado historiográfico (c.1820-c.1870). **Revista Latino-Americana de História**, São Leopoldo, v. 0, n. 9, p. 76-96, jul.-dez. 2013; MOTA, Antonia da Silva; BARROSO, Daniel Souza. Economia e demografia da escravidão no Maranhão e no Grão-Pará: uma análise comparativa da estrutura da posse de cativos 1785-1850). **Revista de História**, São Paulo, 2017, p. 1-41, n. 176.

No que se refere à distribuição dos escravistas e dos escravos do núcleo urbano central de Belém segundo as diferentes faixas de tamanho de plantel, os dados fornecidos na TABELA 3.4 evidenciam a prevalência dos pequenos e médios plantéis na cidade ao longo de todo o intervalo considerado. Em todos os três períodos examinados, a maioria absoluta dos escravistas eram pequenos proprietários, sendo ainda razoavelmente expressiva – principalmente nos dois primeiros períodos – a participação relativa dos médios proprietários (14,8% e 11,4%, respectivamente). Os cativos, por sua vez, também estavam concentrados nas pequenas e médias escravarias – os escravos nessas faixas perfaziam 48,9% dos cativos do primeiro período, 58,8% dos escravos do segundo período e a totalidade dos cativos do terceiro período de observação. Tais dados, para além poderem ser sugestivos de um paulatino fracionamento das escravarias ocorrido entre os três períodos examinados, revelam uma nítida tendência à concentração cada vez maior dos escravos nos plantéis de menor dimensão.

Simultaneamente a essa tendência, notamos o crescimento – também linear – da participação dos pequenos escravistas, tanto em termos absolutos – i. e., o número de pequenos escravistas identificados em cada período analisado –, quanto nos termos de sua participação relativa no conjunto de proprietários de nossa amostra – este último crescimento, favorecido pelo fato de termos localizado poucos grandes, muito grandes e megaproprietários para o segundo período de observação, e de não termos localizado escravistas desses portes, para o terceiro período examinado. As médias de cativos por escravista oscilaram de 9,8, no primeiro período analisado, para 7,6 e 3,3, no segundo e no terceiro períodos em tela, respectivamente. Embora as médias concernentes aos dois primeiros períodos não tenham apresentado diferença estatisticamente significativa entre si,²⁹⁵ ambas superaram a média do terceiro período observado.²⁹⁶

Um dos principais aspectos conducentes à variação nas médias de cativos por escravista entre os dois primeiros e o terceiro período observado foi a maior incidência, neste período, de plantéis unitários ou com dois cativos, que representaram 54,2% de todas as escravarias do período e conformaram a distribuição bimodal encontrada. Nos dois primeiros períodos analisados os plantéis modais – i. e., os plantéis cujo número de escravos se repetiu por mais vezes em nossa amostra – foram aqueles com, respectivamente, três e dois cativos. Nesses períodos, as escravarias formadas por um ou dois cativos, diferentemente do que ocorreu no terceiro período, estiveram longe de corresponder à maioria dos plantéis examinados, perfazendo apenas

²⁹⁵ Resultado do teste *t-Student*: $t(130) = 0,67$, $p = 0,50$ – não significativo.

²⁹⁶ Resultado do teste *t-Student* na comparação entre as médias de cativos por escravista do primeiro e do terceiro período de observação: $t(122) = 2,53$, $p = 0,01$ – altamente significativo. Resultado do teste *t-Student* na comparação entre as médias de cativos por escravista do segundo e do terceiro período de observação: $t(146) = 2,18$, $p = 0,03$ – significativo.

24,1% e 30,8% de todas as escravarias do primeiro e do segundo período observado, respectivamente.

Tais observações, além de consubstanciarem um elemento indicativo a mais do fracionamento dos plantéis escravos do núcleo urbano central de Belém, ocorrido entre os três períodos de observação analisados e ao qual já nos reportamos, podem ser uma consequência sugestiva de uma gradual transição dos signos de riqueza da elite paraense. Como bem observou Cristina Cancela, com o avançar das décadas de 1870 e 1880, o peso dos escravos na alocação da riqueza da elite paraense diminui substancialmente, passando a prevalecer “os bens de raiz, os investimentos em seguros, ações e liquidação de firmas comerciais, dinheiro em conta corrente e na caderneta da Caixa Econômica”.²⁹⁷ No fim dos anos 1880 e no início da década seguinte, com a assinalada expansão da borracha nas pautas de exportação do Pará, “estradas de seringais, casas de aviação e firmas comerciais passam ser mais frequentes nos legados”.²⁹⁸

Além disso, sem prejuízo a um eventual impacto do tráfico e das fugas escravas,²⁹⁹ porém tendo em vista principalmente a centralidade que a reprodução endógena ocupava na manutenção do contingente cativo do núcleo urbano central de Belém (aspecto que será estudado no CAPÍTULO 05), não seria de todo irrazoável considerarmos a existência de um eventual impacto resultante da Lei Rio Branco (1871) – que tornou livres os filhos nascidos do ventre das mulheres cativas – no número médio de cativos por plantel no terceiro período de observação. Apesar do pequeno número de ingênuos encontrados em nossa amostra (35), caso computados eles representariam uma fração nada irrisória dos 241 escravos que compõem a nossa amostra para o terceiro período analisado. A sua presença entre os cativos, contudo, não implicaria variações significativas na distribuição dos escravos segundo as faixas de tamanho de plantel.³⁰⁰

Nos dois primeiros períodos examinados, nos quais o impacto da reprodução endógena se fazia sentir de forma mais efetiva, identificamos casos em que a reprodução dos cativos foi determinante não somente para a manutenção e ampliação das escravarias, como também para

²⁹⁷ CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e relações familiares na Economia da Borracha**, op. cit., p. 250.

²⁹⁸ Idem.

²⁹⁹ Sobre as fugas escravas na Belém oitocentista, ver, sobretudo: BEZERRA NETO, José Maia. Histórias urbanas de liberdade: escravos em fuga na cidade de Belém, 1860-1888. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 28, p. 221-50, jul.-dez. 2002.

³⁰⁰ Dos 70 plantéis que compõem a nossa amostra para o terceiro período examinado, somente dois mudariam de faixa de tamanho passando de pequenas para médias escravarias. O plantel com o maior número de ingênuos encontrado foi o de Maria de Nazaré Gonçalves Penna Matosinho, voltado a atividades de ganho, de aluguel e domésticas, com quatro ingênuos (três filhas da cafuza Dorotéia e um filho da cafuza Catarina). O plantel de Maria Matosinho, porém, era formado por apenas três escravos de fato (além das cafuzas Dorotéia e Catarina, integrava a escravaria, o mulato Maximiano) e não chegaria a mudar de faixa de tamanho de plantel. CMA/UFGA. Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível), Inventários *post-mortem*, cx. 41 (1884). Inventário *post-mortem* de Maria de Nazaré Gonçalves Penna Matosinho, 1884.

acarretar na mudança na classificação dessas escravarias entre as diferentes faixas de tamanho de plantel. A posse de Inácia Micaela Aires é ilustrativa, nesse sentido. Dos 14 escravos dedicados às atividades domésticas que essa proprietária detinha, em 1815, 10 viviam em famílias: seis deles na família nuclear formada a partir do casamento Manoel Antônio, natural de Angola, e a sua esposa Madalena Maria, crioula, e quatro em famílias monoparentais femininas encabeçadas pelas escravas Vitória Benedita e Joaquina Maria.³⁰¹ Sem a reprodução endógena, é possível que a escravaria de Inácia Micaela Aires acabasse sendo classificada como pequeno e não como médio plantel.

Não obstante as diferenças encontradas entre os três períodos examinados, a prevalência dos pequenos escravistas e dos cativos pertencentes a pequenos e médios plantéis, que encontramos para o núcleo urbano central de Belém, representou um padrão também encontrado para grande parte das localidades e das regiões brasileiras já estudadas.³⁰² Outro exemplo desse padrão, igualmente atinente ao Norte do Brasil, é o de Manaus. Ao examinar os inventários *post-mortem* da capital da antiga comarca e mais a frente província do Amazonas entre 1838 e 1885, Patrícia Sampaio mostrou que 80,7% dos escravistas eram proprietários de plantéis com até nove cativos. O peso relativo dos cativos em plantéis desse porte satisfazia a 45,2% de todos os cativos coligidos pela autora.³⁰³ Uma distribuição que se assemelha àquela que evidenciamos para Belém no primeiro período de observação e que viria a se alterar, profundamente, apenas no terceiro período, com implicações diretas nos graus de concentração da propriedade escrava.

As curvas de Lorenz (GRÁFICO 3.1) referentes à propriedade de escravos no núcleo urbano central de Belém entre 1810 e 1888 corroboram grande parte das discussões desenvolvidas nas últimas páginas. De início, o fato de a curva relativa ao terceiro período de observação ter dominado as curvas – ou seja, ter ficado “acima” das curvas – correspondentes ao primeiro e ao segundo período confirma a menor concentração da propriedade escrava naquele período, em relação a estes. Por outro lado, o cruzamento entre as curvas relativas ao primeiro e ao segundo período de observação não nos enseja, a priori, comprovar a existência de variações em direção a um maior ou menor grau de concentração da propriedade escrava entre aquele e este período. O que pode ser um reflexo de estruturas da posse de escravos não tão dessemelhantes entre o primeiro e o segundo período examinados, conforme vimos assinalando.

³⁰¹ CMA/UFGA. Cartório Leão (4ª Vara Cível), Inventários *post-mortem*, cx. 01 (1815-1817). Inventário *post-mortem* de Inácia Micaela Aires, 1815.

³⁰² MOTTA, José Flávio; COSTA, Iraci del Nero da; NOZOE, Nelson Hideiki. Às vésperas da Abolição, op. cit., p. 208.

³⁰³ SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Os fios de Ariadne*, op. cit., p. 107.

GRÁFICO 3.1
CURVAS DE LORENZ PARA A DISTRIBUIÇÃO DA POSSE DE ESCRAVOS
(NÚCLEO URBANO CENTRAL DE BELÉM, 1810-1888)

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

Os índices de Gini referentes à propriedade cativa no primeiro, no segundo e no terceiro período de observação foram de, respectivamente, 0,61, 0,57 e 0,41. Se, entre 1810 e 1871, a concentração da propriedade escrava atingia um patamar moderadamente forte, entre 1872 e 1888, tal patamar era apenas regular.³⁰⁴ Em outras palavras, nos últimos anos da escravidão, a posse de escravos no núcleo urbano central de Belém tornou-se mais bem distribuída – e, por-

³⁰⁴ Segundo a classificação dos graus de concentração do índice de Gini relativos à posse de cativos proposta por Francisco Vidal Luna e Iraci del Nero da Costa, os valores compreendidos entre 0,401-0,500 são considerados de regulares a medianos e, entre 0,501 a 0,625, de medianos a moderadamente fortes. cf.: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. Sobre a estrutura da posse de escravos em São Paulo e Minas Gerais nos albosres do século XIX. *Estudios Históricos*, Rivera, n. 5, s/n, Nov. 2010.

tanto, menos desigual entre os proprietários de cativos – do que fora pelo menos até o começo da década de 1870. Trata-se, a nosso ver, de uma inflexão fundamental na estruturação do escravismo no núcleo urbano central da capital paraense, operado em um contexto em que a cidade assistia – como argumentamos no capítulo precedente – a um agudo e contínuo processo de reordenação econômica, demográfica e social – marcado, dentre vários outros aspectos, pela expansão do seu espaço geográfico em direção a novas regiões (levando à incorporação dos perímetros rurais que a cercavam) e a sua consolidação como um meio marcadamente urbano.

TABELA 3.5
ÍNDICES DE GINI RELACIONADOS À POSSE DE ESCRAVOS EM DIFERENTES LOCALIDADES
BRASILEIRAS COM CARACTERÍSTICAS RELATIVAMENTE MAIS URBANAS

LOCALIDADE(S)	ANO(S)	PRINCIPAL(IS) ATIVIDADE(S) ECONÔMICAS(S)	ÍNDICE DE GINI
Belém (Grão-Pará) ^(a)	1810-1850	Comércio, Serviços e Agricultura (gêneros diversos)	0,61
Belém (Grão-Pará) ^(a)	1851-1871	Comércio, Serviços e Agricultura (gêneros diversos)	0,57
Belém (Grão-Pará) ^(a)	1872-1888	Comércio, Serviços e Agricultura (gêneros diversos)	0,41
São Luís (Maranhão) ^(b)	1872-1877	Comércio e Serviços	0,488
Teresina (Piauí) ^(b)	1872-1877	Comércio, Serviços e Pecuária	0,561
Olinda (Pernambuco) ^(b)	1873/1875-1876	Comércio, Serviços e Agricultura (açúcar e algodão)	0,566
Ilhéus (Bahia) ^(b)	1873-1875	Agricultura (Cacau)	0,627
Vila Rica (Minas Gerais) ^(c)	1804	Mineração	0,50
São Cristóvão (Rio de Janeiro) ^(d)	1870	Comércio, Serviços e Agricultura (café)	0,462
Vitória (Espírito Santo) ^(b)	1873	Agricultura (café), Comércio e Serviços	0,564
Curitiba (Paraná) ^(b)	1873-1875	Comércio, Serviços, Agricultura (mate) e Pecuária	0,424
Paranaguá (Paraná) ^(b)	1873-1875	Comércio, Serviços e Agricultura (mate) e Pesca	0,470

FONTE: (a) Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFGA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP); (b) MARCONDES, Renato Leite. **Diverso e desigual: o Brasil escravista na década de 1870.** Ribeirão Preto: FUNPEC, 2009; (c) LUNA, Francisco Vidal. **Minas Gerais: escravos e senhores - análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804).** São Paulo: IPE/USP, 1981; (d) MOTTA, José Flávio; COSTA, Iraci del Nero da; NOZOE, Nelson Hideiki. **Às vésperas da Abolição: um estudo sobre a estrutura da posse de escravos em São Cristóvão, 1870.** *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 157-213, jan.-mar. 2004.

O índice de Gini que encontramos para a propriedade escrava no núcleo urbano central de Belém, no terceiro período de observação (0,41), mostrou-se inferior aos índices encontrados para as localidades brasileiras com características urbanas, nos anos de 1870, que elencamos na TABELA 3.5. Tal índice revelou-se relativamente próximo somente daqueles encontrados para Curitiba (Paraná), Paranaguá (Paraná), São Luís (Maranhão) e São Cristóvão (Rio de Janeiro). Por sua vez, os índices que verificamos para o primeiro e o segundo período analisados, estiveram mais próximos daqueles encontrados para Teresina (Piauí), Olinda (Pernambu-

co), Ilhéus (Bahia) e Vitória (Espírito Santo). O índice calculado por Iraci Costa para Vila Rica, já no ocaso da mineração, não se aproximou dos que aferimos para Belém em qualquer um dos três períodos de observação.

Não obstante os diferentes tipos de fonte utilizados para calcular os índices de Gini referentes à posse de cativos nas localidades elencadas na TABELA 3.5,³⁰⁵ podemos verificar que enquanto os indicadores relativos ao núcleo urbano central de Belém, nos dois primeiros períodos observados, se aproximavam mais dos indicadores relativos às localidades que ainda cultivavam reminiscências rurais mais bem delimitadas – a exemplo de Teresina, Olinda, Ilhéus e Vitória, que tinham na criação (no caso da primeira) e na lavoura (no caso das demais) importantes atividades econômicas –, o indicador para o núcleo urbano central de Belém no terceiro período analisado se aproximava mais dos indicadores atinentes às localidades com traços urbanos relativamente bem demarcados, a exemplo de Curitiba, Paranaguá, São Luís e São Cristóvão.

Essas aproximações apontam para uma relação entre grau de concentração da posse de escravos e economia – mais especificamente, entre as características específicas de um determinado complexo econômico e os termos de concentração da propriedade cativa. Como sugerido no capítulo anterior e também nas últimas páginas – neste caso, a partir da leitura das atividades exercidas e das ocupações desenvolvidas pelos escravistas que compõem nossa amostra –, a economia de Belém se caracterizava pela sua estrutura fundamentalmente urbana; sem que isso denotasse, necessariamente, a inexistência de traços rurais na paisagem da capital paraense, sobretudo nos dois primeiros períodos de observação. De maneira a observarmos mais amiúde aquelas aproximações no caso do núcleo urbano central de Belém, passamos a examinar as atividades econômicas desempenhadas pelos cativos. De início, dois esclarecimentos se fazem necessários: o primeiro deles, referente ao critério adotado em nosso estudo e, o segundo, às classificações adotadas na historiografia para as atividades dos escravos urbanos.

³⁰⁵ O texto de Costa, o livro de Marcondes e o texto de Motta, Costa e Nozoe foram sustentados por fontes de natureza diversa dos nossos inventários *post-mortem*, como as listas nominativas de habitantes (artigo de Costa), as listas de matrícula de cativos (livro de Marcondes) e um arrolamento da população do Município Neutro (Rio de Janeiro), em 1870 (artigo de Motta, Costa e Nozoe). Em virtude da própria natureza e também das características diferenciadas das documentações compulsadas (os recenseamentos antigos e as listas de matrícula de cativos, via de regra, possuíam abrangência mais universalizada que os inventários *post-mortem* os quais, por vezes, circunscreviam-se a segmentos sociais mais elevados), é possível que as fontes consultadas naqueles trabalhos indiquem padrões de concentração da propriedade cativa, assentados em termos distintos com relação aos inventários *post-mortem*. Acerca dos problemas em comparar os dados procedentes dos inventários *post-mortem* e de outros tipos de fontes censitárias, no que se refere à estrutura da posse de cativos, ver sobretudo: MARCONDES, Renato Leite. Fontes censitárias brasileiras e posse de cativos na década de 1870. **Revista de Índias**, Madrid, v. LXXI, n. 251, p. 231-58, 2011.

No que diz respeito ao critério adotado no presente estudo, cumpre-nos especificar que não associamos imediatamente as atividades e ocupações dos escravistas às atividades de seus plantéis. Isso porque acreditamos que em um meio marcadamente urbano, como o núcleo central de Belém, não haveria necessariamente uma relação direta entre a atuação socioprofissional dos escravistas e as atividades nas quais os escravos sob a sua posse estavam empregados. Os escravistas que exerciam profissões liberais e os que atuavam enquanto empregados públicos podem ser tomados como exemplos dos limites que a escravidão urbana imputa àquela relação imediata. Nesse sentido, para a classificação das atividades dos escravos lançamos mão, apenas, dos inventários *post-mortem* e das suas atividades econômicas características, sem co-tejarmos-las a fontes de natureza qualitativa, procedimento este adotado quanto aos escravistas.

Como consequência do uso das atividades características dos inventários como um parâmetro para a delimitação das atividades econômicas dos escravos, a classificação apresentada, no presente estudo, não diferencia os escravos entre três dos principais ramos de atividade via de regra associados pela historiografia à escravidão urbana, a saber: os cativos domésticos, os de ganho e os de aluguel (diferenciamos apenas os ligados à indústria).³⁰⁶ Trata-se de atividades que conquanto essencialmente distintas entre si – tanto nos termos dos tipos de serviços prestados pelos cativos, quanto nos termos dos parâmetros de interação dos escravos com seus respectivos senhores, com quem usufruía de seus serviços e com as populações livre e escrava de Belém em geral –, nem sempre são tão facilmente discerníveis, a partir da análise de inventários, como os que examinamos no presente estudo.

³⁰⁶ Dentre os estudos dedicados à escravidão urbana no Brasil, que lançaram mão de classificações pautadas nesses quatro grandes ramos de atividade dos escravos, destacam-se sobretudo: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995 [1984]; KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000 [1987]; ALGRANTI, Leila Mezan. **O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro (1808-1822)**. Petrópolis: Vozes, 1988; FRANK, Zephyr L. **Entre ricos e pobres: o mundo de Antônio José Dutra no Rio de Janeiro oitocentista**, op. cit.; SOARES, Luiz Carlos. **O “Povo de Cam” na Capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007; LAPA, José Roberto do Amaral. **Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930)**. Campinas: Editora Unicamp, 2008; GRAHAM, Richard. **Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013 [2010]. Dentre os estudos dedicados à escravidão urbana no Pará e no Amazonas, que lançaram mão de classificações semelhantes, destacam-se especialmente: PALHA, Bárbara da Fonseca. **Escravidão negra em Belém: mercado, trabalho e liberdade (1810-1850)**. Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2011; LAURINDO JÚNIOR, Luiz Carlos. **A cidade de Camilo: escravidão urbana em Belém do Pará (1871-1888)**. Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2012; COSTA, Jéssyka Sâmia Ladislau Pereira. **Por todos os cantos da cidade: escravos negros no mundo do trabalho na Manaus oitocentista (1850-1884)**. Dissertação de Mestrado (História Social) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, 2016.

TABELA 3.6
DISTRIBUIÇÃO DOS PLANTÉIS SEGUNDO AS FAIXAS DE TAMANHO E AS ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DOS INVENTÁRIOS (NÚCLEO URBANO CENTRAL DE BELÉM, 1810-1850)

ATIVIDADE(S)	FTP						ESCRAVOS		
	01-09	10-19	20-49	50-99	100/+	TOTAL	N	MÉDIA	%
Escravos de ganho, de aluguel e domésticos	33	07	04	-	-	44	308	7,0	58,1
Comércio	01	-	-	-	-	01	04	4,0	0,8
Ferraria e Caldeiraria	02	-	-	-	-	02	12	6,0	2,3
Quintas e Rocinhas	02	01	01	-	-	04	51	12,8	9,6
Cacau e Olaria	-	-	-	-	01	01	140	140,0	26,5
Subsistência ou Abastecimento	-	01	-	-	-	01	12	12,0	2,3
Sem atividade característica	01	01	-	-	-	02	02	1,0	0,4
TOTAL	39	10	05	-	01	55	529	9,6	100,0

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

Feitas as devidas ressalvas, é possível observarmos, a partir dos dados apresentados na TABELA 3.6, que os escravos de ganho, de aluguel e domésticos perfaziam a maioria dos cativos de nossa amostra para o núcleo urbano central de Belém entre os anos de 1810 e 1850. As quintas e as rocinhas (chácaras) existentes nos limites geográficos do núcleo central da cidade reuniam praticamente um décimo dos cativos analisados. Nelas, para além das atividades domésticas e das designadas para a sua própria manutenção, os cativos trabalhavam na produção de frutos diversos e na criação de um pequeno número de animais – distinguindo-os, tendo em vista essa especificidade, dos escravos de ganho, de aluguel e domésticos. Revelou-se também expressivo o número de cativos empregados na produção de cacau e cerâmica, por conta da já referida Fazenda Val-de-Cans, de José Duarte Rodrigues. Identificamos, igualmente, escravos produzindo gêneros de subsistência e abastecimento diversificados, no comércio e em oficinas de caldeiraria, como a já mencionada oficina de José Infante.

A maior parte dos plantéis do primeiro período em tela era formada por cativos de ganho, de aluguel e domésticos. Para além das proprietárias em prendas domésticas, os escravistas ligados às profissões liberais, à carreira militar, ao serviço público, à vida religiosa, ao rentismo e aos jornais mantinham os seus cativos associados àquelas atividades. No caso do primeiro período de observação, nem mesmo os escravistas ligados ao meio rural escaparam a tal tendência. Como mencionamos antes, sem embargo aos seus 140 escravos alocados na produção de cacau e cerâmica na Fazenda Val-de-Cans, José Duarte Rodrigues mantinha um plantel de 13 escravos cuidando das tarefas domésticas de sua casa, situada na Rua do Norte, na regi-

ão da Sé.³⁰⁷ Outro caso no mesmo sentido foi o de Fernando Ferreira Ribeiro, criador de gado no Marajó (os cativos dessa propriedade não foram incluídos em nossa amostra por não se localizarem nas regiões abarcadas no presente estudo) que mantinha um plantel de 14 cativos na sua residência na região central de Belém.³⁰⁸

Examinando notícias de jornais veiculadas nos periódicos em circulação em Belém na década de 1840, Bárbara Palha observou que, nos anúncios e avisos neles publicados, era frequente o interesse em cativos (especialmente, em cativas) para desenvolverem atividades “geralmente associadas ao público feminino”, como a lavagem e o engome de roupas, a costura e o preparo de alimentos.³⁰⁹ A autora encontrou igualmente anúncios nos quais locadores ofereciam e potenciais locatários mostravam interesse em escravas para atuarem como amas de leite, no comércio de alimentos nas ruas e nas quitandas, e na lavoura.³¹⁰ Um perfil particular de oferta e procura por mão de obra escrava no núcleo urbano central de Belém, que se afigurava intimamente atrelado às atividades de ganho, de aluguel e domésticas, predominantes entre os escravos de nossa amostra para o primeiro período de observação.

Os plantéis com escravos de ganho, de aluguel e domésticos possuíam, em média, sete cativos, com desvio-padrão de 7,3. O índice de Gini entre tais escravarias era de 0,49, evidenciando um nível de concentração da posse de escravos apenas mediano – inferior, portanto, ao aferido para o conjunto de escravarias do primeiro período em tela (0,61), este moderadamente forte. Mesmo que não seja recomendável que calculemos indicadores estatísticos semelhantes para as demais atividades devido ao pequeno número de observações encontrado, é possível notarmos que os plantéis com escravos de ganho, de aluguel e domésticos não estavam entre aqueles que exibiam um maior número médio de escravos no primeiro período. As poucas quintas e rocinhas identificadas nesses anos, por exemplo, exibiam um número médio de cativos (12,3) por certo mais expressivo do que aqueles plantéis (7,0).³¹¹

A despeito do perfil majoritariamente urbano das atividades exercidas pelos cativos do núcleo central de Belém, a presença de quintas e rocinhas, assim como das propriedades dedicadas à produção de gêneros de subsistência e abastecimento e de cacau – esta, que conjugava tal produção com a de cerâmica – demonstram a existência de traços ainda rurais na paisagem

³⁰⁷ CMA/UFPA. Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível), Inventários *post-mortem*, cx. 13 (1845-1849). Inventário *post-mortem* de José Duarte Rodrigues, 1846.

³⁰⁸ CMA/UFPA. Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível), Inventários *post-mortem*, cx. 05 (1821-1822). Inventário *post-mortem* de Fernando Ferreira Ribeiro, 1822.

³⁰⁹ PALHA, Bárbara da Fonseca. **Escravidão negra em Belém: mercado, trabalho e liberdade**, op. cit., p. 93-8.

³¹⁰ Idem.

³¹¹ Resultado do teste *t-Student*: $t(46) = 1,48$, $p = 0,15$ – não significativo.

da capital paraense e, conseqüentemente, em sua economia. Embora essa característica se remeta à dificuldade de demarcar o que seria, com efeito, urbano ou rural, no contexto do Brasil oitocentista, as atividades agrárias existentes – sobretudo, nas extremidades – do núcleo urbano central de Belém concentravam um número significativo de escravos na cidade na primeira metade do século 19. Em nossa amostra para a região, 38,4% dos escravos computados, entre 1810 e 1850, ainda exerciam atividades integradas ao meio rural.

Os dados da TABELA 3.7 demonstram que os plantéis com cativos de ganho, de aluguel e domésticos também concentravam o maior número de escravos de nossa amostra atinente ao segundo período de observação, conquanto não concentrassem a maioria absoluta dos cativos, como no período anterior. Mostrou-se expressivo, também, o número de escravos empregados na produção de derivados da cana-de-açúcar, que totalizavam praticamente um terço dos cativos analisados entre 1851 e 1871. O comércio e, em menor medida, a produção de gêneros de subsistência e abastecimento, e de arroz alcançaram igualmente algum relevo entre as atividades que concentravam um maior número de escravos. As quintas e rocinhas, por sua vez, reuniram somente 1,7% dos cativos do segundo período, percentual bem aquém do alcançado entre os anos de 1810 e 1850 (9,6%).³¹²

TABELA 3.7
DISTRIBUIÇÃO DOS PLANTÉIS SEGUNDO AS FAIXAS DE TAMANHO E AS ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DOS INVENTÁRIOS (NÚCLEO URBANO CENTRAL DE BELÉM, 1851-1871)

ATIVIDADE(S)	FTP						ESCRAVOS		
	01-09	10-19	20-49	50-99	100/+	TOTAL	N	MÉDIA	%
Escravos de ganho, de aluguel e Domésticos	60	01	-	-	-	61	284	4,6	47,8
Comércio	04	02	-	-	-	06	42	7,0	7,1
Ourivesaria	01	-	-	-	-	01	05	5,0	0,8
Padaria	01	-	-	-	-	01	04	4,0	0,7
Quintas e Rocinhas	04	-	-	-	-	04	10	2,5	1,7
Derivados da cana-de-açúcar	-	-	-	01	01	02	194	97,0	32,7
Subsistência ou Abastecimento	01	-	01	-	-	02	28	14,0	4,7
Arroz	-	-	01	-	-	01	27	27,0	4,5
TOTAL	71	03	02	01	01	78	594	7,6	100,0

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

³¹² Como bem argumenta Maria de Nazaré Sarges, com o avançar do processo de reordenamento da estrutura urbana de Belém, os membros da elite local, antes estabelecidos na região central da cidade, começaram a se transferir, gradualmente, “para outros pontos, geralmente mais afastados, em busca de maior espaço para a construção de suas rocinhas”. Mobilidade, essa, que pode ter contribuído para a diminuição do número de escravos alocados em quintas ou rocinhas a partir do segundo período de observação. cf.: SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)**. Belém: Paka-Tatu, 2010 [2000], p. 116.

Os 194 cativos empregados na produção de derivados da cana-de-açúcar encontravam-se em duas propriedades – uma muito grande e a outra uma megapropriedade, conforme o critério utilizado no presente estudo. A propriedade muito grande era o Engenho São Mateus, situado na Ilha de Outeiro e pertencente à sociedade estabelecida entre os negociantes Henrique de La Rocque e Antônio Smith, assim como os seus 65 escravos.³¹³ Tal propriedade evidencia o esforço de diversificação de investimentos empreendido por membros da praça mercantil de Belém no período de gestação da chamada Economia da Borracha – o que incluía a aquisição de cativos e de propriedades rurais como o Engenho São Mateus, em regimes societários.³¹⁴ A megapropriedade em questão era o já citado Engenho do Murucutu, com 139 escravos pertencentes a Vicente Antônio de Miranda.³¹⁵

Completavam o quadro de propriedades rurais no núcleo central de Belém, nesse período de observação, um pequeno e um grande plantel dedicados à produção de gêneros de subsistência e abastecimento, uma grande escravaria voltada à produção de arroz e quatro pequenos plantéis associados a quintas e rocinhas. Conjuntamente, tais propriedades reuniam 10,9% dos cativos de nossa amostra para o segundo período em tela. Caso somemos os escravos reunidos nessas propriedades com os escravos empregados na produção de derivados da cana-de-açúcar, observaremos que 43,6% de todos os cativos computados entre 1851 e 1871, exerciam atividades ligadas ao meio rural, igualmente concentradas, na sua maioria, nos limites geográficos do núcleo central de Belém. Um patamar mais expressivo do que aquele que verificamos no primeiro período em tela (38,4%) para as atividades integradas ao meio rural.

Não obstante a permanência de um notável contingente de escravos alocados em atividades rurais, os dados apresentados na TABELA 3.7 indicam uma diversificação nas atividades urbanas exercidas pelos cativos, em relação ao primeiro período analisado. No segundo período, é possível observarmos escravos empregados em novas atividades (ourivesaria e padaria), assim como a expansão do número de escravos empregados no comércio – atividade que concentrou 7,1% dos cativos de nossa amostra para o segundo período. No caso dos escravos atuantes na ourivesaria e na padaria, os ofícios por eles desempenhados reforçam a sua utilização nessas atividades específicas. O cativo Francisco, escravo de 36 anos de idade e pertencente a

³¹³ CMA/UFPA. Cartório Sarmiento (14ª Vara Cível), Inventários *post-mortem*, cx. 04 (1852-1863A). Inventário *post-mortem* de Antônio Smith, 1853.

³¹⁴ BATISTA, Luciana Marinho. **Muito além dos seringais**, op. cit. p. 152-3.

³¹⁵ CMA/UFPA. Cartório Sarmiento (14ª Vara Cível), Inventários *post-mortem*, cx. 04 (1852-1863A). Inventário *post-mortem* de Vicente Antônio de Miranda, 1853.

José Inácio de Faria, era oficial de ourives.³¹⁶ Os cativos Amélio e Joaquim, igualmente crioulos de 30 e 50 anos de idade, respectivamente, exerciam o ofício de padeiro no estabelecimento de seu proprietário, João Antônio de Henriques.³¹⁷ Diferentemente deles, os cativos empregados no comércio não realizavam ofícios alegadamente especializados.

Em que pese essa maior diversificação nas atividades urbanas exercidas pelos escravos no segundo período, como assinalamos anteriormente, ainda eram os plantéis com escravos de ganho, de aluguel e domésticos, os que concentravam o maior número de cativos – tanto entre o conjunto de escravarias ligadas às atividades urbanas quanto em toda a amostragem do período. Em comparação a suas congêneres para a primeira metade do século, as escravarias com cativos de ganho, de aluguel e domésticos, do segundo período em tela, apresentaram não somente um menor número médio de escravos por plantel (4,6, frente à média de 7,0 do período anterior),³¹⁸ como também um menor grau específico de concentração da propriedade escrava (índice de Gini de 0,35, frente ao índice de 0,49 do período anterior). Dada a expressiva participação relativa dos plantéis com cativos de ganho, de aluguel e domésticos na nossa amostra, não seria irrazoável ponderarmos que tais variações tenham direcionado as variações gerais na média de cativos e na concentração da posse, entre o primeiro e o segundo período analisados.

Nesse sentido, em comparação às atividades econômicas desempenhadas pelos cativos do primeiro período, as atividades econômicas dos escravos do segundo período sinalizam, ao mesmo tempo, permanências e indicativos de mudanças. Se, por um lado, conservou-se a paisagem urbana – ainda marcada, é verdade, por traços rurais – do escravismo do núcleo central de Belém, por outro lado, podemos verificar uma maior diversificação das atividades urbanas e também variações, para baixo, na média de cativos por escravaria e no grau de concentração da propriedade cativa, principalmente entre os plantéis cujos escravos exerciam atividades de ganho, de aluguel e domésticas. Isso em um contexto em que, como argumentamos no capítulo anterior, a cidade de Belém experimentava a expansão de seu perímetro urbano e um acelerado crescimento de sua população livre.

Ao examinar os anúncios de cativos no *Diário de Belém*, um dos principais jornais em circulação em Belém, nas décadas de 1870 e 1880, Luiz Laurindo encontrou frequentes anúncios oferecendo e procurando escravos que exercessem atividades ligadas ao ambiente domés-

³¹⁶ CMA/UFPA. Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível), Inventários *post-mortem*, cx. 25 (1870). Inventário *post-mortem* de José Inácio de Faria, 1870.

³¹⁷ CMA/UFPA. Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível), Inventários *post-mortem*, cx. 27 (1871B). Inventário *post-mortem* de João Antônio de Henriques, 1871.

³¹⁸ Resultado do teste *t-Student*: $t(103) = 2,26$, $p = 0,03$ – significativo.

tico. Com a devida relativização do termo “doméstico” (o autor situa os cativos ditos domésticos no contexto mais amplo da escravidão urbana apreendendo que suas atividades não se restringiam ao espaço doméstico em si, tampouco a um determinado rol de atividades que, a priori, não gerasse rendimentos ao senhor), Laurindo mostra como os cativos domésticos predominavam dos anúncios daquele jornal, assim como os escravos ligados a demais atividades no âmbito da escravidão urbana, mesmo que o número de escravos lavradores anunciados restasse representativo.³¹⁹

Os dados fornecidos na TABELA 3.8, referentes ao terceiro período de observação, evidenciam a consolidação das características basicamente urbanas do escravismo no núcleo central de Belém, refletindo a transformação do perfil dos escravistas analisados conforme o sexo e, sobretudo, as ocupações exercidas e as atividades desenvolvidas, entre os dois primeiros e o terceiro período. Diferentemente daquilo que observamos entre 1810 e 1871, no terceiro período, as atividades ligadas ao meio rural deixaram de concentrar um grande número de cativos, reunindo apenas 10,7% dos escravos do período. Todos os demais cativos exerciam atividades vinculadas ao meio urbano (95,3%), com relevo, novamente, para os plantéis com escravos de ganho de aluguel e domésticos (68,4%). Em um plano inferior, as atividades comerciais se estabeleceram como a segunda a agrupar o maior número de cativos (13,2%). A produção de cerâmica e a tipografia completavam o quadro de atividades exercidas pelos escravos do terceiro período, concentrando 7,7% deles.

TABELA 3.8
DISTRIBUIÇÃO DOS PLANTÉIS SEGUNDO AS FAIXAS DE TAMANHO E AS ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DOS INVENTÁRIOS (NÚCLEO URBANO CENTRAL DE BELÉM, 1872-1888)

ATIVIDADE(S)	FTP						ESCRAVOS		
	01-09	10-19	20-49	50-99	100/+	TOTAL	N	MÉDIA	%
Escravos de ganho, de aluguel e domésticos	52	01	-	-	-	53	160	3,0	68,4
Comércio	09	01	-	-	-	10	31	3,1	13,2
Olaria	02	-	-	-	-	02	10	5,0	4,3
Tipografia	01	-	-	-	-	01	08	8,0	3,4
Quintas e Rocinhas	02	-	-	-	-	02	04	2,0	1,7
Subsistência ou Abastecimento	01	-	-	-	-	01	07	7,0	3,0
Pecuária	-	01	-	-	-	01	14	14,0	6,0
TOTAL	67	03	-	-	-	70	234	3,3	100,0

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

³¹⁹ LAURINDO JÚNIOR, Luiz Carlos. **A cidade de Camilo**, op. cit., p. 74-120.

Reforçando uma tendência já evidenciada no segundo período, os plantéis com cativos de ganho, de aluguel e domésticos apresentaram uma nova redução no número médio de cativos por escravaria (3,0, frente à média de 4,6 do período anterior),³²⁰ mas dessa vez sem variações significativas no grau de concentração da posse de cativos (índice de Gini de 0,38, frente ao índice de 0,35 do período anterior). Novamente, por conta da grande participação relativa das escravarias com cativos de ganho, de aluguel e domésticos no conjunto de plantéis analisados – a maior dentre todos os três períodos de observação –, aquelas escravarias condicionaram, nitidamente, as variações gerais no número médio de cativos por plantel e nos graus de concentração da propriedade escrava, ambas em trajetórias descendentes, operadas entre o segundo e o terceiro período de observação.

Ainda que, como indicamos anteriormente, apenas 40,6% dos cativos do terceiro período examinado estivessem sob a propriedade direta de mulheres escravistas (os demais escravos estavam sob a propriedade de homens escravistas ou de casais), a elevada participação relativa dos cativos exercendo atividades de ganho, de aluguel e domésticas (maior que dois terços) em nossa amostra para o período de 1872 a 1888, pode revelar um padrão de organização do escravismo no núcleo urbano central de Belém – que se consolidou nas últimas duas décadas da escravidão, mas que já apresentava sinais desde o limiar do século 19 –, em que a atuação econômica de parte significativa dos escravos se dava sob o controle de mulheres, fossem elas as próprias escravistas ou aparentadas deles. Um padrão em que ganhavam grande destaque as senhoras – de direito ou de fato – de poucos escravos, que, a exemplo do que constatou Maria Odila Dias para a São Paulo oitocentista, “compunham toda uma graduação descendente de remediadas, que reunia desde figuras aristocráticas [...] a concubinas sem sobrenome”.³²¹

Nas últimas duas décadas da escravidão em Belém, com o avanço da legislação emancipacionista e as transformações ocorridas, em âmbito local, na estrutura urbana, na economia e na demografia da capital paraense, a grande maioria dos escravos do núcleo central da cidade era formada por cativos de ganho, de aluguel e domésticos, ou em atividades urbanas associadas ao comércio e à prestação de serviços em geral, em detrimento das atividades atreladas ao meio rural que, outrora, concentravam uma fração longe de ser inexpressiva dos cativos de Belém. Eram nos pequenos plantéis – via de regra, unitários ou com dois escravos – que esses escravos estavam alocados, cuidando das tarefas domésticas, atuando no mercado informal ou

³²⁰ Resultado do teste *t-Student*: $t(112) = 3,09$, $p < 0,001$ – altamente significativo.

³²¹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**, op. cit., p. 119.

em outras atividades em oficinas ou no espaço público – seja com maior autonomia, nas atividades de ganho, ou alugados por seus senhores.

As transformações na estrutura da posse de cativos e nas atividades econômicas características nas quais os cativos estavam empregados são traços reveladores não somente da mutação dos signos de riqueza da elite paraense e das transformações de variadas ordens ocorridas em Belém ao longo do século 19, como também da organização de uma lógica econômica cada vez menos dependente da mão de obra cativa, embora em grande medida ainda subsidiária dela no processo de transição para o trabalho livre e assalariado, que coincidiu – regionalmente – com a consolidação da borracha enquanto o principal produto de exportação do Grão-Pará, como discutimos anteriormente.³²² Diante disso, uma pergunta se coloca de antemão: teriam essas transformações, com manifestas consequências no perfil dos escravistas e na estrutura da posse, implicado alterações nas características dos cativos em si?

3.3. CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E ECONÔMICAS DOS ESCRAVOS

Na presente seção, procedemos à caracterização dos escravos do núcleo urbano central de Belém, entre 1810 e 1888, segundo a origem (africana ou crioula), o sexo e a idade. Tal caracterização leva em consideração, em um primeiro momento, as diferentes faixas de tamanho de plantel e, em um segundo momento, as diferentes atividades econômicas nas quais os cativos estavam empregados – em ambos os casos observando eventuais variações nas suas características demográficas e econômicas ao longo dos três períodos de observação analisados. Ao todo, é examinada uma amostra constituída pelos 1.357 escravos computados em todos os três períodos de observação. Com relação, especificamente, ao terceiro período, cumpre-nos esclarecer que não são considerados nem os filhos ingênuos das mulheres cativas de nossa amostra, nascidos após a Lei Rio Branco (1871), tampouco os escravos libertados pela força da Lei Saraiva-Cotegipe (1885). Atenhamo-nos, inicialmente, à origem africana ou crioula dos cativos.

³²² Sobre o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre na Amazônia, ver especialmente: MORAES, Ruth Burlamaqui de. **Transformações demográficas em uma economia extrativa: Pará (1872-1920)**. Dissertação de Mestrado (História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, 1984; ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. **Du travail esclave au travail libre: le Para (Brésil) sous le régime colonial et sous l'Empire (XVII-XIX siècles)**. Thèse de Doctorat (Histoire et Civilisations) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1985; ANDERSON, Robin L. **Colonization as Exploitation in the Amazon Rain Forest (1758-1911)**. Gainesville: University Press of Florida, 1999; BEZERRA NETO, José Maia. **Por todos os meios legítimos e legais: as lutas contra a escravidão e os limites da Abolição (Brasil, Grão-Pará, 1850-1888)**. Tese de Doutorado (História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009; SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. Nos confins do Império: diversidade e etnicidade no mundo do trabalho da Amazônia no século XIX. In: XAVIER, Giovana (Org.). **Histórias da escravidão e do pós-Abolição para escolas**. Brasília: Ministério da Educação, 2015, p. 179-94.

TABELA 3.9
DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS SEGUNDO A ORIGEM AFRICANA OU CRIOLA
(NÚCLEO URBANO CENTRAL DE BELÉM, 1810-1888)

		ORIGEM				RAZÃO DE AFRICANIDADE	TOTAL
		BRASIL		ÁFRICA			
		N	%	N	%		
1810-1850	01-09	89	61,4	56	38,6	62,9	145 (100,0%)
	10-19	94	84,7	17	15,3	18,1	111 (100,0%)
	20-49	79	60,8	51	39,2	64,6	130 (100,0%)
	50-99	-	-	-	-	-	-
	100/+	137	97,9	03	2,1	2,2	140 (100,0%)
	TOTAL	399	75,9	127	24,1	31,8	526 (100,0%)
1851-1871	01-09	245	97,2	07	2,8	2,9	252 (100,0%)
	10-19	90	97,8	02	2,2	2,2	92 (100,0%)
	20-49	24	100,0	-	-	-	24 (100,0%)
	50-99	65	100,0	-	-	-	65 (100,0%)
	100/+	109	84,5	20	15,5	18,3	129 (100,0%)
	TOTAL	533	94,8	29	5,2	5,4	562 (100,0%)
1872-1888	01-09	197	99,5	01	0,5	0,5	205 (100,0%)
	10-19	19	100,0	-	-	-	19 (100,0%)
	20-49	-	-	-	-	-	-
	50-99	-	-	-	-	-	-
	100/+	-	-	-	-	-	-
	TOTAL	216	99,6	01	0,4	0,4	224 (100,0%)
1810-1888	01-09	531	89,2	64	10,8	12,1	602 (100,0%)
	10-19	203	91,4	19	8,6	9,4	222 (100,0%)
	20-49	103	66,9	51	33,1	49,5	154 (100,0%)
	50-99	65	100,0	-	-	-	65 (100,0%)
	100/+	246	91,4	23	8,6	9,3	269 (100,0%)
	TOTAL	1.148	88,0	157	12,0	13,6	1.312 (100,0%)

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

Os dados da TABELA 3.9 apresentam a distribuição dos escravos que compõem a nossa amostra segundo a origem africana ou crioula. A partir deles, podemos observar que, a despeito da representatividade dos cativos africanos no primeiro período de observação, a escravaria do núcleo urbano central de Belém foi constituída, ao longo de todo o século 19, por uma expressiva maioria de escravos crioulos, que nas últimas duas décadas da escravidão chegaram a representar a quase totalidade dos cativos da região. Os escravos de origem africana representavam cerca de um quarto (24,1%) dos cativos do primeiro período, 5,2% dos escravos do segundo período e 0,4% dos escravos do terceiro período, sendo todos os demais cativos de origem crioula. Mais do que simplesmente evidenciar a menor interação que o Grão-Pará passou

a manter com o tráfico externo já a partir das primeiras décadas do século, os dados da TABELA 3.9 consubstanciam uma evidência a mais da importância da reprodução endógena, na manutenção do escravismo no núcleo central de Belém.

Em que pese o fato de os dados demonstrarem que a população cativa do núcleo urbano de Belém foi majoritariamente crioula no decurso de todo o século 19, o número de africanos ainda existentes na cidade, na primeira metade desse século, alcançou um patamar expressivo (24,1%), confirmando alguma capacidade dos escravistas estudados em formar, renovar e ampliar os seus plantéis, a partir da aquisição de cativos africanos. Essa capacidade, no entanto, foi limitada pela oferta de escravos africanos em Belém. Nos plantéis referentes às décadas de 1810 e 1820, quando o tráfico atlântico ainda era mais intenso para o Pará, como evidenciamos no capítulo anterior, a participação relativa dos africanos (41,6%, perfazendo uma razão de africanidade de 71,3) superou a participação dos mesmos nos plantéis atinentes aos anos de 1830 e 1840 (17,2%, perfazendo uma razão de africanidade de 20,8).³²³ Essa diferença contribuiu para que a concentração dos africanos segundo as faixas de tamanho de plantel não fosse diretamente proporcional, embora haja interdependência estatística entre essas as variáveis.³²⁴

Caso consideremos somente os escravos com 15 ou mais anos de idade – que constituíam o grosso dos escravos em idade potencialmente mais produtiva –, o peso relativo dos africanos em meio à população cativa do núcleo urbano central de Belém, na primeira metade do século 19, se mostraria decerto ainda mais expressivo. No primeiro subperíodo em tela (décadas de 1810 e 1820), os escravos africanos representariam a maioria (54,8%) dos cativos com 15 ou mais anos de idade dessa região – sendo a sua participação relativa para o segundo subperíodo analisado (décadas de 1830 e 1840), de 27,5%. Em todo o primeiro período de observação (1810-1850), os escravos africanos perfariam pouco mais de um terço (35,9%) da população cativa com 15 ou mais anos de idade do núcleo urbano central de Belém. Trata-se, todavia, de números que devem ser analisados com cautela, principalmente, em relação ao primeiro subperíodo examinado (décadas de 1810 e 1820), haja vista o pequeno número de observações que compõem a nossa amostragem.

Assim como identificamos escravarias em que a reprodução endógena foi determinante para as suas manutenção e ampliação – por vezes possibilitando, como argumentamos anteriormente, a realocação dessas escravarias, em outras faixas de tamanho de plantel –, identificamos igualmente casos em que a aquisição de africanos foi essencial, nesses mesmos termos.

³²³ A razão de africanidade traduz o número de cativos africanos existente para cada 100 cativos crioulos.

³²⁴ Resultado do teste *chi-quadrado*: $\chi^2(03, N = 526) = 74,47, p < 0,001$ – altamente significativo.

A pequena escravaria de Manoel Martins Pereira, regatão³²⁵ no Rio Negro, era constituída por quatro cativos africanos: João Manoel, nação mandinga, de 50 anos; Antônio, nação bambará, de 18 anos, Tereza, nação cambinda, de 20 anos, e João, nação angola, de 20 anos e que exercia a ofício de calafate.³²⁶ Identificamos, também, casos nos quais a aquisição de africanos foi fundamental para que determinados indivíduos se tornassem escravistas, a exemplo dos casais Lucas Lameira e Maria Magda,³²⁷ e Félix Antônio da Silva e Joana de Assunção,³²⁸ proprietários de plantéis unitários dedicados a serviços domésticos e formados, cada um deles, por uma escrava de nação benguela.

Dos 127 cativos africanos que compõem a nossa amostra para os anos de 1810 a 1850, conseguimos identificar as regiões de proveniência na África, de 112 deles. Desse conjunto de 112 cativos, 23 (20,5%) eram originários da África Ocidental, e os outros 89 (79,5%) da África Central-Atlântica e de Moçambique. A diferença entre as regiões desses escravos na África reflete, em grande medida, o deslocamento no eixo privilegiado do tráfico de cativos ao Grão-Pará, da África Ocidental para a África Central-Atlântica, ocorrido no final do século 18, após a dissolução permanente da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Dado o pequeno número de escravos originários da África Ocidental computados, não seria pertinente verificarmos se sua participação relativa havia sido superior nos anos de 1810 e 1820, período mais próximo àquela reorientação e, no qual, o tráfico da África Ocidental foi cessado (1815).

A desestruturação do tráfico atlântico direcionado ao Pará a partir da década de 1820 e a interdição definitiva do tráfico atlântico de cativos para o Brasil, sob a Lei Eusébio de Queirós (1850), não interromperam definitivamente a entrada de novos escravos na província, apesar de terem condicionado a continuidade da entrada desses novos escravos à dinâmica do tráfico interno. Como demonstramos no CAPÍTULO 02, as poucas referências presentemente existentes, na historiografia, sobre a inserção do Pará nos quadros do tráfico interno sinalizam que o fluxo de escravos destinado à região, através do comércio interno, foi inferior ao fluxo associado ao tráfico atlântico. Ademais, esses estudos evidenciam que os números de escravos ingressos na província (5.502) e dela egressos (5.027), tendo como referência o período de 1873

³²⁵ Em linhas gerais, os regatões eram comerciantes dos rios da Amazônia no século 19. Sobre essa prática específica de comércio, ver especialmente: HENRIQUE, Márcio Couto; MORAIS, Laura Trindade de. Estradas líquidas, comércio sólido: índios e regatões na Amazônia (Século XIX). **Revista de História**, São Paulo, n. 171, p. 49-82, jul.-dez. 2014.

³²⁶ CMA/UFPA. Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível), Inventários *post-mortem*, cx. 02 (1813-1816). Inventário *post-mortem* de Manoel Martins Pereira, 1812.

³²⁷ CMA/UFPA. Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível), Inventários *post-mortem*, cx. 03 (1817-1818). Inventário *post-mortem* de Lucas Lameira e Maria Magda, 1817.

³²⁸ CMA/UFPA. Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível), Inventários *post-mortem*, cx. 03 (1817-1818). Inventário *post-mortem* de Félix Antônio da Silva e Joana de Assunção, 1818.

a 1885, foram bastante equilibrados, retirando a possibilidade de a província ampliar a sua escravaria a partir da aquisição de novos cativos provenientes de outras partes do Brasil, fossem eles crioulos ou africanos, homens ou mulheres, jovens ou velhos.³²⁹

Diferentemente do que ocorria com relação aos escravos de origem africana, os inventários *post-mortem* compulsados raramente apontavam a procedência regional dos cativos crioulos. No entanto, encontramos pequenos plantéis constituídos, em sua totalidade, por cativos oriundos de outras províncias brasileiras. Foi o caso, por exemplo, do pequeno plantel de Maria Josefina de Brito Antunes dedicado às atividades de ganho, de aluguel e domésticas. A escravaria de Maria Josefina era formada por três cativas do Maranhão: as pretas Cândida e Maria, com 30 e 21 anos, respectivamente, e a parda Juliana, com 18 anos de idade. O plantel em questão foi arrolado em 1883 e, a tirarmos pelas idades das escravas, não há dúvidas de que as mesmas foram incorporadas ao plantel de Maria Josefina em algum momento da segunda metade do século 19, quando o tráfico atlântico já se encontrava proibido no Brasil.³³⁰

Ao contrário, novamente, do que ocorria com relação aos escravos africanos, a presença de escravos crioulos naturais de outras províncias, em nossa amostra, não é garantia de que eles aportaram em Belém a partir do tráfico interno, sobretudo nas décadas de 1870 e de 1880, quando se intensificaram os fluxos migratórios de pessoas livres em direção ao Grão-Pará. Na documentação compulsada, encontramos referências a escravos nascidos em outras províncias brasileiras arrolados em escravarias no núcleo urbano central de Belém que, ao que tudo indica, em vez de terem aportado no Grão-Pará através do tráfico interno podem ter acompanhado os deslocamentos dos seus respectivos senhores a Belém. Nesses casos, por tratar-se de deslocamentos que, aparentemente, não envolveram trocas comerciais de qualquer espécie, não poderíamos caracterizá-los como tráfico interno.

Um caso, nesses termos, foi o de Maria Augusta de Paiva Meira, esposa do magistrado João Florentino Meira de Vasconcellos. Natural de Itabaiana, na Paraíba, Maria Augusta faleceu em Belém, em 12 de setembro de 1874, vítima de varíola, aos 35 anos de idade.³³¹ Apesar de ainda manter bens de raiz na sua província de origem, ao migrar para o Grão-Pará, em data que não conseguimos precisar, Maria Augusta levou consigo pelo menos alguns dos seis cativos que integravam seu espólio em 1877 (não conseguimos especificar quais, tampouco quan-

³²⁹ SLENES, Robert W. **The Demography and Economics of Brazilian Slavery, 1850-1888**. PhD. Dissertation (History) – Department of History, Stanford University, 1976, p. 610.

³³⁰ CMA/UFGA. Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível), Inventários *post-mortem*, cx. 40 (1883). Inventário *post-mortem* de Maria Josefina de Brito Antunes, 1883.

³³¹ BN/RJ. Hemeroteca Digital. Pará. *Diário de Belém*, 15 de setembro de 1874, p. 01.

tos escravos acompanharem seu deslocamento, pois é provável que as mulatas Júlia e Filomena, de nove e seis anos de idade, respectivamente, tenham nascido no Pará).³³² Exemplos como o da escravaria de Maria Augusta de Paiva Meira ajudam a matizar a própria interpretação da entrada e da saída de escravos da província na segunda metade do século 19.

É importante sublinharmos que, apesar de a dinâmica do tráfico interno e desses outros deslocamentos que não envolviam trocas comerciais, como argumentamos anteriormente, não terem implicado variações significativas no contingente escravo do Grão-Pará, em geral, e das três macrorregiões compreendidas no presente estudo (núcleo central de Belém, Baixo Tocantins e Zona Guajarina), em particular, é possível que tais fluxos de entradas e saídas de cativos tenham contribuído para a alteração parcial das características demográficas dos escravos dessas regiões em relação ao sexo e à idade, por exemplo. Como também já esclarecemos, não há estudos na historiografia paraense dedicados a examinar o impacto do tráfico e de outros tipos de deslocamentos, no que diz respeito às características dos cativos que entraram ou saíram da província do Pará. É sobre as características dos cativos de Belém, em torno do sexo e da idade, que passamos a examinar agora.

Os dados fornecidos na TABELA 3.10 demonstram a distribuição dos cativos do núcleo urbano central de Belém segundo o sexo. Nos dois primeiros períodos analisados, essa distribuição se mostrou equilibrada com uma ligeira maioria masculina em ambos os períodos, evidenciada pelas razões de sexo de, respectivamente, 101,9 e 101,5.³³³ A predominância masculina entre os escravos se repetiu, com diferentes gradações, em praticamente todas as faixas de tamanho de plantel; senão entre as pequenas escravarias do primeiro e, sobretudo, do segundo período, que apresentaram uma predominância feminina em suas composições, e entre as médias escravarias do segundo período, que apresentaram uma distribuição igualitária dos escravos conforme o sexo. No terceiro período, a maioria dos escravos era do sexo feminino (razão de sexo de 69,6), o que pode ter sido favorecido pelo fato de não termos coligido plantéis com 20 ou mais escravos no período (a proporção entre homens e mulheres, nas únicas duas faixas de tamanho de plantel identificadas, foi semelhante às de suas correlatas no segundo período).

³³² CMA/UFPA. Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível), Inventários *post-mortem*, cx. 33 (1877). Inventário *post-mortem* de Maria Augusta de Paiva Meira, 1877.

³³³ A razão de africanidade traduz o número de cativas mulheres existente para cada 100 cativos homens.

TABELA 3.10
DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS SEGUNDO O SEXO
(NÚCLEO URBANO CENTRAL DE BELÉM, 1810-1888)

		SEXO				RAZÃO DE SEXO	TOTAL
		HOMENS		MULHERES			
		N	%	N	%		
1810-1850	01-09	69	47,3	77	52,7	89,6	146 (100,0%)
	10-19	58	51,3	55	48,7	105,5	113 (100,0%)
	20-49	67	51,5	63	48,5	106,3	130 (100,0%)
	50-99	-	-	-	-	-	-
	100/+	73	52,1	67	47,9	109,0	140 (100,0%)
	TOTAL	267	50,5	262	49,5	101,9	529 (100,0%)
1851-1871	01-09	105	40,9	152	59,1	69,1	257 (100,0%)
	10-19	46	50,0	46	50,0	100,0	92 (100,0%)
	20-49	28	54,9	23	45,1	121,7	51 (100,0%)
	50-99	37	56,9	28	43,1	132,1	65 (100,0%)
	100/+	89	69,0	40	31,0	222,5	129 (100,0%)
	TOTAL	305	51,3	289	48,7	105,5	594 (100,0%)
1872-1888	01-09	80	39,8	121	60,2	66,1	201 (100,0%)
	10-19	16	48,5	17	51,5	94,1	33 (100,0%)
	20-49	-	-	-	-	-	-
	50-99	-	-	-	-	-	-
	100/+	-	-	-	-	-	-
	TOTAL	96	41,0	138	59,0	69,6	234 (100,0%)
1810-1888	01-09	254	42,1	350	57,9	72,6	604 (100,0%)
	10-19	120	50,4	118	49,6	101,7	238 (100,0%)
	20-49	95	52,5	86	47,5	110,5	181 (100,0%)
	50-99	37	56,9	28	43,1	132,1	65 (100,0%)
	100/+	162	60,2	107	39,8	151,4	269 (100,0%)
	TOTAL	668	49,2	689	50,8	97,0	1.357 (100,0%)

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

Os dados de nossa amostra para o primeiro período de observação se revelaram distintos daqueles encontrados por Antônio Baena para a população cativa do núcleo urbano central de Belém, em 1823. O autor indicou que dos 5.715 escravos residentes nas freguesias urbanas (Sé e Santana) de Belém naquele ano, 3.252 (56,9%) eram homens e 2.463 (43,1%) eram mulheres, produzindo uma razão de sexo de 132,0, superior à que aferimos em nossa amostra para a primeira metade do século (101,9).³³⁴ Por outro lado, ao confrontarmos os dados de nossa amostra para os dois últimos períodos de observação, com as informações fornecidas pelo Recenseamento de 1872, verificamos grande semelhança na distribuição dos escravos, de acordo

³³⁴ BAENA, Antônio. **Ensaio corográfico sobre a Província do Pará**, op. cit., p. 218.

com o sexo. Dos 5.343 cativos residentes nas freguesias urbanas (Sé, Santana, Trindade e Nazaré) de Belém em 1872, 2.609 (48,8%) eram homens e 2.734 (51,2%) eram mulheres, produzindo uma razão de sexo de 95,4, seguramente mais próxima daquela que calculamos em nossa amostra para o segundo e o terceiro períodos de observação integrados (93,9).³³⁵

Não nos cabe aqui problematizar as diferenças assinaladas entre a razão de sexo calculada através dos dados de Antônio Baena, para 1823, e a calculada a partir dos dados de nossa amostra para o primeiro período de observação, que podem ser resultantes de eventuais enviesamentos dos dados do autor, de nossos dados ou de ambos bem como das próprias características das fontes consultadas em ambos os estudos. Ressaltamos, porém, que nenhuma das faixas de tamanho de plantel de nossa amostra para o primeiro período apresentou razão de sexo sequer próxima àquela calculada a partir dos dados de Baena, para o núcleo urbano central de Belém como um todo. Entretanto, pelo fato de os dados de Antônio Baena se remeterem a um ano específico (1823), é provável que transformações ocorridas no decorrer da primeira metade do século 19 tenham favorecido as diferenças assinaladas entre essas razões de sexo.

Por certo, uma das transformações que contribuiu para essa diferença foi a variação no peso relativo dos africanos antes e depois de 1830, à qual já nos reportamos. Enquanto a razão de sexo geral dos plantéis compilados nas décadas de 1810 e 1820, quando os africanos representavam ainda um estrato expressivo dos escravos examinados (41,6%), foi de 120,6, a razão de sexo geral dos plantéis compilados nas décadas de 1830 e 1840, quando os africanos representavam um estrato menor (20,8%) dos escravos examinados, foi de 95,4. As razões de sexo gerais de ambos os subperíodos se aproximaram, sobremaneira, daquelas que aferimos para os cativos crioulos (94,6) e para os cativos africanos (126,8) em nossa amostra no primeiro período (1810-1850). Cumpre-nos observar, igualmente, que a razão de sexo aferida para os plantéis dos anos de 1810 e 1820, é mais próxima à calculada a partir dos dados de Baena (132,0).

As informações prestadas na TABELA 3.10 indicam, ademais, que a participação relativa de homens e mulheres no conjunto de cativos analisados variava segundo as diferentes faixas de tamanho de plantel consideradas. No primeiro período em tela, tal relação não se revelou efetiva, salvo no caso já comentado das pequenas escravarias que se diferenciaram das escravarias médias, grandes e dos megaplantéis desse período, pela prevalência feminina em sua composição. Principalmente no segundo, mas também no terceiro período de observação, podemos notar nitidamente que, quanto maiores os plantéis, maiores eram os pesos relativos dos

³³⁵ BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Império de 1872. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger/Tip. Commercial, 1876, v. 01, p. 212.

homens em sua constituição. De todas as 202 escravarias analisadas, a que apresentou o maior peso relativo de homens em sua composição foi o já mencionado Engenho do Murucutu, megapropriedade do segundo período examinado pertencente a Vicente Antônio de Miranda, cujo plantel perfazia a razão de sexo de 222,5.³³⁶

O reduzido peso relativo dos homens entre os escravos do terceiro período de observação, mesmo que possa ser, em certa medida, consequência de uma ocasional evasão de cativos do sexo masculino nos negócios do tráfico interno (como argumentamos anteriormente, o fato de Belém ter mantido pouco alterado o seu contingente de cativos não suprime a possibilidade de o tráfico ter causado eventuais variações nas características de seus cativos), parece-nos, ao que tudo sugere, ter sido resultante da consolidação da natureza urbana do escravismo em Belém, nas décadas de 1870 e 1880. Nesses termos, a composição da escravaria belenense, conforme o sexo, teria acompanhado as próprias transformações no perfil dos escravistas e na estruturação da posse, ocorridas sobretudo entre os dois primeiros e o terceiro período de observação.

Em Manaus, outra localidade amazônica em que os escravos se dedicavam, principalmente, às atividades de ganho, de aluguel e domésticos, o peso relativo de homens e mulheres na constituição de sua escravaria era próximo ao que encontramos para Belém no terceiro período em tela. Analisando os inventários *post-mortem* do termo de Manaus entre 1837 e 1885, Patrícia Sampaio observou igualmente uma maioria feminina entre os cativos. Dos 538 escravos da amostra da autora, 242 (44,0%) eram homens e 296 (55,0%) mulheres, resultando numa razão de sexo de 81,8. Conquanto a razão de sexo calculada a partir dos dados de Sampaio supere a que aferimos para o terceiro período de observação, o recorte temporal abarcado pela autora leva em conta um período em que Manaus ainda exibía reminiscências rurais mais bem definidas.³³⁷

Interessa-nos, a partir de agora, analisar a distribuição dos cativos que compõem nossa amostra segundo a idade. Para fins de análise, consideramos, como cativos jovens, os menores de 15 anos; como adultos, aqueles entre 15 e 49 anos e, como velhos, aqueles com 50 ou mais anos de idade.³³⁸ A reflexão sobre a idade dos cativos é levada a cabo em dois momentos. Em um primeiro momento, procuramos verificar a distribuição dos escravos, por aqueles três gru-

³³⁶ CMA/UFPA. Cartório Sarmiento (14ª Vara Cível), Inventários *post-mortem*, cx. 04 (1852-1863A). Inventário *post-mortem* de Vicente Antônio de Miranda, 1853.

³³⁷ SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Os fios de Ariadne*, op. cit., p. 104.

³³⁸ A classificação dos escravos acima dos 50 anos como velhos foi proposta por José Flávio Motta para o caso da Província de São Paulo. cf.: MOTTA, José Flávio. O tráfico de escravos velhos (Província de São Paulo, 1861-1887). *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 52, p. 41-73 jan.-jun. 2010.

pos etários, em relação às faixas de tamanho de plantel, observando possíveis variações em tal distribuição ao longo dos três períodos analisados. Em um segundo momento, procuramos verificar as idades médias dos escravos ao longo dos três períodos de observação, observando se havia diferenças de acordo com o sexo e a origem – esta, no caso específico do primeiro período dada a pouca expressividade demográfica dos africanos no segundo e no terceiro período.

TABELA 3.11
DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS
(NÚCLEO URBANO CENTRAL DE BELÉM, 1810-1888)

	FTP	GRUPOS ETÁRIOS (EM ANOS)						IDADE MÉDIA E DESVIO PADRÃO (EM ANOS)		TOTAL
		0-14		15-49		50/+		IM	DP	
		N	%	N	%	N	%			
1810-1850	01-09	44	30,1	89	61,0	13	8,9	24,6	16,1	146 (100,0%)
	10-19	38	35,2	58	53,7	12	11,1	24,8	17,9	108 (100,0%)
	20-49	38	29,5	76	58,9	15	11,6	26,8	16,8	129 (100,0%)
	50-99	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	100/+	61	43,9	59	42,4	19	13,7	23,2	18,4	139 (100,0%)
	TOTAL	181	34,7	282	54,0	59	11,3	24,8	17,3	522 (100,0%)
1851-1871	01-09	86	34,1	132	52,4	34	13,5	25,5	17,7	252 (100,0%)
	10-19	31	34,1	46	50,5	14	15,4	25,1	18,6	91 (100,0%)
	20-49	10	41,7	10	41,7	04	16,6	22,6	19,2	24 (100,0%)
	50-99	22	33,8	29	44,6	14	21,4	27,0	20,0	65 (100,0%)
	100/+	26	20,8	71	56,8	28	22,4	32,0	18,2	125 (100,0%)
	TOTAL	175	31,4	288	51,7	94	16,9	26,9	18,5	557 (100,0%)
1872-1888	01-09	27	14,5	137	73,7	22	11,8	28,9	14,5	186 (100,0%)
	10-19	06	31,6	13	68,4	-	-	21,7	9,3	19 (100,0%)
	20-49	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	50-99	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	100/+	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	TOTAL	33	16,1	150	73,2	22	10,7	28,2	14,2	205 (100,0%)
1810-1888	01-09	157	26,9	358	61,3	69	11,8	26,4	16,4	584 (100,0%)
	10-19	75	34,4	117	53,7	26	11,9	24,7	17,6	218 (100,0%)
	20-49	48	31,4	86	56,2	19	12,4	26,2	17,2	153 (100,0%)
	50-99	22	33,8	29	44,6	14	21,4	27,0	20,0	65 (100,0%)
	100/+	87	33,0	130	49,2	47	17,8	27,4	18,8	264 (100,0%)
	TOTAL	389	30,3	720	56,1	175	13,6	26,3	17,4	1.284 (100,0%)

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

Os dados apresentados na TABELA 3.11 evidenciam que a população escrava do núcleo urbano central de Belém foi formada por uma maioria de adultos em todos os três períodos de observação, sendo também bastante expressivo o número de cativos jovens e menos expressivo o número de escravos velhos. Os cativos jovens perfizeram cerca de um terço dos escravos

do primeiro e do segundo período de observação, vindo a perder representatividade apenas no terceiro período analisado – uma clara consequência da Lei Rio Branco (1871), que tornou ingênuos e não mais escravos, os filhos das mulheres escravas. Os escravos velhos, por sua vez, satisfizeram a pouco mais de 15% dos cativos no segundo período examinado, e a pouco mais de um décimo dos cativos no primeiro e no terceiro períodos analisados; no caso deste mesmo diante de uma queda na participação relativa dos cativos jovens, pelos já motivos explicitados.

As idades dos escravos apresentaram variações estatisticamente significativas entre as diferentes faixas de tamanho de plantel, tanto no segundo³³⁹ quanto no terceiro período de observação.³⁴⁰ Apenas no primeiro período analisado as idades não variaram segundo as diferentes faixas de tamanho de plantel.³⁴¹ No segundo período analisado, tais variações foram decorrentes da menor idade média dos escravos dos médios plantéis e da maior idade média dos escravos da megapropriedade estudada (o já diversas vezes mencionado Engenho do Murucutu), em relação à idade média geral dos escravos desse período. No caso do terceiro período analisado, tal variação derivou do fato de a idade média dos cativos dos pequenos plantéis ter superado à idade média dos escravos dos médios plantéis; nesse período, não encontramos plantéis grandes, muito grandes ou megaplantéis.

Em geral, a tirarmos pelos dados de nossa amostra, a população cativa do núcleo urbano central de Belém apresentou uma leve tendência ao envelhecimento ao longo do século 19. A idade média geral dos escravos ascendeu de 24,8 anos (DP= 17,3), no primeiro período, para 26,9 anos (DP= 18,5), no segundo período, e 28,2 anos (DP= 14,2) anos no terceiro período analisado.³⁴² Tais dados, vale dizer, concernem às idades médias dos escravos de cada período como um todo. Para além das variações gerais acima indicadas, é possível observarmos variações nas idades médias dos cativos de cada faixa de tamanho de plantel examinada, existentes entre os três períodos de observação considerados. Foram os casos, por exemplo, do aumento da idade média dos escravos dos pequenos plantéis entre o segundo e o terceiro período analisado³⁴³ e da diminuição da idade média dos cativos dos médios plantéis no mesmo período.³⁴⁴

Em Manaus, através da análise de 88 autos de inventários *post-mortem* do termo dessa cidade, entre 1838 e 1885, Patrícia Sampaio observou uma distribuição semelhante às que encontramos para Belém nos dois primeiros períodos analisados. Na capital da antiga comarca e

³³⁹ Resultado do teste *One-Way Anova*: $F(04, 552) = 3,31, p = 0,01$ – altamente significativo.

³⁴⁰ Resultado do teste *t-Student*: $t(203) = 2,12, p = 0,04$ – significativo.

³⁴¹ Resultado do teste *One-Way Anova*: $F(03, 2.672) = 2,26, p = 0,08$ – não significativo.

³⁴² Resultado do teste *One-Way Anova*: $F(02, 1.281) = 3,50, p = 0,03$ – significativo.

³⁴³ Resultado do teste *t-Student*: $t(436) = 2,14, p = 0,03$ – significativo.

³⁴⁴ Resultado do teste *t-Student*: $t(108) = 0,78, p = 0,44$ – não significativo.

depois província do Amazonas, 35,9% dos cativos possuíam até 12 anos, 53,9% possuíam entre 13 e 45 anos e os demais 10,2%, mais de 45 anos de idade.³⁴⁵ Ainda que a autora tenha argumentado tratar-se de uma população que “tendia ao envelhecimento”,³⁴⁶ são notáveis os pesos relativos dos escravos jovens e dos cativos adultos na sua composição, que representavam quase nove em cada 10 escravos da amostra de Sampaio. Por ter sido uma população também relativamente bem equilibrada em relação ao sexo, é possível que a manutenção da escravidão em Manaus tenha sido bastante subordinada a sua reprodução endógena, a exemplo de Belém.

A fim de matizarmos a compreensão sobre a composição etária dos cativos do núcleo urbano central de Belém, construímos cinco pirâmides etárias com a finalidade de relacionarmos essa reflexão às variáveis sexo e origem – esta, tão-somente no caso do primeiro período, por conta da maior expressividade obtida pelos escravos de origem africana. Acreditamos que a partir da representação gráfica da distribuição dos escravos, segundo as faixas etárias e o sexo, as variações indicadas na TABELA 3.11 e nos comentários que a sucederam, podem ser lidos mais facilmente. Seguindo um padrão usual da Demografia, adotamos faixas etárias quinquenais, sempre iniciadas em 0 ou 5 e terminadas em 4 ou 9, abrangendo o intervalo de 0 a 79 anos; sendo os escravos com 80 ou mais anos de idade incluídos em uma faixa etária específica (80/+).

O desenho do GRÁFICO 3.2 evidencia um relativo equilíbrio na distribuição dos cativos homens e das escravas do núcleo urbano central de Belém, no primeiro período analisado, segundo as diferentes faixas etárias. Nesse período, em que identificamos apenas uma leve maioria de homens entre os escravos de nossa amostra (50,5%, frente a 49,5% de cativas), as idades médias dos homens escravos (23,6 anos, DP=16,5) e das cativas (26,0 anos, DP=18,0) não apresentaram diferença estatisticamente significativa.³⁴⁷ Tanto os homens escravos quanto as cativas eram em sua maioria adultos (53,6% e 54,4%, respectivamente), sendo igualmente expressivo o número de jovens entre eles (36,1% e 33,2%, respectivamente) – reproduzindo, em ambos os casos, a composição etária geral dos cativos de nossa amostra para a primeira metade do século 19.

³⁴⁵ SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Os fios de Ariadne**, op. cit., p. 104.

³⁴⁶ Ibidem, p. 103.

³⁴⁷ Resultado do teste *t-Student*: $t(520) = 1,58$, $p = 0,12$ – não significativo.

GRÁFICO 3.2
PIRÂMIDE SEXO-ETÁRIA DOS ESCRAVOS DO NÚCLEO URBANO CENTRAL DE BELÉM
(GRÃO-PARÁ, 1810-1850)
(N= 522)

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

Diferentemente do que ocorreu em relação ao sexo, as idades dos escravos do primeiro período de observação oscilaram de acordo com a origem. A idade média dos escravos africanos (36,7 anos, DP= 15,4) se revelou superior à idade média dos escravos crioulos (21,0 anos, DP= 16,1).³⁴⁸ Essa diferença traduz não apenas o impacto da reprodução endógena dos escravos do núcleo urbano central de Belém – evidenciado, nitidamente, pelo elevado peso relativo de cativos jovens (34,7%), em sua imensa maioria crioulos, no primeiro período examinado –, como também o enfraquecimento do fluxo de cativos destinados ao Grão-Pará, ocorrido a partir da década de 1820 – como argumentamos anteriormente no presente capítulo e, principalmente, no CAPÍTULO 02. Tratemos, inicialmente, da composição etária do segmento crioulo do primeiro período de observação.

³⁴⁸ Resultado do teste *t-Student*: $t(519) = 9,63$, $p < 0,001$ – altamente significativo.

GRÁFICO 3.3
PIRÂMIDE SEXO-ETÁRIA DOS ESCRAVOS CRIoulos
(NÚCLEO URBANO CENTRAL DE BELÉM, GRÃO-PARÁ, 1810-1850)
(N= 394)

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

O formato piramidal do GRÁFICO 3.3 aponta para uma população relativamente equilibrada entre os sexos (neste caso, tendendo para uma leve maioria feminina), com elevadas taxas de natalidade e de mortalidade.³⁴⁹ Entre os crioulos do primeiro período, a participação relativa dos jovens (44,7%) foi superior ao peso relativo desse mesmo grupo etário no conjunto de escravos examinados (34,7%), e bastante próximo à participação relativa dos crioulos adultos (48,2%), corroborando a existência de altas taxas de natalidade entre eles e o indicativo de reprodução endógena, diversas vezes referido. Ademais, no primeiro período de observação, a idade média dos homens crioulos (19,3 anos, DP= 14,8) se evidenciou inferior à das mulheres crioulas (22,6 anos, DP= 17,2).³⁵⁰ Não dispomos, porém, de elementos que nos ensejem justificar tal diferença.

³⁴⁹ As sociedades pré-industriais eram em geral caracterizadas por elevadas taxas de natalidade e de mortalidade, o que as levava a apresentar um grande número de “jovens” (sobreviventes à também elevada mortalidade infantil) e um pequeno número de “velhos”. Sobre a dinâmica demográfica das sociedades pré-industriais, ver especialmente: WOOD, James W. *A Theory of Preindustrial Population Dynamics*. *Demography, Economy, and Well-Being in Malthusian Systems*. *Current Anthropology*, Chicago, v. 39, n. 1, p. 99-135, Feb. 1998.

³⁵⁰ Resultado do teste *t-Student*: $t(392) = 2,00$, $p = 0,04$ – significativo.

GRÁFICO 3.4
PIRÂMIDE SEXO-ETÁRIA DOS ESCRAVOS AFRICANOS
(NÚCLEO URBANO CENTRAL DE BELÉM, GRÃO-PARÁ, 1810-1850)
(N= 127)

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

A configuração do GRÁFICO 3.4 evidencia não apenas a prevalência masculina entre os escravos africanos (55,9% de homens, frente a 44,1% de mulheres) do primeiro período analisado, mas também uma composição etária caracterizada por um pequeno número de africanos jovens (3,9%), uma significativa maioria de adultos (71,7%) e um número razoável de velhos (24,4%), sendo a representatividade dos dois últimos grupos etários superior a de seus correspondentes para o conjunto de escravos do primeiro período analisado (54,0% e 11,3%, respectivamente). Entre eles, não verificamos diferença estatisticamente significativa nas idades dos homens (35,3 anos, DP= 15,3) e a das mulheres (38,6 anos, DP= 15,5),³⁵¹ sugerindo que pode não ter havido tanta diferença entre as idades dos africanos e das africanas ingressados e fixados no núcleo urbano central de Belém.

³⁵¹ Resultado do teste *t-Student*: $t(125) = 1,20$, $p = 0,23$ – não significativo.

GRÁFICO 3.5
PIRÂMIDE SEXO-ETÁRIA DOS ESCRAVOS DO NÚCLEO URBANO CENTRAL DE BELÉM
(GRÃO-PARÁ, 1851-1871)
(N= 557)

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

A estrutura do GRÁFICO 3.5, por sua vez, indica para o segundo período analisado uma população cativa relativamente equilibrada entre os sexos com uma ligeira maioria masculina, uma maioria de adultos e um número expressivo de jovens, o que reafirma as considerações já apresentadas sobre tal período. Entre os anos de 1851 e 1871, a idade média dos escravos homens (25,9 anos, DP= 18,5) não diferiu, com significância, da idade média das escravas (27,9 anos, DP= 18,4).³⁵² A similaridade entre a composição etária dos cativos homens e das cativas desse período resta evidenciada, outrossim, pelo grande equilíbrio apresentado nos quantitativos de homens e mulheres escravos em quase todas as faixas etárias do GRÁFICO 3.5, não obstante a leve superioridade numérica dos escravos homens, entre os cativos do segundo período de observação.

³⁵² Resultado do teste *t-Student*: $t(555) = 1,28$, $p = 0,20$ – não significativo.

GRÁFICO 3.6
PIRÂMIDE SEXO-ETÁRIA DOS ESCRAVOS DO NÚCLEO URBANO CENTRAL DE BELÉM
(GRÃO-PARÁ, 1871-1888)
(N= 205)

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

A estrutura do GRÁFICO 3.6 reforça a nítida prevalência das mulheres entre os escravos do terceiro período de observação (59,0%, frente a 41,0% de escravos homens), assim como o impacto da Lei Rio Branco (1871) indicado pelo pequeno número de jovens, e da Lei Saraiva-Cotegipe (1885) indicado pelo pequeno número de velhos. Trata-se, sobretudo, de uma escravaria majoritariamente feminina e adulta, cuja composição sexo-etária insinua, a tirarmos pelo diminuto número de escravos homens no mesmo grupo etário (especialmente, entre os 30 e os 44 anos de idade), uma evasão de escravos homens em idade adulta a partir do tráfico interno ou de outros tipos de deslocamento, como os já mencionados. Apesar disso, não verificamos a existência de variação estatisticamente significativa entre a idade média dos escravos homens (29,4 anos, DP=14,6) e a das cativas (27,5 anos, DP=13,9), nesse período.³⁵³

Embora, possivelmente na grande maioria dos casos, as idades dos escravos não sejam precisas, mas delimitadas pelos avaliadores, segundo as idades que os cativos aparentavam ter – o que pode ter implicado o corriqueiro predomínio, na documentação da Colônia e do Impé-

³⁵³ Resultado do teste *t-Student*: $t(203) = 0,95$, $p = 0,34$ – não significativo.

rio, de uma concentração das idades em dois dígitos mais frequentes (0 e 5)³⁵⁴ – os dados fornecidos nas últimas páginas são reveladores, a nosso ver, de inflexões mais gerais na estrutura sexo-etária da população escrava do núcleo urbano central de Belém, entre os três períodos de observação. Inflexões que, conquanto discerníveis a partir das diferentes faixas de tamanho de plantel e das pirâmides sexo-etárias apresentadas, seguramente guardavam relação com as atividades econômicas das propriedades. É justamente sobre tal relação que passamos a analisar, a partir de agora.

No esforço de avançarmos na compreensão a respeito das características demográficas e econômicas dos cativos do núcleo urbano central de Belém, examinamos em relação às diferentes atividades econômicas desenvolvidas na região, tais indicadores: número de propriedades; número médio de escravos; idade média dos cativos; razão de dependência total,³⁵⁵ razão de sexo e razão de africanidade dos escravos. Trata-se, a nosso ver, de indicadores-chave para uma reflexão sobre quais atividades concentravam o maior número de cativos no ápice de sua idade produtiva e, no caso específico do primeiro período examinado, para uma reflexão sobre o nível de dinamismo econômico apresentado por determinadas atividades – neste caso, avaliado em função da sua capacidade de adquirir novos cativos africanos, a partir do tráfico atlântico.

Os dados apresentados na TABELA 3.12, referentes ao primeiro período de observação, fornecem os resultados dos indicadores demográficos e econômicos elencados, segundo as diferentes atividades econômicas das escravarias. De início, podemos verificar que as participações relativas dos cativos homens e dos cativos africanos (estes, de ambos os sexos) variavam conjuntamente, segundo as atividades econômicas das propriedades. Os plantéis com escravos de ganho, de aluguel e domésticos, ainda que em maior número absoluto, apresentavam pesos relativos de homens e africanos em suas composições, semelhantes aos das escravarias alocadas em quintas e rocinhas. É digno de nota o fato de a megapropriedade encontrada no primeiro período analisado (a já mencionada Fazenda Val-de-Cans, votada à produção de cacau e de

³⁵⁴ Sobre a questão das idades nos documentos coloniais e do Império, ver especialmente: NOZOE, Nelson Hideiki; COSTA, Iraci del Nero da. Sobre a questão das idades em alguns documentos dos séculos XVIII e XIX. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, p. 175-82, 1992.

³⁵⁵ A razão de dependência total é um indicador caro à Economia e à Demografia, utilizado na análise das populações economicamente ativa e dependente. Afere-se como a razão entre a população economicamente dependente (os indivíduos com menos de 15 ou mais de 59 ou 64 anos de idade) e a população economicamente ativa (os indivíduos de 15 a 59 ou 64 anos de idade), vezes 100. Neste estudo, consideramos como população dependente os menores de 15 e os maiores de 49 anos, de modo a enquadrarmos a razão de dependência total nos grupos etários considerados. Entendemos que se trata de uma razão que deve ser relativizada, principalmente no que diz respeito às populações escravas (os escravos inseridos nos grupos etários dos jovens e dos velhos certamente não deixavam de desenvolver atividades produtivas), mas que pode ser bastante útil, no sentido de apontar quais atividades reuniam o maior número de escravos no ápice de suas idades produtivas.

cerâmica) ter apresentado uma das menores razões de africanidade do período (2,2), perdendo apenas para os plantéis ligados ao comércio e os sem atividade característica, que sequer detinham africanos.

TABELA 3.12
INDICADORES DEMOGRÁFICOS E ECONÔMICOS DOS ESCRAVOS SEGUNDO
AS ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DOS INVENTÁRIOS *POST-MORTEM*
(NÚCLEO URBANO CENTRAL DE BELÉM, 1810-1850)

ATIVIDADE(S)	NP	NE	ID	RD	RS	RA
Escravos de ganho, de aluguel e domésticos	44	7,0	25,5	85,3	93,7	40,4
Comércio	01	4,0	27,0	33,3	300,0	-
Ferraria e Caldeiraria	02	6,0	22,8	9,1	140,0	300,0
Quintas e Rocinhas	04	12,8	24,7	50,0	96,2	41,7
Cacau e Olaria	01	140,0	23,2	135,6	109,0	2,2
Subsistência ou Abastecimento	01	12,0	27,3	20,0	500,0	140,0
Sem atividade característica	02	1,0	29,0	-	-	-
TOTAL	55	9,6	24,8	85,1	101,9	31,8

OBS: NP= Número de propriedades por atividade econômica; NE= Número médio de escravos por propriedade; ID =Idade Média (em anos); RD= Razão de dependência total; RS=Razão de Sexo; RA=Razão de Africanidade.

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

A despeito das variações indicadas nas razões de dependência, não constatamos a existência de variações estatisticamente significativas entre as idades dos escravos segundo as diferentes atividades econômicas³⁵⁶ reproduzindo a também não variação das idades dos cativos conforme as diferentes faixas de tamanho de plantel, que explicitamos anteriormente. No que diz respeito à razão de dependência, podemos observar um indicador relativamente equilibrado entre os plantéis com escravos de ganho, de aluguel e domésticos, o franco predomínio dos cativos em idade potencialmente mais produtiva nas escravarias ligadas à ferraria e à caldeiraria, à produção de gêneros de subsistência e abastecimento e ao comércio e a expressiva participação relativa dos cativos jovens e velhos (o que justifica o menor peso relativo de africanos encontrados) na escravaria da Fazenda Val-de-Cans, voltada à produção de cacau e cerâmica.

No segundo período de observação, salvo em relação à padaria e às rocinhas, as razões de sexo variaram bastante conforme o perfil urbano ou rural das atividades econômicas características dos plantéis. Enquanto os plantéis vinculados às atividades urbanas (escravos de ganho, de aluguel e domésticos, comércio e ourivesaria) se destacaram por uma composição majoritariamente feminina, as escravarias vinculadas a atividades rurais (produção de gêneros de subsistência e abastecimento, de derivados da cana e de arroz) se destacaram por uma compo-

³⁵⁶ Resultado do teste *One-Way Anova*: $F(06, 515) = 0,38, p = 0,89$ – não significativo.

sição majoritariamente masculina. A mesma correlação não se revelou concreta no que respeita às razões de africanidade, apesar de os plantéis dedicados à produção de derivados da cana-de-açúcar terem apresentado o maior peso relativo de africanos em sua composição no segundo período de observação. A não existência de correlação nesses termos não pode ser dissociada do fato de os africanos terem representado apenas uma fração residual dos escravos desse período de observação (5,2%), em geral.

TABELA 3.13
INDICADORES DEMOGRÁFICOS E ECONÔMICOS DOS ESCRAVOS SEGUNDO
AS ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DOS INVENTÁRIOS *POST-MORTEM*
(NÚCLEO URBANO CENTRAL DE BELÉM, 1851-1871)

ATIVIDADE(S)	NP	NE	ID	RD	RS	RA
Escravos de ganho, de aluguel e domésticos	61	4,6	25,6	93,1	72,1	2,9
Comércio	06	7,0	23,9	82,6	90,9	2,4
Ourivesaria	01	5,0	39,6	150,0	66,7	-
Padaria	01	4,0	25,3	300,0	300,0	-
Quintas e Rocinhas	04	2,5	25,4	66,7	66,7	-
Derivados da cana-de-açúcar	02	97,0	30,3	90,0	185,3	11,5
Subsistência ou Abastecimento	02	14,0	21,1	133,3	133,3	-
Arroz	01	27,0	-	-	125,0	-
TOTAL	78	7,6	26,9	93,4	105,5	5,4

OBS: NP= Número de propriedades por atividade econômica; NE= Número médio de escravos por propriedade; ID =Idade Média (em anos); RD= Razão de dependência total; RS=Razão de Sexo; RA=Razão de Africanidade.

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

No segundo período de observação – em virtude, dentre outros fatores, da já comentada tendência ao envelhecimento da população escrava do núcleo central de Belém – verificamos o crescimento da razão de dependência geral, que subiu de 85,1 no primeiro período para 93,4, no segundo período. Diferentemente do primeiro período, as idades médias dos escravos variaram, com significância, segundo as diferentes atividades econômicas dos plantéis.³⁵⁷ Essas diferenças podem ser notadas, por exemplo, nas maiores idades médias exibidas pelos cativos ligados à ourivesaria à produção de derivados da cana, e nas menores idades médias dos cativos ligados ao comércio e à produção de gêneros de subsistência e abastecimento. Por sua vez, os escravos dos plantéis com cativos de ganho, de aluguel e domésticos mantiveram quase inalterada a sua idade média, do primeiro (25,5) ao segundo período (25,6).

Os indicadores relativos ao terceiro período (TABELA 3.14) reafirmam as profundas alterações ocorridas no escravismo do núcleo urbano central de Belém, entre os dois primeiros e

³⁵⁷ Resultado do teste *One-Way Anova*: $F(06, 550) = 2,38, p = 0,28$ – significativo.

aquele período. Comparativamente ao primeiro e ao segundo período de observação, os dados referentes ao terceiro período analisado evidenciam grandes reduções na média de cativos por plantel, na razão de dependência geral – esta, resultado das Leis Rio Branco (1872) e Saraiva-Cotegipe (1885) –, na razão de sexo geral e na razão de africanidade geral. Em sentido oposto, confirmando a tendência ao envelhecimento da escravaria do núcleo urbano central de Belém indicada anteriormente, a idade média dos escravos do terceiro período se mostrou superior às idades médias do primeiro e do segundo período de observação. Ademais, no terceiro período, as idades médias dos cativos tornaram a variar segundo as atividades econômicas das escravarias, por conta da menor idade média dos cativos ligados ao comércio das maiores idades médias dos escravos ligados, sobretudo, à produção de cerâmica e à tipografia.³⁵⁸

TABELA 3.14
INDICADORES DEMOGRÁFICOS E ECONÔMICOS DOS ESCRAVOS SEGUNDO
AS ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DOS INVENTÁRIOS *POST-MORTEM*
(NÚCLEO URBANO CENTRAL DE BELÉM, 1872-1888)

ATIVIDADE(S)	NP	NE	ID	RD	RM	RA
Escravos de ganho, de aluguel e domésticos	53	3,0	28,1	35,7	55,2	0,6
Comércio	10	3,1	22,8	23,8	68,8	-
Olaria	02	5,0	39,0	42,9	100,0	-
Tipografia	01	8,0	35,6	25,0	100,0	-
Quintas e Rocinhas	02	2,0	30,5	100,0	33,3	-
Subsistência ou Abastecimento	01	7,0	28,6	100,0	300,0	-
Pecuária	01	14,0	-	-	366,7	-
TOTAL	70	3,3	28,2	36,7	69,6	0,4

OBS: NP= Número de propriedades por atividade econômica; NE= Número médio de escravos por propriedade; ID =Idade Média (em anos); RD= Razão de dependência total; RM=Razão de Sexo; RA=Razão de Africanidade.

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

Aquelas alterações foram particularmente mais intensas no caso dos plantéis com cativos de ganho, de aluguel e domésticos, que representaram a maioria das escravarias no terceiro período de observação. Nos plantéis vinculados a tais atividades, as bruscas diminuições de suas razões de sexo e de dependência sugerem não apenas uma sobressalente maioria feminina em sua composição (havia uma proporção de praticamente duas escravas para cada escravo homem), como também um peso relativo de cativos adultos em muito superior ao de jovens e de velhos (quadro favorecido, naturalmente, pelas já mencionadas Leis Rio Branco e Saraiva-Cotegipe). Os plantéis associados às atividades comerciais apresentaram tendência semelhante assim como, em menor medida, os plantéis associados à produção de cerâmica, à tipografia,

³⁵⁸ Resultado do teste *One-Way Anova*: $F(05, 199) = 2,28, p < 0,05$ – significativo.

às quintas e às rocinhas. No terceiro período somente os únicos plantéis dedicados à produção de gêneros de subsistência e abastecimento e à pecuária demonstraram composição diferente, em ambos os casos, caracterizadas pela prevalência de cativos homens em suas escravarias.

Tais transformações sintetizam, a nosso ver, as próprias inflexões estruturais operadas no escravismo do núcleo urbano central de Belém no decurso do Oitocentos, sobretudo nas últimas duas décadas da escravidão. Inflexões no perfil dos escravistas, na concentração da posse, no perfil dos escravos e, acima de tudo, nas atividades econômicas por eles exercidas. Esse conjunto de aspectos – articulados uns aos outros – condicionou os termos de estruturação do escravismo na Belém oitocentista, e as formas pelas quais o escravismo do núcleo central dessa cidade enfrentou as diversas implicações originadas nas rearticulações do escravismo brasileiro levadas a efeito pelo avanço da legislação emancipacionista e, em outro patamar, as formas pelas quais encarou o próprio evoluir social, econômico e demográfico de Belém ao longo do século 19.

No presente capítulo, analisamos a estrutura da posse de cativos no núcleo urbano central de Belém, entre os anos de 1810 e 1888, a partir de três eixos privilegiados de observação: as características dos escravistas, os padrões da posse de cativos e as características dos escravos. Tais aspectos foram examinados à luz das diversas transformações sociais, econômicas e demográficas operadas na cidade ao longo do século e, sempre que possível, contextualizados, em um patamar mais amplo, a partir dos dados relativos a outras localidades brasileiras do Oitocentos associadas ao meio urbano, com destaque para os dados atinentes a outra proeminente cidade amazônica, Manaus. Construimos, assim sendo, um amplo quadro explicativo do escravismo no núcleo urbano central de Belém que nos deu base para analisar as inflexões ocorridas nos fundamentos econômicos e demográficos da escravidão nessa região.

Na primeira parte do capítulo, mostramos o perfil dos proprietários de escravos de Belém segundo o sexo, o estado conjugal e a atividade ou a ocupação. Embora os homens representassem a maioria dos escravistas em todos os três períodos examinados, demonstramos que com o avançar do tempo, as mulheres foram ampliando a sua participação relativa entre os escravistas. Como consequência parcial dessa ampliação – mas, também, da diminuição do número médio de cativos sob a propriedade de escravistas homens –, as mulheres passaram a deter um número cada vez maior de escravos, cujo peso relativo, no terceiro período de observação, praticamente coincidiu com a participação das mulheres entre os proprietários de cativos.

Mesmo que o número médio de cativos sob a propriedade de mulheres também tenha diminuído – reproduzindo, vale dizer, uma tendência operada no número médio de escravos por proprietário –, o número médio de cativos sob a propriedade de homens apresentou um decréscimo seguramente mais expressivo, contribuindo para aquele movimento.

O perfil dos escravistas, conforme o estado conjugal, revelou que a maioria dos escravistas do núcleo urbano central de Belém era ou havia sido casada, quando da feitura dos seus respectivos inventários *post-mortem*. Mesmo que o número de escravistas homens e mulheres solteiros tenha sido relativamente equilibrado, ao considerarmos todo o intervalo contemplado (1810-1888), a condição de viuvez se mostrou mais incidente entre as mulheres proprietárias. Ao tomarmos como parâmetro apenas os pesos relativos de cada estado conjugal, consoante o sexo dos escravistas, verificamos que a incidência da condição de viuvez entre as mulheres foi em torno de duas vezes maior que a incidência da viuvez entre os escravistas homens. As participações relativas de cada estado conjugal, de acordo com o sexo, apresentaram algumas variações específicas ao longo dos três períodos de observação.

Paralelamente às mudanças permanências no perfil dos escravistas, em função do sexo e do estado conjugal, demonstramos igualmente a existência de variações nas atividades exercidas e nas ocupações desenvolvidas pelos proprietários de escravos do núcleo urbano central de Belém, entre 1810 e 1888. Para além da expansão das proprietárias em prendas domésticas, revelou-se uma inflexão no perfil socioprofissional dos escravistas homens. Com o avançar do Oitocentos, um número cada vez maior de proprietários do sexo masculino passou a estar vinculado ao comércio, ao emprego nos mais variados planos das burocracias provincial e municipal e às profissões liberais reproduzindo, em certa medida, as transformações estruturais nos signos de riqueza e no perfil da elite do Pará, cujos membros passaram a procurar mais e mais formações acadêmicas sólidas.

A concentração dos cativos entre os escravistas se mostrou moderadamente forte tanto no primeiro quanto no segundo período, e regular no terceiro período de observação. Considerando todo o intervalo contemplado, verificamos que a maioria dos escravistas eram pequenos ou médios proprietários e que a maioria dos escravos também estava alocada nos plantéis com menos de 20 cativos. Com o progredir do século 19, os pesos relativos dos pequenos e médios escravistas e dos escravos reunidos nos pequenos e médios plantéis expuseram uma tendência de crescimento. Nas últimas duas décadas da escravidão, a totalidade dos escravistas e das escravarias de nossa amostra era detentora ou composta por plantéis pequenos e médios, assina-

lando um claro movimento de fracionamento dos plantéis principiado no segundo e consagrado no terceiro período de observação.

Em todos os períodos analisados, a maioria dos escravos estava reunida em escravarias ligadas a atividades econômicas urbanas, sobretudo, naquelas com escravos de ganho, de aluguel e domésticos. Nos dois primeiros períodos de observação, ainda era expressivo o número de cativos vinculados a plantéis que desenvolviam atividades rurais mesmo no espaço marcadamente urbano de Belém, seja nas quintas e nas rocinhas, seja na produção de gêneros diversos de subsistência e abastecimento, de arroz, de derivados da cana-de-açúcar ou de cacau. No terceiro período de observação que coincidiu, cronologicamente, com a intensificação do processo de urbanização de Belém, incrementado pelos excelentes resultados que a exportação da borracha propiciava para a economia paraense já naqueles anos, o peso dos plantéis ligados às atividades rurais caiu drasticamente, enraizando a natureza urbana do escravismo belenense.

O perfil dos escravos conforme a origem (africana ou crioula), o sexo e a idade não esteve alheio às transformações no perfil dos escravistas, nos padrões de posse e na própria economia paraense com o progresso do século. Os escravos africanos, que na primeira metade do Oitocentos ainda correspondiam a cerca de um quarto dos cativos do núcleo urbano central de Belém, perderam a sua representatividade em decorrência do abrandamento do tráfico atlântico já a partir dos anos de 1820 e da reprodução endógena da escravaria da região. Não obstante o efetivo impacto de tal reprodução, os cativos do núcleo urbano central de Belém apresentaram tendência ao envelhecimento. Ademais, as mulheres escravas assistiram ao crescimento de seu peso relativo no conjunto de cativos analisados, perfazendo cerca de 60% deles, no terceiro período de observação.

Ainda que o perfil dos cativos estivesse intimamente relacionado aos plantéis com escravos de ganho, de aluguel e domésticos – que representaram a maioria absoluta das escravarias em todos os três períodos de observação –, as características dos escravos conforme a origem (africana ou crioula), o sexo e a idade também variaram, segundo as atividades econômicas das propriedades. A prevalência feminina entre os escravos do terceiro período observado, por exemplo, guardou relação com a consolidação de uma maioria feminina entre os escravos dos plantéis com cativos de ganho, de aluguel e domésticos que alcançaram uma proporção de praticamente duas cativas para cada cativo do sexo masculino. Por sua vez, as escravarias dedicadas à produção de derivados da cana-de-açúcar foram aquelas que ainda apresentaram algum peso relativo de africanos em sua composição, no segundo período em tela .

Em que pese todas essas modificações nos termos em que se estruturava o escravismo no núcleo urbano central de Belém, uma questão se coloca ainda de maneira latente: como uma população que deixou de receber um número mais expressivo de cativos africanos desde os anos de 1820 e, ao que tudo sugere, ainda passou a perder escravos – ou, pelo menos, cativos de um determinado perfil – sob os ditames do tráfico interno na segunda metade do século 19, conseguiu manter o seu contingente de cativos e a importância deles na economia da região? Como indicamos no capítulo anterior e, em certa medida, ao longo do presente capítulo, o um dos principais elementos – se não o elemento fundamental – da manutenção da efetividade demográfica e, por conseguinte, da importância econômica do escravismo em Belém foi a capacidade de reprodução endógena dos seus escravos, nosso objeto de análise no CAPÍTULO 04.

CAPÍTULO IV

FAMÍLIA ESCRAVA E SEUS MECANISMOS DE REPRODUÇÃO DEMOGRÁFICA NO NÚCLEO URBANO CENTRAL DE BELÉM

Em 1867, foi aberto em Belém o inventário *post-mortem* de Antônio Domingos Viana, falecido em 17 de julho do ano anterior. Solteiro e sem herdeiros descendentes, Antônio legou todas as suas poucas posses para sua mãe, Ana Raimunda. Além de vários bens móveis e uma pequena casa, situada na Travessa das Mercês, o espólio era constituído ainda por três cativas: Ana Léa, de 24 anos, e as suas filhas Joana e Josefa de três e um ano de idade, respectivamente. Não seria de todo irrazoável imaginarmos que o inventariado tenha adquirido Ana Léa para cuidar dos serviços domésticos de sua residência nas Mercês e que a partir da reprodução dessa cativa, a escravaria tenha começado a se ampliar. Por ser Ana Raimunda a universal herdeira de seu filho, é possível também que após o falecimento de Antônio Viana, a família formada por Ana Léa e sua prole não tenha se separado, mantendo sua unidade familiar monoparental feminina estável e em coabitação por um período que através da documentação examinada, não conseguimos precisar.³⁵⁹

Ainda que os plantéis integralmente constituídos por cativos inseridos em famílias não tenham sido a regra, a família escrava foi uma realidade presente para parte expressiva dos cativos do núcleo urbano central de Belém, consubstanciando, decerto, um alicerce fundamental da reprodução da população escrava e, conseqüentemente, da manutenção do escravismo nessa região ao longo do século 19. Como observaremos nas próximas páginas, em que pese o fato de a primazia dos pequenos e médios plantéis ter, em alguma medida, representado um empecilho para a formação de estruturas familiares com maior grau de complexidade (a exemplo das famílias extensas e, especialmente, das múltiplas), as características demográficas particulares da população escrava do núcleo central de Belém propiciaram a formação de famílias e a reprodução dos escravos, inclusive nos menores plantéis.

Tais observações preliminares nos colocam diante da leitura de que a noção de família escrava não pode se reduzir às famílias legitimamente constituídas, perante a Igreja. Seguindo a orientação dada por Iraci Costa, Robert Slenes e Stuart B. Schwartz, em um artigo precursor sobre a família escrava no Brasil, comungamos da ideia de que devem ser consideradas outras

³⁵⁹ CMA/UFPA. Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível), Inventários *post-mortem*, cx. 21 (1867). Inventário *post-mortem* de Antônio Domingos Viana, 1867.

estruturas familiares, como os pais ou mães solteiros ou viúvos vivendo com os seus respectivos filhos.³⁶⁰ Esse procedimento, além de apropriado às características da documentação manuseada (os inventários *post-mortem*), possibilita-nos apreender com maior amplitude a complexidade social que caracterizava a formação das famílias sob o jugo cativo – sobretudo, em contextos como o do núcleo urbano central de Belém, em que a primazia das pequenas escravarias dificultava a formação de estruturas familiares mais complexas, como já comentado.

O presente capítulo tem como objetivo analisar as relações familiares e os mecanismos de reprodução dos escravos do núcleo urbano central de Belém, entre os anos de 1810 e 1888, através de três eixos privilegiados: 1) o grau de incidência das relações familiares, a existência de estruturas familiares potencialmente mais frequentes e a nupcialidade dos cativos, com ênfase nos seus arranjos matrimoniais; 2) a fecundidade escrava e, por conseguinte, as possibilidades de reprodução endógena da população cativa; 3) o nível de estabilidade possível alcançado pelos vínculos familiares envolvendo escravos e ingênuos da região. Neste capítulo, para além dos 202 inventários *post-mortem* utilizados no capítulo anterior no exame da estrutura da posse de cativos em Belém, lançamos mão de um conjunto de 239 registros de casamento das freguesias da Sé e de Santana que envolviam escravos como ao menos um dos cônjuges .

4.1. FAMÍLIA ESCRAVA: INCIDÊNCIA, ESTRUTURA E NUPCIALIDADE

Nesta seção, refletimos a respeito da inserção dos cativos e ingênuos de nossa amostra em famílias, observando não apenas o grau de incidência das relações familiares entre os cativos analisados, como também verificando a existência de estruturas familiares potencialmente mais recursivas. No âmbito desta seção, a nossa amostra é constituída por 529 escravos para o primeiro período, 529 cativos para o segundo período e 269 escravos e ingênuos para o terceiro período de observação. Cumpre-nos advertir que, no segundo período, foram desconsiderados os 65 cativos do Engenho São Mateus, pertencente à sociedade firmada entre Henrique de La Roque e Antônio Smith, uma vez que o seu respectivo inventário não fazia qualquer referência à existência de relações familiares. Esses cativos são considerados tão-somente em parte da próxima seção, quando da análise da razão crianças-mulheres – um indicador usado para

³⁶⁰ COSTA, Iraci del Nero; SLENES, Robert W.; SCHWARTZ, Stuart B. A família escrava em Lorena (1801). In: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da; KLEIN, Herbert S. (Org.). **Escravidão em São Paulo e Minas Gerais**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 519-69.

calcular os níveis de fecundidade das escravas do núcleo urbano central de Belém, cujo cálculo não carece de informações sobre a sua inserção ou não, em relações familiares.³⁶¹

Os dados da TABELA 4.1 evidenciam que 30,6% de todos os 1.327 escravos e ingênuos de nossa amostra estavam inseridos em famílias – peso relativo este que não apresentou variações expressivas entre os três períodos em tela. A manutenção da participação relativa dos escravos em famílias implica que nem as inflexões levadas a efeito no escravismo do núcleo urbano central de Belém, tampouco o avanço da legislação emancipacionista ao longo do século 19, foram fatores capazes seja de fomentar um incremento das relações familiares entre os cativos seja de desarticular a formação de vínculos familiares entre os escravos da região. Nesse sentido, desde pelo menos a década de 1810 – período em que, como ressaltamos nos dois capítulos anteriores, o tráfico atlântico destinado ao Grão-Pará começou a apresentar indícios de enfraquecimento – o peso relativo de escravos em famílias se manteve estável na região.³⁶²

TABELA 4.1
ESCRAVOS E INGÊNUOS INSERIDOS EM FAMÍLIAS SEGUNDO O SEXO E OS
GRUPOS ETÁRIOS (NÚCLEO URBANO CENTRAL DE BELÉM, 1810-1888)

SEXO/GRUPO ETÁRIO	PERÍODO						TOTAL (1810-1888)
	1810-1850		1851-1871		1872-1888		
	N	%	N	%	N	%	
Homens (15/+ anos)	11	2,1	09	1,7	01	0,4	21 (1,6%)
Mulheres (15/+ anos)	60	11,3	59	11,1	31	11,5	150 (11,3%)
Jovens (<15 anos)	103	19,5	76	14,4	40	14,9	219 (16,5%)
N/D	03	0,6	03	0,6	10	3,7	16 (1,2%)
TOTAL	177	33,5	147	27,8	82	30,5	406 (30,6%)

OBS: Os percentuais foram calculados tendo, como denominador, a amostra de escravos e ingênuos investigados em cada período de observação, exceto os cativos pertencentes ao Engenho São Mateus, pertencente à sociedade entre Henrique de La Rocque e Antônio Smith, no segundo período observado. A amostra foi composta por 529 cativos no primeiro, 529 escravos no segundo e 269 cativos e ingênuos, no terceiro período analisado. Na categoria N/D foram incluídos os escravos e ingênuos, inseridos em famílias, cujo sexo e/ou a idade não conseguimos identificar.

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

³⁶¹ CMA/UFPA. Cartório Sarmiento (14ª Vara Cível), Inventários *post-mortem*, cx. 04 (1852-1863A). Inventário *post-mortem* de Antônio Smith, 1853. Em vez de serem descritos segundo os seus vínculos familiares, como nos demais inventários *post-mortem* pesquisados, os cativos do Engenho São Mateus foram descritos conforme a geração e o sexo, nesta ordem: homens adultos, mulheres adultas, homens “menores” e mulheres “menores”.

³⁶² No primeiro período observado, em que os africanos perfizeram 24,1% dos escravos de nossa amostra, o peso relativo dos cativos crioulos em famílias (38,8%) superou o dos africanos em famílias (17,3%), muito em virtude da elevada participação relativa de escravos jovens, em sua quase totalidade crioulos, em famílias (56,0%). Caso consideremos apenas os cativos com 15 ou mais anos de idade, o peso relativo dos crioulos em famílias (22,5%) não superava, grandemente, o de africanos em famílias (18,0%). Por essa razão, mantivemos o argumento de que não houve variações na participação relativa dos escravos em famílias, entre os três períodos observados. Dos 22 africanos inseridos em famílias no primeiro período, 18 eram mulheres e quatro eram homens.

Os informes acima (TABELA 4.1) indicam também que a inserção dos cativos e dos ingênuos do núcleo urbano central de Belém em famílias variava segundo o sexo e a idade. Dos três segmentos privilegiados, o de jovens (de ambos os sexos) com menos de 15 anos de idade era o que concentrava o maior número de escravos e ingênuos inseridos em famílias (16,5%), seguido do segmento das mulheres com 15 ou mais anos de idade (11,3%) e, por fim, do segmento dos homens do mesmo grupo etário (1,6%). Os percentuais de cada segmento apresentaram algumas variações entre os três períodos observados, sem, porém, alterarem a prevalência dos jovens e das mulheres como os segmentos que reuniam os maiores números de cativos e ingênuos em famílias. A julgar pelo relativo equilíbrio da população cativa do núcleo central de Belém entre os sexos, os dados da TABELA 4.1 traduzem uma aparente menor participação dos homens adultos ou velhos nas famílias escravas – antevendo a predominância da monoparentalidade feminina na formação das famílias escravas no núcleo urbano central de Belém.

TABELA 4.2
ESCRAVOS E INGÊNUOS INSERIDOS EM FAMÍLIAS SEGUNDO O SEXO E OS GRUPOS ETÁRIOS –
POR SEGMENTO (NÚCLEO URBANO CENTRAL DE BELÉM, 1810-1888)

SEXO/GRUPO ETÁRIO	PERÍODO						TOTAL (1810-1888)
	1810-1850		1851-1871		1872-1888		
	N	%	N	%	N	%	
Homens (15/+ anos)	11	6,5	09	5,6	01	1,5	21 (5,3%)
Mulheres (15/+ anos)	60	34,7	59	33,0	31	29,5	150 (32,8%)
Jovens (<15 anos)	103	56,9	76	49,7	40	81,6	219 (57,2%)
TOTAL	177	33,5	147	27,8	82	30,5	406 (30,6%)

OBS: Os percentuais foram calculados tendo, como denominador, a amostra de escravos e ingênuos investigados em cada período de observação por segmento sexo-etário (amostra de homens com 15 ou mais anos de idade, de mulheres com 15 ou mais anos de idade e jovens de ambos os sexos), exceto os cativos pertencentes ao Engenho São Mateus, integrado à sociedade entre Henrique de La Rocque e Antônio Smith no segundo período analisado.

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

Tal constatação é corroborada ao analisarmos o peso relativo dos escravos vivendo em famílias em relação aos três segmentos sexo-etários observados. Longe de espelhar a estrutura sexo-etária de escravaria do núcleo urbano central de Belém e as suas respectivas variações ao longo do Oitocentos, o fato de os escravos e ingênuos jovens de ambos os sexos, seguidos das escravas com 15 ou mais anos de idade, terem sido os segmentos a concentrar o maior número de cativos em famílias esteve diretamente relacionado à maior incidência das relações familiares em cada um desses segmentos sexo-etários. Enquanto cerca de um terço das mulheres com 15 ou mais anos viviam em famílias, a participação correlata de escravos e ingênuos inseridos

em famílias fez pouco mais da metade e metade deles nos dois primeiros períodos analisados, respectivamente, e expressivos 81,6% no terceiro período em tela (TABELA 4.2).

A distribuição dos cativos em famílias, de acordo com as diferentes faixas de tamanho de plantel, apresentou variações significativas entre os três períodos de observação considerados (TABELA 4.3). No primeiro período, essa distribuição não pareceu tão desequilibrada apesar de o megaplantel encontrado no período (a Fazenda Val-de-Cans, pertencente a José Duarte Rodrigues)³⁶³ ter concentrado um número relativamente maior de escravos em famílias, em comparação às demais faixas de tamanho de plantel. No segundo período, os números de cativos em famílias no megaplantel (o Engenho do Murutucu, de Vicente Antônio de Miranda)³⁶⁴ e acima de tudo nos pequenos plantéis analisados, superaram, com maior margem, os das demais faixas de tamanho de plantel. Já no terceiro período, como consequência da consolidação da prevalência dos pequenos e médios plantéis na região, a grande maioria dos cativos e ingênuos em famílias estava nos pequenos plantéis, sendo o percentual dos cativos e ingênuos nos médios plantéis semelhante aos percentuais correlativos dessa faixa nos dois períodos prévios.

TABELA 4.3
DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS E DOS INGÊNUOS INSERIDOS EM FAMÍLIAS SEGUNDO AS FAIXAS DE TAMANHO DE PLANTEL (NÚCLEO URBANO CENTRAL DE BELÉM, 1810-1888)

FTP	PERÍODO						TOTAL (1810-1888)
	1810-1850		1851-1871		1872-1888		
	N	%	N	%	N	%	
01-09	44	24,9	62	42,2	66	80,5	172 (42,4%)
10-19	36	20,3	24	16,3	16	19,5	76 (18,7%)
20-49	40	22,6	17	11,6	-	-	57 (14,0%)
50-99	-	-	-	-	-	-	-
100/+	57	32,2	44	29,9	-	-	101 (24,9%)
TOTAL	177	100,0	147	100,0	82	100,0	406 (100,0%)

RESULTADOS DO TESTE CHI-QUADRADO: 1810-1850: $\chi^2(03, N = 529) = 4,59, p = 0,21$ – não significativo; **1851-1871:** $\chi^2(03, N = 529) = 4,47, p = 0,22$ – não significativo; **1872-1888:** $\chi^2(01, N = 269) = 3,30, p = 0,07$ – não significativo.

OBS: No terceiro período de observação, ainda que os dados apresentados levem em conta os ingênuos, as faixas de tamanho de plantel (FTP) consideram tão-somente o número de cativos existentes por escravaria.

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

³⁶³ CMA/UFPA. Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível), Inventários *post-mortem*, cx. 13 (1845-1849). Inventário *post-mortem* de José Duarte Rodrigues, 1846.

³⁶⁴ CMA/UFPA. Cartório Sarmento (14ª Vara Cível), Inventários *post-mortem*, cx. 04 (1852-1863A). Inventário *post-mortem* de Vicente Antônio de Miranda, 1853.

Cabe-nos sublinhar que a distribuição dos escravos e ingênuos em famílias segundo as diferentes faixas de tamanho de plantel guardou relação com a distribuição dos cativos segundo as mesmas. Caso focalizemos, especificamente, as pequenas e médias escravarias, observaremos que em todos os três períodos abarcados, os pesos relativos somados dos escravos e ingênuos em famílias (45,2%, 59,1% e 80,5%, respectivamente) se mostraram próximos aos pesos relativos somados dos escravos (48,9%, 58,8% e 85,9%, respectivamente), como um todo, de acordo com os dados do CAPÍTULO 03. A analogia entre tais pesos relativos demonstra nitidamente a capacidade dos pequenos e médios plantéis em acolher vínculos familiares entre os seus escravos e ingênuos. Trata-se de uma constatação relevante, especialmente tendo em vista as características dos inventários *post-mortem*, que prejudicam a leitura de vínculos familiares entre os cativos de plantéis unitários, embora os mesmos não tenham sido corriqueiros nos dois primeiros períodos.

Os resultados dos testes *chi-quadrado* apresentados abaixo da TABELA 4.3 corroboram as conclusões do último parágrafo. Em relação a todos os três períodos contemplados, não verificamos haver interdependência entre a incidência de relações familiares e as distintas faixas de tamanho de plantel examinadas. Em outras palavras, isso significa dizer que, nos termos de nossa amostra, a incidência de relações familiares entre os escravos e os ingênuos não se revelou potencialmente maior ou menor em determinadas faixas de tamanho de plantel, indicando que a maior ou menor dimensão das propriedades e suas implicações não configuraram, a priori, um fator determinante para a formação (ou não) de vínculos familiares entre os escravos e os ingênuos do núcleo urbano central de Belém entre 1810 e 1888. Essa afirmação, vale dizer, diz respeito à incidência de relações familiares em geral e não à maior ou menor ocorrência de determinadas estruturas familiares específicas; como argumentamos antes e mostraremos mais adiante, as estruturas familiares mais complexas eram mais presentes nas maiores escravarias.

Os dados da TABELA 4.4 demonstram que os percentuais de cativos e ingênuos em famílias não apresentaram grandes variações conforme as distintas faixas de tamanho de plantel, confirmando as nossas observações anteriores, não obstante o megaplantel do primeiro período e as médias escravarias do terceiro período examinado. As pequenas oscilações percentuais indicadas na TABELA 4.4 podem ser decorrentes tanto dos diferentes perfis dos cativos e ingênuos em relação ao sexo e à idade, segundo as distintas faixas de tamanho de plantel e em cada período em tela, quanto uma decorrência direta do pequeno número de casos que compõem a nossa amostra, que podem ter superestimado variações não necessariamente expressivas em

termos absolutos. Não se trata, assim sendo, da existência de interdependência estatisticamente significativa entre a incidência de relações familiares e o tamanho dos plantéis.

TABELA 4.4
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESCRAVOS E DOS INGÊNUOS INSERIDOS
EM FAMÍLIAS SEGUNDO AS FAIXAS DE TAMANHO DE PLANTEL
(NÚCLEO URBANO CENTRAL DE BELÉM, 1810-1888)

FTP	PERÍODO			TOTAL (1810-1888)
	1810-1850	1851-1871	1872-1888	
01-09	30,1%	24,1%	28,4%	27,1%
10-19	31,9%	26,1%	43,2%	31,4%
20-49	30,8%	33,3%	-	31,5%
50-99	-	-	-	-
100/+	40,7%	34,1%	-	37,5%
TOTAL	33,5%	27,8%	30,5%	30,6%

OBS: Os percentuais foram calculados tendo como denominador o número total de cativos por faixa de tamanho de plantel, em cada período analisado.

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

Muito embora o peso relativo dos escravos e ingênuos vivendo em famílias e a predominância dos jovens de ambos os sexos e das cativas mulheres com 15 ou mais anos de idade, entre eles, convirjam com o que vem sendo encontrado com relação a outras localidades brasileiras,³⁶⁵ o fato de a dimensão das escravarias não ter constituído um elemento categórico para a formação de laços familiares entre os cativos e ingênuos do núcleo urbano central de Belém, entre os anos de 1810 e 1888, vai de encontro ao que tem sido encontrado em grande parte da

³⁶⁵ O peso relativo de escravos em famílias que encontramos para o núcleo urbano central de Belém, não se mostrou distante dos pesos relativos encontrados para outras localidades brasileiras no Oitocentos. Analisando inventários *post-mortem* de Mariana, localidade mineira que se dedicava à produção de gêneros de subsistência e abastecimento, entre 1850 e 1888, Heloísa Maria Teixeira encontrou que 36,3% dos 2.735 cativos de sua amostra vivendo em famílias. Diferentemente daquilo que observamos para o núcleo urbano central de Belém, Teixeira verificou que o peso relativo dos escravos em famílias em Mariana variou com o avançar do tempo. Se nas décadas de 1850 e 1860, os pesos foram de 23,1% e 19,6%, respectivamente, nas décadas de 1870 e 1880, esses pesos foram de 53,8% e 69,4%, respectivamente. Incremento, esse, que a autora atribuiu à instituição das listas de matrícula de cativos (segundo Heloísa Teixeira, as mesmas apresentavam “dados mais completos a respeito do escravo”), bem como ao “maior cuidado dispensado na descrição do parentesco nos próprios inventários”. Novamente, a exemplo do que constatamos para o núcleo urbano central de Belém, em Mariana, Teixeira observou que os cativos e ingênuos jovens de ambos os sexos e as mulheres cativas com 15 ou mais anos de idade foram os segmentos que concentraram o maior número de cativos e ingênuos vivendo em famílias (15,1% e 13,1%, respectivamente) – proporcionando pesos relativos próximos daqueles que encontramos para Belém. Apesar de terem sido também em Mariana, o segmento a concentrar o menor número de escravos em famílias, o peso relativo dos homens cativos com 15 ou mais anos de idade (8,3%) superou o que encontramos para o núcleo urbano central de Belém (1,6%), provavelmente refletindo a composição majoritariamente masculina da escravaria dessa localidade mineira – do total de cativos da amostra de Heloísa Teixeira (2.735), 57,2% (1.565) eram do sexo masculino e 42,8% (1.170) eram sexo feminino, produzindo, para o período de 1850 a 1888, uma razão de sexo geral (133,8) maior daquela que calculamos para o núcleo urbano central de Belém, entre 1810 e 1888 (97,0). cf.: TEIXEIRA, Heloísa Maria. Família escrava, sua estabilidade e reprodução em Mariana, 1850-1888. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 28, p. 179-220, jul.-dez. 2002.

historiografia brasileira sobre a família escrava, principalmente na produção dedicada às regiões de grande lavoura do sudeste brasileiro, no século 19, em contextos de estabilidade ou expansão econômica. Regiões, para as quais, a historiografia demonstra ter existido uma relação direta entre a incidência de relações familiares entre os cativos e o tamanho das escravarias.³⁶⁶

Em um estudo pioneiro sobre a formação da família escrava na Campinas oitocentista, Robert Slenes verificou que a incidência de relações familiares e do casamento entre os escravos era maior nos plantéis com 10 ou mais cativos.³⁶⁷ Se entre os plantéis com até nove escravos o problema residia na pequena disponibilidade de parceiros de ambos os sexos e na inviabilidade de estabelecer-se relações com cativos de outros plantéis, entre os plantéis com 10 ou mais escravos, o problema residia na pequena disponibilidade de mulheres cativas para formar famílias, em virtude de sua composição majoritariamente masculina, cada vez mais acentuada por conta do tráfico atlântico.³⁶⁸ Conquanto a predominância masculina tenha sido mais efetiva nas maiores escravarias, as razões de sexo entre os cativos com 15 ou mais anos de idade – 123, 170 e 92, respectivamente, para 1801, 1829 e 1872³⁶⁹ –, dos plantéis com até nove escravos examinados por Slenes superaram as suas correspondentes para o núcleo central de Belém (85,5, 55,1 e 67,4, respectivamente, para 1810-1850, 1851-1871 e 1872-1888).

Ainda que, como observaremos mais adiante, a predominância de mulheres nas menores escravarias criasse a mesma ordem de problema encontrada por Robert Slenes no que concerne à nupcialidade dos cativos (a pequena disponibilidade de parceiros intraplantéis, no caso de Belém, do sexo masculino), a composição majoritariamente feminina das menores escravarias da capital paraense esteve longe de representar um óbice à consolidação das famílias cativas na região. Em verdade, a nítida prevalência feminina entre os escravos dos pequenos plantéis evidencia a existência (inclusive pretérita à fotografia recenseada de cada inventário *post-mortem*) de um amplo estoque de mulheres em idade reprodutiva na população escrava do núcleo urbano central de Belém – elemento determinante para que as possibilidades de formação de famílias escravas e de reprodução nos menores plantéis, não restassem aquém dos maiores.

A efetividade das relações familiares entre os cativos dos pequenos plantéis já foi verificada para outras localidades brasileiras que mesmo sem apresentarem características urbanas como o núcleo central de Belém, não estavam situadas em regiões de grande lavoura, em con-

³⁶⁶ SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil, Sudeste, Século XIX**. Campinas: Editora Unicamp, 2011 [1999], p. 78.

³⁶⁷ Ibidem, p. 84.

³⁶⁸ Idem.

³⁶⁹ Ibidem, p. 83.

textos de estabilidade ou expansão econômica. Analisando as listas nominativas e os registros paroquiais de São José dos Pinhais, no Paraná, na virada do século 19, Cacilda Machado chegou a conclusões semelhantes às nossas para o núcleo urbano central de Belém. Tal localidade paranaense era, igualmente, pouco articulada ao tráfico e possuía uma população escrava concentrada em pequenas posses e com um expressivo peso relativo de mulheres escravas, embora menor do que aquele que verificamos para a capital paraense. Segundo Machado: “seria lógico deduzir que, nesse ambiente de senhores de poucos cabedais, em que o mercado de cativos constituía alternativa raramente acionada, não haveria porque obstar a formação de casais escravos, tendo em vista a necessidade de reprodução de mão de obra”.³⁷⁰

Entretanto, cabe-nos ressaltar que a despeito dos resultados e conclusões semelhantes, as metodologias empregadas para alcançá-los foram diferentes. Machado não somente lançou mão de uma perspectiva qualitativa com o objetivo de reconstituir os laços parentais de algumas famílias escravas específicas – frente à nossa abordagem quantitativa, que prioriza as famílias cativas do núcleo urbano central de Belém, como um todo –, mas também necessitou do cruzamento entre diferentes tipos de fonte (sobretudo, as listas nominativas de habitantes e os registros paroquiais) para observar a equivalência na incidência de relações familiares entre os escravos das menores e das maiores posses em São José dos Pinhais. Procedimento distinto do nosso, no qual a identificação dos 406 cativos vivendo em 151 diferentes famílias parte essencialmente da análise de inventários *post-mortem* do núcleo urbano central de Belém.

Os 406 escravos pesquisados que mantinham vínculos familiares viviam em 151 famílias de distintas estruturas. Interessa-nos, agora, analisar a distribuição dessas famílias segundo suas respectivas estruturas. Consideramos as seguintes estruturas familiares: **nuclear** (pais e/ou mães casados ou viúvos com prole – não identificamos nem na amostra para o núcleo urbano central de Belém, tampouco em nossa amostra para o Baixo Tocantins e a Zona Guajari-na, casais sem prole); **monoparental masculina** (pais com prole sem as mães); **monoparental feminina** (mães com prole sem os pais), **extensa** (avôs e/ou avós e pais e/ou mães com prole), **múltipla** (avôs e/ou avós e mais de um núcleo de pais e/ou mães com prole), e **outros** (categoria na qual incluímos os demais tipos de família encontrados). Apesar de tal classificação acabar ampliando o leque de indicadores analisados numa amostra, a rigor, pequena, tal amplitude enseja-nos apreender os distintos níveis de complexidade apresentados pelas famílias cativas do núcleo urbano central de Belém, como evidenciam os dados da TABELA 4.5:

³⁷⁰ MACHADO, Cacilda da Silva. **A trama das vontades: negros, pardos, e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008, p. 95.

TABELA 4.5
DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS ESCRAVAS SEGUNDO AS SUAS ESTRUTURAS E AS FAIXAS DE
TAMANHO DE PLANTEL (NÚCLEO URBANO CENTRAL DE BELÉM, 1810-1888)

	FTP	NUC.		M.MAS.		M.FEM.		EXT.		MÚL.		OUT.		TOTAL
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
1810-1850	01-09	02	13,3	-	-	12	80,0	01	6,7	-	-	-	-	15 (100,0%)
	10-19	02	18,2	-	-	08	72,7	01	9,1	-	-	-	-	11 (100,0%)
	20-49	03	21,4	-	-	11	78,6	-	-	-	-	-	-	14 (100,0%)
	50-99	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	100/+	-	-	-	-	19	100,0	-	-	-	-	-	-	19 (100,0%)
	TOTAL	07	11,9	-	-	50	84,7	02	3,4	-	-	-	-	59 (100,0%)
1851-1871	01-09	-	-	-	-	24	100,0	-	-	-	-	-	-	24 (100,0%)
	10-19	01	12,5	-	-	07	87,5	-	-	-	-	-	-	08 (100,0%)
	20-49	-	-	-	-	08	100,0	-	-	-	-	-	-	08 (100,0%)
	50-99	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	100/+	05	31,3	-	-	11	68,7	-	-	-	-	-	-	16 (100,0%)
	TOTAL	06	10,7	-	-	50	89,3	-	-	-	-	-	-	56 (100,0%)
1872-1888	01-09	-	-	-	-	29	100,0	-	-	-	-	-	-	29 (100,0%)
	10-19	-	-	-	-	07	100,0	-	-	-	-	-	-	07 (100,0%)
	20-49	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	50-99	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	100/+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	TOTAL	-	-	-	-	36	100,0	-	-	-	-	-	-	36 (100,0%)
1810-1888	01-09	02	3,0	-	-	65	95,5	01	1,5	-	-	-	-	68 (100,0%)
	10-19	03	11,4	-	-	22	84,8	01	3,8	-	-	-	-	26 (100,0%)
	20-49	03	13,6	-	-	19	86,4	-	-	-	-	-	-	22 (100,0%)
	50-99	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	100/+	05	14,3	-	-	30	85,7	-	-	-	-	-	-	35 (100,0%)
	TOTAL	13	8,6	-	-	136	90,1	02	1,3	-	-	-	-	151 (100,0%)

OBS: NUC= Nuclear; M.MAS= Monoparental masculina; M.FEM= Monoparental feminina; EXT= Extensa; MUL= Múltipla; OUT= Outros.

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

Como argumentamos anteriormente, por mais que a prevalência dos pequenos plantéis no núcleo urbano central de Belém não tenha obstado a formação de vínculos familiares entre os escravos e os ingênuos da região, ao longo de todo o século 19, tal prevalência inviabilizou a formação de estruturas familiares com maior nível de complexidade, principalmente aquelas que reuniam mais de duas gerações de uma mesma família (extensas e múltiplas). A predominância das mulheres cativas na escravaria do núcleo urbano central de Belém, por sua vez, foi um fator que, já de antemão, restringiu a maior incidência de famílias nucleares ao dificultar a formação de casais em um mesmo plantel – seja através do casamento legítimo ou de arranjos

não legitimados pela Igreja – em virtude da menor disponibilidade de homens com 15 ou mais anos de idade na região, em comparação às mulheres cativas do mesmo segmento etário .

Os dados da TABELA 4.5 confirmam as observações feitas no último parágrafo, ao evidenciarem que a imensa maioria das famílias escravas de nossa amostra, para o núcleo urbano central de Belém, apresentava estrutura monoparental feminina. Essa estrutura se fez presente em 84,7% das famílias coligidas no primeiro período, 89,3% das famílias coligidas no segundo período e a totalidade das famílias levantadas no terceiro período em tela. Com exceção do primeiro período, no qual ainda encontramos a incidência de estruturas mais complexas (duas famílias nucleares e uma extensa), nos dois períodos subsequentes, todas as famílias que identificamos nos pequenos plantéis (com até nove cativos) eram monoparentais femininas. Diante da consolidação, já indicada, da primazia das pequenas escravarias no terceiro período analisado, as estruturas formadas por mães e prole tornaram-se regra, consolidando um padrão de organização das famílias cativas raramente desviado no caso específico do núcleo urbano central de Belém.

Por mais que a prevalência da estrutura monoparental feminina realce o protagonismo das mulheres escravas na formação das famílias sob o jugo do cativo, não podemos desconsiderar a leitura enviesada, que nos fornecem os inventários *post-mortem*. Sob o signo da monoparentalidade feminina havia, por certo, vários casos em que a existência – e, mais que isso, a presença – dos parceiros homens foram eclipsadas. Casos em que os parceiros eram de condição livre e, portanto, não inventariáveis – incluindo eventuais parceiros indígenas. Casos em que os parceiros eram escravos, entretanto pertenciam a outras propriedades. E, por fim, casos em que as uniões entre dois cativos de um mesmo plantel não foram, por assim dizermos, “reconhecidas” pelos avaliadores, vindo a serem reconhecidas pelos seus respectivos administradores e proprietários, ou não.

Adicionalmente, embora quando examinados em série, os inventários *post-mortem* ensejem uma observação, em perspectiva longitudinal – i. e., considerando permanências e variações, ao longo do tempo –, das estruturas familiares dos cativos e ingênuos do núcleo urbano central de Belém, cada inventário apresenta uma espécie de fotografia do plantel, em um contexto específico. Apesar de diversas outras limitações impostas pelos inventários *post-mortem* à análise da família cativa, a leitura transversal – ou seja, em um dado ponto do tempo – permitida por cada inventário, em particular, impõe o mais das vezes uma leitura estanque das estruturas das famílias cativas, não conferindo a devida plasticidade a tais arranjos familiares ao impor um predomínio que, em parte, pode ser virtual, da monoparentalidade feminina, nos ar-

ranjos familiares dos escravos do núcleo urbano central de Belém. A despeito dessas observações, a predominância da monoparentalidade feminina nas famílias cativas existentes na região pode ser resultante, com efeito, de uma baixa nupcialidade exibida pelos seus cativos.

TABELA 4.6
DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS COM 15 OU MAIS ANOS DE IDADE SEGUNDO O SEXO E O ESTADO CONJUGAL (NÚCLEO URBANO CENTRAL DE BELÉM, 1810-1888)

ESTADO CONJUGAL								
SEXO		SOLTEIRO(A)		CASADO(A)		VIÚVO(A)		TOTAL
		N	%	N	%	N	%	
1810-1850	Homens	161	95,8	07	4,2	-	-	168 (100,0%)
	Mulheres	165	95,4	08	4,6	-	-	173 (100,0%)
	TOTAL	326	95,6	15	4,4	-	-	341 (100,0%)
1851-1871	Homens	153	96,2	06	3,8	-	-	159 (100,0%)
	Mulheres	172	96,6	06	3,4	-	-	178 (100,0%)
	TOTAL	325	96,4	12	3,6	-	-	337 (100,0%)
1872-1888	Homens	67	100,0	-	-	-	-	67 (100,0%)
	Mulheres	105	100,0	-	-	-	-	105 (100,0%)
	TOTAL	172	100,0	-	-	-	-	172 (100,0%)
1810-1888	Homens	381	96,7	13	3,3	-	-	394 (100,0%)
	Mulheres	442	96,9	14	3,1	-	-	456 (100,0%)
	TOTAL	823	96,8	27	3,2	-	-	850 (100,0%)

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

Os dados acima (TABELA 4.6) evidenciam que praticamente a totalidade dos cativos do núcleo urbano central de Belém, que compõem a nossa amostra, não era ou havia sido casada, quando da confecção dos inventários *post-mortem*. Dos 850 escravos da região dos quais conseguimos identificar o sexo e o estado conjugal, entre 1810 e 1888, 96,8% eram solteiros. Esse percentual não oscilava significativamente em relação ao sexo, tampouco variou substancialmente ao longo dos três períodos de observação analisados – apesar de a totalidade dos cativos do terceiro período ter sido arrolada em condição celibatária. Tão-somente 3,2% dos cativos coligidos (3,3% dos homens e 3,1% das mulheres) eram casados e nenhum escravo viúvo foi encontrado em nossos registros. Tal quadro sinaliza, muito claramente, para uma já assinalada baixa nupcialidade dos escravos arrolados pelos inventários *post-mortem* coletados.

Os pesos relativos de escravos e escravas solteiros e casados que calculamos, por meio dos inventários *post-mortem*, se mostraram relativamente distintos daqueles que encontramos para o núcleo urbano central de Belém através do Recenseamento de 1872. Segundo o Recenseamento, dos 5.343 cativos que integravam as freguesias urbanas da Sé, de Santana, da Trindade e de Nazaré, 4.791 (89,7%) deles eram solteiros, 379 (7,1%) eram casados, e 173 (3,2%)

eram viúvos, sem grandes variações percentuais segundo o sexo. Cabe-nos salientar que esses percentuais são, ainda, subestimados, na medida em que os dados do Recenseamento de 1872, para o estado conjugal dos escravos, consideram a população cativa como um todo, e não somente aquela com 15 ou mais anos de idade. Tendo em vista que esses valores são subestimados, podemos constatar que os valores encontrados em nossa amostra, para a nupcialidade dos cativos do núcleo urbano central de Belém, se mostraram ligeiramente inferiores a seus correlatos no Recenseamento de 1872 em todos os três períodos de observação.³⁷¹

Para efeito de comparação, ao analisar o percentual de escravas casadas no Brasil, Robert W. Slenes encontrou, a partir do Recenseamento de 1872, o percentual de 5,6% e, a partir da Matrícula Geral de Escravos de 1873, o percentual de 4,1% para as cativas de todo o Grão-Pará. Esses percentuais apresentaram variações expressivas entre as várias províncias brasileiras. No âmbito do Recenseamento, as províncias a manifestarem as maiores incidências de cativas casadas foram Bahia (14,9%) e São Paulo (14,4%) e, as menores, foram a Corte (1,1%) e Santa Catarina e Amazonas (1,4%, cada uma). No âmbito da Matrícula, a província a apresentar a maior incidência de cativas casadas foi São Paulo (23,2%) e, a menor incidência, foi, novamente, a Corte (0,9%).³⁷² De maneira a explicar variações de tal monta, o Robert Slenes argumentou que:

Enquanto parece evidente que as províncias e os municípios que apresentaram uma baixíssima proporção de cativas casadas, não contabilizaram uniões consensuais, é plausível que outras áreas, particularmente a Província de São Paulo, as tenham incluído.³⁷³

Não seria irrazoável considerarmos que a baixa nupcialidade das cativas paraenses encontrada no Recenseamento de 1872 e na Matrícula Geral de Escravos de 1873 tenha permeado, também, as classificações apresentadas nos inventários *post-mortem* quanto ao estado conjugal dos cativos do núcleo urbano central de Belém. Sem desconsiderarmos, é evidente, a influência dos diferentes panos de fundo socioeconômicos locais ou regionais, essa característica pode ajudar a justificar a menor importância relativa dos cativos casados ou viúvos de nossa amostra, em relação a outras localidades e regiões brasileiras. De modo a matizarmos a discussão sobre a nupcialidade dos escravos do núcleo urbano central de Belém passamos, agora,

³⁷¹ Ver: BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Império de 1872. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger/Tip. Commercial, 1876, v. 01, p. 212.

³⁷² SLENES, Robert W. **The Demography and Economics of Brazilian Slavery, 1850-1888**. PhD. Dissertation (History) – Department of History, Stanford University, 1976, p. 420.

³⁷³ Idem. Tradução livre.

a examinar os arranjos matrimoniais dos escravos dessa região, a partir de registros paroquiais de casamento.

Para a análise dos arranjos matrimoniais dos homens cativos e das mulheres cativas do núcleo urbano central de Belém, lançamos mão de um corpo documental formado por 105 registros de casamento envolvendo cativos da freguesia de Santana, compreendendo o intervalo entre 1827 e 1848, e por 121 registros de matrimônio envolvendo cativos provenientes da freguesia da Sé, compreendendo o intervalo de 1841 a 1870. No que se refere à representatividade da documentação aqui compulsada encontramos-nos diante do seguinte quadro: aqueles 105 registros correspondem a 11,9% de todos os casamentos (N= 947) levados a cabo em Santana, entre os anos de 1827 e 1848. Por sua vez, esses 134 registros dizem respeito a 9,7% de todos os casamentos (N= 1.379) ocorridos em Sé entre 1841 e 1870. Logo, foram arrolados todos os registros disponíveis para a coleta em ambas as freguesias, naqueles intervalos.

TABELA 4.7
FREQUÊNCIA DOS ARRANJOS MATRIMONIAIS NOS CASAMENTOS ENVOLVENDO PELO MENOS UM(A) CÔNJUGE ESCRAVO(A) (NÚCLEO URBANO CENTRAL DE BELÉM, 1827-1870)

FREGUESIA(S)	HE/ME		HE/MF		HE/ML		ME/HF		ME/HL		TOTAL
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Santana (1827-1848)	62	59,0	15	14,3	13	12,4	05	4,8	10	9,5	105 (100,0%)
Sé (1840-1870)	87	64,9	14	10,4	21	15,7	06	4,5	06	4,5	134 (100,0%)
Santana e Sé (1827-1870)	149	62,3	29	12,1	34	14,2	11	4,6	16	6,8	239 (100,0%)

OBS: HE= Homem escravo; HF= Homem forro; HL= Homem livre; ME= Mulher escrava; MF= Mulher forra; ML= Mulher livre.

FONTE: Cúria Metropolitana de Belém (CMB). Livro I de Registros Paroquiais de Casamento da Freguesia de Santana e Livros I e II de Registros Paroquiais de Casamento da Freguesia da Sé

Os dados da TABELA 4.7 revelam que o arranjo matrimonial mais comum dos escravos do núcleo urbano central da cidade de Belém, tanto na freguesia da Sé (64,9%) quanto na freguesia de Santana (59,0%), era aquele em que ambos os nubentes eram cativos. Mostraram-se também expressivos os enlaces entre homens escravos e mulheres forras, e entre homens cativos e mulheres livres, bem como os enlaces entre mulheres cativas e homens livres na freguesia de Santana. Os casamentos entre mulheres escravas e homens forros e no caso da paróquia da Sé, entre mulheres cativas homens livres, foram menos comuns nos termos de nossa amostra. Cumpre-nos ressaltar, porém, que dado o pequeno o número de observações computadas, não podemos indicar com precisão quais os arranjos mais corriqueiros para além dos casos em que ambos os nubentes eram escravos. A análise das preferências matrimoniais dos cativos do núcleo urbano central de Belém, de acordo com o sexo, pode nos ajudar a nuançar o entendimento sobre tais arranjos e a nupcialidade escrava .

TABELA 4.8
PREFERÊNCIAS MATRIMONIAIS DOS ESCRAVOS SEGUNDO O SEXO E A CONDIÇÃO SOCIOJURÍDICA DOS(AS) CÔNJUGES (NÚCLEO URBANO CENTRAL DE BELÉM, 1827-1870)

	FREGUESIA(S)	CONDIÇÃO SOCIOJURÍDICA DO(A) CÔNJUGE(A)			TOTAL POR SEXO	TOTAL
		ES CRAVO(A)	FORRO(A)	LIVRE		
HOMENS ESCRAVOS		N				
	Santana (1827-1848)	62	15	13	90	167
	Sé (1840-1870)	87	14	21	122	221
	Santana e Sé (1827-1870)	149	29	34	212	388
		%				
	Santana (1827-1848)	68,9	16,7	14,4	53,9	100,0
	Sé (1840-1870)	71,3	11,5	17,2	55,2	100,0
MULHERES ESCRAVAS	Santana e Sé (1827-1870)	70,3	13,6	16,1	54,6	100,0
		N				
	Santana (1827-1848)	62	05	10	77	167
	Sé (1840-1870)	87	06	06	99	221
	Santana e Sé (1827-1870)	149	11	16	176	388
		%				
	Santana (1827-1848)	80,5	6,5	13,0	46,1	100,0
	Sé (1840-1870)	87,8	6,1	6,1	44,8	100,0
	Santana e Sé (1827-1870)	84,7	6,3	9,0	45,4	100,0

OBS: Os percentuais foram calculados tendo como denominador o número de escravos por sexo que se casaram em cada freguesia. O TOTAL POR SEXO considera a o peso relativo dos homens e mulheres cativos, em relação ao conjunto de escravos de ambos os sexos que se casaram (TOTAL).

FONTE: Cúria Metropolitana de Belém (CMB). Livro I de Registros Paroquiais de Casamento da Freguesia de Santana e Livros I e II de Registros Paroquiais de Casamento da Freguesia da Sé

Os dados da TABELA 4.8 corroboram o comportamento endógamo dos escravos do núcleo urbano central de Belém: tanto na freguesia da Sé, quanto na freguesia de Santana, os cativos contraíam casamento, via de regra, com companheiros de cativo. Não obstante tal padrão geral, podemos verificar, no que respeita aos enlaces exógamos, um comportamento matrimonial essencialmente diferenciado conforme o sexo: não somente se casaram mais homens do que mulheres em condição cativa como aqueles apresentaram um maior indicativo de exogamia. Isso, no contexto de uma população escrava, em que a participação relativa das mulheres cativas esteve longe de ser inexpressiva (caso consideremos apenas os escravos com 15 ou mais anos de idade, as escravas perfizeram 50,7% dos escravos de nossa amostra entre 1810 e 1850, 52,4% entre 1851 e 1871 e 61,0% entre 1872 e 1888). Em outras palavras, a maior incidência da exogamia entre os cativos homens não pode ser justificada por um porventura reduzido *pool* de cativas disponíveis no mercado matrimonial do núcleo urbano central de Belém.

Nos arranjos matrimoniais dos cativos do núcleo urbano central de Belém, assim como destacamos, no parágrafo anterior, o elemento determinante não era a freguesia à qual pertenciam.

ciam os cativos pertenciam, mas o seu sexo. O mercado matrimonial do núcleo urbano central de Belém assumia, desse modo, contornos distintos para os homens escravos e para as mulheres cativas: enquanto no caso daqueles o estoque de esposas potenciais era mais amplo, no caso das cativas, o estoque de maridos potenciais revelou-se decerto mais restrito, evidenciando, nos termos das suas possibilidades matrimoniais, uma abertura menor em relação aos segmentos livres da população – incluindo, aqui, os potenciais cônjuges egressos do cativo. O quadro demográfico da escravidão no núcleo urbano central de Belém, ao longo do século 19, nos situa diante da seguinte questão: havendo equilíbrio na distribuição da população cativa adulta segundo o sexo até pelo menos o limiar dos anos de 1870, o que explicaria: 1) a baixa nupcialidade e 2) as preferências matrimoniais diferenciadas dos cativos de acordo com o sexo?

Como vem demonstrando a historiografia concernente ao tema, um dos fatores que estava por trás dessa maior ou menor abertura era o fato de a condição cativa ser transmitida por via uterina, pelo ventre das mulheres cativas. Com o ideal de reprodução biológica fortemente imbricado ao casamento, em tese, dificilmente encontraríamos um grande contingente de homens livres casando-se legitimamente com mulheres cativas cientes de que seus filhos legítimos nasceriam em condição cativa.³⁷⁴ Isso se refletia, como sugere a TABELA 4.8, também em espaços com características urbanas como o núcleo central de Belém. Todavia, a interação cotidiana que os escravos da região mantinham com a população livre pode ter criado condições para que um determinado número de mulheres escravas (12,2% na freguesia da Sé e 19,5% na freguesia de Santana) contraísse casamento com homens livres ou forros. Se, do ponto de vista dos cônjuges forros e livres, poderia ser desvantajoso casar com uma mulher cativa, para os senhores, isso em nada comprometeria as perspectivas de reprodução das suas escravas .

Os casamentos exógamos nos conduzem, quase que inevitavelmente, à discussão acerca da autonomia escrava e da ingerência senhorial. Como coloca Robert W Slenes: “se a família cativa é o resultado de uma luta entre escravos e senhores, como se caracterizam os respectivos ‘ganhos’ e ‘perdas’ das partes nessa batalha?”³⁷⁵ Trocando em miúdos, como delimitar a tênue linha entre vontades dos escravos e imposição senhorial na formação da família cativa? Antes de qualquer coisa, devemos ter claro que abordar a família escrava não implica necessariamente tratar de casamento. Estudos recentes vêm indicando, a exemplo do que constatamos para o núcleo urbano central de Belém, que boa parte das famílias cativas, se organizava sob a monoparentalidade feminina, e que, mesmo nos casos em que se tratava de famílias nucleares,

³⁷⁴ cf.: GOLDSCHMIDT, Eliana Rea. **Casamentos mistos: liberdade e escravidão em São Paulo Colonial**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2004.

³⁷⁵ SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**, op. cit., p. 55.

não necessariamente havia legitimação pela Igreja.³⁷⁶ Além disso, não podemos perder de vista que embora a legislação outorgasse aos cativos o direito de escolherem os seus cônjuges, na prática, dificilmente seriam legitimadas uniões que não desfrutassem de anuência senhorial.³⁷⁷

Portanto, se, por um lado, os escravos tinham meios para barganhar, primeiro, o acesso ao casamento legítimo, e, segundo, a escolha dos seus respectivos cônjuges, por outro lado, os senhores atuavam como um limitante para a conjugalidade dos cativos, inclusive podendo decidir quais e como as uniões de seus escravos seriam, de fato, efetivadas. Embora tais relações de poder, a partir das quais se engendravam as famílias escravas, possam não se evidenciar de maneira tão nítida somente pela leitura dos registros paroquiais de casamento, é difícil imaginarmos que, em um ambiente marcadamente urbano, como o das freguesias da Sé e de Santana, onde havia uma interação constante entre os cativos e os mais diversos estratos da população livre, não houvesse qualquer tipo de controle sobre os casamentos. Se no caso dos enlaces exógamos, tal postura é menos evidente, nos enlaces endógamos, ela se manifesta claramente.

Dos 62 casos pesquisados em que os cativos de Santana casaram-se dentro do seu grupo social, em nenhum caso ocorreu casamento interplantéis. Por sua vez, dos 87 casos pesquisados, em que os cativos da Sé casaram-se dentro do seu grupo social, em tão-somente um caso ocorreu casamento interplantéis. No mês de setembro de 1841, os cativos Gonçalo Antônio e Carlota Marcelina contraíram casamento na Catedral da Sé.³⁷⁸ Gonçalo era escravo de Francisca Rosa Cardoso e a Carlota de sua irmã, Antônia Rosa Cardoso. Aparentemente, Francisca e Antônia eram herdeiras de um mesmo espólio – o que pode significar que, um dia, Gonçalo e Carlota Maria, agora separados formalmente em dois plantéis distintos, estiveram sob a posse de um mesmo proprietário exercendo atividades comuns e convivendo diariamente. Ou que pelo grau de parentesco de suas senhoras, não se criasse empecilhos à legitimação da união.³⁷⁹

Entretanto, não é somente a imposição do plantel como um limite para os enlaces homogâmicos que evidencia a intervenção senhorial na conjugalidade dos escravos. Outros fatores que podem evidenciá-la são (1) o maior número de homens escravos que mulheres escravas se casando (ver TABELA 4.8) no núcleo urbano central de Belém, cuja população cativa era cons-

³⁷⁶ Dentre muitos outros, ver principalmente: TEIXEIRA, Heloísa Maria. Família escrava, sua estabilidade e reprodução em Mariana, op. cit.

³⁷⁷ GOLDSCHMIDT, Eliana Rea. **Casamentos mistos**, op. cit., p. 113.

³⁷⁸ Cúria Metropolitana de Belém. *Livro I de Registros de Casamento do Curato da Sé de Belém*, p. 06(v).

³⁷⁹ A partir da análise de um plantel de Apiaí (São Paulo), José Flávio Motta e Agnaldo Valetin analisaram como após a morte da proprietária, as famílias escravas foram divididas (e repartidas) entre os diversos herdeiros de D. Anna de Oliveira Roza, foram gradualmente se reagrupando, desconfigurando a ruptura causada pela morte da proprietária. cf.: MOTTA, José Flávio; VALENTIN, Agnaldo. A estabilidade das famílias em um plantel de escravos de Apiaí (SP). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 27, pp. 161-92, jan.-jun. 2002.

tituída, em grande medida, por mulheres, e (2) a maior endogamia apresentada pelas mulheres cativas, em relação aos homens cativos desse núcleo (ver, novamente, TABELA 4.7). Tais fatores podem ser sugestivos de que paralelamente ao controle senhorial exercido sobre os matrimônios – sejam eles endógamos e exógamos –, existiria um controle mais efetivo sobre a conjugalidade das mulheres escravas, o que seria perfeitamente compreensível haja vista a grande dependência que a escravaria do Grão-Pará possuía da sua reprodução endógena .

Mesmo no âmbito dos matrimônios endógamos e das restrições em termos de mercado matrimonial a eles impostas, não se suprimia por completo a possibilidade de os escravos participarem ativamente da escolha dos seus respectivos cônjuges. O respeito à endogamia meta-étnica nos raríssimos casos em que encontramos cativos de origem africana se casando no núcleo urbano central de Belém, por exemplo, pode evidenciar uma eventual negociação dos escravos junto aos seus respectivos senhores, onde as vontades dos cativos foram atendidas. Por outro lado, no âmbito dos casamentos endógamos, sobretudo naqueles que uniam uma mulher escrava e um homem livre (nascido em tal condição ou egresso do cativo), uma negociação parece ter sido o ponto de partida para a efetivação do matrimônio, definindo se e delimitando com quem uma determinada união poderia vir a ser legitimada perante a Igreja. Foi tendo como pano de fundo o embate entre escravos e senhores, que se arquitetaram os arranjos matrimoniais examinados.

4.2. MECANISMOS DE REPRODUÇÃO DEMOGRÁFICA E FECUNDIDADE ESCRAVA

Como vimos argumentando no decurso do presente e dos últimos capítulos, a reprodução endógena consubstanciou um elemento fundamental da dinâmica demográfica da escravidão em determinadas regiões do Pará oitocentista (a exemplo do núcleo urbano central de Belém), em grande medida por conta da incapacidade das elites regionais em promoverem a uma efetiva na escravaria provincial através do tráfico. Se, como já argumentamos anteriormente, é verdade que as elites regionais foram por certo eficazes na manutenção da maior parte do contingente cativo do Grão-Pará até pelo menos o final da década de 1870, também é verdade que essas mesmas elites não foram eficazes em ampliar a escravaria paraense a partir do trato, especialmente da década de 1820 – quando ocorre uma desaceleração perene dos fluxos de cativos destinados à região – em diante.

Por mais que os mecanismos endógenos de reprodução demográfica dos cativos não se cinjam à família, nem muito menos a um único tipo de arranjo familiar, parece-nos evidente, pelo exposto nas últimas páginas, que a família gozou de grande protagonismo e esteve no co-

ração dos mecanismos de reprodução demográfica da população cativa do núcleo urbano central de Belém, entre os anos de 1810 e 1888. Mais que isso, os dados até aqui apresentados levam-nos a crer que grande parte dessa reprodução ocorreu no âmbito de famílias com estrutura monoparental feminina, inclusive nas posses de menor dimensão, embora a grande incidência de plantéis unitários em todos os três períodos em tela (dimensão de plantel que, aliás, formou a distribuição bimodal das escravarias no terceiro período observado, juntamente com os plantéis com dois cativos), possa ter criado dificuldades para a reprodução dos escravos em plantéis pequenos – sem, todavia, inviabilizar por completo as perspectivas de reprodução dos cativos dos menores plantéis.

Nesta seção, examinamos os mecanismos de reprodução dos escravos do núcleo urbano central de Belém entre os anos de 1810 e 1888, focalizando um dos componentes mais importantes da dinâmica demográfica: a fecundidade. Tendo em mente a pouca interação que essas regiões mantiveram com o tráfico – atlântico e interno – de escravos, acreditamos ser a fecundidade, um elemento-chave para a compreensão das formas pelas quais a população cativa do núcleo urbano central de Belém se reproduziu; isso sem desconsiderarmos, naturalmente, o impacto de outros fatores nas suas formas de reprodução. O primeiro indicativo da importância dessa reprodução, parece-nos ser o elevado percentual de crianças escravas e ingênuas encontrado em nossa amostra. Na TABELA 4.9 proporcionamos esses percentuais, os percentuais de mulheres com 15 ou mais anos de idade e, também, os respectivos valores para a razão crianças-mulheres,³⁸⁰ todos aferidos em relação às diferentes faixas de tamanho de plantel consideradas e em relação aos três períodos de observação:

³⁸⁰ A razão crianças-mulheres é uma variável *proxy* da fecundidade das mulheres escravas, bastante usada em estudos sobre a escravidão, que tem como fonte as listas nominativas e os inventários *post-mortem*. A razão refere-se ao número de mulheres em idade reprodutiva (15-49 anos) existente para o número de crianças (0-9 anos), vezes 1.000. As faixas etárias adotadas para as mulheres em idade reprodutiva e para as crianças variam de pesquisa para pesquisa. Sobre os limites da utilização dessa variável *proxy*, para a análise da fecundidade cativa a partir de inventários *post-mortem*, reproduzimos a crítica de Heloísa Teixeira: “é preciso ressaltar que os índices aferidos podem ser considerados uma *proxy* grosseira da fecundidade [...], já que os inventários *post-mortem* não nos permitem conhecer as porcentagens de crianças e mulheres férteis que morreram ou migraram antes de sua abertura”. cf.: TEIXEIRA, Heloísa Maria. Família escrava, sua estabilidade e reprodução em Mariana (1850-1888), op. cit., p. 181.

TABELA 4.9
DISTRIBUIÇÃO DAS CRIANÇAS ESCRAVAS OU INGÊNUAS E DAS ESCRAVAS ADULTAS SEGUNDO
AS FAIXAS DE TAMANHO DE PLANTEL (NÚCLEO URBANO CENTRAL DE BELÉM, 1810-1888)

	FTP	CRIANÇAS (0-9 ANOS)		MULHERES (15-49 ANOS)		RAZÃO CRIANÇAS- MULHERES
		N	%	N	%	
1810-1850	01-09	24	16,4	47	32,2	511
	10-19	24	21,2	27	23,9	889
	20-49	26	20,0	37	28,5	703
	50-99	-	-	-	-	-
	100/+	40	28,6	30	21,4	1.333
	TOTAL	114	21,6	141	26,7	809
1851-1871	01-09	53	20,6	87	33,9	609
	10-19	24	26,1	22	23,9	1.091
	20-49	09	17,6	05	9,8	1.800
	50-99	18	27,7	12	18,5	1.500
	100/+	20	15,5	25	19,4	800
	TOTAL	124	20,9	151	25,4	821
1872-1888	01-09	37	15,9	84	36,2	440
	10-19	09	24,3	10	27,0	900
	20-49	-	-	-	-	-
	50-99	-	-	-	-	-
	100/+	-	-	-	-	-
	TOTAL	46	17,1	94	34,9	489
1810-1888	01-09	114	18,0	218	34,3	523
	10-19	57	23,6	59	24,4	966
	20-49	35	19,3	42	23,2	833
	50-99	18	27,7	12	18,5	-
	100/+	60	22,3	55	20,4	1.091
	TOTAL	284	20,4	361	25,9	787

OBS: Os percentuais foram calculados tendo como denominador o número total de cativos por faixa de tamanho de plantel em cada período analisado. No segundo período, como já havíamos antecipado, foram considerados os dados relativos Engenho São Mateus, do segundo período observado, com 65 cativos. No terceiro período de observação, todos os ingênuos cuja idade não foi identificada foram incluídos na categoria “Crianças (0-9 anos)”.

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

Os dados apresentados na TABELA 4.9 indicam que, ao longo de todo o intervalo analisado (1810-1888), as crianças e os ingênuos perfizeram 20,4% dos cativos e ingênuos computados em nossa amostra. O peso relativo desse segmento apresentou ligeiras variações entre os três períodos observados. No primeiro período, tal percentual foi de 21,6%. No segundo período, de 20,9% e, no terceiro período, de 17,1%. Mesmo que as oscilações no peso relativo dos escravos jovens sejam pontuais e devam ser lidas com bastante cuidado por conta do reduzido número de casos que compõem a nossa amostra, os indicadores aferidos podem ser sugestivos

de uma tímida tendência à redução do peso relativo das crianças escravas e ingênuas na população escrava do núcleo urbano central de Belém. Tendência, tal, que acompanhou a diminuição do peso relativo de jovens (0-14 anos) na mesma população (como indicamos no CAPÍTULO 03, os jovens perfizeram 34,7% dos escravos no primeiro, 31,4% dos cativos no segundo, e 16,1% dos escravos no terceiro período de observação).

Considerando, novamente, todo o intervalo compreendido (1810-1880), podemos verificar que o peso relativo das mulheres em idade potencialmente mais fértil (15-49 anos) foi de 25,9%. Inversamente ao que ocorreu com relação às crianças, o peso relativo das mulheres em idade fértil apresentou oscilações por certo mais substanciais entre os três períodos analisados. Tais cativas perfizeram 26,7% dos cativos compilados para o primeiro período, 21,2% dos escravos coligidos para o segundo período e 34,9% dos cativos arrolados para o terceiro período de observação. Assim como no caso das crianças, as variações no peso relativo das cativas em idade fértil seguiram o movimento geral dos escravos em idade adulta (15-49 anos), cujo peso relativo em nossa amostra, como um todo, oscilou de 54,0%, no primeiro período, para 51,7% no segundo e 73,2% no terceiro período de observação – como já demonstramos.

Tanto o peso relativo das crianças cativas, quanto o peso relativos das mulheres escravas em idade fértil apresentaram variações significativas entre as diferentes faixas de tamanho de plantel. Dado o pequeno número de observações que compõem a nossa amostra e as características não uniformes de tais variações, somos levados a crer que essas oscilações constituíram movimentos de caráter aleatório. Não identificamos, por exemplo, relação direta entre os pesos relativos de crianças e de mulheres em idade fértil, e as faixas de tamanho de plantel. E ademais é oportuno lembrarmos que, por vezes, uma determinada faixa de tamanho de plantel se circunscreve, em última instância, a plantéis específicos. São os casos, a título de exemplo, dos megaplantéis coligidos tanto no primeiro (Fazenda Val-de-Cans),³⁸¹ como do segundo período analisado (Engenho do Murutucu).³⁸²

Interessa-nos, entretanto, observar a presença de crianças e de mulheres em idade fértil conjuntamente, na medida em que é justo essa relação que nos permite calcular a fecundidade das mulheres cativas do núcleo urbano central de Belém ao longo do século 19. Uma primeira leitura da TABELA 4.9 permite-nos observar duas tendências distintas em relação à fecundidade das mulheres cativas da região central de Belém. Em um primeiro momento, a razão crian-

³⁸¹ CMA/UFPA. Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível), Inventários *post-mortem*, cx. 13 (1845-1849). Inventário *post-mortem* de José Duarte Rodrigues, 1846.

³⁸² CMA/UFPA. Cartório Sarmiento (14ª Vara Cível), Inventários *post-mortem*, cx. 04 (1852-1863A). Inventário *post-mortem* de Vicente Antônio de Miranda, 1853.

ças-mulheres praticamente se manteve de 809, entre 1810 e 1850 para 821, entre 1851 e 1871. Em um segundo momento, vemos essa razão decrescer substancialmente, de 821, entre 1851 e 1871, para 489, entre 1872 e 1888. Deixando para mais adiante tal comparação entre as razões encontradas para Belém e as encontradas para outras localidades e regiões escravistas do Brasil, gostaríamos de focalizar especificamente nessa variação: o que teria provocado uma brusca retração na fecundidade das mulheres cativas do núcleo urbano central de Belém, nas últimas décadas da escravidão?

Não obstante outros fatores intervenientes, um dos fatores preponderantes que pode ter contribuído para a sugerida queda da fecundidade das cativas do núcleo urbano central de Belém, entre os dois primeiros e o terceiro período de observação, foi a reorganização da estrutura da posse de escravos ocorrida na região a partir da década de 1870. Como evidenciamos no CAPÍTULO 03, a estrutura da posse de escravos do núcleo central de Belém, no terceiro período examinado, apresentou uma distribuição bimodal marcada pela primazia dos plantéis unitários ou com dois cativos, que perfizeram 54,2% de todas as escravarias compiladas, nesse período. Como sugerimos na ocasião, as médias de cativos por escravista oscilaram de 9,8, no primeiro período em tela, para 7,6 e 3,3, no segundo e no terceiro períodos examinados, respectivamente. Ainda que as médias concernentes aos dois primeiros períodos não tenham apresentado diferença estatisticamente significativa, entre si, ambas suplantaram a média do terceiro período observado.

Especificamente no caso do terceiro período examinado, a despeito do elevado estoque de mulheres cativas em idade fértil disponível, é provável que a significativa redução no número médio de cativos por plantel possa ter dificultado, embora não inviabilizado por completo, as possibilidades de reprodução das cativas das menores escravarias, a partir de 1871. Soma-se a isso o fato de nossa amostra para o terceiro período não ter encontrado plantéis grandes, muito grandes ou megaplantéis, diversamente do que ocorreu nos dois primeiros períodos em tela. As escravarias de maior porte, como sugerem os dados da TABELA 4.9, apresentaram, em geral, maiores indicativos de fecundidade que as pequenas e médias escravarias, nos dois primeiros períodos de observação, salvo nos casos das escravarias grandes no primeiro período, e do megaplantel no segundo período analisado. Observemos, agora, os dados das razões crianças-mulheres calculados não segundo as diferentes faixas de tamanho de plantel, mas segundo as atividades econômicas características das escravarias:

TABELA 4.10
DISTRIBUIÇÃO DAS CRIANÇAS ESCRAVAS OU INGÊNUAS E DAS ESCRAVAS ADULTAS SEGUNDO
AS ATIVIDADES ECONÔMICAS (NÚCLEO URBANO CENTRAL DE BELÉM, 1810-1888)

	ATIVIDADE(S)	CRIANÇAS		MULHERES		RAZÃO CRIANÇAS- MULHERES
		N	%	N	%	
1810-1850	Escravos de ganho, de aluguel e domésticos	62	20,5	85	28,1	729
	Comércio	-	-	01	25,0	-
	Funilaria	01	8,3	04	33,3	250
	Quintas e Rocinhas	09	17,6	18	35,3	500
	Cacau e Olaria	40	28,8	30	21,6	1.333
	Subsistência ou Abastecimento	02	16,7	01	8,3	2.000
	Sem atividade característica	-	-	02	100,0	-
	TOTAL	114	21,8	141	27,0	809
1851-1871	Escravos de ganho, de aluguel e domésticos	63	22,7	88	31,7	716
	Comércio	09	21,4	15	35,7	600
	Ourivesaria	-	-	01	25,0	-
	Padaria	01	20,0	-	-	-
	Quintas e Rocinhas	02	20,0	04	40,0	500
	Derivados da cana-de-açúcar	38	20,0	37	19,5	1.027
	Subsistência ou Abastecimento	11	39,3	06	21,4	1.833
	Arroz	-	-	-	-	-
	TOTAL	124	22,3	151	27,1	821
1872-1888	Escravos de ganho, de aluguel e domésticos	32	16,9	73	38,6	438
	Comércio	09	28,1	11	34,4	818
	Olaria	-	-	04	40,0	-
	Tipografia	02	20,0	03	30,0	667
	Quintas e Rocinhas	-	-	02	50,0	-
	Subsistência ou Abastecimento	03	30,0	01	10,0	3.000
	Pecuária	-	-	-	-	-
	TOTAL	46	17,1	94	34,9	489

OBS: Os percentuais foram calculados tendo como denominador o número total de cativos por atividade econômica em cada período analisado. No segundo período, como já havíamos antecipado, foram considerados os dados relativos Engenho São Mateus, do segundo período observado, com 65 cativos. No terceiro período de observação, todos os ingênuos cuja idade não foi identificada foram incluídos na categoria “Crianças (0-9 anos)”.

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

Os dados acima (TABELA 4.10) permitem-nos dentro de certos limites associar os indicadores de fecundidade das mulheres cativas do núcleo urbano central de Belém às condições de vida material às quais estavam submetidas essas escravas, a tirarmos pelas atividades econômicas características nas quais elas estavam envolvidas. Ainda que tal associação deva respeitar limites bem demarcados, não apenas por conta do pequeno número de observações que

compõem a amostra, mas também pelo reduzido número de observações computado para cada atividade (exceção feita, aqui, para as escravas em atividades de ganho, de aluguel ou domésticas), podemos observar uma interessante relação entre os valores da razão crianças-mulheres e o caráter rural ou urbano das atividades econômicas. Excluídas as escravas das quintas e rocinhas, as escravas ligadas a atividades rurais manifestaram, via de regra, um indicativo de fecundidade por certo maior que as escravas ligadas a atividades com características mais urbanas.

Excetuando os casos em que o reduzido número de observações por atividade pode ter superestimado a fecundidade das escravas (os plantéis voltados à produção de gêneros de subsistência ou abastecimento do primeiro e do segundo período de observação, por exemplo), as escravarias atreladas a atividades rurais exibiram maiores valores da razão-crianças-mulheres. A Fazenda Val-de-Cans, propriedade produtora de cacau e cerâmica, pertencente a José Duarte Rodrigues³⁸³ no primeiro período de observação e os Engenhos São Mateus e do Murutucu, unidades produtoras de derivados da cana-de-açúcar e pertencentes, respectivamente, à sociedade entre Henrique de La Rocque e Antônio Smith,³⁸⁴ e a Vicente Antônio de Miranda,³⁸⁵ no segundo período de observação, foram as que apresentaram as mulheres cativas com os maiores indicativos de fecundidade de nossa amostragem. Val-de-Cans e Murutucu eram megaplantéis com 140 e 129 cativos respectivamente, enquanto o São Mateus era uma escravaria muito grande, com 65 cativos.

Por sua vez, no caso dos plantéis ligados às atividades de ganho, de aluguel ou domésticas, que constituíram, como vimos no CAPÍTULO 03, a grande maioria das escravarias do núcleo urbano central de Belém – e, vale dizer, a quase totalidade dos plantéis ligados a atividades urbanas –, podemos notar que os valores da razão-crianças mulheres se mostraram inferiores aos apresentados pelas escravas da região, como um todo. No primeiro período de observação, o valor da razão-crianças mulheres nesses plantéis específicos foi de 729, ao passo que o valor correlato para o conjunto de plantéis analisados no período foi de 809. No segundo período de observação, os valores respectivos foram de 716 e 821. No terceiro período de observação os valores correspondentes foram de 438 e 489, confirmando a tendência dos dois períodos anteriores.

³⁸³ CMA/UFPA. Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível), Inventários *post-mortem*, cx. 13 (1845-1849). Inventário *post-mortem* de José Duarte Rodrigues, 1846.

³⁸⁴ CMA/UFPA. Cartório Sarmiento (14ª Vara Cível), Inventários *post-mortem*, cx. 04 (1852-1863A). Inventário *post-mortem* de Antônio Smith, 1853.

³⁸⁵ CMA/UFPA. Cartório Sarmiento (14ª Vara Cível), Inventários *post-mortem*, cx. 04 (1852-1863A). Inventário *post-mortem* de Vicente Antônio de Miranda, 1853.

Ainda que os limites indicados nos últimos parágrafos nos impeçam de avançar acerca dessa associação, não seria de todo irrazoável supormos que o avanço e a consolidação da urbanização da capital paraense tenham inibido parcialmente a fecundidade das escravas ou, então, criado condições para que o número de filhotes por escrava presentes em inventário diminuísse, reduzindo os valores das razões crianças-mulheres. No que respeita à primeira possibilidade, gostaríamos de adiantar que a fecundidade das escravas dos perímetros rurais do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina apresentou tendência inversa crescendo de 869 no primeiro período de observação, para 1.201 e 1.217, respectivamente, no segundo e no terceiro período de observação. No que respeita à segunda possibilidade, não podemos perder de vista que na década de 1870 se assiste à criação e consolidação de Fundos de Emancipação. No caso do Fundo de Emancipação do Pará, o núcleo urbano central de Belém era, justamente, a região com o maior número de cotas para a libertação de cativos.³⁸⁶

A respeito da comparação entre os valores da razão crianças-mulheres encontrados para o núcleo urbano central de Belém e seus correlatos para o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina convém lembrarmos que, como evidenciamos no CAPÍTULO 02, os ritmos de crescimento das populações cativas de ambas as regiões, embora praticamente constantes, eram diferenciados. Enquanto a população escrava de Belém apresentou taxa média geométrica de crescimento negativo de 0,14% a.a., entre 1823 e 1872, a população cativa do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina cresceu positivamente a 0,05% a.a., no mesmo intervalo. Por mais que o crescimento de uma determinada população também se estabeleça através de outros fatores intervenientes, os diferentes níveis de fecundidade das cativas de ambas as regiões podem ter sido um importante fator condicionante desses ritmos de crescimento distintos.

A título de comparação, o valor geral da razão crianças-mulheres que encontramos para o núcleo urbano de Belém se mostrou semelhante aos encontrados, por outros autores, para diferentes localidades e regiões brasileiras. Francisco Vidal Luna e Herbert Klein calcularam, a partir de listas nominativas, a razão crianças-mulheres de 840 para seis regiões de São Paulo no limiar do século 19.³⁸⁷ A mesma razão de 840 foi aferida por Horácio Gutiérrez para o Paraná, em 1824.³⁸⁸ Em relação à segunda metade do Oitocentos, Heloísa Maria Teixeira obser-

³⁸⁶ cf.: NEVES, Pedro Monteiro. **Liberdades sem custos, nem inquietações: significados e sentidos do Fundo de Emancipação no Grão-Pará (1871-1888)**. Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2014.

³⁸⁷ cf.: LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Características da população em São Paulo no início do século XIX. **População e Família**, São Paulo, n. 3, p. 71-91, 2000.

³⁸⁸ GUTIÉRREZ, Horácio. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 17, n. 2, mai.-ago. 1987, p. 309.

vou para Mariana a razão de 925, entre os anos de 1850 e 1888.³⁸⁹ Douglas C. Libby e Clotilde Paiva, por sua vez, encontraram para o Oeste de Minas, entre os anos de 1873 e 1875, a razão de 734.³⁹⁰ Exceto quanto à razão crianças-mulheres calculadas por Teixeira, os valores da razão-crianças mulheres em outras localidades e regiões brasileiras se mostraram semelhantes, com pequenas oscilações para mais e para menos, aos valores dessa razão que aferimos para o núcleo urbano central de Belém nos dois primeiros períodos examinados.

Em que pesem tais semelhanças, os valores que calculamos para o núcleo urbano central de Belém se mostraram substancialmente inferiores ao calculado por Jéssyka Costa para a cidade de Manaus, na província vizinha do Amazonas. Por meio dos dados do Recenseamento de 1872, Costa encontrou a razão crianças-mulheres de 1.399 – um valor que supera, em muito, os que encontramos para o núcleo central de Belém, inclusive nos dois primeiros períodos de observação.³⁹¹ Conquanto a população escrava de Manaus apresentasse, como argumentamos no CAPÍTULO 03, características bastante próximas às que encontramos para o núcleo urbano central de Belém (relativo equilíbrio em função do sexo, maciça presença de cativos crioulos e uma alta dependência da reprodução endógena), a fecundidade das cativas de Manaus se mostrou expressivamente superior à das escravas do núcleo urbano central de Belém .

Apesar de os valores da razão-crianças-mulheres das mulheres cativas do núcleo urbano central de Belém terem se mostrado semelhantes aos de diversas localidades e regiões brasileiras, mas significativamente inferiores aos aferidos para Manaus por Jéssyka Costa e àqueles que aferimos para o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina (ver CAPÍTULO 06), a reprodução endógena dos escravos representou um elemento primordial para a manutenção do contingente de cativos e da importância econômica da escravidão no núcleo urbano central de Belém no século 19. Mesmo no terceiro período de observação, quando ao que parece houve uma redução no potencial reprodutivo das cativas do núcleo urbano central de Belém, a reprodução e a família escrava continuaram a constituir um fator importante para a manutenção ou a ampliação das escravarias.

Um caso interessante para pensarmos essa questão é o plantel de Joaquim de Figueiredo Muniz arrolado ainda em 1871, meses após a promulgação da Lei Rio Branco. No inventário *post-mortem* de Joaquim Muniz foram descritos oito escravos que se dedicavam a ativida-

³⁸⁹ TEIXEIRA, Heloísa Maria. Família escrava, sua estabilidade e reprodução em Mariana, op. cit., p. 199.

³⁹⁰ LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Clotilde Andrade. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 25, n. 2, mai.-ago. 1995, p. 226.

³⁹¹ COSTA, Jéssyka Sâmia Ladislau Pereira. **Por todos os cantos da cidade: escravos negros no mundo do trabalho na Manaus oitocentista (1850-1884)**. Dissertação de Mestrado (História Social) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, 2016, p. 60.

des de ganho, de aluguel e domésticas e um ingênuo. A cativa Bernardina, de 18 anos de idade, assim como os escravos Sebastião e Domingos, de 16 e 70 anos de idade, respectivamente, foram os únicos a não serem arrolados em famílias. As escravas Tomásia, Marcelina e Amélia tiveram os nomes de suas mães especificados no processo. O mesmo ocorreu com uma menina ingênuo recém-nascida, cujo nome ainda não havia sido definido na época da feitura do inventário, e que era filha da escrava Lídia, então com 28 anos de idade.³⁹² Sem a reprodução de suas escravas, o plantel de Joaquim tenderia a ser bem menor do que foi.

O caso do plantel de Joaquim de Figueiredo Muniz revela outro aspecto importante da reprodução dos cativos do núcleo urbano central de Belém: o número de filhos por cativa. As escravas de Joaquim, quando da feitura do inventário *post-mortem*, possuíam um filho escravo ou ingênuo cada, à exceção de Bernardina, que não teve filho arrolado no processo. Quando nos referimos ao número de filhos – e esta é uma limitação que conforme já especificamos, também diz respeito à análise da fecundidade a partir da razão crianças-mulheres –, referimo-nos ao número de filhos existentes no contexto de organização dos inventários, sob a posse de um determinado senhor. Situações em que os filhos faleceram ou foram comercializados antes da fotografia retratada pelos inventários *post-mortem* não são identificáveis, tampouco a prole porventura nascida após essa fotografia.

Feitas as devidas ressalvas, na TABELA 4.11, apresentamos o número de filhos identificados nos inventários *post-mortem* coletados para o núcleo urbano central de Belém, segundo as diferentes faixas etárias das mães. No caso específico dessa análise, consideramos não apenas as cativas em idade potencialmente mais fértil (15-49 anos), mas também as mulheres escravas com 50 ou mais anos de idade. A inclusão das mães escravas já situadas – conforme os critérios apresentados nos CAPÍTULOS 03 e 05 – no grupo etário dos velhos é oportuna na medida em que nos enseja uma visão em conjunto da maternidade escrava, sem necessariamente enviesar as reflexões sobre a fecundidade escrava levadas a cabo nas últimas páginas, a partir da razão-crianças-mulheres.

³⁹² CMA/UFPA. Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível), Inventários *post-mortem*, cx. 27 (1871B). Inventário *post-mortem* de Joaquim de Figueiredo Muniz, 1871.

TABELA 4.11
DISTRIBUIÇÃO DOS FILHOS ESCRAVOS OU INGÊNUOS SEGUNDO AS FAIXAS ETÁRIAS DAS
MÃES CATIVAS (NÚCLEO URBANO CENTRAL DE BELÉM, 1810-1888)

	FAIXAS ETÁRIAS DAS MÃES (EM ANOS)	NÚMERO DE FILHOS												MÉDIA	TOTAL
		01		02		03		04		05		>05			
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
1810-1850	15-19	04	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,0	04 (100,0%)
	20-24	10	90,9	01	9,1	-	-	-	-	-	-	-	-	1,1	11 (100,0%)
	25-29	03	42,9	01	14,3	02	28,6	01	14,3	-	-	-	-	2,1	07 (100,0%)
	30-34	03	33,3	03	33,3	-	-	02	22,2	-	-	01	11,1	2,6	09 (100,0%)
	35-39	01	14,3	03	42,9	02	28,6	-	-	01	14,3	-	-	2,6	07 (100,0%)
	40-44	01	14,3	-	-	05	71,4	01	14,3	-	-	-	-	2,9	07 (100,0%)
	45-49	01	33,3	-	-	-	-	02	66,7	-	-	-	-	3,0	03 (100,0%)
	50/+	03	37,5	05	62,5	-	-	-	-	-	-	-	-	1,6	08 (100,0%)
	TOTAL	26	46,4	13	23,2	09	16,1	06	10,7	01	1,8	01	1,8	2,0	56 (100,0%)
1851-1871	15-19	01	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,0	01 (100,0%)
	20-24	11	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,0	11 (100,0%)
	25-29	01	16,7	02	33,3	03	50,0	-	-	-	-	-	-	2,3	06 (100,0%)
	30-34	06	85,7	-	-	-	-	01	14,3	-	-	-	-	1,4	07 (100,0%)
	35-39	07	58,3	01	8,3	04	33,3	-	-	-	-	-	-	1,8	12 (100,0%)
	40-44	04	57,1	03	42,9	-	-	-	-	-	-	-	-	1,4	07 (100,0%)
	45-49	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	50/+	04	50,0	04	50,0	-	-	-	-	-	-	-	-	1,5	08 (100,0%)
	TOTAL	34	65,4	10	19,2	07	13,5	01	1,9	-	-	-	-	1,5	52 (100,0%)
1872-1888	15-19	01	50,0	01	50,0	-	-	-	-	-	-	-	-	1,5	02 (100,0%)
	20-24	03	60,0	01	20,0	01	20,0	-	-	-	-	-	-	1,6	05 (100,0%)
	25-29	08	72,7	01	9,1	02	18,2	-	-	-	-	-	-	1,5	11 (100,0%)
	30-34	05	62,5	-	-	03	37,5	-	-	-	-	-	-	1,8	08 (100,0%)
	35-39	01	50,0	01	50,0	-	-	-	-	-	-	-	-	1,5	02 (100,0%)
	40-44	01	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,0	01 (100,0%)
	45-49	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	50/+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	TOTAL	19	65,5	04	13,8	06	20,7	-	-	-	-	-	-	1,6	29 (100,0%)
1810-1888	15-19	06	85,7	01	14,3	-	-	-	-	-	-	-	-	1,1	07 (100,0%)
	20-24	24	88,9	02	7,4	01	3,7	-	-	-	-	-	-	1,1	27 (100,0%)
	25-29	12	50,0	04	16,7	07	29,2	01	4,2	-	-	-	-	1,9	24 (100,0%)
	30-34	14	58,3	03	12,5	03	12,5	03	12,5	-	-	01	4,2	2,0	24 (100,0%)
	35-39	09	42,9	05	23,8	06	28,6	-	-	01	4,8	-	-	2,0	21 (100,0%)
	40-44	06	40,0	03	20,0	05	33,3	01	6,7	-	-	-	-	2,1	15 (100,0%)
	45-49	01	33,3	-	-	-	-	02	66,7	-	-	-	-	3,0	03 (100,0%)
	50/+	07	43,8	09	56,3	-	-	-	-	-	-	-	-	1,6	16 (100,0%)
	TOTAL	79	57,7	27	19,7	22	16,1	07	5,1	01	0,7	01	0,7	1,7	137 (100,0%)

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

Considerando todo o intervalo contemplado (1810-1888) e sem considerarmos, a priori, as faixas etárias das escravas, a maioria das mães (57,7%) foi relacionada na companhia de somente um filho, seguidas das mães com dois (19,7%) e com três filhos (16,1%). As mães na companhia de quatro filhos totalizaram apenas 5,1% do total de mães cativas computadas. Por sua vez, encontramos só um caso de mãe escrava com cinco filhos, e outro caso de mãe cativa com mais de cinco filhos. Curiosamente, nos únicos dois casos de mães com cinco ou mais de cinco filhos identificados, ambos do primeiro período examinado, as mães escravas eram menores de 40 anos de idade. Francisca, escrava de José Duarte Rodrigues com 38 anos de idade, deu a luz a Maximino, o seu primeiro filho identificado, aos 26 anos.³⁹³ Já Valéria, escrava de Manoel Joaquim Gomes com 30 anos de idade, deu a luz a seu primeiro rebento, Romano, aos 19 anos de idade.³⁹⁴ Apesar do fato de possuírem um número semelhante de filhos, os dados podem ser sugestivos de trajetórias reprodutivas distintas de Francisca e Valéria.

Como destacamos no CAPÍTULO 03, os inventários *post-mortem* não permitem uma leitura precisa da idade dos escravos. Somando-se a isso o fato de os números de filhos arrolados nos inventários *post-mortem* não traduzirem, necessariamente, o número de filhos tido por cada escrava ao longo de suas trajetórias reprodutivas, comprometer-se-ia cabalmente, por meio da documentação compulsada, uma análise acerca dos intervalos genésicos, i. e., os intervalos de tempo compreendidos entre os nascimentos de dois ou mais filhos consecutivos das mulheres escravas. No entanto, é possível que variações em tais intervalos, em que pesem outros fatores intervenientes, tenham contribuído para que Francisca e Valéria, mesmo com idades distintas, apresentassem um número de filhos semelhante. Teoricamente, a tirarmos pelo número da prole e pelas idades aparentes aos terem os seus primeiros e últimos filhos até o momento – 26 e 37,5 anos, no caso de Francisca, e 19 e 27 anos, no caso de Valéria – elas exibiram intervalos genésicos médios de dois anos e quatro meses e de um ano e quatro meses, nesta ordem.

A partir dos dados da TABELA 4.11, podemos observar haver uma grande relação entre as idades das mães e o número de filhos a elas associados nos inventários. Tal relação se mostrou estatisticamente significativa no primeiro³⁹⁵ e no segundo³⁹⁶ períodos de observação, não havendo interdependência entre ambos os fatores no terceiro período observado.³⁹⁷ Como podemos verificar pelos dados apresentados, tanto no primeiro quanto no segundo período anali-

³⁹³ CMA/UFPA. Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível), Inventários *post-mortem*, cx. 13 (1845-1849). Inventário *post-mortem* de José Duarte Rodrigues, 1846.

³⁹⁴ CMA/UFPA. Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível), Inventários *post-mortem*, cx. 04 (1818-1820). Inventário *post-mortem* de Manoel Joaquim Gomes, 1819.

³⁹⁵ Resultado do teste *chi-quadrado*: $\chi^2(96, N = 521) = 193,06, p < 0,001$ – altamente significativo.

³⁹⁶ Resultado do teste *chi-quadrado*: $\chi^2(60, N = 492) = 138,98, p < 0,001$ – altamente significativo.

³⁹⁷ Resultado do teste *chi-quadrado*: $\chi^2(39, N = 205) = 42,09, p = 0,34$ – não significativo.

sado, os números médios de filhos tenderam a crescer, à medida que avançavam as faixas etárias das mães. Tal relação se revelou quase que diretamente proporcional, exceto no tocante às médias de filhos das mães com 50 ou mais anos de idade, no primeiro período, e das mães entre 25 e 29 anos e 35 e 39 anos de idade no segundo período de observação. No caso do terceiro período, como adiantamos, não havia relação estatisticamente significativa em tais termos.

Embora, à primeira vista, possa parecer evidente haver um expressivo grau de correlação entre tais fatores, a eventual morte ou venda de filhos ou mães tinha potencial para enviesar essa relação. É bastante provável que um desses aspectos tenha contribuído para alterações nesses fatores entre os três períodos de observação considerados. No primeiro período, podemos notar a presença de mães de todas as faixas etárias e de mães cativas na casa dos 30 anos com cinco ou mais filhos arrolados nos inventários *post-mortem*. No segundo período, encontramos apenas uma mãe com quatro filhos e nenhuma com cinco ou mais. No terceiro período examinado, não encontramos mães com mais de 45 anos de idade ou de três filhos. Essas alterações refletem uma aparente diminuição do número médio de filhos por mãe entre o primeiro (2,0) e os dois últimos períodos de observação (1,5 e 1,6, respectivamente).

A relação entre as idades das mães escravas e o número de filhos a elas associados nos inventários era condicionada, para além dos vários aspectos comentados ao longo dos últimos parágrafos, pelo grau de estabilidade possível conquistada pelas famílias cativas do núcleo urbano central de Belém no decorrer do Oitocentos. A despeito de eventuais desmembramentos por morte ou venda de escravos e não obstante, também, as demais mudanças na estrutura das famílias cativas, o que sustentaria aquela relação seria, justamente, a possibilidade de as famílias escravas conservarem uma determinada unidade – conquanto passível de alterações estruturais – por um algum intervalo de tempo. Qual teria sido o grau de estabilidade possível conquistada pelas famílias escravas da região? A primazia dos pequenos e médios plantéis, sobretudo no terceiro período examinado, teve implicações nesse grau de estabilidade ?

4.3. ESTABILIDADE POSSÍVEL DAS FAMÍLIAS ESCRAVAS

Nesta seção, dedicamo-nos a examinar a estabilidade possível alcançada pelas famílias cativas do núcleo urbano central de Belém entre 1810 e 1888. A historiografia dedicada à família escrava tem evidenciado que as relações familiares não somente eram viáveis sob o jugo do cativo como também poderiam manter a sua estabilidade por anos a fio, inserindo-se em

extensas e complexas redes de parentesco.³⁹⁸ Como tem demonstrado parte desses mesmos estudos, o maior ou menor nível de estabilidade possível alcançado pelas famílias cativas guardava relação com três elementos intervenientes: a longevidade senhorial, a dimensão da posse e o impacto promovido pela morte do senhor.³⁹⁹ Considerando que os inventários pesquisados não apresentavam, para a grande maioria dos casos, as idades dos proprietários, e que ademais a seção das partilhas se apresentava, por vezes, incompleta, o nosso interesse incide na análise do tempo de duração das relações familiares, entre os escravos da região, em relação às idades das mães e das estruturas familiares .

Antes de passarmos, especificamente, para os dados quantitativos acerca da estabilidade possível das famílias escravas, gostaríamos de iniciar a análise dessa questão retomando os casos das escravas Francisca e Valéria, objeto de nossa atenção na seção anterior. Como indicamos anteriormente, ao ser arrolada no inventário *post-mortem* de seu proprietário, José Duarte Rodrigues, Francisca possuía 38 anos de idade e cinco filhos, o primeiro deles nascido 12 anos antes quando Francisca ainda possuía 26 anos de idade.⁴⁰⁰ Por sua vez, ao ser arrolada no inventário *post-mortem* de seu proprietário, Manoel Joaquim Gomes, Valéria possuía somente 30 anos de idade, mas já na companhia de uma prole com seis filhos; o mais velho deles, Romano, nascido 11 anos antes quando Valéria ainda possuía 19 anos de idade.⁴⁰¹ Apesar da imprecisão dos inventários quanto à idade, tais dados revelam algumas possibilidades de análise.

Quando do arrolamento dos cativos de José Duarte Rodrigues e Manoel Joaquim Gomes, a tirarmos pelas idades de seus filhos aparentemente primogênitos, as cativas Francisca e Valéria viviam em famílias há, pelo menos, 13 e 11 anos, respectivamente. Isso, naturalmente, sem levarmos em consideração outros vínculos familiares ou afetivos que Francisca e Valéria pudessem ter mantido ou ainda mantinham quando de seus arrolamentos nos inventários *post-mortem*. Ainda que Francisca e Valéria tenham sido as cativas com os maiores números de filhos de toda a nossa amostra para o núcleo urbano central de Belém não eram elas que viviam em famílias há mais tempo na região, nos termos de nossa amostra. Isso, pois o maior ou menor número de filhos não se traduziria, diretamente, em maior ou menor grau de estabilidade.

³⁹⁸ cf.: SLENES, Robert W. Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 217-27, mai.-ago. 1987.

³⁹⁹ cf.: MOTTA, José Flávio; VALENTIN, Agnaldo. A estabilidade das famílias em um plantel de escravos de Apiaí (SP), op. cit.

⁴⁰⁰ CMA/UFPA. Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível), Inventários *post-mortem*, cx. 13 (1845-1849). Inventário *post-mortem* de José Duarte Rodrigues, 1846.

⁴⁰¹ CMA/UFPA. Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível), Inventários *post-mortem*, cx. 04 (1818-1820). Inventário *post-mortem* de Manoel Joaquim Gomes, 1819.

TABELA 4.12
DISTRIBUIÇÃO DOS INTERVALOS DE DURAÇÃO DOS VÍNCULOS FAMILIARES SEGUNDO AS FAIXAS ETÁRIAS DAS MÃES (NÚCLEO URBANO CENTRAL DE BELÉM, 1810-1888)

	FAIXAS ETÁRIAS DAS MÃES (EM ANOS)	DURAÇÃO DOS VÍNCULOS FAMILIARES (EM ANOS)												TOTAL
		0-4		5-9		10-14		15-19		20-29		30/+		
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
1810-1850	15-19	02	50,0	01	25,0	-	-	01	25,0	-	-	-	-	04 (100,0%)
	20-24	10	90,9	01	9,1	-	-	-	-	-	-	-	-	11 (100,0%)
	25-29	01	14,3	02	28,6	04	57,1	-	-	-	-	-	-	07 (100,0%)
	30-34	01	11,1	05	55,6	03	33,3	-	-	-	-	-	-	09 (100,0%)
	35-39	-	-	04	57,1	03	42,9	-	-	-	-	-	-	07 (100,0%)
	40-44	01	20,0	02	40,0	01	20,0	01	20,0	-	-	-	-	05 (100,0%)
	45-49	-	-	-	-	02	66,7	-	-	01	33,3	-	-	03 (100,0%)
	50/+	-	-	01	12,5	04	50,0	-	-	-	-	03	37,5	08 (100,0%)
	TOTAL	15	27,8	16	29,6	17	31,5	02	3,7	01	1,9	03	5,6	54 (100,0%)
1851-1871	15-19	01	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01 (100,0%)
	20-24	09	81,8	01	9,1	01	9,1	-	-	-	-	-	-	11 (100,0%)
	25-29	01	16,7	02	33,3	03	50,0	-	-	-	-	-	-	06 (100,0%)
	30-34	03	50,0	01	16,7	02	33,3	-	-	-	-	-	-	06 (100,0%)
	35-39	04	33,3	04	33,3	04	33,3	-	-	-	-	-	-	12 (100,0%)
	40-44	-	-	03	42,9	04	57,1	-	-	-	-	-	-	07 (100,0%)
	45-49	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	50/+	-	-	01	12,5	03	37,5	02	25,0	01	12,5	01	12,5	08 (100,0%)
	TOTAL	18	35,3	12	23,5%	17	33,3	02	3,9	01	2,0	01	2,0	51 (100,0%)
1872-1888	15-19	02	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	02 (100,0%)
	20-24	04	80,0	01	20,0	-	-	-	-	-	-	-	-	05 (100,0%)
	25-29	03	33,3	05	55,6	01	11,1	-	-	-	-	-	-	09 (100,0%)
	30-34	-	-	01	33,3	02	66,7	-	-	-	-	-	-	03 (100,0%)
	35-39	-	-	-	-	-	-	01	100,0	-	-	-	-	01 (100,0%)
	40-44	-	-	01	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	01 (100,0%)
	45-49	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	50/+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	TOTAL	09	42,9	08	38,1	03	14,3	01	4,8	-	-	-	-	21 (100,0%)
1810-1888	15-19	05	71,4	01	14,3	-	-	01	14,3	-	-	-	-	07 (100,0%)
	20-24	23	88,5	02	7,7	01	3,8	-	-	-	-	-	-	26 (100,0%)
	25-29	05	29,4	05	29,4	07	41,2	-	-	-	-	-	-	17 (100,0%)
	30-34	04	23,5	08	47,1	05	29,4	-	-	-	-	-	-	17 (100,0%)
	35-39	04	20,0	08	40,0	08	40,0	-	-	-	-	-	-	20 (100,0%)
	40-44	01	8,3	05	41,7	05	41,7	01	8,3	-	-	-	-	12 (100,0%)
	45-49	-	-	-	-	02	66,7	-	-	01	33,3	-	-	03 (100,0%)
	50/+	-	-	02	12,5	07	43,8	02	12,5	01	6,3	04	25,0	16 (100,0%)
	TOTAL	42	33,3	36	28,6	37	29,4	05	4,0	02	1,6	04	3,2	126 (100,0%)

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

Os dados acima (TABELA 4.12) evidenciam a relação entre as idades das mães escravas e o tempo de duração dos vínculos familiares calculado a partir da idade dos filhos primogênitos, no contexto de produção dos inventários *post-mortem*. Tal relação se mostrou estatisticamente significativa no primeiro,⁴⁰² no segundo⁴⁰³ e, também, no terceiro período observado.⁴⁰⁴ Nesse sentido, podemos concluir que embora a maior idade das mães cativas não necessariamente significasse a existência de um maior número de filhos em coabitação quando da feitura dos inventários *post-mortem* – sobretudo, no caso do terceiro período de observação, quando a relação entre as idades das mães e os números de filhos não se desvelou estatisticamente significativa –, a maior idade das mães escravas se colocou como um elemento primordial para a existência de vínculos familiares mais duradouros.

A maior aderência entre as idades das mães escravas e a duração dos vínculos *vis-à-vis* a relação entre aquele fator (idade das mães cativas) e os números de filhos arrolados pode ser consequência, justamente, do falecimento, a venda ou, mesmo, da separação dos filhos através de partilhas de bens anteriores. Embora tais aspectos possam também contribuir para subestimar a duração dos vínculos familiares e, conseqüentemente, enviesar a nossa leitura acerca do grau de estabilidade possível alcançado pelas famílias escravas – na medida em que o parâmetro de cálculo da duração desses filhos envolve as idades dos filhos mais velhos arrolados nos inventários *post-mortem* que, em tese, podem não ser os primogênitos de fato das escravas em questão –, o impacto maior daqueles aspectos parece ter sido mais efetivo no que diz respeito à relação entre as idades das mães escravas e os números de filhos arrolados.

Por mais que o amplo predomínio da monoparentalidade feminina entre as famílias escravas do núcleo central de Belém no decorrer do século 19 não seja um elemento que favoreça essa discussão, notadamente em virtude do pequeno número de observações encontrado para outras estruturas familiares (ver a TABELA 4.5 e a análise posterior), não podemos deixar de considerar a existência de uma eventual relação entre a estabilidade possível das famílias cativas e as distintas formas de organização familiar. Se por um lado, essa relação não manifestou ser estatisticamente significativa nem no primeiro,⁴⁰⁵ tampouco no segundo período examinado⁴⁰⁶ (o terceiro período de observação não se insere nessa discussão uma vez que todas as estruturas familiares encontradas a partir de 1872, eram monoparentais femininas), por outro lado abre-se possibilidade para uma análise de caráter qualitativo dessa questão.

⁴⁰² Resultado do teste *chi-quadrado*: $\chi^2(50, N = 57) = 104,55, p < 0,001$ – altamente significativo.

⁴⁰³ Resultado do teste *chi-quadrado*: $\chi^2(35, N = 54) = 69,89, p < 0,001$ – altamente significativo.

⁴⁰⁴ Resultado do teste *chi-quadrado*: $\chi^2(15, N = 21) = 35,89, p < 0,01$ – altamente significativo.

⁴⁰⁵ Resultado do teste *chi-quadrado*: $\chi^2(10, N = 55) = 11,01, p = 0,36$ – não significativo.

⁴⁰⁶ Resultado do teste *chi-quadrado*: $\chi^2(05, N = 54) = 7,10, p = 0,21$ – não significativo.

TABELA 4.13
DISTRIBUIÇÃO DOS INTERVALOS DE DURAÇÃO DOS VÍNCULOS FAMILIARES SEGUNDO AS ESTRUTURAS FAMILIARES (NÚCLEO URBANO CENTRAL DE BELÉM, 1810-1888)

ESTRUTURAS FAMILIARES		DURAÇÃO DOS VÍNCULOS FAMILIARES (EM ANOS)												TOTAL
		0-4		5-9		10-14		15-19		20-29		30/+		
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
1810-1850	NUCLEAR	02	28,6	02	28,6	01	14,3	-	-	-	-	02	28,6	07 (100,0%)
	M. MASCULINA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	M. FEMININA	13	28,9	13	28,9	15	33,3	02	4,4	01	2,2	01	2,2	45 (100,0%)
	EXTENSA	01	33,3	-	-	01	33,3	-	-	-	-	01	33,3	03 (100,0%)
	MÚTIPLA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	TOTAL	16	29,1	15	27,3	17	30,9	02	3,6	01	1,8	04	7,3	55 (100,0%)
1851-1871	NUCLEAR	01	16,7	-	-	05	83,3	-	-	-	-	-	-	06 (100,0%)
	M. MASCULINA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	M. FEMININA	18	37,5	12	25,0	14	29,2	02	4,2	01	2,1	01	2,1	48 (100,0%)
	EXTENSA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	MÚTIPLA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	TOTAL	19	35,2	12	22,2	19	35,2	02	3,7	01	1,9	01	1,9	54 (100,0%)
1872-1888	NUCLEAR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	M. MASCULINA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	M. FEMININA	09	42,9	08	38,1	03	14,3	-	-	01	4,8	-	-	21 (100,0%)
	EXTENSA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	MÚTIPLA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	TOTAL	09	42,9	08	38,1	03	14,3	-	-	01	4,8	-	-	21 (100,0%)
1810-1888	NUCLEAR	03	23,1	02	15,4	06	46,2	-	-	-	-	02	15,4	13 (100,0%)
	M. MASCULINA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	M. FEMININA	40	35,1	33	28,9	32	28,1	04	3,5	03	2,6	02	1,8	114 (100,0%)
	EXTENSA	13	28,9	13	28,9	15	33,3	02	4,4	01	2,2	01	2,2	45 (100,0%)
	MÚTIPLA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	TOTAL	44	33,8	35	26,9	39	30,0	04	3,1	03	2,3	05	3,8	130 (100,0%)

OBS: No caso da família extensa do primeiro período de observação reunida há menos de cinco anos esclarecemos tratar-se de um caso em que os membros mais antigos da família não tiveram as suas respectivas idades fornecidas pelos inventários *post-mortem*, enviesando a duração do vínculo da família em questão.

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

Os informes da TABELA 4.13 permitem-nos conjecturar que a inexistência de interdependência, estatisticamente significativa, entre os tipos de estrutura familiar e a duração manifesta dos vínculos familiares pode ter sido decorrente não somente do pequeno número de observações computados acerca das estruturas não-monoparentais, mas também da existência de

vínculos familiares duradouros entre as famílias monoparentais femininas. Tanto no primeiro, como no segundo período de observação, encontramos famílias monoparentais femininas reunidas há, pelo menos, 20 ou 30 anos. Embora não tenhamos identificado famílias monoparentais femininas reunidas, há mais de 30 anos, no último período, há um caso, em nossa amostra para o período em que a família estava reunida há, ao menos, 20 anos. Por outro lado, famílias com estruturas decerto mais complexas – nucleares ou extensas – com as quais nos deparamos no primeiro e no segundo período em tela, não necessariamente revelaram durações mais longas, algumas delas estando reunidas há menos de 10 anos.

Observemos alguns casos específicos, de maneira a matizarmos tal reflexão. A família com o vínculo mais longo de toda a nossa amostra foi identificada no primeiro período analisado, arrolada em um inventário de 1816. Sob uma estrutura monoparental feminina, a família da escrava Ana, africana de 65 anos de idade, reunia ainda dois de seus filhos: Antônio, de 42 anos, e Manoel Francisco, de 37 anos, ambos crioulos. O estado infelizmente comprometido do documento não nos permite identificar a região de proveniência de Ana na África, posto que, a tirarmos pela sua idade, pelo fato de o seu primogênito (nascido no Brasil) possuir mais de 40 anos e, também, pelo ano do inventário de seu proprietário José Luciano Rebelo,⁴⁰⁷ fosse grande a possibilidade de ser originária da África Ocidental, que fornecia praticamente seis de cada 10 africanos introduzidos no Grão-Pará entre 1751 e 1787.⁴⁰⁸

A família de Ana é interessante não apenas por evidenciar um caso de uma família escrava estabelecida no núcleo urbano central de Belém, há mais de quatro décadas, no contexto de feitura do inventário de José Luciano Rebelo, como também por indicar que mesmo no período em que o tráfico de escravos destinado ao Pará foi o mais intenso, na longa duração desse fluxo, existiu se não incentivo, pelo menos condição favorável para a reprodução endógena dos cativos do núcleo urbano central de Belém. Conquanto o inventário *post-mortem* de Rebelo não nos possibilite tecer maiores considerações sobre a formação desse plantel ao longo do tempo, não nos parece irrazoável considerarmos a possibilidade de José Luciano Rebelo tenha investido na reprodução biológica de Ana como um fator de ampliação de sua escravaria. Essa cativa e seus filhos foram os únicos escravos arrolados no inventário de Rebelo.⁴⁰⁹

⁴⁰⁷ CMA/UFGA. Cartório Leão (4ª Vara Cível), Inventários *post-mortem*, cx. 01 (1818-1819). Inventário *post-mortem* de José Luciano Rebelo, 1816.

⁴⁰⁸ ver: HAWTHORNE, Walter. **From Africa to Brazil: Culture, Identity, and an Atlantic Slave Trade, 1600-1830**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 52-3.

⁴⁰⁹ CMA/UFGA. Cartório Leão (4ª Vara Cível), Inventários *post-mortem*, cx. 01 (1818-1819). Inventário *post-mortem* de José Luciano Rebelo, 1816.

A grande longevidade da convivência de Ana com seus filhos Antônio e Manoel Francisco pode nos servir de base para explorar outro viés da estabilidade das famílias escravas do núcleo urbano central de Belém. Mesmo que a família por mais tempo unida de nossa amostra tenha sido arrolada sob uma estrutura monoparental feminina, é bastante plausível que ao longo das mais de quatro décadas de convivência da cativa Ana em família, tenha havido mudanças na sua estrutura, fora a possibilidade de que os seus dois filhos mantivessem relações conjugais exógenas ao plantel de José Luciano Rebelo ou, ainda, para além dos limites do cativeiro. Nesses pelo menos 42 anos em que Ana viveu em família, é possível que tenha tido outros filhos já falecidos ou comercializados quando da feitura do inventário *post-mortem* de Rebelo ou que tenha sido casada legítima ou consensualmente. Deixando de lado tal espectro de possibilidades, gostaríamos de examinar, ainda, outro caso que pode nos ajudar a problematizar a estabilidade das famílias cativas no núcleo urbano central da Belém oitocentista.

Ao falecer, em 1841, Tomás Nogueira Picanço deixou, dentre outros bens, uma escravaria com quatro cativos que trabalhavam em atividades domésticas. Tal plantel era composto por três escravas (Maria Teresa de Jesus, Benedita e Maria de Jesus) e um cativo (Manoel João). Na descrição da escravaria, Manoel Joaquim não foi associado a uma família escrava. Por sua vez, Maria Teresa de Jesus, Benedita e Maria de Jesus eram, respectivamente, avó, mãe e neta. Maria Teresa era proveniente da África Central-Atlântica e possuía, na altura, 60 anos de idade. Benedita, sua filha, era crioula com 30 anos. Maria de Jesus, filha de Benedita, também era crioula e possuía somente quatro anos de idade.⁴¹⁰ Tratava-se, assim, da existência de uma família com elevado grau de complexidade em estrutura existente nos pequenos plantéis, como já comentado na primeira seção deste capítulo .

Em que pese uma diferente estrutura formada pela terceira geração de uma mesma família, a aparente trajetória formativa da escravaria do reverendo Tomás Nogueira Picanço não deixa de apresentar pontos em comum com a aparente trajetória de formação do plantel de José Luciano Rebelo. Em ambos os casos, referentes a distintos contextos temporais, parece-nos ter havido se não um incentivo, uma não imposição de empecilhos para que as escravas se reproduzissem, oferecendo inclusive condições para que as famílias escravas se desenvolvessem com relativo grau de estabilidade. Os casos dos plantéis de José Luciano Rebelo e Tomás Nogueira Picanço reforçam, sob diferentes vieses, a importância da reprodução endógena na ma-

⁴¹⁰ CMA/UFPA. Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível), Inventários *post-mortem*, cx. 10 (1840-1841). Inventário *post-mortem* de Tomás Nogueira Picanço, 1841.

nutenção e na ampliação dos pequenos plantéis do núcleo urbano central de Belém e, não obstante a isso, as condições favoráveis de estabilidade que permearam tal reprodução.

No presente capítulo, examinamos as relações familiares e os mecanismos de reprodução dos escravos do núcleo urbano central de Belém, entre os anos de 1810 e 1888, através de três eixos privilegiados: 1) o grau de incidência das relações familiares e de estruturas familiares potencialmente mais assíduas, e a nupcialidade dos cativos; 2) a fecundidade das cativas e consequentemente as possibilidades e os mecanismos de reprodução dos cativos; 3) o nível de estabilidade possível alcançado pelas famílias cativas. Como indicamos anteriormente, a nossa reflexão focalizou a inserção dos cativos e ingênuos de nossa amostra em famílias não apenas observando o grau de incidência das relações familiares entre os cativos analisados, como também verificando a existência de estruturas familiares potencialmente mais recursivas entre eles.

Numa caracterização inicial, observamos que 30,6% de todos os 1.327 cativos e ingênuos de nossa amostra estavam inseridos em famílias – peso relativo, este, que não apresentou variações expressivas entre os três períodos em tela. Dos três segmentos sexo-etários considerados o de jovens com menos de 15 anos de idade era o que aglutinava o maior número de cativos e ingênuos inseridos em famílias (16,5%), seguido do segmento das mulheres com 15 ou mais anos de idade (11,3%) e do segmento dos homens com 15 ou mais anos de idade (1,6%). Como sinalizamos, os percentuais referentes aos pesos relativos dos escravos de cada um desses segmentos vivendo em famílias apresentaram oscilações entre os três períodos analisados. Tais oscilações, entretanto, não foram expressivas ao ponto de alterarem a prevalência dos jovens e das mulheres como aqueles que concentravam os maiores números de escravos e ingênuos em famílias.

No que toca às estruturas familiares em que os cativos estavam inseridos, assinalamos que a esmagadora maioria das famílias cativas de nossa amostra, para o núcleo urbano central de Belém, durante o Oitocentos, possuía estrutura monoparental feminina. Essa estrutura fez 84,7% das famílias do primeiro período em tela, 89,3% das famílias do segundo e a totalidade das famílias examinadas no terceiro. Com exceção do primeiro período, vimos ainda que nos dois períodos seguintes todas as famílias cativas que identificamos nas pequenas escravarias eram monoparentais femininas. Diante da consolidação, indicada no capítulo anterior, do predomínio das pequenas escravarias no terceiro período analisado, as estruturas formadas por

mães e proles tornaram-se regra, consolidando, segundo argumentamos, um padrão de organização de famílias escravas raramente desviado, no caso particular do núcleo central de Belém.

Em relação ao estado conjugal dos escravos, mostramos que praticamente a totalidade dos escravos do núcleo urbano central de Belém não era ou havia sido casada, quando da confecção dos inventários *post-mortem*. De modo a matizarmos essa questão, examinamos os arranjos matrimoniais dos escravos da região, a partir de registros paroquiais de matrimônio. Os dados apresentados revelaram que o arranjo matrimonial mais comum dos escravos do núcleo urbano central da cidade de Belém, tanto na freguesia da Sé como na freguesia de Santana era aquele em que ambos os nubentes eram cativos. Mostraram-se também expressivos os enlaces entre homens escravos e mulheres forras, e entre homens cativos e mulheres livres, bem como os enlaces entre mulheres escravas e homens livres na paróquia de Santana. O mesmo não observamos no caso da freguesia da Sé.

Passando para a discussão em torno dos mecanismos endógenos de reprodução dos cativos do núcleo urbano central de Belém, destacamos que embora tais mecanismos não se restringam à família, tampouco a um único tipo de arranjo familiar, a família representou um fator de grande importância e esteve no âmago dos mecanismos de reprodução da população cativa do núcleo urbano central de Belém entre os anos de 1810 e 1888. Tendo em mente a pouca interação que tais regiões mantiveram com o tráfico, argumentamos que a fecundidade das escravas configurou um elemento-chave para a compreensão das formas pelas quais a população escrava do núcleo urbano central de Belém se reproduziu. Um primeiro indicativo da importância dessa reprodução, como mostramos, foi o elevado percentual de crianças escravas e ingênuas encontrado em nossa amostra.

Os dados apresentados indicaram que, ao longo de todo o intervalo investigado (1810-1888), as crianças escravas e os ingênuos totalizaram 20,4% dos cativos e ingênuos de nossa amostra. O peso relativo desse segmento apresentou ligeiras variações entre os períodos analisados. O peso relativo das mulheres cativas em idade potencialmente mais fértil foi de 25,9%. Ao contrário do que aconteceu com relação às crianças, o peso relativo das mulheres em idade fértil apresentou oscilações mais expressivas, entre os três períodos de observação. Essas cativas perfizeram 26,7% dos cativos do primeiro período, 21,2% dos escravos do segundo período e 34,9% dos cativos do terceiro período de observação. Sinalizamos, todavia, que a base de cálculo da variável *proxy* utilizada para medir a fecundidade (razão crianças-mulheres) considera ambos os segmentos (mulheres em idade fértil e crianças), conjuntamente.

Em um primeiro momento, a razão crianças-mulheres se manteve de 809, entre 1810 e 1850 para 821, entre 1851 e 1871. Em um segundo momento, tal razão decresceu expressivamente, de 821, entre 1851 e 1871, para 489 entre 1872 e 1888. Apesar de outros fatores intervenientes, um dos fatores preponderantes que, como comentamos, pode ter contribuído para a aparente queda da fecundidade das escravas, do núcleo urbano central de Belém, foi o reordenamento da estrutura da posse de cativos ocorrida na região a partir da década de 1870. Mesmo no terceiro período de observação quando, ao que parece, houve uma redução no potencial reprodutivo das cativas do núcleo urbano central de Belém, a reprodução endógena e a família cativa continuaram a constituir um fator importante para a manutenção ou, ainda, a ampliação das escravarias.

Passamos então para uma reflexão acerca da estabilidade possível alcançada pelas famílias cativas do núcleo urbano central de Belém entre 1810 e 1888. A historiografia dedicada à família cativa, como explicitamos, vem evidenciando que o maior ou menor nível de estabilidade possível conquistado pelas famílias cativas, guardava relação com três elementos intervenientes: a longevidade senhorial, a dimensão da posse e o impacto promovido pela morte do senhor. Considerando que os inventários por nós pesquisados não apresentavam, para a grande maioria dos casos, as idades dos senhores e que, além disso, as seções da partilhas se apresentava, por vezes, incompleta, as nossas análises incidiram no tempo de duração das relações familiares, entre os escravos da região, em relação às idades das mães e das estruturas familiares.

Argumentamos que a maior aderência entre as idades das mães cativas e a duração dos vínculos *vis-à-vis* a relação entre as idades das mães escravas e os números de filhos arrolados pode ser consequência, exatamente, do falecimento, da venda ou, mesmo, da separação dos filhos através de partilhas de bens anteriores. Ainda que, como mostramos, tais aspectos igualmente possam ter contribuído para subestimar a duração dos vínculos familiares e, consequentemente, enviesar a nossa leitura acerca do grau de estabilidade possível alcançado pelas famílias escravas – na medida em que o cálculo da duração desses filhos envolve as idades dos filhos mais velhos arrolados nos inventários *post-mortem* –, o impacto maior daqueles aspectos parece ter sido mais efetivo, no que diz respeito à relação entre as idades das mães cativas e os números de filhos arrolados.

Sinalizamos ainda que, a despeito da inexistência de interdependência estatisticamente significativa entre os tipos de estrutura familiar e a duração manifesta dos vínculos familiares, pode ter sido decorrente não apenas do pequeno número de observações computados em rela-

ção às estruturas não-monoparentais, mas também da existência de vínculos familiares bastante longevos entre as famílias monoparentais femininas. Tanto no primeiro, quanto no segundo período examinado encontramos famílias monoparentais femininas reunidas há pelo menos 20 anos. Muito embora não tenhamos identificado famílias monoparentais femininas reunidas, há mais de 30 anos, no último período analisado, há um caso em nossa amostra para esse período em que a família estava reunida há ao menos 20 anos. Encontramos também famílias com estruturas mais complexas (nucleares ou extensas) reunidas há menos de 10 anos.

Em síntese, retomando uma ideia apresentada ainda no início do capítulo, gostaríamos de pontuar que embora os plantéis integralmente constituídos por escravos inseridos em famílias não tenham sido regra, a família foi uma realidade marcante para parte expressiva dos cativos do núcleo urbano central de Belém, enformando uma condição fundamental da reprodução da população escrava e, conseqüentemente, da manutenção do escravismo nessa região ao longo Oitocentos. Como mostramos nas últimas páginas, apesar do fato de a primazia dos pequenos e médios plantéis ter representado um óbice para a formação de estruturas familiares com maior grau de complexidade, as características demográficas bastante particulares da população cativa do núcleo central de Belém propiciaram a formação de famílias e a reprodução dos escravos, inclusive nos menores plantéis.

CAPÍTULO V

ESTRUTURA DA POSSE DE CATIVOS NO BAIXO TOCANTINS E NA ZONA GUAJARINA

No dia 20 de fevereiro de 1810, d. Lizarda Maria da Purificação faleceu no sítio de sua propriedade, situado às margens do rio Moju, na então capitania do Grão-Pará. Solteira e sem herdeiros descendentes ou ascendentes, todos os bens de Lizarda foram destinados ao seu único irmão. O espólio compreendia, além do já referido sítio, uma “casa de morada”, 16 cativos, “ranchos” para a moradia desses, e ferramentas diversas empregadas no cultivo da mandioca e de outros gêneros de subsistência. Lizarda Maria fazia parte de todo um universo de pequenos sítiantes que caracterizava a paisagem rural do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, contrastando com as grandes propriedades lá existentes. Era, portanto, uma dentre muitos pequenos e médios produtores que em meio ao complexo econômico agroextrativista prevalecente nessas regiões, consolidaram uma policultura desenvolvida em acanhadas sortes de terra, e que guardava vínculos com o mercado, visando à própria subsistência e ao abastecimento de Belém.⁴¹¹

A produção da mandioca e de outros gêneros de subsistência no sítio de Lizarda estava-se no uso de mão de obra cativa. A partir da descrição dos bens apresentada em seu inventário *post-mortem*, podemos conhecer algumas características do plantel. Dos 16 escravos que moravam e trabalhavam no sítio seis eram homens e 10 eram mulheres. Ademais, a escravaria era composta exclusivamente por cativos crioulos e exibia uma idade média de 16,5 anos, justificada pela expressiva presença de jovens no plantel (oito dos 16 cativos possuíam menos de 15 anos).⁴¹² A preponderância das escravas mulheres em relação aos escravos homens, de escravos crioulos em relação aos escravos africanos, assim como a significativa presença de crianças, foram características particulares do plantel de Lizarda Maria ou evidências de características mais gerais do escravismo no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina?

Este capítulo tem por objetivo analisar a estrutura da posse de cativos no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina no decurso do Oitocentos, a partir de três eixos: as características dos proprietários de escravos, o padrão de distribuição da posse de cativos e as características demográficas e econômicas da população escrava. Para tal, o capítulo encontra-se encadeado em três partes, cada uma delas dedicada a um dos eixos norteadores do capítulo anteriormente re-

⁴¹¹ ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX. **Papers do NAEA**, Belém, n. 153, p. 01-26, out. 2000.

⁴¹² CMA/UFPA. Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível). Inventários *post-mortem*, cx. 01 (1810-1812). Inventário de Lizarda Maria da Purificação, 1810.

feridos. Desse modo, na primeira parte, examinamos as características dos proprietários de escravos. Na segunda parte, analisamos as características da posse de cativos. E, na terceira parte, voltamos à análise das características da população escrava considerando não apenas as diferentes faixas de tamanho de plantel, mas também as principais atividades econômicas nas quais os cativos de nossa amostra estavam empregados.

5.1. CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E ECONÔMICAS DOS PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS

Nesta seção, focalizamos as características dos proprietários de escravos do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, entre 1810 e 1888. Tendo em vista as especificidades do conjunto de 136 inventários *post-mortem* analisados,⁴¹³ procedemos à caracterização dos escravistas em relação ao sexo, ao estado conjugal e à ocupação ou à atividade característica dos inventários. Ainda que o pequeno número de observações que compõem nossa amostra não nos enseje projetar os indicadores apresentados para os escravistas do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina como um todo, visto que não nos valem os dados para estimar sua representatividade, o exame das características dos 136 proprietários de escravos contemplados é por certo importante, na medida em que nos permite adentrar na discussão de elementos relevantes às análises voltadas para a estrutura da posse de cativos e o perfil demográfico e econômico dos escravos.

Nos 136 autos pesquisados, foram inventariados 129 escravistas individualmente e sete casais (seis casais de marido e mulher e um casal de irmãos) como proprietários de cativos. Para a análise da distribuição dos escravistas de acordo com o sexo, são considerados somente os 129 proprietários inventariados individualmente. A partir dos dados apresentados na TABELA 5.1, podemos observar que a amostra de escravistas, em tela, era constituída, principalmente, por homens, que figuravam como maioria dos proprietários, em todos os três períodos considerados. A despeito disso, o número de mulheres proprietárias de cativos esteve longe de ser inexpressivo. Em todo o intervalo observado, cerca de quatro em cada dez escravistas eram do sexo feminino. Sob a sua posse estavam 32,6% dos 1.172 cativos do primeiro, 32,5% dos 735 cativos do segundo e 15,6% dos 673 cativos do terceiro período. Os escravistas homens detinham, respectivamente, 44,8%, 66,1% e 84,4% dos escravos. Os demais 22,6% dos cativos do primeiro e 1,4% dos escravos do segundo período pertenciam aos casais de proprietários.

⁴¹³ Foram pesquisados 50 inventários referentes ao período de 1810 a 1850, outros 50 inventários referentes ao período de 1851 a 1871 e mais 36 inventários referentes ao período de 1872 a 1888. Os inventários *post-mortem* arrolados não apresentavam a idade dos inventariados, mas apenas as suas datas de falecimento e as idades de seus respectivos filhos, caso houvesse. Nesta documentação também não foi informada a naturalidade dos inventariados. Entretanto, não seria de todo irreal supormos que grande parte deles fosse de origem paraense ou ainda, portuguesa. Para uma análise mais pormenorizada do corpo documental utilizado, cf.: APÊNDICE METODOLÓGICO.

TABELA 5.1
DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVISTAS SEGUNDO O SEXO
(BAIXO TOCANTINS E ZONA GUAJARINA, 1810-1888)

PERÍODO	SEXO				TOTAL
	HOMENS		MULHERES		
	N	%	N	%	
1810-1850	27	60,0	18	40,0	45 (100,0%)
1851-1871	29	60,4	19	39,6	48 (100,0%)
1871-1888	25	69,4	11	30,6	36 (100,0%)
TOTAL (1810-1888)	81	62,8	48	37,2	129 (100,0%)

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

Tanto a participação das mulheres no conjunto de escravistas examinados como o peso relativo dos cativos sob a sua propriedade, apresentaram tendência inversa daquela que observamos para Belém, realidade na qual, as participações relativas das mulheres entre os proprietários e dos escravos sob a sua posse, tenderam a aumentar com o avançar do século 19 (essas participações foram de 36,0% e 21,9% para o primeiro período, 37,3% e 23,1% para o segundo período e 41,4% e 40,6% para o terceiro, respectivamente). Tal diferença de comportamento resultou não apenas da própria redução do peso relativo das mulheres no conjunto de escravistas em si, mas também do fato de diferentemente do núcleo urbano central de Belém, a diminuição do número médio de escravos sob a posse de mulheres entre os três períodos em tela (21,2, 12,6 e 9,5, respectivamente) não ter sido acompanhada de movimento equivalente entre os proprietários homens (plantéis médios de 19,4, 16,1 e 22,8, respectivamente) do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina.

Por mais que o pequeno número de observações contempladas e as particularidades da documentação pesquisada⁴¹⁴ levem-nos a crer que as variações exibidas na TABELA 5.1 representam muito mais movimentos aleatórios do que mudanças efetivas, de período para período, na distribuição dos proprietários segundo o sexo, não há como negarmos, nos termos de nossa amostra, a predominância dos homens no segmento dos escravistas. Uma predominância que, vale dizer também existente no núcleo urbano central de Belém, não se deu somente no âmbito dos proprietários de cativos do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina. A historiografia dedicada à estrutura da posse de cativos no Brasil vem evidenciando, mesmo em relação a contex-

⁴¹⁴ Não somente são consideradas unicamente as pessoas que faleceram no período contemplado (1810-1888), como nem todos que faleciam eram inventariados, mas, somente os que possuíam bens a serem arrolados ou, então, filhos órfãos. Para uma análise mais pormenorizada do corpo documental usado, cf.: APÊNDICE METODOLÓGICO.

tos socioeconômicos por vezes bastante distintos, algum predomínio dos homens em meio dos proprietários de escravos.

Examinando as listas nominativas relativas à localidade valeparaibana de Bananal, José Flávio Motta observou que os homens perfaziam, respectivamente, 84,1%, 87,6% e 88,7% dos escravistas em 1801, 1817 e 1829.⁴¹⁵ Déborah dos Reis, a partir das listas nominativas de Araxá, no Triângulo Mineiro, encontrou um percentual de 79,4% de proprietários de escravos do sexo masculino, para os anos 1831 e 1832.⁴¹⁶ Francisco Vidal Luna, através das listas nominativas referentes a 25 localidades paulistas, entre 1777 e 1829, observou que cerca de 80% dos proprietários de cativos eram do sexo masculino, patamar que, segundo o autor, não apresentou variações importantes no espaço e no tempo.⁴¹⁷ Apesar dos elevados percentuais de escravistas homens encontrados nesses estudos guardarem relação com as características da documentação utilizada pelos autores,⁴¹⁸ a predominância de indivíduos do sexo masculino entre os proprietários de escravos parece ter sido uma tendência no escravismo brasileiro – não obstante os diferentes panos de fundo socioeconômicos existentes nas diversas regiões do Brasil.

A partir dos dados apresentados na TABELA 5.2, podemos observar que a grande maioria dos proprietários examinados era ou havia sido casada quando da feitura dos seus respectivos inventários. Em todos os três períodos considerados, encontramos um pequeno número de solteiros como detentores de escravos, tanto entre os homens, quanto entre as mulheres. A distribuição dos escravistas segundo o estado conjugal não sofreu grandes variações entre os três períodos de observação. Ademais, examinando cada um desses períodos, isoladamente, notamos que em nenhum deles a distribuição dos proprietários homens segundo o estado conjugal chegou a diferir significativamente da distribuição das proprietárias conforme o mesmo aspecto, salvo com relação à maior incidência dos proprietários casados entre os homens e à inexistência de proprietárias solteiras em nossa amostra para o terceiro período de observação.

⁴¹⁵ MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)**. São Paulo: Annablume, 1999, p. 115.

⁴¹⁶ REIS, Déborah Oliveira Martins dos. Araxá, 1816-1888: posse de escravos, atividades produtivas, riqueza. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 44, n. 3, jul.-set./2014, p. 610-1.

⁴¹⁷ LUNA, Francisco Vidal. São Paulo: população, atividades e posse de escravos em vinte e cinco localidades (1777-1829). In: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da; KLEIN, Herbert S. (Org.). **Escravidão em São Paulo e Minas Gerais**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 349.

⁴¹⁸ Como bem observa José Flávio Motta: “[o] pequeno peso relativo das mulheres entre os proprietários de escravos decorre, em grande medida, do fato de a posse do plantel [nas listas nominativas de habitantes] ser, como regra geral, sempre atribuída, no caso de escravistas casados, ao cônjuge do sexo masculino”. MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres**, op. cit., p. 116.

TABELA 5.2
DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVISTAS SEGUNDO O SEXO E DO ESTADO CONJUGAL
(BAIXO TOCANTINS E ZONA GUAJARINA, 1810-1888)

		ESTADO CONJUGAL						TOTAL		
		SEXO		SOLTEIRO(A)		CASADO(A)			VIÚVO(A)	
				N	%	N	%		N	%
1810- 1850	Homens	03 (a)	11,1	18	66,7	06	22,2	27 (100,0%)		
	Mulheres	01	5,6	12	66,7	05	27,7	18 (100,0%)		
	TOTAL	04	8,9	30	66,7	11	24,4	45 (100,0%)		
1851- 1871	Homens	02 (a)	7,0	18	62,0	9,0	31	29 (100,0%)		
	Mulheres	01	5,2	12	63,2	06	31,6	19 (100,0%)		
	TOTAL	03	6,2	30	62,5	15	31,3	48 (100,0%)		
1872- 1888	Homens	05	20,0	14	60,0	06	24,0	25 (100,0%)		
	Mulheres	-	-	05	45,5	06	54,5	11 (100,0%)		
	TOTAL	05	13,9	19	52,8	12	33,3	36 (100,0%)		
1810- 1888	Homens	10	12,3	50	61,7	21	26,0	81 (100,0%)		
	Mulheres	02	4,2	29	60,4	17	35,4	48 (100,0%)		
	TOTAL	12	9,3	79	61,2	38	29,5	129 (100,0%)		

(a) Um inventariado homem solteiro do primeiro período e outro inventariado homem solteiro do segundo período viviam em uniões não legitimadas pela Igreja.

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).

Se, por um lado, a maior incidência de proprietários casados e a pequena ocorrência de solteiros de ambos os sexos vão ao encontro do que vêm demonstrando os estudos concernentes à estrutura da posse de escravos, por outro lado, o fato de o número de proprietárias viúvas não ter superado o de proprietárias casadas (isso ocorreu apenas no último período, em termos absolutos, e por uma diferença mínima, que sequer implicou variação estatisticamente significativa em relação aos dois períodos anteriores) vai de encontro ao que evidenciam alguns desses mesmos estudos. A título de exemplo, Francisco Vidal Luna e Herbert Klein, ao examinarem o evoluir da sociedade e da economia escravista em São Paulo, entre 1750 e 1850, observaram que: “embora as mulheres compusessem apenas 20% dos proprietários, [...] [elas tendiam] a ser mais velhas e viúvas em maiores proporções que os homens”.⁴¹⁹

Nos casos do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina oitocentistas, o casamento pode ter representado um elemento central à aquisição de cativos, sobretudo, após a proibição definitiva do tráfico atlântico de cativos, em 1850. Dois dos maiores proprietários de escravos encontrados para a segunda metade do século, os irmãos Antônio Francisco Corrêa Caripuna e Justo

⁴¹⁹ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo: de 1750 a 1850**. São Paulo: EDUSP, 2005 [2003], p. 164.

José Corrêa de Miranda (donos de, respectivamente, 47 e 32 cativos) são exemplos da importância do casamento para a aquisição de escravos. Pertencentes à tradicional família Corrêa de Miranda, uma importante produtora de derivados da cana-de-açúcar em Igarapé-Miri que teve parte de suas propriedades afetadas na Cabanagem, valeram-se das alianças matrimoniais com a família Rodrigues Castilho, de Abaeté, para abrir uma nova frente de produção nesta localidade, combinando os escravos das suas heranças com os conseguidos por dote.⁴²⁰ Não identificamos estratégia semelhante no núcleo urbano central de Belém, contexto em que os indivíduos uma vez casados também representaram a maioria entre os escravistas.

Os dados apresentados na TABELA 5.3 evidenciam a forte relação dos proprietários que compõem a nossa amostra com o complexo agroextrativista *sui generis* estabelecido no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina – assentado numa simbiose entre o extrativismo do cacau e das demais drogas do sertão, e a policultura que caracterizava a produção agrícola daquela região. Nos três períodos observados, parte expressiva dos escravistas examinados dedicava-se a mais de uma atividade simultaneamente, não se restringindo ao monocultivo ou ao extrativismo em larga escala de apenas um gênero. Exemplos patentes dessa característica são os produtores de derivados da cana-de-açúcar e do cacau que, quando não conjugavam a produção de ambos os gêneros numa mesma propriedade, conjugavam uma destas atividades à produção do arroz, do algodão, do café ou, ainda, da madeira. Junte-se a isso uma produção de gêneros de subsistência ou abastecimento, caracteristicamente realizada pela policultura, e desenvolvida por, praticamente, metade dos escravistas que compõem nossa amostra para todo o intervalo analisado.

TABELA 5.3
DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVISTAS SEGUNDO AS ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DOS INVENTÁRIOS (BAIXO TOCANTINS E ZONA GUAJARINA, 1810-1888)

OCUPAÇÃO OU ATIVIDADE(S) CARACTERÍSTICA(S) - CONTINUA		N	%
1810-1850	Produtor(a) de derivados da cana-de-açúcar	13	26,0
	Produtor(a) de derivados da cana-de-açúcar e de arroz	01	2,0
	Produtor(a) de derivados da cana-de-açúcar e de cacau	05	10,0
	Produtor(a) de cacau	05	10,0
	Produtor(a) de algodão	01	2,0
	Produtor(a) de gêneros de subsistência ou de abastecimento	18	36,0
	Produtor(a) agrícola ou extrativista de gênero(s) indefinido(s)	05	10,0
	Ocupação ou atividade não definida	02	4,0
TOTAL		50	100,0

⁴²⁰ cf.: ÂNGELO, Helder Bruno Palheta. **O longo caminho dos Corrêa de Miranda no século XIX: um estudo sobre família, poder e economia**. Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2012, p. 47 e ss.

OCUPAÇÃO OU ATIVIDADE(S) CARACTERÍSTICA(S) - CONCLUSÃO		N	%
1851-1871	Produtor(a) de derivados da cana-de-açúcar	06	12,0
	Produtor(a) de derivados da cana-de-açúcar e de arroz	01	2,0
	Produtor(a) de derivados da cana-de-açúcar e de cacau	02	4,0
	Produtor(a) de cacau	04	8,0
	Produtor(a) de cacau e café	01	2,0
	Produtor(a) de cacau e algodão	01	2,0
	Produtor(a) de algodão	02	4,0
	Produtor(a) de gêneros de subsistência ou de abastecimento	30	60,0
	Produtor(a) agrícola ou extrativista de gênero(s) indefinido(s)	03	6,0
	TOTAL	50	100,0
1872-1888	Produtor(a) de derivados da cana-de-açúcar	04	11,1
	Produtor(a) de derivados da cana-de-açúcar e de madeira	01	2,8
	Produtor(a) de derivados da cana-de-açúcar e de cacau	01	2,8
	Produtor(a) de cacau	04	11,1
	Produtor(a) de borracha	01	2,8
	Produtor(a) de café	01	2,8
	Produtor(a) de gêneros de subsistência ou de abastecimento	21	58,2
	Produtor(a) agrícola ou extrativista de gênero(s) indefinido(s)	02	5,6
	Prendas domésticas	01	2,8
	TOTAL	36	100,0
1810-1888	Produtor(a) de derivados da cana-de-açúcar	23	16,9
	Produtor(a) de derivados da cana-de-açúcar e de madeira	01	0,7
	Produtor(a) de derivados da cana-de-açúcar e de arroz	02	1,5
	Produtor(a) de derivados da cana-de-açúcar e de cacau	08	5,9
	Produtor(a) de cacau	13	9,6
	Produtor(a) de cacau e algodão	01	0,7
	Produtor(a) de cacau e café	01	0,7
	Produtor(a) de algodão	03	2,2
	Produtor(a) de borracha	01	0,7
	Produtor(a) de café	01	0,7
	Produtor(a) de gêneros de subsistência ou de abastecimento	69	50,7
	Produtor(a) agrícola ou extrativista de gênero(s) indefinido(s)	10	7,4
	Prendas domésticas	01	0,7
	Ocupação ou atividade não definida	02	1,5
	TOTAL	136	100,0

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).

A plena integração dos proprietários de escravos do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina com o complexo econômico agroextrativista existente nestas regiões decorre, pelo menos, do final do século 18. Analisando o Recenseamento Geral do Grão-Pará, de 1778, Arlene Kelly-Normand observou que, dos 121 escravistas de seis paróquias do Baixo Tocantins que tiveram as suas ocupações identificadas: dois eram carpinteiros; um era mercador; 94 eram lavra-

dores; dois eram fazendeiros, 16 eram senhores de engenhocas e seis eram senhores de engenhos. Embora a autora não faça menção específica ao que era produzido por grande parte desses proprietários – senão, no caso dos senhores de engenhocas e dos senhores de engenho, que produziam derivados da cana-de-açúcar –, fica evidenciado o enquadramento da grande maioria dos proprietários recenseados do Baixo Tocantins no complexo econômico estabelecido na região.⁴²¹ A despeito dessa continuidade, podemos observar a partir dos dados de nossa amostra, uma leve abertura rumo a novas atividades econômicas, sobrevinda ao longo do século 19.

Não obstante o maior peso relativo dos produtores de derivados da cana e dos produtores de gêneros de subsistência ou abastecimento no primeiro período, desses nos dois períodos subsequentes e, ademais, o menor peso relativo dos produtores de cacau no decurso de todo o período analisado, verificamos, com o avançar do tempo, uma tímida diversificação nas atividades desenvolvidas pelos escravistas. Posto que parte dessa diversificação informada na TABELA 5.3 possa derivar de um aprimoramento dos próprios inventários *post-mortem*,⁴²² a abertura em direção a novas atividades, embora limitada, é evidente, por exemplo, no caso da produção da borracha – gênero que, na altura do terceiro período examinado, já figurava de longe enquanto o principal produto da pauta de exportações do Grão-Pará – e da escravista que vivia em prendas domésticas – um traço revelador de certos níveis de urbanização que germinavam no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina, regiões até então emoldadas sob o signo de uma paisagem fundamentalmente rural.

A despeito da variedade de atividades desenvolvidas pelos proprietários de cativos que compõem a nossa amostra para o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina, as duas atividades que conferiam maior dinamismo econômico para essas regiões eram a produção da cana-de-açúcar e a produção do cacau. Embora os escravistas relacionados a tais atividades não constituíssem a maioria dos proprietários examinados (a atividade que reunia o maior número de escravistas observados, como indicam os dados da TABELA 5.3, era a produção de gêneros de subsistência e abastecimento) os produtores de derivados da cana-de-açúcar e de cacau representavam parte longe de ser inexpressiva dos proprietários em tela. De que maneira a posse de cativos estava distribuída entre os proprietários examinados? Seria a posse de escravos altamente concen-

⁴²¹ KELLY-NORMAND, Arlene. Africanos na Amazônia: cem anos antes da Abolição. **Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas**, Belém, n. 18, p. 1-21, out.-dez. 1988. Por mais que a autora faça alusão ao ano de 1788, os dados analisados em seu artigo são referentes ao Recenseamento Geral do Grão-Pará de 1778: AHU Pará (Avulsos), cx. 94, doc. 7509.

⁴²² Com o avançar do século 19, os inventários *post-mortem* que compõem nossa amostra passaram a apresentar um grau de detalhamento cada vez maior, sobretudo, na descrição nas lavouras, das ferramentas e das benfeitorias das propriedades. Para uma análise mais pormenorizada do corpo documental empregado cf.: APÊNDICE METODOLÓGICO.

trada ou relativamente bem distribuída? Qual(i)s atividade(s) concentrava(m) o maior número de cativos: a produção dos derivados da cana, do cacau, as demais lavouras, ou uma produção de subsistência e abastecimento?

5.2. ESTRUTURA DA POSSE DE CATIVOS

Nesta seção, a nossa atenção está voltada para a análise da estrutura da posse de escravos no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina, entre 1810 e 1888. Interessa-nos, acima de tudo, examinar a distribuição dos cativos computados em relação às diferentes faixas de tamanho de plantel e às distintas atividades econômicas levadas a efeito naquelas regiões, bem como verificar o grau de concentração da posse de cativos, entre os proprietários. Para tal, além dos 136 escravistas parcialmente analisados na última seção, a nossa amostra é constituída também pelos 2.580 cativos arrolados sob a sua propriedade, que se distribuíam da seguinte forma: 1.172 escravos para o primeiro (1810-1850), 735 para o segundo (1851-1871), e 673 para o terceiro período em tela (1872-1888). Como no CAPÍTULO 03, classificamos as escravarias analisadas, em cinco faixas de tamanho: pequenos (de um a nove escravos); médios (de 10 a 19); grandes (de 20 a 49), muito grandes (de 50 a 99) e megaplantéis (com 100 ou mais escravos).

Os dados apresentados na TABELA 5.4 evidenciam que, enquanto a grande maioria dos proprietários da primeira metade do século 19 era detentora de pequenos ou médios plantéis, a maior parte dos cativos desse período integrava os plantéis grandes, muito grandes ou os megaplantéis. Com o avançar do século, concomitantemente ao crescimento do peso relativo dos pequenos e médios proprietários de cativos, vemos decrescer o peso relativo dos escravos pertencentes às maiores posses, principalmente entre o primeiro e o segundo período de observação. Entre 1810 e 1850, 70,0% dos escravistas eram pequenos e médios proprietários, enquanto 71,6% dos escravos integravam os maiores plantéis. No segundo período, 82,0% dos escravistas figuravam entre os menores proprietários ao passo que os escravos das maiores escravarias perfaziam 57,4% dos cativos. No terceiro, os percentuais correlatos foram de respectivamente 83,3% e 66,0%, indicando a continuação do crescimento do peso dos menores escravistas acompanhado do aumento do peso relativo dos escravos pertencentes aos maiores plantéis.

TABELA 5.4
ESTRUTURA DA POSSE DE CATIVOS (BAIXO TOCANTINS E NA ZONA GUAJARINA, 1810-1888)

	FTP	PROPRIETÁRIOS			ESCRAVOS		
		N	%	% Ac.	N	%	% Ac.
1810-1850	01-09	18	36,0	36,0	88	7,5	7,5
	10-19	17	34,0	70,0	245	20,9	28,4
	20-49	09	18,0	88,0	301	25,7	54,1
	50-99	04	8,0	96,0	182	15,5	69,6
	100/+	02	4,0	100,0	356	30,4	100,0
	TOTAL	50	100,0	100,0	1.172	100,0	100,0
1851-1871	01-09	30	60,0	60,0	154	21,0	21,0
	10-19	11	22,0	82,0	159	21,6	42,6
	20-49	07	14,0	96,0	222	30,2	72,8
	50-99	01	2,0	98,0	58	7,9	80,7
	100/+	01	2,0	100,0	142	19,3	100,0
	TOTAL	50	100,0	100,0	735	100,0	100,0
1872-1888	01-09	21	58,3	58,3	105	15,6	15,6
	10-19	09	25,0	83,3	124	18,4	34,0
	20-49	04	11,1	94,4	163	24,2	58,2
	50-99	01	2,8	97,2	96	14,3	72,5
	100/+	01	2,8	100,0	185	27,5	100,0
	TOTAL	36	100,0	100,0	673	100,0	100,0
1810-1888	01-09	69	50,7	50,7	347	13,4	13,4
	10-19	37	27,2	77,9	528	20,5	33,9
	20-49	20	14,7	92,6	686	26,6	60,5
	50-99	06	4,4	97,0	336	13,0	73,5
	100/+	04	3,0	100,0	683	26,5	100,0
	TOTAL	136	100,0	100,0	2.580	100,0	100,0

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

Embora essa distribuição destoasse parcialmente do padrão geral da estrutura da posse de cativos em outras regiões brasileiras, marcado pela concentração da maior parte dos escravos nos pequenos e médios plantéis,⁴²³ ao que parece, se tratava de uma característica particular do escravismo nas regiões tocantina e guajarina desde pelo menos o final do século 18. Arlene Kelly-Normand, ao proceder a uma exploração inicial do Recenseamento Geral do Grão-Pará de 1778,⁴²⁴ com relação à posse de escravos no Baixo Tocantins, constatou que enquanto 69,3% dos escravistas detinham plantéis com menos de 10 cativos, 71,2% dos escravos se en-

⁴²³ cf. MOTTA, José Flávio; COSTA, Iraci del Nero da; NOZOE, Nelson Hideiki. Às vésperas da Abolição: um estudo sobre a estrutura da posse de escravos em São Cristóvão, 1870. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 157-213, jan.-mar. 2004.

⁴²⁴ Por mais que a autora faça alusão ao ano de 1788, os dados analisados em seu artigo são provenientes do Recenseamento Geral do Grão-Pará de 1778: AHU Pará (Avulsos), cx. 94, doc. 7509.

contravam em propriedades com mais de 10 cativos. Apesar disso, a maior parte dos escravos analisados por Normand (51,9%) pertencia a escravarias que classificaríamos como médias ou grandes, sendo menos representativo o peso relativo dos cativos dos plantéis muito grandes ou dos megaplantéis – os plantéis com 50 ou mais cativos concentraram 19,6% dos cativos analisados pela autora, diante de um peso correlato de 45,9% em nossa amostra para 1810-1850.⁴²⁵

Analisando um conjunto de 303 inventários *post-mortem* do Baixo Amazonas, atinentes às localidades de Santarém, Alenquer e Óbidos, Eurípedes Funes verificou um padrão semelhante ao que identificamos para o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina, mas com uma participação relativa ainda mais notável dos menores proprietários. Enquanto, na primeira metade do Oitocentos, 79,1% dos escravistas examinados por Funes eram pequenos e médios proprietários conforme a classificação aqui adotada, o peso correlato desses na amostra do autor, para a segunda metade do século, foi de expressivos 89,5%.⁴²⁶ Embora Funes não forneça a distribuição dos escravos entre as diferentes faixas de tamanho de plantel analisadas, tampouco explique as variações encontradas entre a primeira e a segunda metade desse século, não seria irrazoável considerarmos que tal oscilação pudesse guardar muito mais relação com a evasão de cativos do Baixo Amazonas a partir de 1850, que indicamos no CAPÍTULO 02, do que com oscilações na economia cacaueteira que predominava na região.

Por outro lado, a estrutura da posse de cativos no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina se diferenciava de outro importante cinturão agrícola existente no antigo Estado do Grão-Pará e Maranhão: a Ribeira do Itapecuru – onde se concentrava o grosso da cotonicultura e da rizicultura maranhenses. Em estudo anterior, em que examinamos a posse de cativos nessa região entre 1785 e 1824, não encontramos qualquer pequeno proprietário e identificamos apenas um médio proprietário na Ribeira do Itapecuru (todos os demais 32 escravistas eram detentores de plantéis grandes, muito grandes ou de megaplantéis, segundo a classificação ora adotada). Esse perfil fez com que a quase totalidade dos escravos dessa região estivesse alocada nos maiores plantéis.⁴²⁷ Renato Marcondes, examinando mapas e relações de escravos datados de 1848 e relativas a 10 localidades do Maranhão (algumas delas situadas na Ribeira do Itapecuru), ve-

⁴²⁵ KELLY-NORMAND, Arlene. Africanos na Amazônia: cem anos antes da Abolição, op. cit., p. 21.

⁴²⁶ FUNES, Eurípedes Antônio. **Nasci nas matas, nunca tive senhor: história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas**. Tese de Doutorado (História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1995, p. 40.

⁴²⁷ MOTA, Antonia da Silva; BARROSO, Daniel Souza. Economia e demografia da escravidão no Maranhão e no Grão-Pará: uma análise comparativa da estrutura da posse de cativos (1785-1850). **Revista de História**, São Paulo, n. 176, 2017, p. 14.

rificou um padrão mais próximo às regiões tocantina e guajarina – onde os pequenos e médios escravistas e os cativos sob sua posse perfizeram, respectivamente, 78,9% e 66,1% do total.⁴²⁸

O GRÁFICO 5.1 confirma grande parte das considerações feitas nas últimas páginas. Os desenhos das curvas de Lorenz relativas à distribuição da propriedade cativa no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina, entre 1810 e 1888, desvelam dois movimentos distintos entre os três períodos de observação considerados. Entre o primeiro e o segundo período de observação, há um indicativo de diminuição da concentração da posse de cativos. Entre o segundo e o terceiro período, ao contrário, verificamos um movimento inverso no sentido de uma maior concentração da propriedade cativa. Se, por um lado, a curva referente ao segundo período observado assinala que entre 1851 e 1871 houve a menor concentração da propriedade escrava em todo o intervalo abarcado (1810-1888), por outro lado, a curva atinente ao terceiro período evidencia terem sido os anos de 1872 a 1888, os de maior concentração da posse de escravos nas regiões tocantina e guajarina. Uma tendência, logo, contrária à do núcleo urbano central de Belém, no qual a posse de escravos tendeu a se tornar mais bem distribuída, com o avançar do século 19.

⁴²⁸ MARCONDES, Renato Leite. Posse de cativos no interior do Maranhão (1848). **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, Recife, n. 61, jul. 2005, p. 183.

GRÁFICO 5.1
CURVAS DE LORENZ PARA A DISTRIBUIÇÃO DA POSSE DE ESCRAVOS
(BAIXO TOCANTINS E ZONA GUAJARINA, 1810-1888)

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

O índice de Gini calculado sobre a nossa amostra, para o primeiro período de observação, foi de 0,58, indicando uma concentração da posse moderadamente forte entre os proprietários de escravos do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, na primeira metade do século 19. Apesar dos distintos contextos socioeconômicos que condicionaram os indicadores estampados na TABELA 5.5, o índice que encontramos para o primeiro período – decorrente da concentração da grande maioria dos cativos de nossa amostra, nos plantéis com 20 ou mais escravos – mostrou-se semelhante aos coeficientes encontrados em relação aos principais engenhos de açúcar da Bahia, em 1816 e 1817, e à zona açucareira de Campinas, em 1804; superior aos encontrados para Vila Rica, em 1804, já no ocaso da mineração, e para as fazendas de gado de

Castro e Ponta em 1825, e de São Simão, em 1835; e inferior ao encontrado para o Oeste Paulista (inclusive Campinas), em 1829 – que nessa altura ainda se dedicava à lavoura canavieira.

TABELA 5.5
ÍNDICES DE GINI RELACIONADOS À POSSE DE ESCRAVOS EM DIFERENTES LOCALIDADES E
REGIÕES BRASILEIRAS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO 19

LOCALIDADE(S)	ANO(S)	PRINCIPAL ATIVIDADE ECONÔMICA	ÍNDICE DE GINI
Baixo Tocantins e Zona Guajarina (Grão-Pará) (a)	1810-1850	Agroextrativismo (Açúcar, cacau e outros gêneros)	0,58
São Francisco e Santo Amaro, Recôncavo Baiano (Bahia) (b)	1816-1817	Agricultura (Açúcar)	0,59
Campinas (São Paulo) (c)	1804	Agricultura (Açúcar)	0,59
Oeste Paulista (São Paulo) (d)	1829	Agricultura (Açúcar)	0,65
São Simão (São Paulo) (e)	1835	Pecuária	0,416
Castro e Ponta Grossa (Paraná) (f)	1825	Pecuária	0,5
Vila Rica (Minas Gerais) (c)	1804	Mineração	0,5

FONTE: **(a)** Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP); **(b)** SCHWARTZ, Stuart B. Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 259-87, jan.-abr. 1983; **(c)** LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: escravos e senhores - análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804)*. São Paulo: IPE/USP, 1981; **(d)** LUNA, Francisco Vidal. São Paulo: população, atividades e posse de escravos em vinte e cinco localidades (1777-1829). In: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da; KLEIN, Herbert S. (Org.). *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 335-413; **(e)** LOPES, Luciana Suarez. Os proprietários de escravos e a estrutura da posse na antiga freguesia de São Simão, 1835. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 363-400, abr.-jun. 2012; **(f)** GUTIÉRREZ, Horácio. Fazendas de gado no Paraná escravista. In: *TOPOI - Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 9, p. 102-27, jul.-dez. 2004.

O índice de Gini calculado sobre a nossa amostra, para o segundo período de observação, foi de 0,55, revelando um grau mediano de concentração. Tal coeficiente mostrou-se superior ao encontrado para a paróquia urbana de São Cristóvão em 1870; semelhante ao encontrado para a antiga capital do Piauí, Oeiras, que em 1875 se dedicava à pecuária; e inferior aos indicadores encontrados para a localidade mineira de Mariana nos anos de 1860, então votada para a subsistência e o abastecimento de Minas, e para as localidades paulistas de Batatais, entre 1851 e 1887, e Lorena entre 1851 e 1879 – que se dedicavam, respectivamente, à produção de gêneros de subsistência e à pecuária, e à lavoura cafeeira. O índice calculado sobre o nosso terceiro período foi de 0,63, apontando forte concentração de cativos. Tal coeficiente se mostrou superior ao encontrando para o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina nos dois períodos antecedentes, e também superior ao encontrado para Mariana, no decênio de 1870, e para a localidade paulista de Ribeirão Preto, igualmente na década de 1870, dedicada ao cultivo do café.

TABELA 5.6
ÍNDICES DE GINI RELACIONADOS À POSSE DE ESCRAVOS EM DIFERENTES LOCALIDADES E
REGIÕES BRASILEIRAS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO 19

LOCALIDADE(S)	ANOS(S)	PRINCIPAL ATIVIDADE ECONÔMICA	ÍNDICE DE GINI
Baixo Tocantins e Zona Guajarina (Grão-Pará) (a)	1851-1871	Agroextrativismo (Açúcar, cacau e outros)	0,55
Baixo Tocantins e Zona Guajarina (Grão-Pará) (a)	1872-1888	Agroextrativismo (Açúcar, cacau e outros)	0,63
Mariana (Minas Gerais) (b)	1860-1869	Agricultura (Subsistência e abastecimento)	0,61
Mariana (Minas Gerais) (b)	1870-1879	Agricultura (Subsistência e abastecimento)	0,56
Batatais (São Paulo) (c)	1851-1887	Agricultura (Subsistência e abastecimento) e Pecuária	0,587
Lorena (São Paulo) (d)	1851-1879	Agricultura (Cafê)	0,60
Ribeirão Preto (São Paulo) (e)	1870-1879	Agricultura (Cafê)	0,61
Oeiras (Piauí) (f)	1875	Pecuária	0,53
São Cristóvão (Rio de Janeiro) (g)	1870	Escravidão urbana	0,46

FONTE: **(a)** Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia e do Arquivo Público do Estado do Pará; **(b)** TEIXEIRA, Heloísa Maria. **Reprodução e famílias escravas em Mariana, 1850-1888**. Dissertação de Mestrado (História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001; **(c)** GARAVAZO, Juliana. **Riqueza e escravidão no Nordeste Paulista: Batatais, 1851-1887**. Dissertação de Mestrado (História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006; **(d)** MARCONDES, Renato Leite. **A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba (Século XIX)**. Lorena: Stiliano, 1998; **(e)** LOPES, Luciana Suarez. **Sob os olhos de São Sebastião. A cafeicultura e as mutações da riqueza em Ribeirão Preto, 1849-1900**. Tese de Doutorado (História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005; **(f)** MARCONDES, Renato Leite; FALCI, Miridan Britto Knox. **Escravidão e reprodução no Piauí: Oeiras e Teresina (1875)**. **Texto para Discussão. Série Economia (TD-E/26), FEA/USP-RP**, Ribeirão Preto, 2001 (Mimeografado); **(g)** MOTTA, José Flávio; COSTA, Iraci del Nero da; NOZOE, Nelson Hideiki. **Às vésperas da Abolição: um estudo sobre a estrutura da posse de escravos em São Cristóvão, 1870**. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 157-213, jan.-mar. 2004.

Sintetizando parte do que foi apresentado nos últimos parágrafos, o índice de Gini calculado para o primeiro período (1810-1850) foi de 0,58, sinalizando uma concentração moderadamente forte; para o segundo período (1851-1871) foi de 0,55, sinalizando uma concentração mediana; e para o terceiro período (1872-1888) foi de 0,63, sinalizando uma concentração forte. A rigor, teríamos uma leve desconcentração da posse de cativos entre o primeiro e o segundo período de observação e uma intensa reconcentração entre o segundo e o terceiro período de observação. Ambas as variações já haviam sido sugeridas pelo aumento do peso relativo dos pequenos e médios proprietários entre o primeiro e o segundo período, e a leve recuperação do peso relativo dos escravos pertencentes aos maiores plantéis, entre o segundo e o terceiro período de observação (ver TABELA 5.4 e comentários subsequentes).

Como assinalamos anteriormente, as oscilações nos graus de concentração da posse de cativos no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina, ao longo do século 19, apresentaram tendência inversa à que identificamos para o núcleo urbano central de Belém, onde a propriedade escrava tendeu a se configurar mais bem distribuída com o avançar do Oitocentos (os índices de

Gini para essa região foram de, respectivamente, 0,61, 0,57 e 0,41, para o primeiro, o segundo e o terceiro períodos analisados). Esse comportamento diferente traduz, a nosso ver, as distintas formas pelas quais as três regiões examinadas neste estudo experimentaram o evoluir econômico do Grão-Pará oitocentista. De um lado, o núcleo central de Belém, assumindo um perfil cada vez mais urbano e dedicado à prestação de serviços. Do outro lado, o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina, consolidando a ênfase agrária de sua economia.

De maneira a avançarmos na compreensão da estrutura da posse de cativos nas regiões tocantina e guajarina, passamos à análise da distribuição dos escravos, conforme as atividades econômicas características das propriedades. Interessa-nos não apenas verificar quais atividades concentravam o maior número de escravos e a relação entre essas atividades e a dimensão média dos plantéis, como também e principalmente, os modos pelos quais as distintas atividades econômicas, associadas aos seus evolueres particulares, condicionaram o duplo movimento – de desconcentração e, em seguida, reconcentração da posse de escravos no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina – evidenciado, nas últimas páginas. Uma reflexão que, em certa medida, procura dar conta das especificidades que demarcaram a economia escravista das regiões tocantina e guajarina.

TABELA 5.7
DISTRIBUIÇÃO DOS PLANTÉIS SEGUNDO AS FAIXAS DE TAMANHO E AS ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DOS INVENTÁRIOS *POST-MORTEM*
(BAIXO TOCANTINS E ZONA GUAJARINA, 1810-1850)

ATIVIDADE(S)	FTP						ESCRAVOS		
	01-09	10-19	20-49	50-99	100/+	TOTAL	N	MÉDIA	%
Derivados da cana-de-açúcar	01	05	04	02	01	13	451	34,7	38,5
Derivados da cana-de-açúcar e Arroz	-	-	-	-	01	01	209	209,0	17,8
Derivados da cana-de-açúcar e Cacau	01	01	02	01		05	147	29,4	12,5
Cacau	01	02	01	-	-	04	51	12,8	4,4
Subsistência ou Abastecimento	12	07	04	-	-	23	240	10,4	20,5
Algodão	01	-	-	-	-	01	06	6,0	0,5
Agricultura e/ou Extrativismo	02	02	01	-	-	05	64	12,8	5,5
Sem produção ^a	02	-	-	-	-	02	04	2,0	0,3
TOTAL	20	17	12	03	02	54	1.172	21,7	100,0

a) Os três cativos pertencentes a Lourenço Justiniano de Paiva foram classificados como “Sem produção” por se encontrarem em poder dos “rebeldes” cabanos durante a feitura do inventário. O único escravo de Francisco José da Rosa também foi classificado como “Sem produção”, por tratar-se de um cativo qualificado como “velho” residente no “sítio abandonado” que o proprietário possuía em Abaeté.

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

Os informes apresentados na TABELA 5.7, concernentes ao primeiro período de observação, revelam uma forte concentração dos escravos examinados na produção de derivados da

cana-de-açúcar. As propriedades votadas à produção dos derivados da cana, que por vezes associavam tal atividade à produção do cacau ou do arroz, acumulavam 68,8% de todos os cativos desse período. A segunda atividade que mais concentrava escravos era a produção de subsistência e de abastecimento, que aglutinava 20,5% dos cativos arrolados no mesmo intervalo. A terceira atividade que mais reunia escravos era a produção do cacau, que quando feita separadamente da produção dos derivados da cana-de-açúcar era responsável por 4,4% dos cativos que compõem nossa amostra para os anos de 1810 a 1850. Encontramos o uso da mão de obra escrava empregado também na produção do algodão e noutras produções não especificadas de agricultura ou extrativismo (foram incluídos, nesta categoria, os cativos descritos nos inventários que não faziam referência a quaisquer unidades produtoras, tais como sítios ou fazendas).

O Baixo Tocantins e a Zona Guajarina eram a mais importante área produtora de derivados da cana-de-açúcar no Grão-Pará oitocentista.⁴²⁹ A tirar pelos dados disponíveis na TABELA 5.7, tratava-se de uma atividade amplamente disseminada nessas regiões que, a despeito da elevada média geral de cativos por propriedade, fazia-se presente nas cinco faixas de tamanho de plantel consideradas – de uma produção de aguardente levada a cabo em engenhocas à produção do açúcar levada a efeito nos grandes engenhos. Corroborando a ideia de ampla disseminação da lavoura canavieira, ao considerarmos somente a amostra de produtores de derivados da cana-de-açúcar (incluindo, aqui, os que conjugavam esta atividade à produção de cacau ou arroz), verificamos um grau mediano de concentração da posse de cativos, demonstrado pelo Gini de 0,52. Isso significa que, entre os produtores de derivados da cana-de-açúcar, a posse de cativos era relativamente mais bem distribuída se comparado à concentração geral da posse no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina no primeiro período de observação, cujo índice de Gini alcançou 0,58, um patamar moderadamente forte (ver TABELA 5.5).

Merecem destaque, no bojo das unidades produtoras de derivados da cana, aquelas que associavam tal atividade à produção do cacau, que ainda figurava como o principal produto de exportação do Pará ao longo de grande parte dessa primeira metade do século 19. A produção casada dos derivados da cana-de-açúcar e do cacau insere-se, muito bem, no contexto de policultura que caracterizou o complexo agroextrativista do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina,

⁴²⁹ A lavoura canavieira foi incentivada no Grão-Pará, desde o início do século 18, recebendo um incentivo adicional a partir dos meados deste século sob a égide das Políticas Pombalinas. BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão negra no Grão-Pará (séculos XVII-XIX)**. Belém: Paka-Tatu, 2012 [2001], p. 55-6. Ao que tudo sugere, esta atividade manteve sua importância no Baixo e na Zona Guajarina ao menos até o final do século 19 – quando chegou a se cogitar, inclusive, a construção de um engenho central em Igarapé-Miri, nos anos de 1880. Acerca da proposta de concepção desse engenho central, ver: NUNES, Francivaldo Alves. **Sob o Signo do Moderno Cultivo: Estado Imperial e agricultura na Amazônia**. Tese de Doutorado (História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2011, p. 240-52.

ao qual nos remetemos anteriormente. Por mais que houvesse sobreposição entre o período de colheita do cacau (maio-julho),⁴³⁰ e o de colheita e eventual processamento da cana-de-açúcar (abril-novembro),⁴³¹ a produção conjugada de ambos foi, provavelmente, viabilizada pelo elevado número de escravos existentes nessas propriedades. Não podemos perder de vista que a produção dos derivados da cana-de-açúcar, dedicada principalmente para o mercado interno e a do cacau dedicada especialmente para o mercado externo, eram justamente as atividades que conferiam dinamismo econômico ao Baixo Tocantins e à Zona Guajarina – o que pode justificar o elevado número de escravos existentes nas unidades produtoras desses gêneros – quando produzidos isoladamente ou não.

Outra atividade muito importante no cenário econômico do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina era a produção de subsistência ou abastecimento realizada, via de regra, por pequenos ou médios proprietários de cativos. Esses produtores desenvolviam um policultivo em pequenas sortes de terra, e que mantinha vínculos regulares com o mercado. Tratava-se, vale dizer, de uma produção votada essencialmente para a subsistência dessas propriedades e o abastecimento daquelas regiões e, especialmente, de Belém.⁴³² Tais produtores detinham uma parcela expressiva dos escravos que compõem nossa amostra (20,5% dos cativos computados para o primeiro período de observação), perfazendo uma média de 10,4 cativos por unidade produtora. Os cativos inseridos nessa atividade se dedicavam à produção da mandioca, da farinha e de outros gêneros diversos assim como à pesca e à criação de animais numa mesma propriedade. A produção de subsistência ou abastecimento era a atividade que agregava o maior número de unidades produtoras no primeiro período de observação, ao total de 23 propriedades.

⁴³⁰ BATISTA, Luciana Marinho. **Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c.1850-c.1870**. Dissertação de Mestrado (História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004, p. 99.

⁴³¹ SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988 [1985], p. 122-43.

⁴³² Sobre o abastecimento de Belém, com ênfase na segunda metade do século 19, ver: MACÊDO, Sidiana Ferreira de. **Daquilo que se Come: uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850-1900)**. Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2009.

TABELA 5.8
DISTRIBUIÇÃO DOS PLANTÉIS SEGUNDO FAIXAS DE TAMANHO E AS ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DOS INVENTÁRIOS *POST-MORTEM*
(BAIXO TOCANTINS E ZONA GUAJARINA, 1851-1871)

ATIVIDADE(S)	FTP						ESCRAVOS		
	01-09	10-19	20-49	50-99	100/+	TOTAL	N	MÉDIA	%
Derivados da cana-de-açúcar	04	-	01	01	-	06	132	22,0	18,0
Derivados da cana-de-açúcar e Arroz	-	-	-	-	01	01	142	142,0	19,3
Derivados da cana-de-açúcar e Cacau	01	-	01	-	-	02	36	18,0	4,9
Cacau	02	02	-	-	-	04	42	10,5	5,7
Cacau e Café	-	-	01	-	-	01	24	24,0	3,3
Cacau e Algodão	01	-	-	-	-	01	04	4,0	0,5
Algodão	-	-	02	-	-	02	59	29,5	8,0
Subsistência ou Abastecimento	20	08	02	-	-	30	282	9,4	38,4
Agricultura e/ou Extrativismo	02	01	-	-	-	03	14	4,7	1,9
TOTAL	30	11	07	01	01	50	735	14,7	100,0

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

Conforme podemos observar na TABELA 5.8, não houve mudanças significativas nesse quadro entre o primeiro e o segundo período examinado, sem embargo a algumas variações na distribuição e na média de cativos por propriedade, de acordo com as distintas atividades econômicas. No segundo período de observação, as propriedades voltadas à produção dos derivados da cana-de-açúcar que, em alguns casos, continuavam a conjugar tal atividade com a produção do cacau ou do arroz, permaneceram como as que mais concentravam escravos, acumulando 42,2% de todos os cativos analisados. A segunda atividade que, outra vez, mais concentrava escravos era a produção de subsistência ou abastecimento, que reunia 38,4% dos cativos examinados, no mesmo período. A terceira atividade que mais aglutinava cativos era a produção do cacau, que quando realizada exclusivamente ou em combinação com a produção do café ou do algodão, era responsável por 9,5% dos escravos que compõem nossa amostra, para os anos de 1851 a 1871. No segundo período em tela, sobressaíram-se, também, duas propriedades produtoras de algodão, uma pertencente a Antônio Luís Pires Borralho, que empregava 21 cativos,⁴³³ e a outra pertencente a Mariana de Andrade Muniz, que empregava 38 escravos,⁴³⁴ juntas, essas propriedades reuniram cerca de 8,0% de todos os cativos analisados, nesses anos.

⁴³³ CMA/UFPA. Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível). Inventários *post-mortem*, cx. 15 (1851). Inventário de Antônio Luís Pires Borralho, 1851.

⁴³⁴ CMA/UFPA. Cartório Fabiliano Lobato (11ª Vara Cível). Inventários *post-mortem*, cx. 08 (1863-1869). Inventário de Mariana da Soledade de Andrade Muniz, 1869.

TABELA 5.9
DISTRIBUIÇÃO DOS PLANTÉIS SEGUNDO FAIXAS DE TAMANHO E AS ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DOS INVENTÁRIOS *POST-MORTEM*
(BAIXO TOCANTINS E ZONA GUAJARINA, 1872-1888)

ATIVIDADE(S)	FTP						ESCRAVOS		
	01-09	10-19	20-49	50-99	100/+	TOTAL	N	MÉDIA	%
Derivados da cana-de-açúcar	-	01	02	01	-	04	188	47,0	27,9
Derivados da cana-de-açúcar e Madeira	-	-	-	-	01	01	185	185,0	27,5
Derivados da cana-de-açúcar e Cacau	-	-	01	-	-	01	47	47,0	7,0
Cacau	03	01	-	-	-	04	25	6,3	3,7
Café	01	-	-	-	-	01	08	8,0	1,2
Borracha	-	01	-	-	-	01	12	12,0	1,8
Subsistência ou Abastecimento	14	06	01	-	-	21	204	9,7	30,3
Agricultura e/ou Extrativismo	02	-	-	-	-	02	02	1,0	0,3
Serviços domésticos	01	-	-	-	-	01	02	2,0	0,3
TOTAL	21	09	04	01	01	36	673	18,7	100,0

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

No terceiro período observado, cujos informes podem ser visualizados na TABELA 5.9, verificamos a continuidade da produção de derivados da cana-de-açúcar (com um elevadíssimo número médio de cativos por unidade produtora) e da produção de subsistência ou abastecimento como as atividades que mais concentravam escravos, e uma diminuição da importância relativa da produção do cacau como uma atividade que concentrava importante número de escravos. Por outro lado, corroborando uma tendência, à qual já nos referimos, quando da discussão das ocupações dos proprietários de cativos, encontramos uma tímida diversificação nas atividades econômicas dos cativos. Essa diversificação se relaciona à propriedade de Antônio José Henriques de Lima, no Acará, dedicada à produção da goma elástica⁴³⁵ e aos cativos responsáveis pelas tarefas domésticas, na residência de Elíbia Eufrosina Corrêa de Miranda, situada na vila de Abaeté – desvelando, como destacamos anteriormente, a consolidação de certos níveis de urbanização numa paisagem, até então, marcadamente rural.⁴³⁶

A despeito dessa modesta e aparentemente restrita diversificação, a produção dos derivados da cana-de-açúcar tornou a acumular a maioria absoluta dos cativos, entre 1872 e 1888, concentrando (se incluirmos as propriedades que produziam os derivados da cana junto com o cacau ou a madeira) 62,4% de todos os escravos analisados no terceiro período de observação. Dos 420 cativos – direta ou indiretamente – envolvidos na produção de derivados da cana nes-

⁴³⁵ CMA/UFPA. Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível). Inventários *post-mortem*, cx. 30 (1874). Inventário de Antônio José Henriques de Lima, 1874.

⁴³⁶ CMA/UFPA. Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível). Inventários *post-mortem*, cx. 28 (1872). Inventário de Elíbia Eufrosina Corrêa de Miranda, 1872.

te período, cerca de dois terços (281) deles integravam duas avultadas propriedades. A Fazenda Taperuçu, propriedade de José Antônio de Miranda (filho do comendador Vicente Antônio de Miranda) no Capim, que se voltava à produção de derivados da cana-de-açúcar e de madeira, possuía um plantel de 185 cativos.⁴³⁷ A outra escravaria, formada por 96 cativos, era o Engenho Nossa Senhora do Carmo, de Raimundo Pereira Lima.⁴³⁸

Embora as características da documentação compulsada tendam a aleatorizar as variações na distribuição e na média de escravos por propriedade entre um período observado e outro, não podemos deixar de considerar que as décadas de 1850 e 1860, assistiram não somente a um crescimento significativo no volume exportado de borracha (que passou de 15.979 arrobas, entre 1847 e 1852, para 1.374.931 de arrobas entre 1862 e 1867), mas também nos volumes exportados de cacau (de 131.615 arrobas, entre 1847 e 1852, para 1.108.117 arrobas entre 1862 e 1867), de arroz com casca (de 18.939 arrobas, entre 1847 e 1852, para 411.852 arrobas entre 1862 e 1867), de algodão (de 8.570 arrobas entre 1847 e 1852, para 36.282 arrobas entre 1862 e 1867) e, também, de açúcar (de 24.752 arrobas entre 1847 e 1852, para 87.076 arrobas entre 1862 e 1867);⁴³⁹ gêneros que à exceção da borracha, eram em parte produzidos no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina com mão de obra escrava e que, à exceção do cacau, continuavam a ser voltados ao mercado interno, não obstante o aumento do seu volume de exportação.

Tais dados podem nos ajudar a avançar na compreensão da estrutura da posse de cativos no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina, sobretudo, em relação aos dois últimos períodos observados. Em primeiro lugar, sem desconsiderarmos a importância relativa do cacau produzido no Marajó, no Xingu e no Baixo Amazonas, parecer-nos-ia irreal supor que tenha havido um arrefecimento na produção do cacau no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina. Somente na cidade de Cametá produziram-se 22.965 arrobas de cacau entre 1865 e 1867.⁴⁴⁰ Isso nos induz a crer que a aparente diminuição da importância relativa da produção do cacau como uma atividade que concentrava um razoável número de escravos, entre o segundo e o terceiro período de observação (cf. TABELAS 5.8 e 5.9), representou muito mais um movimento aleatório, derivado das características da documentação usada, do que de uma variação de fato nas unidades produtoras do cacau que utilizavam mão de obra cativa. Em segundo lugar, os dados nos ense-

⁴³⁷ CMA/UFPA. Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível). Inventários *post-mortem*, cx. 35 (1879). Inventário de José Antônio de Miranda, 1879.

⁴³⁸ CMA/UFPA. Cartório Trindade (8ª Vara Cível). Inventários *post-mortem*, cx. 05 (1874-1878). Inventário de Raimundo Pereira Lima, 1874.

⁴³⁹ BATISTA, Luciana Marinho. **Muito além dos seringais**, op. cit., p. 63-9.

⁴⁴⁰ PARÁ. Anexos ao relatório com que o Excelentíssimo Senhor Vice-Almirante e Conselheiro de Guerra, Joaquim Raymundo de Lamare, passou a administração da província do Grão-Pará ao Excelentíssimo Senhor Visconde de Arari, 1.º vice-presidente, em 6 de agosto de 1868. Belém: Typ. do Diário do Grão-Pará, Anexo 3A.

jam problematizar a manutenção da produção dos derivados da cana-de-açúcar, como a atividade que mais concentrava cativos, inclusive no terceiro período de observação.

Como vimos apontando ao longo deste capítulo, os derivados da cana-de-açúcar eram, ao lado do cacau, os produtos que garantiam dinamismo econômico para o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina. O notável aumento dos volumes de exportação do açúcar, ocorrido nos meados do Oitocentos, acompanhado da continuidade da produção dos derivados da cana (o próprio açúcar e, também, a aguardente) voltada para o mercado interno, podem ter conferido um incremento de dinamismo econômico ao Baixo Tocantins e à Zona Guajarina, nesse contexto. A documentação coligida não apenas é sugestiva da existência desse surto de dinamismo, mas também sinaliza no sentido de que tal surto permitiu a aquisição de novos cativos e o aprimoramento no processamento da cana-de-açúcar com a compra de engenhos a vapor – diferenciando-se, em alguma medida, do atraso técnico que caracterizava o processamento dos derivados da cana-de-açúcar naquelas regiões, em muitos casos, ainda levada a cabo por engenhocas e engenhos movidos à tração animal ou por força hidráulica.⁴⁴¹

Raimundo Pereira Lima era proprietário do Engenho Nossa Senhora do Carmo, sito às margens do rio Anapu, em Igarapé-Miri. Com 2.178 hectares, o Carmo contava com um plantel de 96 cativos, em 1874. Dentre as benfeitorias existentes, sobressaía-se um “engenho a vapor para cana com turbina”, que colaborou para a propriedade ter sido avaliada em não menos de 20 contos de réis.⁴⁴² A aquisição de parte dos 96 cativos e a construção do engenho a vapor tiveram vez justamente no contexto em que o volume de açúcar exportado pelo Pará apresentou tendência de crescimento, segundo o que descobrimos, por meio de duas notícias veiculadas nos jornais da capital. Em 1856, Raimundo noticiou, no *Treze de Maio*, o seu interesse em adquirir escravos entre 24 e 30 anos de idade e em contratar um feitor para sua propriedade no rio Anapu.⁴⁴³ Em 1860 foi publicado na *Gazeta Oficial* um despacho do então vice-presidente do Grão-Pará, Fábio Alexandrino de Carvalho Reis, que o autorizava cortar: “dois paus de piquiá para o engenho a vapor que está[estava] montando no Distrito de Igarapé-Miri”.⁴⁴⁴

Outro proprietário analisado que pode ter seguido uma trajetória semelhante à de Raimundo foi Justo José Corrêa de Miranda. Ao falecer em 1878, além de uma escravaria formada por 32 cativos Corrêa de Miranda deixou de herança dois engenhos a vapor: o Cariá, situa-

⁴⁴¹ NUNES, Francivaldo Alves. **Sob o Signo do Moderno Cultivo**, op. cit., p. 245.

⁴⁴² CMA/UFGA. Cartório Trindade (8ª Vara Cível). Inventários *post-mortem*, cx. 05 (1874-1878). Inventário de Raimundo Pereira Lima, 1874.

⁴⁴³ BN/RJ. Hemeroteca Digital. *Treze de Maio*, 06 de junho de 1856, p. 4.

⁴⁴⁴ BN/RJ. Hemeroteca Digital. *Gazeta Oficial*, 13 de junho de 1860, p. 1.

do em Igarapé-Miri, e o Santo Antônio, situado em Abaeté, que na altura do inventário encontrava-se arrendado.⁴⁴⁵ O maior escravista do terceiro período em tela, José Antônio de Miranda, não chegou a adquirir um engenho a vapor. Na Fazenda Taperuçu, o engenho existente era movido à água. Todavia, haja vista a encorpada dimensão da escravaria dessa propriedade não seria de todo irreal supormos que parte do plantel tenha sido adquirida durante o aludido surto de dinamismo existente no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina nos meados do século, a tirar pelo elevado número de cativos com mais de 40 anos de idade; cerca de um terço, dos 185 cativos da Fazenda Taperuçu, estava acima desse patamar etário quando da feitura do inventário *post-mortem* de José Antônio, em 1879.⁴⁴⁶

Diante do exposto, parece-nos sugestivo que o surto de dinamismo econômico no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina, ao possibilitar que alguns proprietários dessas regiões, particularmente aqueles que se dedicavam à produção dos derivados da cana-de-açúcar, adquirissem novos cativos mesmo em um contexto que se apresentava pouco propício para essa aquisição pode ter colaborado para o aumento dos níveis de concentração da posse, entre o segundo e o terceiro período em observação, não obstante o aumento do peso relativo de pequenos e médios proprietários (ver TABELAS 5.4, 5.5 e 5.6). É importante destacarmos que esse surto de dinamismo conducente à elevação do nível de concentração da posse de cativos se deu em um momento em que se instituía uma tendência à fragmentação de algumas propriedades escravas do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, sobretudo, as que menos usufruíram – ou as que sequer chegaram a usufruir – desse surto de dinamismo, tal como as unidades produtoras de gêneros de subsistência ou abastecimento. O que pode ter se sucedido, por exemplo, no caso dos sítios Sumaúma-Pará, Mercês e Outeiro.

Ao falecer em 1871, Antônio Gomes Corrêa de Miranda era proprietário de metade do sítio São Marcos, situado em Soure, no Marajó, e dos sítios Sumaúma-Pará e Mercês, situados em São Domingos da Capim, na Zona Guajarina. A fragmentação do sítio São Marcos, antiga propriedade dos Gomes Corrêa de Miranda no Marajó, é mais do que evidente. Entretanto, alguns indícios insinuam que os sítios Sumaúma-Pará e Mercês também se formaram a partir de um fracionamento de outra propriedade dessa família. Através do inventário de Antônio, descobrimos que o Sumaúma-Pará e o Mercês eram adjacentes, mas não apenas isso: o Sumaúma se limitava do outro lado com o sítio Outeiro, pertencente a Marcelo Gomes Corrêa de Miran-

⁴⁴⁵ CMA/UFGA. Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível). Inventários *post-mortem*, cx. 34 (1878). Inventário de Justo José Corrêa de Miranda, 1878.

⁴⁴⁶ CMA/UFGA. Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível). Inventários *post-mortem*, cx. 35 (1879). Inventário de José Antônio de Miranda, 1879.

da, irmão de Antônio.⁴⁴⁷ Posto que o contexto em tela seja marcado pela consolidação do processo de mercantilização da estrutura fundiária, consequente da Lei de Terras (1850),⁴⁴⁸ parece-nos bastante provável que não somente os sítios Sumaúma-Pará e Mercês, como também o sítio Outeiro, sejam resultantes da subdivisão de uma antiga propriedade rural da família Gomes Corrêa de Miranda no Capim.⁴⁴⁹ Não seria irrazoável pensarmos que acompanhando esse movimento os 24 escravos presentes no inventário de Antônio igualmente fossem, em alguma medida, provenientes da divisão de uma escravaria maior daquela família.

Os inventários *post-mortem* condizentes ao primeiro e ao segundo período de observação apresentam várias outras evidências nesse sentido, principalmente em relação às propriedades que se votavam à produção de gêneros de subsistência ou abastecimento, mesmo se tratando de um contexto em que uma demanda por alimentos, por parte de Belém, se tornava cada vez maior. Muito provavelmente incide sobre essa tendência ao fracionamento das propriedades – fundiárias e escravas – a explicação para o aumento do peso relativo dos pequenos e médios proprietários e, ao mesmo tempo, para a desconcentração da posse de cativos ocorrida no segundo período de observação. No meio desse processo, quais alterações teriam se operado nas características demográficas dos escravos? Houve variações na distribuição dos cativos de acordo com o sexo, a origem e a idade?

5.3. CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E ECONÔMICAS DOS ESCRAVOS

Nesta seção, analisamos as características demográficas e econômicas dos escravos do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, entre 1810 e 1888. O nosso interesse recai em examinar a distribuição dos cativos conforme o sexo, a origem e a idade, em relação às diferentes faixas de tamanho de plantel e às diferentes atividades econômicas nas quais os escravos estavam inseridos, observando possíveis variações nessas distribuições ao longo dos três períodos em te-

⁴⁴⁷ CMA/UFPA. Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível). Inventários *post-mortem*, cx. 27 (1871b). Inventário de Antônio Gomes Corrêa de Miranda, 1871.

⁴⁴⁸ Sobre o processo de mercantilização da terra fruto da Lei de Terras cf. sobretudo: MOTTA, Márcia Maria Meneses. **Nas fronteiras do poder – conflito e direito à terra no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

⁴⁴⁹ Ao examinar a estrutura fundiária de São Paulo no limiar do século 19, Nelson Nozoe observou a existência de um: “intenso processo de fragmentação das terras em mãos de particulares – por meio da venda, herança, doação etc. –, repartição esta a recair tanto naquelas obtidas por meio legal como naquelas que o foram por simples ocupação”. NOZOE, Nelson Hideiki. **A apropriação de terras rurais na Capitania de São Paulo**. Tese de Livre-Docência (Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2008, p. 190. Sobre as aplicações da Lei de Terras no Grão-Pará, mesmo que sem qualquer menção ao fracionamento da estrutura fundiária local, ver: NUNES, Francivaldo Alves. **Sob o Signo do Moderno Cultivo**, op. cit., 2011; SOUZA, Bruno Mariano Santos da Ponte e. Terras, Rios e Igarapés: estrutura agrária e conflitos no Baixo Tocantins (1860-1880). Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2014.

la. Ao todo é analisada uma amostra composta por 2.580 cativos assim distribuídos: 1.172 escravos para o primeiro período (1810-1850), outros 735 cativos para o segundo (1851-1871) e ainda 673 escravos para o terceiro período de observação (1872-1888). No diz que respeito ao terceiro período cabe-nos informar de antemão que aqui não são analisados os filhos ingênuos das escravas nascidos após a Lei Rio Branco tampouco os cativos libertados pela Lei Saraiva-Cotegipe; estes serão apenas alvo de considerações mais gerais, e aqueles serão objeto de análise, somente no próximo capítulo, voltado à família escrava nas regiões tocantina e guajarina.

TABELA 5.10
DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS SEGUNDO A ORIGEM AFRICANA OU CRIOLA
(BAIXO TOCANTINS E ZONA GUAJARINA, 1810-1888)

ORIGEM							
FTP		BRASIL		ÁFRICA		RAZÃO DE AFRICANIDADE	TOTAL
		N	%	N	%		
1810-1850	01-09	64	77,1	19	22,9	29,7	83 (100,0%)
	10-19	210	86,8	32	13,2	15,2	242 (100,0%)
	20-49	201	68,8	91	31,2	45,3	292 (100,0%)
	50-99	119	68,0	56	32,0	47,1	175 (100,0%)
	100/+	239	67,1	117	32,9	49,0	356 (100,0%)
	TOTAL	833	72,6	315	27,4	37,8	1.148 (100,0%)
1851-1871	01-09	152	98,7	02	1,3	1,3	154 (100,0%)
	10-19	157	98,7	02	1,3	1,3	159 (100,0%)
	20-49	219	98,6	03	1,4	1,4	222 (100,0%)
	50-99	58	100,0	-	-	-	58 (100,0%)
	100/+	136	96,5	05	3,5	3,7	141 (100,0%)
	TOTAL	722	98,4	12	1,6	1,7	734 (100,0%)
1872-1888	01-09	105	100,0	-	-	-	105 (100,0%)
	10-19	120	96,8	04	3,2	3,3	124 (100,0%)
	20-49	161	98,8	02	1,2	1,2	163 (100,0%)
	50-99	95	99,0	01	1,0	1,1	96 (100,0%)
	100/+	181	97,8	04	2,2	2,2	185 (100,0%)
	TOTAL	662	98,4	11	1,6	1,7	673 (100,0%)
1810-1888	01-09	321	93,9	21	6,1	6,5	342 (100,0%)
	10-19	487	92,8	38	7,2	7,8	525 (100,0%)
	20-49	581	85,8	96	14,2	16,5	677 (100,0%)
	50-99	272	82,7	57	17,3	21,0	329 (100,0%)
	100/+	556	81,5	126	18,5	22,7	682 (100,0%)
	TOTAL	2.217	86,8	338	13,2	15,2	2.555 (100,0%)

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

Os dados da TABELA 5.10 evidenciam que o peso relativo dos africanos em meio à população cativa do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina alcançou alguma expressividade ape-

nas no primeiro período de observação, quando os escravos provenientes da África perfizeram 27,4% da amostra de cativos analisados para aqueles anos. Nos dois períodos seguintes, a participação dos africanos na população escrava daquelas regiões se tornou inexpressiva, satisfazendo a tão-somente 1,6% dos cativos tanto no segundo como no terceiro período examinado. Embora a interrupção do tráfico atlântico, por si só, já vaticinasse a gradual perda de representatividade dos africanos em meio à população cativa do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, não seria de todo irreal supormos que diante do avanço da legislação emancipacionista, a procedência de alguns cativos tenha sido adulterada.⁴⁵⁰ De todo modo, tendo em vista a maior representatividade dos africanos no primeiro período vislumbrado, a nossa atenção está voltada, fundamentalmente, para o intervalo de 1810 a 1850.

Por mais que se tratasse de uma massa majoritariamente crioula, a população escrava do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, na primeira metade do século 19, ainda contava com um razoável peso relativo de africanos das mais variadas procedências, produzindo uma razão de africanidade geral de 37,8. Como podemos observar, a grande maioria dos africanos se encontrava nos plantéis grandes, muito grandes e nos megaplantéis, que apresentavam razões de africanidade de, respectivamente, 45,3, 47,1 e 49,0. Os plantéis com 20 ou mais cativos – que, como vimos anteriormente, se dedicavam à produção de derivados da cana-de-açúcar e do cacau – concentravam 83,8% de todos os cativos africanos que compõem a nossa amostra para o primeiro período de observação. Por outro lado, podemos verificar também alguma capacidade das pequenas propriedades, em geral votadas à produção de subsistência ou abastecimento, em comprar africanos, renovando ou, ainda, ampliando os seus plantéis – o que reforça a ideia de que esses pequenos produtores mantinham vínculos permanentes com o mercado. Retomaremos essa questão mais adiante, quando analisarmos as características dos cativos em relação às atividades econômicas. De resto interessa-nos situar, comparativamente, o peso dos cativos africanos na composição demográfica da escravaria do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina.

Muito embora o peso relativo dos cativos africanos na escravaria das regiões tocantina e guajarina (27,4%) tenha se revelado próximo àquele que aferimos para o núcleo urbano central de Belém (24,1%), no primeiro período analisado, não verificamos variações no peso relativo dos africanos no conjunto dos cativos do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, das décadas de 1810 e 1820 (27,5%) às décadas de 1830 e 1840 (27,4%). Tal manutenção pode ser sugestiva não só de uma capacidade de retenção de escravos africanos nessas regiões rurais co-

⁴⁵⁰ Referimo-nos à possibilidade dos escravos ingressados após a interdição do tráfico atlântico terem, porventura, sido descritos enquanto crioulos como uma forma de burlar a legislação baixada.

mo também da manutenção dos seus vínculos com o trato de escravos, mesmo em um contexto de enfraquecimento do trato em direção à Amazônia. No entanto, tal como em Belém, o peso relativo dos africanos se mostrou mais expressivo entre os cativos com 15 ou mais anos de idade, alcançando os patamares de 41,3%, 37,6% e 39,6%, respectivamente, no primeiro subperíodo (décadas de 1810 e 1820), no segundo subperíodo (décadas de 1830 e 1840) e em todo o primeiro período de observação (1810-1850).

Ao examinarmos os inventários *post-mortem* concernentes aos proprietários de cativos da chamada Ribeira do Itapecuru, a principal região produtora de algodão e de arroz no Maranhão, entre 1785 e 1824, observamos que 52,7% dos 2.958 escravos analisados eram provenientes da África, resultando numa razão de africanidade de 111,3.⁴⁵¹ Ainda que a maior proximidade desse intervalo com a conjuntura de mais intensidade no tráfico direcionado ao Maranhão (ver CAPÍTULO 02) possa ter superestimado a presença dos africanos entre os escravos da Ribeira do Itapecuru, sua razão de africanidade se demonstrou substancialmente maior do que aquela que encontramos para o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina – inclusive, em comparação às maiores propriedades das macrorregiões paraenses, que em nossa amostra foram as que concentraram o maior número de escravos africanos, no primeiro período analisado. Resguardando também relação com as especificidades do trato, a maioria (67,9%) dos escravos da Ribeira do Itapecuru procedia da África Ocidental, e não da África Central-Atlântica (32,1%).⁴⁵²

Das 313 observações em que era especificada a região de procedência dos cativos africanos na nossa amostra para o primeiro período de observação, verificamos que apenas 27,5% deles eram originários da África Ocidental, sendo os outros 72,5% da África Central-Atlântica ou de Moçambique. Apesar desse contexto (1810-1850) ser marcado pela prevalência dos cativos de origem centro-africana no país, encontramos uma ainda elevada representatividade de escravos da África Ocidental, em nossa amostra. Essa constatação corrobora uma característica marcante do tráfico de africanos para o Grão-Pará: se, por um lado, desde o final do século 18, a maior parte dos africanos ingressados no Brasil pelo Rio de Janeiro já era proveniente da África Central-Atlântica, tornando pouco expressivo o contingente advindo da África Ocidental,⁴⁵³ por outro lado, no caso do Pará o trato de cativos da África Ocidental ainda manteve al-

⁴⁵¹ MOTA, Antonia da Silva; BARROSO, Daniel Souza. Economia e demografia da escravidão no Maranhão e no Grão-Pará, op. cit., p. 27.

⁴⁵² Ibidem, p. 28-9.

⁴⁵³ cf.: FLORENTINO, Manolo Garcia. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 [1995].

guma regularidade até 1815 – sem, porém, essa região continuar a ser a principal fornecedora de africanos para o Grão-Pará, como continuou a ser para o Maranhão, até esse mesmo ano.⁴⁵⁴

Caso aferíssemos a razão de africanidade dos cativos de nossa amostra, para a segunda metade do século 19, agregando os dados do segundo aos dados do terceiro período de observação, encontraríamos uma razão de africanidade de 1,7, bastante próxima à calculada (2,0), a partir dos dados do Recenseamento de 1872 relativos às localidades examinadas do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina.⁴⁵⁵ A comparação realizada com o Censo demonstra a pertinência de nossa amostra com relação à distribuição dos cativos dessas regiões segundo a origem africana ou crioula, principalmente ao considerarmos que a nossa amostra concernente ao terceiro período de observação foi, em alguma medida, afetada pela Lei Saraiva-Cotegipe (1885) – aspecto ao qual nos ateremos mais adiante. Interessa-nos, agora, examinar a distribuição dos escravos dessas regiões segundo o sexo.

Os informes apresentados na TABELA 5.11 evidenciam um relativo equilíbrio na distribuição da população escrava do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina entre os sexos, com algumas variações entre os três períodos observados; no primeiro período, a razão de sexo geral foi de 121,1, no segundo período, de 86,6 e, no terceiro período analisado, de 105,8. Cabe-nos advertir que a razão de sexo geral aferida para o primeiro período foi enviesada pela ainda razoável presença de cativos africanos no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina na primeira metade do Oitocentos. Se calculássemos, separadamente, as razões de sexo dos segmentos crioulo e africano, no primeiro período de observação, encontraríamos, respectivamente, os valores de 94,2 e 238,7. Nos períodos seguintes, haja vista a inexpressividade demográfica dos africanos em meio à escravaria do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina (perfizeram 1,6% dos cativos tanto no segundo quanto no terceiro período), as razões calculadas projetam a distribuição entre os sexos para a população em geral.

⁴⁵⁴ HAWTHORNE, Walter. **From Africa to Brazil: Culture, Identity, and an Atlantic Slave Trade, 1600-1830**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 52-3.

⁴⁵⁵ Segundo o Recenseamento de 1872, as localidades tocantinas e guajarinas consideradas possuíam 242 cativos de origem africana e 12.015 cativos crioulos, perfazendo uma razão de africanidade de 2,0. cf. BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Império de 1872. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger/Tip. Commercial, 1876, v. 1, p. 212.

TABELA 5.11
DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS SEGUNDO O SEXO
(BAIXO TOCANTINS E ZONA GUAJARINA, 1810-1888)

		SEXO				RAZÃO DE SEXO	TOTAL
		HOMENS		MULHERES			
		N	%	N	%		
1810-1850	01-09	50	56,8	38	43,2	131,6	88 (100,0%)
	10-19	137	55,9	108	44,1	126,9	245 (100,0%)
	20-49	151	50,2	150	49,8	100,7	301 (100,0%)
	50-99	99	56,2	77	43,8	128,6	176 (100,0%)
	100/+	201	56,6	154	43,4	130,5	355 (100,0%)
	TOTAL	638	54,8	527	45,2	121,1	1.165 (100,0%)
1851-1871	01-09	70	45,5	84	54,5	83,3	154 (100,0%)
	10-19	80	50,6	78	49,4	102,6	158 (100,0%)
	20-49	102	45,9	120	54,1	85,0	222 (100,0%)
	50-99	24	41,4	34	58,6	70,6	58 (100,0%)
	100/+	65	45,8	77	54,2	84,4	142 (100,0%)
	TOTAL	341	46,5	393	53,5	86,8	734 (100,0%)
1872-1888	01-09	58	55,2	47	44,8	123,4	105 (100,0%)
	10-19	57	46,0	67	54,0	85,1	124 (100,0%)
	20-49	101	62,0	62	38,0	162,9	163 (100,0%)
	50-99	51	53,1	45	46,9	113,3	96 (100,0%)
	100/+	79	42,7	106	57,3	74,5	185 (100,0%)
	TOTAL	346	51,4	327	48,6	105,8	673 (100,0%)
1810-1888	01-09	178	51,3	169	48,7	105,3	347 (100,0%)
	10-19	274	52,0	253	48,0	108,3	527 (100,0%)
	20-49	354	51,6	332	48,4	106,6	686 (100,0%)
	50-99	174	52,7	156	47,3	111,5	330 (100,0%)
	100/+	345	50,6	337	49,4	102,4	682 (100,0%)
	TOTAL	1.325	51,5	1.247	48,5	106,3	2.572 (100,0%)

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

O relativo equilíbrio entre os sexos existente na população escrava do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, ao longo de todo o intervalo investigado, pode ser um traço revelador da menor interação que essas regiões mantiveram com o tráfico de escravos durante grande parte do período em tela. Ao examinar a razão de sexo dos escravos do próprio Baixo Tocantins em 1778, contexto em que o Grão-Pará ainda mantinha uma marcante ligação com o tráfico atlântico, Kelly-Normand encontrou razão de sexo de 153,5 – um valor mais elevado, inclusive, do que aquele que verificamos para o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina na primeira metade do século 19 (121,1), quando a população escrava de tais regiões, ainda concentrava um razoável

número de africanos; como evidenciamos, 27,4% dos cativos examinados no primeiro período de observação eram provenientes de diferentes regiões da África.⁴⁵⁶

A prevalência dos homens entre os cativos de origem africana do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, entre os anos de 1810 e 1850, não se mostrou igualmente efetiva entre os cativos de origem africana da Ribeira do Itapecuru entre 1785 e 1824. Nessa região maranhense, que como vimos, apresentava um peso relativo de africanos em sua escravaria muito maior do que encontramos para as regiões tocantina e guajarina, as mulheres representavam entre os cativos provenientes da África uma parcela mais expressiva (39,1%) do que no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina (18,1%).⁴⁵⁷ Ainda que não tenhamos parâmetros da participação das mulheres no tráfico de cativos para o Pará sabemos que 38% do total de escravos destinados para o Maranhão entre os anos de 1751 e 1787 eram do sexo feminino,⁴⁵⁸ o que contribuiu para um maior equilíbrio, ante o sexo, entre os escravos africanos da região maranhense (razão de sexo específica de 155,8) se comparado às regiões paraenses (razão de sexo específica de 238,7).⁴⁵⁹

As variações na distribuição dos escravos do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina segundo o sexo diferiram das variações que verificamos para o núcleo urbano central de Belém, com o avançar do século 19. Enquanto na região central da capital paraense o peso relativo de escravos homens e mulheres se manteve equilibrado nos dois primeiros períodos analisados – alcançado razões de sexo de 101,9 e 105,5, respectivamente –, e tendeu a uma expressiva prevalência feminina no terceiro período analisado (razão de sexo de 69,6), os pesos relativos de homens e de mulheres cativos na escravaria do Baixo Tocantins e na Zona Guajarina tendeu a alguma ascendência feminina no segundo período (razão de sexo de 86,8), e a um maior equilíbrio no terceiro período de observação (razão de sexo de 105,8). Assim como sugerimos que uma eventual evasão de escravos homens pode ter ajudado a promover uma escravaria majoritariamente feminina em Belém pós-1871, refluxos e afluxos de cativos podem ter condicionado aquelas variações nas escravarias tocantina e guajarina, no segundo e no terceiro períodos.

Ao coligirmos os dados do Recenseamento de 1872 atinentes à composição das escravarias das 14 localidades que integravam o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina segundo o se-

⁴⁵⁶ A razão de sexo de 153,5 foi calculada a partir dos informes presentes nas tabelas 02 e 04, do ensaio de Normand. Ver: KELLY-NORMAND, Arlene. *Africanos na Amazônia: cem anos antes da Abolição*, op. cit., p. 19.

⁴⁵⁷ MOTA, Antonia da Silva; BARROSO, Daniel Souza. *Economia e demografia da escravidão no Maranhão e no Grão-Pará*, op. cit., p. 27.

⁴⁵⁸ HAWTHORNE, Walter. *From Africa to Brazil*, op. cit., p. 57.

⁴⁵⁹ MOTA, Antonia da Silva; BARROSO, Daniel Souza. *Economia e demografia da escravidão no Maranhão e no Grão-Pará*, op. cit., p. 32.

xo, encontramos uma razão de sexo de 105,3,⁴⁶⁰ praticamente idêntica àquela que calculamos, em relação ao terceiro período de observação (105,8). Conquanto os dados do Recenseamento de 1872, como evidenciamos no CAPÍTULO 03 e reiteramos no presente, digam mais respeito à segunda metade do Oitocentos escravista como um todo, do que às décadas de 1850 e 1860 ou às décadas de 1870 e 1880 especificamente, a razão de sexo dos escravos calculada a partir do Recenseamento superou as razões de sexo do segundo e do terceiro período de observação integradas (95,4), quase reproduzindo a razão aferida para o terceiro período em particular. Essa convergência com um período específico pode ser sugestiva de uma inflexão operada na composição sexual da escravaria das regiões tocantina e guajarina a partir da década de 1870, cujo novo perfil (equilibrado, com leve prevalência masculina) se manteve até o fim da escravidão.

Interessa-nos, a partir de agora, analisar a distribuição dos cativos que compõem nossa amostra segundo a idade. Para fins de análise, consideramos, como cativos jovens, os menores de 15 anos; como adultos, aqueles entre 15 e 49 anos e, como velhos, aqueles com 50 ou mais anos de idade. A reflexão sobre a idade dos escravos é levada a efeito em dois momentos. Em um primeiro momento, procuramos verificar a distribuição dos escravos por aqueles três grupos etários com relação às faixas de tamanho de plantel, observando possíveis variações nessa distribuição ao longo dos três períodos de observação. Em um segundo momento, procuramos verificar as idades médias dos escravos, ao longo dos três períodos de observação, conferindo se havia diferenças de acordo com o sexo e a origem – esta no caso específico do primeiro período de observação, dada a pouca expressividade demográfica dos africanos no segundo e no terceiro período em tela.

A partir dos dados apresentados da TABELA 5.12, podemos observar que o grupo etário dos adultos foi o que concentrou o maior número de escravos nos três períodos de observação, tendo inclusive concentrado a maioria absoluta dos escravos no primeiro e no terceiro período em tela. No primeiro período, os jovens, os adultos e os velhos representaram, respectivamente, 31,3%, 55,5% e 13,2% dos cativos pesquisados. No segundo período, os percentuais correlatos foram de 40,6%, 44,8% e 14,6%, e, no terceiro período, de 19,7%, 63,9% e 16,4%. Entre o primeiro e o segundo período, observamos um aumento do peso relativo dos jovens – seguramente derivado da reprodução endógena da população cativa do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina –, a manutenção do peso relativo dos velhos e uma diminuição da participação relativa dos adultos. Entre o segundo e o terceiro período vislumbrados verificamos uma diminui-

⁴⁶⁰ Segundo o Recenseamento de 1872, as localidades tocantinas e guajarinas consideradas possuíam 6.286 cativos do sexo masculino e 5.971 cativas do sexo feminino, perfazendo a razão de sexo de 105,3. cf. BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Império de 1872, op. cit., p. 212.

ção expressiva do peso relativo dos jovens – derivado em grande medida da Lei Rio Branco –, a manutenção do peso relativo dos velhos e um consequente aumento expressivo do peso relativo dos adultos – que observamos também em termos absolutos.

TABELA 5.12
DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS
(BAIXO TOCANTINS E ZONA GUAJARINA, 1810-1888)

		GRUPOS ETÁRIOS (EM ANOS)						IDADE MÉDIA E DESVIO PADRÃO (EM ANOS)		TOTAL
		0-14		15-49		50/+		IM	DP	
		N	%	N	%	N	%			
1810-1850	01-09	28	35	41	51,3	11	13,7	24,4	18,1	80 (100,0%)
	10-19	87	36,3	125	52,1	28	11,6	24,7	19,1	240 (100,0%)
	20-49	92	31,0	159	53,5	46	15,5	27,4	19,0	297 (100,0%)
	50-99	49	31,6	87	56,1	19	12,3	25,2	17,9	155 (100,0%)
	100/+	97	27,4	212	59,9	45	12,7	27,5	18,4	354 (100,0%)
	TOTAL	353	31,3	624	55,5	149	13,2	26,3	18,6	1.126 (100,0%)
1851-1871	01-09	65	42,8	68	44,7	19	12,5	23	18,3	152 (100,0%)
	10-19	62	39,5	77	49,0	18	11,5	23,5	17,9	157 (100,0%)
	20-49	101	46,1	99	45,2	19	8,7	20,7	16,9	219 (100,0%)
	50-99	19	32,8	34	58,6	05	8,6	24,6	17,8	58 (100,0%)
	100/+	48	34,0	48	34,0	45	32,0	32,1	25,5	141 (100,0%)
	TOTAL	295	40,6	326	44,8	106	14,6	24,3	19,7	727 (100,0%)
1872-1888	01-09	22	21,4	71	68,9	10	9,7	27,4	15,6	103 (100,0%)
	10-19	22	17,7	76	61,3	26	21,0	32	19,1	124 (100,0%)
	20-49	32	20,1	106	66,7	21	13,2	30,4	16,5	159 (100,0%)
	50-99	26	27,4	54	56,8	15	15,8	28,2	18,0	95 (100,0%)
	100/+	29	15,8	117	63,9	37	20,3	32,5	16,7	183 (100,0%)
	TOTAL	131	19,7	424	63,9	109	16,4	30,5	17,2	664 (100,0%)
1810-1888	01-09	115	34,3	180	53,7	40	12,0	24,9	17,4	335 (100,0%)
	10-19	171	32,8	278	53,4	72	13,8	26,1	19,0	521 (100,0%)
	20-49	225	33,3	364	53,9	86	12,8	25,9	18,1	675 (100,0%)
	50-99	94	30,5	175	56,8	39	12,7	26,0	17,9	308 (100,0%)
	100/+	174	25,7	377	55,6	127	18,7	29,8	19,8	678 (100,0%)
	TOTAL	779	30,9	1.374	54,6	364	14,5	26,9	18,7	2.517 (100,0%)

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

É importante destacarmos que, a despeito de algumas especificidades em cada período de observação, as variações indicadas no último parágrafo representaram, a rigor, movimentos gerais na população escrava do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina. Ao examinarmos a idade dos escravos em cada período de observação, verificamos que não havia diferenças estatisticamente significativas na composição etária dos escravos entre as diferentes faixas de tama-

nho de plantel, nem no primeiro,⁴⁶¹ nem no terceiro período analisado.⁴⁶² Com efeito, tal diferença existiu apenas no segundo período de observação,⁴⁶³ muito possivelmente em decorrência das características particulares do único megaplantel analisado para esse período, cujos escravos apresentaram uma idade média de 32,1 anos, bastante superior às idades médias encontradas para os cativos das demais faixas de tamanho de plantel no segundo período observado.

No entanto, não fosse a promulgação da Lei Rio Branco, não teríamos encontrado essa expressiva diminuição do peso relativo dos jovens e, por conseguinte, um expressivo aumento do peso relativo dos adultos, entre o segundo e o terceiro período analisado. Se agregássemos, ao grupo etário dos jovens, os 126 ingênuos, nascidos entre 1872 e 1888, que compõem nossa amostra, a população escrava do Baixo Tocantins e na Zona Guajarina, no terceiro período em tela, seria formada por 32,5% de jovens, 53,7% de adultos e 13,8% de velhos. Isso posto, sem desconsiderarmos o impacto das manumissões e da Lei Saraiva-Cotegipe e o fato de os escravos viverem sob um regime demográfico restrito,⁴⁶⁴ parece-nos que com a interrupção do fornecimento de novos escravos pelo tráfico externo e a ineficácia do tráfico interno, a população cativa do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina começou a ganhar formas de uma clássica população pré-industrial, constituída por um elevado número de jovens, uma maioria de adultos, e um pequeno número de velhos.⁴⁶⁵

Ao contrário do núcleo urbano central de Belém, cuja escravaria apresentou tendência ao envelhecimento com o avançar do século 19 – com as idades médias dos cativos crescendo de 24,8 anos no primeiro período examinado, para 26,9 e 28,2 anos de idade, respectivamente, no segundo e no terceiro períodos examinados –, o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina assistiram a um movimento contrário com as idades médias dos cativos diminuindo entre o primeiro (26,6 anos, DP= 18,6) e o segundo período de observação (24,3 anos, DP= 19,7) – desconsideramos o terceiro período por conta do impacto da Lei Rio Branco na composição etária de sua escravaria. Condicionando essa diferença que se desvelou estatisticamente significativa⁴⁶⁶ havia as diferentes capacidades de reprodução endógena apresentadas pelo núcleo urbano cen-

⁴⁶¹ Resultado do teste *One-Way Anova*: $F(04, 1.121) = 1,45, p = 0,21$ – não significativo.

⁴⁶² Resultado do teste *One-Way Anova*: $F(04, 659) = 2,10, p = 0,07$ – não significativo.

⁴⁶³ Resultado do teste *One-Way Anova*: $F(04, 722) = 7,80, p < 0,001$ – altamente significativo

⁴⁶⁴ A respeito do conceito de regime demográfico restrito da população escrava, ver: CUNHA, Máisa Faleiros da. **Demografia e família escrava: Franca, século XIX**. Tese de Doutorado (Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

⁴⁶⁵ As sociedades pré-industriais eram, em geral, caracterizadas por elevadas taxas de natalidade e de mortalidade, o que as levava a apresentar um grande número de “jovens” (sobreviventes à também elevada mortalidade infantil) e um diminuto número de “velhos”. Ver: WOOD, James W. *A Theory of Preindustrial Population Dynamics*. *Demography, Economy, and Well-Being in Malthusian Systems*. **Current Anthropology**, Chicago, v. 39, n. 1, p. 99-135, February 1998.

⁴⁶⁶ Resultado do teste *t-Student*: $t(1.851) = 2,21, p = 0,03$ – significativo.

tral de Belém e as regiões tocantina e guajarina, a partir de 1850. Tal diferença que será retomada no CAPÍTULO 05, já se prefigura pelos diferentes pesos relativos dos escravos jovens nas escravarias de Belém (31,4%), e das regiões tocantina e guajarina (40,6%), entre 1851 e 1871.

A fim de avançarmos na compreensão sobre a composição etária dos escravos do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, construímos cinco pirâmides etárias, com o objetivo de associarmos a tal reflexão às variáveis sexo e origem – esta, pelo motivo reiteradamente explicitado, apenas em relação ao primeiro período observado. Acreditamos que a partir da representação gráfica da distribuição dos escravos conforme as faixas etárias e o sexo, as variações indicadas na TABELA 5.12 e nos comentários que a sucederam, podem ser lidos mais facilmente. Seguindo um padrão usual da Demografia, adotamos faixas etárias quinquenais, sempre iniciadas em 0 ou 5 e terminadas em 4 ou 9, abarcando o intervalo de 0 a 79 anos; sendo os cativos com 80 ou mais anos de idade, incluídos numa faixa etária específica (80/+). Vejamos, de início, o desenho do GRÁFICO 5.1:

GRÁFICO 5.2
PIRÂMIDE SEXO-ETÁRIA DOS ESCRAVOS DO BAIXO TOCANTINS E DA ZONA GUAJARINA
(GRÃO-PARÁ, 1810-1850)
(N= 1.125)

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

O GRÁFICO 5.1 demonstra um forte equilíbrio na distribuição dos escravos do primeiro período de observação de acordo com as diferentes faixas etárias. Não obstante uma predominância masculina nesse período, assinalada pela razão de sexo geral de 121,1, não observamos

variações expressivas entre a composição etária dos segmentos masculino e feminino. A idade média dos homens escravos (26,8 anos), no primeiro período contemplado, não apresentou diferença estatisticamente significativa em relação à idade média das cativas (25,7 anos).⁴⁶⁷ Aliás, as suas idades médias se aproximaram bastante da idade média encontrada para esse período (26,3 anos), em geral. Por outro lado, os cativos africanos apresentaram uma idade média (39,8 anos) substancialmente mais alta que a idade média dos crioulos (21,1 anos) na primeira metade do século.⁴⁶⁸ Analisemos as estruturas sexo-etárias desses segmentos especificamente.

GRÁFICO 5.3
PIRÂMIDE SEXO-ETÁRIA DOS ESCRAVOS CRIoulos
(BAIXO TOCANTINS E ZONA GUAJARINA, GRÃO-PARÁ, 1810-1850)
(N= 809)

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

O GRÁFICO 5.2 evidencia um também forte equilíbrio na distribuição dos escravos crioulos do primeiro período de observação de acordo com as diferentes faixas etárias. A despeito de uma leve predominância feminina em tal segmento, indicada pela razão de sexo de 94,2, não verificamos sobressaídas variações entre a composição etária dos homens e das mulheres. Assim como no que toca à população em geral, também não encontramos diferenças estatisticamente significativas entre a idade média dos homens (20,1) e das mulheres (22,0) de origem crioula.⁴⁶⁹ A dependência desse segmento com relação a sua própria reprodução justifica uma

⁴⁶⁷ Resultado do teste *t-Student*: $t(1.124) = 0,60$, $p = 0,19$ – não significativo.

⁴⁶⁸ Resultado do teste *t-Student*: $t(1.111) = 16,79$, $p < 0,001$ – altamente significativo.

⁴⁶⁹ Resultado do teste *t-Student*: $t(808) = 1,95$, $p = 0,13$ – não significativo.

razão de sexo equilibrada e a expressiva presença de jovens. Resta-nos saber em que medida o pequeno número de velhos estava relacionado a uma alta mortalidade ou, ainda, à recenticidade do processo de reprodução dessa população. Entretanto, não dispomos de elementos o suficiente para respondermos a tal questão.

GRÁFICO 5.4
PIRÂMIDE SEXO-ETÁRIA DOS ESCRAVOS AFRICANOS
(BAIXO TOCANTINS E ZONA GUAJARINA, GRÃO-PARÁ, 1810-1850)
(N= 303)

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

No que diz respeito aos africanos, a sua composição pode ser explicada a partir das especificidades do tráfico atlântico. A preferência pela importação de homens em idade produtiva justificava a elevada razão de sexo (238,7) e a concentração dos africanos nos dois últimos grupos etários (adultos e velhos), sendo inexpressivo o número de cativos africanos jovens em nossa amostra, como podemos vislumbrar no GRÁFICO 5.3. Apesar da aparente diferença existente entre a idade média dos homens africanos (38,1 anos) e a idade média das mulheres africanas (44,3 anos), essa diferença não se demonstrou estatisticamente significativa.⁴⁷⁰ Não podemos deixar de considerar, todavia, que o fato de tal diferença não ser estatisticamente significativa pode ser consequência do pequeno número de mulheres cativas africanas existente em nossa amostra para o primeiro período de observação.

⁴⁷⁰ Resultado do teste *t-Student*: $t(301) = 3,30$, $p = 0,60$ – não significativo.

GRÁFICO 5.5
PIRÂMIDE SEXO-ETÁRIA DOS ESCRAVOS DO BAIXO TOCANTINS E DA ZONA GUAJARINA
(GRÃO-PARÁ, 1851-1871)
(N= 727)

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

O GRÁFICO 5.4, concernente ao segundo período em tela, assinala um ligeiro predomínio do segmento feminino na população escrava do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, patenteados pela razão de sexo de 86,8. Diferentemente do que se sucedeu com relação à população geral e ao segmento crioulo no primeiro período de observação – para os quais não identificamos diferenças estatisticamente significativas entre as idades médias dos homens escravos e as idades médias das cativas –, no segundo período em tela a idade média dos escravos (25,6 anos) se revelou superior à idade média das cativas (23,0 anos).⁴⁷¹ Essa diferença ocorreu pelo maior peso relativo de cativos homens no grupo etários dos velhos (50 ou mais anos de idade) e pelo maior peso relativo das escravas no grupo etário dos adultos (de 15 a 49 anos) e, sobretudo, no grupo etário dos jovens (até 14 anos).

No GRÁFICO 5.5, atinente ao terceiro período examinado, observamos um novo equilíbrio na distribuição dos cativos de acordo com o sexo que agora tendia a uma leve prevalência do segmento masculino, comprovada pela razão de sexo de 105,8. Embora não houvesse diferença, estatisticamente significativa, entre a idade média dos cativos (30,4 anos) e a idade mé-

⁴⁷¹ Resultado do teste *t-Student*: $t(725) = 1,96$, $p = 0,01$ – significativo.

dia das escravas (30,7 anos) do terceiro período vislumbrado,⁴⁷² identificamos um aumento na idade geral dos escravos, em comparação aos dois períodos anteriores. Tal aumento esteve associado, em grande medida, à elevada concentração dos cativos do terceiro período de observação no grupo etário dos adultos – o que como afirmamos anteriormente, foi corolário da legislação emancipacionista; o estreitamento verificado na base e, em menor amplitude, no topo da pirâmide etária, com relação aos desenhos dos GRÁFICOS 5.3 e 5.4, deixam claro o impacto respectivo das Leis Rio Branco e Saraiva-Cotegipe, na composição etária da população escrava do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina. Tendo em vista que o impacto da Lei Rio Branco na composição etária da população escrava dessas regiões, já foi nosso objeto de reflexão nos comentários que sucederam à TABELA 5.12, gostaríamos de tecer apenas algumas considerações acerca do impacto da Lei Saraiva-Cotegipe, de 1885.

GRÁFICO 5.6
PIRÂMIDE SEXO-ETÁRIA DOS ESCRAVOS DO BAIXO TOCANTINS E DA ZONA GUAJARINA
(GRÃO-PARÁ, 1872-1888)
(N= 664)

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

Na documentação avulsa do Juízo de Órfãos, presente no Centro de Memória da Amazônia, encontramos a: “Relação dos escravos maiores de sessenta e sessenta e cinco anos, matriculados nas Freguesias de Bujaru e Inhangapi, pertencentes à Coletoria Geral de S. Domingos da Boa Vista”. Trata-se de um documento produzido no âmbito da Matrícula Geral de Es-

⁴⁷² Resultado do teste *t-Student*: $t(679) = 0,64$, $p = 0,86$ – não significativo.

cravos de 1884, que arrolava ao todo 26 escravos (e os seus respectivos proprietários) que, caso não viessem a falecer ou ser alforriados, seriam libertados no ano seguinte sob a Lei Saraiva-Cotegipe.⁴⁷³ Infelizmente, não dispomos da íntegra da Matrícula de 1884, o que nos possibilitaria conferir a representatividade de tais cativos nesse contexto específico. Entretanto, dos 16 proprietários arrolados na “Relação”, uma faz parte da nossa amostra para o terceiro período analisado: d. Ludovina Raimunda Alves da Cunha, falecida em 1881 com uma posse de 17 cativos,⁴⁷⁴ teve uma cativa pertencente a seu espólio matriculada em 1884. Era a preta Miguelina, que à época da Matrícula possuía 70 anos.⁴⁷⁵ Caso não tenha havido alterações no plantel entre 1881 e 1884, além de um eventual falecimento ou alforria da preta Cândida (relacionada com 60 anos no inventário, e ausente da Matrícula), o impacto da Lei Saraiva-Cotegipe, nessa escravaria, teria sido residual.

Sem desconsiderarmos o caráter fragmentado da “Relação” no que diz respeito ao conjunto de localidades vislumbradas (foram compreendidas somente duas das 14 localidades que compunham o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina, no último período de observação) e a falta de elementos que nos permitam aferir sua representatividade em relação ao conjunto da população dessas duas regiões, parece-nos sintomático que nenhum proprietário tenha tido mais de dois cativos pautados na “Relação” – à exceção de Maria do Amaral Marques, que teve quatro cativos listados. O que é ainda mais notável ao levarmos em consideração que, no terceiro período examinado, as propriedades do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina detinham, em média, 18,7 escravos, mesmo perante da Lei Rio Branco (que inviabilizou o impacto da reprodução endógena) e a incapacidade de grande parte dos proprietários em conduzir uma renovação efetiva de seus plantéis, a partir do tráfico interno. Tal perspectiva vai ao encontro de uma historiografia que sugere o pequeno impacto da Lei Saraiva-Cotegipe, na escravaria brasileira.⁴⁷⁶

No esforço de avançarmos na compreensão a respeito das características demográficas e econômicas dos cativos do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, passamos agora a analisar, em relação às diferentes atividades econômicas desenvolvidas nessas regiões, os seguintes indicadores: número de propriedades; número médio de escravos; idade média dos escravos; ra-

⁴⁷³ CMA/UFPA. Documentação avulsa do Juízo de Órfãos. “Relação dos escravos maiores de sessenta e sessenta e cinco anos, matriculados nas Freguesias de Bujaru e Inhangapi, pertencentes à Coletoria Geral de S. Domingos da Boa Vista”.

⁴⁷⁴ CMA/UFPA. Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível). Inventários *post-mortem*, cx. 38 (1881b). Inventário de Ludovina Raimunda Alves da Cunha, 1881.

⁴⁷⁵ CMA/UFPA. Documentação avulsa do Juízo de Órfãos. “Relação dos escravos...”, op. cit.

⁴⁷⁶ Dentre muitos outros, ver: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Entre a mão e os anéis - a Lei de 1885 e os caminhos da abolição no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2008 [1999].

ção de dependência,⁴⁷⁷ razão de sexo e razão de africanidade. Trata-se, a nosso ver, de indicadores-chave para uma reflexão sobre quais atividades concentravam maior número de cativos no ápice de sua idade produtiva e, no caso específico do primeiro período de observação, para uma reflexão sobre o nível de dinamismo econômico apresentado por determinadas atividades – neste caso avaliado em função da sua capacidade de adquirir novos cativos africanos a partir do tráfico atlântico. Observemos, de início, a TABELA 5.13:

TABELA 5.13
INDICADORES DEMOGRÁFICOS E ECONÔMICOS DOS ESCRAVOS SEGUNDO
AS ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DOS INVENTÁRIOS *POST-MORTEM*
(BAIXO TOCANTINS E ZONA GUAJARINA, 1810-1850)

ATIVIDADE(S)	NP	NE	ID	RD	RS	RA
Derivados da cana-de-açúcar	13	34,7	28,3	72,3	130,6	40,6
Derivados da cana-de-açúcar e Arroz	01	209,0	24,2	75,6	147,6	54,8
Derivados da cana-de-açúcar e Cacau	05	29,4	29,0	64,0	116,2	49,0
Cacau	04	12,8	26,2	54,5	142,9	46,7
Subsistência ou Abastecimento	23	10,4	24,5	100,9	105,1	21,2
Algodão	01	6,0	20,1	190,9	56,1	12,7
Agricultura e/ou Extrativismo	05	12,8	32,7	100,0	200,0	50,0
Sem produção ^a	02	2,0	25,5	100,0	300,0	33,3
TOTAL	54	21,7	26,3	80,4	121,1	37,8

OBS: NP= Número de propriedades por atividade econômica; NE= Número médio de escravos por propriedade; ID =Idade Média (em anos); RD= Razão de dependência total; RS=Razão de Sexo; RA=Razão de Africanidade.

a) Os três cativos pertencentes a Lourenço Justiniano de Paiva foram classificados como “Sem produção” por se encontrarem em poder dos “rebeldes” cabanos durante a feitura do inventário. O único escravo de Francisco José da Rosa também foi classificado como “Sem produção”, por tratar-se de um cativo qualificado como “velho” residente no “sítio abandonado” que o proprietário possuía em Abaeté.

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

Os informes apresentados na TABELA 5.13 evidenciam que as duas atividades que conferiam certos níveis de dinamismo econômico ao Baixo Tocantins e à Zona Guajarina na primeira metade do Oitocentos – a produção dos derivados da cana-de-açúcar e do cacau –, eram justamente aquelas que apresentavam, em termos relativos, o maior número de cativos no ápice de suas idades produtivas. Tais atividades não apenas apresentaram as duas maiores médias de escravos por propriedade, como também apresentaram as menores razões de dependência e algumas das maiores razões de sexo e de africanidade – para o nosso primeiro período examinado. Além disso, as idades médias dos cativos empregados na produção dos derivados da cana-de-açúcar e do cacau, não obstante a sua variância enquadravam-se, em geral, na faixa etária dos 25 aos 29 anos de idade – um patamar altamente produtivo. Como grande parte de tais

⁴⁷⁷ Sobre a razão de dependência, ver: CAPÍTULO 03, nota 355, p. 167.

indicadores já foi nosso objeto de reflexão, neste capítulo, gostaríamos de esmiuçar a razão de dependência. Vejamos alguns dos alguns parâmetros existentes na historiografia .

Examinando as listas nominativas das localidades paulistas de Iguape e Xiririca para o ano de 1801, Agnaldo Valentin observou que as propriedades dedicadas à produção do arroz – a atividade que conferia maior dinamismo econômico àquelas localidades – apresentaram uma das menores razões de dependência (0,77) de toda a sua amostra, cuja média geral foi de 0,84. Comparativamente, em Iguape e Xiririca, as propriedades voltadas à produção de outros gêneros agrícolas (fora o arroz) apresentaram uma razão de dependência um pouco menor, de 0,73, as voltadas ao artesanato de 0,97 e as voltadas ao comércio de 1,01.⁴⁷⁸ Por sua vez, ao examinar as razões de dependência dos plantéis das principais fazendas de produção de alimento em São João del Rei, em Minas Gerais, entre 1831 e 1888, Afonso de Alencastro Graça Filho encontrou o valor de 98 para o período de 1831 a 1850 e de 90 para o período de 1851 a 1888. O autor, que se baseou em inventários *post-mortem*, não apresentou razões correspondentes para as propriedades dedicadas a outras atividades.⁴⁷⁹

As razões de dependência que aferimos para as propriedades dedicadas à produção dos derivados da cana-de-açúcar e do cacau, no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina, no primeiro período de observação, mostraram-se inferiores, portanto, às calculadas por Valentin em relação às propriedades rizicultoras de Iguape e Xiririca, e às calculadas por Graça Filho em relação às propriedades voltadas à produção de alimento de São João del Rei. Em outras palavras, ainda que outros elementos devam ser considerados (tal qual a razão de sexo), a análise da razão de dependência leva-nos a acreditar que as propriedades que ainda conferiam certos níveis de dinamismo econômico para o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina – as produtoras de derivados da cana-de-açúcar e de cacau – empregavam escravarias com um maior peso relativo de cativos no ápice de suas idades produtivas, que as escravarias das propriedades que conferiam maior dinamismo econômico à Iguape e Xiririca, localidades no Vale do Ribeira, em São Paulo, e à São João del Rei, na Comarca do Rio das Mortes, em Minas Gerais.

Essa constatação reforça, a partir da realidade do principal cinturão agroextrativista do Grão-Pará oitocentista (o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina), a crítica que apresentamos an-

⁴⁷⁸ Os valores calculados por Valentin não foram multiplicados por 100 ao final, resultando daí a discrepância entre os valores apresentados pelo autor e os nossos. ver: VALENTIN, Agnaldo. **Uma civilização do arroz: agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira (1800-1880)**. Tese de Doutorado (História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006, p. 184 (nota 168).

⁴⁷⁹ O autor considerou como população economicamente ativa somente os escravos entre 15 e 44 anos, o que tende a superestimar as suas razões, em relação às nossas, que consideraram como população economicamente ativa os escravos de 15 a 49 anos. cf.: GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A princesa do Oeste e o mito da decadência mineira: São João del Rei (1831-1888)**. São Paulo: Annablume, 2003, p. 221 e ss.

teriormente à Luciana Marinho, contrapondo a ideia defendida pela autora, de que a composição etária da escravaria paraense, caracterizada por expressiva participação relativa de cativos jovens e velhos, atenuaria a importância econômica da escravidão na região.⁴⁸⁰ Essa constatação não somente parece desconsiderar, como argumentamos à altura de nossa primeira crítica, parâmetros presentemente existentes na historiografia para além da realidade do Sudeste cafeeiro (as participações relativas de jovens e velhos na escravaria paraense era análoga às escravarias de Pernambuco e da Bahia, por exemplo), como também o fato de que as razões de dependência dos plantéis com cativos empregados nas principais atividades econômicas do principal reduto escravista da província assinalam maior peso relativo de escravos no ápice de suas idades produtivas, que nas escravarias de outras importantes regiões escravistas brasileiras.

No âmbito de nossa amostra para o primeiro período em tela, merecem destaque, também, as propriedades dedicadas à produção dos gêneros de subsistência ou abastecimento, cujos escravos apresentaram uma idade média situada em um patamar altamente produtivo (24,5 anos), razões de dependência (100,9) e de sexo (105,1) equilibradas e, igualmente, uma razão de africanidade que evidenciava alguma capacidade de tais propriedades em adquirir escravos pelo tráfico atlântico. Não obstante o fato de que os vínculos regulares que essas propriedades mantinham com o mercado lhes permitissem, em certa medida, renovar ou, ainda, expandir os seus plantéis a partir da compra de escravos em idade plenamente produtiva, esse perfil sugere que o elemento determinante para a manutenção dessas escravarias, foi a sua própria reprodução dos seus cativos. A respeito dessa questão, não nos esqueçamos que se tratava de propriedades que, como já destacamos, eram mais passíveis de sofrer fracionamentos.

A partir dos dados apresentados na TABELA 5.14, podemos observar que todos os indicadores sofreram variações entre o primeiro e o segundo período examinado. Se, por um lado, verificamos uma diminuição na idade média geral dos escravos (de 26,3 anos, no primeiro período, para 24,3 anos no segundo período)⁴⁸¹ e, na prática, a manutenção da média de escravos por propriedade,⁴⁸² por outro constatamos um aumento geral da razão de dependência (de 80,4 no primeiro período, para 123 no segundo período) e a redução da razão de sexo (de 121,1, no

⁴⁸⁰ BATISTA, Luciana Marinho. **Muito além dos seringais**, op. cit., p. 122 e ss.

⁴⁸¹ Resultado do teste *t-Student*: $t(1.851) = 2,21$, $p = 0,03$ – significativo.

⁴⁸² Ainda que houvesse, em cada período, variações na média de escravos por propriedade em função das distintas atividades econômicas, não encontramos diferenças estatisticamente significativas entre as médias gerais de cativos por propriedade em relação aos três períodos examinados, em virtude, principalmente, dos elevados desvios-padrão observados para o primeiro (34,6) e o segundo período (22,0) – e do menor desvio-padrão verificado para o terceiro período considerado (33,9). Ao aplicarmos o teste de análise de variância (*One-Way Anova*), foi aceita a hipótese de igualdade das médias de escravos por propriedade em relação aos três períodos de observação. Resultado do teste *One-Way Anova*: $F(02, 133) = 0,90$, $p = 0,40$ – não significativo.

primeiro período, para 86,8 no segundo período) – esta, por mais que possivelmente associada a certo nível de aleatoriedade implicado da documentação compilada, também poderia ser decorrente de uma eventual evasão de cativos, ocorrida entre o primeiro e o segundo período em tela, conforme sugerimos anteriormente.

TABELA 5.14
INDICADORES DEMOGRÁFICOS E ECONÔMICOS DOS ESCRAVOS CONSOANTE
AS ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DOS INVENTÁRIOS *POST-MORTEM*
(BAIXO TOCANTINS E ZONA GUAJARINA, 1851-1871)

ATIVIDADE(S)	NP	NME	ID	RD	RS	RA
Derivados da cana-de-açúcar	06	22,0	22,0	104,7	85,9	0,8
Derivados da cana-de-açúcar e Arroz	01	142,0	32,1	193,8	84,4	3,7
Derivados da cana-de-açúcar e Cacau	02	18,0	20,1	140,0	63,6	2,9
Cacau	04	10,5	21,9	162,5	100,0	-
Cacau e Café	01	24,0	20,7	91,7	50,0	-
Cacau e Algodão	01	4,0	28,5	33,3	33,3	-
Algodão	02	29,5	21,0	96,7	90,3	5,4
Subsistência ou Abastecimento	30	9,4	23,7	114,7	91,2	0,7
Agricultura e/ou Extrativismo	03	4,7	17,7	55,6	180,0	-
TOTAL	50	14,7	24,3	123,0	86,8	1,7

OBS: NP= Número de propriedades por atividade econômica; NE= Número médio de escravos por propriedade; ID =Idade Média (em anos); RD= Razão de dependência total; RS= Razão de Sexo; RA=Razão de Africanidade.

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

Muito embora o pequeno número de observações que compõem a nossa amostra comprometa maiores conclusões acerca das propriedades voltadas à produção de derivados da cana-de-açúcar (foi-nos possível somente observar, na seção anterior, que tais propriedades concentravam o maior número relativo de cativos no segundo período apreciado, mesmo que sem atingir a maioria absoluta deles), notamos que entre as propriedades dedicadas à produção dos gêneros de subsistência ou abastecimento, as variações em relação ao primeiro período de observação foram menos contundentes. Dentre tais propriedades não houve diferenças expressivas entre o número de cativos por unidade nem nas idades médias dos escravos. As diferenças entre o primeiro e o segundo período em tela residiram, basicamente, em um leve aumento na razão de dependência e em uma leve diminuição na razão de sexo entre esse e aquele período. Afora isso, houve igualmente uma drástica diminuição na razão de africanidade dessas propriedades, que, vale dizer, só refletiu um movimento geral já indicado.

No que diz respeito às propriedades voltadas à produção de gêneros de subsistência ou abastecimento, os dados da TABELA 5.15 permitem-nos observar que o perfil dos plantéis dessas propriedades não sofreu variações contundentes, igualmente, em relação ao terceiro período.

do examinado. Não obstante o aumento na idade média dos escravos (de 24,3 anos no segundo para 27,1 anos no terceiro período)⁴⁸³ e de uma brusca diminuição da razão de dependência – ambos os movimentos, derivados do impacto da Lei Rio Branco –, verificamos um aumento na razão de sexo (de 91,2 para 105,9), e uma manutenção no número médio de cativos por escravaria. Em relação a esta, não podemos perder de vista que o número médio de cativos permaneceu inalterado mesmo em um contexto, no qual, a Lei Rio Branco ceifou dessas propriedades a possibilidade de reprodução endógena de seus cativos que, como sugerimos anteriormente, era o fator predominante para a manutenção das suas respectivas escravarias, secundado pela compra ocasional de alguns cativos.

TABELA 5.15
INDICADORES DEMOGRÁFICOS E ECONÔMICOS DOS ESCRAVOS CONSOANTE
AS ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DOS INVENTÁRIOS *POST-MORTEM*
(BAIXO TOCANTINS E ZONA GUAJARINA, 1872-1888)

ATIVIDADE(S)	NP	NME	ID	RD	RS	RA
Derivados da cana-de-açúcar	04	47,0	31,2	58,6	144,2	1,6
Derivados da cana-de-açúcar e Madeira	01	185,0	32,5	56,4	74,8	2,2
Derivados da cana-de-açúcar e Cacau	01	47,0	31,2	39,4	80,8	-
Cacau	04	6,3	26,8	56,3	127,3	4,2
Café	01	8,0	36,0	33,3	100,0	-
Borracha	01	12,0	42,4	140,0	200,0	33,3
Subsistência ou Abastecimento	21	9,7	27,1	56,6	105,9	-
Agricultura e/ou Extrativismo	02	1,0	30,5	-	-	-
Serviços domésticos	01	2,0	-	-	100,0	-
TOTAL	36	18,7	30,3	56,6	105,4	1,3

OBS: NP= Número de propriedades por atividade econômica; NE= Número médio de escravos por propriedade; ID =Idade média (em anos); RD= Razão de dependência total; RS= Razão de Sexo; RA=Razão de Africanidade.

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

Paralelamente, no que tange às demais propriedades, observamos um aumento geral na idade média dos escravos – já assinalado no GRÁFICO 5.5 e nos comentários que o seguiram –, uma diminuição geral na razão de dependência – advinda, como apontamos anteriormente, do impacto da Lei Rio Branco – e um aumento geral da razão de sexo – de 86,8 no segundo, para 105,4, no terceiro período de observação. Tal movimento foi, em grande medida, condicionado pelas propriedades voltadas à produção de derivados da cana-de-açúcar, que concentravam 62,4% de todos os escravos coligidos, entre os anos de 1872 e 1888. A despeito de sua especificidade, a propriedade votada à extração da borracha representou um contraponto a esse mo-

⁴⁸³ Resultado do teste *t-Student*: $t(1.407) = 5,54$, $p < 0,01$ – altamente significativo.

vimento, apresentando elevada razão de africanidade, de dependência e de sexo, no contexto do terceiro período de observação.

Sem embargo as variações sucedidas nos indicadores demográficos e econômicos dos cativos do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina – decorrentes tanto do evoluir demográfico e econômico do Grão-Pará oitocentista, quanto das rearticulações levadas a cabo no escravismo brasileiro ao longo do Dezenove –, podemos observar que, nessas regiões, a mão de obra cativa permaneceu com grande importância econômica até às vésperas da Abolição, sobretudo, na produção de derivados da cana-de-açúcar, de cacau e de gêneros de subsistência ou abastecimento – i. e., nas principais atividades que conformavam o complexo agroextrativista do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, no século 19. Isso a tirar não apenas pelo número médio de cativos por propriedade, mas também pelas características demográficas e econômicas da população cativa dessas regiões, no terceiro e último período de observação.

Afinal, em que medida o plantel escravo de Lizarda Maria da Purificação espelhava as características gerais da escravaria do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina? Esse questionamento, colocado logo no início do presente capítulo, pôde ser respondido nas últimas páginas, em que percorremos as características dos escravistas, da posse de cativos e dos escravos nessas regiões, entre 1810 e 1888. Entre tabelas, gráficos e acima de tudo números, mas sem perdermos de vista as particularidades de propriedades específicas – assim como o sítio de Lizarda Maria da Purificação, o seringal de Antônio José Henriques de Lima, a residência de Elíbia Eufrosina Corrêa de Miranda e o engenho de Raimundo Pereira Lima, dentre muitos outros –, procuramos traçar o panorama demográfico e econômico do escravismo no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina, no decurso do Oitocentos.

Lizarda era mulher e solteira. Mulher como cerca de quatro de cada dez escravistas para o intervalo analisado, não obstante a algumas variações – potencialmente aleatórias – nessa representatividade, entre cada um dos três períodos observados. E solteira, como a grande minoria dos escravistas examinados. A grande maioria dos escravistas era ou havia sido casada à época da feitura dos inventários *post-mortem*. Como vislumbramos, o casamento figurava enquanto condição primordial para a ascensão à posse de cativos, principalmente em um contexto como o do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, no qual a possibilidade de adquirir escravos fugiu à realidade de boa parte dos proprietários investigados. Se, por um lado, a predominância de escravistas que eram ou haviam sido casados ia ao encontro do que vêm assinalando

os estudos dedicados à estrutura da posse de cativos no Brasil, por outro, o pequeno peso relativo das viúvas entre as escravistas mulheres ia de encontro ao padrão geral assinalado por esses mesmos estudos.

Em relação à atividade econômica que desenvolvia – a produção de gêneros de subsistência ou abastecimento –, Lizarda se inseria em todo um universo de pequenos e médios produtores de mandioca, farinha e outros gêneros diversos, que agrupava o maior número de proprietários de nossa amostra. Tais produtores representaram a maior parcela dos escravistas no segundo e no terceiro período de observação, em termos absolutos, e também o maior peso relativo entre os escravistas do primeiro período. Formando o complexo agroextrativista estabelecido no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina, juntavam-se a eles os produtores que se dedicavam aos derivados da cana-de-açúcar, ao cacau, ao algodão, ao café, à goma elástica, à madeira etc., e que, muitas vezes, se votavam à produção de mais de um gênero, imersos no contexto de policultura que caracterizava aquele complexo econômico.

Conquanto os pequenos escravistas fossem maioria, não eram eles que concentravam o maior número de cativos. Em continuidade a um padrão que já se afeiçoava desde pelo menos o fim do século 18 – uma conjuntura mais próxima, portanto, do período de vigência da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1777) –, a maior parte dos cativos estava concentrada nos plantéis grandes, muito grandes, ou nos megaplantéis. Trata-se de uma característica que não apenas destoava do padrão da estrutura da posse de cativos existente em outras localidades brasileiras – distinguido pela reunião do maior número de escravos nos pequenos plantéis – como também implicou um nível, moderadamente forte, de concentração da posse de cativos. Esse nível oscilou de moderadamente forte, no primeiro período, para mediano, no segundo período, e forte, no terceiro período de observação.

Por trás da concentração de cativos nas maiores escravarias – e, também, das variações no respectivo grau de concentração – estavam as atividades econômicas desenvolvidas em cada propriedade, mas não somente isso – estavam as distintas maneiras pelas quais tais diferentes atividades se relacionaram com o evoluir demográfico e econômico do Grão-Pará oitocentista e, igualmente, a capacidade que determinadas atividades possuíam no sentido de conferir certos níveis de dinamismo econômico ao Baixo Tocantins e à Zona Guajarina. As propriedades voltadas à produção de derivados da cana-de-açúcar eram as que aglutinavam a maior parte dos escravos de tais regiões e, ao lado das propriedades voltadas à produção de cacau, eram aquelas que conferiam um maior nível de dinamismo econômico ao Baixo Tocantins e à Zona Guajarina, possibilitando-as que, vez ou outra, comprassem novos escravos a partir do tráfico.

Tal qual o grau de concentração da posse de cativos, as características dos escravos sofreram variações – algumas mais, outras menos incisivas – ao longo dos três períodos em tela. A razão de sexo, por exemplo, praticamente não apresentou variações estatisticamente significativas entre os três períodos de observação, a não ser por alguma prevalência de cativos homens no primeiro de observação – fruto da ainda razoável presença de africanos na população cativa do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina; presença esta que como vimos foi efetiva somente no primeiro período observado – tornando-se inexpressiva tanto no segundo, quanto no terceiro período. Outra variável bastante suscetível a variações foi a idade dos escravos. Muito embora a idade média dos escravos não tenha apresentado, no primeiro e no terceiro períodos, variações entre as várias faixas de tamanho de plantel observadas, os distintos segmentos que compunham aquela população (homens e mulheres, crioulos e africanos) apresentaram idades médias por vezes bastante díspares. Ademais, não há como deixarmos de lembrar que a idade foi provavelmente a variável mais impactada pela legislação emancipacionista baixada no país, ao longo da segunda metade do século – e especialmente mais impactada pela chamada Lei Rio Branco, de 1871.

Essas variações implicaram, conseqüentemente, alterações em alguns indicadores demográficos e econômicos que elencamos para analisar quais atividades concentravam o maior número de escravos nos ápices de suas idades produtivas. As propriedades votadas à produção de derivados da cana-de-açúcar e de cacau – i. e., as atividades que conferiam maiores níveis de dinamismo ao Baixo Tocantins e à Zona Guajarina –, foram as que apresentaram, em geral, os melhores indicadores, em termos relativos, para o intervalo analisado. Mereceram destaque no bojo desses indicadores, as propriedades voltadas à produção de gêneros de subsistência ou abastecimento, como o sítio pertencente à Lizarda às margens do rio Moju. Tais propriedades, não obstante a sua pouca capacidade de causar dinamismo econômico naquele contexto, apresentaram pouquíssimas variações nos indicadores elencados. A média de escravos por propriedade manteve-se praticamente inalterada no decorrer dos três períodos examinados, e as alterações na idade média e nas razões de sexo desses cativos foram pouco contundentes, decerto.

À guisa de concluirmos, gostaríamos de enfatizar que, a despeito de todas as variações existentes na estrutura da posse de escravos do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina ao longo do século 19, um aspecto se manteve perene: a importância da mão de obra cativa no complexo econômico agroextrativista estabelecido nessas regiões. Ainda que o mundo do trabalho no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina não fosse circunscrito tão-somente a mão de obra escrava, fica patenteada a manutenção desta importância ao longo de todo o Oitocentos – inclusive,

no último período de observação, quando o caráter de transitoriedade do escravismo brasileiro já era mais do que evidente. Entretanto, para que tal manutenção se efetuasse, um fator ao que tudo indica foi determinante: a capacidade da escravaria do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina em reproduzir-se endogenamente, haja vista a pouca interação dessas regiões com o tráfico externo e interno. É justamente sobre essa capacidade de reprodução endógena que nos debruçaremos no próximo capítulo, a partir da análise da família escrava.

CAPÍTULO VI

FAMÍLIA ESCRAVA NO BAIXO TOCANTINS E NA ZONA GUAJARINA

A produção da mandioca e de outros gêneros levada a efeito no sítio de Lizarda estava assentada, como apontamos no último capítulo, no uso da mão de obra escrava. Lidas somente nos termos em que foram apresentadas anteriormente, as características demográficas daquela escravaria acabaram sobrepondo um traço sem dúvida marcante da experiência e da vida social dos cativos de Lizarda: as relações familiares. Nada menos que 14 dos 16 escravos do plantel estavam inseridos em famílias quando da feitura do inventário *post-mortem*. Esses 14 cativos viviam em três famílias monoparentais femininas: a família da preta Catarina e seus cinco filhos, a da preta Josefa e seus três filhos, e a da crioula Domingas e seus dois filhos. Tais famílias estavam constituídas há pelo menos cinco anos – a tirarmos pela idade de Antônia, a filha mais velha de Josefa. Seguindo o mesmo procedimento, podemos igualmente inferir que a família de Catarina estava estabelecida há pelo menos 25 anos e a família de Domingas há pelo menos 11 anos naquela propriedade. Isso evidencia que embora cada família se encontrasse em estágios distintos nos seus respectivos ciclos de vida, as relações familiares entre os escravos de Lizarda haviam alcançado uma relativa estabilidade – elemento que, vale dizer, provavelmente foi decisivo para a reprodução dos escravos, e conducente à ampliação do plantel.⁴⁸⁴

Essas observações põem em evidência algumas possibilidades de análise. Em primeiro lugar, tais observações colocam-nos a problematizar o grau de incidência das relações familiares, a existência de estruturas familiares potencialmente mais assíduas na amostra considerada e a nupcialidade dos escravos. Em segundo lugar, fazem-nos refletir a respeito da fecundidade das mulheres escravas não apenas em relação às diferentes faixas de tamanho de plantel como também com relação às diferentes atividades econômicas das propriedades. Em terceiro lugar, levam-nos a discutir o nível de estabilidade possível alcançado por tais relações. É justamente acerca dessas três possibilidades de análise que tratamos neste capítulo, devotando a cada uma delas uma seção específica, na ordem em que foram referidas. Como no restante deste estudo, as análises consideram três períodos de observação privilegiados .

⁴⁸⁴ De todo o plantel, apenas os escravos Dionísio, de 40 anos e Albina, de 25 anos de idade, não estavam inseridos em famílias aparentes. CMA/UFPA. Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível). Inventários *post-mortem*, cx. 01 (1810-1812). Inventário de Lizarda Maria da Purificação, 1810.

6.1. FAMÍLIA ESCRAVA: INCIDÊNCIA, ESTRUTURA E NUPCIALIDADE

Nesta seção, refletimos acerca da inserção dos escravos que compõem a nossa amostra em famílias, observando não apenas o grau de incidência das relações familiares entre os cativos analisados, como também verificando a existência de estruturas familiares potencialmente mais recursivas. No âmbito desta seção, a nossa amostra é constituída por 1.172 cativos para o primeiro período, 593 cativos para o segundo período e 799 cativos e ingênuos para o terceiro período de observação. Cabe-nos advertir que, no segundo período, foram desconsiderados os 142 escravos pertencentes ao Engenho Bom Intento, uma vez o inventário do seu proprietário, o português Joaquim Antônio da Silva, não fazia qualquer referência à existência das diversas relações familiares presentes na sua escravaria. Tais cativos são considerados tão-somente em parte da próxima seção, quando da análise da razão crianças-mulheres – um indicador utilizado para medir os níveis de fecundidade das escravas do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, cujo cálculo não carece de informações sobre a sua inserção ou não em relações familiares.⁴⁸⁵

Antes de qualquer coisa, é oportuno reiterarmos que a noção de família escrava adotada neste estudo não se cinge às famílias legitimamente constituídas perante a Igreja. Seguindo a orientação dada por Iraci Costa, Robert Slenes e Stuart Schwartz, em um artigo pioneiro sobre a família escrava no Brasil, partilhamos da ideia de que devem ser consideradas outras estruturas familiares, como os pais ou mães solteiros ou viúvos vivendo com os seus respectivos filhos.⁴⁸⁶ Tal procedimento, além de adequado às características da documentação manuseada (os inventários *post-mortem*), possibilita-nos apreender, com uma maior amplitude, a complexidade social que permeava a formação das famílias sob o jugo cativo. Feitas tais considerações, passamos, agora, à análise da inserção dos escravos que compõem a nossa amostra em famílias. Vejamos, inicialmente, os informes apresentados na TABELA 6.1, a respeito da inserção dos escravos e das escravas já adultos (com 15 ou mais anos), e dos escravos jovens (com menos de 15 anos de idade) em relações familiares:

⁴⁸⁵ Em estudo anterior, dedicamo-nos a analisar as práticas de casamento e de compadrio dos escravos do Engenho Bom Intento entre 1840 e 1870. Embora o inventário de Joaquim Antônio da Silva, como já destacamos, não arrolasse os cativos com as suas respectivas afiliações familiares, tal qual a quase totalidade dos inventários *post-mortem* analisados no presente estudo, verificamos que, naquele plantel, havia uma grande incidência de relações familiares. Além de vários registros de batismo envolvendo os cativos do Engenho Bom Intento, encontramos 25 registros de casamento em que contrairam núpcias 50 escravos dessa propriedade – o que evidencia não somente a inserção de tais cativos em famílias, como também a disseminação do casamento legítimo no seio daquela propriedade cativa. Acerca do tema, ver: BARROSO, Daniel Souza. Múltiplos do Cativo: casamento, compadrio e experiência comunitária numa propriedade escrava no Grão-Pará (1840-1870). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 50, p. 93-128, jul.-dez. 2014.

⁴⁸⁶ cf.: COSTA, Iraci del Nero; SLENES, Robert W.; SCHWARTZ, Stuart B. A família escrava em Lorena (1801). In: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da; KLEIN, Herbert S. (Org.). **Escravidão em São Paulo e Minas Gerais**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 519-69.

TABELA 6.1
ESCRAVOS E INGÊNUOS INSERIDOS EM FAMÍLIAS SEGUNDO O SEXO E OS
GRUPOS ETÁRIOS (BAIXO TOCANTINS E ZONA GUAJARINA, 1810-1888)

SEXO/GRUPO ETÁRIO	PERÍODO						TOTAL (1810-1888)
	1810-1850		1851-1871		1871-1888		
	N	%	N	%	N	%	
Homens (15/+ anos)	40	3,4	11	1,9	73	9,1	124 (4,8%)
Mulheres (15/+ anos)	121	10,3	49	8,3	121	15,1	291 (11,3%)
Jovens (<15 anos)	208	17,7	105	17,7	188	23,5	501 (19,5%)
N/D	07	0,6	02	0,3	06	0,8	15 (0,6%)
TOTAL	376	32,1	167	28,2	388	48,6	931 (36,3%)

OBS: Os percentuais foram calculados tendo como denominador o universo de escravos e ingênuos investigados em cada período de observação, dos quais conseguimos constatar os seus respectivos sexo e idade. Esse universo foi composto, no primeiro período, por 1.172 cativos; no segundo período por 593 cativos, e, no terceiro período, por 799 cativos e ingênuos.

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

Os dados acima evidenciam que 36,3% de todos os 2.564 cativos e ingênuos examinados mantinham vínculos familiares. Esse percentual apresentou algumas variações em relação aos segmentos analisados (homens com 15 ou mais anos, mulheres com 15 ou mais anos e jovens com menos de 15 anos de idade) e entre os três períodos observados. No que diz respeito aos segmentos vislumbrados, verificamos que os jovens detinham a maior participação relativa entre a amostra examinada (19,5%), seguidos das mulheres (11,3%) e dos homens (4,8%), em todo o intervalo analisado. Caso consideremos apenas a amostra dos escravos vivendo em famílias, observamos que no terceiro período em tela, em comparação aos dois períodos antecedentes, houve um aumento no peso relativo de todos os segmentos considerados – o que levou, consequentemente, a um aumento geral do percentual de cativos vivendo em famílias de, respectivamente, 32,1% e 28,2% no primeiro e no segundo período analisados, para 48,6% no terceiro período de observação.

Esse aumento, não identificado com relação ao núcleo urbano central de Belém – onde o peso relativo de escravos e ingênuos vivendo em famílias se manteve estável com o avançar do Dezenove (participações relativas de 33,5%, 27,8% e 30,5%, respectivamente, para o primeiro, o segundo e o terceiro período analisado) –, foi favorecido pelo incremento generalizados dos pesos relativos dos cativos vivendo em famílias, segundo os diferentes segmentos sexo-etários em tela. Ao passo que mais de um quarto dos homens com 15 ou mais anos de idade passaram a estar inseridos em famílias, quase a metade das mulheres do mesmo grupo etário e, praticamente, três quartos dos jovens (menores de 15 anos de idade), de ambos os sexos, se mostraram inseridos em relações familiares no terceiro período observado (TABELA 6.2).

TABELA 6.2
ESCRAVOS E INGÊNUOS INSERIDOS EM FAMÍLIAS SEGUNDO O SEXO E OS GRUPOS ETÁRIOS –
POR SEGMENTO (BAIXO TOCANTINS E ZONA GUAJARINA, 1810-1888)

SEXO/GRUPO ETÁRIO	PERÍODO						TOTAL (1810-1888)
	1810-1850		1851-1871		1871-1888		
	N	%	N	%	N	%	
Homens (15/+ anos)	40	9,5	11	6,8	73	26,6	124 (14,5%)
Mulheres (15/+ anos)	121	34,5	49	27,5	121	46,7	291 (36,9%)
Jovens (<15 anos)	208	58,9	105	42,5	188	73,2	501 (58,5%)
TOTAL	376	32,1	167	28,2	388	48,6	931 (36,3%)

OBS: Os percentuais foram calculados tendo, como denominador, a amostra de escravos e ingênuos investigados em cada período de observação por segmento sexo-etário (amostra de homens com 15 ou mais anos de idade, de mulheres com 15 ou mais anos de idade e jovens de ambos os sexos), exceto os cativos pertencentes ao Engenho Bom Intento, do segundo período de observação.

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

O percentual de escravos e ingênuos em famílias no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina mostrou-se bastante semelhante ao percentual correlato para outras localidades brasileiras no século 19. Heloísa Maria Teixeira, ao analisar os inventários *post-mortem* de Mariana, Minas Gerais, para os anos de 1850 a 1888, encontrou que 36,3% dos 1.429 cativos de sua amostra viviam em família, um percentual exatamente idêntico ao nosso (36,3%).⁴⁸⁷ Já José Flávio Motta e Renato Marcondes, através das "Listas de Classificação dos Escravos para Emancipação" referentes às localidades valeparaibanais de Lorena e Cruzeiro para o ano de 1874, verificaram que 55,2% dos escravos viviam em famílias – um percentual que é relativamente semelhante aos 48,6% de cativos em famílias que calculamos para o nosso terceiro período examinado.⁴⁸⁸ Não obstante os diferentes contextos demográficos e econômicos do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, de Mariana (localidade dedicada à produção de gêneros de subsistência e abastecimento) e de Lorena e Cruzeiro (localidades dedicadas à produção de café, cujo centro dinâmico na altura da década de 1870 já começava a se deslocar ao chamado Oeste Paulista), percebemos uma grande aproximação nos percentuais de cativos vivendo em família entre essas regiões.

A partir dos informes da TABELA 6.3, podemos observar que maioria dos cativos e dos ingênuos com vínculos familiares pertencia aos plantéis grandes, muito grandes ou aos megaplantéis. Considerando todo o intervalo analisado, 72,1% dos escravos e dos ingênuos em fa-

⁴⁸⁷ TEIXEIRA, Heloísa Maria. Família escrava, sua estabilidade e reprodução em Mariana (1850-1888). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 28, jul-dez. 2002, p. 181.

⁴⁸⁸ MOTTA, José Flávio; MARCONDES, Renato Leite. A família escrava em Lorena e Cruzeiro (1874). *População e Família*, São Paulo, n. 3, 2000, p. 110.

mílias pertenciam a escravarias com 20 ou mais cativos, que, como demonstramos no capítulo anterior, eram as que concentravam o maior número de escravos no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina. Tal característica não se mostrou apenas no segundo período, quando as pequenas e médias propriedades aglutinaram a maior parcela de cativos em família.⁴⁸⁹ Por trás dessa concentração estavam as maiores possibilidades que essas propriedades ofereciam para a formação de laços familiares no cativo ou tal concentração refletia somente o padrão de distribuição dos escravos segundo as diferentes faixas de tamanho de plantel?

TABELA 6.3
DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS E DOS INGÊNUOS INSERIDOS EM FAMÍLIAS SEGUNDO
AS FAIXAS DE TAMANHO DE PLANTEL
(BAIXO TOCANTINS E ZONA GUAJARINA, 1810-1888)

FTP	PERÍODO						TOTAL (1810-1888)
	1810-1850		1851-1871		1872-1888		
	N	%	N	%	N	%	
01-09	20	5,3	52	31,1	37	9,5	109 (11,7%)
10-19	88	23,4	36	21,6	27	7,0	151 (16,2%)
20-49	75	19,9	53	31,7	91	23,5	219 (23,5%)
50-99	54	14,4	26	15,6	85	21,9	165 (17,7%)
100/+	139	37,0	-	-	148	38,1	287 (30,9%)
TOTAL	376	100,0	167	100,0	388	100,0	931 (100,0%)

RESULTADOS DO TESTE CHI-QUADRADO: 1810-1850: $\chi^2(04, N = 1.172) = 20,68, p < 0,001$ – altamente significativo; **1851-1871:** $\chi^2(03, N = 593) = 14,76, < 0,01$ – significativo; **1872-1888:** $\chi^2(04, N = 799) = 35,47, < 0,001$ – altamente significativo.

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

Os dados compilados na TABELA 6.4 relativizam de maneira parcial tais apontamentos ao apresentarem o peso relativo dos escravos e ingênuos vivendo em famílias, segundo o universo de cada faixa de tamanho de plantel. Como podemos notar, as propriedades muito grandes e os megaplantéis manifestaram, em geral, uma maior incidência relativa de escravos com vínculos familiares que as pequenas, médias e grandes propriedades; exceção feita, ao primeiro período observado, onde as escravarias médias (de 10 a 19 cativos) apresentaram uma incidência relativa maior de cativos em famílias (35,9%), do que as propriedades grandes (24,9%) e muito grandes (29,7%). O elevado peso relativo de cativos vivendo em família nas pequenas propriedades, no segundo e no terceiro período, possivelmente decorre não apenas de uma necessidade de reprodução (cada vez mais imperativa diante da desestruturação do tráfico de ca-

⁴⁸⁹ Não nos esqueçamos que, no segundo período de observação, foram desconsiderados os 142 escravos pertencentes ao Engenho Bom Intento, o que decerto ajudou a aumentar a participação relativa das pequenas e médias propriedades como concentradoras de escravos com vínculos familiares.

tivos direcionado à região) como também da grande disponibilidade de escravos em idade fértil existente nos menores plantéis, já indicada no CAPÍTULO 05.

TABELA 6.4
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESCRAVOS E DOS INGÊNUOS INSERIDOS
EM FAMÍLIAS SEGUNDO AS FAIXAS DE TAMANHO DE PLANTEL
(BAIXO TOCANTINS E ZONA GUAJARINA, 1810-1888)

FTP	PERÍODO			TOTAL (1810-1888)
	1810-1850	1851-1871	1872-1888	
01-09	22,7%	33,8%	40,2%	32,6%
10-19	35,9%	22,6%	29,7%	30,5%
20-49	24,9%	23,9%	42,3%	29,7%
50-99	29,7%	44,8%	53,8%	41,5%
100/+	39,0%	-	60,9%	47,9%
TOTAL	32,1%	28,2%	48,6%	36,6%

OBS: Os percentuais foram calculados tendo como denominador o número total de cativos por faixa de tamanho de plantel, em cada período analisado.

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).

Por mais que não possamos desconsiderar as limitações da documentação compulsada, a nossa amostra sugere que ao contrário do que apresenta grande parte historiografia dedicada à família escrava, não havia necessariamente uma incidência relativa maior de cativos e ingênuos vivendo em famílias nas propriedades com maior número de cativos.⁴⁹⁰ Trata-se de uma historiografia em boa medida dedicada a regiões nas quais o “setor de grande lavoura apresentava condições de estabilidade ou expansão econômica”;⁴⁹¹ portanto a regiões bem articuladas ao tráfico atlântico ou interno de escravos, que exibiam escravarias marcadas por elevadas razões de sexo.⁴⁹² O mesmo padrão não parece ter se reproduzido de forma tão determinante no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina oitocentista, regiões com menor interação com o tráfico de cativos e que, comparativamente, apresentavam razões de sexo mais equilibradas. Considerando que esse padrão também não se reproduziu no núcleo urbano central de Belém, a possibilidade de não adequação ao mesmo, parece ter sido uma disposição do escravismo paraense.

Os 931 escravos pesquisados que mantinham vínculos familiares viviam em 294 famílias de distintas estruturas. Interessa-nos agora, examinar a distribuição dessas famílias segundo suas respectivas estruturas. Retomando uma classificação adotada no CAPÍTULO 04, consi-

⁴⁹⁰ SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil, Sudeste, Século XIX**. Campinas: Editora Unicamp, 2011 [1999], p. 78.

⁴⁹¹ ver: MOTTA, José Flávio. A família escrava na historiografia brasileira: os últimos 25 anos. In: SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). **Historiografia brasileira em debate**. São Paulo: Humanitas, 2002, p. 235-54.

⁴⁹² cf.: SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**, op. cit.

deramos as seguintes estruturas familiares: *nuclear* (pais e/ou mães casados ou viúvos com filhos – não identificamos em nossa amostra para o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina, casais sem prole); *monoparental masculina* (pais com prole sem as mães); *monoparental feminina* (mães com prole sem os pais), *extensa* (avôs e/ou avós e pais e/ou mães com filhos), *múltipla* (avôs e/ou avós e mais de um núcleo de pais e/ou mães com prole) e *outros* (categoria na qual incluímos os demais tipos de família). Apesar de tal classificação acabar ampliando o leque de indicadores analisados no âmbito de uma amostra que, a rigor, é pequena, tal amplitude permite-nos vislumbrar os diferentes níveis de complexidade alcançados pelas famílias escravas do Baixo Tocantins e na Zona Guajarina, no intervalo em tela.

TABELA 6.5
DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS ESCRAVAS SEGUNDO AS SUAS ESTRUTURAS E AS FAIXAS DE TAMANHO DE PLANTEL (BAIXO TOCANTINS E ZONA GUAJARINA, 1810-1888)

		NUC.		M.MAS.		M.FEM.		EXT.		MÚL.		OUT.		TOTAL
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
1810-1850	01-09	-	-	-	-	04	80,0	01	20,0	-	-	-	-	05 (100,0%)
	10-19	04	14,8	-	-	21	77,8	01	3,7	-	-	01	3,7	27 (100,0%)
	20-49	01	2,9	-	-	31	91,2	01	2,9	01	2,9	-	-	34 (100,0%)
	50-99	02	9,1	-	-	19	86,4	01	4,5	-	-	-	-	22 (100,0%)
	100/+	09	28,1	-	-	15	46,9	02	6,3	01	3,1	05	15,6	32 (100,0%)
	TOTAL	16	13,3	-	-	90	75,0	06	5,0	02	1,7	06	5,0	120 (100,0%)
1851-1871	01-09	01	7,1	-	-	13	92,9	-	-	-	-	-	-	14 (100,0%)
	10-19	01	7,7	-	-	09	69,2	01	7,7	-	-	02	15,4	13 (100,0%)
	20-49	-	-	-	-	20	100,0	-	-	-	-	-	-	20 (100,0%)
	50-99	-	-	-	-	06	85,7	01	14,3	-	-	-	-	07 (100,0%)
	100/+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	TOTAL	02	3,7	-	-	48	88,9	02	3,7	-	-	02	3,7	54 (100,0%)
1872-1888	01-09	01	10,0	-	-	07	70,0	01	10,0	-	-	01	10,0	10 (100,0%)
	10-19	01	12,5	-	-	07	87,5	-	-	-	-	-	-	08 (100,0%)
	20-49	-	-	-	-	16	88,9	-	-	02	11,1	-	-	18 (100,0%)
	50-99	02	8,3	-	-	18	75,0	02	8,3	-	-	02	8,3	24 (100,0%)
	100/+	30	50,0	03	5,0%	21	35,0	-	-	-	-	06	10,0	60 (100,0%)
	TOTAL	34	28,3	03	2,5%	69	57,5	03	2,5	02	1,7	09	7,5	120 (100,0%)
1810-1888	01-09	02	6,8	-	-	24	83,0	02	6,8	-	-	01	3,4	29 (100,0%)
	10-19	06	12,6	-	-	37	77,0	02	4,2	-	-	03	6,2	48 (100,0%)
	20-49	01	1,4	-	-	67	93,0	01	1,4	03	4,2	-	-	72 (100,0%)
	50-99	04	7,6	-	-	43	81,0	04	7,6	-	-	02	3,8	53 (100,0%)
	100/+	39	42,4	03	3,3	36	39,1	02	2,2	01	1,1	11	11,9	92 (100,0%)
	TOTAL	52	17,7	03	1,0	207	70,4	11	3,7	04	1,4	17	5,8	294 (100,0%)

OBS: NUC= Nuclear; M.MAS= Monoparental masculina; M.FEM= Monoparental feminina; EXT= Extensa; MUL= Múltipla; OUT= Outros.

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

Os dados da TABELA 6.5 evidenciam que a dimensão das escravarias poderia condicionar não apenas a menor ou maior incidência de cativos em famílias como também a incidência de estruturas familiares com menor ou maior grau de complexidade. Por mais que a prevalência da estrutura monoparental feminina tenha sido uma constante – não representou a maioria entre as estruturas analisadas apenas no caso do megaplantel encontrado no terceiro período de observação – e a monoparental masculina tenha sido praticamente inexpressiva (em relação a todas as faixas de tamanho de plantel nos três períodos analisados), a ocorrência de estruturas familiares mais complexas (como a nuclear, a extensa e a múltipla), se fazia mais presente nos maiores plantéis, embora não deixasse de se manifestar também nas pequenas e médias escravarias, todavia com menor intensidade.

Se, por um lado, a existência de uma razão de sexo equilibrada na população cativa do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina certamente contribuiu para a em nada inexpressiva incidência de escravos em famílias (monoparentais femininas) nas pequenas e médias escravarias, o mesmo equilíbrio, associado a uma maior oferta de potenciais parceiros, certamente impeliu uma maior incidência de escravos vivendo em estruturas familiares mais complexas nas maiores escravarias. Cumpre-nos advertir, contudo, que a formação de famílias escravas com maior complexidade exigia não somente um maior *pool* de potenciais cônjuges, mas também implicava – principalmente no que diz respeito às estruturas familiares extensa e múltipla – uma questão intergeracional, relacionada aos graus de estabilidade conquistados por essas famílias. Analisemos, mais detidamente, a distribuição das famílias escravas coligidas, conforme as suas estruturas e as diferentes faixas de tamanho de plantel.

Entre as pequenas e médias propriedades pesquisadas nos três períodos de observação, a que apresentou a maior participação relativa de cativos vivendo em família foi o sítio de Antônio Francisco de Carvalho, situado no Capim, na Zona Guajarina. Em 1884, aquando da feitura do inventário *post-mortem* de Antônio, a propriedade contava com nove escravos – todos, vinculados a uma única a uma única família extensa, estabelecida na escravaria há pelo menos 30 anos, a tirar pela idade de Adão, filho da preta Isabel e neto da parda Maria Tomásia, quem deu início a essa família.⁴⁹³ Trata-se, inequivocamente, de uma exceção em meio a sua faixa de tamanho de plantel. Como já expusemos, a maioria absoluta das famílias formadas nas pequenas e médias posses eram monoparentais femininas, um padrão que não apresentou variações significativas em relação aos três períodos de observação.

⁴⁹³ CMA/UFGA. Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível). Inventários *post-mortem*, cx. 41 (1884). Inventário de Antônio Francisco de Carvalho, 1884.

A prevalência de famílias monoparentais femininas entre as posses de maior dimensão não foi exclusividade do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina. Teixeira, ao analisar as escravarias com menos de 20 escravos em Mariana (Minas Gerais), encontrou que as famílias monoparentais femininas representaram 58,9%, 54,2%, 62% e 54% de todas as famílias escravas verificadas para os anos de 1850, 1860, 1870 e 1880, respectivamente. Ao todo, 57,2% de todas as famílias da amostra da autora – incluindo, aqui, as escravarias com mais de 20 cativos e todas as quatro décadas analisadas – eram monoparentais femininas, assinalando uma evidente ascendência comentada por Heloísa Teixeira: “excetuando-se as propriedades contendo entre seis e dez escravos na década de 1850 e as com mais de dez escravos na década de 1870, a família matrifocal prevaleceu sobre a nuclear em todas as décadas”.⁴⁹⁴

Diferentemente do que vem apontando a historiografia dedicada à família escrava, não notamos incremento na incidência da estrutura monoparental feminina, com o avançar do Oitocentos – a variação nesse percentual entre os dois primeiros e o terceiro período em tela deveu-se à influência do megaplantel encontrado no terceiro período, que como podemos observar superestimou a incidência de famílias nucleares no terceiro período analisado. Tal aumento observado em termos gerais por Herbert S. Klein, Francisco Vidal Luna e Robert Slenes,⁴⁹⁵ foi empiricamente constatado por José Flávio Motta e Renato Marcondes, para as localidades de Lorena e Cruzeiro, no Vale do Paraíba,⁴⁹⁶ e por Luna em relação a treze localidades paulistas.⁴⁹⁷ Uma tendência que vale dizer vai precisamente ao encontro à queda de 28,1% a 81,8%, ocorrida no percentual de escravos casados em São Paulo e Rio de Janeiro, de 1872 a 1887.⁴⁹⁸

Por sua vez, entre as maiores propriedades, sobressaíram-se o Engenho Nossa Senhora do Rosário, localizado no Moju e propriedade de Amândio José de Oliveira Pantoja, onde, em 1826, 113 dos 209 pertencentes àquela escravaria viviam em família – 29,2% em famílias nucleares, 48,7% em monoparentais femininas, 12,4% em extensas, 4,4% em famílias múltiplas e 5,3% em outros tipos de famílias⁴⁹⁹ – e já em um período mais avançado a Fazenda Taperuçu, propriedade de José Antônio de Miranda, onde, em 1879, 148 dos seus 243 escravos e ingênuos possuíam vínculos familiares: 54,1% viviam em famílias nucleares, 4,1% em famílias

⁴⁹⁴ TEIXEIRA, Heloísa Maria. Família escrava, sua estabilidade e reprodução em Mariana, op. cit., p. 187-8.

⁴⁹⁵ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010 [2009], p. 244-5; SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**, op. cit., p. 94 e ss.

⁴⁹⁶ MOTTA, José Flávio; MARCONDES, Renato Leite. A família escrava em Lorena e Cruzeiro (1874), op. cit.

⁴⁹⁷ LUNA, Francisco Vidal. Casamento de escravos em São Paulo: 1776, 1804 e 1829. In: NADALIN, Sérgio Odilon; MARCÍLIO, Maria Luíza; BALHANA, Altiva Pillati (Org.). **História e População: estudos sobre a América Latina**. São Paulo: ABEP/SEADE, 1990, pp. 226-36.

⁴⁹⁸ SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**, op. cit., p. 93.

⁴⁹⁹ CMA/UFGA. Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível). Inventários *post-mortem*, cx. 35 (1879). Inventário de José Antônio de Miranda, 1879.

monoparentais masculinas, 37,7% em famílias monoparentais femininas e 4,1% noutros tipos de família.⁵⁰⁰ O que podemos apreender a partir dessas duas escravarias, a respeito da presença de estruturas familiares mais complexas nas maiores propriedades?

Em primeiro lugar, devemos considerar que, no que diz respeito à presença de estruturas familiares com menor ou maior complexidade, as três escravarias se enquadraram nos perfis apontados para as suas respectivas faixas de tamanho de plantel. Em segundo lugar, devemos considerar que ambos os megaplantéis, mesmo que estivessem consolidados já há bastante tempo e apresentassem um amplo *pool* de potenciais cônjuges, manifestaram distintas incidências das diferentes estruturas familiares examinadas. Ao passo que no Engenho Nossa Senhora do Rosário a estrutura mais comum foi a monoparental feminina, seguida por estruturas mais complexas, como as nucleares e as extensas, na Fazenda Taperuçu, a estrutura mais usual foi a nuclear, seguida por estruturas mais simples como as monoparentais femininas e masculinas, não havendo referências expressivas a outras estruturas mais complexas.

Ainda que o Engenho Nossa Senhora do Rosário e a Fazenda Taperuçu voltassem-se à mesma atividade econômica – a produção de derivados da cana, no caso daquele, conjugada à produção de arroz e, no caso desta, à produção de madeira –, os diferentes contextos e as diferentes características dessas propriedades (ao passo que a escravaria do Nossa Senhora do Rosário apresentava uma razão de sexo 145,9, a da Fazenda Taperuçu, apresentava uma razão de 76,3) podem ter condicionado, em alguma medida, as dessemelhanças sugeridas no último parágrafo, em relação às estruturas familiares mais presentes em cada propriedade. No entanto, a tirarmos pelas diferentes razões de sexo existentes em cada plantel, causa estranheza o fato de a estrutura monoparental feminina ter prevalecido, justamente, no Engenho Nossa Senhora do Rosário, em cujo plantel havia uma maioria de escravos homens, e não na Fazenda Taperuçu, onde, em que pese uma maioria de mulheres em sua escravaria, predominou a estrutura nuclear – que concentrou a maioria absoluta dos escravos em famílias dessa propriedade.

Embora não seja nosso objetivo analisar, detidamente, os casos do Engenho Nossa Senhora do Rosário e da Fazenda Taperuçu, as variações assinaladas nos últimos parágrafos, em relação às formas pelas quais os seus cativos se inseriam em famílias, levam-nos novamente a considerar, como sugeriu Stuart Schwartz acerca da formação das famílias escravas, as condições de vida material, a realidade social, as atitudes em face da ação dos senhores e a ação dos

⁵⁰⁰ APEP. Juízo de Órfãos. Inventários *post-mortem*. Inventário de Amândio José de Oliveira Pantoja, 1826.

próprios cativos.⁵⁰¹ A maior incidência das famílias nucleares na Tapuruçú e das famílias monoparentais femininas no Nossa Senhora do Rosário bem como a incidência das demais estruturas familiares nessas propriedades, decerto foram condicionadas por tais aspectos, revelando como diferentes propriedades, mesmo imersas em um contexto demográfico e econômico semelhante, poderiam suscitar diferentes condições para a constituição das famílias escravas.

Ao examinarem três grandes propriedades escravas – a Fazenda Resgate, na localidade paulista de Bananal, o Engenho Novo da Pavuna, na hinterlândia da cidade do Rio de Janeiro, e a Fazenda Chuao, na Venezuela –, Manolo Florentino e Cacilda Machado observaram como diferentes plantéis poderiam manifestar organizações familiares cativas por vezes bastante diferenciadas. Na Fazenda Resgate, 70% dos escravos viviam em famílias nucleares, 24,8% em famílias extensas e tão-somente 5,2% em famílias monoparentais femininas. No Engenho Novo da Pavuna, 84,6% dos cativos viviam em famílias nucleares, 10,6% em famílias extensas e 4,8% em famílias monoparentais femininas. Na Fazenda Chuao, 53% dos escravos viviam em famílias nucleares, 43% em extensas, 2% em fraternas e 2% em monoparentais femininas. Por mais que a ênfase desses autores incida na relação entre o tráfico e a formação de famílias cativas, podemos igualmente observar a partir dos exemplos apresentados, como diferentes propriedades poderiam criar diferentes condições para a formação de famílias escravas.⁵⁰²

Não podemos perder de vista que as estruturas familiares não eram estanques, mas poderiam transformar-se ao longo do tempo a partir do casamento – realizado perante a Igreja ou não – ou da reprodução biológica – sobretudo, quando do surgimento de outra geração, no caso das famílias extensas, ou tronco familiar, no caso das famílias múltiplas.⁵⁰³ O inventário de Hilário Antônio Lobato traz alguns exemplos interessantes para pensarmos este dinamismo da família escrava. Durante a feitura do seu inventário *post-mortem*, que se prolongou por quatro anos, nasceram seis crianças escravas: José e Eugênio, os filhos primogênitos das cafuzas Clara Maria e Crescência; o segundo e o terceiro filhos, à altura ainda sem nomes, da cafuza Qui-

⁵⁰¹ SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550/1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988 [1985], p. 314.

⁵⁰² FLORENTINO, Manolo Garcia; MACHADO, Cacilda da Silva. Famílias e mercado: tipologias parentais de acordo ao grau de afastamento do mercado de cativos (Século XIX). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 24, p. 51-70, jul.-dez. 2000.

⁵⁰³ Em um exercício de cruzamento de fontes, Robert Slenes observou que, em alguns casos, as uniões eram legitimadas perante a Igreja logo em seguida ao nascimento de, pelo menos, um filho. Curiosamente, alguns proprietários da realidade examinada pelo autor – a Campinas oitocentista –, ao se referirem aos filhos nascidos antes do matrimônio, consideravam-nos enquanto prole legítima. Tomando como parâmetro esta observação proferida por Slenes, não seria de todo irreal supormos, portanto, que famílias inicialmente por nós classificadas como monoparentais masculinas ou femininas, possam ter se transformado em famílias nucleares, em um horizonte bastante próximo. O mesmo pode ter ocorrido, por exemplo, nos casos das cafuzas Clara Maria e Crescência e – por que não? – igualmente no caso das cafuzas Quitéria Catarina e Francisca. Acerca das observações acima, cf.: SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**, op. cit., p. 104-5.

téria Catarina e o terceiro e o quarto filhos, igualmente ainda sem nomes, da cafuza Francisca. Embora não tenha havido alterações nas tipologias familiares de Quitéria e Francisca (permaneceram monoparentais femininas, apesar do aumento do número de membros), foram criadas duas novas famílias monoparentais femininas com os nascimentos de José e Eugênio.⁵⁰⁴

A prevalência da estrutura monoparental feminina no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina, ao longo de todo o intervalo observado, por certo guardava relação com a nupcialidade dos cativos dessas regiões. Como podemos verificar a partir dos informes da TABELA 6.6, somente uma pequena parcela dos cativos com 15 ou mais anos de idade era casada – legitimamente ou não. Tal característica não apresentou variações substanciais de acordo com o sexo, em qualquer dos três períodos observação. Em outras palavras, nos termos específicos de nossa amostra não existem elementos sugestivos de que a nupcialidade dos escravos homens diferiu expressivamente da nupcialidade das escravas no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina entre 1810 e 1888 – isso, a tirarmos designadamente pela distribuição escravos conforme o estado conjugal.

TABELA 6.6
DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS COM 15 OU MAIS ANOS DE IDADE SEGUNDO O SEXO E O ESTADO CONJUGAL (BAIXO TOCANTINS E ZONA GUAJARINA, 1810-1888)

		ESTADO CONJUGAL						TOTAL	
		SEXO	SOLTEIRO(A)		CASADO(A)		VIÚVO(A)		
			N	%	N	%	N		%
1810-1850	Homens	414	96,3	16	3,7	-	-	430 (100,0%)	
	Mulheres	327	95,9	14	4,1	-	-	341 (100,0%)	
	TOTAL	741	96,1	30	3,9	-	-	771 (100,0%)	
1851-1871	Homens	159	98,1	03	1,9	-	-	162 (100,0%)	
	Mulheres	174	98,3	03	1,7	-	-	177 (100,0%)	
	TOTAL	333	98,2	06	1,8	-	-	339 (100,0%)	
1872-1888	Homens	251	89,0	28	9,9	03	1,1	282 (100,0%)	
	Mulheres	227	90,1	20	7,9	05	2,0	252 (100,0%)	
	TOTAL	478	89,5	48	9,0	08	1,5	534 (100,0%)	

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

Os dados apresentados na TABELA 6.6 evidenciam também que entre os dois primeiros e o terceiro período de observação, houve uma variação na distribuição dos escravos consoante o estado conjugal. Não somente observamos um aumento do peso relativo de cativos e cativas casados, como também encontramos os primeiros escravos inventariados como viúvos em

⁵⁰⁴ CMA/UFPA. Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível). Inventários *post-mortem*, cx. 05 (1821-1822). Inventário de Hilário Antônio Lobato, 1821.

nossa amostra. Entretanto, como destacamos anteriormente, esse aumento foi proveniente, em grande medida, da significativa presença de famílias nucleares na Fazenda Taperuçu, propriedade de José Antônio de Miranda. Caso essa propriedade não tivesse sido arrolada, os percentuais gerais de cativos solteiros, casados e viúvos no terceiro período de observação teriam sido de, respectivamente, 98,7%, 1,0% e 0,3%; valores por certo próximos aos encontrados para os dois primeiros períodos de observação.

Os percentuais de escravos e escravas solteiros, casados e viúvos que calculamos através dos inventários *post-mortem* não se distanciaram, frontalmente, dos percentuais aferidos a partir do Recenseamento de 1872 para o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina – conquanto esses percentuais acabem se revelando subestimados por não considerarem tão-somente a população com 15 ou mais anos de idade, mas todos os cativos das localidades observadas. Os percentuais de solteiros, casados e viúvos foram, para os escravos homens das regiões tocantina e guajarina de 94,0%, 5,0% e 1,0% e, para as escravas, de 95,9%, 3,1% e 1,0%, respectivamente.⁵⁰⁵ Considerando que esses valores são ainda subestimados, constatamos que os percentuais encontrados para nossa amostra de cativos se revelaram levemente inferiores aos seus correlatos no Recenseamento de 1872 à exceção dos valores encontrados para o terceiro período que, como já enfatizamos, foram enviesados pela alta incidência de famílias nucleares em um megaplantel específico.

Para efeito de comparação, ao analisar o percentual de escravas casadas no Brasil, Robert W. Slenes encontrou, a partir do Recenseamento de 1872, o percentual de 5,6%, e a partir da Matrícula Geral de Escravos de 1873, o percentual de 4,1% para as cativas de todo o Grão-Pará. Segundo o Recenseamento, dos 5.343 cativos arrolados no núcleo urbano central de Belém (freguesias urbanas da Sé, de Santana, da Trindade e de Nazaré), em 1872, 4.791 (89,7%) deles eram solteiros, 379 (7,1%) eram casados, e 173 (3,2%) eram viúvos, sem grandes variações percentuais segundo o sexo.⁵⁰⁶ Esses percentuais apresentaram variações expressivas, entre as várias províncias brasileiras. No Recenseamento, as províncias a manifestarem os maiores pesos relativos de escravas casadas foram Bahia (14,9%) e São Paulo (14,4%) e, os menores, foram a Corte (1,1%), Santa Catarina e Amazonas (1,4%, cada). No âmbito da Matrícula,

⁵⁰⁵ cf. BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Império de 1872. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger/Tip. Commercial, 1876, v. 01, p. 212.

⁵⁰⁶ Idem.

a província a apresentar a maior incidência de cativas casadas foi São Paulo (23,2%) e, a menor incidência, foi novamente a Corte (0,9%).⁵⁰⁷

Não seria irrazoável considerarmos que a baixa nupcialidade das cativas paraenses encontrada no Recenseamento de 1872 e na Matrícula Geral de Escravos de 1873 tenha permeado, também, as classificações apresentadas nos inventários *post-mortem* quanto ao estado conjugal dos escravos do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina. Sem desconsiderarmos a influência dos diferentes panos de fundo socioeconômicos, essa característica pode justificar a menor importância relativa dos cativos casados ou viúvos de nossa amostra, em comparação a outras localidades brasileiras. A título de ilustração, em um artigo já referido nesta seção, José Flávio Motta e Renato Marcondes verificaram, a partir das Listas de Classificação dos Escravos para Emancipação, de Lorena e Cruzeiro, para 1874, que 13,5% dos homens e 15,9% das mulheres escravas eram casados e que 1,0% dos cativos e 1,3% das cativas eram viúvos.⁵⁰⁸ Em um artigo aqui também já mencionado, Teixeira encontrou para Mariana, entre 1850 e 1888, percentuais de 11,2% de cativos casados ou viúvos e de 16,0% de cativas casadas ou viúvas.⁵⁰⁹

De maneira a enriquecermos a análise da nupcialidade dos cativos do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, compilamos 253 registros paroquiais de casamento da freguesia de Nossa Senhora da Soledade de Cairari situada na localidade de Moju, bem no limite entre o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina. Ainda que os registros dessa freguesia não possam ser tomados como parâmetro da nupcialidade e das práticas de casamento dos cativos dessas regiões, como um todo – inclusive porque, como evidenciamos no CAPÍTULO 02, Moju apresentou uma trajetória declinante de sua escravaria com o avançar do Oitocentos –, o nosso interesse reside somente em enriquecer as considerações apresentadas nas últimas páginas. Dos 253 registros de casamento pesquisados apenas dois apresentavam escravos como, pelo menos, um dos cônjuges; em ambos os casos, com dois cativos casando entre si.⁵¹⁰

Esses registros que cobrem os períodos de 1839-1862 e de 1875-1888 (não identificamos, na freguesia de Nossa Senhora da Soledade de Cairari, matrimônios anteriores a 1839 ou intercalados entre 1863 e 1874) são sintomáticos da baixa nupcialidade dos escravos do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina e nos auxiliam, em parte, a desconsiderar uma das possibilida-

⁵⁰⁷ SLENES, Robert W. **The Demography and Economics of Brazilian Slavery, 1850-1888**. PhD. Dissertation (History) – Department of History, Stanford University, 1976, p. 420.

⁵⁰⁸ MOTTA, José Flávio; MARCONDES, Renato Leite. A família escrava em Lorena e Cruzeiro (1874), op. cit.

⁵⁰⁹ TEIXEIRA, Heloísa Maria. Família escrava, sua estabilidade e reprodução em Mariana, op. cit., p. 183.

⁵¹⁰ Foram consultados os livros 01 (1839-1862) e 02 (1875-1897) de registros de casamento da freguesia de Nossa Senhora da Soledade de Cairari, em Moju, Pará. Os registros se encontram disponíveis no arquivo da Paróquia do Divino Espírito Santo, situada no atual centro urbano da cidade de Moju.

des explicativas para a baixa nupcialidade indicada pelos inventários *post-mortem*: a de que os cativos poderiam estar contraindo casamento com pessoas de condição livre, ou com escravos pertencentes a outros plantéis – o que poderia levar à sua classificação como solteiros nos inventários *post-mortem*. A menor nupcialidade manifestada pelos cativos do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, em comparação aos cativos de demais regiões, teria implicações na fecundidade das escravas? Quais teriam sido os mecanismos reprodução da sua população escrava?

6.2. MECANISMOS DE REPRODUÇÃO DEMOGRÁFICA E FECUNDIDADE ESCRAVA

Nesta seção, examinamos os mecanismos de reprodução da população escrava do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina entre os anos de 1810 e 1888, com ênfase em um dos componentes mais importantes da chamada dinâmica demográfica: a fecundidade. Tendo em vista a pouca interação que essas regiões mantiveram com o tráfico – atlântico e interno – de escravos acreditamos ser a fecundidade um elemento-chave para a compreensão das maneiras pelas quais a população cativa do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina se reproduziu; isto sem desconsiderarmos, evidentemente, o impacto de outros elementos nas suas formas de reprodução. O primeiro indicativo da importância dessa reprodução parece-nos ser o elevado percentual de crianças (0-9 anos) escravas e ingênuas na nossa amostra. Na TABELA 6.7, apresentamos esses percentuais, os percentuais de cativas com 15 ou mais anos de idade e, outrossim, os respectivos valores da razão crianças-mulheres calculados em relação às diferentes faixas de tamanho de plantel consideradas e em relação aos três períodos de observação.⁵¹¹

Como é possível notarmos a partir dos dados da TABELA 6.7, o peso relativo das crianças cativas, não obstante algumas variações para mais ou para menos, foi expressivo em todas as faixas de tamanho de plantel, nos três períodos em tela. Seu peso relativo esteve abaixo dos 20% apenas no caso das escravarias muito grandes e dos megaplantéis do primeiro período de observação. Via de regra o seu peso relativo esteve acima desse patamar, tendo chegado a superar, inclusive, os 30%, como no caso das grandes propriedades do segundo período analisado, e a representar praticamente a metade de todos os cativos e ingênuos do megaplantel arrolado no terceiro período em tela (a Fazenda Taperuçu). Ademais, podemos observar que houve um aumento no peso relativo das crianças escravas do primeiro para o segundo e o terceiro período de observação: de 20,9% para 30,1% e 31,5%, respectivamente. Cumpre-nos advertir que os informes acima respeitam ao segmento das crianças (i. e., de 0 a 9 anos) e não ao segmento dos jovens (de 0 a 14 anos de idade) como no capítulo anterior.

⁵¹¹ Sobre a razão crianças-mulheres, ver: CAPÍTULO 04, p. 194, nota 380.

TABELA 6.7
DISTRIBUIÇÃO DAS CRIANÇAS ESCRAVAS OU INGÊNUAS E DAS ESCRAVAS ADULTAS SEGUNDO
AS FAIXAS DE TAMANHO DE PLANTEL (BAIXO TOCANTINS E ZONA GUAJARINA, 1810-1888)

	FTP	CRIANÇAS (0-9 ANOS)		MULHERES (15-49 ANOS)		RAZÃO CRIANÇAS- MULHERES
		N	%	N	%	
1810-1850	01-09	22	25,0	16	18,2	1.375
	10-19	57	23,3	53	21,6	1.075
	20-49	68	22,6	83	27,6	819
	50-99	34	18,7	43	23,6	791
	100/+	64	18,0	87	24,4	736
	TOTAL	245	20,9	282	24,1	869
1851-1871	01-09	46	29,9	44	28,6	1.045
	10-19	43	27,0	33	20,8	1.303
	20-49	81	36,5	58	26,1	1.397
	50-99	13	22,4	17	29,3	765
	100/+	38	26,8	32	22,5	1.188
	TOTAL	221	30,1	184	25,0	1.201
1872-1888	01-09	19	20,7	28	30,4	679
	10-19	19	20,9	18	19,8	1.056
	20-49	60	27,9	51	23,7	1.176
	50-99	35	22,2	41	25,9	854
	100/+	119	49,0	69	28,4	1.725
	TOTAL	252	31,5	207	25,9	1.217
1810-1888	01-09	87	25,1	88	25,4	989
	10-19	119	22,5	104	19,7	1.144
	20-49	209	30,5	192	28,0	1.089
	50-99	82	24,4	101	30,1	812
	100/+	221	32,4	188	27,5	1.176
	TOTAL	718	27,8	673	26,1	1.067

OBS: Os percentuais foram calculados tendo como denominador o número total de cativos por faixa de tamanho de plantel em cada período analisado. No segundo período, como já havíamos antecipado, foram considerados os dados referentes ao Engenho Bom Intento (o megaplantel com 142 escravos). No terceiro período de observação, todos os ingênuos cuja idade não foi identificada foram incluídos na categoria “Crianças (0-9 anos)”.

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

O percentual de crianças no primeiro período considerado (20,9%), que abarca os anos de 1810 a 1850, se mostrou semelhante ao percentual de crianças escravas presentes em cinco regiões (Vale do Paraíba; Região da Capital; Oeste Paulista, Caminho do Sul e Litoral), da então Capitania de São Paulo, em 1804 (22%).⁵¹² Por sua vez, os percentuais de crianças cativas e ingênuas no segundo e no terceiro período de observação (respectivamente, 30,1% e 31,5%)

⁵¹² cf.: LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Características da população em São Paulo no início do século XIX. *População e Família*, São Paulo, n. 3, p. 71-91, 2000.

se mostraram superiores aos encontrados para as crianças escravas e ingênuas de Mariana, na segunda metade do século 19 (29,4%), especialmente se considerarmos que os percentuais para a localidade mineira consideraram, como crianças, os cativos de ingênuos de 0 a 14 anos de idade.⁵¹³ Voltaremos a essas comparações mais adiante, quando da análise da fecundidade das mulheres escravas do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina.

Retomando o exame da TABELA 6.7, podemos verificar que o percentual de cativas em idade potencialmente mais fértil (de 15 a 49 anos) esteve longe de ser inexpressivo e manteve-se pouco alterado entre os três períodos de observação – perfazendo 24,1% de todos os escravos do primeiro período, 25,0% do segundo período e 25,9% do terceiro período vislumbrado. Assim como no caso da população escrava do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina como um todo, o segmento das cativas em idade potencialmente mais fértil não apresentou tendência ao envelhecimento com o avançar do Oitocentos, apresentando as idades médias de 29,5 anos, no primeiro período, de 28,8 anos, no segundo período, e de 29,9 anos, no terceiro período em tela.⁵¹⁴ Assim sendo, houve não apenas uma manutenção no peso relativo das mulheres em idade fértil em meio à população escrava do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina como também uma manutenção nas idades médias desse segmento específico sugerindo, em vista disso, uma aparente sustentação da sua capacidade reprodutiva.

Feitas essas considerações, voltemos aos informes da TABELA 6.7. Como podemos observar, houve um aumento nos valores da razão crianças-mulheres, entre o primeiro (869) e os dois últimos períodos examinados (1.201 e 1.217, respectivamente). Uma vez que o peso relativo das mulheres manteve-se praticamente inalterado, tudo indica que esse movimento foi corolário da ascensão do peso relativo das crianças em meio à população cativa do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina. Ainda que outros fatores não possam ser desconsiderados – a exemplo de uma ocasional aquisição em massa de crianças escravas, a partir do tráfico, na primeira metade do século 19, sobre a qual não há quaisquer indícios –, somos instados a crer que houve, sim, um aumento na fecundidade das escravas naquelas regiões. Antes de esmiuçarmos tal aumento, todavia, é oportuno estabelecermos comparações com outras localidades brasileiras, de modo a situarmos, com maior precisão, os valores apurados para a razão crianças-mulheres nos três períodos de observação.

⁵¹³ TEIXEIRA, Heloísa Maria. **A Não-Infância: crianças como mão-de-obra em Mariana (1850-1900)**. Tese de Doutorado (História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007, p. 175-6.

⁵¹⁴ Resultado do teste *One-Way Anova*: $F(02, 669) = 0,73$, $p = 0,48$ – não significativo.

Em artigo já referido acerca das características demográficas dos cativos em São Paulo no limiar do século 19, Francisco Vidal Luna e Herbert Klein encontraram, por meio das listas nominativas de habitantes respectivas a seis regiões paulistas, uma razão crianças-mulheres de 840.⁵¹⁵ A mesma razão de 840 foi calculada por Horácio Gutiérrez para o Paraná, em 1824.⁵¹⁶ Ambos os valores são por certo próximos às razões que aferimos para o núcleo urbano central de Belém (809) e para o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina (869) na primeira metade do Oitocentos. Em relação à segunda metade do século, Heloísa Maria Teixeira observou para Mariana, entre 1850 e 1888, a razão de 925.⁵¹⁷ Já Douglas C. Libby e Clotilde Paiva encontraram para o Oeste de Minas, entre 1873 e 1875, uma razão de 734.⁵¹⁸ Tais valores, superiores às razões crianças-mulheres que aferimos para o núcleo urbano central de Belém no segundo (821) e no terceiro período (489) analisados, são inferiores aos valores que calculamos para o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina, no segundo e no terceiro períodos, em torno dos 1.200.

Os valores verificados para o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina em relação à segunda metade do Oitocentos, parecem-nos ser especialmente elevados. Minas Gerais, no contexto investigado por Teixeira, Libby e Paiva, foi uma das realidades em que já se asseverou a existência de crescimento natural da população escrava no Brasil por via de sua reprodução endógena.⁵¹⁹ Os valores por nós observados não apenas superaram os valores verificados por esses autores, mas também se aproximaram do valor de 1.318 observado por Richard Steckel em relação a todo o Sul dos Estados Unidos, em 1860, às vésperas da Guerra da Secessão.⁵²⁰ A realidade norte-americana talvez seja um dos exemplos mais patentes, se não o exemplo mais patente, na historiografia, de populações escravas modernas que alcançaram taxas de crescimento vegetativo em proporções realmente significativas.⁵²¹ Como se deu o aumento da razão crianças-mulheres, no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina, ao ponto de atingir a casa dos 1.200 na segunda metade do século 19?

⁵¹⁵ cf.: LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Características da população em São Paulo, op. cit.

⁵¹⁶ GUTIÉRREZ, Horácio. Demografia escrava numa economia não exportadora: Paraná, 1800-1830. **Estudos Econômicos**, São Paulo, vol. 17, n. 2, mai.-ago. 1987, p. 309.

⁵¹⁷ TEIXEIRA, Heloísa Maria. Família escrava, sua estabilidade e reprodução em Mariana, op. cit., p. 199.

⁵¹⁸ PAIVA, Clotilde Andrade; LIBBY, Douglas Cole. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, vol. 25, n. 2, mai.-ago. 1995, p. 226.

⁵¹⁹ MARTINS, Roberto Borges. **Growing in Silence: the Slave Economy of Nineteenth-Century Minas Gerais, Brazil**. PhD. Dissertation (History) – College of Arts and Science, Vanderbilt University, 1982.

⁵²⁰ STECKEL, Richard H. Children and Choice: Comparative History of Slave and White Fertility in the Antebellum South. In: FOGEL, Robert; ENGERMAN, Stanley (Org.). **Without Consent or Contract: Conditions of Slave Life and the Transition to Freedom**. New York: W. W. Norton, 1992, p. 372.

⁵²¹ cf.: KLEIN, Herbert S. **A Population History of the United States**. New York: Cambridge University Press, 2004, p. 73 e ss.

A tirarmos pelos dados da TABELA 6.7, somos levados a acreditar que esse incremento se sucedeu, principalmente, na esteira das maiores escravarias. No primeiro período examinado, diferentemente dos dois últimos períodos, foram justamente as maiores propriedades (com 20 ou mais cativos) que manifestaram os menores valores na razão crianças-mulheres. Em outras palavras, no primeiro período analisado, exibiram os menores valores os plantéis que ainda mantinham uma maior interação com o tráfico de escravos e, portanto, eram menos dependentes da reprodução endógena dos escravos que as pequenas e médias escravarias que, como vimos no capítulo anterior, embora não deixassem de adquirir um ou outro escravo a partir do tráfico, dependiam, em maior medida, da reprodução endógena de seus próprios cativos. Uma vez descontinuado o tráfico atlântico e perante a incapacidade das elites paraenses, em proceder a uma renovação efetiva na escravaria regional através do tráfico interprovincial, teriam se otimizado as possibilidades de reprodução nos maiores plantéis, elevando, por conseguinte, os valores da razão crianças-mulheres, como um todo, no segundo e no terceiro períodos em tela.

Ao compararmos as razões crianças-mulheres e as participações relativas dos africanos na escravaria do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, no primeiro período analisado – quando o peso dos cativos africanos na escravaria dessas regiões (27,4%) se desvelou mais significativo –, podemos observar que ambas as variáveis são inversamente proporcionais, conforme as diferentes faixas de tamanho de plantel, senão no caso da segunda faixa de tamanho (10-19 cativos). Ao passo que os pesos relativos de africanos foram de 22,9%, 13,2%, 31,2%, 32,0% e 32,9%, respectivamente, nos pequenos (0-09), médios (10-19), grandes (20-49), muito grandes (50-99) e nos megaplantéis (100 ou mais cativos), as razões crianças-mulheres verificadas para essas mesmas faixas de tamanho de plantel foram de, respectivamente, 1.375, 1.075, 819, 791 e 736. No segundo e no terceiro períodos, em que a participação relativa dos africanos foi pouco representativa (em ambos os casos, de 1,6%), as maiores escravarias passaram a ostentar razões crianças-mulheres mais elevadas, corroborando o nosso argumento.

De maneira a avançarmos na discussão acerca do incremento da fecundidade das cativas do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, entre 1810 e 1888, compilamos, na TABELA 6.8, os percentuais de crianças e de mulheres em idade fértil e as razões crianças-mulheres segundo as diferentes atividades econômicas características das propriedades. Para tanto, utilizamos a mesma caracterização econômica apresentada, no capítulo anterior, quando da análise da estrutura da posse de cativos. Ainda que, em alguns casos específicos, as atividades econômicas tenham se relacionado diretamente a faixas de tamanho de plantel específicas, essa reflexão é importante na medida em que nos permite aproximar do impacto de condições de vida materi-

al diferenciadas nos níveis de fecundidade das cativas do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, entre os anos de 1810 e 1888.

TABELA 6.8
DISTRIBUIÇÃO DAS CRIANÇAS ESCRAVAS OU INGÊNUAS E DAS ESCRAVAS ADULTAS SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS (BAIXO TOCANTINS E ZONA GUAJARINA, 1810-1888)

	ATIVIDADE(S)	CRIANÇAS		MULHERES		RAZÃO CRIANÇAS-MULHERES
		N	%	N	%	
1810-1850	Derivados da cana-de-açúcar	74	16,4	111	24,6	667
	Derivados da cana-de-açúcar e Arroz	45	21,5	46	22,0	978
	Derivados da cana-de-açúcar e Cacau	25	17,0	37	25,2	676
	Cacau	11	21,6	15	29,4	733
	Subsistência ou Abastecimento	62	25,8	57	23,8	1.088
	Algodão	-	-	-	-	-
	Agricultura e/ou Extrativismo	27	42,2	16	25,0	1.688
	Sem produção	01	25,0	-	-	-
	TOTAL	245	20,9	282	24,1	869
1851-1871	Derivados da cana-de-açúcar	41	31,1	36	27,3	1.139
	Derivados da cana-de-açúcar e Arroz	38	26,8	32	22,5	1.188
	Derivados da cana-de-açúcar e Cacau	17	47,2	11	30,6	1.545
	Cacau	17	40,5	07	16,7	2.429
	Cacau e Café	07	29,2	08	33,3	875
	Cacau e Algodão	-	-	02	50,0	-
	Algodão	20	33,9	16	27,1	1.250
	Subsistência ou Abastecimento	78	27,7	68	24,1	1.147
	Agricultura e/ou Extrativismo	03	21,4	03	21,4	1.000
	TOTAL	221	30,1	183	24,9	1.208
1872-1888	Derivados da cana-de-açúcar	53	25,9	47	22,9	1.128
	Derivados da cana-de-açúcar e Madeira	111	46,1	73	30,3	1.521
	Derivados da cana-de-açúcar e Cacau	18	29,5	18	29,5	1.000
	Cacau	13	38,2	06	17,6	2.167
	Café	-	-	04	50,0	-
	Borracha	01	8,3	02	16,7	500
	Subsistência ou Abastecimento	54	23,1	57	24,4	947
	Agricultura e/ou Extrativismo	-	-	-	-	-
	Serviços domésticos	02	100,0	-	-	-
	TOTAL	252	31,5	207	25,9	1.217

OBS: Os percentuais foram calculados tendo como denominador o número total de cativos por atividade econômica em cada período analisado. No segundo período, como já havíamos antecipado, foram considerados os dados referentes ao Engenho Bom Intento (o megaplantel com 142 escravos). No terceiro período de observação, todos os ingênuos cuja idade não foi identificada foram incluídos na categoria “Crianças (0-9 anos)”.

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

Por mais que o contexto fundamentalmente rural do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina não nos permita comparar, assim como fizemos no CAPÍTULO 04, os níveis de fecundida-

de das mulheres escravas dessas regiões conforme o caráter urbano ou rural das atividades desenvolvidas, o maior número de observações existente para diferentes atividades (com relação ao núcleo urbano central de Belém, praticamente apenas os plantéis atrelados às atividades de ganho, de aluguel ou domésticas se apresentaram em maior quantidade, em todos os três períodos de observação) nos permite analisar de forma mais consistente as variações desses níveis de fecundidade, consoante as atividades econômicas propriamente ditas. Essa análise é potencialmente mais profícua no que concerne ao primeiro período examinado, quando as variações das razões crianças-mulheres, segundo as atividades, foram mais evidentes.

Conquanto a análise em questão não possa deixar de considerar as particularidades e o contexto de cada propriedade no sentido de criar, ou não, maiores condições favoráveis para a reprodução das mulheres escravas, é possível notarmos que as cativas das propriedades voltadas à produção de gêneros de subsistência e abastecimento e à produção de gêneros agroextrativistas não especificados foram aquelas que apresentaram os mais altos níveis de fecundidade do primeiro período de observação. A propriedade dedicada à produção de derivados da cana-de-açúcar e de arroz conjuntamente também revelou um elevado nível de fecundidade entre as suas escravas. As propriedades voltadas a demais atividades econômicas (produção de derivados da cana-de-açúcar unicamente, produção de derivados da cana-de-açúcar e cacau conjuntamente e produção de cacau unicamente) apresentaram as escravas com os menores níveis de fecundidade não somente no primeiro período, mas em todo o intervalo em tela; exceto a propriedade dedicada à produção da borracha, com resultado enviesado pelo seu pequeno plantel.

Confirmando o que já havíamos assinalado anteriormente em relação às diferentes faixas de tamanho de plantel, a partir dos meados do século 19, podemos observar um incremento homogêneo dos níveis de fecundidade das mulheres escravas do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina. Não obstante variações específicas – em grande medida decorrentes dos diminutos números de escravos atrelados a determinadas atividades, nos dois últimos períodos de observação – as escravas associadas a todas as atividades econômicas assistiram ao aumento de sua fecundidade seja entre o primeiro e o segundo, seja entre o primeiro e o terceiro período analisado. Tal leitura reforça, sob outra perspectiva, uma tendência geral de crescimento dos níveis de fecundidade das cativas do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina levado a cabo a partir dos meados do século 19.

Tendo sido o incremento da fecundidade das escravas das maiores propriedades incentivado, ou não, pelos proprietários de cativos e condicionado, ou não, por eventuais mudanças nas condições de vida material e nas sociabilidades dos escravos do Baixo Tocantins e da Zo-

na Guajarina, o aumento do peso relativo das crianças cativas ou ingênuas e dos valores da razão crianças-mulheres evidenciam que os efeitos da reprodução endógena dos escravos nessas regiões se tornaram pelo menos estatisticamente mais significativos no evoluir do Oitocentos; particularmente após a interdição definitiva do tráfico atlântico, em 1850, fator aparentemente responsável por universalizar o elevado grau relativo de fecundidade das escravas tocantinas e guajarinas⁵²² para todas as diferentes faixas de tamanho de plantel –das pequenas às megapropriedades –, não obstante as suas especificidades demográficas e econômicas. Em que medida a fecundidade das escravas do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina às suas vinculações familiares?

A família foi, sem dúvida, um dos elementos basilares da demografia da escravidão no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina ao longo do século 19. Em relação à fecundidade escrava, nada aponta que tenha sido diferente. No primeiro período examinado, 70,2% das crianças cativas viviam em famílias. No segundo e no terceiro período, os percentuais correlatos foram de 49,2% (exclusive o Engenho Bom Intento) e 94,8%, respectivamente. Considerando a manutenção do peso relativo das crianças e das mulheres entre o segundo e o terceiro período em tela, é provável que o menor percentual de crianças escravas vivendo em famílias, no segundo observado, decorra das limitações da documentação compulsada para os anos de 1851 a 1871, sendo as relações familiares dos escravos, em alguma medida, subrepresentadas. Por outro lado, o percentual para o terceiro período pode ter sido, em alguma medida, superestimado, haja vista a alta participação relativa de cativos em famílias (60,9%) na Fazenda Taperuçu, de propriedade de José Antônio de Miranda.

As observações feitas no último parágrafo, apesar de patentear a relação entre a família e a reprodução dos cativos, são importantes, na medida em que nos chamam atenção para a outra face da reprodução endógena dos escravos, aquela que não passava necessariamente pela instituição familiar. Muito embora essas “não famílias” possam advir de erros de registro, do não reconhecimento de algumas relações estabelecidas entre os cativos e, outrossim, da ausência – seja por morte, seja por venda – das mães à altura do arrolamento dos bens, elas indicam que a fecundidade cativa não se circunscrevia, de maneira praticamente irrestrita, ao ambiente familiar – sem embargo a elevada correlação existente entre esses elementos, evidenciada pelos informes do último parágrafo. Todavia, tendo em vista o corpo documental disponível, nosso enfoque estará centrado na reprodução que teve vez no âmbito das famílias cativas.

⁵²² Cabe-nos advertir que referimo-nos a um elevado grau de fecundidade, nos termos de uma população escrava.

Vejamos, de início, os dados apresentados na TABELA 6.9, acerca do número de filhos por escrava, segundo o seu estado conjugal:

TABELA 6.9
DISTRIBUIÇÃO DOS FILHOS ESCRAVOS OU INGÊNUOS SEGUNDO O ESTADO CONJUGAL DAS MÃES CATIVAS (BAIXO TOCANTINS E ZONA GUAJARINA, 1810-1888)

ESTADO CONJUGAL		NÚMERO DE FILHOS												MÉDIA	TOTAL
		01		02		03		04		05		>05			
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
1810- 1850	Casada ou Viúva	06	46,2	02	15,4	-	-	02	15,4	03	23,1	-	-	2,5	13 (100,0%)
	Solteira	51	47,2	35	32,4	11	10,2	07	6,5	04	3,7	-	-	1,9	108 (100,0%)
	TOTAL	57	47,1	37	30,6	11	9,1	09	7,4	07	5,8	-	-	1,9	121 (100,0%)
1851- 1871	Casada ou Viúva	-	-	01	50,0	-	-	01	50,0	-	-	-	-	3,0	02 (100,0%)
	Solteira	14	30,4	13	28,3	12	26,1	02	4,3	03	6,5	02	4,3	2,4	46 (100,0%)
	TOTAL	14	29,2	14	29,2	12	25,0	03	6,3	03	6,3	02	-	2,9	48 (100,0%)
1851- 1871	Casada ou Viúva	05	45,5	01	9,1	04	36,4	01	9,1	-	-	-	-	2,1	11 (100,0%)
	Solteira	32	39,0	24	29,3	15	18,3	05	6,1	01	1,2	05	6,1	2,2	82 (100,0%)
	TOTAL	37	39,8	25	26,9	19	20,4	06	6,5	01	1,1	05	5,4	2,2	93 (100,0%)

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

Os informes da TABELA 6.9 demonstram, para o primeiro período em tela, que as mães uma vez casadas ou viúvas possuíam um número médio de filhos (2,5) maior que as mães solteiras (1,9).⁵²³ No segundo período considerado, não foi possível procedermos à mesma comparação, por conta do pequeno número de mães uma vez casadas (N= 02). Já no terceiro período analisado, não encontramos diferenças estatisticamente significativas entre o número médio de filhos das mães casadas ou viúvas e o das mães solteiras.⁵²⁴ Não obstante, ainda que tenha havido um incremento na fecundidade geral das mulheres cativas do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina entre o primeiro e os dois últimos períodos analisados, também não foi possível averiguarmos variações estatisticamente significativas entre as médias de filhos de ambos os segmentos, nos três períodos examinados, por conta da limitação imposta pelo segundo período de observação – no qual o pequeno número de observações das mães solteiras ou viúvas inviabilizou quaisquer comparações nos termos propostos.

A maioria das mães escravas que compõem a nossa amostra possuía um ou dois filhos, sendo também expressivo o peso relativo das mães de três filhos, especialmente, no segundo e no terceiro períodos de observação. Poucas foram as cativas a ter quatro, cinco ou mais filhos. A cativa a possuir o maior número de filhos foi Isabel, da escravaria de Antônio Francisco de

⁵²³ Resultado do teste *t-Student*: $t(1.157) = 12,01$, $p < 0,001$ – altamente significativo.

⁵²⁴ Resultado do teste *t-Student*: $t(781) = 0,98$, $p = 2,35$ – não significativo.

Carvalho. Em 1884, ano do arrolamento do inventário do seu proprietário, a cativa possuía 52 anos e uma prole com sete filhos. O mais velho era Adão, de 30 anos, e o mais jovem era Paulo com 25 anos de idade.⁵²⁵ Um padrão semelhante a este foi encontrado por Heloísa Teixeira: 55,8% das mães casadas e 73,9% das mães escravas solteiras em Mariana, entre 1850 e 1888, possuíam tão-somente um ou dois filhos, quando do arrolamento dos bens de seus respectivos proprietários.⁵²⁶

Não podemos perder de vista que a quantidade de filhos de Isabel e das demais cativas que compõem a nossa amostra respeita ao número de filhos que as escravas possuíam, na altura da realização dos inventários *post-mortem*, de seus respectivos senhores. Como não dispomos dos registros paroquiais de batismo e óbito do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina –que nos permitiriam cruzar os dados desses registros com os que obtivemos por meio dos inventários *post-mortem*, evidenciando a presença de eventuais subregistros – os números apresentados são muito mais uma referência do número de filhos coabitando com suas respectivas mães do que um indicativo eficaz, do número de filhos que as cativas do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina viriam a conceber. Uma limitação que se torna mais marcante na medida em que os inventários *post-mortem* também não nos permitem situar, adequadamente, os diferentes estágios do ciclo reprodutivo em que estavam as cativas do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, quando coligidas no arrolamento dos bens de seus proprietários.

Sem desconsiderarmos as limitações impostas pela documentação compulsada para este cálculo, verificamos que as idades médias das cativas do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina ao terem seus primogênitos foram de: 23,8 anos (DP=6,9) no primeiro período, 24,8 anos (DP=7,6) no segundo período e 23,5 anos (DP=7,1) no terceiro período examinado. Não houve, portanto, variações estatisticamente significativas, entre as idades médias aos primeiros filhos das cativas tocantinas e guajarinas, ao longo de todo o intervalo investigado.⁵²⁷ Cabe-nos advertir, entretanto, que este cálculo incide sobre as idades dos filhos mais velhos em coabitação com as suas respectivas mães, na época em que foram recenseados. É possível, nesse sentido, que não fossem os primeiros filhos de fato – o que pode ter acabado superestimando, em certa medida, o cálculo realizado.

Uma projeção semelhante não pôde ser feita – nem mesmo com os devidos cuidados – em relação às idades médias aos terem os seus últimos filhos, inviabilizando, por conseguinte,

⁵²⁵ CMA/UFGA. Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível). Inventários *post-mortem*, cx. 41 (1884). Inventário de Antônio Francisco de Carvalho, 1884.

⁵²⁶ TEIXEIRA, Heloísa Maria. Família escrava, sua estabilidade e reprodução em Mariana, op. cit., p. 190-1.

⁵²⁷ Resultado do teste *One-Way Anova*: $F(02, 202) = 0,06$, $p = 0,94$ – não significativo.

uma projeção do período fértil das escravas do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina. Não podemos nos esquecer que, como apontamos anteriormente, as idades médias das mães escravas perfizeram 29,5 anos no primeiro período, de 28,8 anos no segundo período e de 29,9 anos no terceiro período de observação. Seria por certo equivocado supormos que as escravas tocantinas e guajarinas já estivessem, a tal altura de suas vidas, se encaminhando para os estágios finais do seu período fértil, fator que nos levou a adotar, no presente estudo, o intervalo clássico da Demografia para o período fértil das mulheres (de 15 a 49 anos de idade). Corroborando tal perspectiva, os informes da TABELA 6.10 assinalam a existência de uma relação – diretamente proporcional – entre as idades das mulheres e o número de filhos em coabitação com elas. Por mais que outros fatores também devam ser considerados – como a eventual existência de sub-registros, a venda, a alforria ou a morte de um ou mais filhos dessas cativas –, quanto maiores as idades das mães, maior o número de filhos que essas escravas possuíam, quando da feitura dos inventários *post-mortem* dos seus respectivos senhores.

TABELA 6.10
DISTRIBUIÇÃO DOS FILHOS ESCRAVOS OU INGÊNUOS SEGUNDO AS FAIXAS ETÁRIAS DAS
MÃES CATIVAS (BAIXO TOCANTINS E ZONA GUAJARINA, 1810-1888)

FAIXAS ETÁRIAS (EM ANOS)		NÚMERO DE FILHOS												MÉDIA	TOTAL
		01		02		03		04		05		>05			
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
1810-1850	15-19	03	75,0	01	25,0	-	-	-	-	-	-	-	-	1,3	04 (100,0%)
	20-24	13	72,2	04	22,2	-	-	01	5,6	-	-	-	-	1,4	18 (100,0%)
	25-29	06	40,0	06	40,0	02	13,3	-	-	01	6,7	-	-	1,9	15 (100,0%)
	30-34	12	38,7	11	35,5	03	9,7	05	16,1	-	-	-	-	2,0	31 (100,0%)
	35-39	03	25,0	06	50,0	02	16,7	-	-	01	8,3	-	-	2,2	12 (100,0%)
	40-44	05	29,4	03	17,6	03	17,6	02	11,8	04	23,6	-	-	2,8	17 (100,0%)
	45-49	03	60,0	02	40,0	-	-	-	-	-	-	-	-	1,4	05 (100,0%)
	50/+	08	61,5	03	23,1	01	7,7	-	-	01	7,7	-	-	1,7	13 (100,0%)
	TOTAL	53	46,1	36	31,2	11	9,6	08	07	07	6,1	-	-	2,0	115 (100,0%)
1851-1871	15-19	01	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,0	01 (100,0%)
	20-24	04	66,7	02	33,3	-	-	-	-	-	-	-	-	1,3	06 (100,0%)
	25-29	04	44,5	01	11,1	03	33,3	-	-	01	11,1	-	-	2,2	09 (100,0%)
	30-34	02	28,6	02	28,6	02	28,6	01	14,2	-	-	-	-	2,3	07 (100,0%)
	35-39	01	10,0	04	40,0	03	30,0	-	-	02	20,0	-	-	2,8	10 (100,0%)
	40-44	-	-	04	50,0	03	37,5	-	-	-	-	01	12,5	2,9	08 (100,0%)
	45-49	01	33,3	01	33,3	-	-	-	-	-	-	01	33,4	3,0	03 (100,0%)
	50/+	-	-	-	-	01	33,3	02	66,7	-	-	-	-	3,7	03 (100,0%)
	TOTAL	13	27,7	14	29,8	12	25,5	03	6,4	03	6,4	02	4,2	2,5	47 (100,0%)
1872-1888	15-19	01	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,0	01 (100,0%)
	20-24	08	72,7	-	-	02	18,2	01	9,1	-	-	-	-	1,6	11 (100,0%)
	25-29	08	47,1	05	29,4	04	23,5	-	-	-	-	-	-	1,8	17 (100,0%)
	30-34	07	38,9	10	55,6	-	-	01	5,5	-	-	-	-	1,7	18 (100,0%)
	35-39	05	31,3	03	18,7	04	25,0	02	12,5	-	-	02	12,5	2,7	16 (100,0%)
	40-44	03	30,0	04	40,0	03	30,0	-	-	-	-	-	-	2,0	10 (100,0%)
	45-49	03	30,0	01	10,0	03	30,0	02	20,0	-	-	01	10,0	2,9	10 (100,0%)
	50/+	02	25,0	02	25,0	02	25,0	-	-	01	12,5	01	12,5	3,0	08 (100,0%)
	TOTAL	37	40,7	25	27,4	18	19,8	06	6,6	01	1,1	04	4,4	2,1	91 (100,0%)
1810-1888	15-19	05	83,3	01	16,7	-	-	-	-	-	-	-	-	1,2	06 (100,0%)
	20-24	25	71,5	06	17,1	02	5,7	02	5,7	-	-	-	-	1,5	35 (100,0%)
	25-29	18	43,9	12	29,3	09	21,9	-	-	02	4,9	-	-	1,9	41 (100,0%)
	30-34	21	37,5	23	41,1	05	8,9	07	12,5	-	-	-	-	2,0	56 (100,0%)
	35-39	09	23,7	13	42,2	09	23,7	02	5,2	03	-	02	5,2	2,6	38 (100,0%)
	40-44	08	23,2	11	30,4	09	26,1	02	5,8	04	11,6	01	2,9	2,6	35 (100,0%)
	45-49	07	39,0	04	22,2	03	16,6	02	11,1	-	-	02	11,1	2,4	18 (100,0%)
	50/+	10	41,4	05	20,8	04	16,8	02	8,4	02	8,4	01	4,2	1,7	24 (100,0%)
	TOTAL	103	40,3	75	29,6	41	16,2	17	6,7	11	4,8	06	2,4	1,8	253 (100,0%)

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

As médias de filhos por mãe cativa encontradas para a escravidão do Baixo Tocantins e a Zona Guajarina se mostraram superiores às suas correlatas para a escravidão do núcleo urbano central de Belém, a partir dos meados do século 19. Se, no primeiro de observação, quando as razões crianças-mulheres das três regiões em tela foram bastante próximas (809 para Belém e 869 para as regiões tocantina e guajarina), o número médio de filhos por escrava foi idêntico (2,0), no segundo e no terceiro períodos examinados – contextos em que os níveis de fecundidade das escravas do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina se revelaram substancialmente superiores aos níveis apresentados pelas cativas do núcleo urbano central de Belém –, os números médios de filhos por mãe cativa daquelas regiões (2,5 e 2,1 para o segundo e o terceiro períodos, respectivamente) superaram os desta região (1,5 e 1,6, respectivamente). Essa diferença decerto contribuiu para que a escravidão das regiões tocantina e guajarina não acompanhasse o envelhecimento apresentado pela escravidão do núcleo urbano central de Belém, indicado nos CAPÍTULOS 03 e 05.

À guisa de conclusão desta seção, gostaríamos de tecer alguns comentários a propósito da relação entre a fecundidade das escravas do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina e as rearticulações no escravismo brasileiro, ocorridas ao longo do intervalo analisado, em decorrência do desenvolvimento da legislação emancipacionista, particularmente acerca do impacto da Lei Rio Branco na fecundidade das escravas paraenses. Ainda que tenhamos demonstrado como a interdição do tráfico atlântico de cativos, no âmbito da Lei Eusébio de Queirós, de 1850, pode ter engendrado condições pretensamente mais favoráveis, no seio das maiores escravarias destas regiões, para a reprodução endógena dos escravos, a Lei Rio Branco (1871), embora tenha libertado o ventre das mulheres cativas, não parece ter impulsionado variações realmente significativas na fecundidade das cativas do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina.

Se, por um lado, muito dos elementos abalizadores da fecundidade escrava se mantiveram, ao longo de todo o intervalo analisado, sem apresentar variações estatisticamente significativas na sua forma – a exemplo das idades médias das mães ao darem à luz aos seus primeiros filhos e do número médio de filhos por mãe –, por outro lado os elementos abalizadores da fecundidade escrava que sofreram alterações, no decorrer do intervalo em tela – o aumento do peso relativo das crianças escravas ou ingênuas e conseqüentemente, dos valores da razão crianças-mulheres –, se sucederam, efetivamente, entre o primeiro e o segundo período e não entre o segundo e o terceiro período de observação. Logo, a partir dos elementos que dispomos e não obstante as suas limitações intrínsecas, não seria de todo irreal supormos que, no que respeita à fecundidade escrava, os meados do Oitocentos, sob os albores da Lei Eusébio de Quei-

rós, consubstanciaram inflexão mais efetiva na fecundidade das escravas tocantinas e guajari-
nas que a Lei Rio Branco, nas últimas duas décadas da escravidão.

6.3. ESTABILIDADE POSSÍVEL DAS FAMÍLIAS ESCRAVAS

Nesta seção, dedicamo-nos a examinar a estabilidade possível alcançada pelas famílias escravas do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, entre 1810 e 1888. A historiografia dedicada à família escrava vem evidenciando que as relações familiares não apenas eram viáveis sob o jugo do cativo, mas também poderiam manter sua estabilidade por anos a fio inserindo-se em extensas e complexas redes de parentesco.⁵²⁸ Como vêm demonstrando parte desses mesmos estudos, o maior ou menor nível de estabilidade possível alcançado pelas famílias cativas guardava grande relação com três agentes intervenientes: a longevidade senhorial, a dimensão da posse e o impacto movido pela morte do senhor.⁵²⁹ Tendo em vista que os inventários *post-mortem* pesquisados não apresentavam, para a grande maioria dos casos, as idades dos proprietários e que a seção das partilhas se apresentava, por vezes, incompleta, o nosso interesse incide na análise do tempo de duração das relações familiares, entre os cativos daquelas regiões. Vejamos, de início, os informes da TABELA 6.11:

⁵²⁸ SLENES, Robert W. Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 217-27, mai.-ago. 1987.

⁵²⁹ MOTTA, José Flávio; VALENTIN, Agnaldo. A estabilidade das famílias em um plantel de escravos de Apiaí (SP). **Afro-Ásia**, Salvador, v. 27, p. 161-92, jan.-jun 2002.

TABELA 6.11
DISTRIBUIÇÃO DOS INTERVALOS DE DURAÇÃO DOS VÍNCULOS FAMILIARES SEGUNDO AS FAIXAS ETÁRIAS DAS MÃES (BAIXO TOCANTINS E ZONA GUAJARINA, 1810-1888)

FAIXAS ETÁRIAS DAS MÃES (EM ANOS)		DURAÇÃO DOS VÍNCULOS FAMILIARES (EM ANOS)												TOTAL
		0-4		5-9		10-14		15-19		20-29		30/+		
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
1810-1850	15-19	03	75,0	01	25,0	-	-	-	-	-	-	-	-	04 (100,0%)
	20-24	15	75,0	03	15,0	01	5,0	-	-	01	5,0	-	-	20 (100,0%)
	25-29	08	53,3	05	33,4	02	13,3	-	-	-	-	-	-	15 (100,0%)
	30-34	05	16,1	16	51,6	10	32,3	-	-	-	-	-	-	31 (100,0%)
	35-39	01	9,1	06	54,5	03	27,3	01	9,1	-	-	-	-	11 (100,0%)
	40-44	02	12,5	04	25,0	01	6,3	06	37,5	03	18,7	-	-	16 (100,0%)
	45-49	01	20,0	02	40,0	02	40,0	-	-	-	-	-	-	05 (100,0%)
	50/+	-	-	-	-	01	9,1	01	9,1	06	54,5	03	27,3	11 (100,0%)
	TOTAL	35	31,0	37	32,7	20	17,7	08	7,1	10	8,8	03	2,7	113 (100,0%)
1851-1871	15-19	-	-	01	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	01 (100,0%)
	20-24	03	50,0	02	33,3	01	16,7	-	-	-	-	-	-	06 (100,0%)
	25-29	03	33,3	05	55,6	-	-	-	-	01	11,1	-	-	09 (100,0%)
	30-34	02	28,6	04	57,1	01	14,3	-	-	-	-	-	-	07 (100,0%)
	35-39	02	20,0	04	40,0	01	10,0	03	30,0	-	-	-	-	10 (100,0%)
	40-44	-	-	03	37,5	02	25,0	-	-	02	25,0	01	12,5	08 (100,0%)
	45-49	01	33,3	-	-	02	66,7	-	-	-	-	-	-	03 (100,0%)
	50/+	-	-	01	33,3	01	33,3	-	-	-	-	01	33,4	03 (100,0%)
	TOTAL	11	23,3	20	42,6	08	17,0	03	6,4	03	6,4	02	4,3	47 (100,0%)
1872-1888	15-19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	20-24	-	-	01	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	01 (100,0%)
	25-29	04	40,0	06	60,0	-	-	-	-	-	-	-	-	10 (100,0%)
	30-34	01	12,5	04	50,0	02	25,0	-	-	01	12,5	-	-	08 (100,0%)
	35-39	01	12,5	02	25,0	02	25,0	02	25,0	01	12,5	-	-	08 (100,0%)
	40-44	-	-	-	-	02	100,0	-	-	-	-	-	-	02 (100,0%)
	45-49	-	-	-	-	02	33,3	02	33,3	01	16,7	01	16,7	06 (100,0%)
	50/+	-	-	-	-	-	-	01	14,3	01	14,3	05	71,4	07 (100,0%)
	TOTAL	06	14,3	13	31,0	08	19,0	05	11,9	04	9,5	06	14,3	42 (100,0%)
1810-1888	15-19	03	60,0	02	40,0	-	-	-	-	-	-	-	-	05 (100,0%)
	20-24	18	62,2	06	25,2	02	8,4	-	-	01	4,2	-	-	27 (100,0%)
	25-29	15	44,2	16	47,1	02	5,8	-	-	01	2,9	-	-	34 (100,0%)
	30-34	08	17,4	24	52,1	13	28,3	-	-	01	2,2	-	-	46 (100,0%)
	35-39	04	13,8	12	41,4	06	20,7	06	20,7	01	3,4	-	-	29 (100,0%)
	40-44	02	7,6	07	26,9	05	19,6	06	22,8	05	19,3	01	3,8	26 (100,0%)
	45-49	02	14,2	02	14,2	06	43,2	02	14,2	01	7,1	01	7,1	14 (100,0%)
	50/+	-	-	01	4,8	02	9,6	02	9,6	07	33,2	09	42,8	21 (100,0%)
	TOTAL	52	25,7	70	34,7	36	17,8	16	7,9	17	8,4	11	5,5	202 (100,0%)

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

Na TABELA 6.11, apresentamos a duração dos vínculos familiares de acordo com as diferentes faixas etárias das mães, tomando como referência da duração desses vínculos, as idades dos filhos mais velhos. Cabe-nos advertir, mais uma vez, que se trata de uma aproximação grosseira da duração dos vínculos familiares dos escravos do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina. Afinal, os inventários *post-mortem* não necessariamente recenseiam as famílias cativas de forma a permitir-nos situar os diferentes estágios dos ciclos de vida em que se encontravam e, ademais, por conta dos eventuais subregistros de alguns escravos por falecimento, venda ou alforria, as estimativas feitas sobre a duração dos vínculos familiares dos cativos apresentadas na TABELA 6.11, tendem a ser tanto subestimadas quanto superestimadas, dependendo de cada caso. Feitas tais considerações, passemos, agora, à análise dos dados anteriormente tabulados.

Assim como tem evidenciado a historiografia, podemos observar que algumas das famílias escravas no Baixo Tocantins e da Zona Guajarina haviam se estabelecido e mantido estáveis por décadas a fio, em coexistência com vínculos familiares recém-formados, a partir do nascimento dos filhos primogênitos. No nosso primeiro período de observação, a duração média dos vínculos familiares foi de 9,1 anos (DP=7,5). No segundo período observado, essa duração foi também de 9,1 anos (DP=8,0). No terceiro período analisado, essa média foi de 15,1 anos (DP= 12,9). Embora não tenhamos apurado diferenças estatisticamente significativas entre as médias do primeiro e do segundo período de observação, a média encontrada para o terceiro período superou as médias encontradas para os dois períodos anteriores.⁵³⁰ Este aumento pode decorrer do fato de boa parte das crianças ingênuas nascidas em seguida à Lei Rio Branco não terem tido as suas idades arroladas nos inventários *post-mortem*, muito provavelmente, sobre-estimando a duração média dos vínculos familiares no nosso terceiro período analisado.

Não obstante a isso, podemos observar que o terceiro período de observação foi o único em que a maioria dos vínculos observados não se situou no intervalo de zero a nove anos – que perfaz 45,3% de todos os vínculos coligidos. No primeiro e no segundo período em tela, a maioria dos vínculos possuía essa duração – respectivamente, 63,7% e 65,9%. Essa diferença, a nosso ver, vem no sentido de corroborar a explicação conferida ao final do último parágrafo. Como os filhos ingênuos das escravas não puderam ser tabulados, uma vez que os inventários *post-mortem* em geral não indicavam as suas respectivas idades, os vínculos familiares situados no intervalo entre o zero e os nove anos acabaram sendo subrepresentados, nos termos de nossa amostra para o terceiro período de observação – levando ao incremento do peso relativo dos vínculos familiares um pouco mais longevos. Caso consideremos, apenas, as durações dos

⁵³⁰ Resultado do teste *One-Way Anova*: $F(02, 221) = 5,20, p = 0,01$ – significativo.

vínculos familiares nos dois primeiros períodos analisados, observamos que os dados relativos ao Baixo Tocantins e à Zona Guajarina não se distanciaram sobremaneira, daqueles encontrados por Juliana Garavazo, em relação à localidade paulista de Batatais, para os anos de 1851 a 1887. Garavazo verificou que 56,1% dos vínculos familiares de sua amostra apresentavam duração de zero a 10 anos.⁵³¹

Como já destacamos, a duração média desses vínculos se alastrava das famílias recém-estabelecidas àquelas constituídas há décadas. O vínculo mais extenso que encontramos foi de 52 anos, relacionados ao tempo de convivência de Maria Tomásia, de 72 anos de idade, com a sua filha mais velha, Isabel – ambas referidas anteriormente e pertencentes a Antônio Francisco de Carvalho. O inventário *post-mortem* de Antônio não nos informa a sua idade, entretanto algumas “pistas” nos levam a crer que não se tratava de uma pessoa jovem. Em seu testamento, trasladado no inventário *post-mortem*, Antônio afirmou ter tido 11 filhos, dos quais somente uma, Maria Felipa de Carvalho Picanço, sobreviveu ao seu pai se tornando herdeira universal. A aparente longevidade de Antônio pode ter sido decisiva para o vínculo de 52 anos existente entre duas de suas cativas, que deram origem a uma única família extensa da qual faziam parte todos os nove escravos de seu plantel.⁵³²

Esse não foi, contudo, o único vínculo de longa duração encontrado em nossa amostra. O casal de pretos escravos Antônio Marcelino e Ana Francisca, propriedade de d. Antônia Joaquina de Oliveira Pantoja, vivia, há pelo menos quatro decênios, com Cristina, a sua aparente filha primogênita. Antônio e Ana tiveram, pelo menos, mais três filhos (Saturnino, Gregório e Melquíades) que, conjuntamente, às suas duas netas (Laureana e Ludovina), filhas de Cristina, formavam também uma família extensa de escravos que viveu no Moju, no final da década de 1860.⁵³³ Também encontramos um vínculo de mais de quatro décadas existente entre a cafuza Caetana Isabel, de pouco mais de 50 anos de idade, e a sua aparente filha mais velha, Narcisa, de 40 anos. Caetana teve ainda pelo menos mais quatro filhos (Florêncio, Romana, Custódio e Vivência) que, conjuntamente aos seus quatro netos (Luís Antônio, Luzia, Florinda e Alexan-

⁵³¹ GARAVAZO, Juliana. **Riqueza e escravidão no Nordeste Paulista: Batatais, 1851-1887**. Dissertação de Mestrado (História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006, p. 247.

⁵³² CMA/UFPA. Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível). Inventários *post-mortem*, cx. 41 (1844). Inventário de Antônio Francisco de Carvalho, 1821.

⁵³³ CMA/UFPA. Cartório Leão (4ª Vara Cível). Inventários *post-mortem*, cx. 01 (1818-1859). Inventário de Antônia Joaquina de Oliveira Pantoja, 1866.

dre), filhos de Narcisa Maria, formavam outra família extensa que viveu em Barcarena, na década de 1820, no sítio do casal Francisco Nunes e Maria Teresa.⁵³⁴

⁵³⁴ CMA/UFPA. Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível). Inventários *post-mortem*, cx. 05 (1821-1822). Inventário de Francisco José Nunes Caldeira e Maria Teresa Nunes, 1821.

TABELA 6.12
DISTRIBUIÇÃO DOS INTERVALOS DE DURAÇÃO DOS VÍNCULOS FAMILIARES SEGUNDO AS ESTRUTURAS FAMILIARES (BAIXO TOCANTINS E ZONA GUAJARINA, 1810-1888)

ESTRUTURAS FAMILIARES		DURAÇÃO DOS VÍNCULOS FAMILIARES (EM ANOS)												TOTAL
		0-4		5-9		10-14		15-19		20-29		30/+		
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
1810-1850	NUCLEAR	02	15,4	07	53,8	02	15,4	02	15,4	-	-	-	-	13 (100,0%)
	M. MASCULINA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	M. FEMININA	29	34,5	29	34,5	17	20,2	05	6,0	04	4,8	-	-	84 (100,0%)
	EXTENSA	-	-	-	-	-	-	-	-	05	71,4	02	28,6	07 (100,0%)
	MÚTIPLA	-	-	-	-	-	-	01	50,0	-	-	01	50,0	02 (100,0%)
	OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	TOTAL	31	29,2	36	34,0	19	17,9	08	7,5	09	8,5	03	2,8	106 (100,0%)
1851-1871	NUCLEAR	-	-	01	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	01 (100,0%)
	M. MASCULINA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	M. FEMININA	11	26,2	17	40,5	08	3,0	03	7,1	02	4,8	01	2,4	42 (100,0%)
	EXTENSA	-	-	01	50,0	-	-	-	-	-	-	01	50,0	02 (100,0%)
	MÚTIPLA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	TOTAL	11	24,4	19	42,2	08	17,8	03	6,7	02	4,4	02	4,4	45 (100,0%)
1872-1888	NUCLEAR	01	33,3	-	-	02	66,7	-	-	-	-	-	-	03 (100,0%)
	M. MASCULINA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	M. FEMININA	03	13,6	11	50,0	03	13,6	03	13,6	02	9,1	-	-	22 (100,0%)
	EXTENSA	-	-	-	-	-	-	-	-	01	25,0	03	75,0	04 (100,0%)
	MÚTIPLA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	02	100,0	02 (100,0%)
	OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	TOTAL	04	12,9	11	35,5	05	16,1	03	9,7	03	9,7	05	16,1	31 (100,0%)
1810-1888	NUCLEAR	03	17,4	08	47,2	04	23,6	02	11,8	-	-	-	-	17 (100,0%)
	M. MASCULINA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	M. FEMININA	43	29,1	57	38,5	28	18,9	11	7,4	08	5,4	01	0,7	148 (100,0%)
	EXTENSA	-	-	01	7,6	-	-	-	-	06	46,2	06	46,2	13 (100,0%)
	MÚTIPLA	-	-	-	-	-	-	01	25,0	-	-	03	75,0	04 (100,0%)
	OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	TOTAL	46	25,2	66	36,3	32	17,6	14	7,7	14	7,7	10	5,5	182 (100,0%)

FONTE: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

Os dados da TABELA 6.12 sugerem que o fato de as três famílias mais longevas de nossa amostra serem de estrutura extensa pode não ter sido mera casualidade. No universo de famílias em que conseguimos colacionar as suas estruturas às idades dos filhos mais velhos, verificamos que o peso relativo das relações mais longevas foi, no primeiro e no terceiro período em análise, ligeiramente maior entre as famílias com maior complexidade (nucleares, extensas e múltiplas) do que entre as famílias monoparentais (femininas ou masculinas). Essa diferença

espelha, em grande medida, uma questão exposta anteriormente: a formação das famílias cativas com maior grau de complexidade dependia não só de um maior *pool* de potenciais cônjuges para a sua constituição, mas também de fatores de ordem intergeracional. São, justamente, esses fatores que podem ter contribuído para as diferenças de longevidade identificadas, especialmente entre o primeiro e o terceiro período de observação.

No primeiro período analisado, a duração média dos vínculos na estrutura monoparental feminina foi de 7,7 anos (DP= 5,8) e nas estruturas familiares com maior complexidade, de 15,0 anos (DP= 10,0). Já no terceiro período em tela, a duração média dos vínculos na estrutura monoparental feminina foi de 10,0 anos (DP=6,5) e, nas estruturas mais complexas, de 28,3 anos (DP=16,4). Esses dados, além de reafirmarem o aumento na duração média dos vínculos familiares entre o primeiro e o terceiro período em tela, ao qual já nos referimos, demonstram, também, que as durações médias dos vínculos familiares nas estruturas mais complexas superaram as durações médias dos vínculos familiares da estrutura monoparental feminina, seja no primeiro período, seja no terceiro período examinado. Quais fatores estavam por trás dessa diferença? Em outras palavras por que as famílias complexas “detinham”, em geral, maior duração média que as famílias matrifocais?

Em primeiro lugar, não podemos perder de vista que as estruturas familiares com maior complexidade, sobretudo no caso das estruturas extensa e múltipla, possuíam, como já destacamos, implicações geracionais. A formação de uma família extensa passava pela formação de mais um núcleo familiar e, de uma família múltipla, pela formação de dois ou mais núcleos familiares. Em outras palavras, o estabelecimento de famílias extensas e múltiplas passava pelo estabelecimento de ao menos mais uma geração – fator que, por si só, já justificaria a maior duração média dos vínculos familiares, entre estruturas com maior complexidade. Além disso, a formação de novos núcleos familiares poderia acabar reclassificando estruturas tidas, anteriormente, enquanto monoparentais ou nucleares em famílias extensas ou múltiplas, justamente no momento em que as estruturas anteriores transitavam entre um intervalo de duração considerado e o outro – contribuindo, desse modo, para atenuar a duração média dos vínculos familiares entre as estruturas menos complexas.

Conquanto grande parte dos inventários *post-mortem* pesquisados, por estarem incompletos, não apresentassem a partilha dos bens – como ocorreu, por exemplo, nos casos dos inventários de Antônia Joaquina de Oliveira Pantoja e Antônio Francisco de Carvalho, respectivamente, os proprietários das famílias escravas que alcançaram a maior duração no segundo e no terceiro período examinado –, gostaríamos de tecer algumas considerações sobre o impacto

da morte do senhor, a partir do exame da partilha dos bens de Francisco Nunes e Maria Teresa – os proprietários da família escrava que alcançou a maior duração no primeiro período de observação. Não se trata naturalmente de projetar esse caso, decerto específico, como um exemplo do impacto das partilhas de bens na estabilidade familiar dos cativos, mas sim, de problematizar a questão.

Do matrimônio entre Francisco José Nunes Caldeira e Maria Teresa de Jesus nasceram cinco filhas: Joaquina Jesus, Maria da Paixão, Joana Teresa, Ana Maria e Ângela Ana – delas, a única solteira. Entre as quatro irmãs, seriam partilhados um sítio votado à produção de gêneros de subsistência ou abastecimento, situado em Barcarena, no Baixo Tocantins; 25 escravos e outros bens de menor valor. Desses 25 escravos, 22 viviam em quatro famílias: a já mencionada família extensa encabeçada por Caetana Isabel e seus cinco filhos e quatro netos; a família monoparental feminina de Maria Madalena e seus quatro filhos, estabelecida há 10 anos na propriedade; e a família monoparental feminina de Raimunda Maria da Conceição e seus dois filhos, estabelecida há quatro anos no plantel; e a de Cristina Vitória e suas duas filhas formada há 10 anos, nessa escravaria. Os cativos Antônio Manoel, africano de 50 anos, Joaquim do Nascimento, crioulo de 70 anos, e Mariana, africana de 50 anos, não faziam parte das famílias listadas no inventário *post-mortem* de Francisco e Maria Teresa.

Das quatro famílias estabelecidas na propriedade, a única a ser separada foi, justamente, a família extensa de Caetana Isabel. Raimunda Maria da Conceição e seus dois filhos, José e Gabriel, foram incluídos no primeiro quinhão, herdado por Joaquina de Jesus. Cristina Vitória e suas duas filhas Bernardina e Ana, foram inseridas no segundo quinhão, herdado por Maria da Paixão. Maria Madalena e suas quatro filhas – Purina, Angélica, Matilde e Maria, foram alocadas no terceiro quinhão, herdado por Joana. A família extensa de Caetana Isabel (ver sua estrutura no GRÁFICO 6.1) foi partilhada entre os cinco quinhões. Dois filhos de Caetana, Romana e Custódio, se juntaram ao primeiro quinhão. Caetana e outro dos seus filhos, Florêncio, foram alocados no segundo quinhão. Vivência, a sua filha caçula, integrou o terceiro quinhão. Narcisa Maria, e dois de seus filhos, Florinda e Alexandre, integraram o quarto. Outra filha de Narcisa, Luzia, integrou o quinto. Já Luís Antônio, filho primogênito de Narcisa, não foi identificado na partilha dos bens.

Posto que a historiografia dedicada à estabilidade possível das famílias escravas venha demonstrando que a separação das famílias cativas no contexto das partilhas dos bens não ne-

cessariamente implicava uma separação definitiva dos escravos,⁵³⁵ podemos observar, no caso da partilha dos bens de Francisco Nunes e Teresa de Jesus, que houve uma especial atenção às famílias cativas constituídas no plantel quando dessa partilha. Três das quatro famílias estabelecidas na propriedade foram integralmente mantidas, entre os herdeiros, após a morte dos senhores. Mesmo no caso da única família dividida, a da cativa Caetana Isabel, foi parcialmente mantida em um mesmo quinhão a linhagem monoparental de Narcisa Maria e seus dois filhos caçulas Florinda e Alexandre. Aliás, não seria de todo irreal supormos que a pequena idade de Florinda e Alexandre tenha sido aspecto decisivo, para a sua manutenção ao lado de Narcisa.

⁵³⁵ A partir da análise de um plantel de cativos de, Apiaí, São Paulo, José Flávio Motta e Agnaldo Valentin analisaram como após a morte da proprietária, as famílias escravas, repartidas e divididas, entre os vários herdeiros de D. Anna de Oliveira Roza, foram gradualmente se reagrupando, e desconfigurando a ruptura causa pela morte da proprietária. Ver: MOTTA, José Flávio; VALENTIN, Agnaldo. A estabilidade das famílias em um plantel de escravos de Apiaí (SP), op. cit.

GRÁFICO 6.1
ESTRUTURA DA FAMÍLIA EXTENSA DA ESCRAVA CAETANA ISABEL (1823)

FONTE: CMA/UFPA. Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível). Inventários *post-mortem*, cx. 07 (1830-1833). Inventário *post-mortem* de Francisco José Nunes Caldeira e Maria Teresa de Jesus, 1833.

Nem todas as famílias escravas estabelecidas no Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, podem ter tido esse mesmo destino. Excetuando-se, naturalmente, os casos em que havia herdeiros universais, a morte dos senhores sempre era um momento que pais, mães e filhos poderiam se separar, seja para atender a necessidade de partilhar-se os bens entre os herdeiros, seja para gerar o capital necessário para sanar as dívidas deixadas pelos antigos proprietários. Nesse jogo, os escravos evidentemente não deixavam de atuar como agentes históricos ativos, negociando a permanência mesmo que parcial das suas famílias e tentando, na medida do possível, conciliar os interesses dos herdeiros – seus futuros senhores – e as exigências do processo legal de transmissão dos bens à complexa tessitura social que permeava não somente a formação, como também a manutenção possível das famílias nas forjas da escravidão.

Nas últimas páginas, voltamo-nos a analisar a família escrava no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina, entre 1810 e 1888, sob três vieses: a incidência de escravos vivendo em famílias e as estruturas familiares mais recorrentes, os mecanismos de reprodução demográfica e a fecundidade escrava e, também, a estabilidade possível alcançada por essas famílias. Trata-se, a nosso ver, de três aspectos centrais não apenas para a discussão acerca da família sob o jugo do cativeiro, como também e talvez principalmente, para a compreensão da demografia da escravidão no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina oitocentista – regiões que, como vimos destacando ao longo deste estudo, eram pouco articuladas ao tráfico de escravos e dependiam, em maior medida, da reprodução endógena dos seus próprios cativos, em comparação a outras realidades economicamente mais dinâmicas do Brasil, a exemplo do sudeste cafeeiro.

Na primeira seção deste capítulo, observamos que a família escrava constituiu uma realidade longe de ser inexpressiva no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina. Pouco mais de um terço dos cativos dessas regiões viviam em famílias ao longo de todo intervalo analisado; percentual, este, que oscilou entre os três períodos analisados. No terceiro período, correspondente ao contexto posterior à promulgação da Lei Rio Branco (1871), notamos a maior participação relativa de escravos em famílias de toda a nossa amostra: praticamente metade dos cativos coligidos entre 1872 e 1888, viviam em famílias. Como observamos, ainda que esse percentual tenha sido bastante influenciado pelo único megaplantel compulsado no período (onde, cerca de sete em cada 10 escravos viviam em famílias), o incremento no peso relativo dos cativos em famílias foi um movimento geral presente em quase todas as faixas de tamanho de plantel.

A menor ou maior incidência de cativos em famílias guardava relação estatisticamente significativa com a dimensão das propriedades nos três períodos de observação. Tratava-se de uma relação diretamente proporcional – quanto maiores as propriedades, maior a incidência de cativos em famílias. A maioria dos escravos e ingênuos em relações familiares de nossa amostra (72,1%) estava concentrada em plantéis com 20 ou mais cativos que, como observamos no capítulo anterior, eram as propriedades que concentravam, também, o maior número de escravos do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina no Dezenove. Essa característica não se reproduziu somente no segundo período analisado, quando as pequenas e médias propriedades aglutinaram a maior parcela (52,7%) de escravos em famílias, o que pode ter decorrido da impossibilidade de considerarmos, nessa análise, o megaplantel que encontramos para o período.

Os 931 escravos de nossa amostra que viviam em famílias, em todo o intervalo examinado, integravam distintas estruturas familiares – desde estruturas mais simples, a exemplo da amplamente prevalecente estrutura monoparental feminina e da residual estrutura monoparental masculina até as estruturas mais complexas como as famílias nucleares, extensas ou múltiplas. Assim como com relação à incidência geral de escravos vivendo em família, observamos haver uma relação, significativa do ponto de vista estatístico, entre a dimensão das escravarias e a incidência de estruturas com maior complexidade – quanto maiores as propriedades, maior foi o peso relativo das estruturas familiares com maior complexidade tanto no primeiro, quanto no terceiro período de observação. No segundo período analisado, não verificamos correlação estatisticamente significativa entre essas variáveis.

A primeira seção findou com uma análise acerca da nupcialidade dos escravos no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina. Tanto os escravos, quanto as escravas dessas regiões, manifestaram uma nupcialidade muito baixa nos três períodos de observação, principalmente, em comparação às nupcialidades coligidas para outras localidades brasileiras. A nupcialidade dos escravos tocantinos e guajarinos aumentou, levemente, entre os dois primeiros e o terceiro período analisado, fazendo com que pouco mais de 10% dos cativos dessas regiões fossem casados ou viúvos, entre 1872 e 1888 – um contexto que, vale dizer, foi demarcado pela queda nos percentuais de cativos casados ou viúvos em outras localidades brasileiras. Como verificamos, o aumento observado decorreu, em alguma medida, da influência do megaplantel compulsado no período, onde 54,1% dos seus escravos e ingênuos viviam em famílias nucleares. Caso esse megaplantel não tivesse sido coligido junto às demais propriedades do terceiro período analisado, os percentuais de escravos casados ou viúvos no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina teriam se mantido praticamente os mesmos, do que aqueles que encontramos no primeiro e no

segundo período vislumbrado – nunca superiores aos 5%, nem entre os escravos, nem entre as escravas.

Na segunda seção deste capítulo, voltamo-nos a analisar os mecanismos de reprodução demográfica e a fecundidade das escravas do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina oitocentista. Tal análise se deu, principalmente, em torno de três aspectos: o exame dos valores da razão crianças-mulheres, do número médio de filhos por escrava e dos intervalos genésicos manifestados – todos estes aspectos observados à luz dos três períodos em tela e, sempre que possível, comparados aos indicadores verificados para outras localidades brasileiras. O ponto de partida da análise foi a observação de que houve um aumento no peso relativo das crianças escravas e ingênuas, entre o primeiro e os dois últimos períodos contemplados, ao passo que o peso relativo das mulheres em período fértil se manteve constante, bem como a sua idade média ao dar à luz aos seus primeiros filhos. É oportuno observarmos que o incremento nos pesos relativos das crianças escravas e ingênuas e de mulheres em idade fértil foi operado tanto em relação às diferentes faixas de tamanho de plantel, como em relação às atividades econômicas desenvolvidas nas propriedades analisadas.

Esse duplo movimento – de aumento do peso relativo das crianças e da manutenção do peso relativo das mulheres em idade fértil – levou a um aumento nas razões crianças-mulheres entre o primeiro (869) e os dois últimos períodos analisados (respectivamente, 1.201 e 1.217). Em termos comparativos, a razão calculada para o primeiro período de observação se mostrou semelhante às calculadas para outras regiões brasileiras, como São Paulo e Paraná (de 860 em ambos os casos). Por outro lado, as razões aferidas para o segundo e o terceiro período em tela se mostraram maiores àquelas encontradas para outras regiões brasileiras, a exemplo de Minas Gerais, e próxima à razão encontrada para todo o Sul dos Estados Unidos – uma realidade conhecida na historiografia, por ter apresentado taxas de crescimento natural positivo de sua população escrava –, em 1860, às vésperas da Guerra da Secessão.

Conforme argumentamos na ocasião, o incremento nas razões crianças-mulheres, entre o primeiro e os dois últimos períodos examinados, se desenvolveu na esteira das grandes propriedades que, diante da possibilidade de continuarem a adquirir novos cativos a partir do tráfico atlântico, provavelmente se viram compelidas a apostar na reprodução endógena dos seus escravos como uma forma de manter os seus plantéis. Como então advertimos, isto não implica asseverarmos a existência de um movimento orquestrado, por parte dos maiores escravistas do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, em promover a fecundidade cativa. A documentação compulsada permitiu-nos apenas observar que o impacto da fecundidade nas maiores escrava-

rias se tornou estatisticamente mais significativo, com a chegada da segunda metade do Dezenove. A temporalidade dessa inflexão – adicionalmente, à consideração de outros elementos – nos levou a sugerir, mais adiante, naquela seção, que os meados do Oitocentos, cingidos pelos impactos da Lei Eusébio de Queirós, que impôs interdição permanente ao tráfico atlântico, foram mais efetivos, no sentido de consubstanciar uma mudança na fecundidade das escravas do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, que a própria Lei Rio Branco promulgada duas décadas mais tarde.

Avançando em outros aspectos da fecundidade cativa, observamos que, o número médio de filhos em coabitação com as mães quando da feitura dos inventários *post-mortem*, estava conexo diretamente às idades dessas, numa relação diretamente proporcional: quanto maiores as idades das mães escravas, maior o número de filhos, em coabitação com elas. Notamos, também, que as cativas do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina davam a luz aos seus primeiros filhos, em média, entre 23 e 25 anos de idade, e que a maior parcela das mães, possuía um, dois ou, no máximo, três filhos quando alistadas nos inventários *post-mortem* dos seus respectivos proprietários. Tanto as idades das médias das mães ao terem os seus aparentes primeiros filhos, quanto a média de filhos por mãe, não apresentaram variações estatisticamente significativas entre os três períodos de observação.

Na terceira seção do capítulo, a nossa atenção esteve voltada para a estabilidade possível alcançada pelas famílias escravas do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina. Diante das limitações impostas pela documentação compulsada, a análise esteve centrada, em um dos elementos essenciais da discussão acerca da estabilidade possível das famílias escrava: a duração dos vínculos. Não nos foi possível, pelos motivos explicitados na ocasião, colacionar a estabilidade das famílias cativas à idade dos proprietários, nem mesmo apresentar, do ponto de vista serial, o impacto da morte dos senhores e da consequente partilha dos bens na estabilidade das famílias escravas, embora tenhamos nos debruçado sobre as consequências de um partilha específica, de modo a pelo menos problematizar essa questão, abrandando as lacunas que o trato com os inventários *post-mortem* nos impôs. De qualquer modo, apesar dessas limitações, conseguimos avançar na análise da duração dos vínculos familiares segundo as idades das mães e as diferentes estruturas familiares.

No primeiro período de observação, a duração média dos vínculos familiares foi de 9,1 anos; no segundo período, também de 9,1 anos e, no terceiro período, de 15,1 anos. Observamos diante disso, que por mais que não tenham ocorrido diferenças estatisticamente significativas nas médias encontradas para o primeiro e o segundo período, a média aferida no terceiro

período se mostrou superior às médias anteriores. Conformando esta diferença, notamos que o terceiro período de observação foi o único em que a maioria absoluta dos vínculos observados não se situou no intervalo de zero a nove anos. Tanto no segundo como no terceiro período de observação, a maioria dos vínculos possuía duração situada nesse intervalo – respectivamente, 63,7% e 65,9%. Tais durações, como verificamos, possuíam elevado grau de correlação com as idades das mães, no primeiro e no terceiro períodos analisados. A mesma correlação não se efetivou, do ponto de vista estatístico, no segundo período de observação, muito possivelmente por problemas associados à documentação manuseada.

Conforme observamos a duração dos vínculos era, também, influenciada pela complexidade menor ou maior das estruturas familiares, tanto no primeiro, quanto no segundo período de observação. No primeiro período investigado, a duração média dos vínculos na estrutura monoparental feminina foi de 7,7 anos (DP= 5,8) e nas estruturas mais complexas, de 15 anos (DP=10). Já no terceiro período examinado, a duração média dos vínculos na estrutura monoparental feminina foi de 10 anos (DP=6,5) e nas estruturas familiares mais complexas, de 28,3 anos (DP=16,4). Esses dados, além de reafirmarem o aumento na duração média dos vínculos familiares entre o primeiro e o terceiro período de observação – o qual mencionamos no parágrafo anterior –, demonstram igualmente que as durações médias dos vínculos familiares nas estruturas mais complexas superaram as durações médias dos vínculos familiares monoparentais femininas, tanto no primeiro período quanto no terceiro período de observação.

Tomando a família escrava como um microcosmo social privilegiado de observação, a partir do qual podemos apreender transformações estruturais na demografia da escravidão negra, acreditamos ter demonstrado não apenas a importância da reprodução endógena dos cativos para a manutenção do escravismo no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina – regiões pouco articuladas ao tráfico em relação a outras realidades brasileiras. Mais que isso, acreditamos ter explicitado parte dos mecanismos pelos quais a população escrava dessas regiões se reproduzia, sempre que possível confrontando-os aos mecanismos de reprodução demográfica verificados para outras realidades, mas sem nunca perdermos de vista, as especificidades do evoluir demográfico e econômico do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina ao longo de todo o Oitocentos escravista. Se por um lado, como evidenciamos anteriormente, a importância econômica da mão de obra cativa se manteve constante nessas regiões não obstante as variações que ocorreram na estrutura da posse de cativos, no decurso do Dezenove, por outro lado, a família escrava e a eventual capacidade de reprodução endógena, dos cativos do Baixo Tocantins e da

Zona Guajarina, também se mantiverem efetivos, até os últimos anos do escravismo, a despeito daquelas mudanças que se operaram na estrutura da posse de escravos.

CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo revisitar a compreensão do escravismo paraense, entre 1810 e 1888, através do exame de dois dos elementos basilares da economia e da demografia da escravidão: a estrutura da posse de cativos e a família escrava. Tendo em vista o mútuo condicionamento existente entre a economia e a demografia da escravidão, foi apresentada a tese de que a reprodução endógena dos escravos representou um elemento fundamental para a manutenção da importância econômica da escravidão no Grão-Pará ao longo de todo o século 19, pelo menos, nos casos das três regiões paraenses aqui analisadas: Belém, capital e principal núcleo urbano, e Baixo Tocantins e Zona Guajarina, que constituíam o principal cinturão agroextrativista do Pará. A investigação dessas diferentes regiões que, efetivamente, vivenciaram de formas distintas o evoluir do Pará oitocentista ensejou a construção de um quadro analítico mais amplo, que pôde evidenciar heterogeneidades internas na província no que concerne à importância econômica dos escravos e aos seus mecanismos de reprodução.

Em um primeiro momento, ao revisarmos a literatura clássica acerca da formação econômica e social da Amazônia, observamos que, embora a temática da escravidão negra ou, em última instância, a presença africana na Amazônia não tenha sido uma temática largamente difundida nos estudos sobre a formação histórica dessa região elaborados entre as primeiras décadas do Oitocentos e as primeiras décadas do Novecentos, notamos, nesse contexto, o surgimento gradual de uma noção de inexpressividade da escravidão negra na Amazônia, cujo pano de fundo explicativo variava. Em linhas gerais, tal noção estava assentada na ideia de que a predominância da mão de obra indígena e, outrossim, a prevalência de uma economia de caráter extrativista haviam – por assim dizermos – inibido o estabelecimento de empreendimentos agrários (agrícolas ou ainda agroextrativistas) na região amazônica, embasados no uso da mão de obra escrava africana.

Em um segundo momento, mostramos como tal leitura foi sendo gradualmente deixada de lado, parcialmente, nas décadas de 1940 e 1950 e, em caráter definitivo, a partir dos estudos revisionistas dos anos de 1970. Boa parte dos estudos desenvolvidos, da década de 1970 em diante, se notabilizou por relativizar a aplicação de modelos clássicos da dinâmica de funcionamento da economia colonial brasileira, a exemplo do que se estabeleceu através do chamado paradigma pradiano, à realidade da Amazônia. Salvo estudos excepcionais que puseram em xeque a eficácia da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em fomentar

o desenvolvimento econômico da região, através da consolidação de empresas agrárias assentadas no uso da mão de obra africana, a maioria dos trabalhos desse contexto evidenciou o sucesso da Companhia na consolidação desses empreendimentos não somente ao avigorar esforços anteriores de constituição de sistemas agrários na Amazônia, mas também de estabelecer novos sistemas agrários na região.

No segundo capítulo, procedemos, primeiramente, a uma caracterização econômica do Pará do século 19, evidenciando a transição de uma economia dedicada à exportação do cacau a uma economia dedicada à exportação da borracha. No bojo dessa transição, demonstramos a variedade de gêneros produzidos no Grão-Pará, principalmente daqueles cuja produção estava relacionada, em maior ou menor nível, à mão de obra cativa. A partir dessa discussão, buscamos contrapor a ideia de um caráter basicamente extrativista da economia amazônica na longa duração, demonstrando a importância da agricultura e, conseqüentemente, dos gêneros agrícolas na composição da pauta de exportações do Pará e na dinâmica de abastecimento da capital da província, Belém. Paralelamente, relativizamos também algumas leituras quanto ao impacto da Cabanagem na economia amazônica da primeira metade do século.

Na segunda parte do capítulo, dedicada à caracterização demográfica do Pará do século 19, evidenciamos a dinâmica populacional dos escravos estabelecidos no Pará entre o final do século 18 e a década de 1880. Primeiramente, demonstramos a efetividade do tráfico de cativos direcionado à região entre os meados do século 18 e os primeiros anos do século 19. Em segundo lugar, procuramos evidenciar que sem embargo ao elevado crescimento da população livre e ao decréscimo da população cativa de várias regiões do Pará no decorrer do Oitocentos os contingentes cativos de Belém, do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina restaram pouco alterados até pelo menos o fim da década de 1870. Tal quadro foi ainda matizado ao indicarmos a existência de variações por vezes expressivas nas escravarias das diversas freguesias (no caso de Belém) e localidades (estas, no caso Baixo Tocantins e da Zona Guajarina), que integraram tais regiões ao longo do século 19.

Uma vez concluídos aquela digressão historiográfica e tal esforço de contextualização demográfico e econômico, passamos com efeito à análise da estrutura da posse de cativos e da família cativa no núcleo urbano central de Belém, no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina. A separação entre tais regiões levou fundamentalmente em consideração, conforme explicitado, o caráter urbano ou rural dos espaços analisados. Embora a definição do que é urbano ou rural diga respeito, em primeiro plano, à maior concentração demográfica e tão-somente em segundo plano às atividades econômicas desenvolvidas em determinado espaço, tal separação foi de

fundamental importância para a análise não apenas das características diferenciadas do escravismo nessas regiões, como também das diferentes maneiras pelas quais esse sistema evoluiu no decurso do século 19.

No que concerne à estrutura da posse de escravos, encontramos níveis de concentração da posse distintos entre as três regiões analisadas. No núcleo urbano central de Belém, a concentração dos escravos entre os escravistas se mostrou moderadamente forte tanto no primeiro quanto no segundo período e, regular, no terceiro período de observação. Considerando todo o intervalo em tela constatamos que a maioria dos escravistas eram pequenos ou médios proprietários e que a maioria dos escravos também estava alocada nos plantéis com menos de 20 cativos. No Baixo Tocantins e na Zona Guajarina a maior parte dos escravos estava concentrada nos plantéis grandes, muito grandes, ou nos megaplantéis; destoando daquilo que verificamos para Belém e produzindo um nível moderadamente forte de concentração da posse de cativos. Tal nível oscilou de moderadamente forte, no primeiro período, para mediano, no segundo período, e forte, no terceiro período – movimento inverso ao observado para Belém.

Em todos os períodos, a maioria dos escravos de Belém estava reunida em escravarias ligadas a atividades econômicas urbanas, sobretudo, naquelas com escravos de ganho, de aluguel e domésticos. Nos dois primeiros períodos de observação, ainda era expressivo o número de cativos vinculados a plantéis que desenvolviam atividades rurais mesmo no espaço marcadamente urbano de Belém. No terceiro período de observação que coincidiu, cronologicamente, com a intensificação do processo de urbanização de Belém, o peso dos plantéis atrelados às atividades rurais caiu substancialmente, enraizando o perfil do escravismo belenense. No Baixo Tocantins e na Zona Guajarina, por sua vez, havia uma economia agrária em grande medida consagrada à produção de derivados da cana-de-açúcar e de gêneros alimentícios diversos, atividades que concentravam os maiores números de cativos nessas regiões.

O perfil dos escravos conforme a origem (africana ou crioula), o sexo e a idade não esteve alheio às transformações no perfil dos escravistas, nos padrões de posse e na própria economia paraense com o progresso do século. Posto que as escravarias do núcleo urbano central de Belém, do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina tenham manifestado uma composição étnica relativamente semelhante, havia marcantes diferenças, no que diz respeito aos pesos relativos das mulheres cativas e dos cativos africanos na sua composição. Mesmo atendendo a uma característica geral da população escrava do Grão-Pará (maior equilíbrio entre os sexos e menor participação de africanos, em comparação a outras províncias brasileiras economicamente mais dinâmicas), colacionando aquelas regiões, enquanto a população cativa do núcleo urbano

central de Belém apresentava maior concentração de mulheres, em todos os três períodos analisados, a população cativa do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina apresentou maior concentração de africanos no primeiro período de observação.

Passando à análise da família cativa, verificamos ter sido a mesma, uma realidade presente em ambas as regiões analisadas, reunindo entre 1/5 e 1/3 dos escravos do núcleo urbano central de Belém, do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, ao longo do século 19. Embora os mecanismos endógenos de reprodução dos escravos de tais regiões limitassem à família, também pouco a um único tipo de arranjo familiar, a família representou um fator de grande importância e esteve no coração dos mecanismos de reprodução das suas escravarias. Tendo em vista a pouca interação que tais regiões mantiveram com o tráfico, destacamos que a fecundidade das escravas configurou um elemento-chave para a compreensão das formas pelas quais a população escrava se reproduziu. Um primeiro indicativo da importância dessa reprodução foi o elevado percentual de crianças escravas e ingênuas encontrado em nossa amostra.

No que respeita, especificamente, aos valores aproximados da fecundidade das cativas, o núcleo urbano central de Belém, do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina exibiram tendências opostas. Ao passo que, no núcleo urbano central de Belém, notamos ter havido uma redução no nível fecundidade das cativas com o avançar do século 19 – particularmente a partir da década de 1870 –, no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina teve lugar um movimento inverso. O incremento na fecundidade das escravas entre o primeiro e os dois últimos períodos examinados se desenvolveu na esteira das grandes escravarias que diante da impossibilidade de continuarem a adquirir novos cativos a partir do tráfico atlântico, provavelmente se viram compelidas a apostar na reprodução endógena dos seus escravos, como uma forma de manter os seus plantéis, conservando o dinamismo econômico do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina.

Apesar dessas diferenças, as escravarias do núcleo urbano central de Belém, do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina apresentaram aproximações em relação a dois aspectos basilares da família escrava: em ambas as regiões, as possibilidades reprodutivas de suas cativas foram marcadas por uma alta perspectiva de estabilidade possível dada às famílias cativas e, por outro lado, se efetivaram ao largo do casamento legítimo. Nessas regiões e, no Pará, como um todo, os cativos manifestaram – comparativamente a outras localidades e regiões do Brasil oitocentista – uma baixa nupcialidade. Tal característica, que esteve longe de constituir uma especificidade do Pará, em nada prejudicou a reprodução endógena da população cativa da província, nem muito menos a centralidade dessa reprodução na manutenção da importância econômica da escravidão no núcleo central de Belém, no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina.

À guisa de conclusão, retomamos a metáfora de Theodoro Braga com a qual iniciamos o presente estudo. Na interpretação do paradigma de luzes e sombras que marcou, definitivamente, a arte renascentista, Michael Baxandall definiu as sombras como “buracos na luz”, visíveis a quase todo instante, no entanto nem sempre cognoscíveis haja vista as especificidades que delimitam nossas experiências visuais.⁵³⁶ Somando-nos a diversos outros estudos que nos antecederam, acreditamos que as páginas que se passaram ajudaram a preencher – embora não totalmente – uma série de lacunas atinentes às características, aos comportamentos e às dinâmicas demográficas e econômicas da escravidão negra no Pará oitocentista. Acreditamos que agora essas lacunas sejam menos “buracos na luz” e esperamos que as considerações apresentadas aqui e em outros estudos sirvam de convite para a produção de novos estudos e interpretações sobre o tema, contribuindo cada vez mais para retirar-se o cativo negro na Amazônia das sombras para as quais toda uma historiografia tradicional, imerecidamente, o relegou.

⁵³⁶ BAXANDALL, Michael. **Sombras e Luzes**. São Paulo: EDUSP, 1997 [1995], p. 17.

LISTA DE FONTES

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ (APEP)

Juízo de Órfãos: Inventários *post-mortem* (1816-1850).

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU)

Pará (avulsos), cx. 133, doc. 10131.

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (BN/RJ)

Coleção Pará. Mapa com resultado do recenseamento feito na província do Pará, semelhante ao de 1842, c. 1842, II-32,13,010.

Hemeroteca Digital. Pará. *Diário de Belém*, 15 de setembro de 1874.

CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (CMA/UFPA)

Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível): Inventários *post-mortem* (1810-1888).

Cartório Leão (4ª Vara Cível): Inventários *post-mortem* (1815-1888).

Cartório Trindade (7ª Vara Cível): Inventários *post-mortem* (1810-1888).

Cartório Fabiliano Lobato (11ª Vara Cível): Inventários *post-mortem* (1835-1887).

Cartório Sarmento (14ª Vara Cível): Inventários *post-mortem* (1829-1888).

CÚRIA METROPOLITANA DE BELÉM (CMB)

Livro I de Registros Paroquiais de Casamento da Freguesia de Santana (1827-1848).

Livro I de Registros Paroquiais de Casamento da Freguesia da Sé (1840-1870).

Livro II de Registros Paroquiais de Casamento da Freguesia da Sé (1870-1878).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)

Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Império de 1872. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger/Tip. Commercial, 1876, v. 01.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB)

Coleção Manoel Barata, DA 2, 4, 4, doc. 02, c. 1839.

PARÓQUIA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DE MOJU

Livro I de Registros Paroquiais de Casamento da Freguesia de Cairari (1839-1862).

Livro II de Registros Paroquiais de Casamento da Freguesia de Cairari (1875-1897).

UNIVERSIDADE DE CHICAGO

Relatórios dos Presidentes de Província do Pará (1830-1888).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. **Du travail esclave au travail libre: le Para (Brésil) sous le régime colonial et sous l'Empire (XVII-XIX siècles)**. Thèse de Doctorat (Histoire et Civilisations) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1985.
- _____. Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX. **Papers do NAEA**, Belém, n. 153, p. 1-26, out. 2000.
- _____. Civilização do rio, civilização da estrada: transportes na ocupação da Amazônia no século XIX e XX. **Papers do NAEA**, n. 170, p. 1-23, mai. 2004.
- ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth; CASTRO, Edna Ramos de. **Negros do Trombetas. Guardiões de matas e rios**. Belém: EDUFPA, 1993.
- ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth; FERREIRA, Eliana Ramos; MARQUES, Fernando Luiz Tavares (Org.). **Patrimônio, cultura e territorialidade dos quilombolas do Rio Capim**. Belém: IPHAN, 2014.
- ALDEN, Dauril. The Significance of Cacao Production in the Amazon Region during the Late Colonial Period: an essay in comparative economic history. **Proceedings of the American Philosophical Society**, Philadelphia, v. 120, n. 2, p. 103-35, April 1976.
- ALGRANTI, Leila Mezan. **O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro (1808-1822)**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. **As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX**. Tese de Doutorado (História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Trabalho compulsório na Amazônia: séculos XVII e XVIII. **Arrabaldes**, Petrópolis, n. 02, p. 101-17, set.-dez. 1988.
- ALMEIDA, Tito Franco de. **Ordem do dia: a questão das carnes verdes ou apontamentos sobre a criação do gado na Ilha do Marajó**. Belém: Tipografia de Santos e Filhos, 1856.
- _____. **O Brasil e a Inglaterra ou o trafico de africanos**. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1868.
- ANDERSON, Robin L. **Colonization as Exploitation in the Amazon Rain Forest (1758-1911)**. Gainesville: University Press of Florida, 1999.
- ÂNGELO, Helder Bruno Palheta. **O longo caminho dos Corrêa de Miranda no século XIX: um estudo sobre família, poder e economia**. Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2012.
- ÂNGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. **Histoire Sociale des Systèmes Agraires de la Vallée du Tocantins-Etat du Pará-Brésil: colonosation européenne dans la deuxième moitié du**

XVIII Siècle et la première moitié du XIX Siècle. Thèse de Doctorat (Histoire et Civilisations) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1998.

ARARIPE, Tristão de Alencar. **Dados estatísticos e informações para os imigrantes.** Belém: Typ. do Diário de Notícias, 1886.

ARMITAGE, David; GULDI, Jo. Le retour de la longue durée: une perspective anglo-américaine. **Annales. Histoire, Sciences Sociales**, Paris, v.70, n. 2, p. 289-318, apr.-jun. 2015.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Exportação, mercado interno e crise de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão, 1800-1860. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 32-71, abril 2000.

AZEVEDO, João Lúcio de. **Estudos de História Paraense.** Belém: SECULT, 1994 [1893].

_____. **Os Jesuítas no Grão-Pará.** Belém: SECULT, 1999 [1901].

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. A política do compadrio nas senzalas: um debate em aberto. In: CICERCHIA, Ricardo; BACELLAR, Carlos; IRIGOYEN, António (Org.). **Estruturas, Conjunturas e Representações: perspectivas de estudos das formas familiares.** Múrcia: EDIT.UM, 2014, p. 213-24.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; SCOTT, Ana Sílvia Volpi; BASSANEZI, Maria Sílvia Bezozzo. Quarenta anos de demografia histórica. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 339-350, jul.-dez. 2005.

BAENA, Antônio. **Compêndio das Eras da Província do Pará.** Belém: EDUFPA, 1969 [1838].

_____. **Ensaio corográfico sobre a Província do Pará.** Brasília: Senado Federal, 2004 [1839].

BAENA, Manoel. **Informações sobre as comarcas da Província do Pará.** Belém: Typ. F. da Costa Júnior, 1885.

BARATA, Manoel. A antiga produção e exportação do Pará: estudo histórico e econômico. In: _____. **Formação Histórica do Pará.** Belém: EDUFPA, 1973, p. 293-330 [originalmente publicado em 1915].

_____. BARATA, Manoel. Apontamentos para as efemérides paraenses. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 90, v. 144, p. 5-235 1921.

BARBOSA, Benedito Costa. **Em outras margens do Atlântico: o tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Grão-Pará (1707-1750).** Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2009.

BARICKMAN, Bert J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1998].

BARROS, Michelle Rose Menezes de. **“Germes de Grandeza”: Antônio Ladislau Monteiro Baena e a descrição de uma província do Norte durante a formação do Império Brasileiro (1823-1850)**. Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2006.

BARROSO, Daniel Souza. **O casamento, em Belém, no início do século XX**. Monografia de Conclusão de Curso de Graduação (História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2009.

_____. **Casamento e compadrio em Belém nos meados do Oitocentos**. Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2012.

_____. Múltiplos do Cativo: casamento, compadrio e experiência comunitária numa propriedade escrava no Grão-Pará (1840-1870). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 50, p. 93-128, jul.-dez. 2014.

_____. Por uma História da Família e da População na Amazônia: percursos historiográficos. In: CICERCHIA, Ricardo; BACELLAR, Carlos; IRIGOYEN, Antônio (Org.). **Estruturas, Conjunturas e Representações: perspectivas de estudos das formas familiares**. Múrcia: EDIT.UM, 2014, p. 51-66.

BARROSO, Daniel Souza; LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos. À margem da segunda escravidão? A dinâmica da escravidão no vale amazônico nos quadros da economia-mundo capitalista. **Tempo**, Niterói, v. 23, n. 3, set.-dez. 2017. No prelo.

_____. Coletando o cacau “bravo”, plantando o cacau “manso” e outros gêneros: um estudo sobre a estrutura da posse de cativos no Baixo Tocantins (Grão-Pará, 1810-1850). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XIX, 2014. São Pedro. **Anais...** Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2014. 21p.

_____. Senzalas na Floresta? Notas sobre a estrutura da posse de escravos no Grão-Pará oitocentista. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO & LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, VII, 2015. Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2015. 21p.

BARROSO JÚNIOR, Reinaldo dos Santos. **Nas rotas do Atlântico Equatorial: tráfico de escravos rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770-1800)**. Dissertação de Mestrado (História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2009.

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. **O Vale do Amazonas - Estudo sobre a livre navegação do Amazonas, estatística, produções, comércio, questões fiscais do Vale do Amazonas**. São Paulo: Editora Nacional, 1937 [1866].

BATISTA, Luciana Marinho. Demografia, família e resistência escrava no Grão-Pará (1850-1855). In: BEZERRA NETO, José Maia; GUZMÁN, Décio de Alencar (Org.). **Terra Matura: historiografia e história social na Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2002, p. 207-30.

_____. **Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c.1850-c.1870**. Dissertação de Mestrado (História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

BAXANDALL, Michael. **Sombras e Luzes**. São Paulo: EDUSP, 1997 [1995].

BELTRÃO, Jane Felipe. **Cólera: o flagelo da Belém do Grão-Pará**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004.

BENJAMIN, André Curcino. **Índice ou repertório geral das leis da Assembleia Legislativa Provincial do Grão-Pará (1838-1853)**. Belém: Tip. Comercial de Antônio José Rabelo Guimarães, 1854.

BEZERRA NETO, José Maia. José Veríssimo: pensamento social e etnografia da Amazônia (1877/1915). **Dados**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 539-64, jul.-set. 1999.

_____. **Fugindo, sempre fugindo: escravidão, fugas escravas e fugitivos no Grão-Pará (1840-1888)**. Dissertação de Mestrado (História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2000.

_____. Ousados e insubordinados: protesto e fugas de escravos na província do Grão-Pará, 1840-1860. **TOPOI - Revista de História**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 73-112, jan.-jun. 2001.

_____. **Escravidão negra no Grão-Pará (séculos XVII-XIX)**. Belém: Paka-Tatu, 2012 [2001].

_____. . Histórias urbanas de liberdade: escravos em fuga na cidade de Belém, 1860-1888. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 28, p. 221-50, jul.-dez. 2002.

_____. A presença negra no Pará: resenha de um trabalho pioneiro. **Revista Estudos Amazônicos**, Belém, v. III, n. 1, p. 167-172, jan.-jun./2008.

_____. **Por todos os meios legítimos e legais: as lutas contra a escravidão e os limites da Abolição (Brasil, Grão-Pará, 1850-1888)**. Tese de Doutorado (História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

_____. Do vazio africano à presença negra. Historiografia, fontes e referências sobre a escravidão africana na Amazônia. **Artigo não publicado**, 2010.

_____. Cenas da escravidão: senhores e trabalhadores escravos em Belém (1860-1880). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, Belém, v. 1, n. 2, p. 1-26, jun.-dez. 2014.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. **Famílias e Escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX**. Dissertação de Mestrado (História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1995.

- _____. **População e Nação no Brasil do século XIX**. Tese de Doutorado (História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1998.
- BUESCU, Mircea. **Histórias econômicas do Brasil. Pesquisas e análises**. Rio de Janeiro: APEC, 1970.
- BUESCU, Mircea; PAIM, Antônio (Org.). **História Econômica do Brasil**. Salvador: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, 2011.
- CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e relações familiares na Economia da Borracha (Belém, 1870-1920)**. Tese de Doutorado (História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.
- CANCELA, Cristina Donza; ÂNGELO, Helder Bruno Palheta. Médicos em Belém: trajetórias, prestígio e patrimônio documental para uma história da população e da família. **Amazônica - Revista de Antropologia**, Belém, v. 5, n. 2, p. 412-30, jul.-dez. 2013.
- CARDOSO, Alanna Souto. **Apontamentos para história da família e demografia histórica na Capitania do Pará (1750-1790)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2008.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Economia e Sociedade em áreas coloniais periféricas – Guiana Francesa e Grão-Pará, 1750-1817**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1984.
- CARREIRA, Antônio. As companhias pombalinas de navegação, comércio e tráfico de escravos entre a costa africana e o nordeste brasileiro. **Boletim Cultural da Guiné Portuguesa**, Lisboa, v. XXIII, n. 89-90, 91-92 e 93, 1968/1969.
- _____. **A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, t. 1: o comércio monopolista Portugal-África-Brasil na segunda metade do século XVIII**. São Paulo: Editora Nacional, 1988.
- _____. **A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, 2 v.** São Paulo: Editora Nacional, 1988.
- CEBRAP. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco quantitativo**. São Paulo: CEBRAP/SESC São Paulo, 2016.
- CHAMBOULEYRON, Rafael Ivan. Escravos do Atlântico Equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 52, p.79-114, jul.-dez. 2006.
- _____. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)**. Belém: Ed. Açáí, 2010.
- _____. Cacao, Bark-Clove, and Agriculture in the Portuguese Amazon Region in the Seventeenth and Early Eighteenth Century. **Luso-Brazilian Review**, Madison, v. 51, n. 1, p. 1-35 2014.

COELHO, Geraldo Mártires. **Nos passos de Clio: peregrinando pela Amazônia colonial**. Belém: Ed. Estudos Amazônicos, 2012.

COELHO, Mauro Cêzar. **Do Sertão para o Mar – um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1758-1798)**. Tese de Doutorado (História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República – momentos decisivos**. São Paulo: Editora UNESP, 2007 [1977].

COSTA, Francisco de Assis da. **Ecologismo e a questão agrária na Amazônia**. Belém: NAEA, 1992.

_____. A economia colonial do Grão-Pará: uma avaliação crítica (1720-1822). **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 44, p. 197-219, abr. 2012.

COSTA, Iraci del Nero da. Nota sobre ciclo de vida e posse de escravos. LUNA, Francisco Vidal et al. (Orgs). *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2009, pp. 441-448.

COSTA, Iraci del Nero et al. **A família escrava em Lorena (1801)**. In: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da; KLEIN, Herbert S. (Org.). **Escravidão em São Paulo e Minas Gerais**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 519-69.

COSTA, Jéssyka Sâmia Ladislau Pereira. **Por todos os cantos da cidade: escravos negros no mundo do trabalho na Manaus oitocentista (1850-1884)**. Dissertação de Mestrado (História Social) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, 2016.

COSTA, Selda Vale da. **Labirintos do Saber: Nunes Pereira e as Culturas Amazônicas**. Tese de Doutorado (Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.

CUNHA, Maísa Faleiros da. **Demografia e família escrava: Franca-SP, Século XIX**. Tese de Doutorado (Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

CURTIN, Philip. **The Atlantic Slave Trade: A Census**. Madison: Wisconsin University Press, 1969.

DIAS, Manuel Nunes. As frotas do cacau da Amazônia (1756-1777). **Revista de História**, São Paulo, n. 50, p. 363-77, mar.-jun. 1962.

DIAS, Manuel Nunes. Fomento e Mercantilismo: política econômica portuguesa na Baixada Maranhense (1755-1778). **Stvdia**, Lisboa, v. 16, p. 7-110, nov. 1965.

_____. **Fomento e Mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)**. Belém: EDUFPA, 1971.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995 [1984].

- DOMINGUES, Daniel S. The Atlantic Slave Trade to Maranhão, 1860-1846: volume, routes, and organization. **Slavery and Abolition**, London, v. 29, n. 4, p. 477-501, oct.-dec. 2008.
- EBLEN, Jack E. Growth of the Black Population in Antebellum America, 1820-1860. **Population Studies**, London, v. 26, n. 2, p. 273-89, July 1972.
- FARINATTI, Luís Augusto. Construção de séries e microanálise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 57-72, jan.-jul. 2008.
- FARLEY, Reynolds. The Demographic Rates and Social Institutions of the Nineteenth-Century Negro Population: a Stable Population Analysis. **Demography**, New York, v. 2, p. 386-98, 1965.
- FERREIRA, Eliana Ramos. **Guerra sem fim: mulheres na trilha do direito à terra e ao destino dos filhos (Pará, 1835-1860)**. Tese de Doutorado (História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.
- FERREIRA, Lúcio Menezes. **Território Primitivo: a institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870-1917)**. Porto Alegre: ediPUCRS, 2010.
- FERREIRA REIS, Arthur César. **História do Amazonas**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989 [1931].
_____. O negro na Amazônia. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 149, p. 125-26, mar.-abr. 1959.
_____. O negro na empresa colonial dos portugueses na Amazônia. **Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos, v. 5 (Parte 2)**. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações da Morte do Infante Dom Henrique, 1961, p. 347-53.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Memórias cartaginesas: modernismo, Antiguidade clássica e a historiografia da Independência do Brasil na Amazônia, 1823-1923. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 176-95, jan.-jun. 2009.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de; ALVES, Moema de Bacelar. Arte, poesia e abolição no Grão-Pará. **Política Democrática – Revista de Política e Cultura**, Brasília, n. 24, p. 171-76, ago. 2009.
- FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. Presença africana na Amazônia. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 12, p. 145-60, 1974.
- FLORENTINO, Manolo Garcia. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 [1995].
- FLORENTINO, Manolo Garcia; MACHADO, Cacilda da Silva. Famílias e mercado: tipologias parentais de acordo ao grau de afastamento do mercado de cativos (Século XIX). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 24, p. 51-70, jul.-dez. 2000.
- FLORENTINO, Manolo Garcia; RIBEIRO, Alexandre Vieira; SILVA, Daniel Domingues da. Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 31, p. 83-126, jan.-jun. 2004.

- FONTELLA, Leandro Goya; MATHEUS, Marcelo Santos. Estrutura de posse escrava na província do Rio Grande de São Pedro: um apanhado historiográfico (c.1820-c.1870). **Revista Latino-Americana de História**, São Leopoldo, v. 2, n. 9, p. 76-96, jul.-dez. 2013.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FLORENTINO, Manolo Garcia. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia – Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRANK, Zephyr L. **Entre ricos e pobres: o mundo de Antônio José Dutra no Rio de Janeiro oitocentista**. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/UFMG, 2012 [2004].
- FULLER, Cláudia Maria. Os Corpos de Trabalhadores: política de controle social no Grão-Pará. **Revista Estudos Amazônicos**, Belém, v. III, n. 1, p. 93-115, jan.-jun. 2008.
- FUNES, Eurípedes Antônio. **Nasci nas matas, nunca tive senhor: história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas**. Tese de Doutorado (História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1995.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 [1959].
- FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tânia Regina de (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 93-118.
- GARAVAZO, Juliana. **Riqueza e escravidão no Nordeste Paulista: Batatais, 1851-1887**. Dissertação de Mestrado (História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.
- GELMAN, Jorge; SANTILLI, Daniel. Crecimiento económico, divergencia regional y distribución de la riqueza –Córdoba y Buenos Aires después de la independencia. **Latin America Research Review**, Austin, v. 45, n. 1, p. 121-47, 2010.
- GOLDSCHMIDT, Eliana Rea. **Casamentos mistos: liberdade e escravidão em São Paulo Colonial**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2004.
- GOMES, Flávio dos Santos. **A Hidra e os Pântanos: mocambos, quilombos e comunidade de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)**. Tese de Doutorado (História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Estadual de Campinas, 1997.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A princesa do Oeste e o mito da decadência mineira: São João del Rei (1831-1888)**. São Paulo: Annablume, 2003.
- GRAHAM, Richard. Another Middle Passage? The Internal Slave Trade in Brazil. In: JOHNSON, Walter (Ed.). **The Chattel Principle: Internal Slave Trade in the Americas**. New Haven/London: Yale University Press, 2004, p. 291-324.
- _____. **Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013 [2010].

- GRINBERG, Keila. Alforria, direito e direitos no Brasil e nos Estados Unidos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 63-83, 2001.
- GROSS, Sue A. Agricultural Promotion in the Amazon Basin, 1700-1750. **Agricultural History**, Starkville, n. XLIII, v. 2, p. 269-76, Spring 1969.
- GUIMARÃES, Iza Vanesa Pedroso de Freitas. Amazônia no domínio das águas: Hurley e a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (1917-1938). **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 17, n. 1, p. 66-88, jan.-jun. 2012.
- GUIMARÃES, Luiz Antônio Valente. **As casas & as coisas: um estudo sobre a vida material e domesticidade nas moradias de Belém (1800-1850)**. Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2006.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.
- GUTIÉRREZ, Horácio. Demografia escrava em economias não-exportadoras: Paraná, 1800-1830. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 297-314, jul.-set. 1987.
- _____. Fazendas de gado no Paraná escravista. **TOPOI - Revista de História**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 9, p. 102-27, jul.-dez. 2004.
- GUZMÁN, Décio de Alencar. Bernardo Pereira de Berredo: historiador da Amazônia. In: FONTES, Edilza Joana Oliveira; BEZERRA NETO, José Maia (Org). **Diálogos entre História, Literatura e Memória**. Belém: Paka-Tatu, 2007, p. 185-96.
- HAINES, Michael R. The Population of the United States, 1790-1920. In: ENGERMAN, Stanley L.; GALLMAN, Robert E. (Ed.). **The Cambridge Economic History of the United States, v. II – The Long Nineteenth Century**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 143-205.
- HARRIS, Mark. **Rebellion on the Amazon: The Cabanagem, Race, and Popular Culture in the North of Brazil (1798-1840)**. New York: Cambridge University Press, 2010.
- HAWTHORNE, Walter. **From Africa to Brazil: Culture, Identity, and an Atlantic Slave Trade, 1600-1830**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- HENRIQUE, Márcio Couto. Os escravos da Misericórdia. **Amazônica: Revista de Antropologia**, Belém, v. 5, n. 2, p. 386-410, jul.-dez. 2013.
- HENRIQUE, Márcio Couto; MORAIS, Laura Trindade de. Estradas líquidas, comércio sólido: índios e regatões na Amazônia (Século XIX). **Revista de História**, São Paulo, n. 171, p. 49-82, jul.-dez. 2014.
- HENRY, Louis. **Técnicas de análise em demografia histórica**. Lisboa: Gradiva, 1988.

- KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000 [1987].
- KELLY-NORMAND, Arlene. Fontes primárias para a história de índios destribalizados na região amazônica. **Boletim de Pesquisa do CEDEAM**, Manaus, v. 5, n. 8, p. 92-119, jan.-jun. 1986.
- _____. Africanos na Amazônia: cem anos antes da abolição. **Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas**, Belém, n. 18, p. 1-21, out.-dez. 1988.
- KLEIN, Herbert S. **A Population History of the United States**. New York: Cambridge University Press, 2004.
- KODAMA, Kaori. **Os Índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.
- LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)** – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.
- LAPA, José Roberto do Amaral. **Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930)**. Campinas: Editora UNICAMP, 2008.
- LAURINDO JÚNIOR, Luiz Carlos. **A cidade de Camilo: escravidão urbana em Belém do Pará (1871-1888)**. Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2012.
- LEFF, Nathaniel H. Economic Development in Brazil, 1822-1913. In: HABER, Stephen (Ed.). **How Latin America fell behind. Essays on the Economic Histories of Brazil and Mexico, 1800-1914**. Stanford: Stanford University Press, 1997, p. 34-64.
- PAIVA, Clotilde Andrade; LIBBY, Douglas Cole. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 203-33, mai.-ago. 1995.
- LIMA, Luciano Demetrius Barbosa. O negro nos escritos de um Barão: escravidão e abolição no livro “Motins Políticos”. **Diálogos**, Maringá, v. 16, n. 2, p. 739-66, mai.-ago. 2012.
- LINDERT, Peter H. An Algorithm for Probate Sampling. **The Journal of Interdisciplinary History**, Cambridge, v. 11, n. 4, p. 649-68, Spring 1981.
- LOPES, Luciana Suarez. **Sob os olhos de São Sebastião. A cafeicultura e as mutações da riqueza em Ribeirão Preto, 1849-1900**. Tese de Doutorado (História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005.
- _____. Os proprietários de escravos e a estrutura da posse na antiga freguesia de São Simão, 1835. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 363-400, abr.-jun. 2012.
- LOPES, Siméia de Nazaré. **O comércio interno no Pará oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840 e 1855**. Dissertação de Mestrado (Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2002.

LUNA, Francisco Vidal. **Minas Gerais: escravos e senhores – análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804)**. São Paulo: IPE/USP, 1981.

_____. **Casamento de escravos em São Paulo: 1776, 1804 e 1829**. In: NADALIN, Sérgio Odilon; MARCÍLIO, Maria Luíza; BALHANA, Altiva Pillati (Org.). **História e População: estudos sobre a América Latina**. São Paulo: ABEP/SEADE, 1990, p. 226-36.

_____. São Paulo: população, atividades e posse de escravos em vinte e cinco localidades (1777-1829). In: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da; KLEIN, Herbert S. (Org.). **Escravidão em São Paulo e Minas Gerais**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 335-413.

LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. Sobre a estrutura da posse de escravos em São Paulo e Minas Gerais nos albores do século XIX. **Estudios Históricos**. Rivera, n. 5, s/n, Noviembre 2010.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Características da população em São Paulo no início do século XIX. **População e Família**, São Paulo, n. 3, p. 71-91, 2000.

_____. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo: de 1750 a 1850**. São Paulo: EDUSP, 2005 [2003].

_____. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010 [2009].

MACLACHLAN, Colin M. The Indian Directorate: forced acculturation in Portuguese America, 1757-1799. **The Americas**, Berkeley, v. 28, n. 4, p. 357-87, apr. 1972.

_____. The Indian Labor Structure in the Portuguese Amazon, 1700-1800. In: ALDEN, Dauril (Ed.). **Colonial Roots of Modern Brazil**. Berkeley: University of California Press, 1973, p. 199-230.

_____. African Slave Trade and Economic Development in Amazonia. In: TOPLIN, Robert (Ed.). **Slavery and Race Relations in Latin America**. Westport: Greenwood Press, 1974, p. 112-45.

MACÊDO, Sidiana Ferreira de. **Daquilo que se Come: uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850-1900)**. Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2009.

MAFRA, Alessandra Regina e Souza. *O arauto da cultura paraense: uma história intelectual de Vicente Salles*. Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2012.

_____. Construindo um Acervo: história, intelectualidade e colecionismo em Vicente Salles. In: MENEZES, Lená Medeiros de; TRONCOSO, Hugo Cancino; MORA, Rogelio de la (Org.). **In-**

telectuais na América Latina: pensamento, contexto e instituições. Rio de Janeiro: LABIMI/UERJ, 2014, p. 62-77.

MACHADO, Cacilda da Silva. **A trama das vontades: negros, pardos, e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista.** Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MAGALHÃES, Diogo Franco. *O Reinventar da Colônia: um balanço das interpretações sobre a economia colonial brasileira.* Dissertação de Mestrado (Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836.** São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 2000.

MARCONDES, Renato Leite. **A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba (Século XIX).** Lorena: Stiliano, 1998.

_____. Posse de cativos no interior do Maranhão (1848). **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, Recife, n. 61, p. 183-209, jul. 2005.

_____. **Diverso e desigual: o Brasil escravista na década de 1870.** Ribeirão Preto: FUNPEC, 2009.

_____. Fontes censitárias brasileiras e posse de cativos na década de 1870. **Revista de Índias**, Madrid, v. LXXI, n. 251, 2011, p. 231-58

MARCONDES, Renato Leite; FALCI, Miridan Britto Knox. *Escravidão e reprodução no Piauí: Oeiras e Teresina (1875).* **Texto para Discussão. Série Economia (TD-E/26), FEA/USP-RP**, Ribeirão Preto, 2001 (Mimeografado).

MARQUESE, Rafael de Bivar. Estrutura e agência na historiografia da escravidão: a obra de Emília Viotti da Costa. In: FERREIRA, Antônio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tânia Regina de (Org.). **O historiador e seu tempo.** São Paulo: Editora UNESP, 2008, p. 67-81.

MARQUESE, Rafael de Bivar; SALLES, Ricardo. **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil, Estados Unidos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MARTINS, Diego de Cambraia. **O tráfico de escravos nos rios da Guiné e a dinâmica da economia atlântica portuguesa (1756-1807).** Dissertação de Mestrado (História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.

MARTINS, Roberto Borges. **Growing in Silence: the Slave Economy of Nineteenth-Century Minas Gerais, Brazil.** PhD. Dissertation (History) – College of Arts and Science, Vanderbilt University, 1982.

_____. Minas Gerais, Século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 181-20, jan.-abr. 1983.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996 [1995].

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Entre a mão e os anéis - a Lei de 1885 e os caminhos da abolição no Brasil**. Campinas: Editora UNICAMP, 2008 [1999].

MELLO, Márcia Eliane de Souza e. Contribuição para uma demografia do Estado do Grão-Pará e Maranhão. 1774-1821. **Anais de História de Além-Mar**, Lisboa, v. 16, p. 227-53, 2015.

_____. A nova dinâmica da Justiça na Amazônia pombalina. In: BICALHO, Maria Fernanda; ASSIS, Virgínia Maria Almoêdo de; MELLO, Isabele de Matos Pereira de (Org). **Justiça no Brasil colonial**. São Paulo: Alameda, 2017, p. 51-77.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, Tapuias e Historiadores. Estudo de história indígena e do indigenismo**. Tese de Livre-Docência (Etnologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

MOOG, Clodomir Vianna. **O ciclo do ouro negro: impressões da Amazônia**. Belém: Conselho Estadual de Cultural, 1975 [1936].

MORAES, Ruth Burlamaqui de. **Transformações demográficas em uma economia extrativa: Pará (1872-1920)**. Dissertação de Mestrado (História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, 1984.

MORENO, Breno Aparecido Servidore. **Demografia e trabalho escravo nas propriedades rurais cafeeiras de Bananal, 1830-1860**. Dissertação de Mestrado (História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013.

MOTA, Antonia da Silva; BARROSO, Daniel Souza. Economia e demografia da escravidão no Maranhão e no Grão-Pará: uma análise comparativa da estrutura da posse de cativos (1785-1850). **Revista de História**, São Paulo, n. 176, 2017, p. 1-41.

MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)**. São Paulo: Annablume, 1999.

_____. O tráfico de escravos velhos (Província de São Paulo, 1861-1887). **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 52, p. 41-73, jan.-jun. 2010.

_____. **Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista**. São Paulo: Alameda, 2012.

_____. A Lei, ora a Lei! Driblando a legislação do tráfico interno. **História e Economia**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 15-28, jan.-jun. 2012.

_____. A família escrava na historiografia brasileira: os últimos 25 anos. In: SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). **Historiografia brasileira em debate**. São Paulo: Humanitas, 2002, p. 235-54.

MOTTA, José Flávio; MARCONDES, Renato Leite. A família escrava em Lorena e Cruzeiro (1874). **População e Família**, São Paulo, n. 3, p. 93-128, 2000.

- MOTTA, José Flávio; VALENTIN, Agnaldo. A estabilidade das famílias em um plantel de escravos de Apiaí (SP). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 27, p. 161-92, jan.-jun. 2002.
- MOTTA, José Flávio; COSTA, Iraci del Nero da; NOZOE, Nelson Hideiki. Às vésperas da Abolição: um estudo sobre a estrutura da posse de escravos em São Cristóvão, 1870. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 157-213, jan.-mar. 2004.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder – conflito e direito à terra no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.
- MUNIZ, João de Palma. Limites municipais do Estado do Pará. **Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará**, Belém, n. 8, p. 247-319, 1913.
- _____. **Estado do Grão-Pará. Imigração e colonização. História e estatística, 1616-1916**, Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1916.
- _____. **Adesão do Grão-Pará à Independência e outros ensaios**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973 [1922].
- NADALIN, Sérgio Odilon. **História & Demografia: elementos para um diálogo**. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004.
- NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001 [1991].
- NEVES, Pedro Monteiro. **Liberdades sem sustos, nem inquietações: significados e sentidos do Fundo de Emancipação no Grão-Pará (1871-1888)**. Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2014.
- NOZOE, Nelson Hideiki. **A apropriação de terras rurais na Capitania de São Paulo**. Tese de Livre-Docência (Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2008.
- NOZOE, Nelson Hideiki; COSTA, Iraci del Nero da. Sobre a questão das idades em alguns documentos dos séculos XVIII e XIX. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, p. 175-82, 1992.
- NUNES, Francivaldo Alves. **Benevides – uma experiência de colonização na Amazônia do século XIX**. Rio de Janeiro: Corifeu, 2009.
- _____. **Sob o Signo do Moderno Cultivo: Estado Imperial e agricultura na Amazônia**. Tese de Doutorado (História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2011.
- _____. NUNES, Francivaldo Alves. Historiografia da agricultura na Amazônia. In: FELDMAN, Ariel; BERLESI, Josué; NUNES, Francivaldo Alves (Org). **Historiografia: nove debates, novas perspectivas**. Cametá: Campus Universitário do Tocantins - UFPA, 2015, p. 121-40.

PAIVA, Clotilde de Andrade. *População e Economia: Minas Gerais no século XIX*. Tese de Doutorado (História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1995.

PALHA, Bárbara da Fonseca. **Escravidão negra em Belém: mercado, trabalho e liberdade (1810-1850)**. Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2011.

PANTOJA, Ana Renata do Rosário de Lima. **Revoltas camponesas no vale do Acará - Grão-Pará (1822-1840)**. Dissertação de Mestrado (Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2002.

PASTANA, Andréa da Silva. **Em nome de Deus, Amém! Mulheres, escravos, famílias e heranças através dos testamentos em Belém do Grão-Pará na primeira metade do século XIX**. Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2008.

PENTEADO, Antônio Rocha. **Belém – Estudo de geografia urbana, v. 1**. Belém: EDUFPA, 1968.

PEREIRA, Manuel Nunes. A introdução do negro na Amazônia. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 77, pp. 509-15, ago. 1949.

_____. Negros escravos na Amazônia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, X, 1952. Rio de Janeiro. **Anais... (v. 3)**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952, p. 153-85.

_____. **A Ilha de Marajó: estudo econômico-social**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1956.

PESSI, Bruno Stelmach. **Entre o fim do tráfico e a abolição: a manutenção da escravidão em Pelotas, RS, na segunda metade do século XIX (1850 a 1884)**. Dissertação de Mestrado (História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

RAIOL, Domingos Antônio. **Motins Políticos**. Belém: EDUFPA, 1970 [1865-1890].

REIS, Déborah Oliveira Martins dos. Araxá, 1816-1888: posse de escravos, atividades produtivas, riqueza. **Estudos Econômicos**, São Paulo, vol. 44, n. 3, p. 605-35, jul.-set. 2014.

RICCI, Magda Maria de Oliveira. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Tempo**, Niterói, v.11, n.22, p. 5-30, jul.-dez. 2008.

RICCI, Magda Maria de Oliveira; MAFRA, Alessandra Regina e Souza. Do folclorismo à História da Cultura na Amazônia: o percurso construído por Vicente Salles. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 12, n. 1, p. 221-240, jan.-abr. 2017.

RODARTE, Mário Marcos Sampaio; SANTOS JR., José Maria dos. A estrutura ocupacional revisitada: uma proposta de correção dos dados do Recenseamento Geral do Império de 1872. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XVI, 2008. Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2008. 21p.

RODRIGUES, Bruno Pinheiro. **“Homens de ferro, mulheres de pedra”: resistências e readaptações identitárias de africanos escravizados. Do hinterland de Benguela aos vales dos rios Guaporé-Paraguai e América Espanhola – fugas, quilombos e conspirações urbanas (1720-1809)**. Tese de Doutorado (História) – Instituto de Geografia, História e Documentação, Universidade Federal do Mato Grosso, 2015.

RODRIGUES, Sílvio Ferreira. **Todos os caminhos partem de Roma: arte italiana e romanização entre o Império e a República em Belém do Pará (1867-1892)**. Tese de Doutorado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2015.

RUIZ-PEINADO ALONSO, José Luíz. **Cimarronaje en Brasil: mocambos del Trombetas**. Barcelona: El Cip I La Nansa Ediciones, 2002.

SALES, Mábia Aline Freitas. **Viagem das Coisas e das Ideias: o movimento das embarcações e produtos estrangeiros nos meados da Belém oitocentista**. Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2012.

SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: TopBooks, 1996.

_____. **E o Vale era escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SALLES, Vicente. **O Negro no Pará sob o regime da escravidão**. Belém: IAP, 2005.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. Nas teias da fortuna: acumulação mercantil e escravidão em Manaus, século XIX. **Mneme**, Caicó, v. 3, n. 6, p. 49-70, jul.-dez. 2002.

_____. **Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia**. Manaus: EDUA, 2011.

_____. Nos confins do Império: diversidade e etnicidade no mundo do trabalho da Amazônia no século XIX. In: XAVIER, Giovana (Org.). **Histórias da Escravidão e do Pós-Abolição para escolas**. Brasília: Ministério da Educação, 2015, p. 179-94.

SAMPAIO, Patrícia Melo; COELHO, Mauro Cezar. O Atlântico Equatorial: sociabilidade e poder nas fronteiras da América Portuguesa. **Revista de História**, São Paulo, n. 168, p. 16-23, jan.-jun. 2013.

- SANJAD, Nelson Rodrigues. **Nos Jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Grão-Pará (1796-1873)**. Dissertação de Mestrado (Geociências) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2001.
- SANTOS, Diego Pereira. **Entre costas brasílicas: o tráfico interno de escravos em direitura à Amazônia, c. 1778-c. 1830**. Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2013.
- SANTOS, Marília Cunha Imbiriba dos. **Família, Trajetória e Poder no Grão-Pará Setecentista: os Oliveira Pantoja**. Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2015.
- SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)**. Belém: Paka-Tatu, 2010 [2000].
- SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550/1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988 [1985].
- SILVA, Lúcia Maria Osório. Tavares Bastos e a questão agrária no Império. **História Econômica & História das Empresas**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 3-30, jan.-jun. 1999.
- SILVA, Marley Antônia Silva da. **A extinção da Companhia de Comércio e o tráfico de africanos para o Estado do Grão-Pará e Rio Negro (1777-1815)**. Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2012.
- SLENES, Robert W. **The Demography and Economics of Brazilian Slavery, 1850-1888**. PhD. Dissertation (History) – Department of History, Stanford University, 1976.
- _____. Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 217-227, mai.-ago. 1987.
- _____. The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888. Regional Economies, Slave Experience, and the Politics of a Peculiar Market. In: JOHNSON, Walter (Ed.). **The Chattel Principle: Internal Slave Trade in the Americas**. New Haven/London: Yale University Press, 2004, p. 325-70.
- _____. **Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil, Sudeste, Século XIX**. Campinas: Editora UNICAMP, 2011 [1999].
- SOARES, Luiz Carlos. **O “Povo de Cam” na Capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

SOUZA, Bruno Mariano Santos da Ponte e. Terras, Rios e Igarapés: estrutura agrária e conflitos no Baixo Tocantins (1860-1880). Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2014.

SOUZA, Sueny Diana Oliveira de. **Um rio e suas gentes: ocupação e conflitos nas margens do rio Turiaçu na fronteira entre Pará e Maranhão (1790-1824)**. Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2012.

SOUZA JÚNIOR, José Alves de. **Tramas do cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do Setecentos – um estudo sobre o Diretório dos Índios e a Política Pom-balina** Belém: EDUFPA, 2012.

_____. Negros da Terra e/ou Negros da Guiné: trabalho, resistência e repressão no Grão-Pará no período do Diretório. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 48, p. 173-211, jul.-dez. 2013.

STECKEL, Richard H. Children and Choice: Comparative History of Slave and White Fertility in the Antebellum South In: FOGEL, Robert; ENGERMAN, Stanley (Org.). **Without Consent or Contract: Conditions of Slave Life and the Transition to Freedom**. New York: W. W. Norton, 1992, p. 369-92.

TANNENBAUM, Frank. **Slave and Citizen: The Negro in the Americas**. New York: Vintage Books, 2012 [1947].

TAVARES, Anndrea da Costa. **Em busca das patacas: patrimônio de portugueses na Economia da Borracha (Belém, 1840-1930)**. Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2016.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. **Reprodução e famílias escravas em Mariana (1850-1888)**. Dissertação de Mestrado (História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.

_____. Família escrava, sua estabilidade e reprodução em Mariana, 1850-1888. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 28, p. 179-220, jul.-dez. 2002.

_____. **A Não-Infância: crianças como mão-de-obra em Mariana (1850-1900)**. Tese de Doutorado (História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

TOCANTINS, Leandro. **Santa Maria de Belém do Grão-Pará**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

TORRE, Oscar de la. **Freedom in Amazonia: The Black Peasantry of Pará, Brazil, 1850-1950**. PhD. Dissertation (History) – School of Arts and Sciences, University of Pittsburgh, 2011.

- VALENTIN, Agnaldo. **Uma civilização do arroz: agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira (1800-1880)**. Doutorado (História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.
- VERGOLINO e SILVA, Anaíza. Alguns elementos para o estudo do negro na Amazônia. In: **Publicações avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 8, p. 3-22, 1968.
- _____. **O negro no Pará – A notícia histórica**. In: ROCQUE, Carlos (Org.). **Antologia da Cultura Amazônica**, v. 6. Belém: Amazônia - Edições Culturais, 1970, p. 17-33.
- VERGOLINO-HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. **A presença africana na Amazônia colonial: uma notícia histórica**. Belém: Arquivo Público do Estado do Pará, 1990.
- VERÍSSIMO, José. **Cenas na vida amazônica**. Belém: EDUEPA, 2013 [1886].
- VIANNA, Arthur. **Epidemias no Pará**. Belém: EDUFPA, 1975 [1906].
- VIEIRA Júnior, Antonio Otaviano; BARROSO, Daniel Souza. Histórias de “movimentos”: embarcações e população portuguesas na Amazônia joanina. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 193-210, jan.-jun. 2010.
- VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano; RAMOS, Ana Rita Oliveira. **Guia de fontes para a História da População na Amazônia (1750-1800)**, v. 1. Belém: Editora Açaí, 2011.
- VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano; MARTINS, Roberta Sauaia. Epidemia de sarampo e trabalho escravo no Grão-Pará (1748-1778). **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 32 n. 02, p. 293-311, mai.-ago. 2015.
- WATT, Jeffrey. The Impact of Reformation and Counter-Reformation. In: KERTZER, David I.; BARBAGLI, Marzio (Org.). **The History of the European Family: Family Life in Early Modern Times**. New Haven/London: Yale University Press, 2001, p. 25-154.
- WEINSTEIN, Barbara. **A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1993 [1983].
- WOOD, James W. A Theory of Preindustrial Population Dynamics. Demography, Economy, and Well-Being in Malthusian Systems. **Current Anthropology**, Chicago, vol. 39, n. 1, p. 99-135, Feb. 1998.
- WRIGLEY, E. A.; DAVIES, R. S.; OEPPEN, J. E.; SCHOFIELD, R. S. (Eds.). **English population history from family reconstitution 1580-1837**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

APÊNDICE METODOLÓGICO

Neste APÊNDICE METODOLÓGICO, apresentamos considerações gerais acerca das fontes e dos métodos usados em nossa pesquisa. Logo, essa reflexão diz respeito, em primeiro plano, ao seu corpo documental principal (inventários *post-mortem*), embora abarque igualmente algumas das fontes auxiliares utilizadas – especialmente aquelas que sofreram tratamento quantitativo e/ou serial, em detrimento daquelas tratadas apenas qualitativamente (como os jornais, por exemplo). Ademais, cumpre-nos esclarecer que os comentários aqui apresentados visam à complementação de aspectos atinentes ao tratamento das fontes históricas empregadas; não se trata, assim sendo, de discutir os diversos indicadores demográficos e econômicos analisados, por mais que os testes estatísticos (*t-Student*, *one-way Anova* e *chi-quadrado*) aplicados sejam objeto de nossa apreciação.

Antes de qualquer coisa, é oportuno esclarecermos para um leitor não necessariamente habituado com estudos em Demografia Histórica e História Econômica, diferenças nem sempre evidentes entre análise quantitativa e análise serial. Aquela, como o próprio nome sugere, é baseada em quantificação. A título de ilustração, uma análise dos pesos relativos de homens e mulheres escravos de todas as localidades do Pará, a partir do Recenseamento de 1872, conformaria uma análise quantitativa. A abordagem serial, em sua especificidade, é alicerçada em fontes dispostas em série, nunca em um único documento. Conceitualmente, para certo tipo de fonte ser considerado “serial” é condição *sine qua non* que seja: massivo (abranja uma parcela alargada de segmentos sociais ou, muito bem, um grupo com características comuns – vide os escravos), reiterativo (envolva um expressivo intervalo de tempo) e homogêneo (apresente informações relativamente padronizadas).⁵³⁷ A abordagem pode ser, desse modo, apenas quantitativa, somente serial ou, concomitantemente, quantitativa e serial – como no presente estudo.

Os inventários *post-mortem*, fonte principal deste estudo e que atendem a todos os três critérios elencados no último parágrafo, constituem uma fonte serial por excelência. Os inventários constituem, dessa forma, um importantíssimo corpo documental para o estudo da família, da escravidão e da cultura material em perspectiva histórica. Usualmente, apresentavam as seguintes partes: termo de abertura; traslado do testamento, caso houvesse; arrolamento e avaliação dos bens móveis, imóveis e semoventes (onde se incluem os cativos), além das dívidas

⁵³⁷ FARINATTI, Luís Augusto. Construção de séries e microanálise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. *Anos* 90, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 57-72, jan./jul. 2008.

ativas e passivas; partilha de bens e codicilo, caso houvesse. Analisados individualmente, são como uma “fotografia” que dá acesso à observação de conjunturas materiais específicas de algumas pessoas. Analisados serialmente, os inventários ensejam a captação de “movimentos de oscilação” (permanências ou rupturas) em tendências e padrões de comportamento de diversas ordens; dentre os quais, por exemplo, as estratégias familiares para a transmissão de bens, em função de determinados marcadores sociais dos herdeiros.⁵³⁸

De acordo com as Ordenações Filipinas, a abertura de um inventário era obrigatória se houvesse herdeiros menores de idade (25 anos) ou “interditos” (com a nomeação de um tutor), se não houvesse herdeiros (por celibato definitivo ou falta de herdeiros presumidos) e se o inventariado (indivíduo de cujos bens são arrolados) falecesse fora de seu domicílio. No primeiro caso, a abertura do auto dar-se-ia no Juízo de Órfãos e, nos demais casos, no Juízo dos Ausentes, Capelas e Resíduos. Entretanto, na prática muito dificilmente haveria inventário no caso de bens muito diminutos ou se os custos processuais fossem muito altos em comparação às possibilidades econômicas dos herdeiros.⁵³⁹ Nesse sentido, faz-se mister atentarmos para a representatividade e o recorte socioeconômico dos inventários *post-mortem*, já que esses documentos não abrangiam, de forma direta e homogênea, todos os segmentos sociais.

No que concerne, particularmente, ao estudo da economia e da demografia da escravidão, devemos considerar que os inventários *post-mortem* se restringem não apenas aos indivíduos que detinham bens a serem arrolados ou, então, filhos órfãos ou “interditos”, como também aos indivíduos que faleceram no intervalo temporal compreendido na pesquisa (em nosso caso específico, de 1810 a 1888) e cujos processos se encontram disponíveis nos acervos consultados. Em segundo lugar, como já explicitado ao longo do texto, devemos considerar as dificuldades inerentes à categorização econômica de escravistas e escravos, o mais das vezes inferida por meio das “atividades características” dos inventários *post-mortem*. Some-se a isso o fato de tais fontes serem, individualmente, uma projeção de uma conjuntura específica. As informações delas advindas são atinentes a uma etapa particular do ciclo de vida do proprietário e do desenvolvimento da escravaria, não dando ensejo, muitas vezes, à percepção de possíveis mudanças no direcionamento econômico de propriedades específicas examinadas.⁵⁴⁰

⁵³⁸ cf.: FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 93-118.

⁵³⁹ Idem.

⁵⁴⁰ Ver de maneira especial: LINDERT, Peter H. An Algorithm for Probate Sampling. **The Journal of Interdisciplinary History**, Cambridge, v. 11, n. 4, p. 649-68, Spring/1981.

Não obstante as potencialidades, já assinaladas, da análise serial dos inventários para a observação desses “movimentos de oscilação”, nos casos dos autos cujos trâmites processuais se estenderam por anos e décadas a fio, é possível identificar inflexões na composição das escravarias e no direcionamento econômico de propriedades particulares. Tais casos, embora raros em nossa amostra documental, levaram-nos a adotar um procedimento padrão para a coleta de dados dos inventários *post-mortem*: todas as informações sobre os cativos e os ingênuos inseridas nas bases de dados, bem como as datas às quais se remetem, foram extraídas dos autos de avaliação ou, no caso de impossibilidade desses por ausência dos autos ou ilegibilidade, das listas de classificação de cativos anexadas nos próprios inventários – sendo consequentemente desconsiderados unicamente para efeito de análise quantitativa e serial, os cativos e ingênuos nascidos ou falecidos para além dos contextos de avaliação ou classificação dos mesmos.

Ao todo foram compilados, aproximadamente, 1.000 inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA), que representam a totalidade de inventários desse arquivo entre os anos de 1810 e 1888, além de outros quatro inventários do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).⁵⁴¹ Do quantitativo coligido, identificamos 338 processos com a presença de escravos, sendo 202 deles referentes ao núcleo urbano central de Belém, e os demais 136 relativos ao Baixo Tocantins e à Zona Guajarina. Tal conjunto documental, conforme demonstrado ao longo do texto, nos forneceu uma amostragem composta por 3.937 escravos e 161 ingênuos atinentes a diferentes freguesias de Belém e localidades das regiões tocantina e guajarina. Quantitativo que avaliamos representativo, em face das características da documentação trabalhada, da elevada média de cativos por proprietário e do contingente total de escravos das regiões pesquisadas (Belém, Baixo Tocantins e Zona Guajarina) – que oscilou na casa dos 17 mil cativos, em distintos pontos do século 19.

Durante todo o intervalo observado, o núcleo urbano central de Belém e as localidades tocantinas e guajarinas analisadas estavam sob jurisdição da Comarca da Capital. Tal comarca que, no limiar do Oitocentos, compreendia praticamente todo o território dos atuais estados do Pará (à exceção de parte do Marajó) e do Amapá (na época Cabo do Norte), passou por diversas transformações jurisdicionais ao longo do século.⁵⁴² Como os inventários eram produzidos

⁵⁴¹ Durante grande parte de nosso doutoramento, o APEP esteve fechado para pesquisas. Tal fator nos impossibilitou de consultar os inventários *post-mortem* disponíveis em seu acervo, por mais que existentes em menor número se comparado ao acervo do CMA/UFPA. Os quatro inventários *post-mortem* do APEP que usamos na pesquisa nos foram gentilmente cedidos por Marília Imbiriba, a quem agradecemos novamente.

⁵⁴² Sobre as variações jurisdicionais das comarcas do Pará no decorrer do século, ver. BAENA, Manoel. **Informações sobre as comarcas da Província do Pará**. Belém: Typ. F. da Costa Júnior, 1885.

em função das comarcas, a distribuição das escravarias segundo as três regiões analisadas, que apresentavam panos de fundo demográficos e econômicos essencialmente distintos, se revelou fundamental. Caso lançássemos mão dos dados dos inventários *post-mortem* para a caracterização do escravismo em Belém não dando conta da diversidade social, demográfica e econômica da comarca na qual tais processos foram produzidos, incorreríamos quase que fatalmente no risco de projetar um perfil virtual da escravidão na cidade de Belém, que não dissesse respeito a seu núcleo urbano central, tampouco aos perímetros rurais integrantes de sua comarca.

As principais informações dos inventários *post-mortem* foram sistematizadas, de modo padronizado, no software SPSS Statistics 17. Tal software, conquanto não tenha sido produzido visando atender às demandas da pesquisa histórica, consubstancia uma alentada ferramenta estatística bastante usada no meio acadêmico, sobretudo na área da Saúde. O diferencial desse software em relação aos seus congêneres (como o Microsoft Access) incide nas possibilidades de filtragem dos dados e análise estatística. No caso do SPSS, as facilidades referentes ao reagrupamento posterior dos dados sob novas variáveis – de idades simples para faixas ou grupos etários, por exemplo – e à construção das tabelas entrecortando as informações inseridas entre si e com indicadores diversos (média, moda, mediana etc.) de modo quase instantâneo, contribuiu à otimização do tempo voltado à exploração sumária dos dados e a aprimorar as análises.

O SPSS também foi o software utilizado para a sistematização dos registros paroquiais de casamento pesquisados, provenientes das freguesias da Sé e de Santana, ambas de Belém, e de Nossa Senhora da Soledade de Cairari, de Moju, no Baixo Tocantins. Os registros paroquiais de casamento, assim como os registros de batismo e de óbito, constituem um corpo documental privilegiado para o estudo da família e da população em perspectiva histórica. Existentes em todo o mundo católico a partir da Contrarreforma e de organicidade homogênea, os registros de “eventos vitais” ensejam análises as mais diversas possíveis, inclusive dando suporte a tentativas de estudos comparativos – sejam eles conjunturais ou longitudinais – entre duas regiões distintas, desde que ambas católicas.⁵⁴³ A produção sistemática dos registros, encetada logo após do Concílio de Trento (século 16), era orientada por duas diretrizes: a reafirmação e o controle dos sacramentos do batismo, do matrimônio (que na época tornou-se um sacramento) e da extrema-unção, e a tentativa, por parte da Igreja, de conhecer o seu “rebanho”.⁵⁴⁴

⁵⁴³ NADALIN, Sérgio Odilon. **História e Demografia: elementos para um diálogo**. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004.

⁵⁴⁴ WATT, Jeffrey. The Impact of Reformation and Counter-Reformation. In: KERTZER, David I.; BARBAGLI, Marzio (Org.). **The History of the European Family, v. 1: Family Life in Early Modern Times**. New Haven/London: Yale University Press, 2001, p. 125-54.

Em que pese a natureza complementar imputada aos registros paroquiais de casamento no presente estudo (tais registros foram empregados, basicamente, para matizar a baixa nupcialidade encontrada para os escravos do núcleo urbano central de Belém, do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina), os critérios que adotamos para a inserção dos seus dados nas bases de dados que construímos no SPSS, foram semelhantes aos critérios que utilizamos no caso dos inventários *post-mortem*. A atualização (para uma grafia mais contemporânea) e a padronização dos nomes dos escravos e dos escravistas constituiu um procedimento fundamental para a sistematização dados coligidos, não somente no sentido de facilitar o levantamento dos casamentos coletados, como também no sentido de permitir o diálogo entre tais registros e outras fontes documentais.

Outras fontes analisadas quantitativamente na tese foram: o *Ensaio corográfico* de Antônio Baena,⁵⁴⁵ os diversos mapas populacionais produzidos no Grão-Pará a partir dos meados do século 19 (os mapas concernentes ao século 19, como pôde ser observado, foram utilizados a partir de fontes secundárias) e o Recenseamento de 1872. Desses levantamentos demográficos, a corografia de Antônio Baena foi o único a não possuir um caráter oficial, embora o fato de seu autor ter sido o funcionário pela preparação das estatísticas populacionais do Grão-Pará na primeira metade do Oitocentos conferisse a esses dados um caráter “semioficial”, como argumentamos em trabalho anterior.⁵⁴⁶ As informações procedentes desses documentos não foram sistematizadas em bases de dados, mas apenas tabuladas de modo atender às necessidades da argumentação. Essas tabulações se deram tanto através do processamento dos dados brutos (quantitativos de livres e escravos consoante diferentes freguesias, localidades e regiões), como pela elaboração de TCAs – Taxas médias geométricas de crescimento anual da população.

Os dados do Recenseamento Geral de 1872 já receberam a merecida crítica da historiografia, nos desobrigando a tecer comentários adicionais sobre os mesmos.⁵⁴⁷ Contudo, os diversos mapas de população produzidos no Grão-Pará oitocentista ainda não receberam a devida atenção. No decurso das décadas de 1840, 1850 e 1860, foram produzidos pelo menos cinco mapas gerais de população do Pará que, com diferentes qualidades, forneceram os números

⁵⁴⁵ BAENA, Antônio. **Ensaio corográfico sobre a Província do Pará**. Brasília: Senado Federal, 2004 [1839].

⁵⁴⁶ BARROSO, Daniel Souza. Por uma História da Família e da População na Amazônia brasileira: percursos historiográficos. In: CICERCHIA, Ricardo; BACELLAR, Carlos; IRIGOYEN, Antônio (Org.). **Estruturas, Conjunturas e Representações: perspectivas de estudos das formas familiares**. Múrcia: EDIT.UM, 2014, p. 55.

⁵⁴⁷ Ver sobretudo: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. **População e Nação no Brasil do século XIX**. Tese de Doutorado (História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1998; RODARTE, Mário Marcos Sampaio; SANTOS JR., José Maria dos. A estrutura ocupacional revisitada: uma proposta de correção dos dados do Recenseamento Geral do Império de 1872. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XVI, 2008. Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2008. 21p.

de pessoas livres e escravas das mais variadas freguesias da província. Tais mapas, característicos do terceiro momento da fase *proto-estatística* da História do Brasil (marcado pela desestruturação das “práticas censitárias” no país),⁵⁴⁸ foram coligidos em um relatório de 1862, enviado pelo então presidente da província, Francisco de Araújo Brusque, à Assembleia Legislativa do Pará (FIGURA A.1).

FIGURA A.1
QUADRO COMPARATIVO DA POPULAÇÃO DO GRÃO-PARÁ POR FREGUESIAS
(1848, 1849, 1854 E 1862)

QUADRO comparativo da população das Freguesias da província do Pará nos annos de 1848, 1849, 1854, e 1862, segundo os mappaes estatísticos existentes n'esta secretaria.

FREGUESIAS.	1848.			1849.			1850.			1854.			1862.		
	Livres.	Escravos.	Total.	Livres.	Escravos.	Total.	Livres.	Escravos.	Total.	Livres.	Escravos.	Total.	Livres.	Escravos.	Total.
S. Anna.....	6.426	3.244	9.670	6.171	3.300	9.470	-	-	-	6.765	3.005	9.770	7.049	3.005	10.054
Sant'Anna.....	3.642	1.472	5.114	-	-	-	-	-	-	4.178	1.008	5.186	4.321	1.008	5.329
Vitandado.....	1.782	309	2.091	-	-	-	-	-	-	1.653	132	1.785	1.720	132	1.852
Itanangany.....	682	385	1.067	628	519	1.217	698	510	1.217	718	423	1.141	823	423	1.246
Bemfica.....	1.266	291	1.557	-	-	-	1.280	310	1.590	1.862	238	2.100	2.061	238	2.298
Bujará.....	1.078	507	1.585	1.103	550	1.653	1.154	550	1.704	1.071	580	1.651	1.176	580	1.756
Capim.....	1.276	192	1.468	-	-	-	1.246	743	1.989	1.487	461	1.948	1.637	461	2.098
S. Domingos.....	1.379	814	2.193	-	-	-	-	-	-	864	500	1.364	1.304	551	1.855
Béja.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.120	130	1.250	1.244	130	1.374
Berecena.....	1.431	659	2.090	-	-	-	-	-	-	1.686	686	2.372	1.856	686	2.542
Moju.....	1.840	692	2.532	1.864	821	2.685	1.985	874	2.859	2.116	744	2.860	1.956	684	2.640
Açara.....	2.923	1.428	4.351	2.967	1.487	4.454	2.113	1.518	3.631	2.267	1.587	3.854	2.339	704	3.043
Ourém.....	805	189	994	808	218	1.085	875	198	1.073	1.018	29	1.047	1.021	26	1.047
Irituia.....	1.306	281	1.587	1.350	301	1.651	1.329	248	1.577	1.276	1.121	2.397	1.121	276	2.673
S. Miguel.....	384	151	535	385	156	541	380	169	549	350	185	535	333	202	535
Igarapé-anilim.....	184	829	1.013	2.072	1.682	3.754	1.110	947	2.057	1.630	1.284	2.914	1.284	425	1.709
Abaité.....	4.353	1.208	5.561	4.481	1.321	5.802	4.491	1.321	5.812	3.829	1.581	5.410	4.394	1.581	5.975
Curupaty.....	1.457	413	1.870	1.467	434	1.901	-	-	-	1.545	255	1.800	1.425	255	1.680
Vigia.....	9.146	708	9.854	10.064	824	11.488	11.577	989	12.566	2.250	1.581	4.031	1.500	875	2.375
Collares.....	372	11	383	-	-	-	405	7	412	516	10	526	2.758	1.384	4.142
S. Caetano.....	1.985	156	2.141	1.516	184	1.700	1.374	184	1.558	1.518	156	1.674	368	10	378
Contra.....	2.856	216	3.072	-	-	-	-	-	-	4.184	273	4.457	4.607	273	4.880
Salinas.....	621	102	723	671	101	772	-	-	-	909	58	967	1.000	58	1.058
Curupaty.....	2.404	385	2.789	2.401	385	2.786	3.042	-	-	3.363	382	3.745	3.745	382	4.127
Bragança.....	5.426	674	6.100	4.493	697	5.190	4.640	715	5.355	3.221	627	3.848	3.848	627	4.475
Vicuz.....	1.520	289	1.809	1.818	289	2.107	1.814	170	1.984	1.651	170	1.821	1.651	170	1.821
Cametá.....	13.841	3.608	17.449	13.924	3.231	17.155	-	-	-	17.347	3.617	20.964	14.162	4.770	18.932
Carmo.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Macajuba.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Batal.....	2.288	120	2.408	2.300	102	2.500	3.360	261	3.620	2.570	116	2.686	2.686	116	2.802
Breves.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.449	416	3.865	2.918	416	3.384
Portel.....	3.025	88	3.113	-	-	-	-	-	-	3.286	92	3.378	3.378	92	3.470
Oeiras.....	3.973	181	4.154	3.944	181	4.125	-	-	-	4.070	208	4.278	4.278	208	4.486
Marapá.....	4.844	307	5.151	-	-	-	3.023	279	3.302	-	-	-	-	-	-
Cachoeira.....	1.300	708	2.007	1.222	703	1.925	-	-	-	1.570	839	2.409	1.721	839	2.560
Ponta de Pedra.....	928	249	1.177	785	236	1.021	835	236	1.071	1.084	230	1.314	1.152	230	1.382
Monsarás.....	922	233	1.155	-	-	-	-	-	-	1.104	218	1.322	1.322	218	1.540
Memfrie.....	457	36	493	-	-	-	-	-	-	522	42	564	564	42	606
Souré.....	416	116	532	-	-	-	-	-	-	658	127	785	724	127	851
Salvatore.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	422	97	519	464	97	561
Muaná.....	2.501	524	3.025	2.545	518	3.063	2.225	433	2.658	2.706	530	3.236	2.561	530	3.196
Chaves.....	2.176	629	2.805	2.280	766	3.046	2.582	681	3.263	2.781	644	3.425	2.941	644	3.585
Santarém.....	5.071	1.501	6.572	5.231	1.452	6.683	5.505	1.706	7.211	7.051	243	7.294	7.051	243	7.294
Alter do Chão.....	1.057	20	1.077	915	7	922	-	-	-	2.075	14	2.089	2.089	14	2.103
Albuquerque.....	1.774	488	2.262	1.824	488	2.312	1.852	491	2.343	2.135	584	2.719	2.135	584	2.723
Francá.....	2.310	190	2.500	1.983	72	2.055	2.200	72	2.272	2.164	67	2.231	1.902	67	1.969
Bom.....	893	-	893	-	-	-	808	-	-	1.070	24	1.094	3.761	24	3.785
Itaituba.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.118	10	3.128
Aveiros.....	1.444	-	1.444	-	-	-	1.442	-	-	-	-	-	-	-	-
Monte Alegre.....	1.701	267	1.968	1.689	267	1.956	2.116	371	2.487	1.425	155	1.580	1.580	155	1.735
Pratânia.....	591	36	627	-	-	-	508	42	550	662	42	704	704	42	746
Obidos.....	5.810	1.402	7.212	5.942	1.456	7.398	6.115	1.503	7.618	8.547	1.726	10.273	9.411	1.726	11.137
Faro.....	1.502	47	1.549	1.530	46	1.576	-	-	-	1.917	69	1.986	2.111	69	2.180
Juruty.....	509	21	530	-	-	-	591	19	610	718	23	741	730	23	753
Curupaty.....	1.021	258	1.279	1.050	258	1.317	1.147	264	1.411	1.411	320	2.207	2.077	320	2.387
Villancio do Monte.....	482	44	526	-	-	-	530	63	593	809	69	878	809	69	878
Almeirim.....	401	17	418	410	20	430	548	15	563	480	18	498	525	18	543
Arraialles.....	181	15	196	194	15	209	204	17	221	220	17	237	220	17	237
Porto de Mox.....	1.356	127	1.483	1.368	126	1.494	1.472	130	1.602	2.059	117	2.176	2.072	117	2.193
Veiros.....	638	638	1.276	634	-	634	577	-	577	574	2	576	576	2	578
Pombal.....	621	1	622	612	1	613	514	1	515	386	1	387	425	1	426
Souré.....	1.262	27	1.289	1.240	27	1.267	1.213	32	1.245	1.031	38	1.069	1.157	38	1.195
Macapá.....	2.394	1.488	3.882	-	-	-	2.069	717	2.786	2.077	880	2.957	2.058	722	2.780
Masagão.....	1.181	344	1.525	3.314	252	3.566	3.337	259	3.596	3.320	340	3.660	3.324	329	3.653
Santa Theresia de Curupaty.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pinhel.....	2.014	21	2.035	-	-	-	1.543	16	1.559	2.400	-	2.400	-	-	-
Expositão.....	181	4	185	191	4	195	179	6	185	228	4	232	-	-	-
Pirã ou Curupaty.....	-	-	-	3.014	299	3.313	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SOMMA.....	127.060	29.706	156.766	102.067	24.075	126.142	121.908	17.183	139.093	167.909	37.147	205.056	185.300	30.633	215.933

FONTE: PARÁ. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará na primeira sessão da XIII Legislatura pelo Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1º de setembro de 1862. Pará: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862, p. 96.

⁵⁴⁸ MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836**. São Paulo: EDUSP/HUCITEC, 2000, p. 29-43.

Uma análise pormenorizada dos dados desses mapas lança luz sobre uma série de problemas relativos aos mapas de 1849, 1850, 1854 e 1862, nomeadamente no que diz respeito às estatísticas atinentes aos cativos. Os mapas de 1849 e 1850 não forneciam dados sobre importantes freguesias, problema especialmente acentuado no caso do mapa de 1850, que não trazia dados acerca das paróquias do núcleo urbano central de Belém e de Cametá (Baixo Tocantins) – que figuravam entre as principais freguesias escravistas do Pará. Tais lacunas fazem das estimativas desses mapas incontestavelmente subestimadas. O mapa de 1854, por sua vez, apresenta o problema inverso: um provável erro de tabulação dos dados elevou a população cativa de Moju, que nunca ultrapassou os 900 cativos a mais de sete mil cativos, sobrestimando a escravaria do Pará como um todo. O mapa de 1862, embora não reproduzisse o problema relativo à Moju, parece-nos igualmente pouco confiável pelo fato de ter repetido dados de 1854 em relação a várias freguesias do Pará.

Diante do exposto, optamos por lançar mão do mapa de 1848 como referencial da população do Grão-Pará nos meados do século 19. Por mais que tal mapa não seja imune a críticas – no CAPÍTULO 02, vimos como a população de Igarapé-Miri se mostrou sub-representada nesse mapa –, trata-se dos dados demográficos potencialmente mais completos existentes nesse contexto, com relação aos contingentes totais de livres e escravos do Pará. Grande parte das lacunas presentes na FIGURA A.1, acerca do ano de 1848, corresponde a freguesias e localidades criadas a partir de 1850; em sua maioria, fruto de desmembramentos territoriais de freguesias e localidades mais antigas. Nesses termos, embora a população de determinadas freguesias e localidades não tenha sido especificada no mapa de 1848, muito provavelmente não houve expressiva sub-representação dos contingentes livre e escravo do Pará em tal ano.

O *Ensaio corográfico* de Antônio Baena (em que dados são referentes a 1823), o mapa de população de 1848 e o Recenseamento Geral de 1872 constituíram os nossos pontos de observação privilegiados dos contingentes livre e escravo da população do Pará, ao longo do século 19. A ausência de dados populacionais seguros para as duas primeiras décadas do século, assim como para as décadas de 1870 (exceto o Recenseamento) e 1880, nos ajudou de delimitar cronologicamente as análises mais gerais que desenvolvemos sobre a dinâmica demográfica e a distribuição espacial da população paraense no decurso do Oitocentos. Essa delimitação visou, em primeiro plano, conferir predicados metodológicos às reflexões desenvolvidas. Julgamos ser mais pertinente restringir essas análises a um intervalo menor que a tese, como um todo, a trilharmos caminhos metodologicamente questionáveis – por exemplo: a utilização dos

dados do Censo de 1872 como parâmetro para as décadas de 1870 e 1880 quando, na verdade, seus dados se remetem mais às décadas de 1850 e 1860, como vimos nos CAPÍTULOS 03 e 05.

De maneira a aprimorarmos as análises desenvolvidas ao longo de nosso estudo, especialmente as análises suportadas por um reduzido número de observações, utilizamos três testes estatísticos (*t-Student*, *one-way Anova* e *chi-quadrado*) com distintos propósitos. Longe de representar preciosismo de nossa parte, o emprego desses testes estatísticos teve como finalidade conferir maior consistência analítica para as reflexões desenvolvidas. Grosso modo, podemos dividir tais testes em dois diferentes grupos de análise estatística: de um lado, os testes *t-Student* e *Anova* e, do outro lado, o teste *chi-quadrado*. Enquanto aqueles têm como objetivo verificar variações de média entre dois ou mais grupos, este tem como escopo avaliar, quantitativamente, a relação entre o resultado encontrando para um experimento e a distribuição esperada para tal fenômeno.⁵⁴⁹ Esmiucemos essas diferenças.

Os testes *t-Student* e *Anova* constituem aquilo que, em estatística inferencial, chama-se de teste de hipóteses. Basicamente se trata de testes que usam recursos estatísticos para a aceitação ou a rejeição de determinada hipótese – intitulada, a priori, de “hipótese nula”. Tais testes avaliam, por exemplo, se as diferenças entre duas ou mais médias são estatisticamente significativas ou não. A título de ilustração, os testes *t-Student* e *Anova* podem ser utilizados para verificar se as idades médias de diferentes tipos de escravos eram estatisticamente significativas ou não. No caso do teste *t-Student*, utilizado para a comparação entre dois grupos distintos (escravos homens x escravas, escravos crioulos x escravos africanos etc.), ou entre um mesmo grupo em dois momentos distintos (escravos homens do primeiro período de observação x escravos homens do segundo período examinado). No caso do teste *Anova*, usado para a comparação entre três ou mais grupos distintos (escravos de diferentes faixas de tamanho de plantel) ou em momentos distintos (escravos de uma mesma faixa em três períodos de observação).

Os testes *t-Student* e *Anova* foram largamente utilizados no presente estudo, tanto para as discussões sobre a estrutura da posse de cativos como para as discussões sobre a família cativa. Não obstante os usos já exemplificados no último parágrafo, esses testes foram aplicados em praticamente todas as análises do estudo que envolviam, em maior ou menor medida, o recurso das médias. Variações no número médio de cativos por proprietário segundo o sexo deste, no número médio de escravos por atividade econômica, nas idades médias dos cativos com

⁵⁴⁹ Para uma leitura mais abrangente sobre os métodos quantitativos nas Ciências Sociais, ver: LIMA, Márcia. Introdução aos métodos quantitativos em Ciências Sociais. In: CEBRAP. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco quantitativo**. São Paulo: CEBRAP/SESC São Paulo, 2016, p. 10-31.

relação a diversos outros marcadores (sexo, origem etc.), no número médio de filhos escravos ou ingênuos por mãe cativa, dentre outros aspectos, tiveram as suas análises enriquecidas pela utilização dos testes *t-Student* e *Anova*, de modo a verificar se as variações indicadas eram estatisticamente significativas ou não.

O teste *chi-quadrado*, por seu turno, é amplamente usado para avaliar os graus de homogeneidade e de independência entre variáveis não-pareadas (atinentes a diferentes grupos e não a um mesmo grupo em momentos distintos) com a finalidade de verificar se eventuais variações encontradas foram resultantes de interdependência entre as variáveis analisadas ou devidas ao acaso. Esse teste foi utilizado, o mais das vezes, para verificar os graus de independência entre duas variáveis, sobretudo, a relação entre as diferentes faixas de tamanho de plantel e as diferentes atividades econômicas das propriedades, e as características dos escravos segundo o sexo, a origem africana ou crioula e a idade. De igual modo, para confirmar se a incidência de cativos vivendo em famílias ou mais especificamente, em determinadas estruturas familiares particulares, era influenciada pelas diferentes faixas de tamanho de plantel.

Em comparação aos testes *t-Student* e *Anova*, o teste *chi-quadrado* foi usado com menor recorrência no decurso da tese. A sua utilização disse respeito, basicamente, aos exemplos acima referidos. Uma das maiores contribuições – se não a maior contribuição – desse teste, a nosso ver, foi a possibilidade de mostrarmos que, no caso das três regiões paraenses examinadas (núcleo urbano de Belém, Baixo Tocantins e Zona Guajarina), a maior incidência de cativos em famílias não era necessariamente mais expressiva nos plantéis grandes, muito grandes e nos megaplantéis, ao contrário do que toda uma historiografia convencionou argumentar para outras regiões do Brasil com ligações mais próximas com o tráfico de escravos e o mercado externo. Aparente especificidade do escravismo no Grão-Pará que, como evidenciamos, guardava relação com as características particulares dos cativos na região.

O fato de termos lidado com um pequeno número de observações em grande parte deste estudo, ao mesmo tempo em que instou a aplicação de testes estatísticos (*t-Student*, *Anova* e *chi-quadrado*) tendo em vista a necessidade de averiguar se os comportamentos identificados em nossa reduzida amostragem seriam representativos para uma parcela mais alargada dos cativos paraenses, fez com que a suposta não significância estatística de alguns resultados fosse enviesada, justamente, por conta do pequeno número de observações computado. Nesse sentido, para além do cuidado em procedermos aos testes estatísticos como forma de conferir maior suporte metodológico aos dados analisados, tivemos que assumir uma postura crítica frente aos próprios resultados de tais testes.

Como explicitado no início deste APÊNDICE METODOLÓGICO, não foi o nosso propósito problematizar, aqui, os diversos indicadores examinados ao longo da tese. Foi o nosso propósito, sim, complementar aspectos metodológicos que abalizaram o tratamento das fontes históricas analisadas serial e quantitativamente nas últimas páginas, incluindo considerações adicionais sobre os três testes estatísticos empregados. Portanto, tal seção teve como finalidade não somente lançar um novo olhar sobre aspectos metodológicos, porventura, não suficientemente explorados ao longo do estudo, como também servir de fio condutor para leitores não necessariamente habituados com estudos em Demografia História e História Econômica. Um esforço que, desse modo, procura atender tanto os especialistas nessas áreas, quanto aqueles que nelas trilham seus primeiros passos.